UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

CRISTHIANE FALCHETTI

Ação coletiva e dinâmica urbana: o MTST e o conflito na produção da cidade

(versão corrigida)

São Paulo

2019

CRISTHIANE FALCHETTI

Ação coletiva e dinâmica urbana: o MTST e o conflito na produção da cidade

(versão corrigida)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ruy Braga

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F178a Falchetti, Cristhiane
Ação Coletiva e Dinâmica Urbana: o MTST e o
conflito na produção da cidade / Cristhiane Falchetti
; orientador Ruy Braga. - São Paulo, 2019.
312 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Sociologia. Área de concentração:
Sociologia.

1. conflito urbano. 2. movimento social. 3.
moradia. 4. trabalho. 5. cidade. I. Braga, Ruy,
orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Cristhiane Falchetti

Data da defesa: 25/09/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Ruy Gomes Braga Neto

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 22 / 11 / 2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

FALCHETTI, Cristhiane. **Ação coletiva e dinâmica urbana**: o MTST e o conflito na produção da cidade. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovado em: 25 de setembro de 2019

Banca Examinadora

Profa. Dra. **Andreia Galvão**

Instituição: IFCH - UNICAMP

Julgamento_____ Assinatura_____

Profa. Dra. **Vera da Silva Telles**

Instituição: FFLCH/DS - USP

Julgamento_____ Assinatura_____

Prof. Dr. **Jean Tible**

Instituição: FFLCH/DCP - USP

Julgamento_____ Assinatura_____

Suplentes

Prof. Dr. **Nilton Ota**

Instituição: Reitoria – USP

Julgamento_____ Assinatura_____

Prof. Dr. **Tiaraju Pablo D’Andrea**

Instituição: UNIFESP/Campus Leste

Julgamento_____ Assinatura_____

Prof. Dr. **Sean Purdy**

Instituição: FFLCH/USP

Julgamento_____ Assinatura_____

AGRADECIMENTOS

Eu não teria estudado se não houvesse ensino público e gratuito. Assim, sou grata a cada pessoa que entendeu a importância do direito à educação e agiu para que existisse um sistema de ensino socialmente financiado. Agradeço aos meus pais, que, mesmo sem ter contado com a mesma oportunidade, tiveram a sabedoria de ensinar os filhos a aprender. O ensino superior transformou-me e, por isso, sou grata à todas as Universidades pelas quais passei (UNESP, UNICAMP, USP), na figura de seus professores, funcionários e alunos. Em especial, agradeço a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana pela oportunidade de realizar este curso de doutorado. Agradeço ao Programa de Pós Graduação, professores, funcionários e demais colegas de pós, pelos aprendizados coletivos. Sou imensamente grata à existência de agências financiadoras da pesquisa no Brasil, sem as quais a pós graduação não seria possível para mim e muitos de nós. Obrigada à CNPQ, que me concedeu bolsa de estudos durante os quatro anos de doutorado.

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Ruy Braga, pela orientação, contribuição e apoio ao longo do doutorado. Além de suas qualidades como intelectual e profissional, a sensibilidade no trato das relações humanas foi muito importante durante o desenvolvimento da pesquisa. Obrigada pela forma receptiva com que me acolheu na USP e, principalmente, pela confiança.

À Professora Dra Andréia Galvão pelo diálogo, grupo de estudo, e pela leitura cuidadosa no exame de qualificação. Já se vai uma década de convivência acadêmica, que muito contribuiu para meu desenvolvimento intelectual e inspiração profissional.

À Professora Dra Vera Telles, pelas pistas de pesquisa, que sempre me instigaram, e pelas contribuições teóricas e intelectuais emprestadas à esse trabalho. Registro aqui minha admiração pela pesquisadora e por seus trabalhos.

Agradeço ao Prof. Dr. Jean Tible, que gentilmente atendeu ao convite para participar da banca de defesa. Obrigada por dispor do tempo corrido, pela leitura generosa e suas observações.

À todas as pessoas que me receberam na ocupação Nova Palestina, partilhando seu tempo e histórias de vida, as quais não apenas tecem essa tese como também enriqueceram minha própria experiência. Nem tudo o que presenciei e ouvi pôde ser apresentado, mesmo porque a vida transborda a tese. De todo modo, suas vidas e lutas seguem fazendo história, ainda que nem sempre visível. Agradeço também aos militantes do MTST pela interlocução e diálogo aberto.

Agradeço imensamente ao Maurício (morador do Jardim Ângela) pelas andanças nas “quebradas”, e pelas parcerias na “escuta do outro” em busca de um “acontecimento verbal”, como diz Eduardo Coutinho, seu cineasta preferido.

Muitas outras pessoas fizeram parte desse processo complicado que é escrever tese. Em tempos de subjetividade neoliberal, não posso deixar de registrar meu agradecimento àqueles que resistem ao individualismo competitivo e apostam nas relações colaborativas e afetivas.

Agradeço ao Professor Dr. Nilton Ota pela generosidade, diálogo e oportunidade de compartilhar ideias e discussões na Rede Interdisciplinar. À Mariléa Almeida por ter se importado, pelas conversas e inspiração de pesquisa. À Alana Moraes pelos diálogos, impressões de campo trocadas e ideias compartilhadas. À Daniela Vieira por ter dito que faltava cor, pelos incentivos, colaborações e amizade. À Júlia Oliveira por compartilhar a condição em comum, pela escuta e amizade de longa data. À Lila Lopes pela presença permanente, mesmo distante, pelo apoio de sempre nesses anos todos de amizade. À Crisliane, pelas colaborações e compreensão das minhas ausências na família. Aos colegas da pós, Deni Rubbo, Marcia Malcher e Silvio Matheus, com quem pude compartilhar angústias e alegrias de pesquisa. Agradeço o trabalho cuidadoso de Taina Santos com as transcrições.

Ao querido Rafael Palomino, que é parte disso tudo. Teria de inventar palavras para traduzir o seu significado ao longo desse percurso. Digo apenas que, das “flanagens” pela cidade à convivência cotidiana, tudo foi bem vivido. Obrigada pelo diálogo, leitura e correções do texto (os erros são meus, porque sempre mudo o texto, rs)

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. ... É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e de povo.

(DELEUZE, Gilles, 1992)

RESUMO

FALCHETTI, Cristhiane. **Ação coletiva e dinâmica urbana: o MTST e o conflito na produção da cidade.** 2019. 225 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Este trabalho aborda a interface entre ação coletiva e a dinâmica urbana, interrogando sobre o lugar da cidade nas lutas sociais. A recente intensificação dos conflitos urbanos e a visibilidade das ocupações urbanas são o ponto de partida da pesquisa, que segue a experiência do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), com especial interesse nas dinâmicas do trabalho e da moradia nos últimos anos na metrópole de São Paulo. Desse modo, por meio da trajetória do MTST e de seus integrantes, percorremos as mudanças decorrentes do neoliberalismo desde os anos 1990, buscando compreender como elas impactaram a vida dos trabalhadores urbanos mais vulneráveis que vivem nas periferias e suas formas de organização. A pesquisa de campo se atém ao território do Jardim Ângela e à ocupação Nova Palestina (MTST), investigando as transformações urbanas e sociais que ajudam a compreender o surgimento da ocupação, bem como a figura dos trabalhadores sem teto. Ao reconstituir os processos de inserção urbana dos trabalhadores, argumento que as ocupações periféricas se inscrevem no contexto de redefinição no modo de produção da cidade, o qual aprofunda a insegurança habitacional. Nesse cenário, o MTST desponta como forma de organização coletiva e resistência aos processos de mercantilização da cidade e da habitação, movendo-se contraditoriamente no terreno da gestão do social que atravessa os territórios periféricos. As ocupações organizadas constituem-se em mediações políticas potentes quando tensionam práticas e relações sociais de dominação e permitem construir espaços outros, porém, se inserem no horizonte encurtado da “viração” cotidiana e da subjetividade neoliberal.

Palavras-chave: Cidades. Conflitos. Ocupações Urbanas. MTST. Periferias. Lutas Sociais.

ABSTRACT

FALCHETTI, Cristhiane. **Collective action and urban dynamics: the MTST and the conflict in the production of the city.** 2019. 225 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

This paper approaches the interface between collective action and urban dynamics, by questioning the place of the city in social struggles. The recent intensification of urban struggles and the visibility of urban occupations are the starting point of the research, which follows the experience of the Movement of Homeless Workers (MTST), with a special interest in the dynamics of work and housing in recent years in the metropolis of São Paulo. Thus, through the trajectory of the MTST and its members, the work traces the changes resulting from neoliberalism since the 1990s. It tries to understand how they impacted the lives of the most vulnerable urban workers living in the peripheries, and how they have reorganized themselves. The field research is tied to Jardim Ângela territory and the New Palestine occupation (MTST), investigating the urban and social transformations that help to understand the emergence of occupation, as well as the workerhomeless. By reconstituting the processes of urban insertion of the workers, I argue that the peripheral occupations are inscribed in the context of redefinition of the city's mode of production, which deepens social insecurity. In this scenario, the MTST emerges as a form collective organization and resistance to the processes of commodification both of the city and the housing, moving in contradiction in the terrain of social management that crosses the peripheral territories. Organized occupations can be powerful political mediations when they stress social practices and relations and allow the construction of other spaces, but they fit into the shortened horizon of everyday “turning” and neoliberal subjectivity.

Keywords: City. Conflicts. Urban Occupations. MTST. peripheries. Social Struggles.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAMPOS	Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
ANCOP	Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEF	Caixa Econômica Federal
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CMP	Central de Movimentos Populares
CMTC	Companhia Municipal de Transporte Coletivo
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CPC-SP	Comitê Popular da Copa em São Paulo
CTB	Central dos Trabalhadores Brasileiros
CUT	Central Única do Trabalhador
EO	Entidade Organizadora
FACESP	Federação das Associações de Moradores de São Paulo
FAU/USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FG	Fundo Garantidor
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FJP	Fundação João Pinheiro
FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
INCC	Índice Nacional de Custo da Construção Civil
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
MEI	Microempreendimento Individual
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONG	Organização não governamental

OS	Organização Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCS	Programa de Crédito Solidário
PEA	População Economicamente Ativa
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PM	Polícia Militar
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PMCMV-E	Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPP	Parceria Público-Privada
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Socialdemocracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SAB	Sociedades de Amigos de Bairro
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SERSAN	Sociedade Empresas Reunidas Sérgio Augusto Naya
SPTrans	São Paulo Transporte S/A
UJS	União da Juventude Socialista
ULC	União de Lutas de Cortiços
UMM	União dos Movimentos de Moradia
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
Usina-CTAH	Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO.....	15
PERCURSO E PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA: ONDE O TRABALHO SE INSERE.....	17
CAMPO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	25
ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	29
 CAPÍTULO 1 – AÇÃO COLETIVA E DINÂMICA URBANA: QUAL O LUGAR DAS CIDADES NOS CONFLITOS SOCIAIS?	31
1.1 CONFLITOS URBANOS NO NEOLIBERALISMO: UM NOVO CICLO POLÍTICO.....	31
1.1.1. <i>De junho de 2013 ao novo ciclo político.....</i>	<i>42</i>
1.1.2. <i>O neoliberalismo como governo da sociedade</i>	<i>45</i>
1.1.3. <i>A problemática urbana e a mercantilização das cidades.....</i>	<i>51</i>
1.2. DO ESPAÇO DA PRODUÇÃO À PRODUÇÃO DO ESPAÇO: O NEOLIBERALISMO E AS CIDADES	56
1.2.1. <i>O espaço como mediação da produção e reprodução social.....</i>	<i>56</i>
1.2.2. <i>A cidade e a circulação do capital: produção e extração do comum</i>	<i>61</i>
1.2.3. <i>O direito à cidade como apropriação e criação do comum</i>	<i>65</i>
 CAPÍTULO 2 - O MTST E AS LUTAS URBANAS: UM MOVIMENTO DE TRANSIÇÃO NO CAMPO POLÍTICO	69
2.1. O CAMPO POLÍTICO ORGANIZADO: ENTRE OS PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO E NEOLIBERALIZAÇÃO.....	70
2.1.1. <i>O Movimento de Reforma Urbana e o ciclo político de democratização: luta por direitos</i>	<i>76</i>
2.1.2. <i>O surgimento dos movimentos de sem-teto e a neoliberalização: lutas de urgência.....</i>	<i>79</i>
2.2. O PERCURSO DO MTST: ENTRE O CICLO DE DEMOCRATIZAÇÃO E O NOVO CICLO POLÍTICO	84
2.2.1. <i>Do campo à cidade: constituindo-se no território urbano</i>	<i>84</i>
2.2.2. <i>Da crise à reorganização: ocupações transitórias e os núcleos periféricos.....</i>	<i>88</i>
2.2.3. <i>Expansão e intensificação das lutas urbanas: entre o confronto e a negociação.....</i>	<i>95</i>
2.2.4. <i>Dos comitês da copa à junho de 2013: redefinições no campo político.....</i>	<i>98</i>
2.3. O PMCMV E A MERCANTILIZAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL	106
2.3.1. <i>O PMCMV-E e os movimentos sociais: disputa pelos fundos públicos e moldes do mercado.....</i>	<i>110</i>
2.4. TRANSIÇÕES: ENTRE A POLÍTICA INSTITUCIONAL NACIONAL E OS TERRITÓRIOS URBANOS	120
 CAPÍTULO 3 – OCUPANDO A PERIFERIA: O CONFLITO SOCIAL NAS MARGENS DA METROPOLE	125
3.1 A OCUPAÇÃO NOVA PALESTINA E A LUTA POR MORADIA NAS FRONTEIRAS DO JARDIM ÂNGELA	126
3.1.1. <i>A trajetória da ocupação nova Palestina: em busca de um lugar na cidade</i>	<i>127</i>
3.2. JARDIM ÂNGELA: DA EXPANSÃO PERIFÉRICA À GESTÃO DAS MARGENS	137
3.2.1. <i>Industrialização fordista e urbanização precária: ocupação irregular e autoconstrução.....</i>	<i>139</i>
3.2.2. <i>A luta pela democratização e a construção do sujeito coletivo</i>	<i>146</i>
3.2.3. <i>Novas configurações urbanas: entre a explosão periférica e a “cidade global”</i>	<i>154</i>

3.2.4. <i>Da gramática dos direitos à gestão do social</i>	158
3.2.5. <i>Urbanização e planejamento urbano: a gestão da crise urbana</i>	167
3.3. ENTRE O CONFLITO E A GESTÃO DAS MARGENS: INDETERMINAÇÕES DA AÇÃO COLETIVA	176
CAPÍTULO 4 – TRABALHADORES SEM TETO: TRAJETÓRIAS E CAMINHOS CRUZADOS	179
4.1. EM BUSCA DE UMA “SAÍDA DE EMERGÊNCIA”: CAMINHOS DA OCUPAÇÃO.....	181
4.2. TRABALHO E MORADIA NAS MARGENS DA METRÓPOLE: A INSEGURANÇA SOCIAL COMO CONDIÇÃO.....	230
4.3. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL: FRONTEIRAS ENTRE O TRABALHO E A VIDA URBANA	234
CAPÍTULO 5 – OCUPAÇÃO VILA NOVA PALESTINA: FRONTEIRAS DA POLÍTICA	240
5.1. A OCUPAÇÃO NOVA PALESTINA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO COMUM.....	242
5.1.1. <i>Da “invasão” à ocupação: entre o individual e o coletivo</i>	243
5.1.2. <i>A organização coletiva: entre formatos e práticas</i>	248
5.1.3 <i>O coletivo: entre a ocupação e a luta pela moradia</i>	266
5.1.4 <i>Espaços coletivos e lugares de encontro: práticas femininas dos cuidados</i>	273
5.2. A OCUPAÇÃO COMO “DESVIO”: MEDIAÇÃO POLÍTICA NA PRODUÇÃO DO COMUM	285
CONSIDERAÇÕES FINAIS	290
REFERÊNCIAS	294
APÊNDICE A – PERFIL DOS TRABALHADORES SEM TETO DA OCUPAÇÃO NOVA PALESTINA	306
APÊNDICE B – OCUPAÇÕES REALIZADAS PELO MTST (1997-2018)	309
ANEXO A – PERFIL DOS TRABALHADORES SEM TETO DA OCUPAÇÃO SBC/MTST	310
ANEXO B – URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO ENTRE 1963 E 1974 (COELHO, 2007)	313

APRESENTAÇÃO

Introdução

Este trabalho aborda a interface entre ação coletiva e dinâmica urbana, interrogando sobre o lugar da cidade nas lutas sociais. A recente intensificação das lutas urbanas e a visibilidade das ocupações são o ponto de partida da pesquisa, que segue a experiência do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, com especial interesse nas dinâmicas do trabalho e da moradia nos últimos anos. Desse modo, o trabalho percorre as mudanças decorrentes do neoliberalismo nos anos 1990, buscando identificar como impactaram a vida dos trabalhadores urbanos mais vulneráveis e como alguns têm se reorganizado em torno da experiência das ocupações urbanas.

O interesse pelo tema está na vertigem dos acontecimentos da última década. As tensões urbanas, os massivos protestos sociais, os impulsos da experiência concreta das ocupações, bem como o protagonismo político do MTST reiteram a importância do urbano na dinâmica social e desafiam a compreender a natureza dos conflitos que nela se propagam. As lutas sociais e o caráter urbano que as atravessa, ao mesmo tempo que revelam que a produção do espaço urbano se coloca no nível da consciência coletiva, também interpelam para o entendimento do que as impulsiona.

A cidade já foi objeto privilegiado de estudos para compreender a realidade brasileira, especialmente nos anos 1970 e 1980, quando, sob a problematização da chamada *questão urbana*, trabalho e moradia figuraram como elementos centrais da dinâmica urbana¹. Nesse debate, estiveram inseridos os estudos sobre movimentos sociais, sobretudo os que buscaram explorar a relação entre movimentos urbanos e condições de vida na cidade². Na verdade, o fortalecimento desses movimentos esteve bastante atrelado ao processo de industrialização e urbanização, principalmente a partir dos anos 1970. Ao longo dos anos 1980, os movimentos sociais tornaram-se uma importante chave analítica pela qual se compreendiam os conflitos sociais, a organização da classe trabalhadora e o processo de democratização. Na passagem

¹ Esse debate sobre o urbano encontrou a discussão sobre a modernização e teve uma espécie de propulsor no pensamento de Francisco de Oliveira, cujo ensaio clássico, *A economia brasileira: crítica à razão dualista* [1972], lançou as bases de uma discussão profícua. Ao longo dos anos 1970 e 1980, os chamados *estudos urbanos* traduziriam a questão social na *questão urbana*, na qual a temática da periferia, entendida como espaço de reprodução da força de trabalho no capitalismo periférico, canalizava as principais reflexões sobre conflitos e lutas urbanas. Como apontam Telles e Cabanes (2006, p.13), a questão urbana condensava o debate sobre a modernidade e as possibilidades de transformação social.

² A constituição do grupo de trabalho “Lutas Urbanas, Estado e Cidadania” na ANPOCS, em 1979, e a publicação da revista Espaço & Debates, em 1980, são expressão da amplitude que assumia o debate da problemática urbana no campo da ação coletiva.

para os anos 2000, o enfoque analítico no processo de institucionalização da participação social e na dinâmica de suas arenas correspondeu ao reposicionamento dos atores políticos que tinham protagonizado a cena pública no ciclo político da democratização e passaram a ocupar espaços institucionais de interação com o Estado. A partir daí, nota-se a predominância de estudos sobre sociedade civil, em que o conflito saiu de pauta, e, no âmbito dos estudos urbanos, da temática da violência. Nesse intervalo, a vertigem das mudanças sociais desarticulou os referenciais pelos quais cidade, política e economia eram compreendidas, como observa Telles (2006).

No contexto brasileiro recente, os protestos de junho de 2013 não apenas colocaram a problemática urbana na ordem do dia, como produziram narrativa e repertório potencializadores das lutas urbanas, que se desdobraram nas mobilizações contra as remoções decorrentes dos megaeventos esportivos, e no protagonismo do MTST nos anos posteriores. Acompanhando a dinâmica da ação coletiva, esta pesquisa explora contradições produzidas pelo neoliberalismo, buscando identificar nexos entre política, economia e cidade. Para tanto, a pesquisa se apoia na trajetória do MTST, para perfazer os traçados das mudanças que impactaram a dinâmica urbana e os modos de ação coletiva.

O MTST é um movimento urbano que surge nos anos 1990, na contramão do chamado “refluxo” dos movimentos sociais, propondo-se a organizar a classe trabalhadora em torno da questão da moradia, por meio de ocupações urbanas³. Herdeiro do ciclo político da democratização, mas nascido no contexto da neoliberalização, o movimento atravessou a virada do século, tornando-se um dos principais atores da cena política após junho de 2013. Atualmente, figura como o maior movimento urbano no Brasil, difundido em 11 estados e com maior expressão na cidade de São Paulo, onde mobiliza cerca de 20 mil famílias e consolidou lideranças políticas importantes, como Guilherme Boulos, candidato a Presidente da República em 2018. A trajetória, constituição e redefinições desse movimento, associadas à prática das ocupações urbanas, delimitam um universo sobre o qual é possível explorar o conflito na produção do espaço urbano, em que os modos de *dominação* e *apropriação* da cidade estão em disputa.

Assim, seguindo as trilhas dos conflitos urbanos, este trabalho, por um lado, parte da compreensão de que o campo de conflitualidade aberto em junho de 2013 reconfigura o campo

³ A interpretação acerca do “refluxo” dos movimentos (GHON, 1997; CARDOSO, 1994) baseia-se numa categorização segundo a qual as décadas de 1970, 1980 e 1990 foram respectivamente de aparição, crescimento e refluxo dos movimentos sociais. Considero que, nesse período, os movimentos sociais passaram por mudanças, decorrentes do contexto sociopolítico, porém não compartilho do pressuposto de linearidade dessa categorização que afirma o “refluxo” dos movimentos. Como veremos, a experiência do MTST tanto aponta essas mudanças, quanto contesta a tese do refluxo.

político e impulsiona um novo ciclo político, marcado pelo aprofundamento do neoliberalismo no Brasil; por outro, localiza o MTST como um movimento intermediário entre o ciclo político de democratização e o novo ciclo, em especial no que se refere às lutas urbanas, argumentando que o MTST expressa um deslocamento nos modos como se configura o conflito na produção do espaço urbano. Desse modo, sua relevância no campo da ação coletiva está fortemente ligada à conjuntura política do país e à centralidade do conflito urbano, em paralelo às mudanças ocorridas no mundo do trabalho e aos impactos nas formas organizativas da classe trabalhadora decorrentes do neoliberalismo.

Assim, procuro mostrar que as redefinições nos modos de produção do espaço e nas relações de trabalho, no sentido da mercantilização, afetaram profundamente as condições de reprodução social. Com isso, uma parcela considerável da classe trabalhadora entra em regime de urgência, ao mesmo tempo que se modificam os vínculos de sociabilidade, conduzindo a redefinições na ação coletiva, na qual o espaço urbano passa a ser uma mediação relevante. Diante disso, as ocupações urbanas tanto expressam o conflito na produção do espaço urbano, como são espaços de embates e experimentações coletivas que interferem diretamente na vida cotidiana, constituindo-se em *mediações* políticas potentes. Embora a ocupação de terrenos urbanos seja uma prática popular antiga, associada às condições precárias de vida dos trabalhadores, ela adquire outros contornos e sentidos no atual contexto social. Enquanto modo de ação coletiva, as ocupações ligam-se à estruturação do espaço urbano, à luta pelo direito à moradia e à luta pela condição de existir na cidade e de ocupá-la.

Percurso e problematização da pesquisa: onde o trabalho se insere

Esta pesquisa foi motivada por uma percepção cotidiana de que a intensa dinâmica urbana que se impõe à vida e às relações sociais anunciava constantemente tensões sociais, até que junho de 2013 fez emergir esses conflitos numa grande onda de protestos. Dois anos depois, ingressei no curso de doutorado, cuja pesquisa tinha como objeto de interesse investigar as interfaces entre *ação coletiva* e *dinâmica urbana*⁴.

O projeto original tinha por objetivo explorar o *conflito urbano* vinculado aos protestos, a partir do MPL e da questão do transporte público. No decorrer do doutorado, entretanto,

⁴ *Ação coletiva* é entendida numa acepção política e recorte específico, referindo-se a organizações da sociedade na luta por objetivos e recursos comuns. O termo é mais amplo do que movimento social, este considerado aqui uma mediação da ação coletiva. A opção inicial por essa denominação mais genérica pressupõe a possibilidade de lidar com mudanças na dinâmica social que afetaram determinadas categorias, o que exigiria um instrumental analítico menos rígido e mais ajustado à pesquisa exploratória. A dinâmica urbana, por sua vez, é o próprio referencial de observação do movimento histórico que orienta a pesquisa, pautado pelas transformações urbanas.

passamos a experimentar uma nova dinâmica política instituída em junho de 2013, o que redirecionou os caminhos da pesquisa. Enquanto o MPL se diluiu num fluxo de práticas, formas, repertórios e discursos que reapareciam em outros atores, cenas e episódios (nova definição de movimento social?), o MTST ganhava a cena pública multiplicando ocupações imensas e tornando-se o movimento social mais ativo após junho de 2013. Em vista disso, em diálogo com o orientador, definimos que a pesquisa deveria se ater a esse movimento como modo de compreender as novas condições sociais de luta.

A trajetória e atuação do MTST ofereciam pistas sobre as redefinições ocorridas no campo da ação coletiva, tendo em vista o curso dessa ação coletiva no Brasil e suas interações com a dinâmica da produção da cidade, desde a redemocratização. É justamente nesse período que surgem os movimentos de sem-teto, incluindo o MTST. Porém, como pontua Miagusko (2008, p.71), eles indicam “outra ação política, outro perfil da demanda e nova cena de expectativas de atendimento do Estado em relação às demandas sociais”. Na interpretação do autor, isso seria expressivo de uma década de diminuição de políticas públicas, flexibilização e perda de direitos, privatização e ascensão do mercado como parâmetro e, principalmente, encolhimento da cena pública. Desdobrando essas ideias, minha análise acerca da experiência do MTST aponta seu contínuo reposicionamento dentro do campo político da esquerda, o que é entendido como uma condição do atual contexto de neoliberalização.

Como já amplamente explorado pela literatura sobre movimentos sociais, o período de redemocratização foi marcado pela aposta nos chamados “novos sujeitos sociais”, representados pelos movimentos sociais, o novo sindicalismo e setores organizados da sociedade civil. Essa aparição e as novas formas de inserção desses atores impulsionaram o debate político das décadas de 1970 a 1990, conduzindo a uma renovação das matrizes de leitura⁵. No decorrer desse período, o conjunto de análises variou de uma perspectiva guiada pelos vínculos com a cidade como experiência de classe à enfoques múltiplos acerca das relações de poder e dos modos de organização, como a questão da autonomia em relação ao Estado e governos, as identidades, os formatos⁶. Enquanto uma parte dos estudos se orientou

⁵ Para revisão e aprofundamento desse debate acadêmico, ver: Paoli (1995) e Telles (2006).

⁶ Sobre o conjunto de teorizações acerca dos movimentos sociais no Brasil, Baierle (1992) distingue três linhas de abordagem: a) econômico-estrutural, cujas referências são autores, como Lojkin, Castells, Borja e Topalov, além de alguns trabalhos de Francisco de Oliveira, Lúcio Kowarick, Pedro Jacobi e José Álvaro Moisés; b) antropológico-cultural, à qual se filiam autores como Ruth Cardoso, Teresa Caldeira, Eunice Durham e Tilman Evers; c) histórico-política, com uma abordagem mais recente, na qual se encontram textos de autores variados, como de Marilena Chauí, Evelina Dagnino e Vera da Silva Telles. De forma similar, Doimo (1995) também identifica três matrizes teóricas distintas: a) estrutural-autonomista, da qual podem ser citados Manuel Castells, Jean Lojkin, Francisco de Oliveira e José Álvaro Moisés; b) cultural-autonomista, da qual se podem citar Edward

pelas práticas e cultura política para pensar o processo de democratização, racionalidade e subjetividade, formação de identidades, cidadania e direitos, outra focou aspectos da institucionalidade desses movimentos, seus entraves e a conjuntura política do momento de democratização (PAOLI, 1995).

O predomínio dos estudos sobre a sociedade civil, suas instituições e as novas instâncias participativas e canais de interação com o Estado, ao longo dos anos 2000, trazia um indicativo das mudanças nos modos da ação coletiva. Durante o meu trabalho de mestrado, concluído em 2010, descrevi os processos de democratização e reforma gerencial do Estado, assinalando que: a) a ação coletiva passava pela institucionalização da participação social por meio de mecanismos de interação com o Estado, dentre os quais investiguei os conselhos de gestão de políticas públicas; b) havia uma convergência entre políticas sociais definidas no horizonte da cidadania e a gestão de políticas públicas na área da assistência social, cuja trajetória reconstituí no meu estudo⁷. A tendência à institucionalização somada à crescente criminalização dos movimentos sociais⁸ e ao esvaziamento da política pela hegemonia neoliberal marcavam um descenso das chamadas lutas diretas e reivindicativas. Para além dos apontamentos sobre as continuidades de formas autoritárias e o baixo alcance da democracia no plano social, era problematizado o caráter ambíguo das novas formas democráticas, gestadas, ao mesmo tempo, no bojo da democratização e do movimento global de neoliberalização.

Juntamente com o desaparecimento dos referenciais de luta dos movimentos sociais e a indeterminação política, a questão urbana também ganhava outro contorno, separando-se da ação coletiva engendrada pelos movimentos sociais.

Sobre o neoliberalismo, desde os anos 1990, o CENEDIC (Centro de Estudos dos Direitos de Cidadania) se voltou a compreender os efeitos do chamado “desmanche neoliberal”⁹ e os conflitos em torno dos “direitos de cidadania”. Sua interpretação indicava que o avanço da privatização neoliberal e a crise da regulação pública do mundo social destituíam “as possibilidades de democratização e republicanização, anteriormente abertas pelo fim da ditadura militar” (OLIVEIRA e RIZEK, 2007, p.7). Na interpretação de alguns autores ligados ao CENEDIC, ocorriam mudanças no próprio conceito de política, à medida que o momento de

Palmer Thompson, Ilse Scherer Warren, Lúcio Kowarick, Eder Sader, Maria Célia Paoli, Vera da Silva Telles e André Caccia-Bava e c) enfoque institucional, com destaque para Boaventura de Souza Santos e Ruth Cardoso.

⁷ O trabalho encontra-se publicado em livro, ver: Falchetti (2011).

⁸ A criminalização dos movimentos sociais foi denunciada na greve dos petroleiros em 1995, no massacre de Eldorado dos Carajás em 1996 e nos ataques midiáticos e jurídicos contra o MST na virada dos anos 2000.

⁹ Termo cunhado por Schwarz para tratar da desarticulação das referências que constituíam um projeto coletivo de integração social pela cidadania como aposta política para o futuro.

institucionalização das conquistas alcançadas era acompanhado da anulação da esfera pública. A privatização da esfera pública corroboraria para que se forjassem consensos, como par oposto ao sentido de *dissenso*, nos termos de Rancière (1996)¹⁰. Os limites dessas experiências populares, bem como de sua participação institucionalizada estariam, então, de partida, bastante delineados e fariam parte de novas formas de *gestão*, cuja referência temporal é o presente.

Se antes a questão urbana era definida sob a perspectiva (e promessa) do progresso, da mudança social e do desenvolvimento (anos 60/70) e, depois, da construção democrática e da universalização dos direitos (anos 80), agora os horizontes estão mais encolhidos, o debate é em grande parte conjugado no presente imediato das urgências do momento, os problemas urbanos tendem a deslizar e a se confundir com a gestão urbana. (TELLES e CABANES, 2006, p. 14)

Mas, se o terreno do conflito foi modificado e a política parece não ser mais possível nos termos em que foi anunciada na década de 1980 e referenciada nos anos 1990, era preciso saber que mundo se construía sob as ruínas do *desmanche*, na “era da indeterminação”. Para apreender o desconhecido, colocava-se o desafio do instrumental analítico, que também tinha se desajustado pelas intensas mudanças dos tempos. Isso levou um conjunto de pesquisadores às microfibras do tecido social, etnografando e descrevendo histórias, cenas e territórios do cotidiano da vida urbana, em busca de redefinir o plano de referências conceituais. Dentro dessa perspectiva, Telles (2010) propõe tomar a cidade como um *plano de referência* sobre o qual assentar as pesquisas, pensar e cartografar conflitos e experiências sociais.

Reitermos a cidade como plano de referências é, de um lado, o que nos permite colocar nossas questões – e inquietações – em diálogo com os dilemas postos no mundo contemporâneo, trabalhando as transversalidades e ressonâncias de uma experiência que faz da cidade, efetivamente, um campo de batalha, mas também um campo de experimentação histórica na qual estamos todos envolvidos. (TELLES, 2013, p.373)

Assim, ao longo dos anos 2000, um conjunto de pesquisadores se colocou em campo nas periferias urbanas retratando a dinâmica social e política em densas descrições etnográficas. Esses estudos seguiram as trilhas do trabalho informal e da subcontratação, da precarização e

¹⁰ De acordo com Rancière (1996), política e polícia são duas atividades distintas que determinam a dinâmica de uma comunidade e não devem ser fundidas. A polícia é o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Ela opera pela lógica do ordenamento de espaços e tempos, funções e atividades, seja pelo princípio do mercado, seja pelo princípio do comum. Já a política diz respeito à capacidade de ação livre, criando uma margem de imprevisibilidade que embaralha o campo da experiência sensível, no qual se manifesta a pluralidade do mundo em comum. É o lugar do conflito e dos dissensos, no qual se atualizam demandas que não são pressupostas por um estado de coisas. A política não se manifesta em um espaço público pré-definido, em contraste com o espaço privado; o campo de ação política não se contrapõe necessariamente às demandas do social, pois a ação política não tem temas ou espaços adequados para sua manifestação; ela toma de empréstimo os espaços da polícia, tornando público algo que era considerado privado, conectando sujeitos. A política é o encontro da *lógica igualitária* com a *lógica policial*, e esse encontro em si é um excesso, o *excesso da democracia*.

do trabalho doméstico, do tráfico de drogas e do comércio ilícito, da violência policial e dos presídios, das ocupações irregulares e da população de rua, das famílias chefiadas por mulheres, da crescente influência das igrejas evangélicas na periferia¹¹. Trajetórias pessoais e coletivas, e cenas da vida cotidiana que descreviam as “saídas de emergência” das classes trabalhadoras na periferia da cidade, em meio à “tormenta neoliberal” e ao encurtamento do horizonte político. Para além das novas e velhas condições precárias da vida urbana na periferia, cujo acesso aos serviços básicos, inclusive, tinha melhorado, o estranhamento vem da lógica do “salve-se quem puder” que vai do trabalhador precário às organizações sociais e filantrópicas.¹²

Entre os deslocamentos detectados nos percursos dos sujeitos individuais e coletivos, estavam, de um lado, o das mediações que articulavam o mundo social e o político, e, de outro, a perda do referencial que regia a interação dos atores políticos com o mundo contemporâneo. Tal é a situação do diagrama dos direitos e de todo o referencial com que operavam os atores políticos. Daí o descolamento social dos partidos, movimentos e sindicatos tradicionais. Nessa toada, já se ia uma década de “hegemonia às avessas”¹³ com os governos do PT e sua lógica de “pacificação das classes”, como pontuara Francisco de Oliveira:

Você derrota a poderosa discriminação social brasileira, o preconceito de classe absurdamente alto num país com tradição racista, para quê? Para governar para os ricos. E os ricos consentem, desde que os fundamentos da exploração não sejam postos em xeque. É o que o PT faz. É o que o governo do Lula faz. É ao avesso, portanto. A característica da hegemonia às avessas é que a política não passa pelo conflito de classes. Desviou-se. (OLIVEIRA, 2007, s/p)¹⁴

Isso tudo deixava em aberto a indagação sobre como estavam se processando as tensões sociais produzidas numa sociedade em movimento. Então, veio junho de 2013 e descarregou um mundo em conflito no coração das cidades, abrindo caminho para a política do *dissenso*, nos termos de Rancière. Da crise urbana à de representação, passando pela violência policial, tudo veio à tona, unificando cidade e política. Junho foi o momento em que o sufoco diário de deslocamento na metrópole transbordou o transporte, a violência policial periférica chegou ao centro e a política deixou os gabinetes e consensos e apareceu nas ruas. Foi também um

¹¹ Termo cunhado por Schwarz para tratar da desarticulação das referências que constituíam um projeto coletivo de integração social pela cidadania como aposta política para o futuro.

¹² Para conhecer esses trabalhos, ver: Cabanes et al (2011).

¹³ Formulação de Francisco de Oliveira para explicar o exercício do poder pelos governos do PT, no qual a política é substituída pela “administração de políticas públicas sociais”, que arrasta os movimentos social e sindical para dentro da lógica neoliberal. Assim, “enquanto as classes dominadas tomam a ‘direção moral’ da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada” (OLIVEIRA, 2010, p.24).

¹⁴ Entrevista concedida ao jornal O Globo, edição 04 de fevereiro de 2007.

momento de ensaio criativo da política, que se expressou em outra estética, formato e repertórios dos protestos, redefinindo o modo como seriam lidos e conduzidos a partir de então.

Depois disso, nada ficaria no lugar, tudo seria afetado por aquele acontecimento. Passados seis anos, é consenso que junho de 2013 impactou os rumos do país, não por ter dado uma agenda programática à política institucional ou algo assim, mas porque os poderes temem que algo semelhante volte a ocorrer. As forças de restauração, incluindo a quase totalidade dos partidos e instituições da ordem, operaram por meio de repressão, cooptação e concessões, desgatilhando a potência das ruas e calibrando os sistemas de controle social.

Naquele momento, ficou claro que o *modo de regulação lulista* demonstrara seus limites na gestão dos conflitos, como indica Braga (2016; 2017). Ao anunciar que as ruas já não estavam sob controle, junho de 2013 colocou em xeque o lugar do PT no pacto de pacificação social. Apesar de reeleita nas urnas em 2014, numa eleição disputadíssima, Dilma Rousseff (PT) já não teria condições de sustentar seu próprio governo. Mesmo adotando o programa do adversário, o que cancelava o apoio de boa parte da esquerda, o governo seria também afetado pela crise econômica internacional iniciada em 2008, culminando no golpe político de 2016.

Mas a crise anunciada em junho de 2013 era muito mais profunda do que fez parecer a oposição ao PT, e mesmo a crise do modo de regulação lulista tem seu fundamento nos limites distributivos do regime de acumulação pós-fordista financeirizado, como analisa Braga (2017). Os anos seguintes foram marcados pelo aprofundamento do neoliberalismo e pela intensificação dos conflitos sociais. Nesse quadro, a eleição de Bolsonaro (PSL), candidato de extrema direita, e a radicalização das reformas neoliberais pelo seu governo, em tudo se aproximam do que Dardot e Laval (2019, s/p) consideram o *novo neoliberalismo*, que avança em todo o globo. Na perspectiva dos autores, a atual exacerbação do neoliberalismo “conjuga maior liberdade do capital com ataques cada vez mais profundos contra a democracia liberal-social, tanto no âmbito econômico e social, como no terreno judicial e policial”.

Frente a esse cenário, as lutas de urgência de cunho vital emergem como resistência. A preponderância do MTST na cena política aponta para as periferias da metrópole, recolocando trabalho e moradia no centro dos conflitos. A luta por moradia não é nova nas cidades do Brasil, mas a constituição de gigantescas ocupações organizadas nas periferias da metrópole indicava uma situação nova. Embora se trate de uma parcela historicamente precarizada no Brasil, é inegável que suas condições de vida haviam se alterado. O lulismo, que, por um lado, trouxe melhoras no mercado de trabalho e na renda das famílias pobres, também esteve associado, por outro, à gestão da pobreza e à mercantilização das cidades. Isso tudo levou a indagar sobre

como os desdobramentos do regime de acumulação pós-fordista neoliberal têm afetado os modos de inserção urbana das classes trabalhadoras e suas práticas de organização coletiva.

Assim, a questão aberta com as lutas urbanas recentes diz respeito à natureza do conflito que se processa mediante as novas configurações urbanas. Que tipo de antagonismo social está em curso? Qual o lugar da cidade nas lutas sociais? Como a luta social produz a cidade e é produzida por ela? Como se dá a experiência vivida pelos movimentos de luta por moradia?

Essas questões se confrontam com certa insuficiência do quadro analítico da chamada Teoria dos Movimentos Sociais¹⁵ para compreendê-las, posto que ela se volta mais aos atores e suas ações do que aos conflitos. Ainda que a *contentious politics* tenha ampliado o campo empírico, o foco continua nas circunstâncias da ação e suas *oportunidades políticas*, sem aprofundar a compreensão sociológica do conflito. Por isso, os estudos têm se limitado a esquadrinhar os movimentos e suas formas de ação, caracterizando-os e classificando-os conforme ideologias, repertórios e composição. Daí a ênfase nos conceitos de *frame*, *agency*, *performance*, *identidades*, entre outros. Contudo, isso diz pouco sobre o que a move a ação coletiva e o seu significado social.

Para Galvão (2011, p.112-113), *conflitos sociais* são a manifestação de contradições estruturais agravadas por problemas conjunturais, que se manifestam de diferentes formas, em diferentes intensidades, exprimindo conteúdos distintos, a depender do perfil político-ideológico das organizações que assumem o papel das mediações da ação dos dominados. Além disso, nem todo o conflito se reduz ao de classe; os conflitos do trabalho e os de cunho societal frequentemente aparecem imbricados.

Nessa perspectiva, ao abordar a relação entre ação coletiva e dinâmica urbana por meio do conflito na produção do espaço urbano, a minha proposta buscava um “despertar analítico” para os conflitos urbanos. Mas encontrava dificuldade em definir uma abordagem capaz de superar a perspectiva da cidade “cenário” ou “palco” da ação coletiva. O texto apresentado no Exame de Qualificação, no início de 2017, reportava esse problema. O relato de campo resultara numa descrição detalhada das ações do MPL e do MTST, sem acessar o emaranhado de

¹⁵ Conforme Alonso (2009), a Teoria dos Movimentos Sociais comporta três perspectivas predominantes: a) Teoria de Mobilização de Recursos (McCarthy e Zald), voltada ao processo de mobilização, sua racionalidade e organização, observando, portanto, aspectos micro-organizacionais e estratégias de ação; b) Teoria do Processo Político – TPP (Tilly, Tarrow, McAdam), focada na dimensão macropolítica, observando seus condicionantes e a “estrutura de oportunidade política”; c) Teoria dos Novos Movimentos Sociais – TNMS (Touraine, Habermas, Melucci), centrada nos aspectos simbólicos e cognitivos da ação coletiva. As duas últimas, diferentemente da primeira, voltada à estrutura interna dos movimentos, oferecem explicações macro-históricas dos movimentos a partir de aspectos políticos e culturais, rejeitando também a explicação de chave econômica. Mas, enquanto a TPP preocupa-se com a mobilização política, a TNMS atenta-se mais à mudança cultural.

simultaneidades que configuram o espaço urbano. Na ocasião, a banca me orientou a delimitar mais o campo, concentrando a análise no MTST, com maior enfoque etnográfico.

Com essas redefinições, retomei a pesquisa de campo dedicando mais tempo e atenção à ocupação Nova Palestina, que eu acompanhava desde o final de 2015. Concomitantemente, segui aprofundando leituras sobre estudos urbanos, buscando me orientar no complexo campo dessas pesquisas. Nessa perspectiva, são valiosas as proposições de Telles (2015, p.22-24) para: a) reter a cidade como plano de referência, buscando transversalidades e ressonâncias nos diversos espaços e territórios urbanos, evitando o caleidoscópio de situações ou as generalizações; b) privilegiar a investigação empírica acerca das lógicas de produção dos espaços urbanos em lugar de partir de categorias e definições precodificadas. Perpassando as diversas territorialidades urbanas, a autora indica “duas linhas de força” que ajudam a localizar os antagonismos sociais:

de um lado, as lógicas e circuitos de mercado, e as tendências de uma expansiva mercantilização dos espaços e territórios, mas também das formas de vida, modos de ser e habitar a cidade, em seus contextos de referência; de outro, as formas de controle inscritas na produção de gestão desses espaços (TELLES, 2015, p.24).

Seguindo nessa direção, esta pesquisa experimenta tomar o espaço urbano e seu fazer social como plano de análise, observando deslocamentos de um tempo histórico compreendido pelo neoliberalismo, o qual situamos desde os anos noventa. Nesse eixo espaço-temporal, no qual se pode situar uma “transição” da “cidade fordista” para uma “cidade pós-fordista”¹⁶, busco compreender os nexos entre trabalho, moradia, cidade e política, a fim de identificar como se movem e redefinem conflitos, práticas e respostas coletivas no âmbito da produção da cidade.

Assim, num registro mais circunscrito, explora-se a tecitura de duas pontas do mesmo processo societário: de um lado, as reconfigurações socioespaciais impulsionadas pelas forças globais do capital; de outro, a vida social atravessada pela lógica do mercado, pela violência e pelo controle estatal. Desse ponto de vista, a ação coletiva é tomada como “guia” que sinaliza aquilo que está em movimento e nos permite enxergar essas conexões. Ou seja, a abordagem sobre ação coletiva, com ênfase no MTST, busca interrogar o que ela informa sobre os conflitos.

¹⁶ Essa demarcação serve como referencial analítico para referir as mudanças no modo de constituição do espaço urbano e de inserção nele, associadas à transição da industrialização fordista para a estrutura produtiva pós-fordista após os anos 1980. Não se trata de estabelecer uma relação de causalidade entre o modo de produção e o espaço urbano, ou de espelhar um no outro, mas de estabelecer um referencial tempo-espacial a partir do qual se procura identificar os nexos entre trabalho, moradia, cidade e política. Nessa perspectiva, espaço e tempo correm juntos, à medida que os sujeitos da ação nele se movem e redefinem relações.

Campo e procedimentos de pesquisa

A pesquisa de campo é centrada em dois focos: a trajetória e atuação política do MTST na cena pública, e a dinâmica e configuração da ocupação Nova Palestina em articulação com o território do Jardim Ângela. O MTST é entendido como ação coletiva organizada em torno do conflito na produção do espaço urbano, e observado a partir de situações específicas da cena pública e de espaços internos a sua organização, bem como de suas interações com outros atores sociais e posicionamentos políticos acerca de questões relevantes ao tema urbano. A ocupação Nova Palestina é observada a partir do território periférico de São Paulo onde se insere, tendo em vista a experiência urbana na vida cotidiana de seus integrantes e suas trajetórias.

As atividades de campo foram desenvolvidas durante todo o período da pesquisa (2015-2018). Inicialmente, houve ênfase naquelas relativas à coleta de dados sobre o MTST, o que se inverteu após a qualificação, quando passei a priorizar a etnografia na ocupação.

Quando iniciei a pesquisa, eu participava uma mobilização social que me aproximou de integrantes do MTST, com quem eu não tinha relação prévia. Esse contexto de mobilização, a visibilidade adquirida pelo MTST e a crescente veiculação e registro audiovisual de quase tudo facilitaram o acesso às informações, mas dificultaram o processamento delas. Notei que a velocidade com que os atores políticos eram interpelados a responder à conjuntura e à nova correlação de força impunha uma redefinição quase permanente do campo, que, em última instância, inviabilizava qualquer formulação de longo prazo por eles. Foquei meu estudo no percurso do MTST, observando a mudança nas condições de luta e o modo como respondeu a isso. Para tanto, coletei material e bibliografia sobre o histórico do MTST, o que ainda é escasso, dada a pouca formalização de sua organização e a falta de recursos do Movimento para isso. Até então, a maioria dos registros de suas ações era divulgada nas redes sociais, mas isso foi se moderando, conforme os ataques ao movimento se intensificaram na internet.

A estrutura organizativa do movimento é relativamente simples, tendo se tornado mais “burocratizada” após a atuação no PMCMV, momento em que conquistou uma sede própria em Taboão da Serra. O espaço foi construído em 2011 e conta com apenas dois funcionários permanentes, bastante voltados a processos dos empreendimentos do PMCMV e à manutenção dos cadastros. Além dessa finalidade, o lugar é usado para atividades de formação e encontros das ocupações, da coordenação estadual ou nacional. Durante a pesquisa, estive na sede do MTST em diferentes situações, fiz alguns registros e entrevistas com militantes do movimento.

Quanto à interação com o movimento e seus militantes, vale observar que a presença de estudantes e pesquisadores não é novidade e assume várias interfaces. É comum a participação

de estudantes e intelectuais nos chamados “setores de apoio” do movimento, colaborando com cursos de formação ou apoio técnico às atividades. Também é intensa a circulação dos debates e a produção acadêmica entre os movimentos de modo geral, o que se deve à maior facilidade de acesso à informação¹⁷, mas também ao perfil dos militantes. No MTST o pequeno grupo de militantes que forma seus quadros é composto por jovens com formação universitária, trajetória política e trânsito em outros espaços de debate. Isso faz com que o movimento também produza uma narrativa de si, por vezes afinada com a discussão acadêmica, o que desloca os modos como a pesquisa apreende esses atores.

Quando iniciei as atividades de campo na ocupação Nova Palestina, meu foco estava voltado a quem compunha a base social do MTST. Numa primeira aproximação, fiz um levantamento socioeconômico por meio de um questionário semiestruturado. Ao me dirigir às pessoas com as questões fechadas, percebia que as respostas envolviam sempre um “falar da vida” que não “cabia” no questionário. Eu acabava sempre ouvindo e alongando a conversa. Eram “histórias de si”, frequentemente trágicas, às vezes heroicas, mas sempre cheias da necessidade de serem ouvidas. Ao longo da pesquisa, chamou-me a atenção o sofrimento carregado de forma individual e o quanto as situações de acolhimento, que eventualmente eram proporcionadas na ocupação, predispunham as pessoas aos vínculos coletivos.

Com o tempo e a regularidade que eu ia à ocupação, conheci “personagens”, estabeleci relações mais ou menos próximas com algumas famílias e passei, então, a adotar a técnica das entrevistas em profundidade. Às vezes, era preciso negociar o “grande dia” em que alguns me contariam suas histórias, transformando-o num “evento”. Às vezes, me perguntavam se eu era psicóloga, assistente social ou jornalista. Com os psicólogos, tinham certa empatia; com os assistentes sociais, já estavam acostumados; dos jornalistas, tinham receio; e dificilmente entendiam o significado do sociólogo.

Como se observa, o universo social que compõe o campo empírico é bastante heterogêneo, de modo que os contextos de interação também envolviam repertórios distintos. Dentro disso, as pessoas que compõem a pesquisa na condição de “informantes” do campo são entendidas como interlocutoras. Analiticamente, todas as falas, com suas categorias, valores e símbolos mobilizados, têm o mesmo estatuto na pesquisa, o da reflexão (FELTRAN, 2010).

A pesquisa empírica, predominantemente qualitativa, combinou diferentes técnicas e instrumentos, de modo a confrontar e complementar informações, o que inclui: a) observação

¹⁷ Muitas vezes esse debate é mediado por determinados canais da mídia alternativa, ou mídia-ativismo, compondo um campo mais amplo de articulação no campo da esquerda.

participante em diversos atos e manifestações realizados pelo MTST entre 2015 e 2018, com registro de fotografias, áudios e anotações de impressões; b) levantamento e leitura de materiais sobre o MTST e os protestos de junho de 2013, tais como notas, declarações, documentos, fotos, vídeos, entrevistas, textos produzidos por participantes, extraídos de revistas, jornais, *sites*, *blogs*, *Facebook* etc.; c) entrevistas com roteiro semiestruturado, realizadas presencialmente com militantes da coordenação geral do MTST e gravadas em áudio; d) questionário com perguntas fechadas aplicados individual e presencialmente a 100 integrantes da ocupação Nova Palestina (MTST), e registradas no *Google forms*; e) entrevistas em profundidade com foco nas trajetórias pessoais, realizadas com 25 integrantes da ocupação Nova Palestina e registradas em áudio com anotações das impressões da circunstância; f) visitas às ocupações do MTST e conversas espontâneas com participantes do movimento, com registro posterior das impressões; g) circulação e observação em territórios do Jardim Ângela, com anotação de situações específicas; h) entrevistas semiestruturadas e presenciais com moradores do Jardim Ângela, lideranças locais e representantes de organizações sociais e órgãos públicos atuantes no local, com registro escrito.

A pesquisa etnográfica foi baseada na observação participante e guiada por entrevistas narrativas (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002), as quais seguem a linha do relato sobre a história de vida, enfocando as transformações ocorridas na trajetória das pessoas até o momento em que se engajam na ocupação, com destaque para experiências de trabalho e moradia. As narrativas foram colhidas com o intento de traduzir a experiência vivida pelos trabalhadores sem teto nos territórios periféricos. O estatuto atribuído a cada um desses “informantes”, no âmbito da pesquisa, se definiu pelo mesmo critério: o reconhecimento dos sujeitos portadores de uma narrativa de si e do mundo, com a qual orientam suas ações. Cabe, portanto, ao pesquisador situar os contextos e localizar socialmente as enunciações discursivas e práticas sociais.

Todo esse levantamento de quatro anos de campo resultou num volume relativamente grande de material de pesquisa e informações, de modo que nem tudo pôde ser explorado neste trabalho, seja pelas limitações de tempo, de recorte analítico ou pela complexidade do campo a ser aprofundado. Em vista das reformulações do projeto e reorientação do trabalho, a pesquisa de campo durou até o segundo semestre de 2018, e restou pouco tempo para processamento analítico e escrita. Optei, assim, por selecionar alguns casos e situações mais representativas e emblemáticas para trazer ao texto.

Conforme a perspectiva adotada, tanto o MTST quanto os integrantes da ocupação são tomados como “guias”, cujas trajetórias conectam tempos e espaços e nos informam sobre os deslocamentos socio-históricos. Seguindo o percurso do MTST, sua constituição e redefinições, associados às ocupações urbanas, procurei ligar os fatores internos à ação coletiva aos externos, observando as condições de luta, sobretudo no que se refere à dinâmica urbana. Assim, quando dirigida à ação coletiva, esta pesquisa indaga sobre a cidade que figura nas lutas e interpela seus atores; contudo, o espaço concreto de ação onde se desenrola a pesquisa etnográfica é o urbano da vida cotidiana. Ao reconstituir as trajetórias dos integrantes da ocupação, o foco foi observar a experiência urbana envolvendo trabalho e moradia na periferia da cidade de São Paulo, para então situar a mediação política do MTST e sua espacialização na forma das ocupações.

Conforme Telles (2006), as trajetórias pessoais e coletivas oferecem as coordenadas dos territórios, mas são aquelas situações e cenas que condensam espaços e territórios com os tempos políticos da cidade as que nos oferecem elementos para apreender a trama das relações e as forças operantes na dinâmica social. Nessa perspectiva, as ocupações urbanas podem ser entendidas como o momento em que tensões sociais encontram agenciamentos políticos, dando expressão ao conflito. A partir disso, podemos reconstituir as linhas de força que as atravessam e tensionam as experiências coletivas.

Ao longo do trabalho, são apresentadas algumas *cenas*, cujo objetivo, mais que ilustrar ou contextualizar, é retratar situações e acontecimentos que nos ajudam a situar o objeto e problematizar o campo. Elas funcionam como tópicos que condensam elementos do todo ou anunciam questões. Para evitar expectativas não condizentes com a proposta, fica o alerta ao leitor de que o objetivo não é “dissecar” as cenas. Elas estão ali, muitas vezes, para dizer do que nos escapa à análise mais metódica, e falam por si.

Assim, partindo de uma abordagem exploratória, procuro apreender o conflito na produção do espaço urbano articulando uma perspectiva marcoestrutural, na qual atua a lógica da acumulação de capital sobre as redefinições do trabalho e da moradia, a uma perspectiva microsocial, na qual se desenrola a vida cotidiana da organização coletiva em suas lutas e ocupações urbanas. O esforço analítico orienta-se pelo método *crítico-reflexivo* (BURAWOY, 2014), o qual propõe articular a abordagem macrosociológica dos fenômenos à observação etnográfica, de modo que as forças sociais são analisadas em seus fatores internos (composição de classe, organização, repertório político etc.) e externos (conjuntura política, interações entre os agentes sociais, correlação de forças).

Organização dos capítulos

A hipótese teórica que norteia este trabalho é que, no contexto do neoliberalismo, o conflito social teria se espacializado no tecido urbano, à medida que os imperativos do mercado e da propriedade privada se estendem a todas as esferas da vida. Dentro disso, a pesquisa empírica explora as transformações e impactos do neoliberalismo no Brasil a partir das lutas urbanas, argumentando que o MTST é expressivo desses deslocamentos do conflito social.

Ao abordar a interface entre ação coletiva e dinâmica urbana, a análise se concentra em três vértices: a) a produção do espaço urbano em vista da dinâmica do capital, com base no debate teórico sobre o deslocamento do conflito social para o espaço urbano; b) o lugar das cidades nas lutas sociais, observando a dinâmica da ação coletiva; c) o significado das ocupações urbanas, analisando a configuração dos territórios periféricos. Esses três eixos percorrem transversalmente os capítulos da tese, assim organizados.

No primeiro capítulo, é problematizada a relação entre ação coletiva e dinâmica urbana, interrogando sobre o lugar das cidades nos conflitos sociais, tendo em vista o contexto do neoliberalismo. Partindo dos protestos sociais recentes, procuro iluminar o caráter urbano dos conflitos contidos nos protestos de junho de 2013 e a emergência de um novo ciclo de lutas, em que o MTST ganha preponderância no cenário político. Em seguida, são apresentadas formulações sobre o neoliberalismo, aproximando-as de abordagens a respeito do estatuto das cidades na dinâmica do capitalismo contemporâneo, que fundamentam este trabalho.

No capítulo 2, é feito um mapeamento do campo político organizado, com foco nos movimentos urbanos, localizando o MTST como um movimento de transição dentro do campo. Ao apresentar uma cartografia das lutas sociais que vão do ciclo político de democratização ao novo ciclo pós-junho de 2013, sigo a trajetória do MTST, compreendendo-o como um movimento intermediário entre os dois ciclos, à medida que atravessa o processo de neoliberalização atualizando a problemática urbana e redefinindo repertórios de luta e posicionamentos políticos.

Nos capítulos 3 e 4, analiso como se configuram trabalho e moradia na periferia urbana mediante o avanço do neoliberalismo como modo de governo da sociedade. No capítulo 3, abordo o conflito urbano apontado pelas megaocupações do MTST na periferia, a partir do território do Jardim Ângela, onde se localiza a ocupação Nova Palestina. Nele, procuro situar historicamente os processos de produção do espaço urbano e seus impactos sobre os modos de inserção urbana dos trabalhadores no pós-fordismo.

No capítulo 4, procuro identificar o modo como as mudanças na produção do espaço urbano são experimentadas pelos trabalhadores periféricos, recorrendo às trajetórias dos integrantes da ocupação e colhendo elementos sobre a dinâmica social de seus territórios. Com isso, procuro circunscrever a base social do MTST e os caminhos que o levam às ocupações periféricas.

No capítulo 5, abordo a experiência organizativa da ocupação Nova Palestina, recorrendo a registros etnográficos sobre a vida cotidiana na ocupação e sua trajetória de luta pela moradia ao longo dos seis anos de sua existência. Dessa forma, busco apreender os modos de organização coletiva e de fazer política mediados pela produção do espaço urbano, destacando duas dinâmicas principais: a luta por moradia e a organização interna. Ao retratar a configuração, dinâmica e práticas que definem a ocupação, enfatizo os tensionamentos que ela produz nas relações sociais, a fim de refletir sobre como esse espaço-tempo da ocupação se constitui e produz o comum na vida cotidiana.

CAPÍTULO 1 – AÇÃO COLETIVA E DINÂMICA URBANA: QUAL O LUGAR DAS CIDADES NOS CONFLITOS SOCIAIS?

Neste capítulo é problematizada a relação entre ação coletiva e dinâmica urbana, tendo em vista o contexto do neoliberalismo e o recente ciclo de lutas que deram visibilidade aos conflitos urbanos. Partindo dos protestos sociais recentes, procuro iluminar o caráter urbano dos conflitos contidos nos protestos de junho de 2013 e a emergência de um novo ciclo de lutas, em que o MTST ganha preponderância no cenário político. Em seguida, são apresentadas formulações sobre o neoliberalismo, aproximando-as de abordagens do estatuto das cidades na dinâmica do capitalismo contemporâneo, que servem de fundamento a este trabalho.

O objetivo é situar a problemática urbana com base no debate teórico mais amplo e apontar elementos que ajudam a pensar o lugar da cidade nas lutas e conflitos sociais. Nesse sentido, é discutida a hipótese de que, no contexto do neoliberalismo, o conflito social teria se espacializado no tecido urbano, à medida que os imperativos do mercado e da propriedade privada se estendem a todas as esferas da vida. É em torno dessa questão que a pesquisa empírica irá se mover, buscando compreender transformações e impactos do neoliberalismo na vida urbana, a partir das lutas sociais, situando o MTST como um movimento que atravessa esse período de neoliberalização no Brasil.

1.1 Conflitos urbanos no neoliberalismo: um novo ciclo político

Se a década de 1990 foi marcada pela dita globalização neoliberal e pela desarticulação da organização do trabalho, o início do novo milênio registrou protestos massivos nas principais cidades do mundo¹⁸, que denunciam as tensões entre a democracia liberal e o neoliberalismo. No Brasil, os protestos de junho de 2013 se conectaram a esse ciclo global de protestos, dando visibilidade à problemática urbana e reposicionando o campo da ação coletiva.

Não é intenção deste trabalho discutir o fenômeno de junho de 2013, mas tomá-lo como marco no plano da ação coletiva recente no Brasil, o qual delimita um novo ciclo de lutas sociais

¹⁸ Após a crise econômica de 2008, houve levantes na Islândia e na Tunísia; em fins de 2010, iniciou-se a luta contra regimes autoritários no Oriente Médio e no norte da África, a chamada “Primavera Árabe”; em 2011, ocorreram as manifestações dos jovens da “Geração à Rasca” contra políticas neoliberais em Portugal; em seguida, os “Indignados”, na Espanha, questionavam a democracia representativa e as estruturas de poder; e o movimento “Occupy Wall Street”, nos EUA, discutia a financeirização da economia e a desigualdade econômica.

e dá visibilidade à problemática urbana. Entendo junho de 2013 como *acontecimento*¹⁹, o que, na acepção deleuzeana²⁰, corresponde a um evento múltiplo, singular e impessoal, de sentido indeterminado e, por isso, irredutível a relações de causa e efeito com outros eventos. Tanto foi assim, que o significado e herança de junho de 2013 seguem em disputa. Nessa perspectiva de multiplicidade, interessa aqui expor um registro desse acontecimento, retendo elementos do campo de conflitualidade aberto no atual cenário de lutas sociais.

*Cena – junho de 2013 e o transbordamento das ruas*²¹

No mês de junho de 2013, as principais cidades brasileiras foram tomadas por protestos que atravessaram a rotina e romperam o ordenamento urbano²². Estima-se que mais de um milhão de pessoas foram às ruas durante o ápice dos protestos²³ desencadeados com os atos contra o aumento da tarifa do transporte em São Paulo, organizados pelo MPL. Uma semana depois, o número de participantes já havia passado de 2 mil para 15 mil pessoas, momento em que ocorreu uma violenta repressão policial contra os manifestantes, impedindo o deslocamento deles do centro à Av. Paulista. Com isso, um grande volume de imagens e narrativas circulou pelas redes sociais e reposicionou a narrativa padrão da grande imprensa. O ato seguinte reuniu cerca de 100 mil pessoas em São Paulo, outras 100 mil no Rio de Janeiro, e milhares nas demais cidades. Depois, os protestos se descentralizaram pela cidade de São Paulo e se difundiram pelos principais centros urbanos do país, ganhando novos contornos. As ruas se massificaram e as pautas se diversificaram, destacando-se a reivindicação por melhores serviços públicos, contra os gastos com a Copa do Mundo e a denúncia da corrupção. Por fim, houve polarização nas ruas e instrumentalização do discurso autonomista do MPL por grupos de direita, que passaram a vocalizar o antipartidarismo e o antipetismo. A partir daí, iniciam-se disputas pelas ruas e pelos sentidos dos protestos.

O período de quase um mês em que as ruas foram ocupadas pelos manifestantes instaura uma cena que desloca os consensos instituídos, sinalizando um novo ciclo das lutas sociais. Em

¹⁹ A sugestão é de Idelber Avelar. Ver: AVELAR, I. Os levantes de junho de 2013 e o esgotamento do pacto lulista: sobre antagonismo, contradição e oxímoro. *Lugar comum*, nº 50, 10 set. 2017, p.127-147.

²⁰ Ver: DELEUZE, G. *Lógica do sentido*. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

²¹ O relato é baseado em registros de observação participante, informações da imprensa e trabalhos acadêmicos.

²² No dia 20 de junho de 2013, multidões saíram às ruas de 22 capitais e 300 cidades no Brasil. Estima-se que cerca de um milhão de pessoas estiveram nas manifestações nesse dia (LEHER, 2013). Ver: http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8543:submanchete270613&catid=72:imagens-rolantes Acesso 07 de ago. 2014.

²³ Ver Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. “Pesquisa de opinião pública sobre as manifestações”. *Ibope Inteligência* (relatório), São Paulo, junho de 2013. Disponível em: www.ibope.com.br Acesso em 15 ago. de 2016.

São Paulo, a dinâmica dos protestos e a interação entre os atores sociais revelam o epicentro do conflito urbano em torno de três eixos: *o controle sobre a cidade*, *a violência estatal*, e a crise das *mediações políticas* engendradas no ciclo da democratização.

Entre os dias 6 e 13 de junho, um movimento crescente nas ruas, centrado na pauta do transporte público, inaugura um novo formato de ação coletiva. Os atos, concentrados na cidade de São Paulo, eram organizados pelo MPL e integrados por coletivos estudantis, anarquistas e autonomistas, *black blocs*, além de organizações de esquerda (ANEL, Juntos/PSOL, Mídia Ninja, CMI, RUA, Território Livre, PSTU, Esquerda Marxista/Juventude do PT, Sindicato dos Metroviários, MTST). A tática consistia na ação direta, com intensos protestos de rua e travamentos de vias, cuja mensagem era muito clara: *se a tarifa não baixar, a cidade vai parar*. A circulação e os ordenamentos urbanos ganham centralidade.

O primeiro ato contra o aumento de 2013 surpreendeu o governo, a PM e a cidade como um todo, ao sair do Teatro Municipal, passar direto pela Prefeitura e tomar de assalto a Av. 23 de maio, uma das mais movimentadas da cidade. Enquanto a PM tentava dispersar os protestos, os manifestantes construíam barricadas com pneus e lixo e faziam o ritual da queima de catraca. Dispersos pela avenida, os manifestantes se subdividiram e travaram diferentes vias da cidade. A própria cidade foi tornada instrumento de luta pelos manifestantes, com a inviabilização do fluxo cotidiano da vida urbana.

Ao recorrer à ação direta tendo como alvo o fluxo urbano, os protestos do MPL se tornaram os mais contestados pela grande mídia e os mais reprimidos pela PM. A imprensa reforçava a opinião pública contrária ao método de travar as ruas, classificando os atos como “baderna”. Os editoriais dos dias 12 e 13 de junho da Folha de São Paulo e de O Estado de São Paulo (que vinham criminalizando o movimento desde o início) ordenavam ao Poder Público que agisse com severidade: seus títulos eram, respectivamente, “Retomar a Paulista” e “Chegou a hora do basta”²⁴. No mesmo dia, Arnaldo Jabor, na Rede Globo, fez uma associação dos atos do MPL-SP com o crime: “mas, afinal, o que que provoca um ódio tão violento contra a cidade?! Só vimos isso quando a Organização Criminosa de São Paulo [PCC] queimou dezenas de ônibus... não pode ser por vinte centavos!”²⁵

Amparados no discurso de que o movimento era violento e não negociava, os governos estavam irredutíveis na decisão de manter o aumento. O prefeito Fernando Haddad (PT) alegou

²⁴ Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>; <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,chegou-a-hora-do-basta-imp-,1041814> Acesso 22 nov. 2016.

²⁵ Ver: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/videos/t/edicoes/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-onda-de-protestos-contr-aumento-nas-tarifas-de-onibus/2631566/> Acesso em 22 nov.2016.

que ele foi tardio e abaixo da inflação, e que não haveria recursos para subsidiar a redução, sem sequer aventar outra possibilidade que não a de retirar o orçamento de outros serviços públicos. Já o governador Geraldo Alckmin (PSDB) se limitou a condenar os protestos pelo transtorno urbano – “isso não é manifestação, é vandalismo” – e a enviar a PM para reprimi-los. Esta, por sua vez, agiu em combate ao “inimigo”, tal qual em suas operações de “guerra às drogas” na periferia da cidade: “essas pessoas não estão a fim de se manifestar, mas sim de fazer baderna”, afirmou o Comandante da PM (JUDENSNAIDER et al, 2013, p.31). Da mesma forma, o governo federal, por meio de seus ministros da Fazenda e da Justiça, considerou absurda a proposta da revogação do aumento e ofereceu apoio na contenção repressiva.

A repressão também foi apoiada pelo promotor de justiça Rogério Zagallo, que pediu a morte dos manifestantes (“petistas de merda”), instigando a PM a agir como na ditadura. Ele declarou que era responsável pelo tribunal de júri da região e arquivaria o inquérito em caso de assassinato dos que iam às ruas. Após a repercussão negativa, ele se retratou, sofreu inquérito do Ministério Público e, a pedido dos alunos, foi demitido do Mackenzie, onde lecionava.

No Legislativo, representantes de partidos de todo o espectro político desqualificaram os atos, associando-os a “vandalismo”. Na sessão na Câmara Municipal em São Paulo, muitos cobraram mais rigor da PM para pôr fim ao caos na cidade. Tanto PT quanto PSDB acusaram o movimento de querer desestabilizar o governo. Enquanto políticos do PT tentam justificar seu apoio anterior ao MPL e desvincular-se do grupo, a Juventude do PT adere à luta nas ruas contra o aumento. Em paralelo, a sede nacional do partido, em São Paulo, é depredada em 11 de junho, ação da qual o MPL-SP discordou e que caracterizou como ato isolado.

Às tentativas de desqualificar suas ações de rebeldia, o MPL-SP devolvia o problema ao Estado e ao governo dizendo que as depredações sempre começavam após a PM intervir nos atos: “é impossível controlar a frustração e a revolta de milhares de pessoas com o poder público e com a violência da Polícia Militar” (MPL-SP, Nota Pública 08/06/2013). Nas faixas e declarações surgia outra interpretação da violência: *violência é a tarifa, vândalo é o Estado*.

A recepção dos protestos pela opinião pública na imprensa e pelos principais atores externos que interagiram com eles foi negativa na primeira fase, expressando surpresa e falta de entendimento dos novos formatos de ação coletiva. Os governos se recusaram a atender à demanda e se mostraram desconcertados com a ausência de comissões de negociação de pauta. A imprensa classificou os atos como “vandalismo dos partidos de esquerda”, e ficou em busca de lideranças que falassem pelo movimento. A PM, surpreendida pela rebeldia e irreverência dos manifestantes, criminalizou os protestos. Apesar disso, eles continuavam a crescer nas ruas de várias cidades. Em Brasília, a abertura da Copa das Confederações foi um vetor de crescentes

manifestações, que passaram a contestar os gastos com a Copa do Mundo e outros megaeventos. Em São Paulo, no intervalo de duas semanas, os manifestantes passavam de 2 mil para 20 mil, algo bastante surpreendente frente ao histórico do próprio MPL-SP e às referências da época²⁶. Aliás, uma consequência de junho de 2013 foi alterar esses referenciais: se antes um protesto com 2 mil pessoas era razoável, hoje parece insignificante.

Nesse primeiro momento, é marcante a tensão em torno da definição do percurso, já que as autoridades exigiam que os trajetos fossem informados com antecedência e os responsáveis pelos protestos, identificados²⁷; já os integrantes do MPL-SP alegavam que essa é uma opção política do Movimento, cabendo à PM garantir o direito de manifestação, qualquer que fosse o trajeto²⁸. A PM age para manter o ordenamento e o controle sobre o fluxo urbano, enquanto o Movimento se queria condutor de sua direção, cujo sentido era justamente desconstruir a lógica ordeira da repetição cotidiana. Nesse impasse pela direção da cidade, o conflito explode sempre na forma de violência policial, como ficou marcado no dia 13/06.

Era o quarto ato do Movimento reprimido pela PM com várias prisões arbitrárias. A pauta incluía, então, o repúdio à violência do Estado e a liberação dos manifestantes presos nos atos anteriores. Um clima de tensão dominava o centro da cidade, o comércio fechou mais cedo e muitos moradores foram se juntando ao protesto, que teve cerca de 20 mil pessoas²⁹. Os manifestantes saíram do Teatro Municipal e adentraram a Av. Ipiranga, rumo à Av. Paulista, ao cair da tarde, chamando os espectadores: *“vem pra rua, vem, contra o aumento, vem!”*, desafiando os trabalhadores do transporte: *“ô motorista, ô cobrador, me diz aí se o seu salário aumentou!”*, e os policiais: *“você aí fardado, também é explorado!”*. Do outro lado, havia um contingente mais reforçado de policiais, cerca de 400, que impedia o protesto de chegar ao seu destino. Diante do impasse, a força se impôs e o cruzamento da Rua da Consolação com a Rua Maria Antônia voltou a ser cenário de violência política, um verdadeiro massacre que atingiu também jornalistas e transeuntes. Ao todo, foram 100 feridos e mais de 200 presos, metade deles “detidos para averiguação”, prática não condizente com a democracia. Restou o grito: *“Polícia fascista!”*, *“Polícia baderneira!”*, num revide ao que a mídia dizia dos manifestantes.

²⁶ As únicas manifestações massivas até então eram as marchas nacionais do MST e a Parada LGBT. Diferente desses, entretanto, o MPL-SP não era um movimento massificado.

²⁷ Durante uma reunião na Secretaria de Segurança Pública de SP, o secretário Fernando Grella não apenas pediu que o trajeto fosse informado antecipadamente, como solicitou que os integrantes do MPL usassem camisetas brancas para facilitar a identificação pela polícia. Os dois pedidos foram recusados pelos manifestantes, alegando que informariam o percurso momentos antes do ato. Ver: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-06-17/comandante-geral-da-pm-sugere-politizacao-de-protestos-em-sao-paulo.html> Acesso em 31 out. 2016.

²⁸ Entrevista no Programa Roda Viva, TV Cultura, em 17/06/2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY> Acesso em 20 ago. 2015.

²⁹ Nesse dia também houve protestos em Natal, Porto Alegre, Santarém, Maceió, Rio de Janeiro, Sorocaba e em outras cidades menores.

A repressão contra o ato do dia 13 de junho levou ao centro da cidade as violências cotidianas das relações de poder instaladas, especialmente, nas periferias. A virulência com que o sistema de controle e segurança foi acionado na contenção e repressão às insubordinações ilumina pontos sensíveis das relações de poder inscritas nos ordenamentos urbanos.

A repressão policial teve ampla repercussão nas redes sociais e mídias independentes, com registros de abuso de todo tipo. A construção de uma narrativa própria pelos manifestantes possibilitou não só confrontar a mídia hegemônica, como difundir os protestos e ganhar novos adeptos. Entre os dias 17 e 20 de junho, chega o auge das manifestações, que ocorrem em cerca de 400 cidades, em 17 estados, ultrapassando as 100 mil pessoas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em São Paulo, houve intensificação e descentralização dos atos para as periferias da cidade e diversificação dos manifestantes. O MPL continuou conduzindo os protestos contra o aumento da tarifa, mas as reivindicações estavam se multiplicando conforme aumentava a magnitude dos protestos. Iniciou-se aí uma forte disputa narrativa em torno do sentido deles nas ruas. A grande imprensa reposicionou o discurso: não eram só “vândalos”, havia também os “cidadãos brasileiros”³⁰.

O quinto ato ocorreu no dia 17/06. Iniciou-se no Largo da Batata com cerca de 65 mil pessoas e foi crescendo; estima-se que mais de 250 mil pessoas estiveram nas ruas. Amplamente divulgados, os protestos geraram contágio nas redes sociais, nas quais se lançou uma campanha contra o abuso policial³¹. A opinião pública se tornou mais favorável aos protestos, passando de 55% para 77% de apoio entre os dias 13 e 18 de junho em São Paulo (DATAFOLHA, 2013a).

Conforme os protestos ganharam apoio e se massificaram, o governo e a PM recuaram dos métodos repressivos, mas permaneceram mobilizados para controlar o fluxo urbano. Antes do ato acontecer, a Secretaria de Segurança Pública convidou o MPL-SP para uma audiência, com o objetivo de negociar o trajeto, ao que o MPL-SP respondeu que “a decisão do caminho da manifestação é uma decisão política” do Movimento, e questionou que o canal de diálogo com o Estado fosse a área de Segurança Pública e não dos Transportes. Com receio de o governo do estado ganhar centralidade nas negociações, o governo municipal chamou o movimento para uma reunião preparatória para a audiência no Conselho da Cidade. O prefeito questionou a

³⁰ Paradigmática dessa inversão de narrativa foi a enquete do programa *Brasil Urgente* da Rede Bandeirantes de Televisão, em que o jornalista José Luiz Datena perguntava a opinião do telespectador sobre os protestos com baderna e a maioria declarou-se favorável. Situação similar foi a retratação de Arnaldo Jabor, dizendo que havia cometido um “erro de análise” ao achar que os protestos eram realizados por um bando de classe média da esquerda atrasada que não sabia pelo que lutar, e, em seguida, redireciona: “Não era só por vinte centavos”.

³¹ A famosa “revolta do vinagre” ironizava as prisões e abordagens arbitrárias da PM no ato anterior. Circulava um “manual do manifestante” com dicas de como se preparar para os protestos e reagir em momentos de violência política, além de dicas para um “kit protesto”.

indisposição do movimento em negociar e pediu uma proposta quanto ao orçamento público. O MPL-SP reafirmou sua disposição em discutir a revogação, e alegou que não cabia a ele a solução técnica para a demanda social.

No mesmo dia, o ex-Presidente Lula fez uma declaração na sua página do Facebook, defendendo as manifestações e afirmando que “as reivindicações não são coisa de polícia, mas sim de mesa de negociação”. Ele instiga o prefeito e os manifestantes a “construir uma solução para o problema do transporte urbano”, recolocando o paradigma da negociação e conciliação. Da mesma forma, o ex-Presidente FHC se pronunciou no Facebook, redirecionando o alvo dos protestos, que estariam na “carestia, na má qualidade dos serviços públicos, na corrupção e no desencanto da juventude frente ao futuro”. A grande mídia centrou-se na denúncia aos excessos policiais que ela mesma estimulava, e passou a tirar o foco dos vinte centavos, sugerindo novas reivindicações. O tom de moderação prevaleceu: “direito de ir vir”, “de manifestação” etc. (JUDENSNAIDER et al, 2013, p.109). Antes mesmo do quinto ato, a imprensa já anunciava que seria maior e teria mudança de foco. Iniciava-se ainda uma campanha contra partidos e a favor dos protestos pacíficos, diferenciando os manifestantes “legítimos” dos “ilegítimos”³².

O reposicionamento dos principais agentes externos aos protestos, transitando de uma estratégia menos confrontiva a uma mais cooptativa e instrutiva, teve impacto sobre a difusão das pautas e a diversificação dos participantes, alterando o campo de batalha.³³ O MPL-SP veio a público, deu coletiva de imprensa e participou do programa Roda Viva na TV Cultura, sempre reforçando a pauta única e a importância do tema do transporte, o que foi fundamental para abrir o debate público sobre mobilidade urbana e colocar o transporte público na ordem do dia. Reafirmar a pauta dos vinte centavos era se afirmar na condução dos protestos, condição da sua estratégia de ação direta.

A internet, de modo geral, teve, nisso tudo, um caráter contraditório. Se, por um lado, ampliava o debate sobre o transporte e a pauta contra o aumento, divulgando amplamente os atos, por outro, proliferava motivações para reivindicações difusas e mensagens de ódio contra o MPL. Começaram a emergir grupos virtuais, reunindo multidões em torno dos protestos.

A massificação dos protestos apresentava outra forma e expressão estética e simbólica, ganhando um componente mais moderado e salientando as cores da bandeira nacional. Foi num

³² Ver matéria da *Folha de São Paulo*: “Serviço secreto da PM diz que PSOL recruta punks”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1295714-servico-secreto-da-pm-diz-que-psol-recruta-punks-para-protestos.shtml> acesso em 07 de dez. 2015.

³³ Ao se retratar em rede nacional, Jabor, por exemplo, passa de um discurso condenatório à pauta dos vinte centavos e ao MPL para um discurso propositivo e normativo sobre as razões e pautas que deveriam conduzir as ruas. Ele direciona os atos para a política nacional, liga-os aos protestos contra Collor, fala da corrupção e lança a pauta da PEC 37. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=IXZCXENNMD0> Acesso em 20 nov. 2013.

clima de euforia que as ruas de São Paulo foram sendo tomadas naquele dia. A que vinham e para onde iriam as manifestações eram motivos de inquietação.

Nesta segunda-feira [17/06/2013], o ato — enorme — partiu do Largo da Batata (e todas as adjacências), na região de Pinheiros, e pouco depois dividiu-se (até onde temos conhecimento) em três grandes colunas: uma que desceu o final da avenida Rebouças e acessou a Marginal Pinheiros, caminhou longamente e tomou a ponte Estaiada, no bairro do Brooklin; outra que seguiu pela avenida Faria Lima, tomou a Juscelino Kubistech, a avenida Berrini e se encontrou com a primeira também na ponte Estaiada; e outros milhares que seguiram para a Avenida Paulista. E depois seguiu para o Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do estado, e depois teve bloco que tomou a 23 de Maio e foi para a Assembleia Legislativa, e outro que desceu a Consolação, e depois um que foi para a frente da Prefeitura, e depois... e depois... e depois... Até o momento em que escrevemos, milhares e milhares estão por aí. (Passa Palavra, 2013)³⁴

Surpreendido pela amplitude do protesto, um Coronel da PM desacredita do acontecido: “Mas isso é impossível, 100 mil pessoas! Isso travaria completamente a cidade!”. Nesse dia, houve protestos em mais de 30 cidades brasileiras. No Rio de Janeiro, eles seguiram trajetória similar aos de São Paulo, mas houve repressão em alguns pontos. Em Brasília, manifestantes tomaram a Esplanada dos Ministérios e galgaram o teto do Congresso Nacional. No Legislativo local, políticos de diferentes partidos reforçaram a pauta difusa e os matizes políticos.

Houve repercussão na imprensa internacional. A grande imprensa do Brasil trabalhou na difusão de pautas, enquadramento do perfil e comportamento dos manifestantes, definindo as novas manifestações pelos moldes dos velhos atos cívicos. Afinada com esse discurso, a PM soltou nota oficial elogiando a própria atuação e condenando o ato em frente ao palácio do governo, afirmando que esses manifestantes estavam “desconectados das razões democráticas e pacifistas do movimento nacional”. Estava em curso o novo paradigma na Segurança Pública: uma atuação mais cirúrgica, realizada com base no monitoramento permanente, criando um “contexto de percepção da legitimidade da ação policial”, no qual os próprios participantes “começaram a se ‘autopolicar’”³⁵.

No dia seguinte, o MPL participou de uma reunião com o prefeito de São Paulo no Conselho da Cidade. O Conselho apoiou a pauta do Movimento, desmobilizando a estratégia do prefeito, que ainda enfatizava os altos custos da revogação para o orçamento municipal. O Movimento questionou os lucros das empresas e os gastos com megaeventos em favor do capital financeiro, e alegou o caráter consultivo do Conselho.

Tardio, o pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff foi moderado. Em tom cívico,

³⁴ Disponível em: <http://www.passapalavra.info/2013/06/79356> acesso em 10 abr. 2015.

³⁵ Ver artigo publicado na *Police Review*, em abril de 2009, traduzido e publicado no Brasil pelo Passa Palavra, 12/03/2014. Disponível em: <http://passapalavra.info/2014/03/92961> Acesso em 23 nov. 2015.

ela exaltou o “direito de manifestação”, mas louvou os de forma “pacífica e ordeira” e condenou os ataques ao patrimônio e o “caos urbano” de uma “minoridade que envergonha o Brasil”; deu ênfase à pauta contra a corrupção, disse colocar-se como aliada das ruas nesse objetivo e ouvir os apelos do povo por mais qualidade dos serviços públicos, para o que instituições e governos precisariam mudar. Alertou que é “a cidadania e não o poder econômico que deveria ser ouvida em primeiro lugar”³⁶. Dias depois, o plenário do Senado aprovava o projeto de lei que inclui as práticas de corrupção ativa e passiva, concussão e peculato na lista dos crimes hediondos.

Enquanto isso, correram protestos em 15 estados brasileiros, os quais assumem feições e desenlaces distintos, de modo que não é possível estabelecer generalização entre eles. Em São Paulo, desde cedo, as rodovias Anchieta e Regis Bittencourt foram fechadas e houve atos nos bairros, organizados pelo MPL ou pelo MTST. No dia 18/06, deflagrou-se a revolta. O sexto ato iniciou-se na Praça da Sé muito matizado; o MPL o conduzia para a Avenida do Estado, mas ele se dispersou. No centro, houve saques, queima de um carro de reportagem da Record e de uma cabine policial, destruição de agência bancária, bloqueio de ruas e barricadas. Não havia policiais na região e a PM demorou três horas para atender ao chamado da Prefeitura, sob ataque de alguns sujeitos, entre os quais identificou-se um filho de um empresário do transporte. Na Av. Paulista, foi destruída uma intervenção da FIFA, um painel de latinhas da *Coca-cola*; músicos de rua faziam intervenções artísticas em frente aos PMs. A FIESP acendeu a bandeira nacional na sua fachada, em frente à qual diversos manifestantes declararam seu patriotismo; no outro dia, ela se reuniu com a Escola de Comando e Estado-maior do Exército. Não se sabe por que, nem o que se discutiu.

O dia seguinte amanheceu com diversos protestos pela cidade, alguns espontâneos, outros organizados. Após uma pane no trem da CPTM, usuários quebraram trens na linha esmeralda; no metrô Trianon, manifestantes quebraram o vidro e forçaram a abertura da estação, que havia sido fechada; no Grajaú, uma multidão marchou em protesto até a Ponte do Socorro; houve um travamento na Rodovia Raposo Tavares; o MTST organizou três protestos com travamentos de vias; um grupo fez protesto em frente ao apartamento do prefeito da cidade. A revolta popular estava consumada e as tensões sociais anunciadas. Não havia alternativa aos governos senão revogar o aumento da passagem. Essa decisão ocorreu em cerca de cem municípios.

Assim, uma juventude anticapitalista, gestada no contexto do neoliberalismo, logrou, naquele momento, sem mediações e representações, alargar o horizonte da política. A ocupação das ruas por dias seguidos, a interação com espaços e lugares simbólicos, as ocupações urbanas

³⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ahEY59WxWRE> acesso em 13 nov. 2016.

de caráter temporário são intervenções coletivas na cidade, que contestam formas tradicionais de ação e representação política. O MPL, constituído no campo autonomista, no bojo dos movimentos “antiglobalização” econômica, interpelou a chamada “esquerda organizada”, cravando uma interrogação na política dos consensos e nas formas de mediação e representação produzidas no ciclo político da democratização.

Conforme os protestos se alastraram, as forças sociais restauradoras empreenderam uma verdadeira cruzada para sufocar seu potencial de desordenamento do poder, contendo a pulsão antissistema das manifestações, que radicalizava a democracia.

Depois de 20 de junho, as manifestações se difundem pelo país e trazem experiências heterogêneas. Em São Paulo, o MPL se retira das ruas, e as motivações dos atos são cada vez mais diversas. Há maior diferenciação entre os grupos e pautas: redução do pedágio, contra a PEC 37, contra o Programa Mais Médicos, contra o Projeto para “cura gay”, contra a Copa do Mundo, a favor da legalização da maconha, por moradia etc. Em diversas cidades, foi a Copa do Mundo que condensou pautas como remoções, moradia, gastos públicos e corrupção, dando fôlego aos protestos de 2014 contra os megaeventos.

No dia 20/06, mais de cem cidades fizeram manifestações, atingindo cerca de 1,5 milhão de participantes. Em São Paulo, o ato comemorativo na Av. Paulista contou com cerca de 100 mil manifestantes e teve tensão nas ruas entre grupos políticos organizados, anunciando uma polarização dentro dos atos, algo que até então não estava claro. Simultaneamente, o diretório municipal do PT, junto à CUT e ao PCdoB, convocou uma “onda vermelha” em apoio a Dilma, enquanto um grupo do Facebook chamado “Revoltados Online” marcou uma manifestação pela “redução dos salários dos políticos”, ambos no mesmo horário e local que o MPL marcou o ato de comemoração. Na ocasião, membros do “Revoltados Online” posicionaram-se à frente da “comissão de frente” da passeata do MPL, com uma faixa contra o ex-presidente Lula. A tensão maior ocorreu quando grupos antipartidários hostilizaram militantes dos partidos de esquerda e queimaram suas bandeiras, com intimidações e gritos de “Vai pra Cuba” e “Vai pra Venezuela”. A rua se dividiu entre o bloco formado para proteção dos partidos e organizações de esquerda e um conjunto de manifestantes de “verde e amarelo”, organizados em pequenos grupos.

Esse evento levou o MPL-SP a reafirmar sua posição de esquerda e não antipartidária, pois, embora tenha se apresentado como apartidário e independente, as bandeiras partidárias nunca foram rejeitadas nas mobilizações e fizeram parte delas.

O MPL é um movimento social apartidário, mas não antipartidário. Repudiamos os atos de violência direcionados a essas organizações durante a manifestação de hoje, da mesma maneira que repudiamos a violência policial. Desde os primeiros protestos, essas organizações tomaram parte na mobilização. Oportunismo é tentar

excluí-las da luta que construímos juntos. Toda força para quem luta por uma vida sem catracas!” (MPL, 2013 – nota pública de 21/06/2013)

O desfecho dos atos colocou um difícil dilema ao MPL: abandonar as ruas e deixar a trilha aberta para a direita se organizar, ou seguir disputando-as. O Movimento passou a ser combatido nas redes sociais, acusado de “petista”, enquanto era deslegitimado pela grande imprensa, como juventude de classe média que “atrapalha a vida na cidade”. A retirada do MPL-SP foi acompanhada do decréscimo no número de manifestantes e na intensidade das manifestações em São Paulo, conforme o apoio popular foi recuando.

Depois disso, a construção dos protestos pela imprensa favoreceu a narrativa de direita. Rapidamente, aquilo que era difuso, multiforme e polissêmico ganhou forma homogênea no enquadramento da tela da rede Globo: eram protestos pacíficos com gente branca, que vestia as cores nacionais e estava indignada com a corrupção na política nacional³⁷. A pauta contra a corrupção, que tinha como alvo o PT, foi fortemente enfatizada pela grande imprensa³⁸.

Quando os holofotes se voltaram para a política nacional, o governo federal, então, se manifestou. No dia 21 de junho, a presidenta Dilma Rousseff anunciou um pacto pela melhoria dos serviços públicos: a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, o uso de 100% dos royalties do petróleo para a educação e a ampliação do atendimento médico com o Programa Mais Médicos, além de um plebiscito para reforma política. No dia 24 de junho, a presidenta se reuniu com integrantes dos movimentos sociais à época. O MPL apresentou uma carta em que criticava a falta de diálogo do governo com os movimentos sociais e denunciava a repressão e criminalização sofrida por eles. Além disso, reivindicou o reconhecimento do transporte público como um direito social e uma gestão mais democrática dele.

No entanto, como ressalta o MPL-SP, nenhuma reivindicação foi atendida; ao contrário, o governo viria a reforçar o caráter repressivo do Estado contra os protestos com a Lei n.13.260, a Lei Antiterrorismo. A proposta do plebiscito e a reforma política não foram levadas adiante no Congresso, perdendo-se nos trâmites institucionais. Da mesma forma, a aprovação de 100% dos royalties da exploração do petróleo para a Educação e o aumento nos investimentos em saúde e transporte, pactuados sob a pressão popular, sofreram revés com a mudança na política

³⁷ A rede Globo, por exemplo, produziu uma série de reportagens sobre o assunto no *Fantástico* (dia 23/06/2013: <https://www.youtube.com/watch?v=wfU3RJt8xFU>) e no *Globo repórter* (dia 21/06/2013: <https://www.youtube.com/watch?v=oJUW9nqk-A>). Nelas, é traçado o perfil dos manifestantes e a pauta dos protestos dentro de uma amostra editada da realidade. Nos jornais, organizações de esquerda são extirpadas, o antipartidarismo é disfarçado de apartidarismo e enaltecido, e o *black bloc* desfigurado: <http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/o-brasil-foi-as-ruas-em-junho-de-2013-12500090>.

³⁸ Um exemplo de como os protestos passam a ser redirecionados pode ser analisado numa matéria da Folha de São Paulo do dia 22 de junho de 2013, que traz informações e imagens de um pequeno protesto ocorrido um dia antes dessa pauta se tornar central.

econômica e a interrupção do mandato de Dilma em 2016.

1.1.1. De junho de 2013 ao novo ciclo político

Nada ficaria no lugar depois de junho de 2013. Passados cinco anos do acontecimento, é consenso entre analistas e estudiosos que ele impactou os rumos do país e desencadeou uma redefinição no campo político, impulsionando um novo *ciclo político* (MORAES et al, 2014; BRINGUEL e PLEYERS, 2015). Se olharmos para seu significado dentro da dinâmica social, faz sentido pensá-lo como um movimento de destravamento das tensões sociais e abertura à ação coletiva, cujos desdobramentos ainda estão em curso. Ou seja, “junho ainda está sendo”, como sublinharam MORAES et al (2014), e seus sentidos estão em disputa. Junho foi um daqueles acontecimentos que trazem à tona toda pulsão social na forma de potência coletiva, que desestabiliza a ordem instituída e se propaga pelo imaginário social.

No campo da esquerda, a hegemonia petista foi posta em xeque. A leitura predominante sobre junho de 2013 pelo PT e a resposta institucional do governo desconsiderou que o partido poderia não ter mais o “monopólio das ruas”. Seus canais de diálogo institucionalizados se mostraram viciados; o centralismo e o dirigismo das organizações sindicais e movimentos populares já não encontraram eco nos manifestantes. Marcadamente, quem foi às ruas em junho de 2013 eram jovens, cuja geração cresceu sob os governos do PT, não participou de grandes mobilizações ou organizações políticas e, em sua maioria, se afirmava apartidária. Não por acaso, o discurso autonomista do MPL teve tanta repercussão e adesão entre eles³⁹. O ato de ir às ruas e representar a si mesmo expressa o desejo de fazer política com as próprias mãos, ensejava uma radicalização da democracia, a qual se chocou com o sistema político e suas formas representativas.

Assim, junho de 2013 expôs um anseio político que já não se conformava às instituições existentes, ou ao seu modo de operação, instaurando uma crise de legitimidade das instituições políticas. O próprio sistema político foi atingido em sua dinâmica pautada pelo dito “centrão” (NOBRE, 2013), e o pacto político da Nova República sofreria um duro golpe em 2016, com a deposição da presidenta Dilma Rousseff, que tinha sido reeleita em 2014. Os anos seguintes foram de sucessivos ataques às prerrogativas constitucionais do Estado de direito democrático, especialmente após a eleição do candidato de direita, Jair Bolsonaro (PSL), articulado a setores

³⁹ Sobre essa discussão a respeito do perfil dos manifestantes e o autonomismo, apresentei um *paper* na LASA/2017. Ver: “Da institucionalização da participação à emergência do autonomismo”. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317327772_Da_Institucionalizacao_da_Participacao_a_Emergencia_d_o_Autonomismo_Tendencias_recentes_da_acao_coletiva_no_Brasil

ultraliberais e conservadores, configurando uma nova fase do neoliberalismo no Brasil, até aqui marcado pelo caráter destrutivo e autoritário.

Caberia aqui retomar o paradoxo do “excesso democrático” de Rancière, em que a causa da crise do governo democrático é a própria intensidade da vida democrática. Assim, a “democracia como forma de vida política e social é o reino do excesso. Esse excesso significa a ruína do governo democrático e deve ser reprimida pela lei” (RANCIÈRE, 2005, p.25)⁴⁰. Daí a importância dada por alguns autores ao *momento instituinte* (CASTORIADIS, 1986) ou *poder constituinte* (NEGRI, 2002), algo que a pulsão de junho não consolidou e, por isso, segue sendo.

Podemos dizer, assim, que junho de 2013 comportou a tentativa de retomada da política desde as ruas, transbordando as fronteiras do institucional e destravando tensões que já não se podiam conter. Ali foi anunciada a insustentabilidade da gestão do conflito e das urgências, numa sociedade fraturada nas origens, fragmentada pela racionalidade neoliberal e frustrada com a promessa lulista. No contexto de contradições sociais latentes e organização coletiva esgarçada, o resíduo que escapou à gestão da ordem tensionou o cotidiano das grandes cidades e produziu uma janela na história.

Sem pretender contabilizar o “saldo” de junho de 2013, como tem sido recorrente, nem lhe atribuir classificação política, esse acontecimento é tomado aqui como parte do conjunto de contradições estruturais da realidade social brasileira. O objetivo, portanto, é demarcá-lo como um momento significativo para as lutas sociais, à medida que põe em evidência tensões sociais, trazendo à consciência social elementos-chave para a compreensão delas.

Uma característica marcante de junho de 2013 (e por isso esse acontecimento é tão significativo para pensar o presente) é que ele não se restringe a um conflito bem demarcado, mas remete a uma constelação de tensões que se manifestam por meio de um amplo conjunto de segmentos da sociedade, inclusive, com sentidos antagônicos. Rompida a barreira de contenção social dos conflitos, dois efeitos imediatos da potência das ruas foram ativar as forças políticas em sua disputa e reposicionar a ação coletiva. Portanto, colar junho de 2013 a um movimento de direita não permite saber o que desencadeia o ascenso de apoio popular às ideias de direita, bem como sua associação à esquerda é insuficiente para entender os desdobramentos posteriores na ação coletiva. A aposta aqui é que, antes de qualquer polarização, junho de 2013 trouxe às ruas um universo social descontente, foi um catalisador de ideias, frustrações e anseios

⁴⁰ Para Rancière, o fundamento da política é a própria democracia, que opera no dissenso e torna ilegítima a dominação. Seu exercício transborda, inevitavelmente, todas as formas institucionais de representação do povo, de modo que o bom governo é aquele que consegue limitar esse “excesso democrático” e manter a desordem democrática sob controle a fim de evitar sua ruína. Ou seja, deve haver espaço para a desobediência, para que a política exista enquanto criação, mas é preciso manter pactos sociais vigentes.

contidos na sociedade e que, na ausência de mediações políticas estruturadas nas bases sociais, se traduziram no caráter multiforme dos protestos. Sendo assim, o que parece decisivo para compreender as diferentes orientações políticas são as mediações entre a indignação social e o seu encaminhamento político. Justamente a crise das formas de mediação política parece ser uma das expostas nos protestos de junho de 2013, daí a relevância do discurso autonomista e a reinvenção política ensaiada pelo MPL, bem como a intensificação das ocupações urbanas.

No que diz respeito aos desdobramentos políticos, interessa destacar aqui dois temas que se sobressaem e se prolongam: a problemática urbana e a insatisfação com a política institucional. Ambos se expressaram no conteúdo das pautas e no formato dos protestos. Enquanto a questão urbana reemergiu com a pauta do transporte público e a cidade se tornou um instrumento estratégico das lutas, potencializando as ocupações urbanas, a questão política apareceu como descrédito nas instituições e na representação política, expressando-se por meio do autonomismo e da ação direta.

Em 2014, houve diversos protestos contra a Copa do Mundo; o MTST intensificou as lutas por moradia multiplicando ocupações; houve a histórica greve dos Garis no Rio de Janeiro e o fortalecimento do movimento feminista. Entre 2015 e 2016, vieram as ocupações das escolas públicas em São Paulo e no Paraná, com forte influência política de junho de 2013. Nesse período, também ocorreram as manifestações pró-*impeachment*, reivindicando a legitimidade de junho de 2013, enquanto a esquerda organizada mobilizou-se contra o golpe. Desde então, a polarização política adquiriu intensidade e amplitude inéditas na sociedade, bem como se acentuaram traços de violência e intolerância em todas as instâncias sociais.

Com a efetivação do golpe político de 2016, o aprofundamento de medidas neoliberais desencadeou novas mobilizações e consumiu a popularidade do governo Temer (PMDB), que, embora tenha chegado a menos de 5% de aprovação, manteve o mandato. O ataque frontal à classe trabalhadora viria com as reformas trabalhista e da previdência, mesmo com a oposição de mais de 70% da população. Somado a isso, o contingenciamento dos recursos destinados aos direitos sociais e bens comuns (urbanização, educação, cultura, meio ambiente, saneamento, saúde), além dos cortes em programas sociais do lulismo (“Bolsa Família”, “Minha Casa, Minha Vida”, FIES, projetos culturais e assistenciais) têm se estendido, acompanhados de privatizações de toda ordem. Em 2017, a greve geral contra as reformas da previdência e trabalhista teve ampla adesão, notabilizando-se pela organização feita pelas bases, por setores menos atuantes até então no cenário político, dos quais as Centrais Sindicais vieram a reboque; a ela seguiram-se greves e mobilizações contra medidas de austeridade do governo Temer

(PMDB). Em 2018, entre outras, a paralisação dos professores das escolas particulares de São Paulo pela manutenção acordo coletivo da categoria (disputa indiretamente relacionada à recém aprovada reforma trabalhista⁴¹) e a greve dos caminhoneiros contra o aumento do combustível foram históricas por não serem, tradicionalmente, ligadas às mobilizações sociais e terem obtido forte apoio social. Paralelamente, o recrudescimento do aparato jurídico e da violência estatal é visível em suas arbitrariedades que contrariam até a Constituição de 1988 e reforçam “medidas de segurança”, como se vê na “Lei antiterrorismo”, na intervenção militar no Rio de Janeiro, na prisão e condenação de ativistas de junho de 2013, das ocupações das escolas, e no caráter político da prisão de Lula (PT), quando ele liderava as intenções de voto em 2018. A esquerda continuou se mobilizando frente à prisão de Lula, à intervenção militar no Rio de Janeiro, ao assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), e às medidas de austeridade econômica e seus impactos sobre os serviços sociais, especialmente a moradia.

O campo de conflitualidade aberto por junho de 2013 tem amplas dimensões e desdobramentos, entre os quais vale destacar elementos até então ocultados ou “naturalizados” na sociedade e que ganharam visibilidade, como a cidade desigual, a violência estatal, e a crise das instituições representativas. São aspectos que revelam embates em torno do processo de neoliberalização e têm confirmado as observações de Dardot e Laval (2016; 2019) acerca da resiliência do neoliberalismo, que parece se alimentar das crises, e de seu caráter “desdemocratizador”, que aponta para uma era *pós-democrática*.

Assim, esse novo ciclo político tem sido marcado pela crise política e o agravamento da crise econômica, tensionando a democracia e desafiando a ação coletiva a se redefinir frente a um neoliberalismo atualizado. Para fundamentar a compreensão sobre esse contexto e a nova fase do neoliberalismo, passemos a uma conceituação deste.

1.1.2. O neoliberalismo como governo da sociedade

Como indicado, o Brasil passa hoje por uma nova rodada de reajuste neoliberal e readequação do aparato regulatório, que, além da retirada de direitos coletivos politicamente construídos e conquistados, envolve a transformação do provimento público de serviços em terreno de expansão potencial para provedores privados (geralmente oligopolizados). Ao mesmo tempo, o processo de financeirização avança nessas áreas em busca de extrair renda e

⁴¹ Após a aprovação da reforma trabalhista, a primeira categoria a não conseguir renovar seu acordo coletivo com o sindicato patronal foi a dos professores de escolas particulares. A disputa, levada aos tribunais, produziria alguns dos primeiros precedentes jurídicos sob vigência da nova lei, e, por isso, a paralisação dos professores importava para outras categorias, que poderiam ser indiretamente impactadas por ela.

obter lucros. Sendo terreno de grande concentração da oferta de tais serviços, as metrópoles abrigam parte substancial desses potenciais novos mercados, que se somam a um nexo de organização socioespacial já pautado pelo aprofundamento e pela generalização do mercado, que atinge a própria produção do urbano em seu âmago.

A reafirmação de medidas de cunho neoliberal, mesmo diante das crises e críticas atribuídas à ele, têm ativado o debate o torno de sua compreensão, em vista da imprecisão e esvaziamento que o termo havia adquirido. Atualmente, predominam duas definições nas ciências sociais, as quais não necessariamente se excluem. A primeira, cujo exemplo mais conhecido é David Harvey, entende o neoliberalismo como uma política de classe inspirada em uma ideologia econômica que busca ampliar a mercantilização, desencadeando formas de “acumulação por espoliação”. Enfatizam-se a expansão e a renovação dos mercados globais, da privatização, da financeirização, dos modelos de gestão e de exploração do trabalho, expandindo as áreas e intensificando as formas de acumulação capitalista. A segunda se aproxima da análise foucaultiana e aborda o neoliberalismo como uma racionalidade política, a qual se guia pela expansão do mercado como modelo, por meio da difusão da concorrência, da forma empresa e de técnicas econômicas de avaliação e ranqueamento para todas as esferas da vida. O foco recai nas lógicas normativas e institucionais e processos de subjetivação.

Nesta última interpretação se insere a conceitualização de Dardot e Laval, para quem o neoliberalismo traz alterações sociais tão profundas que pode ser entendido como a *nova razão do mundo*. “O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.17). Retomando conceitos de Foucault, os autores defendem que o neoliberalismo teria constituído uma governamentalidade que orienta as ações com base nos princípios da *concorrência* e da forma *empresa*.

A noção de *governamentalidade* é criada por Foucault para descrever as racionalidades que atravessam as múltiplas formas de governo, não apenas as práticas administrativas e estatais, como também o governo das condutas (o que inclui as *contracondutas*). O conceito é melhor definido nos textos dos cursos do Collège de France (1977-1978):

Por esta palavra ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito para preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros - soberania, disciplina - e que

trouxe, por uma lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. (FOUCAULT, 2008a, 143-144).

Embora óbvio, não é demais afirmar que essa situação não foi previamente calculada pelos agentes que instituíram a governamentalidade neoliberal. Dardot e Laval (2016, p.192-194) sublinham que a virada ao neoliberalismo não foi um “complô”, mas o resultado da “*conexão* de um projeto político a uma dinâmica endógena” (grifo do original). A difusão do neoliberalismo foi resultado de uma “estratégia sem estrategista”, que visava responder a uma *crise de governamentalidade* nos países centrais do capitalismo, na década de 1970. Conforme o relato da Comissão Trilateral de 1975, “os governantes eram incapazes de governar em razão do excessivo envolvimento dos governados na vida política e social”; como havia demasiada reivindicação dos setores marginalizados, o governo começou a se tornar inviável – ou seja, a população se tornava ingovernável. Este é, para os autores (2016, p.195-196), “o início da crise da antiga norma fordista”, que previa certo ajuste entre lucros e salários, o que esbarraria em limites ao longo da década de 1960, com a queda da lucratividade devido à “desaceleração dos ganhos de produtividade”, o aumento da combatividade dos assalariados (cuja coroação foi a revolta de 1968) e a alta do petróleo. Seguem-se aos processos desencadeados nesse contexto as políticas monetaristas, que interrompem a indexação dos salários pelos preços e derrubam o poder de compra dos assalariados, favorecendo a acumulação das empresas. Na América Latina, a crise de endividamento devido à alta dos juros fez das políticas locais reféns de órgãos internacionais, como FMI e Banco Mundial. Uma nova disciplina orçamentária se impôs, até se chegar ao Consenso de Washington. Assim é que, para Dardot e Laval (2016, p.197), a ênfase nas privatizações e na desregulamentação e o foco nos agentes privados em lugar dos públicos construíram um *sistema disciplinar mundial* que elevou a concorrência a “regra suprema e universal de governo”. Uma *governamentalidade nova* emergia.

Um dos principais elementos dessa governamentalidade está no *agente disciplinante* em que se converteu o mercado financeiro. O consenso de haver maior eficácia na administração do crédito pela concorrência entre agentes financeiros serviu de corolário intelectual à liberação política das finanças, que se descolaram da produção. Como resultado, as empresas passaram por uma série de modificações na estrutura de propriedade, e o número cada vez maior de investidores institucionais e capitais estrangeiros fez com que os acionistas se convertessem num fator de pressão sobre os assalariados, que passam a perseguir o objetivo de aumentar a cotação das empresas nas bolsas (DARDOT e LAVAL, 2016, p.199-200).

As consequências que se extraem disso são variadas: desde a necessidade de cada pessoa

se tornar um pequeno investidor para poder aposentar-se ou ir à universidade, até um estímulo à poupança individual, e a entrega de setores inteiros do Estado ao mercado, resultando num processo que empoderou como nunca grandes bancos e seguradoras. Isso deve mostrar como o neoliberalismo, assim pensado, não é simples desregulamentação do mercado, mas a regulação dele para garantir a máxima concorrência e, por consequência, a produção de dispositivos disciplinares para a nova governamentalidade. Essa lógica, longe de se restringir ao âmbito econômico, ultrapassa-o e se dirige ao todo da organização social.

A originalidade do neoliberalismo estaria, assim, em criar regras que definem não só *outro regime de acumulação*, mas *outra sociedade*, ainda que capitalista. Seu poder está na tendência a integrar todas as dimensões da vida (política, social, econômica e subjetiva) num *sistema normativo* de conduta não só do governo, mas dos governados.

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições e direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos do que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da modernidade. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade (DARDOT e LAVAL, 2016, p.16)

Essas profundas transformações da vida social e subjetiva não são possíveis sem que se estructure todo um quadro jurídico-institucional, que regule a economia numa direção específica. É por isso que Dardot e Laval (2016, p.24) afirmam que o sistema jurídico-institucional não é emanção da estrutura econômica, mas “pertence de imediato às relações de produção, na medida em que molda o econômico a partir de dentro”. Portanto, o modo de produção não é independente da ordem jurídico-política, e a originalidade do neoliberalismo estaria na criação de um novo conjunto de regras que enquadram um tipo singular de capitalismo. Na verdade, os autores veem o capitalismo como “complexo econômico-jurídico”, e esse intervencionismo jurídico reivindicado pelo neoliberalismo o torna bastante resiliente.

Numa detalhada revisão dos debates no campo liberal no início do século XX, os autores de *A nova razão do mundo* demonstram como se chegou a um consenso de que, numa economia de mercado, a função do Estado seria manter o sistema concorrencial. Embora seja comum a ideia do Estado neoliberal “mínimo”, ele, longe de polarizar com o mercado, tem papel ativo

na universalização deste. Basta atentar-se à importância da dívida pública nas finanças e à ação estatal na expansão do mercado financeiro, e fica evidente o papel do Estado na promoção do mercado. Isso vale para políticas sociais: não basta elas existirem para negar o neoliberalismo; ao contrário, a gestão do social é prática do governo neoliberal. Mesmo as formulações da “terceira via” não se definem como alternativa ao neoliberalismo.

Enquanto teorizações, práticas e governos, a “terceira via” impulsionou o movimento de reforma gerencial nos Estados, difundindo a lógica da concorrência e da forma empresa, típicas do neoliberalismo, no interior do aparato estatal. No Brasil, a reforma gerencial ganhou consistência com os governos de FHC (1995-2002), fortemente pautada pela “terceira via” e negando a conotação neoliberal; depois, seguiu sendo incrementada pelos governos petistas (2003-2016). Esse movimento de reforma do Estado implica outra temporalidade ao governo, o qual reflete o encolhimento do horizonte político resultante do neoliberalismo. A reforma gerencial e sua ênfase na *gestão* expressam bem os limites da ação dos governos, em que os projetos de desenvolvimento e programas político-partidários cedem espaço para os projetos emergenciais e a gestão das crises (da dívida, da violência, da pobreza). O discurso da gestão foi se sobrepondo à política de tal modo que assistimos candidatos a cargos políticos negarem a política e afirmarem-se “gestores”, reduzindo todos os problemas e conflitos sociais a “uma questão de gestão”. A preponderância da gestão sobre a política faz a projeção de futuro se converter num movimento circular orientado pela lógica do consumo e suas novidades, das contingências e suas emergências. Diferente da política, que opera na lógica do conflito e da projeção no tempo, a gestão opera na lógica da manutenção e reposição, e da contingência.

A difusão do neoliberalismo e sua generalização para além do campo econômico, envolve a necessária articulação com dinâmicas de acumulação de capital e de legitimação da vida política nacional de contextos específicos. Desse modo, o processo de *neoliberalização* é espacialmente desigual, temporalmente descontínuo e permeado por experimentações híbridas e contraditórias, como propõem Brenner, Peck e Theodore (2010).

No nível mais geral, conceituamos neoliberalização como uma dentre várias tendências de mudança regulatória que foram desencadeadas no sistema capitalista global desde a década de 1970: prioriza respostas baseadas no mercado, orientadas para o mercado ou disciplinadas pelo mercado para problemas regulatórios; esforça-se para intensificar a comodificação em todos os domínios da vida social; e, frequentemente, mobiliza instrumentos financeiros especulativos para abrir novas arenas para a realização capitalista de lucros. (...) consideramos a neoliberalização uma forma diversificada de reestruturação regulatória: produz diferenciação geoinstitucional em lugares, territórios e escalas; mas faz isso sistemicamente, como um aspecto penetrante, endêmico, de sua lógica operacional básica. Concomitantemente, enfatizamos a profunda dependência da trajetória dos processos de neoliberalização: na medida em que necessariamente colidem com diversas

paisagens regulatórias herdadas de formações e contestações regulatórias anteriores (incluindo o fordismo, o nacional-desenvolvimentismo e o socialismo de estado), suas formas de articulação e institucionalização são bastante heterogêneas. Assim, ao invés de esperar alguma forma pura, prototípica, de neoliberalização prevalente em contextos divergentes, consideramos a diversificação – diferenciação sistêmica geoinstitucional – como um de seus aspectos essenciais e duradouros (BRENNER, PECK e THEODORE, 2012, p.18).

Dessa perspectiva – que nos remete à formulação trotskista do “desigual e combinado” –, podemos melhor localizar o processo de neoliberalização no Brasil. Aqui, o neoliberalismo se insere num momento posterior ao dos países pioneiros, em vista da forte mobilização social constituída em torno do processo de democratização e da Constituição de 1988. Inicialmente introduzido como política econômica nos anos 1990, o neoliberalismo desencadeou conflitos em torno do Estado ao mirar a herança do Estado desenvolvimentista, que havia predominado no século XX articulado ao processo de industrialização. Ao longo dos anos 2000, são as relações de mercado e a lógica da gestão que se difundem por meio da expansão do consumo, do empreendedorismo e das políticas públicas. Desse modo, o ciclo dos governos petistas não representou uma inflexão no neoliberalismo, posto que expandiu os princípios do mercado na base da sociedade e a forma empresa no interior do Estado. Depois disso, entramos numa nova fase da regulação neoliberal, com faces autoritárias.

Com diferenças em cada contexto, o que parece se desintegrar é o enlace histórico entre capitalismo nacional, Estado social e democracia liberal. Enquanto aniquila os investimentos sociais ou os transforma em novos mercados, o Estado tem ampliado e reforçado sua estrutura jurídica e seu aparato repressivo, sustentando a reprodução do poder instituído e o controle social. Crescem o encarceramento e o extermínio da população pobre, sobretudo de negros e periféricos, no Brasil, onde a gestão militarizada do espaço é cada vez mais presente na vida cotidiana das cidades. Tudo isso atravessado pelo mercado, que tem nos modos de governo de populações um campo de ampliação.

A neoliberalização tem impactos diretos na problemática urbana. Enquanto modo de estruturação do Estado e dos aparatos de governo e exercício do poder na sociedade, o neoliberalismo estende à dinâmica urbana a lógica da produção de mercadorias e da competição no mercado. Muitos processos metropolitanos atuais – desindustrialização, gentrificação, financeirização, endividamento, predomínio da competição, privatização e terceirização da gestão de equipamentos e infraestruturas públicas, soluções privadas e individuais para problemas de ordem pública etc. – estão relacionados, de formas diversas, ao neoliberalismo. Em vista disso, cabe indagar sobre o lugar das cidades na dinâmica do capitalismo neoliberal.

1.1.3. A problemática urbana e a mercantilização das cidades

Como observado, os protestos de junho de 2013 introduzem um novo tempo-espaço nas lutas sociais. Uma das características inéditas desses protestos foi a ressonância em três escalas urbanas: global, nacional e local, já que a disseminação dos meios de comunicação faz com que repertórios e práticas circulem rapidamente nessas escalas, estabelecendo uma troca coletiva de experiências. De certa forma, os protestos contêm o mundo globalizado, com seus dilemas e contradições decorrentes tanto da urbanização planetária e suas “cidades globais”, quanto da redefinição dos Estados e seus impactos sobre a política local. Ocupar ruas foi, de imediato, um modo de reterritorializar a política desde a vida urbana. Em contrapartida, os atos nos deram a imagem de um país urbano ainda desconhecido, sinalizando um movimento societal recente.

Ao dar visibilidade à problemática urbana, os protestos colocaram em cena as tensões acumuladas no cotidiano urbano e nos pactos de gestão dos conflitos. É a pauta dos transportes que explode após uma década de *boom* na venda de automóveis. São as novas formas de ação política experimentadas e as novas táticas de controle de massas. É o discurso da imprensa exigindo ordem na cidade e diferenciando “cidadãos” e “vândalos”. São as instâncias representativas criminalizando manifestações. São governos de partidos opostos unidos contra as ruas. A cidade foi parte do conteúdo e das formas de reivindicação, configurando um *campo de gravitação*⁴² em torno do *direito à cidade*, a partir do qual uma miríade de lutas sociais, práticas políticas, discursos e coletivos entram em constelação.

Quando Henri Lefebvre escreveu *O direito a cidade* [1967], propondo confrontar a *problemática urbana* e enfrentar o “campo cego” que impedia de compreender adequadamente os termos do urbano e da luta de classes, o livro (escrito por ocasião da comemoração do centenário de *O capital*, um ano antes da irrupção de maio de 1968) era um enunciado acerca das mudanças paradigmáticas da sociedade contemporânea, que se expressavam nas ruas. O objetivo, diz o autor, era “fazer com que os problemas entrem na consciência e nos programas políticos” (LEFEBVRE, 2008, p.10).

A problemática urbana apontada por Lefebvre trazia como tendência duas mudanças

⁴² A referência à noção de campo de conflitos é de E. P. Thompson (1998): “Ao analisar as relações gentry-plebe, nos encontramos não tanto com uma renhida e inflexível batalha entre antagonismos irreconciliáveis, mas como um campo de forças societal. Estou pensando num experimento escolar em que uma corrente elétrica magnetiza uma placa coberta de pequenos pedaços de ferro. As limaduras, que estavam uniformemente distribuídas, se amontoavam desordenadamente em um polo ou em outro, enquanto nesse ínterim as limaduras que permaneciam em seu lugar tomavam o aspecto de separações dirigidas a um ou outro polo oposto”. Num sentido próximo ao definido por Thompson, o campo de gravitação é entendido aqui como a multiplicidade heterogênea que constitui a ação coletiva perpassada pelo conflito em torno do direito à cidade. O direito à cidade é a coordenada dada pelos conflitos, que permite identificar os antagonismos urbanos.

paradigmáticas, que se confirmariam nas décadas seguintes: o fim da dualidade entre o rural e o urbano e a globalização da urbanização enquanto paradigma dominante, marcada pelas desigualdades regionais. Meio século depois, a urbanização está posta como uma condição historicamente inédita da humanidade, em toda a sua contradição e em extensão global.

No início dos anos 2000, um relatório da ONU (2003) revelava que mais da metade da população mundial era urbana, destacando ainda que cerca de um terço dessa população estava vivendo em favelas⁴³. A América Latina, apesar da urbanização tardia, foi considerada a região mais urbanizada do mundo pela ONU-Habitat de 2012, com cerca de 80% da população na cidade, sendo ainda uma das mais perigosas do mundo. No Brasil, segundo o IBGE, que não considera no cálculo favelas com menos de 50 barracos, o crescimento populacional delas (7%) é superior ao do país (2%). Um levantamento realizado pelo Ministério das Cidades (2008) em todos os municípios brasileiros constatou a existência de grandes favelas em, pelo menos, 28% deles e em 90% dos municípios com mais de 500 mil habitantes.

A recente dinâmica urbana, que tem na mercantilização do espaço urbano um importante vetor dos processos de valorização do capital, vem gerando sérias contradições entre produzir e habitar a cidade. Enquanto as cidades melhoram seus serviços essenciais, decai a condição de vida para uma parcela crescente de seus habitantes. Ainda segundo o Ministério das Cidades, São Paulo, apesar de ser a mais rica unidade federativa do país, é o estado que apresenta o mais alto índice de favelas (40%). De apenas 1%, em 1970, os residentes em favelas somam, hoje, 20%, um quinto da população (ROLNIK, 2015, p.277).

Se, de um lado, cresce a população que vive em favelas, de outro, crescem iniciativas de gestão do espaço urbano que estimulem o lucro. Recentemente, o Banco Mundial (2009), pela primeira vez, tratou do tema da urbanização, explorando as “influências da geografia sobre as oportunidades econômicas”, e elegendo como questão central a integração de territórios desiguais em diferentes escalas pelo mercado. O documento entende a produção do espaço urbano como um importante componente do crescimento econômico e aposta nos aglomerados como forma de crescimento, destacando que a produção se concentra em grandes cidades e que “metade da produção do mundo está concentrada em 1,5% das suas terras”. Nessa perspectiva, a mobilidade das pessoas e sua integração aos mercados é afirmada como recurso de desenvolvimento econômico. Além da mobilidade do trabalhador, também “o mais imóvel de todos os insumos – a terra – deve tornar-se móvel entre os usos” e desempenhar diferentes

⁴³ Para a ONU, favela é uma área superpovoada, pobre ou com residências informais, acesso inadequado à água potável e condições sanitárias, e posse insegura. Essa é uma definição considerada restrita pelos especialistas.

funções. Tudo isso medido pela régua da acumulação, que cada vez mais exige fluidez na realização do ciclo econômico.

O acesso aos oceanos e rios deveria ser a razão pela qual um local é colonizado, mas a flexibilidade de seus mercados de terras determinará em grande parte o quanto esse lugar irá crescer. Os governos podem não ser bons em escolher lugares que prosperarão. Mas o modo pelo qual eles instituem normas, criam infra-estrutura e intervêm para tornar o *uso da terra* eficiente é um fator decisivo de ritmo da prosperidade para os lugares e sua vizinhança (BANCO MUNDIAL, 2009, p.13).

A “colonização da terra e da moradia”, como diz Rolnik (2015) em seu trabalho como relatora especial da ONU, avança pelo globo, instaurando uma verdadeira “guerra dos lugares”. Nesse processo, a atuação do Estado é fundamental, visto que é ele que regula o espaço. Assim, políticas como a urbanização de favelas e a promoção do mercado de terras, inclusive o secundário, são incentivadas como fatores de prosperidade. A prática do *empreendedorismo urbano*, como define Harvey (2014, p.188), é um exemplo dessa articulação que opera a lógica de mercantilização da cidade. Trata-se de um padrão de governança urbana que articula poderes públicos, outros agentes da sociedade civil e interesses privados, visando definir estratégias de empreendimentos urbanos rentáveis, conectando as escalas local e global. Um conjunto de projetos arquitetônicos e urbanísticos mobilizam a “cidade negócio” e agregam atividades ligadas ou ao consumo (*shopping centers*, cinemas, *fast-food* restaurantes, cafés, bares, lojas, feiras, turismo), ou à renda e às formas de realização do capital financeiro (edifícios corporativos, condomínios habitacionais, estacionamentos etc.). Esses investimentos no espaço construído são como “motores de desenvolvimento urbano”, envolvem uma orquestração dos investimentos privados e da provisão de recursos públicos a fim de atrair investimentos. “O objetivo é criar sinergia suficiente no processo de urbanização para que as rendas de monopólio sejam criadas e realizadas tanto pelos interesses privados como pelos poderes estatais” (HARVEY, 2014, p.191).

As contradições do processo capitalista de produção do espaço urbano se intensificam à medida que se acentuam a mundialização e financeirização do capital, em que as finanças se tornam o principal grupo de atividades políticas e econômicas a compor a economia imaterial urbana contemporânea. Nesse processo, cria-se a possibilidade de o mercado de capitais entrar de diversas formas em inúmeros setores de atividade, ampliando sua atuação e sua vinculação – construindo canalizações de mais-valor na sua direção. Como destacam Tonucci Filho e Magalhães (2017, p.438):

A financeirização pode ser entendida, desse modo, como a construção ampliada e diversificada desses canais por onde passam fluxos de mais-valor, lucros e renda

advindos de fontes diversificadas e geograficamente difusas. Tais rendimentos remuneraram capitais também angariados e mobilizados de forma ampliada, como na criação de fundos de investimento amplamente disponíveis para correntistas de grandes bancos comerciais ou na mobilização de fundos de pensão com grandes quantidades de recursos disponíveis para investimento de longo prazo. Essa presença crescente e o ganho de protagonismo das finanças em busca de oportunidades de investimentos fazem com que sua atuação se espalhe e passe a operar na produção de condições para sua própria entrada em domínios anteriormente isolados de sua influência – o que é o caso das parcerias público-privadas na gestão pública obrigada a buscar recursos alternativos em função das restrições orçamentárias produzidas pelo seu próprio endividamento, gerando oportunidades de investimento privado em estruturas coletivas que vão desde estádios de futebol de propriedade pública até o caso extremo dos presídios.

Os projetos urbanos impulsionados pela integração dos mercados financeiros têm transformado as cidades rapidamente, dando um aspecto homogêneo às chamadas “cidades globais”, como se observa no novo centro econômico de São Paulo. Como mostra Fix (2015, p.14), o novo centro é o espaço construído de circulação do capital financeiro e internacional, visto como “um processo social, uma imposição espacial de poder econômico e político”. Sua projeção reconfigurou a região, desencadeando um processo conflitivo de valorização e especulação imobiliária, marcado por altos investimentos públicos e remoções de favelas.

A expansão das fronteiras da financeirização imobiliária e o deslocamento das margens por meio de remoções forçadas revela o epicentro dos conflitos urbanos. Observando diversos contextos sociopolíticos no mundo, a relatora expõe os processos pelos quais cidades e moradia vão sendo atravessadas pelo “complexo imobiliário-financeiro”, apontando os nexos entre mercados, governos, circuitos financeiros e produção das cidades. Com isso, evidencia o caráter político desse processo, colocando em cena atores, discursos, leis, programas, ideologias e decisões que configuram o conflito na produção do espaço urbano.

A financeirização do mercado imobiliário é um processo mais recorrente nos países centrais, também associado ao endividamento – em torno de 40% da dívida privada, enquanto nos demais países essa dívida é próxima de 10% (FIX, 2011). Essas diferenças se relacionam à estrutura fundiária, à regulamentação e ao desenvolvimento do mercado imobiliário em cada caso. No Brasil, grande parte da urbanização se caracterizou pela informalidade da posse e irregularidade da construção, compondo um mercado imobiliário segmentado e estratificado, o que dificultou sua inserção no processo de liberalização econômica. Desse modo, “o capital portador de juros enfrentou barreiras para libertar a terra urbana para circular na forma de títulos financeiros” (FIX, 2011, p.217).

Contudo, esse é um aspecto que vem se alterando desde os anos 1990, com a crescente regularização urbana, a criação do Sistema Financeiro Imobiliário em 1997, voltado à captura de recursos no mercado secundário de títulos imobiliários, e as medidas jurídicas destinadas a

oferecer maior segurança ao mercado definidas nos anos 2000. Foi, no entanto, a expansão do crédito e da política habitacional do PMCMV, em 2009, que protegeu o mercado imobiliário da crise econômica e o alavancou, criando condições à sua financeirização, com a abertura de capital na bolsa e o desenvolvimento dos Fundos Financeiros Imobiliários.

A última década foi marcada pela aceleração dos investimentos públicos nas cidades, com objetivo de obter crescimento econômico e afastar impactos da crise internacional de 2008. Tanto programas federais, como o PAC, criado em 2007, e o PMCMV, criado em 2009, quanto obras para sediar megaeventos esportivos – Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 – estiveram associados a projetos de expansão do mercado imobiliário, de avanço sobre áreas pouco valorizadas da cidade ocupadas por favelas, e de loteamentos populares, para onde então se dirigia o capital imobiliário em busca de maximizar seus ganhos (ROLNIK, 2015).

Os processos de valorização urbana avançam sobre bairros populares, muitos em situação irregular e, portanto, sem garantias de posse, desencadeando remoções. É conhecida a lógica do mercado de avançar sobre áreas periféricas, ou “abandonadas” e “degradadas”, onde podem maximizar ganhos com a valorização fundiária. Essa expansão, como demonstra a literatura sobre grandes projetos urbanos, se sustenta com investimentos públicos massivos. Quando definidas as áreas de incorporação, agentes do mercado atuam com o Estado para direcionar investimentos públicos, como se vê nos megaeventos esportivos. São incorporadoras e empreiteiras as contratadas para elaborar projetos urbanos e estudos de viabilidade financeira que envolvem concessões públicas, de serviços e terras, privatizações e obras públicas⁴⁴.

A mercantilização das cidades e as práticas espoliativas expõem uma constante tensão entre as formas de provisão da vida e a “interminável” acumulação capitalista, como observa Harvey (2014). Conforme as cidades se tornam fontes de valorização e absorção de excedentes impulsionadas pela financeirização, afetam diretamente a configuração espacial urbana, aumentando a segregação e a desigualdade social.

Diante disso, não surpreende que junho de 2013 tenha pautado a problemática urbana e que a luta em torno da moradia tenha se tornado um dos principais conflitos do novo ciclo de lutas, como veremos no próximo capítulo. A hipótese deste trabalho é que o neoliberalismo tem acentuado conflitos urbanos, sendo o MTST expressivo desse deslocamento do conflito social. Isso nos leva a pensar sobre o estatuto das cidades nos conflitos sociais, especialmente quando o enunciado do *direito à cidade* vem sendo vocalizado pelos mais diversos atores políticos.

⁴⁴ Foi o caso do Porto Maravilha e do Parque Olímpico no Rio de Janeiro, e de projetos como a reforma do Estádio do Maracanã e seu entorno.

1.2. Do espaço da produção à produção do espaço: o neoliberalismo e as cidades

Desde os anos 1970, alguns autores argumentam que as relações capitalistas teriam transbordado os limites da produção e se estendido para toda a sociedade, de modo que aquelas divisões tão bem demarcadas na sociedade fordista, entre o trabalho e as outras dimensões da vida, as esferas da produção e da reprodução, o econômico e o político, teriam se diluído no mundo social, transformando cada sujeito numa unidade produtiva e de governo. Numa análise profunda sobre o neoliberalismo, Dardot e Laval (2016) ressaltam a extensão da forma empresa e da lógica da concorrência sobre todas as dimensões da vida. Essa compreensão se aproxima das discussões sobre o papel das cidades na atual dinâmica do capital, em que diversos autores (LEFEBVRE, 2008; HARVEY, 2014; HARDT e NEGRI, 2009) têm considerado a metrópole hoje como o que fora a fábrica para os operários industriais. Irei, então, expor essas discussões, com vistas a reunir elementos para refletir sobre a relação entre ação coletiva e dinâmica urbana.

1.2.1. O espaço como mediação da produção e reprodução social

Constituída como um espaço de concentração de relações entre escalas – incluída a ligação direta entre globalização, macroeconomia e produção do espaço urbano –, a metrópole funciona como agenciadora e mediadora transescalar do neoliberalismo, tornando esse modo de governo real na vida cotidiana, ou seja, estendendo-o à ordem próxima e imediata, do plano da macroeconomia ao espaço da vida.

Lefebvre é um dos primeiros a destacar a reprodução social no capitalismo pós-industrial, dedicando-se a compreender a problemática urbana. Sua tese é sobre o deslocamento das relações sociais baseadas no tempo do trabalho industrial, para a produção do espaço-tempo urbano. Na sua análise, as mudanças pelas quais passou o capitalismo desde meados do século XX fizeram a reprodução social se realizar na produção do espaço, o que superaria o problema da industrialização como determinante central da luta de classes.

Começemos por entender o que Lefebvre chama de *produção do espaço*, noção com a qual operamos neste trabalho. Para ele, esse conceito não se restringe à construção do espaço físico e ao seu aspecto material. Em coerência com o que, talvez, seja a sua principal marca – a preocupação em compor uma teoria alinhada à práxis –, ele procura refletir sobre o espaço não só como *produto*, mas sobre o processo de *produção* que o engendra. Isso quer dizer que ele busca restituir à noção de espaço seu *movimento*, mais bem compreendido quando se toma o espaço social como *locus* da “reprodução das relações de produção” (LEFEBVRE, 1973, p.17).

Pensar essa reprodução é atentar-se ao processo que repõe as condições para a continuidade do capitalismo como *totalidade aberta*⁴⁵, já que a reprodução das relações de produção engendra contradições, modificando e produzindo novas relações sociais (LEFEBVRE, 1973, p.104).

Nesse sentido, Lefebvre considera permeáveis um ao outro os conceitos de produção e reprodução social, e vê o espaço social como o lugar da produção da reprodução. Note-se que Lefebvre não fala de um espaço newtoniano, euclidiano, apreendido em abstrato, mas de espaço concreto – e, portanto, social, uma “natureza segunda”, construída a partir do trabalho humano sobre a “natureza primeira” (LEFEBVRE, 2013, p.124). Por isso, o espaço não pode ser visto só como “produto” (embora o seja também), mas como um “conjunto de relações”: “enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na sua própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxo de matérias-primas e das energias, redes de distribuição dos produtos” (LEFEBVRE, 2013, p.125). O espaço social é, pois, “suporte das relações econômicas e sociais” e engendra a reprodução de todo o “aparelho reprodutivo” e “das relações que ele praticamente realiza” (LEFEBVRE, 2013, p.125). Espaço social não é um vazio em que tudo está contido, ou um palco em que sujeitos realizam ações; longe dessas abstrações, é uma concretude na qual as relações sociais se dão. Ele as condiciona a si, bem como se transforma por elas. Conformados a ele (e agindo sobre ele), reproduzem-se não só os meios de produção, mas as *relações de produção* a eles sobrepostas (LEFEBVRE, 1973, p.17).

O pensamento de Lefebvre, assim estruturado, permite entender o espaço como campo de contradições e conflitos. As perspectivas parcelares de análise do espaço – como a geometria, por exemplo, ou, no caso do espaço urbano, o urbanismo – serviriam à sua organização para “fixá-lo”, a estancar o movimento inerente às contradições presentes nele. Como em quase toda reflexão sua, Lefebvre (1973, p.18) recusa essas perspectivas unilaterais, não por negar a sua utilidade, mas por considerar que elas precisam ser remetidas à totalidade da qual fazem parte. Daí ele negar o que chama de “ciência do espaço”, em favor de uma “teoria da produção do espaço”, que estaria para aquela como a dialética para a lógica.

Essa maneira de conceber o espaço torna-o mais complexo. Ele passa a compor-se de três dimensões dialeticamente integradas e simultâneas: as práticas espaciais, a representação do espaço e o espaço das representações (LEFEBVRE, 1976). As práticas espaciais ligam-se à experiência e à percepção parcial do prático-sensível; os espaços de representação estão ligados ao mundo vivido, da imaginação, das emoções e significados incorporados em como vivemos

⁴⁵ Na dialética lefebvreana, o capitalismo é entendido como uma totalidade não acabada, em aberto, cujo devir advém da contradição interna que lhe é inerente.

o cotidiano; as representações do espaço são associadas ao espaço concebido e representado. O cotidiano e o espaço vivido são permeados pelo mundo das representações, que são construídas histórica e socialmente, se traduzem em representações do espaço (espaço concebido) e se inscrevem nos espaços de representações (espaços apropriados simbolicamente). Os padrões espaciais e as relações sociais estão dialeticamente relacionados. Em seu sentido mais genérico, o espaço é entendido como uma *mediação*.

O espaço não seria nem um ponto de partida (ao mesmo tempo mental e social, como na hipótese filosófica), nem um ponto de chegada (um produto social ou o lugar dos produtos), mas um intermediário em todos os sentidos desse termo, ou seja, um modo e um instrumento, um meio e uma mediação. (LEFEBVRE, 1976, p.44)

É através do espaço que se dão as relações sociais e que a humanidade se (re)produz. Ao realizar esse movimento de reprodução da vida, ela produz, conseqüentemente, o espaço. Como *produto* das relações sociais, o espaço está sempre em processo de construção, é sempre movimento. Uma vez que as relações sociais são historicamente determinadas, o espaço é também condição e produto das relações sociais de produção. Com base nisso, Lefebvre argumenta que o modo de produção organiza e produz, ao mesmo tempo, relações sociais e seu próprio espaço e tempo.

É assim, que ele se realiza, posto que o modo de produção projeta sobre o terreno estas relações, sem, todavia deixar de considerar o que reage sobre ele. Certamente, não existiria uma correspondência exata, assinalada antes entre relações sociais e as relações espaciais (ou espaço-temporais). A sociedade nova se apropria do espaço preexistente, modelado anteriormente; a organização anterior se desintegra e o modo de produção integra os resultados. (LEFEBVRE, 1981, p.7)

Como momento necessário da acumulação, a produção do espaço compreende a produção dos meios de produção e a (re)produção das relações sociais, seja produzindo espaço como mercadoria, seja organizando a vida cotidiana (trabalho, lazer, vida privada). Cidade e vida cotidiana figuram como chaves importantes do pensamento do filósofo. Ele considera que é na cotidianidade⁴⁶ que se estabelece o neocapitalismo, congregando projetos, aspirações e desejos individuais; no cotidiano se situa o “núcleo racional”, o “centro real da *práxis*”.

O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo, da auto-regulação voluntária e planificada. Bem cuidado, ele tende a constituir um bloqueio com um sistema próprio (produção – consumo – produção). Ao se delinear as necessidades, procura-se prevê-las; encurrala-se o desejo. Isso subsistiria as auto-regulações espontâneas e cegas do período da concorrência. A cotidianidade se tornaria assim, a curto prazo, o sistema único, o sistema perfeito, dissimulado sob

⁴⁶ A cotidianidade é o cotidiano alienado, compreende uma constante programação de hábitos sempre direcionados para a produção e o consumo, produzido pela “sociedade burocrática de consumo dirigido”, o que difere da noção de “cotidiano”, que compreende a dimensão mais imediata da experiência sensível (LEFEBVRE, 1991).

outros que o pensamento sistemático e a ação estruturante visam. Nesse sentido, a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido, assim, como a sua moldura, a Modernidade. Se o círculo não consegue fechar-se, não é por falta de vontade, nem de inteligência estratégica: é porque “alguma coisa” de irredutível se opõe. (LEFEBVRE, 1991, p.82)

A análise do autor envolve um desenvolvimento do conceito de *produção* empregado por Marx, que implica superar os limites estritamente econômicos dessa noção. Daí Lefebvre considerar que “há produção de relações sociais no seio da re-produção (por exemplo, o *urbano*, as possibilidades do *cotidiano*, o *diferencial*)”.

Trata-se da produção no sentido amplo: produção das relações sociais e re-produção de determinadas relações. É nesse sentido que o espaço inteiro torna-se o lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade etc. Essa reprodução se realiza através de um esquema relativo à sociedade existente, cujo caráter essencial é ser conjunta-disjunta, dissociada, mantendo uma unidade, a do poder na fragmentação. Esse espaço homogêneo-fraturado não é somente o espaço global do planejamento ou o espaço parcelar do arquiteto e dos promotores imobiliários, é também, o espaço das obras de arte, por exemplo, o do mobiliário e do design. É o estetismo que unifica os fragmentos funcionais de um espaço deslocado realizando, assim, seu caráter homogêneo e fraturado. (LEFEBVRE, 1976, p.48)

Portanto, o espaço urbano não é apenas um elemento das forças produtivas (no sentido da produção *stricto sensu*) que corresponde à reprodução dos meios de produção em seu caráter funcional e instrumental reificado pela ideologia dominante. À medida que as próprias relações capitalistas se ampliam e complexificam, ele ganha outro estatuto e requer um olhar integrado, que considere a (re)produção das relações de produção. Além de parte das relações sociais de produção, o espaço é objeto de consumo – como deixam claro as apropriações que dele faz o mercado, caso da “cidade negócio” –, instrumento político – como mostra junho de 2013 – e elemento da luta de classes – como se vê, por exemplo, nas ocupações urbanas. Desse modo, para Lefebvre (1991, p.101), a luta de classes vai além do campo da produção, pois a classe operária “é facilmente explorada e subjugada no plano da cotidianidade e do consumo, assim como no plano da produção”.

As relações de produção, características da sociedade capitalista, carecem elas mesmas de ser reproduzidas. Uma sociedade é uma produção e uma reprodução de relações sociais e não só uma produção de coisas. Em nome do obrerismo, em nome da classe operária, omitiu-se essa análise. Ora, as relações sociais não se produzem e não se reproduzem apenas no espaço social em que a classe operária age, pensa e se localiza, isto é, a empresa. Reproduzem-se no mercado, no sentido mais amplo do termo, na vida quotidiana, na família, na “cidade”, reproduzem-se também onde a mais-valia global da sociedade se realiza e se reparte e é dispendida, no funcionamento global da sociedade, na arte, na cultura, na ciência e em muitos outros sectores, mesmo no exército. (...) Nas condições em que a reprodução das relações sociais é desconhecida e em que o problema do seu controle não é levantado sequer, reproduzem-se as relações antigas. (LEFEBVRE, 1973, p.109-110)

É produzindo um espaço próprio à sua lógica que a dominação do capital se impõe pela reprodução social. Esse domínio, contudo, nunca é pleno, posto que, na perspectiva dialética do autor, o processo é conflituoso e o espaço reage.

Este é o quadro teórico no qual Lefebvre trata da problemática urbana. Ao contrário da perspectiva predominante na sociedade fordista, que dissolvia o urbano na industrialização e enfatizava as trocas e o lugar de trocas, na sua análise, a cidade não seria um subproduto da indústria, mas um *processo histórico*, cuja forma teria sido profundamente transformada pela industrialização num duplo processo de *implosão-explosão*, cheio de tensões e contradições, que desencadearia o *urbano*.

O urbano se distingue da cidade precisamente porque ele aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade, mas ele permite reconsiderar e mesmo compreender certos aspectos dela que passaram despercebidos muito tempo: a centralidade, o espaço como lugar de encontro, a monumentalidade, etc. (LEFEBVRE, 1976, p.84)

Lefebvre (2002) nomeia de *sociedade urbana* aquela decorrente da urbanização como paradigma preponderante de uma sociedade nova, portanto, uma realidade já posta pelo urbano e um devir social. Nestes termos, pode-se dizer que o potencial histórico posto em marcha pela condição de união do trabalhador na fábrica, durante a revolução industrial, teria se deslocado, ainda que como possibilidade, para a condição urbana da sociedade – uma posição teórica que parece condizer com um contexto em que protestos contra tarifa de transporte público catalisam lutas sociais e ocupações urbanas proliferam. É um contexto em que a indústria se torna restrita e a urbanização se generaliza como fonte de extração de renda e mais-valia, o que levou Harvey (2014) a considerar necessário pensar a ação coletiva tanto em termos dos diversos segmentos de trabalhadores precários que produzem a cidade, quanto dos movimentos urbanos.

A contribuição importante de Lefebvre, especialmente para pensar o conflito urbano neste trabalho, está na noção de *produção do espaço*. Como observa Carlos (2015, p.24-25), o deslocamento que enfoca o espaço não como “vazio” ou “palco” permite pensar, de um lado, sua constituição, que, no processo histórico, torna-se mercadoria e se expande mundialmente, e, de outro, os momentos da vida cotidiana em que o percebido pode constituir-se em consciência das formas de superação do mundo como mercadoria, traduzindo-se em lutas pela produção do espaço. Nessa mesma trilha segue Harvey, partindo de uma análise da economia urbana até chegar à discussão sobre o comum, proposta por Hardt e Negri.

1.2.2. A cidade e a circulação do capital: produção e extração do comum

Mais que entender a produção do espaço urbano como resultante do modo de produção, a proposta de Lefebvre é entendê-lo num movimento contraditório, que traz em si tanto o espaço reproduzido como mercadoria e portador do processo de valorização, quanto como realização da vida que se constitui no seu uso e na sua recriação. É nessa chave da produção/reprodução que o conflito na produção do espaço urbano parece ganhar múltiplas dimensões, posto que o espaço urbano não é apenas o lugar da reprodução da classe trabalhadora, mas um aspecto fundamental da vida e o tecido produtivo tanto de bens, quanto de relações sociais.

Ao definir a cidade como *obra*, Lefebvre (2008) a apresenta como uma produção social e histórica, resultante do processo de trabalho e em constante movimento, cuja forma é sempre condição de outra configuração. Posta nesses termos, a cidade carrega um valor e os processos econômicos ligados a ela ganham outra compreensão. Um exemplo disso é a renda de aluguel. Diferente da *renda da terra*, que resulta de *sobretrabalho* como pagamento pelo uso da terra – o que exige a realização do ciclo do capital –, na *renda de aluguel*, o valor é extraído do uso “improdutivo”, ou seja, da reprodução social, especialmente no caso da moradia. Também a noção de *capital fixo* não se restringe ao seu valor fixado na unidade construída, mas diz respeito ao conjunto do trabalho acumulado na produção da cidade e a todos os seus atributos urbanos (materiais ou imateriais). A *localização* gera valorização.

Dentro da concepção de *produção do espaço* proposta por Lefebvre, a cidade pode ser entendida como um *comum*, posto que é produzida socialmente por meio de trabalho vivo e da própria vida vivida. Nesse sentido, pode ser aproximada da formulação de Hardt e Negri (2009), para quem o comum não é um gênero de propriedade, mas um *modo de produção* que corresponde ao conteúdo real da existência produtiva. O comum é sempre uma produção, “natureza regulada ou transformada ou simplesmente produzida”, e, enquanto produto do trabalho humano, no capitalismo, é atravessado por relações de poder (NEGRI, 2017, p.227). Hardt e Negri (2009), consideram que a cidade não se reduz ao ambiente construído, pois é um propulsor de práticas culturais, circuitos intelectuais, instituições sociais e redes afetivas. Esses elementos do comum contidos na cidade não são apenas os pré-requisitos para a produção biopolítica, mas também seu próprio resultado.

Nessa linha, Harvey (2014, p.146), partindo do princípio da cooperação do trabalho, presente na teoria do valor trabalho de Marx, considera o processo de urbanização uma produção comum apropriada pelo capital. Na sua compreensão, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de excedentes, de modo que a urbanização sempre envolveu

um componente de classe em vista da extração deles, que, por sua vez, sempre estiveram sob o controle da classe dominante. “A urbanização nada mais é do que a incessante produção de um comum urbano (ou sua forma espectral de espaços e bens públicos) e sua eterna apropriação e destruição por interesses privados” (HARVEY, 2014, p.156).

Ele destaca a criação de bens *comuns urbanos*, resultantes das atividades e lutas cotidianas dos indivíduos e grupos sociais, “que criam o mundo social da cidade ao mesmo tempo em que criam algo de comum que sirva de estrutura em que todos possam abrigar-se”. Nisso, diferencia os *bens públicos urbanos* dos *comuns urbanos*, argumentando que os espaços e bens públicos envolvem poder e controle estatal, além de serem, com frequência, empregados em finalidades contrárias ao comum. É o que há nas políticas urbanas que alocam investimentos públicos para produzir algo semelhante ao comum, mas geram ganhos patrimoniais privados. Os bens, equipamentos e espaços públicos só se tornam comuns quando são apropriados coletivamente, com o objetivo do bem comum. Ainda que nem sempre possa ser cercado, esse comum urbano é capitalizado e apropriado privadamente via renda fundiária. A questão central, diz o autor, não é a produção do comum, mas as relações entre os que o produzem e os que dele se apropriam para benefício privado. Nesse sentido, propõe pensar o comum não como bem, ativo ou processo social, mas como “*relação social* instável e maleável entre determinado grupo autodefinido e os aspectos já existentes ou ainda por criar do meio social e/ou físico, considerada crucial para sua vida e subsistência” (HARVEY, 2014, p.145).

Voltando-se para a análise do processo de circulação do capital na produção do urbano, Harvey (2004; 2013; 2014) procura desobstruir as fronteiras entre os circuitos da produção e da sua realização, destacando as formas de exploração nos circuitos comercial e monetário, que funcionariam como formas de extração de renda e valor. Do ponto de vista da economia política, ele argumenta que os *ajustes espaciais* e a *urbanização* funcionam como modos de absorção de excedentes, contornando a tendência à crise de superacumulação. Esses excedentes podem se transformar em modos de *valorização ampliada* ou em práticas *espoliativas*⁴⁷ na extração tanto da renda do trabalho quanto da produção do comum. Além dos processos de privatização de bens e serviços públicos, mercantilização de espaços urbanos, comodificação da habitação, despossessão de terras, acompanhados de remoções forçadas de populações, supressão de bens coletivos e endividamento imobiliário, surgem novas formas de exploração e apropriação que

⁴⁷ As formas de espoliativas de acumulação consistem em práticas predatórias de expropriação, externas ao âmbito da produção, que, com o avanço histórico do capitalismo, se poderiam crer superadas; porém, como observara Rosa Luxemburgo, elas não se restringem à gênese do capital, mas são permanentes nele. São elas, para Harvey, que predominam no neoliberalismo: a lógica de *acumulação por espoliação* (ou despossessão) tem predominado, em vista dos limites espaciais, políticos e socioeconômicos da acumulação ampliada do capital.

recaem sobre os *comuns urbanos* – práticas e valores culturais, lugares singulares, produções criativas –, que Harvey (2014) denomina *rendas de monopólio*.

Ao tratar dos mecanismos que determinam a configuração espacial característica do capitalismo, Harvey (2014) chama a atenção para o domínio da urbanização depender do controle da classe capitalista sobre o processo urbano, o que implica dominação não só dos aparelhos de Estado, como de populações inteiras, seus estilos de vida, sua capacidade de trabalho, seus valores culturais e políticos, suas visões de mundo. O autor considera que a cidade é o *locus* em que pessoas de todos os tipos e classes se misturam, mesmo que de modo relutante e antagônico, para produzir uma vida comum, a qual é sempre mutável. Entretanto, as comunalidades dessa vida urbana encontram-se ameaçadas pela onda neoliberal de privatizações, cercamentos, controles espaciais, policiamento e vigilância. Assim, “A cidade e o processo urbano que a produz são, portanto, importantes esferas de luta política, social e de classe” (HARVEY, 2014, p.133).

Para Hardt e Negri (2009), a metrópole contemporânea é uma usina biopolítica do comum, tanto fonte quanto receptáculo da produção do comum imaterial, cognitivo. Na compreensão deles (2001; 2009), as mudanças ocorridas na passagem da fase industrial para a pós-industrial do capitalismo afetaram os processos de valorização e exploração, que passaram a centrar-se na produção *cognitiva* (inovação, tecnologia, criatividade, comunicação, afetos, circulação), cujo caráter é essencialmente colaborativo, acarretando mudanças na natureza da força de trabalho. O trabalho passa por fora da relação salarial, tudo é trabalho e trabalha-se o tempo todo, numa situação em que a circulação (produtos, informações, signos etc.) se torna cada vez mais produtiva. Isso não quer dizer que não haja indústria ou relações formais de trabalho, mas que o capitalismo pós-industrial não se dá apenas na exploração fabril, e a valorização dos produtos estaria, agora, centrada no trabalho imaterial (inovação, tecnologia, criatividade, comunicação) e suas novas dinâmicas de exploração⁴⁸.

(...) a apropriação capitalista se apresenta em figura totalmente transformada; a apropriação do mais-trabalho se exerce não mais por meio da exploração direta do trabalho e sua consequente abstração, e sim, sobretudo, por meio do novo mecanismo de apropriação caracterizado pela extração do comum como constituição da produção social como um todo. E se este comum cobre todo tempo e espaço sociais de valorização, se não há mais espaço “fora” da produção capitalista e cada função ativa é submetida à valorização, essa exploração extrativa é pré-constituída pela organização autônoma da cooperação pelas subjetividades cognitivas – uma potência independente no interior de uma feroz máquina de exploração. Para dizer em outros

⁴⁸ Um exemplo desse trabalho cognitivo que não passa pela relação salarial, mas produz um comum apropriado pelo capital, é o do *Facebook*. Todo o valor da empresa vem da produção e circulação de conteúdos individuais compartilhados na rede social pelo uso da ferramenta. Sua principal moeda é o volume de perfis que reúne, que tornam a rede mais atrativa. Outro exemplo seriam os aplicativos de táxi, como a Uber.

termos: este “comum capitalista” é submetido, na relação de capital, na sua assimetria, a uma tensão cada vez mais antagonista. Cada vida tornou-se produtiva, a extração de valor se exerce sobre a globalidade biopolítica, ou seja, não mais sobre espaços e tempos explicitamente dedicados ao trabalho. (NEGRI, 2017, 230-231)

O *capitalismo cognitivo* teria recomposto o trabalho vivo (manual e intelectual), porém o sistema continua organizado em torno da obtenção da acumulação. Desse modo, o terreno do capitalismo cognitivo é, essencialmente, *biopolítico*, pois se baseia na exploração da criatividade e produção da subjetividade, no conjunto do encontro das singularidades que circulam na metrópole e cooperam: o “trabalho e o valor tornaram-se biopolíticos na medida em que viver e produzir tendem a ser coisas indistinguíveis” (HARDT e NEGRI, 2005, p.197). Essa formulação sobre o biopolítico nos remete à unidade entre produção e reprodução, vista em Lefebvre, posto que estabelece a organicidade entre trabalho e vida.

Reformulando o conceito de Foucault, os autores consideram que, no capitalismo global pós-fordista (chamado por eles de *Império*), o *biopolítico* é o tecido produtivo e de circulação de mercadorias materiais e imateriais (saberes, afetos, conhecimento, informações, produtos, signos), que abre um horizonte de produção de formas de vida. A força de trabalho apresenta-se como subjetividade e potência não de uma massa organizada, como no fordismo, mas de singularidades (a potência da *multidão*). Daí a relevância adquirida pelo controle no governo da vida, como destacou Foucault.

Tanto Harvey (2004; 2014) como Negri e Hardt (2001; 2009) se voltam às dimensões globais de circulação do capital e seus efeitos sobre a vida em termos de novas formas de exploração e controle, e novos modos de resistência. As teorizações avançam no sentido de mostrar que, atingidos os limites geográficos de expansão do capital, o circuito da acumulação passa a absorver toda a sociedade e as formas de vida. Nisso, ganha centralidade a problemática urbana. É nessa correlação com as mudanças nas formas de produção e extração do valor estendidas para toda a sociedade que eles veem a metrópole substituir a fábrica enquanto estrutura de produção do comum. Nesse ponto é que se localiza a potencialidade política da metrópole na organização de contrapoderes, já que esse processo de produção e reprodução do espaço é conduzido pelo trabalho vivo e, assim, poderia ser controlado por ele⁴⁹.

Se, como alertava Lefebvre (1974), é através do espaço produzido que a sociedade se reproduz em sintonia com uma ordem forjada pelas relações capitalistas de produção, nele

⁴⁹ Embora sejam possíveis as aproximações entre os vários autores, deve-se assinalar que o conceito de *multidão*, de Hardt e Negri, parte de uma perspectiva de classe distinta daquela empregada por Harvey e Lefebvre. O conceito de *multidão* advém de Espinoza e designa uma multiplicidade de singularidades manifestas como potência de existir e agir. Enquanto existência concreta, é força de cooperação entre singularidades e potência de constituição do comum e, assim, explorada; enquanto organização política, é projeto em curso. Ver: Hardt e Negri (2005).

também se abre um campo novo de conflitualidade nas relações de classe. Isso porque o espaço, ao *(re)produzir* relações de produção, introduz nelas contradições múltiplas, históricas ou não, que transbordam os conflitos do espaço da fábrica para a cidade. Podemos dizer que há, nesse conflito que perpassa a produção do espaço urbano, uma importante dimensão biopolítica.

Assim, a produção do espaço urbano, como momento necessário da acumulação, seja na sua condição de realização do valor de troca (econômico), seja como estratégia política (lutas), seja como espaço-tempo da realização prática da vida social, revela tensões entre a produção comum e a apropriação privada. Os antagonismos se processam em torno dos dispositivos de poder que investem sobre o comum e desencadeiam hierarquias e desigualdades, por meio dos processos de intervenção direta do Estado e do Direito, para garantir o modo de acumulação baseada na extração de valor e na propriedade privada. Desse modo, o conflito urbano mobiliza a lógica territorial, própria do Estado, e a lógica de acumulação, própria do capital, ambas com seus instrumentos e dispositivos de domínio.

Produção do espaço urbano e controle territorial são eixos centrais para compreender a dinâmica urbana, e é nessa intersecção que a política parece se revelar nos atuais conflitos. Ou seja, nos momentos explosivos, como em junho de 2013, e nas disputas pela moradia protagonizadas por movimentos como o MTST.

1.2.3. O direito à cidade como apropriação e criação do comum

Se, por um lado, os valores do comum são mercantilizados e monetizados pelo capital, como observa Harvey (2014), por outro, a despeito da extensão da forma mercadoria, a cidade não pode ser dissociada de seu conteúdo originário e, portanto, é simultaneamente *valor de uso* e *valor de troca*. Essa condição própria do espaço socialmente produzido torna a cidade irredutível à lógica do capital e abre o conflito no qual Lefebvre localiza a luta pelo *direito à cidade*, mais tarde apresentado como *direito à vida e à produção do espaço*.

Muitas das lutas que se opõem ao neoliberalismo se colocam contra a crescente onda de cercamentos daquilo que é considerado patrimônio “comum” da humanidade (a natureza, o espaço público, as culturas, o conhecimento) e contra a extensão da lógica da mercadoria a todas as esferas da vida⁵⁰. No último ciclo global de protestos, desencadeado pela crise do capitalismo em sua face financeira e neoliberal, a ideia política do *comum* reapareceu com mais força, sustentando e orientando a construção de múltiplas experiências que se pretendem

⁵⁰ De modo geral, o comum refere-se aos bens e recursos, materiais ou imateriais, que são compartilhados, usados e geridos coletivamente, por meio de uma série de práticas, regras e saberes gestados pela própria comunidade. Não se confunde com a propriedade pública do Estado, entendida como forma coletiva de propriedade privada.

autônomas, democráticas e autogeridas. No Brasil, alguns estudos destacam experiências coletivas inovadoras mediadas pela forma ocupação, como o *Ocupe Estelita*, em Recife; o *Ocupe o Cocó*, em Fortaleza; o *Ocupa Ales* (Assembleia Legislativa do Estado), no Rio de Janeiro; as ocupações urbanas em Belo Horizonte; e as de escolas públicas ocorridas em São Paulo, em 2015, e no Paraná, em 2016⁵¹. Desde junho de 2013, as ocupações urbanas vêm sendo uma forma relevante de intervenção na vida política da cidade, o que atribui grande relevância ao MTST no novo ciclo de lutas, como veremos no próximo capítulo.

Assim, contra a *desposseção* e a *mercantilização* da vida, surgem lutas de resistência à *extração do comum* e práticas de *apropriação*⁵² da cidade. Da moradia ao trabalho, da mobilidade à cultura, da luta política ao cuidado com o outro, as *lutas biopolíticas* permeiam o tecido urbano, opondo “potência da vida que resiste” e sua “exploração biopolítica”, para retomar os termos de Negri (2005)⁵³. A síntese de Lefebvre (2008, p.134) sobre o *direito à cidade* consiste na justaposição do “direito à obra (à atividade participante)” ao “direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)”, enfatizando a ação política dos sujeitos que resistem e se insurgem, produzindo subjetividade e o espaço como *comum*.

Dardot e Laval (2015) creem que as lutas sociais da última década, ao se contraporem à extensão da lógica proprietária e do mercado, colocaram em pauta a exigência do *comum*, o que poderia contribuir para a constituição de uma racionalidade alternativa à neoliberal, já que a propriedade privada, base filosófica, jurídica e econômica do capitalismo, retira as coisas do uso comum e corrói a cooperação. Para os autores, o comum não equivale aos recursos comuns e é anterior ao bem comum, nem é designado pela natureza ou pelo direito, mas corresponde ao que é investido de uma *atividade de compartilhamento*. Com isso, os autores deslocam o foco do objeto (material ou imaterial) para a atividade que o “torna comum” (inapropriável), a prática coletiva que o institui mediante a produção de regras específicas. Portanto, não é um tipo de propriedade em oposição ao público ou privado, nem um modo de produção entre o Estado e o mercado; trata-se, mais do que da reivindicação de uma propriedade coletiva, de um direito de uso coletivo contra o direito de propriedade.

Para este trabalho, interessa reter a ideia do comum como um *princípio político*, segundo o qual a participação em uma atividade coletiva constitui o fundamento da política, no sentido de ordenar e reger essa atividade. Ou seja, é a política por excelência, pensada como atividade

⁵¹ Para ler sobre essas experiências, ver as coletâneas organizadas por Cava e Cocco (2014) e Moraes et al (2014).

⁵² Apropriação, aqui, no sentido de Lefebvre, indica uma forma de vida fundada e orientada pelo valor de uso.

⁵³ Negri reconceitua a noção de biopolítica definida por Foucault, passando a entendê-la em oposição ao biopoder, ou seja, como a potência da vida. Vida inclui a sinergia coletiva, a cooperação social e subjetiva no contexto de produção material e imaterial contemporânea, o intelecto geral. Vida é inteligência, afeto, cooperação, desejo.

de tomar parte da deliberação, de expor em comum palavras e pensamentos. Isso permite pensar a prática política e a democracia em outra chave teórica, aberta às invenções sociais, o que parece ser, justamente, a mensagem do enunciado do direito à cidade.

Independente de definições mais precisas, a força do enunciado em favor do direito à cidade está na possibilidade de mover politicamente o presente. O direito à cidade é menos um conceito formulado por Lefebvre e mais um enunciado prático da situação de crise urbana captada por seu olhar, e que ressoa em nossa época. Harvey, por exemplo, atribui maior importância política ao caráter indefinido do direito à cidade, identificando no “significante vazio” do enunciado suas “possibilidades imanentes”. Ou seja, a reivindicação do direito à cidade traduz em si a própria disputa pela cidade e sua produção: “depende de quem lhe conferirá sentido” (HARVEY, 2014, p.244). Trata-se de um apelo à ação política e, portanto, mais do que na reivindicação do que está dado, a potência do direito à cidade está no direito de reinvenção da cidade – ou de *produzir o espaço*, como redefiniu Lefebvre –, o que implica ativar a imaginação política desde a experiência urbana vivida. Como afirma Harvey (2014), o direito à cidade é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade.

Se, por um lado, a cidade é o lugar da reprodução das relações sociais de produção, por outro, é o lugar dos encontros, de múltiplas trajetórias que se entrelaçam, da ação política, da contestação e da invenção de outros modos de viver. É essa compreensão do *espaço como mediação* que interessa reter e que nos permite pensar as ocupações urbanas, ao mesmo tempo, como expressão do conflito e experimentação social e política. Quando se fala de direito à cidade, a forma ocupação é tema de grande interesse, pois, por meio dela, a população intervém na produção do espaço urbano, desafiando o projeto realizado pelas instâncias de poder do Estado e do capital, e a força policial que se destina a controlar os espaços e fluxos urbanos.

Tendo em conta a visibilidade da problemática urbana nesse novo ciclo de lutas, prolongada por meio das ocupações e projeção nacional do MTST, o próximo capítulo apresenta um mapeamento da ação coletiva, destacando a dinâmica das lutas urbanas entre o ciclo político de democratização e o atual, período marcado pela neoliberalização no Brasil.

Imagem 1 – Protesto do MPL-SP de 11/06/2013, em São Paulo/SP.

Fonte: JF, Diário/Estadão (12/06/2013)

Imagem 2 – Protesto do MPL-SP, 17/06/2013, São Paulo/SP

Imagem 2 – Protesto, 17/06/2013, Brasília - DF

Fonte: UOL notícias, 18/06/2013

CAPÍTULO 2 - O MTST E AS LUTAS URBANAS: UM MOVIMENTO DE TRANSIÇÃO NO CAMPO POLÍTICO

Como proposto no capítulo anterior, o acontecimento de junho de 2013 teria desencadeado um novo ciclo político, reposicionando os atores políticos e impulsionando algumas questões, entre as quais a problemática urbana, que se apresentou em todas as suas faces, reiterando sua importância no campo da ação coletiva. Neste capítulo, descrevo a dinâmica das lutas sociais que atravessaram o processo de neoliberalização, propondo compreender a atuação do MTST como um movimento de transição, intermediário entre o ciclo político de democratização e o atual⁵⁴.

Assim, apresento um mapa do campo político organizado, situando o MTST a partir de uma perspectiva relacional, pela qual as formas de ação são coletivamente integradas ao conjunto dos movimentos sociais e se inscrevem como ações políticas (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001). A delimitação do campo baseia-se no pressuposto da dimensão política dos movimentos, dada

de um lado, porque se constituem em contraposição a instituições, projetos e medidas políticas; de outro, porque ao resistirem a essas instituições, projetos e medidas produzem um impacto político. Esse impacto político passa pela criação de novas forças políticas; por sua posição – de oposição ou apoio – frente aos governos; por sua relação com os partidos políticos e com os demais movimentos sociais, como o sindical; pela luta por uma inserção institucional ou pela recusa a ela. (GALVÃO, 2008, p.9)

Vale dizer: o interesse aqui não é cotejar o “desempenho” dos atores políticos, mas ler a ação coletiva como informativo dos conflitos, posto que ela contém determinantes sociais e constitui respostas políticas e diferenciadas às questões colocadas por determinados contextos.

A ação coletiva não é uma ‘irrupção’ ou um ‘milagre’ que aconteceria acidentalmente às margens do sistema político, mas uma construção dinâmica que dispõe de determinantes sociais que se inscrevem nas lógicas e nos repertórios de ação que preexistem, mesmo se às vezes tendem a reinventá-los ou a modificá-los de maneira significativa (VAKALOULIS, 2002, p. 119, tradução da autora)

⁵⁴ A ideia de *ciclo* corresponde a um recorte temporal que delimita a historicidade das lutas sociais e conflitos, compreendendo sua trajetória (atores, projetos políticos e seus desdobramentos) em relação às condições históricas (modo de produção, forma do Estado, conflito social). Trata-se de um recurso analítico para sinalizar momentos de deslocamentos sociais em que a ação coletiva é interpelada e manifesta mudanças (movimento), sem com isso colocá-las no paradigma linear dualista “velhos” e “novos” movimentos, ou inclinar para a análise comparativa. O que se quer marcar com a noção de ciclo são os contextos que lançaram questões e demandaram respostas diferenciadas, nem melhores, nem piores.

2.1. O campo político organizado: entre os processos de democratização e neoliberalização

Como exposto anteriormente, junho de 2013 abriu um novo *ciclo político*, a partir do qual os atores políticos precisaram se reposicionar. No campo da esquerda, Jean Tible⁵⁵ aponta dois polos: um mais institucionalizado e hegemônico pelo PT, e outro mais autonomizado e distribuído por diversos movimentos e coletivos. Nenhum deles teria respondido junho à altura. Intermediário a essas posições, o MTST se tornou um dos protagonistas no campo da esquerda, multiplicando ocupações urbanas e organizando grandes protestos, especialmente em São Paulo. Desse modo, iremos situá-lo no campo político e observar o que ele nos informa sobre os deslocamentos engendrados pelo neoliberalismo.

*Cena - julho de 2003, entre a fábrica e as ruas*⁵⁶

São Bernardo do Campo, município do ABCD paulista, palco dos maiores confrontos entre as montadoras de automóveis ali instaladas nos anos 1960 e dos sindicatos operários fortes, cujas greves dos anos 1970 e 1980 ajudaram a derrubar a ditadura militar, gestaram o PT e a CUT e projetaram a figura de Luís Inácio Lula da Silva, eleito Presidente da República em 2002. Este é o cenário em que emerge uma ocupação urbana do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) batizada de Santo Dias, nome da liderança operária de oposição sindical assassinada na porta da fábrica durante a ditadura militar. A ocupação, que reuniu cerca de três mil famílias, tinha sido montada sobre um terreno cuja posse a Volkswagen alegava ter adquirido de outra montadora, Chrysler, mas que estava desocupado desde que a empresa havia transferido a fábrica para Resende (RJ) e demolido as instalações. O MTST alegava que a área era concessão pública; a Prefeitura, que o terreno não era público e que a política habitacional do município se voltava à urbanização de favelas, não à produção de conjuntos habitacionais (Lage, 23/07/2003, apud MIAGUSKO, 2008, p.19).

Enquanto se inicia uma batalha judicial sobre a posse do terreno, do outro lado da Rodovia Anchieta, a Volkswagen – que já havia empregado quase 45 mil trabalhadores e agora mantinha cerca de 25 mil, embora tivesse ampliado sua extensão para 4 fábricas – anunciava um plano de “requalificação e realocação” de 3.933 “trabalhadores excedentes”. Eles seriam transferidos para uma empresa recém-criada, o “Instituto Gente”, que os capacitaria e realocaria para “outros projetos, como a Autovisão, que estimularia os operários a montarem negócios”

⁵⁵ Ver entrevista com Jean Tible em: <https://autonomialiteraria.com.br/jean-tible-a-esquerda-se-divide-em-dois-polos-quem-celebra-e-quem-detesta-junho/>

⁵⁶ A descrição da cena se baseou no texto de Miagusko (2008), quando apresentou a “cena do desmanche”.

(Nuzzi, 01/08/2003; Rolli, 01/08/2003, apud MIAGUSKO, 2008, p.). 40% seriam distribuídos para áreas administrativas e 60% para a produção. Os trabalhadores desconfiaram de possíveis demissões e acusaram a empresa de falta no “cumprimento de contrato”, pactuado em 2001, após greve e negociação na matriz alemã⁵⁷. A informação vinda do presidente mundial, Bernd Pischetsrieder, era da necessidade de demitir quatro mil trabalhadores no Brasil para compensar a retração nas vendas e a queda de 49% dos lucros da companhia no mundo, entre 2002 e 2003. Em resposta à carta enviada pelo sindicato pedindo esclarecimentos sobre as demissões, o vice-presidente mundial de recursos humanos da Volkswagen, Peter Hartz, respondeu que “os acordos seriam respeitados”, mas que a empresa precisava passar “por um processo urgente de redimensionamento como forma de readequar a companhia para manter a competitividade e garantir o próprio futuro”. Em meio a paralisações parciais, o sindicato foi aceitando o projeto de terceirização da “Autovisão” como parte inexorável do processo de reestruturação produtiva.

Na mesma semana da ocupação de São Bernardo do Campo pelo MTST, 3.100 sem-teto de outros movimentos ocuparam quatro imóveis no centro da cidade e mais duas ocupações foram impedidas pela polícia. Em poucos dias, expediu-se a reintegração de posse e executou-se a desocupação sem atender a demandas. No mesmo dia, o MST ocupou uma fazenda no Rio Grande do Norte, de propriedade do senador José Agripino Maia (PFL).

A imprensa passou a relacionar as ocupações e a aventar um clima de desordem pública, exigindo “autoridade” e “pulso” do governo federal. O poder local chamava os sem-teto de “invasores importados”; o prefeito de São Bernardo do Campo, William Dib (PSB), dizia que não havia por que negociar ou atender as famílias por duas razões: primeiro, a “ocupação era politicamente importada” e, segundo, não haveria habitante sem teto em São Bernardo do Campo (Folha de São Paulo, 29/07/2003). O incidente envolvendo o assassinato do fotógrafo *free-lancer* Luís Antônio da Costa, que cobria, sem permissão, uma assembleia do movimento para a revista *Época*, em frente à portaria principal do acampamento, criaria na imprensa o vínculo entre o movimento e o crime, ainda que este tenha resultado de um assalto ocorrido ao lado (Godoy e Assunção, 24/07/2003). O efeito foi imediato. O efetivo policial em torno da ocupação tornou-se ostensivo, com carros passando em alta velocidade.

O governo estadual passou a proferir o discurso da criminalização e identificação política do movimento, chamando os sem-teto de “movimento profissional”,

⁵⁷ Na ocasião, os trabalhadores aceitaram o “plano de benefícios” e a “demissão voluntária”, e a empresa prometeu investimentos de R\$ 500 milhões para a produção do polo modelo exportação e a possibilidade de fabricação de novos produtos. A maioria dos trabalhadores aceitou a redução de 15% nos salários em troca da manutenção dos empregos e estabilidade até fevereiro de 2004, na fábrica de Taubaté, e novembro de 2006, em São Bernardo. Este foi o acordo firmado com a chancela da matriz alemã.

patrocinado por políticos. O Poder Público municipal que não havia aberto canal de negociação, passou a atacar a ocupação como lugar de “invasores importados”. Os editoriais dos jornais passaram a endereçar cobranças diretas ao Governo Federal, numa tentativa de associar políticos do PT, o simbolismo de São Bernardo e as relações históricas do presidente da República com os movimentos sociais. (...) Os movimentos sociais ainda não haviam se manifestado depois das eleições presidenciais e, portanto, não ocorrera um teste da relação entre o novo governo e sua base social. No entanto, sinais contraditórios começavam a aparecer. Se do ponto de vista dos investidores internacionais os “contratos” foram mantidos, em relação aos movimentos sociais a manutenção dos “contratos” era vista pela “maquinaria midiática” como perigosa. Emblemático à época, foi o fato do presidente da República, semanas antes, colocar o boné do MST em solenidade. Os editoriais dos principais jornais e revistas nacionais viam riscos de desordem comprovada pela ação dos sem-teto. As manchetes não deixavam dúvidas: “Falta de determinação” (Veja, 30/07/2003), “Rota da desordem” (O Globo, 25/07/2003), “Caos social” (Folha de São Paulo, 03/08/2003) eram as manchetes que associavam “leniência” no campo, desordem nas cidades e risco para o Estado de direito. (MIAGUSKO, 2008, p.30)

No editorial de O Globo, o enunciado da “ordem” e o “choque de legalidade”, em nome do Estado de direito democrático, contra o “excesso” da ação política do MTST, era endereçado ao presidente Lula.

A política vive de símbolos, e é muito provável que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tenha entendido a real dimensão do ato de receber o MST festivamente no Palácio do Planalto, e de usar um boné do movimento como se fosse um dos sem-terra e não o presidente de todos os brasileiros. É possível que líderes dos chamados movimentos sociais tenham decodificado o gesto como sinal de que as leis não são as mesmas para todos (...).

A escalada da desordem chegou ao ponto de levar juízes, promotores e procuradores a ameaçarem com uma greve declaradamente ilegal. Deu-se o absurdo de guardiões da lei acenarem com o atropelamento da própria lei. É dentro desse clima que eclodem ações violentas do braço urbano do MST na região metropolitana de São Paulo. Não deve ser por coincidência.

O governo Lula, ao tomar posse, entendeu corretamente que teria de conquistar a confiança dos mercados. E por isso, diante de grave surto inflacionário, executou uma dura política monetária e fiscal. Deu certo. Agora, é o momento de dar um outro choque, o da legalidade, para desfazer temores que o próprio governo semeou ao emitir sinais contraditórios em relação à defesa da ordem pública.

Chegou o momento de dar demonstrações objetivas de que a lei vale para todos, sejam sem-teto, sem-terra, servidores públicos ou quem for. Os acertos na área econômica não apenas não compensarão os danos provocados pela leniência em fazer valer o Estado de direito como eles próprios serão prejudicados pela passividade diante da anarquia militante. (O Globo, 25/07/2003)

Se as ocupações, mesmo sem relação entre si, eram associadas uma à outra na imprensa, as ameaças de demissão na Volkswagen, ao contrário, eram tratadas em separado dessa questão, apesar de a empresa protagonizar os dois casos. Possíveis demissões em contrariedade aos acordos com a matriz alemã eram postas na normalidade, noticiadas nos cadernos “Dinheiro” ou “Economia”. Também a representação política dos operários não associava os fatos: o jornal Tribuna Metalúrgica (30/07/2007) só noticiou a ocupação do terreno da Volkswagen cinco dias depois. Boa parte dos operários acompanhava os discursos na mídia sobre a ocupação, que relatavam a presença nela de “oportunistas”, proprietários, donos de padaria e comerciantes,

que não precisavam de moradia. A fala de uma liderança da ocupação também aponta descompasso: “O ABC é palco da luta operária que deu origem ao PT. Os metalúrgicos de ontem são os desempregados e sem-teto de hoje”, resumiu Camila Alves, uma coordenadora da ocupação. “Nossa luta é para, a longo prazo, promover uma transição para o socialismo” (Mansur, Azevedo, Mendonça, Cotes, 28/07/2003, apud MIAGUSKO, p.33).

Esse descompasso é evidente no desfecho da ocupação. Ao abrir negociações junto ao Governo Federal para tratar das demissões na Volkswagen, o deputado federal Vicentinho, ex-presidente da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, levou o pedido dos movimentos de sem-teto de abertura de negociações e de intermediação do Governo Federal via Ministério das Cidades. Negociar com os sem-teto seria, contudo, abrir a porta para a explosiva questão social urbana, os movimentos sem organização e o descontrole. O Governo Federal anunciou o lançamento de um pacote emergencial de recursos habitacionais para conter a pressão dos sem-teto “sem organização formal”, que poderiam provocar um clima de “desestruturação social, aumento da violência” e causar efeito negativo na popularidade do governo Lula:

Na avaliação do Planalto, o movimento dos sem-teto tem crescido significativamente devido ao aumento do desemprego nas regiões metropolitanas e envolve questões mais complexas do que as dos sem-terra. Os sem-teto não têm organização formal, fazem suas invasões em áreas centrais urbanas, o que gera sensação de desestruturação social com aumento de violência, o que poderia causar um efeito negativo na popularidade do governo Lula. Na avaliação do Planalto, já os sem-terra, apesar do aumento do número de invasões, ainda não causaram tantos problemas como no governo anterior, quando chegaram a invadir a fazenda dos filhos do presidente Fernando Henrique Cardoso em Minas (Cabral e Dantas, 31/07/2003, apud MIAGUSKO, 2008, p.34).

Vinculados ao MST e sem acordos ou possibilidade de negociação, o MTST aguardava a reintegração de posse. O entendimento judicial foi que o exercício da posse seria comprovado pelo “cercamento da área e pela vigilância do terreno por guardas armados” (Góis, 06/08/2003, apud MIAGUSKO, 2008, p.34). Lideranças da comissão de fábrica ainda tentaram convencer os trabalhadores e o sindicato a emprestarem solidariedade aos sem-teto, a partir de possível paralisação da rodovia por alguns minutos, mas a assembleia foi realizada no local costumeiro, no interior da fábrica, enquanto a reintegração de posse ocorria do outro lado da pista.

Um cadastramento da CDHU identificava a origem das famílias de sem-teto, para cada município se responsabilizar pela provisão de moradias. Sem acordo e negociação, a Polícia Militar se preparou para a guerra, em moldes semelhantes a ocupações ocorridas no passado. Foram mobilizados oitocentos homens da Tropa de Choque, setenta da cavalaria, trinta cães, dois helicópteros e cento e quarenta veículos. Os sem-teto ainda tentaram fazer cordão humano e gritar palavras de ordem, mas o efeito visual e a orientação do comando da Tropa de Choque

em não negociar fizeram os quatro mil sem-teto saírem sem resistência. Às 6h, a PM fechou a rua e, às 8h, a Tropa de Choque chegou. Os sem-teto tiveram 30 minutos para deixar o local.

Assim, após terem sido estranhados pelo sindicato, dispensados pelo Governo Federal por considerá-los sob controle e despejados pela força do Estado de direito democrático, os sem-teto foram transportados em 25 ônibus da Volkswagen para a igreja São José, que, em 1980, fora esconderijo provisório de Lula e dos sindicalistas, durante a intervenção dos militares no sindicato. O padre da época, ainda responsável pela paróquia, disse que não fora avisado e se recusou a alojar os desabrigados em função do espaço: “só se eu colocar gente embaixo da minha cama” (Gois, Penteado, Silva, 08/08/2003). Eles então se dirigiram ao Paço Municipal, para juntar-se às trezentas pessoas que para lá seguiam em passeata. Caminhões com outros sem-teto e alguns pertences foram interceptados pela Polícia Militar na Rodovia Anchieta e impedidos de continuar sua rota. Os sem-teto foram retirados dos veículos e agredidos com bombas de efeito moral e cassetetes. Para proceder à expulsão dos “invasores”, a Polícia Militar se baseava no levantamento da CDHU, do dia anterior, que afirmava que somente trezentas famílias não tinham para onde ir e o restante retornaria para as favelas ou casas de parentes de onde tinham vindo. A advogada do movimento questionava a credibilidade e a legitimidade do levantamento, pois sua finalidade não havia sido determinada anteriormente e várias famílias de sem-teto não haviam sido cadastradas. Na prefeitura de São Bernardo do Campo, a reunião entre lideranças dos sem-teto, o secretário municipal de Habitação e Meio Ambiente, Osmar Mendonça, e o coordenador de Ações Comunitárias, Ademir Silvestre, acabou em ameaças e troca de acusações. O governo municipal disse que não teria condições de arrumar uma área para os sem-teto acamparem provisoriamente e questionou a legitimidade do movimento: “Esse movimento foi importado. Não existia antes na cidade” (Folha de São Paulo, 08/08/2003); obteve, ainda, liminar judicial de “reintegração de posse da praça pública”. Acusados de dano ao patrimônio público e incitação ao crime, os sem-teto foram expulsos do espaço público. Sem nenhum abrigo pelo Poder Público, Igreja, ou Sindicato de São Bernardo do Campo, acabaram recolhidos na quadra da escola de samba Gaviões da Fiel, no bairro do Bom Retiro, em São Paulo, para onde foram, seguidos pela Guarda Municipal e a Tropa de Choque.

Em busca de um lugar, os sem-teto realizavam sua condição de sem-teto, uma classificação sem classe. Já o terreno que eles ocupavam se transformou num centro de distribuição das Casas Bahia, maior varejista de eletrodomésticos e móveis do país, inaugurado com a presença do presidente Lula em 2006 e financiado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Folha de São Paulo, 29/04/2006).

Quis a história, por ironia talvez, que, 15 anos depois, a cena de 2003 se completasse no mesmo lugar, com a polêmica prisão de Lula no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e uma frente de resistência composta massivamente por integrantes da ocupação Povo Sem Medo, montada no início daquele ano, em frente à Volkswagen. À frente da mobilização, a principal liderança do MTST, Guilherme Boulos, que havia despontado e ganhado visibilidade desde os protestos contra a Copa de 2014 e, naquele ano, se lançara candidato a Presidente da República pelo PSOL. Foi a ele que Lula primeiro se dirigiu no seu último discurso público:

Nosso companheiro Guilherme Boulos, que está iniciando uma jornada sendo candidato a presidente da República pelo PSOL. É um companheiro da mais alta qualidade e vocês têm que levar em conta a seriedade desse menino (...) Você tem futuro, meu irmão. É só não desistir nunca. (LULA, El País, 12/04/2018)⁵⁸.

Desta vez, o número de sem-teto na ocupação de São Bernardo do Campo era maior que em 2003, oito mil famílias. A ocupação, realizada no terreno de uma construtora, permaneceu sete meses no local (não sem hostilidades), saindo de lá com um acordo com o governador Geraldo Alckmin (PSDB) de concessão de outros terrenos no município. Porém, seria preciso pleitear os recursos financeiros junto ao PMCMV-E.

A cena descrita é reveladora dos processos sociais que ocorreram ao longo dos anos 1990 no Brasil e redefiniram o campo de forças político. Nela, há a precarização resultante da reestruturação produtiva, que coloca os trabalhadores em situação de constante instabilidade, o desemprego, o enfraquecimento dos sindicatos, a disputa pelos fundos públicos (nas figuras do BNDES, das Casas Bahia e na tentativa dos movimentos populares de redirecionarem esses recursos para a construção de moradias populares) e o surgimento da figura do trabalhador sem-teto, ausente do debate político no contexto anterior, e típica do contexto do *neoliberalismo*.

O intervalo de dez anos que separa a cena descrita acima dos protestos de junho de 2013 é atravessado pela “hegemonia lulista” (BRAGA, 2012; 2017), entendida como desdobramento do ciclo de lutas dos anos 1970 e 1980 e do autodenominado campo democrático-popular. Neste período, o MTST se constitui como um dos mais relevantes atores no campo das lutas sociais. Se na “cena do desmanche” ele aparece como movimento de trabalhadores sem teto em busca de um lugar, a cena posterior a junho de 2013 é a de sua “edificação”, ainda que precária, por meio da multiplicação de ocupações urbanas e intensa atividade política.

Ao longo das últimas décadas, as lutas urbanas se multiplicaram e assumiram diferentes

⁵⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/10/politica/1523381096_934346.html Acesso 20 dez. 2018.

expressões, como lutas dos moradores de favelas, dos moradores de loteamentos clandestinos, dos locatários, dos moradores de cortiços, dos sem-teto, da população em situação de rua, e outras. Existem hoje centenas de movimentos urbanos de moradia atuando no Brasil, o que mostra que o problema da habitação é generalizado e acompanha a consolidação da urbanização em nível nacional. O MTST foi o movimento que mais cresceu em termos de participantes e influência política, ganhando projeção nacional. Está organizado em onze estados (RS, SP, RJ, MG, DF, CE, PE, RR, TO, PA, BA) e reúne mais de trinta mil famílias em suas ocupações e núcleos comunitários, mais da metade em São Paulo. Nos últimos cinco anos, ganhou projeção política nacional, tornando-se um dos protagonistas da ação coletiva no campo da esquerda.

Além dos movimentos sociais, gravitam esse campo de ação partidos, ONGs, ativistas, políticos, intelectuais, profissionais (principalmente da área do urbanismo e do direito), trabalhadores e habitantes da cidade. A dinâmica constitutiva desse campo organizado remete a dois momentos históricos marcados por conjunturas diversas: enquanto os *movimentos de moradia* surgem no processo de democratização, os *movimentos de sem-teto* surgem no de neoliberalização. Nesse percurso, vemos o deslocamento do referencial político que havia constituído o autodenominado campo democrático popular.

2.1.1. O Movimento de Reforma Urbana e o ciclo político de democratização: luta por direitos

Os *movimentos de moradia* se constituíram no contexto dos anos 1970 e 1980, fizeram parte do ciclo político de democratização e caminharam para uma maior articulação nacional e institucionalização após a redemocratização. Segundo Gohn (1991), os movimentos de moradia ganharam expressão nos anos 1980, quando a luta pelo acesso à terra e à habitação passou a ser realizada de forma coletiva e organizada. A RMSP foi onde essa mobilização preponderou, resultando num maior acúmulo de experiência organizativa. A Zona Leste de São Paulo, região mais populosa, ligada ao operariado, foi onde o ativismo político e o associativismo mais prosperaram. Essa construção coletiva se ligava à expansão de periferias decorrentes da industrialização, ao papel da Igreja Católica e à formação do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como figuras centrais os trabalhadores, em geral, migrantes. Vincula-se, pois, à formação dos *sujeitos políticos* (SADER, 1988)⁵⁹ que emergem no processo de democratização, pela relação das matrizes discursivas do cristianismo, da esquerda marxista e do novo sindicalismo.

Embora já houvesse diversos movimentos de bairro e de luta contra condições precárias

⁵⁹ Para Sader (1988, p.60), a constituição de um novo *sujeito político* ocorre “quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados.”

de moradia e de reprodução social, os movimentos de moradia surgem à medida que o acesso à terra se torna mais difícil e a crise econômica se agrava. A partir da segunda metade dos anos 1980, a associação de vazios urbanos à espera de valorização e desemprego desencadeou uma onda de ocupações, 238 só na Zona Leste. A maioria era feita espontaneamente, uma parte organizada pelo PC do B e, depois, a Igreja passou a apoiá-las (FORTUNATO, 1995).

Os movimentos de moradia começaram a se organizar de acordo com as divisões territoriais das pastorais da Igreja Católica e seriam apoiadas por ela na construção simbólica, na mediação política e na material. As Comunidades Eclesiais de Base (CEB) promoviam a formação política com base na Teologia da Libertação e permitiam a circulação de militantes, ativistas e intelectuais (SADER, 1988). Por meio delas se articulavam os movimentos de bairro e o movimento operário. Essa dinâmica fábrica-bairro contribuía para o engajamento político das mulheres, presença marcante nos movimentos de moradia. Foi também nesse percurso fábrica-bairro que se originou o PT. Tratava-se do contexto do regime militar, no qual foram decisivas as lutas sociais, organizadas desde as CEBs, e sua articulação, por um lado, com as Ligas Camponesas – que deram origem ao MST (FERNANDES, 2000) – e, por outro, com o Novo Sindicalismo, que consolidaria a CUT (RODRIGUES, 1997). Com a criação do PT, em 1980, constituiu-se um campo político organizado que congregou uma rede de movimentos e setores sociais que circulavam nos espaços de militância e partilhavam um projeto político comum, enunciado na linguagem dos direitos (PAOLI, 1991).

A “questão urbana” ganhara visibilidade pelas reivindicações por melhores condições de vida nas cidades, o que envolvia acesso a moradia, infraestrutura básica e serviços públicos, além dos problemas da moradia precária e das irregularidades dos loteamentos clandestinos. Essas questões organizaram os movimentos em torno do Movimento de Reforma Urbana, cuja agenda se centrava em três eixos: reconhecimento dos direitos dos posseiros, luta contra a especulação imobiliária e democratização do processo decisório sobre as políticas urbanas.

A Reforma Urbana pressupunha uma concepção de direito à cidade associada a direitos sociais, de acesso a bens e serviços não disponíveis na periferia. A redemocratização abria espaço ao imaginário social, que traduzia na noção de direito à cidade a afirmação de uma cidade frente à sua negação pela segregação (a não cidade). Como aponta Tovalori (2016), a noção de direito à cidade esteve associada à cidadania nas formulações dos envolvidos na redemocratização.

Durante o processo constituinte, a mobilização desses agentes inseriu na pauta o tema da Reforma Urbana e, por meio de uma Emenda Constitucional, incluiu os artigos 181 e 182 na

Constituição de 1988, sobre a função social da propriedade urbana, e o capítulo sobre Política Urbana descentralizada e participativa. Lançavam-se os marcos do planejamento participativo e da agenda da reforma urbana. Conforme Farias (2012, p.25), nas disputas entre movimentos de moradia, setores progressistas e setores conservadores da sociedade civil, os progressistas acabaram reforçando a ideia do planejamento urbano como instrumento de restrição às forças de mercado na produção da cidade.

Somado a isso, a disputa por cargos eletivos municipais levou adiante algumas pautas da reforma urbana, inclusive com inovações em política habitacional e gestão social. Em São Paulo, Erundina (1989-1992), por exemplo, num contexto de falta de recursos, impulsionou a política habitacional junto aos movimentos de moradia com práticas de mutirões e autogestão na produção de moradia popular, mediadas por técnicos, intelectuais e ativistas da área.

O Movimento de Reforma Urbana esteve no autodenominado “campo democrático popular”, liderado pelo PT, tornando-se uma das frentes de luta no processo de democratização e uma orientação para os governos petistas eleitos nos municípios. A aposta no projeto político de inserção pela cidadania e influência na deliberação estatal orientou a configuração e as formas de atuação de movimentos, sobretudo ligados ao PT, no sentido de maior formalização e organização da representação em nível nacional.

Nesse período, surgiram as entidades nacionais que agregam movimentos e associações: a) a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), criada em 1982, motivada pela construção de uma projeção nacional da representação dos bairros, a fim de avançar suas pautas e influência no cenário político; b) a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), criada em 1989, voltada à moradia, abarcando desde práticas autogestionárias até participação nos conselhos e fóruns; c) o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), criado em 1990, voltado a moradia e reforma urbana; d) a Central de Movimentos Populares (CMP), surgida em 1993 da desarticulação da ANAMPOS⁶⁰, concebida nos mesmos termos das Centrais Sindicais, articulada ao PT e à CUT, e agregando diversos movimentos sociais (saúde, moradia, mulheres, negros, indígenas, direitos humanos).

Em São Paulo, a principal organização desses movimentos populares é a União dos Movimentos de Moradia (UMM), vinculada à UNMP. Ela foi criada em 1987, a partir de diversas organizações de luta por moradia, principalmente da Zona Leste, em vista das disputas entre elas e da decisão de intervir nas eleições (HORNHARDT, 2015). Em 1994, o Movimento

⁶⁰ A Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) foi criada em 1980 para congregar lutas populares urbanas e movimento sindical, mas teria sido estrangida pelas disputas entre a CUT e a CGT.

dos Sem-Terra Leste II, na região de São Miguel e Ermelino Matarazzo, rompeu com a UMM e se constituiu em outra unidade de movimentos, mantendo os mutirões como principal forma de ação. Há ainda a Federação das Associações de Moradores de São Paulo (FACESP), ligada à CONAM, cujas entidades filiadas aproximam-se das Sociedades de Amigos de Bairro (SAB) surgidas nos anos 1940 e 1950. A MNLM tem uma presença menor no estado.

Em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), constituído por essas entidades, associações profissionais, ONGs e instituições de pesquisa que tinham como plataforma política a Reforma Urbana. O FNRU se tornaria um dos principais interlocutores entre movimentos de moradia e governo federal nas gestões do PT, devido ao compartilhamento histórico de projetos políticos.

Esse contexto de fins dos anos 1980 desembocaria numa situação singular quando o PT chegasse ao poder, em 2003. Com a criação do Ministério das Cidades e a nomeação do ministro Olívio Dutra logo no primeiro ano de governo, o PT sinalizou uma abertura aos movimentos para a reforma urbana e à ampliação da participação no processo decisório. Lideranças e intelectuais do FNRU seriam indicados para cargos de alto escalão no Ministério, assim como ocorreu em outras instâncias, níveis e espaços do governo do PT – a chamada “multimilitância”. A política de proximidade acompanhou a expansão da participação institucionalizada, impulsionada pela crescente presença de militantes de movimentos na burocracia estatal (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 336-337). Teceu-se uma complexa trama entre governos, militância, políticas urbanas e capital financeiro, na qual figurava a burocracia sindical e a gestão dos fundos de pensão, mobilizados a favor de PPPs e projetos imobiliários, antes mesmo de o PT chegar ao governo (ROLNIK, 2015).

Contudo, a situação mudou após as denúncias do “mensalão”, às vésperas da eleição de 2006. Conforme intelectuais e ativistas do FNRU que, à época, ocupavam postos no governo, depois dessa situação as resistências à agenda da Reforma Urbana se tornaram muito maiores⁶¹. Boa parte da equipe política foi trocada e o governo adotou uma diretriz voltada à ampliação do consumo e do mercado, a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida.

2.1.2. O surgimento dos movimentos de sem-teto e a neoliberalização: lutas de urgência

Enquanto o Movimento de Reforma Urbana trava a luta institucional para implementar os novos marcos da política urbana nos anos 1990, a política econômica neoliberal adentra o país, com os governos Collor e FHC trazendo reformas institucionais e restrição dos gastos

⁶¹ Ver: ROLNIK (2015) e depoimentos de Ermínia Maricato (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44205520>).

públicos em programas sociais. A política habitacional e urbana foi particularmente afetada por esse movimento internacional de liberalização, de modo que os avanços nos marcos legais resultantes do ciclo anterior não se traduziram em ações efetivas.

Os ajustes fiscais ortodoxos aprofundaram os efeitos da recessão econômica em curso desde os anos 1980 e afetaram drasticamente a capacidade dos governos locais de executarem as atribuições recebidas pela descentralização, resultando no acúmulo do déficit habitacional e na construção de arranjos econômicos entre governos e iniciativa privada que implicaram maior mercantilização das cidades (FIX, 2015; ROLNIK, 2015). Além disso, a carga de continuidade política na transição democrática e a manutenção das forças conservadoras no poder colocaram impasses à implementação da Reforma Urbana e atualizaram práticas e mecanismos de poder associados às dinâmicas territoriais. A situação social era de crise e enfraquecimento político das classes trabalhadoras. O assalariamento recuava, interrompendo o ciclo de mobilidade ocupacional da era industrial fordista; sob impacto da reestruturação produtiva, os empregos industriais diminuíram e os trabalhos no setor de serviço eram marcados pela informalidade e precariedade. No início dos anos 2000, segundo o IBGE, cerca de 54 milhões de pessoas, 53,4% da população economicamente ativa do Brasil, trabalhavam no mercado informal, e 70% dos trabalhadores urbanos tinham empregos incertos.

As condições da vida urbana se tornavam mais problemáticas. O déficit habitacional cresceu 19,9% entre 1991 e 2000; entre famílias com renda inferior a 2 salários mínimos, 40,9% (BONDUKI, 2008). Estimativas baseadas no censo indicam um aumento de 9% para 11% da população paulistana vivendo em favelas entre 1991 e 2000 (ROLNIK, 2015). Esse período foi marcado, também, pela perda de população no centro, paralela ao adensamento das periferias extremas e à alta dos índices de violência urbana.

Nesse contexto, surgem os *movimentos de sem-teto*, numa onda de ocupações urbanas em São Paulo que retomou a ação nas cidades. Em 1997, ocuparam-se a Secretaria da Fazenda e os 5 sobrados da USP na Santa Cecília, iniciando um novo método de ação e deslocando a atuação para o centro da cidade. Em levantamento realizado por Miagusko (2008, p.120) na grande imprensa, entre 1997 e 2007, registraram-se 112 ocupações por movimentos sociais de edifícios vazios e imóveis desocupados em São Paulo, 74,1% delas na região central.

Esses movimentos não mais de moradia, mas de sem-teto, derivam do campo político organizado no ciclo de democratização, a partir de duas organizações distintas: a UMM e o MST. A formação da UMM remonta aos movimentos dos bairros e ao Movimento de Reforma Urbana; o MST se originou das Ligas Camponesas e articulou a Liga Campesina. Embora tanto

a UMM quanto o MST compusessem o ciclo de democratização e partilhassem do projeto democrático-popular organizado em torno do PT, o MST constituiu um campo gravitacional próprio nos anos 1990, ganhando preponderância num cenário em que os movimentos urbanos e a ação sindical passavam por crise e redefinições.

A maioria dos movimentos de sem-teto surge a partir da União de Lutas de Cortiços (ULC), criada pela UMM em 1991, que reuniu movimentos das antigas organizações de cortiço e associações de catadores de material reciclado. Naquele ano, a UMM havia realizado um seminário com movimentos de 18 estados e promovido uma marcha a Brasília reivindicando uma política de habitação popular e um conselho participativo, sem obter resposta do governo. Após as ocupações do centro, redefiniu-se a configuração do campo organizado, constituindo, da ampliação da demanda e das discordâncias internas em relação aos métodos de ação, as linhagens dos movimentos de sem-teto: Fórum de Cortiços, Movimento de Moradia do Centro, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto da Região Central, Movimento dos Sem-Teto do Centro, Movimento de Moradia da Região Central (MIAGUSKO, 2008; PEREIRA, 2012). O MTST surgiu nesse momento, mas pela iniciativa do MST de constituir uma frente de luta nas cidades. O encontro do MST com os movimentos urbanos que resultaria na formalização desse novo movimento ocorreu durante a *Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária para Brasília*⁶², em 1997, que fazia oposição à política econômica neoliberal do governo FHC (PSDB) e protestava contra a criminalização do MST, marcada pelo massacre de Eldorado dos Carajás, no ano anterior.

O debate interno do MST sobre bandeiras de luta que unissem trabalhadores do campo e da cidade deu origem a dois movimentos: o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que, no mesmo ano, organiza sua primeira ocupação em Campinas. Portanto, o MTST não resulta de dissidências internas ou vinculações partidárias, mas da deliberação de um movimento consolidado que identificou mudanças importantes desencadeadas nas cidades. Inicialmente vista como via de organização social pelo MST, logo a questão da moradia ganharia preponderância nas lutas, indicando sua relevância no conflito social. O contexto de política econômica ortodoxa, privatizações,

⁶² A Marcha partiu de diversas regiões do Brasil e chegou a Brasília, onde foi recebida por cerca de 100 mil pessoas. Em 60 dias, percorreu cerca de mil quilômetros a pé e envolveu cerca de 1300 sem-terra de todo o país. De São Paulo partiu o maior grupo, de 550 agricultores das regiões sul e sudeste. Outros dois saíram de Governador Valadares (MG) e Rondonópolis (MT), com 400 e 350 pessoas respectivamente, todos em direção a Brasília (ver: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc27089902.htm>). A Marcha obteve apoio político, canalizando parte do descontentamento popular com o governo FHC. Os relatos das lideranças do MTST são de que, nesse percurso dos sem-terra pelas cidades, surgiu a ideia de um movimento social urbano em outros moldes.

reformas da previdência e do Estado, redução dos gastos sociais e reorganização empresarial criou uma problemática eminentemente urbana, que deu origem aos movimentos de sem-teto.

Embora a denominação *sem teto* já estivesse contida no MST (*sem terra*), ela surge entre os movimentos urbanos no final dos anos 1990. Utilizada até então para se referir aos moradores de rua (parcela da população excluída das relações de trabalho e desorganizada politicamente), o uso do termo na definição de um coletivo organizado indica uma nova condição da luta por moradia, à medida que denomina outra situação social e outra parcela da população, resultante de novos processos sociais. Nesse sentido, uma das características marcantes do MTST, que o difere de vários outros movimentos de sem-teto, é a manutenção da figura do *trabalhador*, herdada do ciclo político da democratização.

Outro deslocamento da nova denominação é que a afirmação do coletivo passa da *pauta* (movimento *de moradia*) para a *condição* do sujeito (movimento *de sem-teto*): “*Somos todos sem-teto, esta é a grande privação que nos une*” (apud OLIVEIRA, 2016, p.13). A negação de um requisito básico da existência nos grandes centros urbanos expressa desamparo. Também é importante notar que a noção de “direito à moradia” vai sendo substituída nos discursos dos movimentos e do poder público por “moradia digna”, distanciando-se da perspectiva da moradia como parte de um projeto familiar, como havia marcado os movimentos dos anos 1980. Oliveira (2016) destaca o caráter de urgência da pauta da moradia. A dificuldade de acesso a ela aflige famílias cuja renda é insuficiente para sua manutenção básica, configurando o que Mouriaux (2012) denominou “lutas de urgência”, atreladas à sobrevivência e, portanto, a um plano imediato da vida; daí as ocupações de prédios no centro e o uso da forma-ocupação como alternativa de moradia.

É nesse horizonte encurtado de gestão das emergências que operam programas sociais e ocorrem negociações políticas. Sobre isso, Miagsusko (2008, p.11) destaca que a “assimilação da nomeação sem-teto assinala como os anos 1990 foram marcados pela retração das políticas públicas de caráter universalizante e pelo encolhimento do campo dos direitos ou sua flexibilização”. E, logo após a emergência dos movimentos de sem-teto, há o “deslocamento de parcela significativa das políticas habitacionais para programas de gestão de precariedades, definindo públicos-alvo específicos e atendendo populações empobrecidas sem a perspectiva de financiamento habitacional” (p.61). Tanto a emergência dos movimentos de sem-teto quanto a modulação das políticas sociais a essa situação são respostas à problemática urbana, à medida que ela se coloca no centro do conflito e exige mediações.

Em seu estudo sobre movimentos de sem-teto do centro, Pereira (2012, p.98) mostra

como o conflito se dá numa zona de visibilidade e invisibilidade, em que discursos com chaves distintas se embaralham no mesmo cenário:

de um lado a patente visibilidade de uma população empobrecida e organizada em torno dos movimentos de moradia, (que passa a entender a região central como espaço de luta e reivindicações) e de outro, uma parcela da população que passa a ver - e construir - esse mesmo centro como espaço em degradação e abandono (justificando as mais diversas intervenções). (p.98)

É nesse momento que a luta pelo “direito ao centro” aparece, dando visibilidade ao caráter conflitivo da cidade e iniciando uma redefinição da noção de direito à cidade. Falar em direito à cidade aponta para uma dimensão coletiva maior que não estava inscrita no direito à moradia, pelo próprio modo como o Direito individualiza e as políticas sociais setorializam as pautas. Não ter casa não significa apenas não ter um *habitat* na cidade, mas não pertencer a seus laços sociais, não estar inserido socialmente, não ter acesso aos meios de satisfazer necessidades criadas pela própria dinâmica social. Muitos acessos urbanos são bloqueados quando não se tem um endereço; conseguir emprego ou usufruir da maioria dos serviços públicos tornam-se tarefas praticamente impossíveis, por exemplo. Com a negação do direito à moradia e do acesso à habitação, o pertencimento à cidade também é negado.

Assim, os movimentos de sem-teto e a retomada das ocupações apontam o deslocamento das lutas do plano nacional com ênfase na construção institucional, que haviam marcado o período pós-constituente, para o plano das cidades, com ênfase na ação direta. Significa, em especial, que a problemática urbana passa ao centro dos conflitos. Na verdade, as ocupações urbanas foram o centro dinâmico das lutas sociais ao longo dos anos 1990 e 2000; inclusive na era lulista, o MTST foi um dos principais atores em movimento, num momento de forte institucionalização da ação política. De início, o deslocamento das lutas para o centro da metrópole deu visibilidade à mercantilização da cidade e ao encolhimento do espaço público por meio dos “projetos de revitalização” e empreendedorismo urbano⁶³. Em seguida, a explosão das ocupações massivas nas periferias revelaria os efeitos urbanos do crescimento econômico pautado na produção do espaço⁶⁴.

A seguir, procuro mostrar que o percurso do MTST revela os deslocamentos em termos dos conflitos e modos de ação durante o processo de neoliberalização, colocando-se como um movimento intermediário entre o ciclo político de democratização e o novo ciclo político.

⁶³ Desde meados dos anos 1990, o governo estadual atuava no centro por meio de Programa de Atuação nos Cortiços, visando removê-los, e o governo federal mantinha linhas de apoio à construção de programas culturais e recuperação patrimonial, sempre associadas aos processos de valorização imobiliária (ver: Miagusko, 2008).

⁶⁴ A política de crescimento econômico, a partir de meados dos anos 2000, esteve fortemente atrelada à construção civil e ao investimento em obras de grande impacto urbano, incluindo o PMCMV.

2.2. O percurso do MTST: entre o ciclo de democratização e o novo ciclo político

Como indicado, o MTST é herdeiro do ciclo político de democratização, surgindo de uma estratégia de ação do MST para aumentar sua força contra as políticas neoliberais adotadas pelo Estado nos anos 1990. Sua organização advém da união de duas bandeiras sociais daquele ciclo, a moradia e o trabalho, ambas afetadas pelo neoliberalismo. Diante disso, o movimento assume um caráter de classe e se coloca como instrumento de organização dos trabalhadores, mas reconhecendo mudanças nas condições de organização dos trabalhadores.

O MTST — Movimento dos Trabalhadores Sem Teto — é um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos. Não é e nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morar nas periferias; ao contrário: o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes. Mas isso criou as condições para que os trabalhadores se organizem nos territórios periféricos por uma série de reivindicações comuns. Criou identidades coletivas dos trabalhadores em torno destas reivindicações e de suas lutas. Ao mesmo tempo, a organização sindical, no espaço de trabalho, tem tido enormes dificuldades em organizar um segmento crescente de trabalhadores (desempregados, temporários, terceirizados, trabalhadores por conta própria, etc.), a partir de transformações ocorridas no próprio processo produtivo, que tornaram as relações trabalhistas mais complexas e diversificadas. Assim, o espaço em que milhões de trabalhadores no Brasil e em outros países têm se organizado e lutado é o território. É aí que o MTST se localiza: somos um movimento territorial dos trabalhadores. (MTST, 2015, p.4)

Nesse contexto, as ocupações urbanas passam a ser realizadas pelo MTST como uma estratégia de organização política dos trabalhadores nos territórios, inaugurando novas formulações e repertórios, ganhando novas dimensões no atual ciclo político. Nesse sentido, considero as ocupações urbanas o elemento dinâmico do MTST, que ligam o ciclo político de democratização e o novo ciclo de lutas pós-junho de 2013. Isso não quer dizer que o MTST é o único movimento que atua por meio de ocupações e que as redefiniu em sua experiência, mas que ele pode ser considerado paradigmático dos deslocamentos que iluminam a hipótese da centralidade do conflito urbano nas lutas recentes. Seguimos, assim, a trilha de suas ocupações como elementos que registraram a história do movimento entre os dois ciclos políticos.

2.2.1. Do campo à cidade: constituindo-se no território urbano

O MTST foi formalizado em 1997, durante a *Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária para Brasília*, mesmo ano em que lideranças do MST participam da ocupação urbana Oziel Alves (nome de um sem-terra morto em Eldorado dos Carajás), em Campinas/SP. Antes disso, o MST já havia feito outras intervenções de apoio em ocupações urbanas.

Foi assim que, na marcha nacional que o MST realiza todos os anos, no ano de 1997 este movimento resolveu liberar militantes comprometidos com a transformação da sociedade para criar um movimento urbano. Estes militantes começaram a estudar os problemas que os trabalhadores viviam com mais dificuldade e perceberam que, naquele momento, dois eram os mais preocupantes: Moradia e Trabalho. (MTST, 2005 - CARTILHA)

[...] se começou a ver melhor a cidade, como funcionava, qual era o papel dela dentro do modelo que nós temos. Já antes, militantes se deslocavam para a cidade em eventuais trabalhos, trazendo gente da cidade para o campo, se viu a necessidade de tentar criar dentro das próprias cidades focos de organização (Coordenadora da Ocupação Anita Garibaldi)

Os relatos variam quanto aos propósitos e expectativas dessa iniciativa do MST em criar uma frente de luta urbana. Uns apontam a necessidade de ampliar o apoio à reforma agrária; outros, a mudança de perfil da base social do MST, cada vez mais urbana.

Por outro lado, precisamos conscientizar a população e a sociedade de que um programa de reforma agrária interessa a toda a sociedade. Hoje, não se trata apenas de uma solução para o problema dos sem-terra, mas faz parte de um novo modelo de desenvolvimento nacional e está relacionado com a maioria dos problemas que acontecem nas cidades. (MST, 1995)

(...) em 1993 nós fizemos uma das maiores ocupações do estado de São Paulo, que foi a na região de Getulina. A gente começa a perceber que começa a mudar o perfil das ocupações de terra no estado de São Paulo, não tem mais só camponês (...) então a gente começa a perceber que são famílias que queriam lutar, mas não queriam sair da cidade. E precisavam também de alguma forma de luta para que pudesse sobreviver na cidade; que não iam para o campo por ter vivido algum tempo na vida urbana e se readaptar a rural de novo é difícil. Então a gente começa a ter a ideia de liberar militantes do MST para trabalhar a questão urbana (CASSAB, 2004, p.110).

As duas versões não se excluem e se inserem num antigo debate da esquerda acerca da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade. Elas apontam mudanças em curso nessas duas áreas, posto que vivíamos o fortalecimento do agronegócio no campo e a urbanização em nível nacional.

A ação do movimento começou em Campinas, região bastante industrializada e com sérios problemas habitacionais⁶⁵, que vinha tendo aumento no número de ocupações. Foi na RMSP, porém, que as ocupações se concentraram e o MTST se consolidou. O objetivo era criar um “cinturão de lutas” na Grande São Paulo, baseado na compreensão de “latifúndios urbanos”, a qual, de forma similar ao MST no campo, se baseava no preceito constitucional da função social da propriedade, questionando seu uso especulativo.

A ocupação Oziel Alves, primeira do movimento, foi feita com o apoio do MST e da

⁶⁵ Segundo dados da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Campinas, 15% da população estava em condição de moradia precária, habitando ocupações ou favelas, o que somava 150 mil pessoas.

Pastoral da Terra, em uma área de quase 1 milhão de m² conhecida como Fazenda Taubaté, que reunia 1.135 lotes de 144 proprietários. “Sem água e esgoto, luz e serviço de coleta de lixo, o local reuniu, inicialmente, 200 famílias, mas, em menos de quatro meses, esse total já alcançava o admirável número de 4500 famílias” (GOULART, 2011, p.21). Porém, as inúmeras tentativas de despejo, o assassinato de seis militantes e as condições precárias do acampamento dificultavam a consolidação do movimento⁶⁶. A intersecção entre o crescente tráfico de drogas na região, as ações de despejo e as sucessivas repressões policiais, em que se fundem a atuação do movimento e o “mundo do crime”, fazem o MTST perder o controle da ocupação. Sem solução para o impasse que envolvia proprietários, ocupantes e poder local, o MTST afastou-se dela após seis anos de embates. A área se tornou um bairro precário e irregular.

O Parque Oziel, em 2001, já não era somente sua grande extensão de área que abrigava 6.000 famílias. A ele, estavam integradas mais 3500 famílias do Jardim Monte Cristo e da chamada Gleba B, reunindo, no total, mais de 10.000 famílias. Sua história acumulava, além de uma vasta disputa judicial, envolvendo os proprietários, moradores e prefeitura, também uma intensa luta pela sobrevivência cotidiana, em uma área sem quaisquer benfeitorias públicas, com alto índice de violência e sem qualquer garantia de posse da moradia. (GOULART, 2011, p.24)

Já a ocupação Anita Garibaldi, realizada em Guarulhos, em 2001, teve apoio de um grupo de arquitetos da FAU/USP, que realizou com os moradores um projeto urbanístico na ocupação, favorecendo a permanência no espaço. Apesar de não sofrer ameaças de despejo, a demora na solução habitacional e a disputa de território com o tráfico de drogas e os políticos locais levaram à perda de controle do MTST sobre a ocupação quando os barracos começaram a ser comercializados (MIAGUSKO, 2008, p.212). A retomada dela, anos depois, implicou uma reconfiguração do território e atuação sobre apenas uma parcela da área, onde conseguiram garantir a consolidação de um bairro urbanizado.

Com as ocupações Carlos Lamarca, em Osasco (2002), e Santo Dias, em São Bernardo do Campo (2003), o movimento passa a enfrentar despejos violentos. Os terrenos pertenciam, respectivamente, às indústrias Matarazzo e Volkswagen. Ambas as ocupações foram reprimidas de forma exemplar e espetacular. Uma dessas ações de repressão está retratada na cena que abre este capítulo; a outra é apresentada de forma igualmente violenta por Guilherme Boulos⁶⁷:

Pouca gente sabe disso, mas a desocupação mais violenta que eu já presenciei ocorreu

⁶⁶ Conforme Goulart (2011, p.23), em 1998 quatro militantes da ocupação foram assassinados. A investigação da PM apontava para suposto envolvimento com tráfico de drogas, disputa de poder e “rixa” entre os envolvidos. Três meses depois, seis integrantes da ocupação foram presos pela PM, acusados por tráfico de drogas. No ano 2000, outras duas lideranças do Movimento foram assassinadas.

⁶⁷ Entrevista concedida à Agência Pública, 24/02/2017. Disponível em: <http://apublica.org/2017/02/o-psicanalista-das-massas/#.WLBqU3Q4004.facebook> Acesso em 02 de mar. 2017.

em 2004 ou 2003 em Osasco. As pessoas moravam lá há um ano e meio mais ou menos, e a polícia chegou sem aviso prévio, entrou, arrancou as pessoas dos barracos na porrada. Me lembro de uma cena que me marcou muito, que foi uma senhora bem forte, bem grande, que não queria sair da casa dela. E foram cinco policiais, pegaram ela, derrubaram no meio da lama. Estava uma chuva como a de hoje. Deram uma gravata nela. E um menino, o filho dela de 12 anos, gritando ‘mãe, mãe’. Pegaram o menino e algemaram. Assim começou essa desocupação. Ela terminou com a polícia juntando todos os pertences das pessoas, botando gasolina e queimando. Foi brutal. As pessoas saíram, não tinham pra onde ir, tentei fazer uma assembleia, pra tentar organizar as pessoas pra sair. Quando eu comecei a reunião, a polícia jogou uma bomba no meio da reunião. Eu fui preso nesse dia, outros dirigentes foram presos. As pessoas não tinham pra onde ir. Tentamos pôr as pessoas em um ônibus e ir pra uma outra área, mas a polícia foi pra essa outra área, pegou as pessoas, colocou em caminhões-baú, atravessou a divisa de Osasco, deixou as pessoas na lateral da Marginal Pinheiros. Largou lá. Hoje, depois de dez anos, as pessoas que continuaram conseguiram suas casas. Mas aquilo foi... Eu nunca tinha visto uma barbaridade daquelas”, conclui com a voz embargada.

Goulart (2011) relata que, após a ordem de reintegração de posse, o governo Alckmin (PSDB) propôs levar as famílias da ocupação para um terreno da CDHU em Guarulhos, com a promessa de transferi-las para um apartamento em 145 dias. A entrada em Guarulhos foi feita pela PM, pois a Guarda Civil tentou impedir os sem-teto de adentrar a cidade, já que o prefeito, Eloi Pietà (PT), disse não ter sido avisado. Em poucos dias, o Ministério Público alegou contaminação da área e todos foram novamente despejados, desta vez sem “acordos”.

As famílias acabaram acolhidas na ocupação Anita Garibaldi e, em 2003, fizeram nova ocupação em Osasco, no terreno de Sergio Naya⁶⁸, de onde foram despejadas sem aviso prévio e sob forte violência policial. Ao acamparem na beira do Rodoanel, foram surpreendidas pela PM, que as removeu à via expressa da Marginal Tietê, deixando-as no meio da pista. Por fim, ocuparam a área de uma creche abandonada em Osasco, onde fizeram uma horta comunitária e uma biblioteca com grupos de teatro e ciranda. Após 9 anos, as famílias que resistiram à longa jornada conseguiram a construção de suas moradias pela prefeitura.

Como se vê, a atuação do MTST revela uma fase de complexificação dos conflitos urbanos envolvendo disputas territoriais com o tráfico, o poder público, as igrejas e demais organizações lá instaladas. Tudo isso redundava em altos índices de violência, sucessivas investidas da polícia na área ocupada e inúmeras ações de despejo aprovadas pela Justiça. Ação política e criminalidade são confundidas no mesmo território e no mesmo discurso político-institucional que criminalizava os movimentos, bloqueando a esfera pública. Trata-se de um contexto em que a política é feita “no fio da navalha”, e sua mediação, tomada pela violência.

Essa fase constitutiva do MTST foi marcada pela proximidade com o MST e pelo

⁶⁸ Sergio Naya foi deputado pelo PPB-MG e dono da Sersan (Sociedade Empresas Reunidas Sérgio Augusto Naya), responsável por construções embargadas por problemas técnicos evidenciados após o desabamento de um de seus prédios residenciais, o Palace II, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, em 1998.

alinhamento com o projeto democrático-popular, adotando as mesmas formas de organização, métodos de ação e posicionamentos políticos. As ocupações eram pensadas e construídas como moradia permanente: *ocupar e morar aqui*. “Não fazemos ocupação como forma de pressão e negociação. Ela serve para atender diretamente aos que não têm teto, que precisam da terra de imediato, e não para obter moradia a médio prazo” (militante do MTST, 2003)⁶⁹. Assim, definia-se e ocupava-se o terreno com o objetivo de obter sua posse e fixar-se nele. Cada família separava sua porção do espaço e começava a construir sua moradia no local, resistindo a toda pressão e repressão para conquistá-la. Embora essas ocupações fossem organizadas, elas tinham uma lógica semelhante à das chamadas “invasões espontâneas”, cujo propósito era assegurar a posse de um terreno individual. Essa forma, entretanto, recolocava o problema da urbanização precária e o risco de perda de “controle” sobre a ocupação, com que se deparou o movimento nas suas primeiras ocupações.

Portanto, a atuação urbana trazia ao MTST questões próprias à dinâmica das cidades, como a especulação imobiliária, a precariedade de infraestrutura, a expansão do “mundo do crime” e a repressão policial, o que levaria a uma reformulação do repertório de lutas herdado do MST. A ascensão do PT ao governo Federal, por sua vez, distanciou o movimento do campo democrático-popular, em especial após o episódio descrito no início do capítulo.

2.2.2. Da crise à reorganização: ocupações transitórias e os núcleos periféricos

Após uma sequência de ocupações desmanteladas, o MTST estava desarticulado. Havia desgaste interno e isolamento político: “ninguém apoiava o movimento: o MST recuou, o PSTU achava ‘pelego’ e o PT achava ‘radical’”, resume o militante G.S. (entrevista concedida à autora em 31/08/2016). O MST já havia se distanciado das ocupações urbanas logo no início, devido às dificuldades enfrentadas por elas. O afastamento dos movimentos se aprofundaria em vista das diferentes posturas assumidas em relação ao governo Lula, ao qual o MST decidiu dar apoio e o MTST, fazer oposição de esquerda. De outro lado, os governos do PT marcaram-se pela consolidação do processo de institucionalização da participação, com a ampliação dos espaços e mecanismos participativos na gestão pública, o que significou uma reorientação da ação coletiva organizada, ligada ao projeto democrático-popular, para a atuação institucional. Na conjuntura específica de São Paulo, o governo Marta Suplicy (PT, 2001-2004), já caminhava nessa direção com a criação de conselhos e programas sociais habitacionais em parceria com

⁶⁹ Folha de São Paulo, 24/07/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2407200310.htm>. Acesso em 20 dez. 2016.

ONGs⁷⁰, além da incorporação de lideranças dos movimentos ao governo, modificando a lógica de mediação dos conflitos e delimitando um campo de atuação mais articulado com a estratégia eleitoral (TEIXEIRA e TATAGIBA, 2005).

O isolamento do MTST, ao mesmo tempo que revelava o descompasso entre o campo democrático-popular e a organização de base, constituía uma situação insustentável para um movimento pequeno como ele à época. Em busca da sobrevivência política, ele tentou sustentar sua independência, retomando o trabalho de base nas periferias e reelaborando as formas de ação direta, em recusa à atuação em mecanismos institucionalizados de participação.

Nunca colocar a luta e o poder político institucional (partidos políticos, eleições, voto, cargos no governo e etc.) como parte principal do movimento. Nós só devemos estabelecer alianças e apoios com partidos e políticos que possam colaborar com o avanço da nossa luta, sem nunca perder nem subordinar os nossos objetivos e as nossas formas de luta direta. (Cartilha do militante do **MTST**, 2005).

Inicia-se então uma segunda fase na trajetória do MTST, em que ele passa a adquirir feições próprias, forjadas pelas condições urbanas, num processo mais ou menos deliberado, cuja centralidade está nas ocupações urbanas. O balanço das derrotas indicava que o método das ocupações trazido do MST não respondia à realidade urbana e precisava ser revisto.

Num primeiro momento – e isso nós avaliamos como um erro – talvez um erro necessário, mas que não pode ser reproduzido, o MTST buscou ser o MST urbano, buscou reproduzir, repetir as formas de luta e de organização do MST no espaço urbano. Deu errado. Quer dizer, uma base social completamente diferente, um espaço completamente diferente, o espaço urbano é loteado, tem concentração de poder político e econômico. É muito diferente fazer uma ocupação num espaço rural e no espaço urbano. As pretensões têm que ser outras, as formas de organização têm que ser outras e a forma de militância tem que ser outra. O MTST teve alguns tropeços no início por causa da pretensão de repetir a experiência do MST (Virgílio, 10/12/2005, apud MIAGUSKO, 2008, p.184).

A produção do espaço urbano envolve atributos distintos daqueles do meio rural. Na cidade, a localização, a infraestrutura e o padrão da habitação são centrais e tornam a prática da moradia indissociável do caráter urbano da vida. Portanto, a luta não poderia se limitar à disputa do terreno, sob pena de reproduzir o padrão de urbanização precário e segregado. Some-se a isso que, como vimos, a maior regulamentação do solo urbano, os mecanismos jurídicos de defesa da propriedade e as técnicas de controle territorial se tornavam mais intensas. Isso tudo conduziu à reformulação dos métodos do MTST, refletindo-se especialmente nos propósitos e formato das ocupações urbanas.

Nós fomos obrigados a mudar, pela experiência empírica a gente percebeu que não

⁷⁰ Entre eles, o Conselho Municipal de Habitação, o Programa de Regularização Fundiária, o Programa de Locação Social, o Bolsa Aluguel.

dava mais para ficar no terreno: ocupa, despeja, ocupa, despeja, ‘poxa, assim não dá para ficar’, aí inventamos essa outra forma, que é ocupar e sair e continuar na luta e ocupar de novo. O centro da luta deixa de ser a terra e passa a ser as pessoas, diferente do MST. O primeiro passo para se tornar um movimento de moradia é lutar por moradia e não por terra. A gente deixa de lutar pela terra em 2005, a luta pela terra continua existindo, mas é a terra em função da moradia e não o oposto. Essa mudança é uma mudança de tempo em relação às ocupações, em que ela não duram um ano, duram meses ou semanas, em que a convivência entre as pessoas é muito mais volátil e instável (G.S, Militante do MTST, entrevista à autora, 31/08/2016)

A alternativa do movimento para resistir fazendo ocupações foi reposicionar o conflito, deixando de focar no embate direto pela propriedade de determinado imóvel, para se centrar na organização social e na luta pelo acesso à moradia. Essa mudança nos propósitos da ocupação implica outro padrão de interação com o poder público, em função da demanda por políticas habitacionais se tornar mais relevante, o que se tornaria mais evidente após o lançamento do PMCMV-E em 2009. Antes disso, porém, outra questão se colocava: a ocupação se voltava à organização social, mas a velocidade dos despejos dificultava a construção de vínculos coletivos e, assim, de base social. A alternativa foi fazer ocupações em regiões periféricas.

A gente sempre fazia ocupação em cidades grandes, muito industrializadas, com muita favela, enfim... A partir de 2004/2005 mudamos a tática, começamos a ir para cidade que não são industrializadas, mas são cidades dormitórios: Taboão, Itapecerica, Embu... Então a gente consegue ficar mais tempo, em 2005 a gente consegue ficar oito meses, então conseguimos dar um salto organizativo muito grande nesse processo. (A.P. Militante do MTST/SP, 2015. Apresentação sobre o movimento, registrada pela autora na Ocupação Nova Palestina)

Para evitar a urbanização precária, se ajustar à transitoriedade da ocupação e favorecer os vínculos coletivos, as ocupações ganharam novo formato. Não se fazem divisões do terreno em unidades particulares, as instalações são provisórias, os espaços coletivos são privilegiados. A ocupação é voltada ao encontro, à formação e à organização coletiva.

(...) não é luta por terreno, é luta por moradia, ninguém vai ter a casa maior que o outro, então a ideia é que a gente compartilhe os mesmos espaço, o MTST não aposta na favelização, no loteamento, porque isso não constrói uma identidade comunitária, de companheirismo e solidariedade... então, a gente aposta muito nisso e dá muito certo, é um método que funciona do RS à RR. Nesses espaços coletivos e dentro dos grupos eles têm bastante autonomia para fazer atividades, festas... (A.P., Militante do MTST SP, 2015 - Apresentação sobre o MTST registrada pela autora na ocupação Nova Palestina)

A ocupação Chico Mendes, ocorrida em Taboão da Serra, em 2005, é apontada pelos militantes como a experiência prática dessas mudanças organizativas.

Nesse tempo ficamos pensando um programa, a cartilha, fazendo formação com as pessoas que estavam se aproximando, cultura, estratégia territorial, educação. E aí faz o Chico Mendes. E é lá que o movimento consegue implementar o que a agente tinha pensado de método. (...) como o acampamento é um primeiro acampamento que a

gente faz depois de refletir um projeto de metodologia, (...) tem toda uma revisão crítica que o movimento faz (...). Ele avançou em muitas coisas (Helena, 2010, militante do MTST, apud GOULART, 2011, p.45).

A Ocupação Chico Mendes se tornou uma experiência constitutiva do MTST, pois articulou diversos setores sociais e qualificou o caráter formativo da ocupação, diversificando as atividades e se conectando ao território local. A chegada de novos militantes e a participação de ativistas deram forma às chamadas brigadas (atuais setores), pelas quais se estabeleciam conexões com universitários, artistas, jornalistas. Nesse momento, a brigada da cultura produziu bastante material audiovisual sobre as ocupações⁷¹, voltado para a autoconstrução do sem-teto enquanto coletivo e para uma narrativa própria do movimento sobre as suas ações. A exibição desse material era acompanhada de diversas atividades culturais: saraus, peças de teatro, rodas de capoeira, maracatu, roda de viola e, principalmente, festivais de Hip Hop.

Todo esse movimento de cultura da zona sul a gente conseguiu levar para dentro da ocupação. E também aproveitar a repercussão que esses grupos já tinham individualmente. A gente chegou a sair no guia da folha de cultura! Que é um negócio besta, [...] mas, porque era tanta atividade de cultura lá, que não dava pra não falar. (Helena, Militante do MTST, apud GOULART, 2011, p.46).

A aproximação com grupos culturais na periferia, por meio da Periferia Ativa⁷² e da participação da Cooperifa⁷³, criou laços com os territórios, em especial da Zona Sul, e ampliou a imersão do MTST nesses locais, nos quais ele passou a atuar na interface entre cultura e política. Essas parcerias têm promovido intervenções culturais e ações políticas conjuntas na cidade e nas ocupações.

As ações cotidianas das ocupações foram sendo vinculadas à mobilização permanente dos integrantes da ocupação para protestos e passeatas. “Em menos de trinta dias foram mais de dez marchas: duas passeatas ao Palácio dos Bandeirantes, do Governo do Estado; três em direção à Prefeitura; quatro à Câmara dos Vereadores; uma em frente à loja de artigos de luxo Daslu” (MIAGUSKO, 2008, p. 192). Também houve outros tipos de manifestação, como um acorrentamento em frente ao Palácio do Governo de São Paulo que durou 15 dias, e a greve de

⁷¹ Entre 2005 a 2007, foram produzidos seis filmes: *Chico Mendes: a dignidade não se rende* (2005), a primeira produção; *Direitos esquecidos* (2005), sobre a vida na favela em contraposição à luta na ocupação; *Vídeo Informe 1* (2007), que apresenta os primeiros dias da ocupação João Cândido; *Vídeo-informe 2* (2007), sobre a Marcha dos cinco mil, que retratou a caminhada da ocupação João Cândido até o Palácio dos Bandeirantes; *Vídeo-Informe 3* (2007), que mostra o fechamento das Rodovias Raposo Tavares, Castelo Branco e Regis Bittencourt; e *Construindo o poder popular* (2008), vídeo feito na ocupação Silvério de Jesus (GOULART, 2011, p.45-46).

⁷² A Periferia Ativa foi criada pelo MTST e reúne associações e militantes comunitários na Grande São Paulo, e atua nas periferias com o objetivo de organizar ações políticas e culturais. Tem um caráter territorial.

⁷³ A Cooperifa é um movimento cultural de incentivo às manifestações culturais da periferia, iniciado em 2000, num bar na Chácara Santana, zona sul de São Paulo, com saraus às quartas-feiras. Em 2007, o MTST ganhou o 3º prêmio Cooperifa, que premia iniciativas que contribuam com a arte na periferia.

fome de 5 dias em frente ao apartamento do Presidente Lula, em São Bernardo do Campo.

Na concepção dos militantes, essas ações fortalecem o coletivo frente às desigualdades e injustiças, ao mesmo tempo que dão voz às reivindicações, fazendo pressão política. Além disso, o MTST começou a mobilizar uma narrativa em torno de suas ações, produzindo e circulando material. As mídias alternativas, que se difundiram no campo da esquerda na última década, se tornaram um recurso muito usado pelo movimento em suas ações, em contraponto à narrativa da imprensa convencional de criminalização das ocupações.

A ocupação Chico Mendes estava num terreno de 120.000 m² e chegou a quase 5 mil famílias. A propriedade era de uma cooperativa habitacional falida, a Paulicoop, cuja obra havia sido embargada pela Justiça por problemas com o projeto, e deixou duas estruturas de prédios abandonadas. Segundo o MTST, os apartamentos não foram entregues e havia uma dívida de impostos com a prefeitura de Taboão da Serra. Os poderes locais (Prefeitura, Vereadores, jornais locais e outros movimentos de moradia) alegavam que não havia sem-teto na cidade, que o movimento era “estrangeiro” e que a região não comportava aquele contingente.

A presença do MTST era vista como ameaça à ordem política estabelecida entre os atores locais, que o acusavam de se afastar das questões urbanas do município. O MTST, por sua vez, afirmava que imperava no local uma “lógica municipalista”, em que os movimentos negociavam suas demandas em troca de apoios políticos, ou se organizavam em função dos programas habitacionais. Em lugar disso, o movimento tomava a região metropolitana como referência espacial, mantinha-se fora dos alinhamentos políticos e mobilizava distintas forças políticas e níveis de governo, apostando na exposição das tensões políticas entre eles como forma de obter ganhos nas negociações.

Após diversas tentativas frustradas de solução junto ao governo municipal e estadual, o MTST buscava diálogo com o governo federal, por meio do recém montado Ministério das Cidades. Em dezembro de 2005, após a greve de fome de 5 dias em frente ao apartamento do presidente Lula, o movimento obteve um acordo, no qual o governo federal viabilizava a construção de casas, via Caixa Econômica Federal, e o município e o estado asseguravam duzentas e cinquenta bolsas-aluguel para resolver a situação imediata das famílias⁷⁴. Mas, para viabilizar a construção das moradias, foi indicada uma área de ZEIS. Como o terreno era muito grande, teria de ser desmembrado pela prefeitura, a qual não cumpriu a promessa de fazê-lo em 30 dias e entrou na Justiça com uma ação de interdito proibitório⁷⁵, o que impedia o MTST de

⁷⁴ Ver: Carta Maior, 07/01/2006. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Ocupacao-Chico-Mendes-acaba-apos-8-meses-sob-forte-emocao/5/10639> Acesso em 08 ago. 2017.

⁷⁵ Conforme o artigo 932º do Código Civil, trata-se de ação judicial visando repelir ameaças à propriedade.

ocupar o terreno, sob risco de multa diária de 100 mil reais (GOULART, 2011, p.48). Assim, mesmo com a compra do terreno aprovada pela Caixa e o cadastramento das famílias num programa do Ministério das Cidades, a ocupação enfrentava processos burocráticos, entraves técnicos e a lógica dos poderes locais, que prorrogavam infinitamente a solução habitacional.

Situação similar ocorria na ocupação João Cândido. O terreno, situado entre o extremo sul de São Paulo e Itapeverica da Serra, foi ocupado em 2007. O imóvel tinha sido repassado em 1991, sob condições um tanto obscuras, ao Banco Noroeste (adquirido pelo Santander mais tarde), e depois cedido à Sociedade Itapeverica Golf e Urbanização Ltda. Segundo Guilherme Boulos, liderança do MTST, o local, que era objeto de um vago projeto de construção de um clube de golfe, foi vendido por 1,9 milhão de reais no início da década de 1990, mas estava sendo avaliado em 40 milhões de reais⁷⁶.

A reintegração de posse foi expedida quatro dias depois da ocupação, mas a organização coletiva do movimento assegurou a suspensão judicial. O governador José Serra (PSDB) e o prefeito Jorge Costa (PMDB) não se dispunham, porém, a negociar junto ao Ministério das Cidades. Enquanto isso, o prefeito foi ao local e prometeu solução, o que foi repetido por um grupo de vereadores que assinou moção de apoio. Entretanto, após oferecer a transferência da ocupação a outro terreno provisório na Vila Calu, o prefeito pediu reintegração de posse e interdito proibitório contra a ocupação, e os mesmos vereadores que haviam assinado ofício pela doação do terreno à CDHU para construção de moradias rejeitaram a proposta em sessão. O MTST passou a pressionar para a compra dos imóveis, realizando atos na prefeitura, de onde foram expulsos com pedido de reintegração de posse da praça municipal. Só em 2014, após sete anos, a ocupação João Cândido se tornou o primeiro empreendimento do PMCMV-E, e a primeira “conquista” habitacional das ocupações.

Com a experiência de mobilização dessas ocupações, o MTST extraiu a organização dos núcleos comunitários, constituídos pelos ocupantes após a saída do terreno, com base nos bairros de origem. Na avaliação dos militantes, esse foi um salto organizativo, porque preservou vínculos coletivos construídos na ocupação e “começa a ter uma parte da luta”⁷⁷, desdobrando na constituição de uma base social e na formação de lideranças a partir dessas bases. Essa organização dos núcleos permitiu a chamada “constituição de demanda” na disputa pelos recursos do PMCMV. O MTST firma, assim, princípios para as ocupações: formação de militantes, organização e mobilização coletiva, territorialização, referência nas comunidades.

⁷⁶ Ver Le Monde Diplomatique, 01/11/2007. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/os-sem-teto-as-portas-de-sao-paulo/> Acesso em 23 ago 2017.

⁷⁷ A.S. Militante do MTST SP - Entrevista concedida à autora em 31/08/2016, sede do MTST SP.

Um acampamento sempre acaba, seja com o despejo ou com a conquista. Por isso, a referência de nossa atuação tem que ir além da ocupação, ampliando-se para as comunidades próximas. A maioria dos acampados vem destas comunidades e, em caso de despejo, podemos continuar o trabalho com eles neste entorno. Esta tem sido a experiência dos núcleos comunitários, já realizada pelo MTST em alguns estados. Precisamos expandir iniciativas como essas para ampliar nossa referência nas periferias. Assim, a ocupação seria um ponto de partida para um trabalho muito maior. (MTST, 2015, p.14 – Cartilha de Princípios)

Além das atividades na ocupação e suas interações com grupos locais como forma de “manter a ocupação viva”, o MTST procura interagir com os bairros apoiando e fazendo reivindicações para obter melhorias nos serviços urbanos, ou protestando contra problemas que afetam a população local. Por meio da Periferia Ativa, o MTST mantém relações com lideranças e grupos locais, ajudando nas mobilizações por alguma pauta ou na defesa contra despejos. Essa atuação com base na periferia fez com que o movimento se definisse como um “movimento popular” que luta por “condições de vida digna” e “reforma urbana” (MTST, 2015).

O MTST luta por moradia, é um movimento de sem teto. O direito à moradia digna é uma bandeira central do nosso movimento. Mas não é a única: o trabalhador que não tem o direito de morar dignamente também não tem o direito à educação, ao atendimento de saúde, ao transporte coletivo, à infraestrutura básica em seu bairro e a muitas outras coisas, por isso afirmamos que o MTST não é um movimento de moradia, mas entendemos que esta luta é parte de uma luta maior por condições de vida dignas. É aqui que entra nossa proposta de reforma urbana. Defendemos uma mudança profunda na forma como as cidades são organizadas. Hoje as cidades servem dar lucro e são gerenciadas como uma empresa pelos governantes. (MTST, 2015, p.7)

Desse modo, sem raízes históricas, o MTST se insere no território periférico articulando práticas das CEBs dos anos 1970 e 1980, na organização dos movimentos de bairro, com a reformulação da forma-ocupação. No contexto de desarticulação dos vínculos de sociabilidade comunitária e de construção de outros modos de identidade coletiva, ele aposta na formação política por meio da vivência nas ocupações e na articulação com outros coletivos periféricos, sobretudo ligados à cultura e étnico-raciais. As mudanças na localização e na temporalidade das ocupações acabaram se traduzindo, assim, numa maior atuação e imersão nas periferias da cidade, criando a necessidade de o coletivo identificar-se com o território periférico. Em vista disso, o MTST passa a se autodefinir como um movimento territorial.

Nós trabalhadores temos várias formas de nos organizar em busca de nossos direitos. Nas fábricas e nas empresas, nos organizamos por meio de sindicatos. No território periférico, os bairros em que moramos, nos organizamos em movimentos populares. O MTST atua nas periferias para fazer a luta por direitos. Por isso é um movimento territorial. (MTST, 2015, p.14 – Cartilha de Princípios).

Essa fase de organização do MTST atribui feições próprias ao movimento, forjadas na experiência das ocupações e na dinâmica das lutas urbanas. A forma-ocupação se tornou central

na sua construção e atuação, como forma de ação coletiva confrontiva, e como potencial de politização, resultando em base social e formação de novos militantes. Essa construção organizativa obtida na interface com os territórios periféricos será mobilizada em favor do fortalecimento político do movimento, numa atuação cada vez mais voltada aos rumos da política nacional e à construção de uma alternativa política dentro da esquerda brasileira.

2.2.3. Expansão e intensificação das lutas urbanas: entre o confronto e a negociação

No final dos anos 2000, o MTST intensifica suas ações na RMSP e expande-se em nível estadual e nacional, passando a realizar ocupações cada vez mais massivas e fluídas, associadas a grandes protestos. Se até 2006 houve, em média, uma ocupação por ano, entre 2007 e 2010 foram dez apenas em São Paulo, mantendo, desde então, uma média de 3 ocupações por ano⁷⁸. Esse movimento de expansão, embora deliberado pelo movimento, foi impulsionado pela criação do PMCMV, em 2009, e pela intensificação dos conflitos urbanos decorrentes dos processos de valorização imobiliária, que desencadearia articulações políticas de resistência aos processos de mercantilização da cidade.

A conjuntura política de meados dos anos 2000 tinha sido marcada pela estruturação institucional das políticas urbana e habitacional no governo federal, com ativa participação dos movimentos ligados ao campo democrático-popular, mas haveria mudanças na correlação de forças no segundo governo Lula, distanciando-o da agenda da Reforma Urbana. Em São Paulo, no plano municipal, o governo Serra e Kassab (PSDB/DEM, 2005-2012) suspenderam programas de habitação do governo anterior e acionaram a repressão e reintegração de posse nas ocupações. Em 2007, a desocupação do edifício Prestes Maia marcou a oposição aos movimentos de sem-teto do centro, diante da prevalência dos interesses imobiliários, ligados ao poder público local.

Nesse momento, o MTST dava visibilidade às periferias metropolitanas, deflagrando conflitos urbanos, com ocupações de terra e bloqueios de rodovias. Por meio da ação direta, orientou sua estratégia para o “acúmulo de força política” e a construção de “poder popular”.

[...] nossa luta é muito mais ampla do que a conquista de um pedaço de terra. Mas é preciso um intenso e longo acúmulo de forças para atingirmos nossos objetivos principais. Todas nossas ações devem estar voltadas para fortalecer nosso caminho rumo a estes objetivos. Isso significa ampliar nossa referência nas periferias urbanas, nosso número de militantes, nossas conquistas, nossa capacidade de mobilização, dentre muitos outros fatores. Podemos resumir esta meta na seguinte ideia: construção de poder popular. Ou seja, a realização efetiva do princípio de que só os trabalhadores podem resolver os problemas dos trabalhadores. Na prática, isso significa estimular e

⁷⁸ Ver tabela das ocupações no Anexo C

valorizar as iniciativas autônomas, construir formas de organização e de decisão coletivas, lutar por nossas reivindicações e direitos; enfim, não esperar nada de ninguém a não ser de nós mesmos. Assim, podemos dizer que nosso objetivo maior é a construção do poder popular, contra o capital e seu Estado capitalista. (MTST, 2015, p.5)

Assim, no I Encontro Estadual do MTST, em 2007, definiram-se duas ações importantes para a expansão do movimento: a intensificação das ocupações e a articulação de uma rede nacional com movimentos urbanos que tivessem a mesma perspectiva de ação. Esse plano se tornava factível conforme a crise habitacional se intensificava, frente à crescente urbanização e à inviabilidade dos tradicionais modos de acesso à terra pelos mais pobres.

Ainda em 2007, o MTST impulsionou a Frente Nacional de Resistência Urbana, uma articulação nacional de ocupações e movimentos urbanos que buscava unificar pautas e forças políticas, mantendo a singularidade de cada movimento. Essa iniciativa altera o campo político, descentrando as lutas do eixo Rio-São Paulo e colocando em cena movimentos “marginais” ao campo democrático-popular. A Frente visava à criação de um “movimento nacional massivo e anticapitalista”, cujo objetivo era defender uma “Reforma Urbana anticapitalista.” A proposta articulava movimentos cuja atuação privilegiava a ação direta e a autonomia político-partidária, o que os afastava do campo democrático-popular e alinhava aos movimentos antiglobalização, que elegiam as ruas e a cidade como *front* e se voltavam contra o neoliberalismo. Apesar disso, eles mantinham traços das organizações tradicionais: o formato de “frente nacional”, o discurso dos direitos e da reforma, o formato centralizado e hierarquizado dos protestos, entre outros.

Como parte do seu plano de ação, em 2008, o MTST participou de uma ação coordenada de mobilização nacional, realizando três ocupações simultâneas: em Campinas (Frei Tito), Embu das Artes (Silvério de Jesus) e Mauá (Terra e Liberdade). Focando os chamados “vazios urbanos”, essas ocupações se baseavam no princípio da função social da propriedade; a ação consistia em identificar propriedades em desacordo com a Justiça, já que isso daria respaldo legal à ocupação e garantiria melhores condições de negociação junto ao poder público. Porém, a tarefa dependia de algum apoio técnico, pois dados sobre a situação fundiária não costumam ser disponibilizados pelo poder público⁷⁹.

Mas, apesar das garantias formais do direito à moradia e dos instrumentos institucionais contidos no Plano Diretor das cidades para o cumprimento da função social da propriedade, o

⁷⁹ Em sua dissertação, Costa (2013) relata sua participação técnica no movimento, destacando os critérios de escolha dos terrenos: “vazios urbanos” com registros de dívida ativa e prioridade de terrenos não parcelados, com acesso a infraestrutura e equipamentos urbanos, com bom acesso e topografia adequada, valor venal e valor de mercado. Observando a experiência de três ocupações na Região Metropolitana de Campinas, entre 2008 e 2010, o autor destaca a preponderância do direito à propriedade e mesmo de posse, e a relativização da função social da propriedade e o direito constitucional de moradia nas situações analisadas.

que ocorria eram reiteradas reintegrações de posse. No caso da ocupação Frei Tito, o terreno apresentava mais de 10 anos de dívida de IPTU, estava num local dotado de infraestrutura urbana e não tinha edificação ou uso⁸⁰. Mesmo assim, o governo local não só se recusou a entrar em acordo com o MTST, alegando que “não permitiria uma ocupação daquele porte na cidade”, como ofereceu ao proprietário o pagamento da dívida em condições vantajosas de parcelamento e abate do montante (COSTA, 2013). O prefeito Hélio Santos (PMDB)⁸¹ só negociou uma área para os ocupantes após muita mobilização e não propôs nenhuma solução habitacional.

O embate jurídico reiterado nas ocupações colocou à prova a institucionalidade resultante da agenda da Reforma Urbana no tocante à democratização do acesso à moradia e à cidade. Instrumentos jurídicos relativos ao planejamento urbano, regularização urbana e proteção ambiental eram constantemente mobilizados, conforme a conveniência das relações locais de poder, frequentemente, contra as ocupações. Se o recurso da institucionalidade era insuficiente frente aos poderes da propriedade privada, a experiência dos conflitos mostrava que os encaminhamentos, e mesmo as negociações, só seriam possíveis mediante manifestações de rua, porque davam visibilidade à ocupação. Com isso, o movimento passou a investir cada vez mais na capacidade de mobilização e na disputa por recursos públicos para a habitação, como modo de fortalecimento político.

A jornada nacional de lutas organizada por meio da Frente de Resistência Urbana, em 2008, acusa as contradições da regulamentação fundiária instituída pelo planejamento urbano, questiona os caminhos da Reforma Urbana, ao mesmo tempo que retoma a agenda da política habitacional e reivindica investimento público na área urbana. O manifesto de 2008 explicita as críticas dos movimentos aos efeitos sociais do neoliberalismo, voltando-se, assim, ao governo federal:

Manifesto de 28 de Marco de 2008⁸²

A Todos os Trabalhadores e Trabalhadoras que como nós estão cansados de esperar.

A Todos os Governantes deste país, que há muito tempo estão nos cansando.

São milhares, transportados no caos da cidade como gado, de crianças sem creche, de jovens e adultos sem educação pública com um mínimo de qualidade. Na cidade do lucro não cabe o pobre, não cabe o negro, não

⁸⁰ O Plano Diretor de Campinas diz que a “cidade cumpre sua função social quando proporciona condições adequadas de habitabilidade” e que o principal fim da intervenção do Executivo nas propriedades é “promover o adequado aproveitamento dos imóveis não edificadas, subutilizados e não utilizados” (PD, 2006, art. 10º).

⁸¹ O Prefeito teria o cargo cassado pela Câmara em 2011, após denúncia de corrupção pelo MPF.

⁸² Assinam o manifesto: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento Urbano dos Sem Teto (MUST), Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), Movimento dos Conselhos Populares – Ceará (MCP), Movimento Sem Teto de Luta – Amazonas, Movimento de Luta Popular Comunitária (MLPC) – Pernambuco, Movimento das Famílias Sem Teto (MFST) – Pernambuco, Movimento Quilombo Urbano – Maranhão, Movimento das Mães Sem Creche, Fórum de Moradia – Minas Gerais, MTL Democrático Independente – Minas Gerais.

cabe o nordestino, não cabe a mulher, não cabem os trabalhadores e trabalhadoras que deram sua força para construí-la. Somos milhões a quem tentam privar da esperança, mas que, resistindo, mantivemos nossa dignidade. É essa dignidade que transformamos hoje em ocupações de todos os tipos, exigindo e reivindicando todos os direitos que ficaram esquecidos, mortos nas leis e que faremos reviver nas lutas do povo pobre. O modelo neoliberal nos sufoca. O dinheiro que vai para o bolso de banqueiros e especuladores como pagamento de uma dívida impagável seria mais que suficiente para resolver os problemas de habitação, infraestrutura urbana e serviços no país. Ao povo sobram migalhas, apresentadas num jogo de ilusões como grandes políticas públicas. Os vultuosos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) têm alegrado muito mais os empresários da construção civil e do ramo imobiliário do que o povo que necessita de moradia. Uma Política de Reforma Urbana que tenha como prioridade os interesses populares nunca foi agenda de nenhum governo e Lula apenas aprofundou este caminho, que mata pela violência, pela fome, pelo cansaço, pela enchente, pela falta de habitação, etc. O Ministério das Cidades e seus "espaços de participação", apresentados como avanços na efetivação de uma política urbana democrática, não representaram nenhum grande passo na solução de nossos problemas. Ao contrário, reproduzem uma forma burocrática e elitista de se tratar as questões urbanas. Neste sentido, nossas ações de ocupação em todo o país são a única forma de sermos ouvidos e atendidos. Os movimentos que assinam este manifesto propõem:

- *Uma política habitacional popular baseada em subsídios, com valor adequado à realidade das metrópoles, sem o entrave burocrático e elitista dos financiamentos bancários. Que o Governo Federal desenvolva uma política nacional de desapropriações de terrenos e edifícios urbanos que não cumprem função social, destinando-os às demandas populares organizadas.*

- *Uma política nacional integrada de transporte urbano público gratuito, de qualidade, priorizado em relação ao transporte individual, que tem levado as metrópoles ao caos.*

- *Uma política de educação que crie creches financiadas pelo Estado sob o controle dos trabalhadores, que valorize os professores e profissionais da educação, que qualifique o ensino não visando o mercado mas a consciência crítica e social dos alunos.*

- *Controle restritivo das taxas cobradas por serviços públicos básicos como água e energia elétrica, garantindo a aplicação de Tarifas Sociais previstas na lei.*

- *Políticas de geração de trabalho e renda que deem alternativas sociais e não policiais aos trabalhadores informais.*

Hoje, somos a voz de quem não tem voz. Hoje, não elegemos ninguém para falar, pois falamos nós mesmos por meio de nossas ações. Hoje, cada ocupação realizada neste país é a voz de milhares que foram calados e se cansaram. A cidade que queremos e vamos pôr de pé, por ela vamos resistir e combater e por ela vamos nos organizar e mobilizar nossa esperança. Porque aprendemos que a esperança de muitos hoje é a realidade de amanhã, a que queremos deixar para os que virão. (Manifesto Popular de 28 de março de 2008)

Ao questionar os investimentos públicos do PAC e seus impactos sobre as cidades, o manifesto contesta o plano de desenvolvimento do governo, associando-o ao neoliberalismo, reinterpretando o neoliberalismo em termos da disputa pelos fundos públicos, e não de “Estado Mínimo”, como era lido pela esquerda até os anos 1990. Nesse marco, o MTST fez oposição de esquerda aos governos do PT, atuando na chave do confronto e negociação; mantendo certa independência partidária e agindo com base no território e na mobilização popular por meio das ocupações. Mantendo uma posição intermediária dentro do campo político, o MTST participa das ações que iriam convergir com os protestos de 2013 e o início do novo ciclo político, como veremos a seguir.

2.2.4. Dos comitês da copa à junho de 2013: redefinições no campo político

Como dissemos, após o lançamento do PAC e do PMCMV, movimentos sociais urbanos passaram a questionar seus impactos sobre as cidades. Já em 2008, o MTST havia articulado em nível nacional, a Frente de Resistência Urbana, que, desde sua formação, denunciava os

despejos e a violência dos processos engendrados nas obras da Copa e demais programas do PAC⁸³. Em 2010, foi lançada a campanha nacional “Minha Casa, Minha Luta”, com protestos em todo o país contra os despejos⁸⁴. Em São Paulo, o MTST atuou na paralisação das rodovias Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Rodoanel Oeste Anhanguera e Santos Dumont. Em 2011, houve a ocupação do Ministério dos Esportes em Brasília e outras ações sobre o tema e, em 2012, o MTST ocupou as obras do Itaquerao, em mais uma jornada nacional de lutas.

A criação da Resistência Urbana e todas essas contestações se conjugaram com as mobilizações contra os impactos urbanos dos preparativos da Copa de 2014, organizadas por meio dos Comitês Populares da Copa, o que seria um elo importante com junho de 2013 e outro fator de fortalecimento político do MTST. Mais que isso, essas mobilizações, incluindo junho de 2013, colocam a problemática urbana no centro das lutas, construindo outra compreensão dos conflitos e outros repertórios, como foi apontado no primeiro capítulo.

Com os anúncios da Copa, formou-se a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), reunindo uma miríade de atores sociais e vários movimentos de moradia⁸⁵. A partir delas, realizou-se um conjunto de eventos e atividades, desde a produção de dossiês sobre o tema até os protestos de rua, passando pelo trabalho de base junto aos bairros afetados pelas obras da Copa. Em São Paulo, foi criado Comitê Popular da Copa em São Paulo (CPC-SP), um dos principais elos de organização política em torno do direito à cidade, que ajudou a produzir junho de 2013 e se prolongou com ele.

Uma das missões do Comitê é articular em rede este conjunto de organizações que trabalham na defesa dos direitos humanos, direito à cidade, à moradia, direitos sociais, e ao trabalho decente, formal e informal, para reforçar as pautas de denúncia das violações, reforçar os espaços já existentes e criar novos espaços de formação para a resistência qualificada e incidência nas políticas públicas. (CPC-SP, 2013)⁸⁶

Em seu relato sobre o CPC-SP, Brito (2015) destaca a multiplicidade de atores e setores sociais compondo a resistência, o que levou a um reposicionamento de diversas organizações ligadas ao projeto democrático-popular, entre elas a UMM, a CMP, e um conjunto de ativistas

⁸³ Embora, inicialmente, a reivindicação fosse o plebiscito para decidir sobre a Copa, conforme esta se mostrou já imposta, os movimentos passaram a fazer denúncias de seus efeitos e resistência a eles.

⁸⁴ Ver manifesto em: PSTU, 18/08/2010. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/manifesto-nacional-da-frente-de-resistencia-urbana-contra-despejo-minha-casa-minha-luta/> Acesso em 04 de maio de 2017.

⁸⁵ A ANCOP foi constituída em 2010, após um encontro em Brasília entre lideranças e representantes dos movimentos e ativistas urbanos, organizado pela urbanista Raquel Rolnik, na época relatora da ONU para o direito à moradia. Formou-se então uma rede horizontal e apartidária de 11 Comitês Populares em diversas cidades, especialmente as sedes da Copa, visando denunciar os impactos e violações ocorridos, bem como fortalecer a resistência nas diversas frentes afetadas pela intervenção do megaevento.

⁸⁶ Página Oficial, sessão “Quem somos”. Disponível em: <https://comitepopularsp.wordpress.com/o-comite/quem-somos/> Acesso em 24 jun. 2016.

do direito e do urbanismo. Estavam lá movimentos de moradia, de sem-teto e autonomistas (OcupaSampa, MPL, Centro de Mídia Independente, Associação Nacional dos Torcedores).

Sua composição, que passa por movimentos sociais de moradia tradicionais, trabalhadores ambulantes, grupos de teatro, estudantes e pesquisadores, organizações não governamentais de defesa de direitos humanos, pastorais, coletivos autônomos e anarquistas, militantes de partidos políticos de esquerda, organizações feministas, movimento da população de rua. (BRITO, 2015, p.108)

Mais do que uma articulação da resistência, essa constelação em torno dos conflitos da Copa permitiu aos diversos atores compreender a problemática urbana na sua organicidade, ligando pontos de conflito no fio condutor da mercantilização da cidade – o que as comunidades e bairros afetados já viviam. Um relato colhido por Brito (2015, p.110-111) retrata isso.

A gente tava em crise nos conceitos da reforma urbana: com esse processo a agenda da reforma urbana virou pó. Os freios ao capital imobiliário foram estilhaçados nesse processo. Aí em 2010 já havia um grupo no Sindicato de Advogados discutindo isso. A partir do seminário na USP [realizado pelo Núcleo Direito à Cidade], já estava se discutindo os megaprojetos em São Paulo e os despejos. Já se estava conversando na Defensoria [Pública do Estado de São Paulo] sobre isso. Como popularizar esse tema? Aí esse tema dos megaeventos é incluído na Jornada de Moradia de 2011. E na Jornada se decide fazer uma articulação pra resistir a esse processo em São Paulo. Depois do seminário a gente começou a perceber que esses processos estavam relacionados a Copa: a Copa deu um “plus” nesse processo. Teve a mudança do [estádio no bairro do] Morumbi para o Itaquerão, na zona leste. Não tinha sentido fazer no Morumbi, eles queriam abrir uma nova frente do capital imobiliário. Com o Rodoanel, a Jacu Pêssego, tudo foi se interligando. A gente ia pras comunidades e era uma coisa incrível: imaginava que o povo não ia falar de Copa. Mas o povo falava: as pessoas por conta própria já relacionavam, porque tá fazendo estádios? Era um grande negócio. A gente só ajudou a articular isso. O Brasil é a bola da vez, tem crise imobiliária na Europa e Estados Unidos. As pessoas começaram a incorporar essa ideia. Já tinha esse sentimento, principalmente quem tava sofrendo na pele. Vi muita gente nas comunidades sem qualquer discussão sobre Copa fazendo essa vinculação, ainda que indiretamente. (...) As coisas foram um pouco naturais, até pela situação concreta que as pessoas estavam vivendo: os despejos, a Jornada de Moradia que popularizou o debate, mas as coisas já estavam aí e as pessoas sentiam. Depois a criação do Comitê Popular da Copa ajudou a consolidar esse processo. (...) Teve o esforço de ligar os megaprojetos à Copa: quem tá construindo? Não é a Odebrecht? São as mesmas construtoras, é a mesma lógica de exclusão, muito mais ampla. Gente muito sabida falava que não tinha nada a ver. Os meios oficiais tentaram o tempo todo dissociar. “Não tem nada a ver”, parque linear, cracolândia, Nova Luz, Itaquerão, Rodoanel, Tietê. O Comitê teve muito esse papel de discutir e mostrar que tem a ver. Como agora se diz: “o que tem a ver a gente e as manifestações? Transporte e moradia? Nada a ver”. Então é difícil explicar. Só fazendo esse trabalho as pessoas começam a entender. Formação, debate-bola nas comunidades, visitas, solidariedade, só a resistência é capaz de fazer as pessoas entenderem esse processo (Bruno, integrante do CPC-SP)

Assim, a partir da experiência compartilhada sobre conflitos desencadeados pela Copa, a noção de *direito à cidade* passa a ser mobilizada, criando um *campo gravitacional* em torno do qual se articulam atores, discursos e lutas. Trata-se de uma definição em termos distintos

daqueles postos pelo Movimento de Reforma Urbana dos anos 1980 e 1990, que tinha como referência os direitos aos serviços públicos.

Outro aspecto importante desse debate é a violência estatal e as formas de controle sobre o espaço urbano, evidenciadas pela edição de várias normas, em especial a Lei Antiterrorismo. Essa questão, que põe o Estado sob suspeita, já vinha sendo problematizada pelos movimentos urbanos frente aos despejos violentos, e repercutiu durante os protestos de junho de 2013.

Além das ações de conscientização e de caráter jurídico, uma das principais formas de mobilização do CPC-SP foi a campanha “Copa para Quem?”, que organizou protestos desde 2012, com amplos setores dos campos político e cultural, para dar visibilidade internacional e popular aos conflitos, atuando em situações de exposição e propaganda oficial do evento. A organização e o formato desses protestos foram construídos em articulação nacional pelo coletivo, com debates e divergências em torno do repertório tradicional cultivado pelo ciclo político da redemocratização e as experimentações derivadas dos movimentos antiglobalização.

Nos dois meses que antecederam o protesto, os debates foram pautados por alguns conflitos internos, relativos às formas de ação a serem adotadas (sobretudo em relação ao uso de carro de som, ao trajeto e às intervenções teatrais), mas também pela constante preocupação com o esquema de segurança que seria organizado para garantir a realização do sorteio da FIFA, com presença da Presidente da República, governador do estado e prefeito municipal, além das autoridades da FIFA e a ampla cobertura de imprensa. A “zona de exclusão” ou “perímetro de segurança” previsto na Lei Geral da Copa, com cerco militar de 2km ao redor dos locais de evento, seria o limite da manifestação, mas durante várias semanas não se sabia ao certo onde seria realizado o evento, e contava-se somente com rumores sobre o horário. Os movimentos decidiram então marcar o ato para as 14h, saindo da Ocupação Mauá (que fica em frente à Estação da Luz), de onde poderia seguir em caminhada para o Anhembi, o local mais provável, noticiado na imprensa (BRITO, 2013, p.118)

Note-se que a organização e o formato da campanha constituem o “laboratório” político que comporia os protestos de junho de 2013 e seu repertório: construção em rede, formato horizontal, núcleo organizativo nas ocupações, caminhadas pela cidade, intervenções artísticas, lugares estratégicos e simbólicos da ação, simultaneidade das ações e fluidez de sua composição. Esse repertório circulou nos protestos que correram o mundo na última década.

Depois das manifestações, sucederam-se reuniões com os diversos agentes públicos de todos os níveis de governo. Muitas demoraram dois anos para acontecer, e os representantes políticos se limitaram a apresentar os “legados da copa”, sem responder às questões urbanas. Os órgãos executivos se esquivaram da responsabilidade dos impactos das obras e a prefeitura negava a existência de remoções e mesmo a vinculação das obras em Itaquerá à Copa (BRITO, 2013, p.121).

Quando o MPL anunciou no Comitê a realização das jornadas anuais de luta contra o

aumento, a rede de ativistas e movimentos apoiou as ações e compôs o núcleo organizado das jornadas de junho. A mobilidade urbana era uma das principais propagandas do “legado” da Copa, e era considerada central no direito à cidade pelo Comitê (BRITO, 2015). As atividades seguiram, então, junto com os protestos contra o aumento, o que constituiu um campo de forças em torno do direito à cidade e contra a “cidade-empresa” e sua ordem imposta. Depois da fatídica “quinta-feira sangrenta”, o Comitê e a Frente de Resistência Urbana organizaram um ato na Av. Paulista, com cerca de 5 mil pessoas, contra as violências estatais e pelo direito de manifestação. Após ameaçarem ocupar o prédio da Secretaria Geral da Presidência, uma comissão foi recebida e protocolou um documento com reivindicações. As ações não tiveram repercussão institucional, mas engendravam um campo de antagonismos, aglutinando diversos movimentos num mesmo campo de disputa pela cidade.

A partir do episódio de repressão dos protestos do MPL em São Paulo, os protestos se expandiam para as principais capitais do país, seguindo as trilhas dos eventos da Copa das Confederações de 2013 e os anúncios da Copa de 2014⁸⁷. Os jogos se tornaram arena de conflitos entre forças de segurança e manifestantes. A Copa, seu caráter impositivo, os gastos públicos realizados, a falta de melhoria nos serviços públicos, ganharam repercussão nacional e internacional⁸⁸. As manifestações contra a tarifa do transporte se somaram a esses protestos e rumaram para outras cidades, junto como os protestos em torno da Copa. Ocorre, assim, uma sinergia entre as mobilizações ligadas à questão urbana, fazendo confluírem pautas e atores e desencadeando uma indignação social que tornou multitudinários os protestos.

Em São Paulo, as manifestações contra o aumento da tarifa seguiram até 20 de junho, quando governador e prefeito o revogaram, o que significou uma vitória importante das ruas, após décadas de conchavos e negociações, como lembrou Paulo Arantes⁸⁹. Contudo, a pauta urbana seguiu mobilizando. A questão da moradia reaparece em destaque, após décadas de resoluções via gabinetes por meio de representantes. As ocupações urbanas se multiplicaram nas grandes cidades. Somente em São Paulo, o número saltou de 257, entre 2011-2012, para

⁸⁷Jornada Nacional “Copa para Quem?”. Disponível em: <https://pelamoradia.wordpress.com/2013/06/15/jornada-nacional-copa-para-quem/> acesso em 28 jun. 2017.

⁸⁸ Protestos durante Copa das Confederações geraram visibilidade negativa no exterior sobre impactos da Copa e Olimpíadas. Agência Pulsar Brasil, 01/08/2013. Disponível em: <http://agenciapulsar.org/brasil2013/movimentos-sociais/para-pesquisadores-protestos-durante-copa-das-confederacoes-geraram-visibilidade-negativa-sobre-impactos-da-copa-e-olimpiadas/> Acesso em abril de 2017.

⁸⁹ A faísca no Brasil: longa reportagem analisa os protestos de junho. Por Gabriela Moncau. Coletivo DAR, 26/07/2013. Disponível em <http://coletivodar.org/2013/07/a-faisca-no-brasil-longa-reportagem-analisa-os-protestos-de-junho/> Acesso em agosto de 2016.

681 em 2014, entre ocupações espontâneas e organizadas⁹⁰, atualizando a questão da moradia nas lutas sociais.

Com efeito, pouco depois das jornadas de junho terem colocado o transporte público na pauta, foi o MTST que ganhou projeção tanto nos protestos locais, como nos grandes debates nacionais. Após participar dos protestos contra a tarifa em São Paulo, bloqueando avenidas e mobilizando nas periferias, por meio da Periferia Ativa⁹¹, o MTST realizou quatro ocupações só no segundo semestre de 2013, entre elas, a Nova Palestina, que chegou a reunir cerca de oito mil famílias.

A leitura que o MTST fazia das manifestações de junho de 2013 e do contexto político foi que havia uma oportunidade política, a qual reunia disposição para a luta e condições para se disputar a produção da cidade, ou para enfrentar a lógica excludente imposta pela dinâmica do mercado.

A vitória expressiva das mobilizações de junho foi um grande exemplo, e centenas de famílias em toda a região de São Paulo começaram a apostar nas ocupações e na luta como saída. Ao invés de se mudar para regiões cada vez mais distantes do centro em busca de aluguéis mais baratos, ou esperar por anos a promessa de um atendimento habitacional, morando de favor, optaram pela tomada de terrenos vazios como forma de pressionar o poder público e disputar espaço com o mercado imobiliário (J.R., militante do MTST, Revista Territórios Transversais (MTST), set. 2015, p.23)

Mediante o agravamento da crise urbana, já anunciada pelos movimentos de sem-teto nos anos 1990, e o impulso das lutas urbanas em torno do direito à cidade, após junho de 2013, o MTST ajustou discursos e repertórios, reposicionando-se frente ao novo cenário político⁹².

Em junho de 2013 estouraram os protestos, e os trabalhadores admitem para si a possibilidade de vitória, dá para ganhar do Estado e o Estado é tomado de uma grande surpresa, fica muito mais aberto para liberar coisas até para se manter em pé, então a gente entra nesse vácuo e começa a produzir ocupações muito maiores. A ocupação símbolo é a “Ocupação Copa do Povo”, é a que marca essa passagem, do ponto de vista dos inimigos que mira, é a mais importante desde a Ocupação Santo Dias. Uma ocupação do lado do Itaquerão, o que era inimaginável naquele cenário de terror militar que se criou em torno da Copa do Mundo, tornava aquilo implausível. Quando você faz aquilo que parece implausível, você abre um campo de possibilidades novas. (G.S., Militante do MTST SP – entrevista concedida à autora em 31/08/2016)

⁹⁰ Folha de São Paulo, 25/11/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1552793-invasoes-de-sem-teto-quase-triplicam-durante-gestao-haddad.shtml> Acesso 28 de ago. 2016

⁹¹ No dia 3 de junho, ocorreram três atos na Zona Sul, organizados pelo MPL e MTST: a Estrada M'Boi Mirim foi bloqueada às 6h por moradores locais; o terminal Guarapiranga foi ocupado às 7h e seguiu, a partir de lá, em direção à subprefeitura, uma manifestação do MPL convidando a população para o primeiro grande ato contra o aumento da tarifa. Ver: MTST e Periferia Ativa param periferia em São Paulo. Disponível em: <https://pelamoradia.wordpress.com/2013/06/19/mtst-e-periferia-ativa-param-periferia-de-sao-paulo-sp/> Acesso em 26 ag. 2018

⁹² Depois disso, o movimento se engajou em diversas atividades políticas e culturais, como ocupações, debates e aulas públicas sobre a cidade em praças, ocupações de escolas públicas contra a reorganização escolar, o acampamento em frente ao escritório da Presidência da República, e diversas ocupações de edifícios públicos.

As novas ocupações do MTST indicam mudanças na trajetória e atuação do movimento no espaço urbano. Em primeiro lugar, com as ocupações Faixa de Gaza, Nova Palestina e Copa do Povo, o movimento inicia sua atuação na capital paulista, onde as disputas pela terra urbana estavam muito mais acentuadas. Em segundo, a emergência de megaocupações, como a Nova Palestina, desafiava a própria experiência prévia do MTST. Por fim, a localização dessas ocupações e os conflitos que envolvem revelam novas dinâmicas da produção do espaço urbano. Nesse sentido, a ocupação Faixa de Gaza, realizada em agosto de 2013 pelo MTST⁹³ em Paraisópolis, área de constantes intervenções urbanísticas e remoções, é paradigmática dos novos termos em que se trava a disputa pela cidade. Na mesma linha de tensionamento sobre a produção do espaço urbano, a ocupação Copa do Povo, próxima ao Estádio do Corinthians, em Itaquera, se colocava no centro dos conflitos envolvendo megaeventos e espoliação urbana⁹⁴, numa situação em que opera a legislação de exceção. O terreno ocupado, de 150 mil m², pertencia a uma construtora que pagava 57 reais anuais de imposto pela área, classificada como rural⁹⁵, num momento em que o anúncio da Copa e as obras haviam fomentado uma valorização de 100% na região, conforme o índice FipeZap⁹⁶. Era o exemplo claro de como velhas formas de especulação imobiliária se combinam a novas estratégias de valorização urbana. O Estado, enquanto fazia investimentos de infraestrutura, valorizando a região, não aplicava instrumentos de regulação urbana, mantendo a propriedade sem função social e de modo irregular.

Assim, se o problema da moradia restava insolúvel na cidade do século XXI, os condicionantes e, por consequência, seu enfrentamento teriam assumido novos contornos. As ocupações urbanas, nessa conjuntura, são um elo entre o ciclo de lutas da democratização, de que eram parte os movimentos de moradia e reforma urbana, e o novo ciclo de lutas. Com base na redefinição desse expediente de organização, o MTST atualiza sua luta em relação à cidade.

O local onde fazemos uma ocupação é algo determinante para a influência que podemos ter. Fazer um acampamento próximo ao Palácio do Governo, ou ao lado de uma importante rodovia, ou ainda próximo de um grande porto ou aeroporto nos dá um poder de intervenção muito maior do que fazer no final da cidade, próximo à área

⁹³ Ver: *O Globo*, 24/08/2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/familias-ocupam-terreno-de-10-mil-na-comunidade-de-paraisopolis-9690980> Acesso em 20 ago. 2015.

⁹⁴ A construção do estádio do Corinthians em Itaquera, região periférica da zona leste de São Paulo, associada a outros investimentos públicos decorrentes da Copa do Mundo, conduziram a um processo de valorização urbana, que favoreceu os investidores privados, enquanto elevou os aluguéis e os serviços na região, aumentando o custo de vida da população local ou forçando o deslocamento para áreas mais distantes. Além disso, moradias “indesejadas” ou situadas nas áreas de investimentos deveriam ser removidas, o que levou à resistência, como foi o caso da “Ocupação Copa do Povo”, organizada pelo MTST.

⁹⁵ *Folha de São Paulo*, 05/05/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1449443-invasao-perto-do-itaquero-em-sp-e-batizada-de-copa-do-povo.shtml> Acesso em 12 dez. 2015

⁹⁶ De acordo com o índice FipeZap, em novembro de 2011, o preço do m² em Itaquera era de R\$ 2.899; já em abril de 2012, o m² na região custava R\$ 3.056.

rural. Por isso, aliás, que construímos o MTST em Brasília. (MTST, 2015, p.14 – Cartilha de Princípios)

Depois dos protestos de junho de 2013, ficou evidente que os termos com que se pensava e fazia a luta social tinham sido modificados, exigindo reposicionamento dos atores políticos. Num primeiro momento, os formou-se um consenso na esquerda mobilizada naqueles protestos de que era preciso fazer trabalho de base; restava, porém, encontrar caminhos de rearticulação. Em São Paulo, formaram-se duas frentes de organização em torno da questão dos megaeventos: o Comitê Popular da Copa, que seguiu com atividades nas comunidades e ocupações, buscando informar e mobilizar grupos atingidos pelas obras; e o Coletivo “Não vai ter copa”, inicialmente organizado pelo Fórum Popular da Saúde e outros coletivos da Zona Leste⁹⁷ e, depois, com o coletivo “Se não houver direitos, não vai ter copa”, composto por grupos ligados ao movimento estudantil, correntes do PSOL e PSTU, MPL, o Coletivo Autônomo dos Trabalhadores Sociais, e a Periferia Ativa (MTST)⁹⁸.

Os dois grupos faziam leituras distintas do momento político e defendiam ações e táticas diversas. O Comitê Popular da Copa considerava necessário construir uma pauta concreta rearticulando o campo político antes mobilizado e apostar em ações lúdicas e formativas. Já o outro coletivo defendia confrontar o evento e ir às ruas com a pauta dos direitos sociais, apostando em mobilizações massivas, nos mesmos moldes de junho de 2013: concentração, saída em caminhada e ação contra símbolos do capital. Desse modo, promoveu diversas manifestações entre janeiro e março de 2014. Em maio de 2014, a Resistência Urbana lançou outra jornada de lutas: “Copa sem povo, tô na rua de novo”, que buscava, além de denunciar as irregularidades da Copa, disputar os recursos públicos para a habitação. Com maior poder de mobilização devido às ocupações, entre maio e junho ocorreram as maiores manifestações em São Paulo após aquelas de 2013, com cerca de 30 mil pessoas na cidade.

As mobilizações durante a Copa ocorreram em meio a greves e manifestações, mas sem os mesmos impactos dos protestos de junho, os quais haviam alterado os parâmetros das manifestações no Brasil. Além disso, já não era possível reproduzir aquele acontecimento na sua magnitude, o que parecia tornar as mobilizações sem eco. Já em 2013, Carlos Vainer⁹⁹ diz que as mobilizações “abriram uma nova conjuntura de luta e reconfiguraram de maneira

⁹⁷ Entre eles, o Comitê Contra o Genocídio da população Preta, Pobre e Periférica, rede de organizações e movimentos ligados ao hip-hop e movimento negro.

⁹⁸ Ver: Quem grita não vai ter copa? *Pública*, 17/02/2014. Disponível em: <https://apublica.org/2014/02/quem-grita-nao-vai-ter-copa/> Acesso julho de 2017.

⁹⁹ VAINER, Carlos. Megaeventos, meganegócios, megaprotestos. Blog da Raquel Rolnik, 25/06/2013. Disponível em: <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/06/mega-eventos-mega-negc3b3cios-mega-protestos-2013-06-25.pdf>. Acesso em maio de 2016.

expressiva a correlação de forças”. Essa nova conjuntura política se definia pelo “autismo social e político do poder” e “a multiplicidade de insatisfações e lutas fragmentárias” que antecedem e fundamentam os protestos de junho com “a abertura do ciclo de megaeventos” e o “trabalho dos comitês populares da copa e da ANCOP”. Essa mudança na correlação de forças, indicava uma recomposição da ordem dominante, com a atualização do aparato repressivo: recrudesimento das leis contra manifestações, novas táticas policiais, inquéritos investigando centenas de manifestantes e prisões “preventivas” nos atos.

Assim, independente dos repertórios de ação, as mobilizações foram sendo contidas pelo Estado e seu aparato jurídico e militar. No “15M”, quando ocorriam 17 manifestações pela cidade, o ato organizado pelo Comitê da Copa, que reunia cerca de seis mil pessoas na Av. Paulista, foi impedido de acontecer¹⁰⁰. Da mesma forma, o ato de 12 de junho, programado pelo coletivo “Não vai ter copa” e o Sindicato dos Metroviários, acabou violentamente atacado pela polícia antes de se iniciar. Depois do recrudesimento da violência contra as mobilizações, o Comitê da Copa decidiu não fazer mais manifestações. Já o MTST calibrou os protestos no formato das marchas pacíficas e manteve a resistência por meio das ocupações. As reivindicações se voltaram à moradia: ampliação do acesso das famílias de baixa renda ao PMCMV e criação de uma comissão nacional de mediação de conflitos urbanos.

Tanto os protestos de junho de 2013 e a intensificação das ocupações quanto o PMCMV-E foram decisivos para a relevância adquirida pelo MTST no cenário político nacional, mas, principalmente, eles indicam duas dimensões relevantes dos conflitos no contexto neoliberal: a disputa pelos fundos públicos e a disputa pela produção da cidade. É nessas duas interfaces com a produção do espaço urbano que o MTST atua, combinando confronto e negociação.

2.3. O PMCMV e a mercantilização da política habitacional

Como observam Dardot e Laval (2016), a última década tem demonstrado a resiliência do neoliberalismo. Mesmo após a crise de 2008, que comprometeu suas premissas, a maquinaria política disciplinada pelo mercado continua intacta e as agendas políticas, sociais e econômicas, subordinadas à manutenção da confiança dos investimentos. Apesar das variadas experiências de reestruturação regulatória, os limites do bem-estar social em cada contexto e o horizonte

¹⁰⁰ SP tem dia de protestos por moradia, salário e contra Copa. Portal UOL, 15/05/2014. <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/05/15/grupos-bloqueiam-vias-durante-manifestacoes-na-grande-sao-paulo.htm> Acesso em dezembro de 2017.

material de possibilidades dentro do qual todos devem disputar seus anseios políticos estão estabelecidos, sobretudo, no setor financeiro e por ele.

Como destacado anteriormente, o processo de *neoliberalização* assume variadas modulações em contextos sociais específicos, num marco regulatório que envolve a recalibragem de modos de governança institucionalizados e coletivamente vinculados e das relações estado-economia, para impor, ampliar e consolidar formas mercantilizadas e comodificadas da vida social (BRENNER, 2012, p.17). Nesse sentido, o recente ciclo de crescimento econômico gerido pelos governos petistas não escapa à comodificação e à financeirização inerentes ao processo de neoliberalização, porém, combinam-se à regulações e modos de acumulação herdados.

Impulsionado pelo *boom* das *commodities* e fortalecido pelas políticas de distribuição de renda entre as classes que vivem do trabalho, o modelo de desenvolvimento adotado pelos governos petistas (2003-2015) priorizou a inserção no mercado internacional de alguns setores econômicos específicos, favorecendo fusões e abertura de capital, enquanto estimulou o consumo interno com valorização salarial, facilitação de crédito ao consumo e elevação dos gastos com programas de transferência de renda. Isso tudo, preservando os pilares da política neoliberal macroeconômica – metas de inflação baseadas em altas taxas de juros, câmbio flutuante e metas de superávit primário – e mantendo a hegemonia do setor bancário-financeiro. Não houve alteração na estrutura produtiva, baseada na exportação de *commodities*, nem se efetivaram reformas estruturais que alterassem significativamente a distribuição de riqueza.

Conforme Singer (2012, p.195), a impossibilidade de o “lulismo”¹⁰¹ confrontar o grande capital resultou num “reformismo fraco”, cujos avanços são tímidos frente aos níveis de pobreza e desigualdade. Nesse quadro, o PMCMV figura como o exemplo mais paradigmático do modo de gestão lulista, que combina crescimento econômico e ampliação do consumo interno por meio das políticas de distribuição de renda e crédito popular.

[o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV)] poderia ser tomado como símbolo da terceira fase, da mesma maneira que o Bolsa Família foi da primeira e o aumento do salário mínimo, da segunda. A importância do MCMV está em que o subsídio público e o crédito concedido à habitação popular levou à contratação de trabalhadores na construção civil, o que foi um dos carros chefe da retomada do emprego depois da onda de demissões no primeiro trimestre de 2009. Graças a essa política, o desemprego foi contido, tendo sido gerados 1,3 milhão de vagas em 2009 e 2,5 milhões em 2010 (recorde). (SINGER, 2012, p.88)

¹⁰¹ Na concepção de Singer (2012), o “lulismo” estaria associado às mudanças ocorridas com o PT em torno da estratégia eleitoral e à constituição de um projeto político voltado à mudança social, ainda que feito em termos conservadores. O lulismo se apoia na massa de excluídos e busca a superação da miséria sem enfrentar os privilégios da elite. Esse difícil equilíbrio implica resultados contraditórios, o que dificulta a análise do fenômeno.

Lançado em 2009 pelo governo federal, como um “pacote econômico anticíclico”, o programa representou a retomada do investimento público em habitação após mais de 20 anos de estagnação. Durante o governo Dilma (2011-2014), se constituiu numa das principais ações do PAC, que visava aquecer a economia por meio de investimentos públicos setoriais, quase todos envolvendo a produção espacial.

A proposta surge em resposta a demanda de agentes privados do setor imobiliário no contexto da crise hipotecária-financeira de 2008 (ROLNIK, 2015). Mediante o risco de quebra e queda das ações com a retirada dos fundos de investimento¹⁰², representantes do setor solicitaram ao governo subsídios aos financiamentos e um fundo garantidor dos empréstimos para viabilizar a venda das unidades produzidas. Na época, o governo chegou a propor a compra de parte das ações por meio da Caixa Econômica Federal, mas os agentes privados consideraram isso uma estatização do setor (FIX, 2011, p.135).

Entre 2009 e 2015, foram investidos 244,5 bilhões de reais no programa, contratadas cerca de 3,7 milhões de unidades habitacionais, atendendo mais de 10 milhões de pessoas (BRASIL, 2016). Houve um *boom* imobiliário nas principais cidades brasileiras. Em São Paulo, os lançamentos imobiliários quase dobraram entre 2009 e 2011 (SECOVI, 2012). O setor da construção civil registrou recorde de crescimento entre 2009 e 2010 (15%), com variação acima do PIB nacional, e criou cerca de 900 mil novos empregos, cujo crescimento foi principalmente na área residencial¹⁰³. Do ponto de vista do crescimento econômico e da geração de empregos, “a estratégia foi bem-sucedida, o que, sem dúvida, angariou apoio dos setores empresariais e sindicais” (ROLNIK, 2015, p.306).

Por meio do PMCMV, o Estado opera relações entre o mercado de capitais, o mercado de terras e o setor imobiliário, bem como a dinâmica de classes, por se vincular diretamente ao elemento mais custoso da reprodução da força de trabalho e impactar a cadeia técnico-produtiva do setor. As determinações (ou falta delas) em relação a acesso à terra, financiamento, lógica produtiva e legalidade institucional são instrumentos de interação e direcionamento das táticas das forças sociais. Com a política anticíclica, o governo pretendia direcionar a atuação do mercado imobiliário para as faixas de renda mais baixas, através da concentração de recursos e de mecanismos de proteção ao financiamento. Baseado em uma produção por “oferta”, apostou na iniciativa privada como agente motor desse processo, subordinando as prefeituras, “lentas e

¹⁰² As ações da Gafisa, por exemplo, tinham caído de 30 para 5 reais entre 2007 e 2008.

¹⁰³ Sindicato das empresas da construção civil (SINDUSCON). Ver Conjuntura da Construção, v.10, n.2 (June 2012). <https://sindusconsp.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2012-jun.pdf>. Acesso em 8 de nov. 2017).

burocráticas” (ARANTES e FIX, 2009), à produção direta promovida por empresas construtoras, para as quais foi destinada a maioria absoluta dos recursos (97%)¹⁰⁴.

Vale observar, entretanto, o reposicionamento da atuação estatal na política social: ao mesmo tempo que o Estado se torna fundamental para viabilizar o acesso à moradia, sua ação é centrada no financiamento e está desarticulada do aparato técnico-institucional decisório de planejamento e execução da política habitacional, restringindo-se a criar condições adequadas para a operacionalização do mercado. A mudança mais importante está na mercantilização dos fundos públicos, à medida que os recursos destinados à política social ingressam no circuito de valorização do capital, deixando assim sua condição de “antivalor”, como caracterizado por Oliveira (2013). Nesse sentido, o PMCMV se constitui num instrumento de mercantilização da política social, por mobilizar a política habitacional e seus fundos conforme a dinâmica do mercado, deslocando o caráter social da política.

Os impactos do PMCMV já estão amplamente apontados pela bibliografia, em que se destaca, por um lado, a relevância do volume de recursos e da abrangência de uma parcela da população até então excluída da política habitacional e, de outro lado, a mercantilização da política social, o fortalecimento da financeirização do setor imobiliário e a valorização imobiliária, que encareceu o acesso à moradia e aprofundou as desigualdades socioespaciais¹⁰⁵.

De pacote de salvamento de incorporadoras financeirizadas, o MCMV transformou-se na política habitacional do país, baseada no modelo único de promoção da casa própria, acessada via mercado e crédito hipotecário. Abortou-se, assim, a incipiente construção de uma política habitacional diversificada, aderente às especificidades locais e sob controle social, aposta dos movimentos sociais e dos militantes da reforma urbana no início do governo Lula (ROLNIK, 2015, p. 309).

Conciliando a *cidade negócio* e a “luta contra a pobreza”, o governo atua na abertura de um mercado de baixa renda, por meio do financiamento estatal à população e dos subsídios injetados nas construtoras¹⁰⁶. Como destaca Singer (2012, p.9): “O lulismo existe sob o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento. É o caráter ambíguo do fenômeno que torna difícil sua interpretação”.

¹⁰⁴ 3% dos recursos foram destinados para operacionalização da modalidade Entidades.

¹⁰⁵ Em outros trabalhos discorri sobre o programa, argumentando sobre a mediação mercantilizada do social e seus impactos sobre o urbano. Ver: FALCHETTI, C. Social Policy and the Dynamics of Neoliberalism: The My House, My Life Program and the Commodified Mediation of Housing. *Latin American Perspective*. (DOI: 10.1177, no prelo).

¹⁰⁶ O programa habitacional se estruturou por diferentes faixas de renda, para as quais variam valor e tipo do imóvel, percentual de subsídio e taxas de juros. No caso das faixas 2 e 3, as construtoras produzem e comercializam as unidades; no caso da faixa 1, produzem-na, mas os beneficiários do subsídio são definidos pelos municípios. Além dos subsídios nas faixas 1 e 2 (entre 20% a 90% do valor do imóvel), em todas as faixas as taxas de juros do financiamento são abaixo do mercado e asseguradas por um fundo público (Fundo Garantidor de Habitação).

Do ponto de vista político, o PMCMV poderia ser avaliado como um elemento importante daquilo que Braga (2012, 2017) considera o “modo de regulação lulista”, ou seja, a forma como se estabeleceu a mediação dos conflitos durante o lulismo. Retomando Chico de Oliveira, o autor entende que a “hegemonia lulista” se apoiou em duas formas de consentimento: por um lado, o consentimento passivo das classes subalternas, atraídas pelas políticas públicas redistributivas e pelos ganhos salariais advindos do crescimento econômico; por outro, o consentimento ativo das direções sindicais e movimentos sociais, que passaram a integrar o aparato estatal. Nesse sentido, vale observar como o PMCMV teria afetado os movimentos sociais urbanos, em especial os de moradia, seja pela interação que estabelecem com o programa, seja pelos impactos deste sobre a dinâmica urbana. As cidades, lugar de problematização da chamada *questão social* em suas diferentes faces, estiveram no centro da produção de consensos e consequentes processos de despolitização, como sugere Rizek (2016).

Cabe esclarecer que a análise a seguir não tenciona atribuir o caráter emblemático do PMCMV aos movimentos sociais, mas observa-los na correlação de forças que disputam o espaço urbano, condicionados pelo neoliberalismo e pela presença cada vez maior da financeirização. E se, por um lado, isso conforma a relação dos movimentos com o Estado e impacta a ação política, por outro, é preciso notar que nem toda a ação política deles (ou a possibilidade dela) está contida nessa interação com o Estado e suas políticas.

2.3.1. O PMCMV-E e os movimentos sociais: disputa pelos fundos públicos e moldes do mercado

Mediante a proposta articulada pela Casa Civil entre o Ministério da Fazenda e os setores vinculados à construção civil e imobiliário, os movimentos de moradia, por intermédio do Fórum Nacional de Reforma Urbana, promoveram uma ampla mobilização e apresentaram propostas de inclusão ao PMCMV, demandando uma parcela dos investimentos para construção por autogestão, melhoria nas condições de financiamento habitacional e viabilização de terrenos (ROLNIK, 2015, p. 302). Para isso, criaram-se outras modalidades no programa, PMCMV-E e PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural), para famílias de baixa renda, organizadas por cooperativas habitacionais, associações, sindicatos e demais entidades sem fins lucrativos. Assim, a chamada “faixa 1” (de 0 a 3 salários mínimos) desdobrou-se em duas grandes modalidades: uma voltada para as construtoras (frequentemente com apoio das prefeituras que ofereciam terras para projetos já prontos), e outra voltada ao dito “trabalho social” (realizada a partir do credenciamento de associações, muitas delas ligadas aos

movimentos de moradia).

Em que pese o debate e a institucionalidade participativa que vinham sendo construídos pelo campo democrático-popular, com destaque para a interação entre o Fórum Nacional de Reforma Urbana e o Ministério das Cidades (criado pelo governo Lula), toda a definição do PMCMV havia passado ao largo dessas instâncias¹⁰⁷. O molde do PMCMV-E foi baseado no programa geral, agregando elementos do já existente Programa de Crédito Solidário – PCS (criado em 2005), destinado a projetos habitacionais de autogestão dos movimentos sociais, operado por meio do FDS e da CEF. O financiamento foi feito com recursos da União através do Fundo Garantidor (FG), que visava oferecer garantia de crédito pelo governo nos contratos de financiamento habitacional. Ao longo da implementação do programa, movimentos de moradia fizeram inúmeras mobilizações para incrementar ou ajustar sua operacionalidade às especificidades das Entidades, porém, nenhuma mudança ocorreu na estrutura do programa, como atrelá-lo à política fundiária.

Assim, se, por um lado, os movimentos continuam a não participar efetivamente dos processos decisórios da política habitacional, por outro, eles foram incluídos na lista de atores contemplados com a distribuição dos benefícios dos investimentos na área. Passaram a integrar o jogo do controle da distribuição dos ativos políticos do governo, juntamente com lideranças e grupos partidários de sua base (ROLNIK, 2015; TATAGIBA e TEIXEIRA, 2014). Nessa modalidade Entidades acabaria por se produzir outra face do consenso lulista, envolvendo entidades historicamente vinculadas à luta pela Reforma Urbana e legitimando a política habitacional.

Vale destacar ainda que o programa, necessariamente, enreda os movimentos sociais mais expressivos na interação com o Estado, uma vez que o público-alvo da política pública coincide com a base social dos movimentos. Mesmo aqueles movimentos que não participaram dos encaminhamentos que resultaram no PMCMV-E ou que não atuavam nas instâncias participativas, como o MTST, buscaram inserção no programa.

Como dissemos, o MTST já vinha reivindicando uma política habitacional popular e subsidiada e passou a pleitear o PMCMV desde o seu início. Porém, fazia isso atuando por fora

¹⁰⁷ Nessa época, equipes e grupos ligadas ao movimento de Reforma Urbana discutiam a Habitação de Interesse Social por meio de um Sistema Nacional de Habitação Social e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, originários do projeto de lei de iniciativa popular apresentado em 1991 e aprovado em 2005. Isso resultou na formulação do Plano Nacional de Habitação (PlanHab), que contemplava as diversidades regionais e propunha a articulação com o Conselho das Cidades, criado em 2003. Dessa articulação e da Campanha pela Moradia Digna, resultou uma “Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para vincular 2% dos recursos orçamentários da União e 1% dos estados, Distrito Federal e municípios aos seus respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social, lastreando de forma permanente a política nacional de produção habitacional” (Santo Amore, 2015, p. 15).

dos fóruns participativos e das articulações do campo democrático-popular, e por meio de ações diretas e mobilizações. É nesse contexto que se dá o acorrentamento de militantes no portão do prédio onde residia o presidente Lula, em São Bernardo do Campo/SP, apontado neste trabalho como uma das novas formas de manifestação que o movimento assumia. O foco dessa ação era a inclusão do movimento no programa e a participação ativa do governo federal nas negociações do MTST em todas as regiões e estados onde ele está presente (GOULART, 2011, p.56)¹⁰⁸. Ainda em 2009, o MTST participou da Frente Nacional de Movimentos Urbanos e, em 2010, realizou mais uma jornada nacional de lutas, denominada “Minha Casa, Minha Luta”, a partir da qual se iniciaram seis ocupações no estado de São Paulo. Na RMSP surgiram a ocupação Che Guevara, em Taboão da Serra/SP, e mais duas em Santo André: Nova Palestina e Santa Cristina. No mesmo ano, há o I Encontro Nacional, acentuando a nacionalização do MTST, que já estava em SP, RJ, DF, PE, AM, PA e RR. Nesse sentido, a estratégia de expansão convergiu com o lançamento do PMCMV-E, e o movimento concentrou suas reivindicações em torno do programa.

A adesão do MTST ao PMCMV-E está associada às dificuldades não só com o trabalho de base numa periferia heterogênea e atravessada por relações de mercado, como para atender às demandas imediatas da base, cuja parcela social é incluída pela primeira vez nos programas de habitação. O lançamento do maior programa habitacional do país, após vinte anos de interrupção do investimento público federal, criou expectativa de obtenção do item de consumo mais caro das famílias, o que se traduziu no cadastramento de 18 milhões delas ao programa. Mesmo se o movimento quisesse, seria impossível não aderir ao programa ou opor-se à ele. Desse modo, o PMCMV delimita a ação coletiva nessa área e aproxima práticas e movimentos.

Na compreensão do MTST, o programa fortaleceria sua atuação, por criar possibilidade concreta de disputar os fundos públicos e angariar recursos materiais às suas bases. Procura assim inverter a equação, enxergando no cadastramento de 18 milhões de famílias no programa uma potência organizativa que passa a operá-lo para fortalecer-se politicamente. Por entender que é o interesse material pela moradia que aciona as pessoas à luta coletiva, considera que oferecer resultados imediatos é fundamental para avançar no “acúmulo de forças”. De fato, a pesquisa nas ocupações revela que a imensa maioria das pessoas chegadas a elas eram motivadas pela possibilidade de conseguir moradia e, até então, desconheciam o MTST.

A gente vinha disputando, fazendo a luta, pressionando o governo, mas não tinha

¹⁰⁸ Além da inclusão no programa, o movimento obteve a liberação e o recurso do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para a urbanização da ocupação Anita Garibaldi, um investimento complementar junto à CDHU e a abertura das negociações com a prefeitura de Mauá/SP.

política de habitação. Quando surge o PMCMV, é uma chance no fim do túnel para a gente disputar, e a gente faz essa aposta. É claro que o PMCMV não é a finalidade do movimento, mas é a única forma hoje de fazer negociação de moradia. O PMCMV é uma Medida Provisória, não é uma política de habitação popular. Hoje, com todas as dificuldades de negociação e o ajuste fiscal, a gente já tem feito avaliações de como vamos nos resolver depois do PMCMV, senão continuar... Então, a gente sabe que não pode parar aí... A base do Movimento é a ocupação, sem ocupação não existe o Movimento. (A.P., Militante do MTST SP – apresentação sobre o movimento na ocupação Nova Palestina, registrada pela autora em 17/10/2015)

Com essa perspectiva “instrumental” do PMCMV, o MTST se colocou nas negociações com o governo e na relação com o Estado visando aos recursos do programa, enquanto manteve as críticas a ele. Apoiando-se numa leitura academicamente bem informada, a principal crítica do MTST ao PMCMV acusa o conteúdo econômico do programa em favor das construtoras e os impactos disso sobre a segregação urbana¹⁰⁹.

O anúncio do PMCMV, em 2009, com o orçamento de 34 bilhões para a construção de 1 milhão de unidades habitacionais, como resposta à crise internacional, mudou o rumo do setor imobiliário no país. 2009 tornou-se o ano das construtoras. (J.R. militante do MTST SP – Revista Territórios (MTST), 2015, p.23)

O PMCMV tem duas questões: primeira, a quem e para que serve o Programa; segunda, a quem e para que serve a cidade em que ele se insere? (...) O PMCMV é um programa filho de uma lógica que ruiu, a lógica do ‘ganha-ganha’, em torno da qual se organizaram os governos do PT. As empreiteiras estavam quebrando, as taxas de retorno das obras eram cada vez menores. O que se consolidou com todo o debate que se fez sobre o direito à cidade, que culminou nas Conferências e toda uma lógica que os movimentos produziram, o governo de pronto rompeu com elas e criou o PMCMV, que é moradia subsidiada para muita gente poder morar e esse subsídio foi direto para as construtoras, elas ganham muito no processo de construção. Como resultado, você tem um incremento de fato na produção de moradia e um incremento na taxa de lucro das construtoras, que aliás, foram as mesmas que financiaram a campanha na eleição anterior. Só que essa política de subsídio agora já não é possível por conta do ajuste fiscal. (...) Enquanto não se mexer na gestão do solo que segue o princípio de mercado, todas as políticas são inócuas, é tirar de colher enquanto o sistema põe de pá. (G.S. Militante do MTST SP – Debate Quatro, em 18/08/2015)¹¹⁰

Em contrapartida, o movimento ressalta a desproporção da modalidade Entidades em relação ao conjunto dos investimentos e propõe ajustes a ele. Apesar de este ser um ponto importante na disputa pelos fundos públicos, os recursos do PMCMV destinados à modalidade Entidades nunca foram totalmente executados. Estudos, como o de Camargo (2016), ressaltam dificuldades impostas pela “profissionalização” e a “novela” da contratação.

Conforme a proposta do PMCMV-E, a Entidade Organizadora (EO) se responsabiliza

¹⁰⁹ Ver: cartilha lançada em 2011, “Minha Casa Minha Vida resolve nosso problema?”

¹¹⁰ Disponível

<https://www.youtube.com/watch?v=WAvRhauLKH0&list=PLlm4nSpvW315rRcKYatjcBGau-YbSCamR&index=13>. Acesso em 10 set. 2016.

pelo contrato, seleção, organização e indicação dos beneficiários, que devem se enquadrar nas regras gerais do programa, o que inclui a inscrição e a submissão aos critérios do CadÚnico. O regime de construção pode ser feito por *autogestão* (autoconstrução, mutirão, administração direta), em que a Entidade executa as obras do empreendimento, ou *cogestão* (empreitada global)¹¹¹, em que a Entidade gere o empreendimento, contratando sua execução¹¹². Enquanto o primeiro remete aos mutirões de autoconstrução baseados no tripé de movimentos sociais, assessoria técnica e poder público, o segundo é próprio do novo desenho habitacional, em que a produção é contratada no mercado.

O regime de produção das moradias adotado pelo MTST é a empreitada global, com o acordo de parte da mão de obra contratada pela construtora ser de integrantes das ocupações. A opção feita por esse modelo de produção envolve as características do movimento e uma leitura de suas lideranças acerca dos chamados mutirões, dos quais o MTST não carrega a experiência, e que legaram aos movimentos de moradia ligados ao campo democrático-popular um saber tácito e uma vinculação aos bairros. As declarações e posicionamentos das lideranças do MTST sobre mutirões e autoconstrução são inspiradas na leitura crítica da superexploração do trabalho, apontada por Francisco de Oliveira. Para o MTST, o envolvimento na obra raramente resulta em politização, ao mesmo tempo que desmobiliza para as atividades políticas, consumindo todo o tempo das pessoas no canteiro de obras e seus cronogramas fixados. Isso afetaria a tática do movimento, centrada na capacidade de mobilização nas ruas e ocupações.

O primeiro empreendimento do MTST foi pleiteado logo no início do programa, como solução habitacional para as ocupações Chico Mendes e João Cândido, que já estavam há cerca de cinco anos em luta e passavam por desgaste. O projeto foi feito em consórcio com outro movimento social local e previa, inicialmente, 1.100 unidades habitacionais em um terreno de ZEIS em Taboão da Serra, na Grande São Paulo¹¹³. A aproximação com esse movimento e todo o processo de elaboração e negociação do processo é objeto de críticas quanto ao pragmatismo político e à centralização das decisões na figura da principal liderança do MTST. Não cabe aqui tratar do processo de execução do empreendimento, apenas sinalizar que ele envolve tensões

¹¹¹ Definições dadas pela Resolução 200, de 5 de agosto de 2014.

¹¹² Cabe destacar que esses formatos não são inteiramente padronizados e que cada empreendimento é um processo individual. O regime de construção mais contratado é o de administração direta, composto, assim, por elementos porosos que deslizam entre procedimentos que caracterizam a autogestão habitacional e o regime de empreitada global. Além disso, são muitas as especificidades locais, as possibilidades de arranjos entre os atores presentes no processo.

¹¹³ A atuação do MTST se deu por meio da criação de uma Associação que assumiu o papel de EO, mas na prática quem assumiu a intermediação foram as lideranças do movimento.

entre os modos de produção do espaço urbano e as estratégias políticas do movimento¹¹⁴.

As obras iniciadas em 2013 foram concluídas em 2014 com a entrega de 192 apartamentos para cada empreendimento, e, em 2019, foram entregues mais 192 para cada um, totalizando 768 unidades habitacionais entregues. Este foi o primeiro empreendimento entregue do PMCMV-E e contou com a presença do ex-Presidente Lula (PT) no local. No ato da entrega das chaves, a liderança do MTST afirmou em discurso as vantagens dos empreendimentos realizados pela gestão do movimento.

É o maior apartamento do programa no país. E está sendo feito com o mesmo recurso que outros, que fazem algo menor. Isso demonstra que a modalidade Entidades tem de ser ampliada e fortalecida. O modelo sofre muita resistência, porque tem muita gente nesse país que acha que o povo não sabe gerir projeto. (...) Se o subsídio não existisse, 95% dos companheiros aqui hoje não poderiam conseguir suas casas. E a gente crítica, às vezes, por entender que o subsídio precisa melhorar (Guilherme Boulos, liderança do MTST, 2019)¹¹⁵

Após idas e vindas, uma complicada relação de assessoria técnica e disputas entre ela, a construtora e a CDHU, o projeto urbanístico contestatório da USINA-CTAH se reduziria à construção de apartamentos de 56m² a 63m², um pouco maiores que o mínimo exigido (39m²). Essa seria a “marca” do MTST junto ao programa, que, pela sua “gestão eficiente”, conseguira reduzir o lucro das construtoras em favor da melhor qualidade das moradias.

O outro empreendimento gerido pelo MTST foi realizado em Santo André/SP, resultado das ocupações Santo Dias e Novo Pinheiro, e deram origem a dois condomínios, um com 410 unidades habitacionais e outro com 500, todos com 54m², entregues em 2019. Na ocasião da entrega das chaves, Guilherme Boulos lembrou que “o Minha Casa Minha Vida foi lançado em 2009, pelo ex-presidente Lula, que hoje está injustamente preso”¹¹⁶.

A realização das chamadas “conquistas” é fundamental tanto pela relevância da moradia na vida das pessoas envolvidas, quanto para a própria dinâmica da luta. Não há dúvidas de que o PMCMV-E fortaleceu a atuação política do MTST, convergindo com seu movimento de expansão nacional. Por outro lado, também é fato que o programa delimitou a agenda urbana do movimento. As principais mobilizações do MTST entre 2014 e 2015 tiveram como foco o

¹¹⁴ Para uma análise aprofundada sobre esse processo de definição dos empreendimentos e os modelos em disputa, ver Camargo (2016).

¹¹⁵ Rede Brasil Atual, 21/12/2014. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/12/primeiro-minha-casa-minha-vida-com-gestao-popular-e-entregue-em-sao-paulo-4657.html> Acesso em 20 mai 2018.

¹¹⁶ Ver: MTST, 19/03/2019. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/chave-na-mao-mtst-entrega-910-apartamentos-para-familias-em-santo-andre/> Acesso em 20 mar de 2019.

PMCMV-E, que, desde então, passa por restrições orçamentárias¹¹⁷. Vale notar que o PMCMV foi concebido como um programa social num conjunto de medidas anticíclicas, portanto, não se trata de uma política social de Estado pautada pela garantia de direitos, o que o torna “flexível” ou instável diante da conjuntura política e econômica. Isso atrela mais ainda a ação dos movimentos em torno da dinâmica política dos governos, atuando sempre no horizonte do presente com que opera a gestão no neoliberalismo.

Até 2018, o MTST tinha 33 ocupações no estado de São Paulo, a maior parte na região metropolitana¹¹⁸. Com exceção dos dois empreendimentos comentados anteriormente, todas as demais ocupações estavam em situação indefinida, como a própria Nova Palestina, e mesmo as que tinham projeto aprovado não conseguiam acessar os recursos para viabilizar os empreendimentos. Referindo-se aos longos processos de luta pela viabilização da moradia, J.B., coordenadora da ocupação Nova Palestina, questiona o sentido daquilo tudo.

Tudo o que se consegue é com muita pressão... A Dilma poderia ter feito muito mais, mas não fez, não dá para entender. Tudo é embarreado em muita burocracia, para liberar a área, para a liberação dos recursos... Sabe... deveria ser mais facilitado, até pela dificuldade que as pessoas passam. Não faz sentido. (J.B. Militante, coordenadora do MTST na Nova Palestina, conversa registrada pela autora em 13/04/2018)

Para participar do programa, há uma série de restrições e exigências de ordem jurídica e arquitetônica que dificultam o enquadramento das instituições e dos projetos. Uma das dificuldades nas grandes cidades está relacionada à valorização dos imóveis e à dificuldade em conseguir um compatível com os critérios do programa, visto que só 15% dos recursos podem ser gastos com a aquisição do terreno. Ao mesmo tempo, o padrão de construção, restrito a três pavimentos, exige uma quantidade maior de torres e, portanto, uma área maior para atender ao número de moradias, que não pode ultrapassar o de 2.500 unidades por empreendimento. Isso restringe o tamanho do terreno e a localização das moradias populares, cada vez mais distantes dos centros urbanos. Indiretamente, afeta também as possibilidades de ocupação, já que não é qualquer terreno que se torna viável.

Assim, o movimento se vê enredado numa teia de exigências técnicas e processos burocráticos que, ao mesmo tempo, restringem as possibilidades de ocupação e realização da moradia, e colocam a necessidade de fazer novas lutas sociais, seja para vencer a burocracia, seja para buscar novos recursos. Por outro lado, a simples flexibilização dos valores no

¹¹⁷ Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que reiteradamente os discursos e falas dos representantes do MTST assinalam os limites de sustentação do programa, baseado na “lógica do ganha-ganha”.

¹¹⁸ Ver: Apêndice B.

programa não apenas não viabilizariam as construções, como poderiam alimentar a especulação do mercado imobiliário, valorizando ainda mais a venda.

Ainda sobre os impactos decorrentes do deslocamento da execução da política para aqueles que a reivindicam, especialmente quando essa ação é separada da dimensão decisória, merecem atenção os processos de normalização operados pela lógica do mercado através do programa. Como sustenta o trabalho de Camargo (2016), o desenho operacional do programa envolve apropriação e modelagem de saberes e práticas da tradição autogestionária, atrelando os movimentos de luta por moradia mais significativos, redefinindo relações e arranjos institucionais que conformam o campo de atuação dos movimentos sociais dentro do que considero uma *racionalidade de mercado*.

Apesar de corresponder a uma parcela muito pequena do Programa – cerca de 1,5% dos contratos e 1,2% das unidades contratadas¹¹⁹ –, o PMCMV-E teve impacto político paradigmático em relação aos movimentos sociais. Comparando as interações entre os agentes no antigo modelo de autogestão habitacional e atual configuração, Camargo (2016, p.84) observa uma complexificação das relações entre eles, em que a figura da Entidade Organizadora aparecerá com relativo protagonismo junto aos Movimentos de Moradia. Já as assessorias técnicas não estão mais configuradas como na era dos mutirões, e acabam sendo realizadas por profissionais independentes numa relação de prestação de serviço, ou por profissionais da área que apoiam e ajudam a elaborar os projetos. O Estado, como foi dito, aparece na figura da CEF, como agente financeiro das operações de mercado; é pelo banco que ele se relaciona com as entidades, e o Ministério das Cidades estabelece as diretrizes e decide sobre as exceções.

No que se refere aos movimentos sociais, Arantes e Fix (2009) apontavam que a regulação normativa do PMCMV-E poderia abrir espaço para o desenvolvimento de projetos auto-organizados pelos movimentos sociais, mas também poderia induzir à disputa entre eles. No entanto, a análise de Camargo (2016) mostra que o problema foi menos o da competição e mais os obstáculos colocados em termos de uma “profissionalização” para a operacionalização do programa, que os induziu à lógica do mercado. Destacarei a seguir apenas alguns aspectos da operacionalização do programa¹²⁰, que – numa alusão às formulações de Dardot e Laval (2016) – poderíamos considerar extensão da forma empresa e do princípio da concorrência para o campo político organizado.

¹¹⁹ Dados relativos às fases I e II até 2015 (CAMARGO, 2016).

¹²⁰ Ver: Manual MCMV-Entidades, Caixa Econômica Federal. Disponível em: https://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/MANUAL_MCMV_ENTIDADES.pdf Acesso em 25 jun. 2018.

Para acessar o programa, é preciso ser “habilitado” para operar as relações empresariais e financeiras inerentes a ele e à gestão do empreendimento. Para isso, são estabelecidos critérios e especificidades jurídicas semelhantes aos das empresas. Surge então a figura da Entidade ou Organização Social (OS), a qual passa por um enquadramento: tempo de existência, estatuto com permissão para construção, entre outros. Essas EOs aparecem junto com os movimentos, mas não se confundem com eles e pode ou não haver vínculo político entre ambos¹²¹. São elas que buscam recursos do programa para contratar projetos habitacionais, respondendo à CEF por todo o processo de documentação, indicação de demanda, viabilização do projeto, uso de recursos. Elas representam juridicamente as famílias beneficiadas, porém, assumem autonomia técnica, financeira e jurídica junto ao que seria a base do movimento. Nessa articulação, cabe aos movimentos de moradia se voltarem à reivindicação constante por recursos e adequação das normas, buscando responder às bases. Além disso, vários processos e recursos junto às prefeituras e governo são obtidos por meio de mobilização e pressão política.

A filiação das entidades organizadoras de empreendimentos aos movimentos nacionais de moradia não está presente nos dados oficiais do programa, e analisá-los, para além de quantificá-los, é uma tarefa árdua, visto os diferentes graus de vinculação estabelecidos e os limites bastante porosos presentes nas formas de atuação das entidades. O que se nota é que o desenho operacional do programa, suas formas de operação e sua capilaridade embaralham associações oriundas dos movimentos sociais com instituições que se conformam como Organizações Sociais de todos os tipos, o que se constitui em um campo que abrange desde organizações religiosas até fundações de origem empresarial. (CAMARGO, 2016, p.137-38)

Portanto, a introdução da figura das EOs, além de criar toda uma gama de organizações de natureza muito diversa num mesmo campo de ação, borrando os contornos dos atores políticos, também cria uma “dupla personalidade” para os movimentos sociais, habilitando-os como agentes econômicos no mercado, orientados por parâmetros jurídicos e mecanismos do sistema de crédito. Nesse sentido, aponta para uma confluência entre ação coletiva e mercado. Areladas a isso estão as definições entre a “base social”, constituída na participação política, e os “beneficiários” dos programas, o “público alvo” constituído a partir de critérios socioeconômicos dados pelo Estado, gerando, assim, toda uma (con)fusão no interior mesmo do campo político organizado e de seus propósitos.

A qualificação da EO junto à CEF define ainda sua área de atuação e capacidade de contratação, com os seguintes critérios: capacidade técnica e de mobilização mensurada com base em experiências anteriores de autogestão; articulação com outros agentes (públicos ou

¹²¹ Inclusive, pode-se usar uma Entidade emprestada, e, em alguns casos, empresas não habilitadas na modalidade Construtoras passam a “alugar” entidades para acessar recursos na modalidade Entidades (CAMARGO, 2016).

privados) em empreendimentos anteriores; experiência em projetos participativos; atuação na capacitação e mobilização dos associados na área de habitação; participação em eventos ou conselhos de formulação e controle de políticas públicas na área (CAMARGO, 2016). Esses critérios configuraram duas tendências entre os movimentos: a) a “especialização” técnica das organizações, sejam as tradicionalmente dedicadas à autoconstrução, sejam as que surgem no campo já orientadas para atuar no mercado social; b) a “instrumentalização” da mobilização social, especialmente ao absorver movimentos recentes, que não têm acúmulo técnico constituído, mas detêm grande capacidade de mobilização e utilizam o mecanismo de Empreitada Global para realizar os empreendimentos.

Desse modo, o programa captura todas as formas de participação e mobilização, mesmo as de atuação territorial, como o MTST, por tornar a capacidade de organização um critério de obtenção dos recursos, reforçando, assim, novos mecanismos do já instaurado processo de institucionalização. Se, por um lado, a participação no movimento aumenta, por outro, as possibilidades de politização ficam mais circunscritas. Quanto ao mercado, o modo de funcionamento do programa estimula ou aprofunda as suas práticas, à medida que instaura um “mercado de Entidades” não tanto pela disputa dos recursos, mas pela dinâmica econômica na qual são inseridas, orientando-as pela busca de “eficiência” na execução dos projetos.

Ganham espaço as entidades “mais profissionais”, e que, por isso mesmo, são verdadeiras “máquinas de produzir moradias”. Distantes da agenda de lutas e reivindicações, inclusive aquela reduzida que focaliza de modo bastante específico a operacionalidade do programa MCMV Entidades, por um lado se aproveitarão das conquistas, ainda que pontuais, resultantes desse processo, por outro, em suas articulações e formas de atuação, lançarão mão de novas estratégias inscritas em um universo de dimensão privada e em uma lógica de incorporação no e pelo mercado. (CAMARGO, 2016, p.279)

Um aspecto reiteradamente apresentado pela bibliografia é a disputa por terrenos para a qual as entidades e os movimentos de moradia são empurrados pela operacionalidade do programa, alimentando a lógica da *cidade como negócio*. Isso porque, na modalidade Entidades, sob regime de autogestão, pode-se estabelecer um contrato preliminar específico para a compra do terreno e pagamento antecipado dos projetos, o que foi concedido como uma “vantagem competitiva” para as Entidades em vista das disputas por terra num mercado bastante aquecido, inclusive, por conta do próprio PMCMV. Outro aspecto apontado é a contiguidade dos contratos, em que os consórcios entre as EOs reúnem vários projetos num mesmo terreno, configurando grandes conjuntos habitacionais. Nesse sentido, as análises sobre a modalidade Entidades sustentam que ela não difere da modalidade Construtora, no que diz respeito à lógica de produção do espaço urbano.

O PMCMV, como um todo, tem impactos dilemáticos sobre a dinâmica urbana, pois se, por um lado, possibilitou a construção de 4.157.273 novas moradias, atendendo à população de baixa renda¹²² de forma inédita, com subsídios quase integrais e melhorias reais nos modos de habitar, por outro, desarticulou a política urbana e fundiária, complexificou a problemática urbana nas periferias das cidades brasileiras e acentuou os processos de valorização e inflação imobiliária¹²³. Nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, os preços dos imóveis aumentaram 88% acima do índice geral de preços. Entre 2008 e 2014, o aumento foi de até 250%, segundo o índice FIPE-ZAP, enquanto os custos de produção da construção civil subiram 61%, segundo o Índice Nacional de Custo da Construção Civil (INCC), e a renda real *per capita* subiu 18%.

No que se refere aos conflitos urbanos, enquanto o PMCMV afeta a dinâmica urbana agravando a crise, também abre um campo de disputa pelos fundos públicos, revelando aí um dos embates desencadeados pelo neoliberalismo. Assim, tão logo a crise econômica se agravou e o governo mudou de orientação política, os recursos da modalidade Entidades foram os primeiros a serem atingidas pelos cortes. Isso mostra que o neoliberalismo deixa muito estreitas as margens de atuação social por meio do direito público e da proteção social, bem como coloca em xeque a estratégia da socialdemocracia, como pontuam Dardot e Laval (2016).

2.4. Transições: entre a política institucional nacional e os territórios urbanos

Como visto até aqui, o MTST se reposicionou no campo político, com uma atuação intermediária entre a ação institucional, da esquerda tradicional ligada ao ciclo de democratização, e a ação direta, da esquerda autonomista associada a junho de 2013. Ele se dirige tanto à disputa pelos fundos públicos (por meio do PMCMV-E e reiterando a agenda dos direitos sociais trazida do ciclo político de democratização), quanto aos conflitos urbanos (por meio das ocupações urbanas e mobilizações sociais em torno do direito à cidade).

Portanto, nesse período em que se abre um novo ciclo de lutas, o MTST oscila entre a inserção territorial e a política nacional; entre uma agenda pautada pelos conflitos urbanos e centrada nas cidades e outra pautada pelo trabalho e centrada na política nacional institucional. Essa tendência se reflete nas frentes de articulação política que o movimento vem construindo: a Frente Povo sem Medo e a Frente de Resistência Urbana, que estão em constante redefinição,

¹²² Os dados correspondem ao período de abril de 2009 à dezembro de 2015. Segundo a CEF, 70,4% destas unidades foram concluídas e 60,4% foram entregues. Ver: <http://mcmv.caixa.gov.br/numeros/>.

¹²³ Sobre os impactos do MCMV há uma extensa bibliografia. Entre outros, ver: Arantes e Fix (2009), Fix (2011), Shimbo (2010); Rolnik (2015); Amore (2015); Camargo (2016); Falchetti (2019).

conforme a correlação de forças.

A Frente Povo sem Medo foi lançada em 2015, após grandes ondas de manifestações, com o fim de agregar setores e pautas da sociedade, para construir uma alternativa de esquerda com um programa de reformas populares. Ela agrega diversos movimentos, alguns sindicatos e partidos de esquerda, mas tem uma estrutura mais fluída que as organizações tradicionais¹²⁴. Desde que foi criada, ela passou por experimentações e reformulações, modelando-se com o contexto sociopolítico¹²⁵, o que inclui o lançamento da candidatura de Guilherme Boulos à Presidente da República em 2018. Atualmente, orienta-se em duas dimensões: no cenário nacional, dirige-se à política institucional, fazendo oposição e reivindicações ao governo em temas ligados ao trabalho e à moradia; nos territórios urbanos, busca reconstituir núcleos políticos em bairros do centro e da periferia, junto a outras organizações locais e partidos de esquerda, especialmente o PSOL. A partir dela, também foram organizados coletivos de intersecção voltados a questões transversais. Exemplo disso é a Povo sem Medo LGBT, que intervém nas ocupações com rodas de conversa e discussão sobre o tema.

Já a Frente de Resistência Urbana foi criada em 2007 pelo MTST com movimentos urbanos que partilham de experiência e perspectiva comuns acerca dos conflitos urbanos e buscavam atuar fora das instituições, com vistas a construir outra proposta de reforma urbana, denominada anticapitalista. Mais recentemente, a Frente de Resistência Urbana tem construído uma integração latino-americana e retomado a referência dos movimentos “antiglobalização”, elegendo a centralidade das cidades e seus territórios populares na luta anticapitalista.

O capitalismo está a avançar a passos largos, com as suas cidades mercantilizadas onde tudo funciona em relação ao valor do m², onde um novo modelo de destruição e deslocamento que expulsa os setores populares é vivido. Mas o modelo das cidades está em disputa. Frente a essas metrópoles de expulsão, os setores populares criam o modelo da revolução urbana: cidades onde o protagonismo popular é a solução para os problemas que enfrentamos hoje, onde construímos uma vida digna, para um bem viver, cidades que contemplam novas formas de produção, comercialização, habitação, educação, cultura, trabalho.

Ainda temos o desafio de avançar para a integração popular urbana em todo o continente de nossa América. A luta pela liberdade é a luta das pessoas e devemos encontrar formas de articular e coordenar, criar um projeto comum de socialismo, feminismo e soberania popular que prefigura práticas concretas que nos permitem opor-nos ao projeto do capitalismo, do imperialismo e o patriarcado, o projeto dos ricos e poderosos no continente. Não podemos delegar nossas lutas, devemos ser protagonistas, “a libertação do povo será o trabalho da luta e a organização das próprias pessoas”, portanto, a tarefa é conhecer, conhecer, articular e coordenar. Nós somos as e os despossuídos das cidades, os povos que se organizam para defender o

¹²⁴ A Frente foi criada pelo MTST e, além dele, é composta por MTST, CUT, Juntos! e Rua (PSOL), UJS e CTB (PC do B), além de intelectuais e artistas. O MTST e o PSOL são os participantes mais ativos.

¹²⁵ Inicialmente fez ações contra políticas de austeridade fiscal do governo Dilma (PT), depois promoveu mobilizações políticas contra o golpe. Antes da eleição, criou a Plataforma Vamos e passou a organizar uma plataforma para construir uma agenda política. Por fim, vieram os núcleos de bairro no bojo da Periferia Ativa.

território, aqueles que ainda lutam pela liberdade, que começaram a construir a Frente de Resistência Urbana pelos Territórios para a Vida Digna e o Bem Viver. (Declaração da Frente de Resistencia Urbana, dezembro de 2017 – grifos da autora)¹²⁶.

Essa formulação se aproxima, inclusive no léxico, dos debates acadêmicos e intelectuais que apresentamos inicialmente neste trabalho, mesmo porque há uma grande circulação desses debates entre intelectuais e movimentos urbanos. É prematuro, nem é tarefa deste trabalho, fazer apontamentos sobre essa iniciativa e tantas outras que se ensaiam no campo da ação coletiva. Vale registrar, porém, que suas manifestações indicam que o pensar e fazer a política estão em mutação, o que exige outra gramática para a ação coletiva, capaz de definir campos de disputa e construir alternativas sociais próprias ao tempo. Nesse sentido, a noção de direito à cidade como defesa do comum, em oposição à crescente mercantilização/comodificação do espaço e da vida urbana, pode ser uma saída para a ação coletiva.

A vocalização do direito à cidade, presente nesse novo ciclo de lutas, revelou um deslocamento do lugar das cidades na ação coletiva. Embora já estivesse presente no debate institucional dos movimentos de moradia e na plataforma do Movimento de Reforma Urbana, a noção de direito à cidade, no Brasil, se restringia ao debate sobre a formulação de instrumentos de planejamento urbano, pautado pela luta dos anos 1980 por urbanização dos bairros e acesso aos equipamentos públicos. A partir dos protestos de junho de 2013, esse enunciado se difunde, quando o MPL passa a pôr em pauta a circulação e o acesso à cidade. Durante os protestos da Copa, o direito à cidade foi bastante vocalizado nas declarações públicas de lideranças políticas, como Guilherme Boulos, contestando situações de violência envolvendo espaços urbanos, e expulsões decorrentes das obras dos megaeventos.

Quando os movimentos que lutam por moradia identificam nos projetos urbanísticos e megaeventos os nexos do problema que enfrentam, eles passam a tomar a cidade como o centro de disputa. Conforme as grandes cidades se tornam o centro das lutas sociais recentes, o direito à cidade figura como um campo de gravitação que congrega os mais variados atores sociais, mais ou menos organizados. Nele, são condensadas tanto a crítica às desigualdades sociais e à democracia liberal, quanto a projeção de outro modo de vida. Colocar as cidades no centro dos conflitos traz para as lutas sociais outro paradigma espaço-temporal, que conecta o local ao global e coloca em órbita movimentos, ativistas e coletivos do mundo todo.

As lutas por moradia, terra urbana e transporte público poderiam ser vocalizadas a partir de direitos específicos, mas, ao serem vinculadas ao direito à cidade, os movimentos sociais

¹²⁶ Ver: <https://pt-br.facebook.com/ResistenciaUrbanaFrenteNacionaldeMovimentos>

deixam de compreendê-las como questões isoladas a serem negociadas em secretarias e ministérios específicos dos poderes institucionais e passam a reivindicar a cidade como um *comum*. Articulados com outros movimentos, cujas lutas enfatizam outras dimensões da vida urbana – cultura, lazer, meio ambiente, espaços coletivos, diversidade social –, os movimentos podem encontrar, no direito à cidade, uma plataforma política comum.

Até aqui, no entanto, podemos dizer que, se junho de 2013 realizou a cidade como espaço de *encontros* e *conflitos*, nos termos de Lefebvre (2008), condensando tensões e constelando insurgências, o repertório das ocupações urbanas persistira como resistência aos processos mercantilizados de produção do espaço urbano. Elas constituem o principal elo entre o ciclo de lutas anterior e o atual, por meio do qual o MTST reformula e reposiciona sua atuação ao longo de sua trajetória.

Em vista disso, os capítulos seguintes tratam da ocupação Nova Palestina, organizada em 2013 pelo MTST, na periferia de São Paulo. A partir dela e de seus integrantes, são abordados os impactos do neoliberalismo sobre as formas de habitar e trabalhar na cidade, bem como a experiência política da ocupação. No próximo capítulo, voltando-se para a realidade urbana da periferia de São Paulo, procuro descrever deslocamentos socio-históricos de delimitam o conflito urbano figurado nas ocupações.

Imagem 4 – Protestos do MTST na Avenida Paulista (2014)

Imagem 5 – Protesto da Frente Povo sem Medo (2016)

Imagem 6 – Ocupação Povo sem Medo, São Bernardo do Campo – RMSP (2017)

Fonte: UOL

CAPÍTULO 3 – OCUPANDO A PERIFERIA: O CONFLITO SOCIAL NAS MARGENS DA METROPOLE

Como visto, tal qual os movimentos do centro da cidade, o MTST atua por meio de ocupações urbanas, porém, as organiza nas periferias, como faziam os movimentos de moradia dos anos 1980. Com o impulso do novo ciclo de lutas pós-junho de 2013, a preponderância adquirida pelo MTST põe a periferia no centro dos conflitos em torno da moradia. Emblematicamente, logo após os protestos de junho de 2013, ergue-se a maior ocupação da cidade de São Paulo, a Nova Palestina, que chegou a reunir oito mil famílias.

Observando esse contexto, neste capítulo, tematizo as dinâmicas que presidiram a produção das periferias urbanas e o modo como afetam as condições de inserção urbana dos trabalhadores. O objetivo é apontar processos sociais que fundamentam o conflito social contido na luta do MTST, e que circunscrevem a emergência das megaocupações nas periferias. Para tanto, observo o território do Jardim Ângela, onde se localiza a ocupação Nova Palestina, reconstituindo os modos de ocupação do solo e de habitação, com vista a identificar os deslocamentos que atualizam a problemática urbana.

Ao analisar o conflito envolvendo a luta por moradia, parte-se da compreensão de que ele está inscrito nos marcos da luta de classe, já que, como argumenta Galvão (2011, p. 110), “a exploração e a dominação de classe delimitam um campo de interesses, que vai ser construído na luta de classes”, e seus efeitos influem sobre os conflitos expressos pelos movimentos sociais. No caso, o conflito contido na luta por moradia implica considerar os antagonismos de classe inerentes à produção capitalista do espaço urbano na periferia do capitalismo.

Nessa perspectiva, as noções de periferias e segregação socioespacial, embora tenham passado por redefinições importantes nas duas últimas décadas, continuam sendo relevantes para compreender a metrópole de São Paulo, já que o processo de periferização estruturou a organização do espaço urbano (ROLNIK, 1997; VÉRAS, 1992). Segundo Tereza Caldeira, podemos identificar três padrões de configuração da segregação urbana da cidade de São Paulo: a) a que opõe cidade legal e cidade ilegal, predominante até os anos 40¹²⁷; b) a que demarca a relação centro-periferia, intensificada a partir da década de 50¹²⁸; e c) a que se estabelece a partir dos anos 80, dos chamados “enclaves fortificados”, caracterizada pela proximidade

¹²⁷ Para uma compreensão mais detalhada, ver Rolnik (1997).

¹²⁸ Para uma interpretação clássica a respeito, ver Kowarick (1979).

espacial dos diferentes grupos sociais, porém separados por muros e tecnologias de segurança, que bloqueiam a circulação e a interação em áreas comuns¹²⁹. Vale notar que essas configurações não são excludentes e há descontinuidades entre elas. Além disso, como analisa Maricato (2000), historicamente, todas elas são atravessadas por uma mesma lógica: a articulação entre poder público e poder econômico privado na constituição da chamada “cidade-mercadoria” – ou seja, a promoção de obras de infraestrutura urbana como forma de estímulo ao mercado imobiliário e não à democratização da cidade, o que resulta das alianças políticas entre os setores público e privado nos processos decisórios do governo.

Tendo em vista essas dinâmicas de produção da cidade, reconstituiremos esses processos, seguindo a formação do Jardim Ângela. Ao fazer isso, pretendo mostrar que as ocupações periféricas se inserem num contexto de redefinição dos modos de produção da cidade, figurando como expressão da crise urbana, ao mesmo tempo em que se movem, contraditoriamente, no terreno da gestão do social que atravessa os territórios periféricos.

3.1 A ocupação Nova Palestina e a luta por moradia nas fronteiras do Jardim Ângela

Em novembro de 2013, no calor dos protestos de junho de 2013, ergueu-se no “fundão” do Jardim Ângela a maior ocupação da capital paulista e da história pregressa do MTST. Em poucas semanas, a ocupação Nova Palestina reuniu aproximadamente 8 mil famílias, numa área de quase um milhão de hectares que estava desocupada há 40 anos. “A maior ocupação da América Latina, foi isso que repercutiu”, diz Marcos, integrante e coordenador na ocupação, ao falar do impacto causado pela imensidão de barracos de lona preta levantados do chão, que deslocou olhares do centro para a periferia.

¹²⁹ Para maiores detalhes, ver Caldeira (2000)

Imagem 6 – Região onde se localiza a Ocupação Nova Palestina (MTST), destacada pelo círculo vermelho.

Fonte: Google Earth, 10/10/2016.

3.1.1. A trajetória da ocupação nova Palestina: em busca de um lugar na cidade

Como foi dito, a estratégia do MTST combina confronto e negociação, por meio de ocupação e mobilização social, para obter acordos junto ao poder público. Além de ser considerada uma alternativa à participação institucional e ao alinhamento partidário, essa estratégia é vista como um modo de politização e construção de vínculos coletivos. Nesse período entre o ato de ocupar e a busca por solução habitacional, constitui-se a “luta”, termo usado pelos próprios ocupantes para explicar sua situação enquanto integrantes da ocupação.

A batalha jurídica e ambiental

Algumas semanas depois de iniciada a ocupação, o proprietário do terreno abriu um processo com pedido de reintegração de posse, por aconselhamento da subprefeitura do M’Boi Mirim, mas o juiz não concedeu a liminar e marcou uma audiência pública para dois meses depois. O terreno ocupado pelo MTST é uma propriedade particular localizada na sub-bacia do Rio Guarapiranga, classificada como área de preservação ambiental e que teve decretada sua desapropriação para a construção de um parque público pelo então prefeito Gilberto Kassab (DEM) em 2010¹³⁰. Nesses casos, a legislação ambiental permite o uso de apenas 10% da área, mas, até a chegada da ocupação, não constava nenhuma atividade de uso pelo proprietário. O MTST ocupou a porção de terra onde não havia cobertura vegetal, baseado nos preceitos da Constituição de 1988, que estabelece, em seu artigo 5º, a coincidência entre o *direito*

¹³⁰ Decreto nº 51.591/2010.

fundamental da propriedade e o *interesse coletivo*, dispondo do conceito de *função social da propriedade*, segundo o qual a propriedade – urbana ou rural – deve ser usada em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

No dia 08 de janeiro de 2014, em declarações à imprensa¹³¹, o Prefeito Fernando Haddad (PT, 2013-2016) alegou que não havia ação cabível ao governo e enfatizou que era “atribuição do proprietário evitar que uma área fosse ocupada e utilizada por outra finalidade que não a de um parque ou área de preservação”. Haddad anunciou a intenção de seguir com o plano do parque, pois a região também “precisa de oxigênio”, e disse que “não é justo que o pessoal da Zona Sul não tenha acesso a parques públicos”. A ocupação iria “degradar toda a região”, pois não caberiam “oito mil famílias ali”. Desqualificando o argumento do MTST sobre a função social da propriedade, o prefeito avaliou que “ao contrário do campo, na cidade não existe o conceito de área improdutiva, tem que ter respiros”. Mas os ocupantes lembraram o prefeito que a cerca de 100 metros da ocupação havia um dos maiores parques da cidade, pouco frequentado pelos moradores devido à falta de manutenção pelo poder público.

Na sequência, cerca de 6 mil pessoas fizeram uma manifestação na subprefeitura do M’Boi Mirim, exigindo encaminhamento da situação. Percorreram oito quilômetros a pé, das 4h às 7h, gerando lentidão no trânsito local, que é constituído por uma única via de acesso ao centro. Depois disso, seguiram à Marginal Pinheiros, onde travaram o fluxo nos dois sentidos por cerca de uma hora e meia. Na Assembleia de encerramento, Guilherme Boulos enfatizou que não havia negociação com governo que não se dispusesse a encaminhar propostas de solução.

O Secretário de Relações Governamentais da Prefeitura de São Paulo, João Antônio da Silva, veio a público reforçar que a área era de proteção ambiental. Embora reconhecesse que a reivindicação era por moradia, reclamou do “radicalismo” do MTST.

Alguns líderes do movimento vão além na perspectiva de construção de um novo poder no país, popular, de uma ruptura revolucionária. A gente entende, acha que é um movimento legítimo para um modelo de democracia que estamos construindo no Brasil e fortalecendo, mas torna a nossa relação com o movimento mais complexa na hora de negociar. Desapropriaríamos amanhã a área, se tivéssemos o dinheiro para fazer essa desapropriação. Mesmo assim, a legislação municipal, o Plano Diretor nos impede transformá-la numa área de habitação popular.”¹³²

¹³¹ Ver entrevista na TV Camara, 10/01/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UBMvtuYYL-U>. Acesso 24 de jul. 2017. Ver: G1, 10/01/2014. Disponível em <https://www.valor.com.br/politica/3391140/ocupacao-nova-palestina-em-sao-paulo-quadruplica-em-um-mes> Acesso em 25 de ago de 2017.

¹³² Entrevista à Rede TVT, em 15 jan. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1-w9sDpxgcQ> Acesso em 04 ago. 2017.

O prefeito, angariando apoio contra seus opositores, alegava não haver recursos para a desapropriação, pois o veto da Justiça à reforma do IPTU (Imposto Territorial Urbano) implicou cortes no orçamento, o que atingiria, principalmente, as áreas de saúde, educação, habitação e transportes. Porém, ele não explicou por que justamente essas áreas seriam mais sensíveis aos cortes. A promessa de campanha de Haddad era entregar 55 mil moradias na cidade. A estimativa de déficit habitacional em São Paulo à época, segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação, era de 230 mil.

O MTST demandava que a prefeitura revogasse o decreto de desapropriação destinado ao parque e mudasse a classificação da área para ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), o que permitiria o aproveitamento de 30% do terreno para edificação. Essa solução era mais vantajosa para o proprietário, pois poderia vender a área total por valor de mercado, evitando a desapropriado por usucapião, e não ficaria limitado pela legislação ambiental. O governo municipal propôs, então, que o movimento de moradia participasse do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, no qual o governo federal entra com aporte de recursos financeiros, a prefeitura viabiliza o apoio técnico, e os movimentos sociais fazem a gestão do empreendimento. O proprietário do terreno assinou um termo de compromisso com o MTST, garantindo a permanência da ocupação, cuja área seria adquirida por meio da Caixa Econômica Federal. O financiamento envolveria um conjunto de medidas e pré-requisitos, incluindo a revogação do decreto que previa a criação do parque na localidade.

A batalha institucional

No dia 22 de janeiro de 2014, o MTST fez outra manifestação com 8 ocupações. Do Jardim Ângela, onde se situa a ocupação Nova Palestina, a Paraisópolis, onde se forjou a ocupação Faixa de Gaza, os manifestantes foram ocupando terminais, lotando ônibus e metrô e preenchendo as ruas. A cada parada, novos grupos se fundiam ao coletivo vermelho que se punha em movimento. Cerca de 15 mil pessoas foram se deslocando em direção ao Palácio do Governador, no Morumbi. Eram muitas mulheres, crianças, idosos, homens e alguns jovens, quase todos pretos. A exigência era por mais recursos para a moradia e complemento de recursos do governo estadual, para as construções poderem ter mais de 39m², tamanho comum das casas construídas por meio do PMCMV. Ao longo do percurso, as lideranças declararam que só interromperiam a marcha com abertura de negociação pelo governo Geraldo Alckmin (PSDB) e seus secretários. A comissão de representantes do MTST teve suas reivindicações

atendidas, obtendo o estudo de topografia para realizar as obras de moradia da ocupação Nova Palestina.

Novos atos como esse se sucederam, incluindo o do dia 26 de março, quando integrantes de várias ocupações se encontraram no Largo da Batata e saíram em passeata pela Avenida Rebouças, seguindo pelas ruas da Consolação e Xavier de Toledo até a Prefeitura, no Viaduto do Chá. Houve congestionamento em todo o fluxo no sentido Centro. A Polícia Militar acompanhou o protesto, sem incidentes. Dessa vez, o prefeito Haddad recebeu uma comissão de representantes do MTST e concordou em modificar a classificação da área e revogar o decreto. Porém, condicionou isso à inclusão da área de ZEIS no Plano Diretor Estratégico (PDE), o qual tramitava há cinco meses na Câmara e sofria resistência para sua aprovação. Do alto do carro de som da manifestação, o prefeito esclareceu que isso permitiria colocar o problema da moradia em termos de cidade: “quem sabe vocês não saiam daqui e façam chegar até a Câmara o desejo que é de todos nós: de dar solução para São Paulo, transporte, moradia, saúde e educação. Isso chama Plano Diretor da Cidade de São Paulo.”¹³³

Ao encaminhar o “problema” para o Legislativo, Haddad adquiria um importante aliado na aprovação do PDE. Como ele mesmo admitiu em discurso após a aprovação: “Não teríamos a menor chance de aprovar esse plano se não fosse a participação social. Não haveria clima para submeter os especuladores a tamanha derrota como a que vão sofrer hoje, se não fosse o movimento social e a academia”. Muitos parlamentares resistiam à aprovação do PDE porque esperavam negociar no “balcão” dos votos, outros porque discordavam do conteúdo menos vantajoso às incorporadoras, ou mesmo por mera oposição partidária. Embora a grande imprensa tenha associado a ação dos movimentos ao “incentivo do prefeito”, o MTST já havia feito esse encaminhamento na Câmara antes da reunião com Haddad.

A tensão entre o prefeito e os vereadores foi amplificada com a indignação de alguns vereadores, que consideraram a pressão popular uma afronta ao exercício de seu mandato. Em plenária, o vereador Andrea Matarazzo (PSDB) atacou a postura de Haddad e considerou ilegítima a pressão do MTST para que o PDE fosse aprovado.

Negociar sob pressão e ameaças, alienando o Plano Diretor da Cidade para “legitimar” ilegalidade é um desserviço à democracia. O Prefeito Haddad deu mau exemplo quando, como se fosse estudante rebelde, subiu no caminhão dos invasores de anteontem - Nova Palestina - e mandou-os bater na porta da Câmara Municipal. Agora, os manifestantes de ontem, invadindo outra área [ocupação copa do povo] e fazendo escola, vieram pressionar a Câmara Municipal para que legalize nova invasão. Desta vez, trata-se de terreno

¹³³ Ver: TV Estadão, 26/03/2014. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=kdUvtvglttg Acesso em Fev. de 2017

particular na zona Leste, uma área de 150.000 m², que de uma hora para outra, de forma combinada, sabe-se lá por quem e como, seria transformada em ZEIS - Zona Especial de Interesse Social. (DOC, 2014)¹³⁴

Até a base aliada do governo colocou obstáculo às votações. O vereador José Police Neto (PSD), cuja atuação é ligada ao setor imobiliário, fez forte oposição e foi contestado pelos manifestantes do MTST, que queimaram um boneco representando-o e distribuíram cartazes com uma foto dele e as doações recebidas de empreiteiras¹³⁵. Police Neto questionou a atuação “isolada” do MTST e sua legitimidade: “É estranho que um único movimento faça [protesto], enquanto todos os outros movimentos vêm aplaudindo e nos apoiando. Me parece que o MTST, em vez de ajudar a cidade, atrapalha, bagunça e cria aquilo que ninguém quer”¹³⁶. Dias depois, outros movimentos de moradia passaram a apoiar a ação e pressionar pela aprovação do PDE.

Os embates duraram cinco meses. Durante a votação na comissão de Política Urbana, o movimento fechou a rua em frente à Câmara, em frente à qual se concentrou e na qual teve sua entrada impedida pela guarda civil municipal, que disparou bombas de gás lacrimogêneo. Uma vez em votação no plenário, novas batalhas se sucederam. Após ela ter sido novamente adiada no dia 29 de abril, os movimentos reagiram com protesto em frente à Câmara, travando a avenida e ateando fogo em pneus. A tropa de choque dispersou os manifestantes com bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Em seguida, eles se agruparam em frente ao prédio para fazer uma vigília. Enquanto a proposta tramitava sem quórum para aprovação em plenário, o MTST resolveu montar um acampamento no local até a conclusão da votação.

Após semanas de acampamento do MTST na Câmara, a realização de uma nova ocupação (a Copa do Povo em Itaquera), diversas negociações entre os parlamentares e o governo e a inclusão de 44 emendas, o PDE foi aprovado no final de junho de 2014. O relator do plano foi o arquiteto e urbanista Nabil Bonduki, professor da FAU/USP e há muito estudioso da questão habitacional. O principal ponto de interesse dos movimentos sociais no PDE era a ampliação das áreas de ZEIS, as quais definem a produção de moradia popular ou urbanização de núcleos precários¹³⁷. Ao todo, segundo a Secretaria de Habitação, havia 90 ocupações na

¹³⁴ Discurso publicado na página 177 do DO online no dia 25 de junho de 2014.

¹³⁵ Conforme as doações registradas no Tribunal Regional Eleitoral, o vereador recebeu doações das empresas Brasterra Empreendimentos Imobiliários (R\$ 50 mil), Conquista Imobiliária (R\$ 200 mil), Construtora OAS (R\$ 100 mil) e Even Construtora e Incorporadora (R\$ 50 mil).

¹³⁶ Ver: G1, 24/06/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/06/sem-teto-protestam-para-pedir-aprovacao-do-plano-diretor-em-sp.html> Acesso em 05 de mar. 2017.

¹³⁷ O texto propõe a criação de duas ZEIS diferentes: uma mais focada em interesse social (até três salários mínimos) e outra mais focada na faixa entre cinco e dez salários mínimos - uma faixa que utiliza financiamento do FGTS, de forma que o setor imobiliário privado possa produzir, enquanto a faixa de 0 a 3 salários exige uma participação mais importante do poder público.

cidade naquele momento, a maioria em propriedades particulares. O MTST conseguiu incluir a ocupação Vila Nova Palestina como ZEIS, mas a ocupação Copa do Povo ficou de fora. A primeira estava numa área classificada de proteção ambiental e a segunda, no entorno de um projeto dos eventos da Copa, o Itaquerão. A Vila Nova Palestina ganhava, assim, lugar no mapa do município, mas isso ainda era insuficiente para realizar o direito à moradia e à cidade.

Imagem 7 – Localização da Ocupação Vila Nova Palestina, distrito do Jd. Ângela

Fonte: Coelho (2017, p.23), elaborado com dados da PMSP – Geosampa, em QGIS 2.18.2

A batalha político-burocrática

Com a mudança na legislação, o terreno onde estava a Nova Palestina teria 700 mil m² destinados à preservação ambiental e 300 mil m² para a construção de 3 mil moradias. Para isso, o terreno todo teria que ser adquirido pelo movimento e, depois, desmembrado e doado o percentual dos 70% de área ambiental para a prefeitura construir o parque. Isso dificulta a viabilização das verbas, devido ao valor alto da desapropriação.

Iniciou-se, então, uma nova fase nos meandros burocráticos e jurídicos exigidos para a adequação do terreno e financiamento de sua compra. Após obter o licenciamento ambiental na CETESB, foi necessária a aprovação para fornecimento de água e esgoto (SABESP) e eletricidade (Eletropaulo), porém, a efetivação do serviço só ocorreria após o desdobramento dos lotes e aprovação da prefeitura. Era necessária ainda a aprovação do Corpo de Bombeiros e do Graprohab, órgão ligado à CDHU, responsável pelos procedimentos de aprovação das novas unidades habitacionais.

Desde então, o MTST aguarda a liberação dos recursos na Caixa Econômica Federal, buscando aporte de recursos junto aos programas habitacionais nos três níveis de governo.

Porém, a crise política que se instalou no país, seguida da crise econômica e da intensificação da política econômica neoliberal, restringiram em definitivo o investimento habitacional. Já no governo Dilma (PT), havia sido iniciado o ajuste fiscal¹³⁸ e a restrição orçamentária, especialmente para os investimentos urbanos e imobiliários, o que afetou o PMCMV, inclusive os projetos já aprovados, como o da Nova Palestina. Essa postura do governo colocou o MTST na difícil situação entre a oposição à política do governo e a defesa democrática de sua manutenção. Em resposta aos cortes, no dia 23 de setembro de 2015, o MTST ocupou, simultaneamente, sedes do Ministério da Fazenda em São Paulo, Brasília, Boa Vista e Belo Horizonte, fez um ato na porta do órgão no Rio de Janeiro e bloqueou parte da rodovia Anhanguera, em São Paulo.

Em maio de 2016, uma semana antes de ser afastada da presidência, Dilma finalmente anunciou a terceira fase do PMCMV, o que incluía a contratação de 11.250 unidades habitacionais do PMCMV - Entidades, e contemplaria algumas ocupações mais antigas, como a Ocupação Chico Mendes e a Nova Palestina¹³⁹. Mas essa portaria seria revogada logo em seguida, quando Michel Temer (PMDB) assumiu o governo, o que acentuou os protestos do MTST contra as medidas de austeridade o governo. No dia 22 de maio, 30 mil pessoas saíram do Largo da Batata e caminharam até o Alto de Pinheiros, à casa de Michel Temer. Como o quarteirão estava cercado por policiais, os manifestantes acamparam numa praça próxima. Poucas horas depois, o acampamento seria removido pela PM com jatos de água e bombas de efeito moral, atitude diversa daquela com os manifestantes favoráveis ao impeachment, acampados na Av. Paulista semanas antes. O MTST seguiu pressionando o governo federal. Após manifestação em Brasília e ocupação do Ministério das Cidades¹⁴⁰, o governo assinou a Portaria nº 258, relançando a contratação de 11.250 unidades habitacionais do PMCMV - Entidades, mas modificou a lista dos projetos aprovados, devido à alteração nos critérios técnicos¹⁴¹.

Em 2016, Haddad (PT) foi à ocupação, por ocasião da reeleição, e anunciou que a região ganharia um novo parque, um clube náutico com 300 mil m² que a prefeitura havia comprado. A área de lazer foi apresentada como “compensação da área destinada aos sem-teto” e para

¹³⁸ O governo Dilma substituiu o então Ministro da Fazenda, Guido Mantega, por Joaquim Ley, figura ligada ao setor financeiro.

¹³⁹ No dia 11 de Maio de 2016 foi publicado no Diário Oficial da União a portaria nº 173, com uma lista de empreendimentos que receberiam recursos do Fundo de Desenvolvimento Social, entre eles, o Residencial Nova Palestina com 3.507 unidades.

¹⁴⁰ Ver G1, 11/08/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/08/mtst-ocupa-ministerio-das-cidades-e-protesta-por-moradia-em-brasilia.html> Acesso em 09 mai 2018.

¹⁴¹ Ver Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1486013.pdf>

“acalmar os ambientalistas”. Com isso, a prefeitura absorvia mais uma propriedade privada que perdera valor de mercado com a legislação ambiental, enquanto os sem-teto aguardavam a liberação de recursos para construir suas moradias. Haddad perdeu as eleições de 2016 para João Dória (PSDB), cujo discurso de campanha foi abertamente contrário aos movimentos sociais e intolerante ao MTST.

Queria deixar um recado ao MTST e a outros movimentos “desse tipo” que teimam em ficar invadindo propriedades públicas e privadas: conosco não vai haver condescendência não! Essa que houve não vai existir mais. Vamos dar um tratamento rigoroso a eles: a aplicação da lei. (João Dória, declaração feita no programa Café com Jornal, Rede Bandeirantes, 20/02/2017)

Isso colocaria ainda mais incertezas ao já difícil cenário da ocupação Nova Palestina, dificultando o andamento dos processos e tornando as ações policiais mais ofensivas. No primeiro mês do governo Dória, o MTST reuniu 10 mil pessoas num ato que foi do MASP até a prefeitura reivindicar o andamento dos projetos de moradia das ocupações Copa do Povo, Vila Nova Palestina, Faixa de Gaza e Esperança Vermelha. Elas encontraram a prefeitura cercada com grades de proteção e um grande contingente de guardas municipais. Uma comissão foi recebida por uma equipe do governo e o Secretário de Habitação, Fernando Chucre. Foi acordado que o governo se comprometeria a agilizar os alvarás e licenciamento dos projetos habitacionais das ocupações, bem como a manutenção do acordo de complementação de recursos pela prefeitura. Também foi estabelecida uma Comissão de Mediação de Conflitos, a fim de evitar situações de violência policial e abuso de poder em todos os casos envolvendo moradia. Naquela semana, tinha havido uma desocupação violenta em São Mateus e Guilherme Boulos, que tinha sido convidado pelos moradores para mediar a situação, acabou preso na ocasião.

O MTST e a ocupação Nova Palestina enfrentavam ainda os impactos das medidas de contingenciamento do governo Temer, como a Emenda Constitucional 241 (“PEC do fim do mundo”) que suspendeu por vinte anos o reajuste nos gastos públicos das áreas sociais, e terminaria por inviabilizar a liberação das verbas do PMCMV. Em 2017, o governo suspendeu a faixa 1, que atendia a população de até 3 salários mínimos, o que incluía a modalidade Entidades, e ampliou o limite de renda para acessar o programa. Novamente, o MTST reagiu, montando um acampamento com 20 mil pessoas em frente ao Escritório da Presidência da

República, na Avenida Paulista, exigindo o atendimento da demanda por moradia na faixa 1 do PMCMV¹⁴².

Essa ação confrontava também a política urbana do governo Dória, cujo programa Cidade Linda e o Plano de Desestatização consistiam em dar à cidade uma estética “clean” e torná-la “vendável”. Para além de suas performances midiáticas, apagando grafites, perseguindo pichadores e criminalizando os moradores de rua, ele circulou o mundo divulgando seu programa de privatização, que envolvia desde a gestão de parques e cemitérios até a venda de dados dos usuários do bilhete único do transporte.

Ao introduzir uma ocupação de lona no cartão postal da cidade, o MTST causou indignação entre os adeptos da visão higienista do governo. Na ocasião, a “Associação Paulista Viva”¹⁴³, constituída por moradores e comerciantes da região, divulgou posicionamento contrário à ocupação do MTST e organizou um abaixo-assinado solicitando a retirada do Escritório da Presidência da República da Av. Paulista, por ser “palco de diversos protestos”.

Informamos que a nossa Diretoria, nestes dois últimos dias tem entrado em contato com Autoridades Municipais, Estaduais e Federais, para reivindicar uma solução adequada a desocupação do M.T.S.T. – Movimento dos Trabalhadores sem Teto, liderado pelo Sr. Guilherme Boulos em frente ao Banco do Brasil, próximo a estação Consolação do Metrô e calçadas vizinhas. À primeira vista pode parecer que a solução imediata para este problema seria uma urgente e eficiente ação das Polícias, mas todos sabemos que esta é uma reação que é desejada por este “movimento”, para se vitimizar e voltar com força redobrada. Depois de vários contatos e consultas, a Associação Paulista Viva encaminhou a diversos órgãos (anexo) ofício instruído com fotos (anexo) demonstrando a situação do acampamento, a presença de menores adolescentes, a distribuição de bebidas alcoólicas, produção de comida e condições precárias de higiene. Esperamos que as autoridades e os atores políticos resolvam essas pendências em favor da ordem e sossego de todos. Estamos trabalhando em conjunto com: Associações de Moradores, Consegs, Movimento de Moradores. Contamos com a colaboração de todos os nossos Associados para que conosco, ajudem-nos sugerindo e apontando outras soluções possíveis. (APV, 2017)¹⁴⁴

Em lugar da ação policial, a APV acionou o discurso higienista como modo de criminalizar o movimento e usou a precariedade das condições do acampamento como justificativa para deslegitimar a ação política dos acampados, sem reconhecer que era ela, justamente, o motivo da manifestação. Quando o movimento concluiu a ação de negociação com o governo federal e se retirou da avenida, o Prefeito, em sintonia com a APV, se antecipou

¹⁴² Ver: Exame 15/02/2017. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/mtst-protesta-na-paulista-contramudancas-no-minha-casa/> Acesso em 16 fev. 2017.

¹⁴³ A Associação Paulista Viva é um dos atores que influencia na produção do espaço urbano por meio de intervenções no planejamento estatal a respeito dos investimentos públicos culturais, visando a valorização da região da Av. Paulista. É composta predominantemente por membros do setor empresarial, em especial o financeiro. Para uma análise sobre a atuação da APV, ver Frugoli (2000).

¹⁴⁴ Nota emitida pela Associação Paulista Viva em 17/02/2017. Disponível em: <http://www.associacaopaulistaviva.org.br/site/comunicado.php> Acesso em 04 mar. 2017.

em suas redes sociais, afirmando que o MTST atendia ao pedido da prefeitura em se retirar, o que foi desmentido pelo movimento.

Imagem 8 – Reprodução de postagens nas redes sociais

A reação da associação de bairro e do próprio representante do poder público à presença do MTST na Av. Paulista revela a ausência de reconhecimento da esfera pública e do movimento social como sujeito político dotado de legitimidade para agir e reivindicar direitos não assegurados. A presença viva dos sem-teto ocupando com o próprio corpo um local tão simbólico na representação social da cidade é um modo de furar o bloqueio da esfera pública, tornando visível a desigualdade social oculta nos espaços cotidianos da vida urbana. Dos elevadores e áreas de serviço dos condomínios ao discurso da “cidade linda” e “limpa”, passando pelo itinerário periférico do transporte público, revelam-se modos de segregação. Muito da luta cotidiana dos moradores consiste em realizar sua inserção social, lutando contra as diversas formas de sofrimento às quais são expostos todos os dias, quando a sociedade diz que não os reconhece como parte dela.

Seis anos depois de iniciada, a ocupação Nova Palestina encontra-se enredada nas teias do aparato jurídico-institucional, sem nenhuma definição quanto a seu futuro. A luta travada pela ocupação indica que, sob o neoliberalismo, os modos de produção da cidade e, consequentemente, as condições de organização e luta social se alteraram. Para apreender o sentido dessas mudanças, exploraremos a hipótese de que o esgotamento do modelo de expansão periférica deu lugar à gestão da crise urbana que passa a predominar nos territórios, impactando também a dinâmica das ocupações.

3.2. Jardim Ângela: da expansão periférica à gestão das margens

“Meu pai fala que o pessoal sempre ficou pra cá da ponte [João Dias/Socorro]”¹⁴⁵

Marcos (42 anos) estava literalmente sem teto quando surgiu a ocupação Nova Palestina, em 2013. Lá encontrou sua atual esposa, Nice (32 anos), que, assim como ele, teve a casa demolida pela Prefeitura de São Paulo. Embora tenham se conhecido na ocupação, ambos eram vizinhos no bairro onde moravam, próximo à ocupação. Nice veio da Bahia e vivia de favor na casa da irmã, e Marcos sempre morou no Jardim Ângela. O “lado de cá” da ponte, é como ele situa o lugar da sua família na cidade, a qual chegara em São Paulo nos anos 1970 e, desde então, fez parte da formação da periferia.

Meu nome é esse, porque era o nome desse tenente ou sargento, e meu pai acabou me nomeando em homenagem a esse cara que conseguiu o espaço para meu pai morar aqui. [pergunta - como ele conseguiu esse espaço para o seu pai?] Não consigo te dizer, porque o meu pai só dizia onde íamos morar. Não era de aluguel, ele prestava algum serviço. Eram pequenas chácaras, não era um bairro. Pequenas fazendinhas que meu pai vinha tomar conta como caseiro. Eles deixavam nós morarmos. O dono da casa nos bancava com alimento, depois ele cortou e passou a pagar salário. Depois, ele [pai] foi trabalhar fora, quando as empresas chegaram em São Paulo por volta de 1985. Era época de grileiro. As pessoas eram chamadas de ‘doutorzinho’. Eram os maridos que tomavam conta dessas pequenas fazendas que era deles [proprietários]. (...) Só sei que ele ganha um pouquinho de coisa que dava para comer. [pergunta - seus pais nunca chegaram a fazer ocupação?] Não, porque, aquela época era de capataz, pé-de-pato... As pessoas que entrassem nas terras, eles iam para cima! Matavam, não tinha conversa. Já existia esse tipo de invasão de terra, mas era da parte dos grileiros e coronéis. [pergunta - eles que faziam o loteamento clandestino?] Sim, colocavam as pessoas lá ou vendiam os lotes maiores. Dos anos 2000 para trás, eram espaços gigantescos que eles venderam, eram fazendas e chácaras. Meu pai sempre comentava. Foram vendendo para as firmas. Foram fazendo loteamento para criar essas empresas gigantes que tem aqui em São Paulo, na região da Zona Sul. Acho que foi nessa época que elas surgiram. Ele me dizia que nós sempre éramos jogados para o lado de cá da ponte. O lado de lá não tinha esse negócio, o pessoal era mais rico e as casas mais modernas, térreas. Tinha um formato itálico, aquela coisa mais francesa. [pergunta - agora a região aqui é de ocupação popular?] Sim. Foram vendendo os terrenos, foram construindo, as empresas entrando e o pessoal fazendo casas. Eu convivia mais com o meu pai do que com a minha mãe. Ele dizia que os espaços do Socorro para cá, era todo esse povo que trabalhava lá e fora trasladado para o lado de cá. Todos os bairros são invasão, só que não se entendia como invasão. Era uma terra que não era de ninguém, o povo entrava e construía. Não dava para ir pra lá [outro lado], porque não tinha mais jeito. [pergunta - onde que seus pais foram morar depois que saíram da chácara?] Viemos para o Capela. [pergunta - pagavam aluguel?] Não. Meu pai fez um barraquinho de madeira. Tinha uma imobiliária que enviou uma carta para ele. Cediam um espaço para aquela pessoa morar. Acho que Franco Montoro era o governador e ele que concedia terras para as famílias pobres, como foi no caso meu pai. Você entrava em um programa igual ao de hoje. Meu pai foi contemplado com um pedacinho de terra e fez um barraco de madeira. Nós fomos morar em casa de bloco, de 2005 para cá. Antes, era tudo madeira. (Marcos, integrante/coordenador da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 07/07/2018)

¹⁴⁵ Fala de Marcos, 43 anos, morador do Jardim Ângela e coordenador da ocupação Nova Palestina (MTST), ao explicar sobre sua trajetória habitacional, em entrevista concedida à autora em 07/08/2017

Foi a casa de alvenaria, ampliada com recursos do FGTS do primeiro emprego formal de Marcos para incluir mais uma família quando ele casou, que foi demolida em 2013. A Ordem de remoção, expedida pela prefeitura durante o governo Kassab (DEM) e executada durante o governo Haddad (PT), incluía mais 15 residências naquela região.

A trajetória habitacional da família de Marcos remonta à história da expansão periférica na região Sul de São Paulo. Uma história atravessada por arcaísmo, lógica do favor, exploração de mão de obra, grilagem de terras, irregularidades e segregação urbana, expressa na paisagem contrastante indicada pelo “lado de cá” e o “lado de lá”. Mas, se até então a moradia tinha sido remediada sem grandes custos, tornar-se sem teto na periferia naquele momento era experimentar uma situação de insegurança social nova, a qual remete à mudanças no processo de produção da cidade.

O Jardim Ângela é um distrito da subprefeitura do M’Boi Mirim, na Zona Sul (2) de São Paulo, localizado numa área de 37 km². Apesar de ser considerado inadequado para a ocupação humana, pois 70% do solo é inapropriado à construção ou está em áreas de mananciais ou preservação ambiental¹⁴⁶, é o terceiro distrito mais populoso da cidade, com quase 300 mil habitantes. Ao todo, são 74 bairros, quase todos “jardins”, nascidos no árido terreno da pobreza e da violência, que por ali fizeram história, deixando a marca do estigma social. A emergência de uma megaocupação nessa região expõe a dimensão da crise urbana e a centralidade da questão habitacional em São Paulo. Reconstituiremos assim os processos socio-históricos que nos permitem apreender a dinâmica dessa crise.

Imagem 9 – Região Metropolitana de São Paulo, com destaque para o Jardim Ângela

Fonte: PMSP – Geosampa

¹⁴⁶ Relevo acidentado, altos declives, maciços de solo e rochas, com ocorrência de cabeceiras de drenagem, nascentes de águas e mata.

3.2.1. Industrialização fordista e urbanização precária: ocupação irregular e autoconstrução

*“Aqui é tudo invadido”*¹⁴⁷

“Aqui é tudo invadido”, dizem os moradores do Jardim Ângela quando se pergunta sobre o modo de ocupação daqueles bairros ou a procedência de sua moradia. Isso, no entanto, não significa que os invasores sejam eles mesmos. Normalmente, construíram suas próprias casas num terreno comprado a “preço de banana” de alguém que, possivelmente, invadiu um ou mais terrenos quando ali “era tudo mato”...

O termo “invasão”, no sentido mais genérico, remete a uma prática de ocupação do solo corrente na formação das cidades brasileiras e tem diversas implicações sociais e históricas. Entretanto, chama a atenção como ele aparece conectado com o tempo na representação dos moradores, pronunciado sem constrangimentos se a ação é passada, mas carregado de estigma se é presente. Marcos conta que, na época de seus pais, nos anos 1970, “não existia ocupação, existiam pessoas que tinham um terreno gigantesco, colocavam duas ou três casinhas” e deixavam alguém para cuidar do local.

Inicialmente habitada por índios Guaianazes e considerada área rural até os anos 1960, a história desse lugar envolve vários arranjos entre meio ambiente, indústria e moradia. Com o represamento do Rio Guarapiranga na primeira década do século XX, a margem leste tornou-se a “Riviera Paulista”, devido às atividades de pesca, caça e esportes aquáticos, e às chácaras e casas de veraneio feitas por imigrantes italianos e alemães. A implementação do Projeto Interlagos previa a construção de um balneário, um hotel cinco estrelas, o autódromo e uma cidade satélite nos moldes das “Garden Cities” inglesas. Clubes da elite paulistana, como o Yacht Club Santo Amaro e o Clube de Regatas Tietê, ocupavam o entorno da represa, valorizada por sua beleza paisagística¹⁴⁸. E já nos anos 1950 surgem os primeiros loteamentos das áreas próximas ao Guarapiranga, algumas de alto padrão (BIELAVSKY, 2006).

Desde 1928, a represa Guarapiranga¹⁴⁹ assumiu a função de abastecimento de água e energia para São Paulo. A responsável pela manutenção das condições de saneamento da água permaneceu a *Light and Power Company*¹⁵⁰, apesar de ela não ter jurisdição sobre os terrenos

¹⁴⁷ Frase recorrente entre os moradores antigos da região do Jardim Ângela, ao se referir à gênese dos bairros.

¹⁴⁸ Cf. Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras Quadro Analítico (2016). Disponível em: <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/QA-MB.pdf> Acesso: 32 out. 2017

¹⁴⁹ Hoje são reservatório de abastecimento de água para a cidade.

¹⁵⁰ Light and Power, empresa canadense fundada em 1899, operava com capital inglês e instalou-se em São Paulo com a finalidade de gerar e distribuir energia para a cidade, contando com diversos subsídios governamentais para isso. Através de um decreto presidencial de Campos Sales, conseguiu o monopólio do serviço de bondes e de fornecimento de energia elétrica na cidade de São Paulo.

que margeavam a represa, pois só havia adquirido os da área de inundação. Nos anos 1930, a Light foi responsável pelas obras de retificação dos rios Pinheiros e Tietê¹⁵¹, e pelo aterramento e canalização de outros no perímetro urbano, originando novas vias e dando maior fluidez a mercadorias e pessoas. Além das avenidas 9 de Julho, 23 de Maio, Rebouças, Prestes Maia e marginais, o aterramento trouxe novas áreas à região. Na época, a Light tornou-se proprietária de 21 milhões de m² na cidade e faturou alto com a valorização das terras (SEABRA, 1987). Iniciava-se uma nova configuração espacial nas marginais do rio Pinheiros, que, após a industrialização, daria origem ao atual novo centro econômico da cidade. Assim, as margens dos rios, antes ocupadas pelos trabalhadores expulsos do centro ou sem alternativa de moradia melhor, foram desocupadas por obras na ditadura militar e, depois, loteadas e comercializadas com alto valor.

Essas grandes obras ligam originalmente o atual novo centro econômico ao periférico Jardim Ângela, atrelando meio ambiente, indústria, trabalho e moradia. As marginais criavam condições para a industrialização, a qual empurrava os trabalhadores urbanos para as margens da represa, o que desencadearia o problema ambiental. Com o fortalecimento do polo industrial de Santo Amaro nos anos 1960 e 1970 e a construção das marginais, consolida-se a ocupação na Zona Sul¹⁵², expandindo as periferias como lugar de moradia dos trabalhadores pobres. Territorialmente, o Jardim Ângela está vinculado à região de Santo Amaro.

Tabela 1 - *Evolução dos estabelecimentos industriais em Santo Amaro até 1985*

Décadas	Total Acumulado	
	Nº	%
Até 1938	11	0,8
1938 -1955	103	7,1
1955 – 1961	283	19,6
1961 – 1966	544	37,7
1966 – 1973	1002	69,4
1973 – 1985	1443	100

Fonte: Americo (2017)

O crescente número de estabelecimentos industriais em Santo Amaro corresponde ao momento de diversificação do parque industrial brasileiro, impulsionado pelo Plano de Metas, que avançava no projeto de industrialização por substituição de importações. Nesse contexto, São Paulo assume o protagonismo na cena da nova estrutura produtiva que marca a transição

¹⁵¹ A obra inverteu o fluxo das águas para a usina Henry Borden em Cubatão.

¹⁵² Ver Anexo B

para a sociedade urbano-industrial, o que se reflete na sua dinâmica urbana. Entre 1940 e 1950, a população paulistana passou de 1,3 para 2,2 milhões de pessoas (BONDUKI, 1998, p.248). A industrialização – e os grandes fluxos migratórios para São Paulo por ela impulsionados no contexto de uma urbanização restrita – representou um aumento na demanda habitacional e um impasse à própria expansão industrial. Já nos anos 1940, o modelo baseado na locação privada de pensões e cortiços nas regiões centrais se esgotara frente ao crescimento populacional, iniciando uma crise na habitação. Bonduki (1998) destaca que a tentativa de congelar os preços do aluguel quando a demanda aumentava acentuou a crise, desencadeando despejos e deslocamento dos investimentos para outros setores.

Embora sempre tenha sido objeto de governo, a problemática habitacional nunca figurou como política habitacional de caráter popular no Brasil¹⁵³. No contexto do *fordismo periférico*, nos anos 1930, para definir o salário mínimo, o governo fez uma série de estudos sobre o custo de vida dos trabalhadores. Pautada por uma visão higienista e disciplinar dos trabalhadores, a moradia era tida como elemento-chave de intervenção pública, cujas propostas indicavam a eliminação dos cortiços e a dispersão da população por meio de casas próprias, unifamiliares e separadas. Na avaliação do Idort¹⁵⁴ e do Instituto de Engenharia, a aquisição da casa própria cortaria a principal despesa dos trabalhadores, ampliando a renda disponível para o consumo e, assim, o mercado interno e a expansão industrial (HOLSTON, 2012). Porém, para não aumentar os custos dos salários, a solução passava pelo financiamento estatal, transferindo assim o conflito da incompatibilidade salarial com o custo de vida para o Estado.

Pela primeira vez o Estado assumia responsabilidade com a provisão de moradia, ainda que sob o lema de “*transformar cada trabalhador num proprietário, e cada proprietário num trabalhador*”. Contudo, tais políticas nunca foram suficientes para atender à demanda, e não atingiam a população de baixa renda. Entre 1945 e 1960, os Institutos de Pensão e Seguridade tinham produzido 25.428 unidades e a Fundação Casa Popular, 2.959, quando a demanda era de meio milhão (HOLSTON, 2012, p.217).

Mas a principal resposta à crise habitacional viria dos próprios trabalhadores, com a autoconstrução, que se ajustava às condições fundiárias específicas da cidade. Nesse momento em que o centro da cidade já havia sido reconfigurado e os bairros operários já haviam passado por demolições e encarecimento dos aluguéis, teve início o que ficou conhecido como

¹⁵³ Alguma ressalva deve ser feita ao Programa Minha Casa Minha Vida, muito embora deva ser entendido em outra chave e contexto, bem como não tenha se caracterizado como política de Estado, mas programa de governo.

¹⁵⁴ Instituto de Organização Racional do Trabalho, coordenado por Roberto Simonsen, engenheiro, empresário industrial e um dos fundadores da Escola de Sociologia e Política (FESP).

“urbanização periférica”. Na região de Santo Amaro, o modelo das vilas operárias (conjunto de casas alugadas aos empregados) deu lugar ao mercado imobiliário formal e informal e à expansão periférica e urbanização precária.

Os migrantes, em especial nordestinos e mineiros, chegavam à cidade por intermédio de alguma rede familiar de apoio e, logo que se estabeleciam num emprego, procuravam lotes mais baratos do outro lado da margem do Pinheiros, nos atuais distritos do Jardim São Luiz, Jardim Ângela, Capão Redondo, Campo Limpo e Campo Grande, áreas rurais até então. No auge da industrialização, nos anos 1960, surgiram os primeiros loteamentos clandestinos no Jardim Ângela, cujo nome faz referência à esposa do primeiro loteador (PONCIANO, 2017). A construção da Estrada M’Boi Mirim (1974) concentrou o adensamento populacional em torno da via; em seguida, morros e vales do entorno foram se revestindo de moradias semiacabadas, sem conexão entre si, estrutura de transporte ou infraestrutura urbana.

A substituição do transporte sobre trilhos pelo rodoviário acelerava a expansão, já que os ônibus podiam circular em locais não urbanizados, viabilizando áreas antes isoladas¹⁵⁵. Muitas vezes, empresas negociavam a extensão da linha de ônibus e loteavam apenas no entorno do ponto final, deixando a área intermediária valorizar por meio da ocupação e urbanização da margem. Essa descontinuidade da mancha urbana caracteriza as práticas de especulação imobiliária predominantes na época (BONDUKI, 1994; CAMARGO et al, 1982).

Como confirma o relato de Marcos, as grandes extensões de terra distantes, que não tinham uso nem mercado entre a classe média por serem áreas rurais ou não terem vias de acesso, se viabilizaram graças ao mercado de loteamentos irregulares e precários, à demanda crescente por terras baratas e à permissividade do Estado. De fato, a “cidade ilegal” ou irregular foi tolerada por ele, que se limitava à intervenção mínima na regulação do solo nas áreas afastadas.

A forma como o Executivo e o Legislativo (nos âmbitos municipal, estadual e federal) trataram – ou deixaram de tratar – a expansão dos loteamentos e suas condições de ocupação e comercialização, foi decisiva para consolidação do modelo do modelo de produção baseado no auto-emprego. (BONDUKI, 1998, p.287)

As bases legais que facilitaram a expansão urbana como alternativa barata de acesso à moradia já estavam dadas e perpassavam vários procedimentos e práticas de governo. Por exemplo, a legislação federal de 1937, por meio do Decreto-Lei 58, regulamentava a abertura

¹⁵⁵ Ao contrário dos bondes, que não chegavam a atingir os limites do município, os ônibus constituem-se num sistema de transporte de baixa capacidade e grande capilaridade. Isso possibilitou a venda de lotes em áreas distantes do centro, muitas além das várzeas do Pinheiros e Tietê, que antes eram os limites para a expansão urbana.

de loteamentos, sem estabelecer exigências urbanísticas para isso e sem penalização para os casos irregulares. No nível municipal, o código de obras de São Paulo dispensava o alvará para a abertura de loteamentos e não previa punição para a clandestinidade, que se tornava uma alternativa frente ao ritmo dos processos de aprovação dos pedidos (BONDUKI, 1998). A própria classificação técnica de “subúrbios” ou “zona rural”¹⁵⁶ tinha implicações urbanísticas e políticas, já que a apropriação e uso do solo estavam fora da normatização urbana e com menor incidência da regulação estatal, o que daria origem a uma série de ilegalidades e irregularidades na posse e uso do solo¹⁵⁷.

Da combinação entre mercado imobiliário informal, compra de lotes a prestação nas franjas da cidade e autoconstrução, advém o padrão do autoempreendimento, que predominou na segunda metade do século XX e, por décadas, restringiu o crescimento das favelas em São Paulo. A autoconstrução foi um elemento chave da urbanização periférica, pois move outros aspectos na produção do espaço, desencadeando processos paradoxais. Ao mesmo tempo em que esse modelo oferece alguma segurança social e financeira às famílias, reproduz a periferia e seus atributos de pobreza em áreas mais distantes, já que a urbanização e consolidação dos bairros encarece a vida dos moradores e desloca as franjas da cidade.

Foi Francisco de Oliveira quem lançou as bases para a compreensão da produção do espaço urbano como elemento ativo na dinâmica produtiva. Em sua famosa obra *Economia Brasileira: crítica à razão dualista [1972]*, ele aponta para um conjunto de práticas e processos econômicos, demográficos e urbanos considerados arcaicos que, ao lado da regulamentação das relações de trabalho e de inúmeras intervenções na esfera econômica, cumpriram papel fundamental na implantação da base capitalista industrial. A produção de habitação pelos próprios trabalhadores, a chamada autoconstrução, bem como as dinâmicas de urbanização e suas peculiaridades periféricas, teriam importante papel na formação da estrutura produtiva industrial, à medida que a obtenção da casa própria passou a exercer papel decisivo na redução do custo da reprodução da força de trabalho, indispensável para a nova hegemonia.

Uma não-insignificante porcentagem de residências das classes trabalhadoras foi construída pelos proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o ‘mutirão’. Ora a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho. Embora esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação

¹⁵⁶ Ainda vigorava a Lei municipal de 1915, que dividia São Paulo em três áreas: central, suburbana e rural.

¹⁵⁷ Era comum os “grileiros” venderem os lotes mais baratos nas regiões menos urbanizadas, afirmando-se donos da terra e enganando seus compradores, que teriam de passar por um processo de legalização dos lotes clandestinos, ou de regularização de suas terras, porque não atendiam às normas (Holston, 2012).

são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. [...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução das relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para fins de expansão do próprio novo. (OLIVEIRA, 2015, p.59-60).

O sociólogo buscou sintetizar o sentido do “arcaico” e do “moderno” em nossa sociedade, ao mostrar a simbiose desses elementos na lógica da acumulação capitalista, o que deu origem ao *ornitorrinco* social (OLIVEIRA, 2013), uma expressão particular do nosso *desigual e combinado*. Assim, a dita “urbanização caótica”, o “terciário inchado”, a “economia de subsistência”, o trabalho informal e a pobreza constituiriam o modelo periférico de acumulação capitalista¹⁵⁸. Ao reproduzir a parcela “sobrante” de mão de obra de que precisa, o modelo repõe formas de trabalho e produção ligadas à sobrevivência.

Essa interpretação abriu caminho para a contestação das teses da marginalidade e sua visão dualista. Os primeiros estudos que marcariam uma inflexão na compreensão da formação urbana periférica no Brasil vieram com a obra *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza [1975]*, um estudo do CEBRAP promovido pela Pontifícia Comissão de Justiça e Paz¹⁵⁹. Uma das áreas apontadas que expressava a crescente desigualdade econômica e social da cidade é a região de Santo Amaro. Segundo dados de 1968 da Prefeitura de São Paulo, apenas 49,9% dos domicílios tinham acesso a água encanada, 61,1% a esgoto tratado, 56,8% a pavimentação e 19% a coleta de lixo (CAMARGO *et al*, 1982). Isso expressa o contraste social produzido a partir do avanço da grande indústria, com a formação do parque industrial de Santo Amaro.

Essa inflexão nos estudos urbanos atrela-se à emergência da organização coletiva nas periferias, que deram visibilidade ao conflito social, como veremos adiante. Além de marcar uma posição relevante da Igreja Católica naquele contexto de organização da resistência à ditadura militar e de costurar articulações com a academia, o livro teve grande impacto ao reposicionar a compreensão sobre a pobreza no centro das relações de exploração do trabalho.

¹⁵⁸ Mais recentemente, em seus trabalhos sobre a globalização do capital e a financeirização, David Harvey (2005; 2014) também retoma a ideia do “desigual e combinado” para argumentar como, sob o neoliberalismo, práticas e formas de exploração consideradas “primitivas” se repõem e outras novas são combinadas às de acumulação ampliada do capital. Isso configuraria o regime de *acumulação por despossessão* ou *espoliação*.

¹⁵⁹ Os autores eram Lúcio Kowarick, Vinicius Caldeira Brant, Cândido Procópio de Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Frederico Mazzucchelli, José Álvaro Moisés, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Paul Singer.

Avançando nesse debate, o livro *A espoliação urbana [1979]*¹⁶⁰, de Lucio Kowarick, localiza a pobreza e a segregação urbana no centro das *contradições urbanas* da modernização capitalista, enfatizando que, além da exploração do trabalho, outras situações constituem a extorsão cotidiana da vida urbana¹⁶¹, explicada por meio do conceito de *espoliação urbana*.

a espoliação urbana: é a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta (KOWARICK, 2009, p.22)

Dessa perspectiva, a “lógica da desordem” se explica como um padrão de inserção dos trabalhadores na cidade, que, ao permitir a depreciação das condições materiais de reprodução da força de trabalho, garante vantagens competitivas nos investimentos produtivos na periferia do capitalismo fordista.

Nesse momento em que a indústria toma a cidade de assalto e se torna indutora da urbanização, a expansão urbana por meio de “invasões” e loteamentos irregulares, à revelia do ordenamento estatal, foi um componente importante do desenvolvimento industrial. Nesse sentido, podemos dizer que práticas não mercantilizadas e informais, resultantes de condições sociais específicas e das próprias estratégias de sobrevivência dos trabalhadores, foram articuladas aos processos de produção de mais-valia. Mais do que uma resposta à crise habitacional ou à forma de suprir a ausência de uma política habitacional, esse modo de urbanização cumpriu um papel fundamental no processo produtivo, não apenas rebaixando o custo da mão-de-obra, mas absorvendo as tensões sociais resultantes do desajuste entre ganhos de produção e condições de reprodução social. A urbanização precária figura, então, como uma “solução” política e econômica para a modernização capitalista no Brasil.

Por outro lado, se a moradia até então não representa um custo significativo na renda familiar e, assim, no custo da mão-de-obra, a precariedade urbana frente à crescente expansão periférica e os modos de sociabilidade engendrados na produção desse espaço impulsionariam a organização coletiva nos bairros durante os anos 1970 e 1980.

¹⁶⁰ A obra foi publicada em 1979, mas reunia textos escritos desde 1972.

¹⁶¹ No Rio de Janeiro, o trabalho de Janice Perlman¹⁶¹ nas favelas, *O mito da marginalidade [1977]*, seguia na mesma direção, cumprindo papel importante ao desmistificar as representações sobre os favelados, mostrando que eram, antes de tudo, explorados e reprimidos.

3.2.2. A luta pela democratização e a construção do sujeito coletivo

“Um bairro onde tinha chegado o povo, mas não tinha chegado o progresso”¹⁶²

Como visto, o Jardim Ângela se formou a partir da segunda metade do século XX, no segundo momento de expansão periférica, impulsionado pela indústria mais moderna, em especial do setor metalúrgico. Enquanto as antigas fábricas permaneceram nos bairros mais próximos do centro antigo (Brás, Mooca, Ipiranga), as novas foram se estendendo para o vale do Rio Pinheiros, a oeste, e, depois, a sul, ao longo das rodovias Anchieta, Dutra e Anhanguera. Nos termos de Lefebvre (2002), é o momento de *implosão-explosão* da cidade pela indústria, dando origem ao *urbano*, nos países periféricos foi marcado pela urbanização precária.

Esse foi o período de maior crescimento econômico da história brasileira, com taxas de 7% a 10% a.a., e um dos de maior concentração de renda: enquanto 50% da população viu um acréscimo de 1% na sua renda, os 5% mais ricos se apropriaram de 70% do incremento do período (OLIVEIRA, 2015, p.97).

Tabela 2 – Distribuição da Renda no Brasil (% da renda total)

População		1960	1970
		%	%
A)	1% da população de renda mais elevada	11,7	17
B)	4% seguintes na escala	15,6	18,5
C)	15% seguintes	27,2	26,9
D)	30% seguintes	27,8	32,1
E)	50% restantes de renda mais baixa	17,7	13,1

Fonte: Duarte (1971, apud CAMARGO et al, 1982, p.28)

Enquanto a industrialização se espacializava na direção Sul de São Paulo, a periferia ganhava forma como o lugar da moradia dos trabalhadores pobres e como condição para a prosperidade do capital. A trilha do “progresso industrial” foi sendo desbravada por migrantes, que iam se instalar ou eram arremessados “lá mais adiante”, onde ainda “era tudo mato”.

As famílias operárias foram seguindo a rota das indústrias, aproveitando as vias de acesso e a montagem de equipamentos urbanos que se fazia em função delas. Assim também se localizavam próximos a suas fontes de emprego [...] E junto com os operários e os aspirantes ao trabalho industrial foram o que subsistiam com atividades voltadas para a própria vizinhança: os que abriam bares, empório, quitandas, açougues; as cabeleireiras, os sapateiros, encanadores, eletricitas, mecânicos, borracheiros. Assim, os núcleos industriais foram se estabelecendo ao longo das vias

¹⁶² Depoimento de uma moradora do Jd. Ângela. Cf. (HISTORIA, 2009)

de acesso e, à medida que se afastavam do centro, foram criando suas próprias periferias e as cidades-dormitórios da Grande São Paulo (SADER, 1988, p. 68-69).

Essas condições históricas constituíram um modo de vida próprio desses trabalhadores urbanos, engendrando formas de sociabilidade e solidariedade baseadas na experiência comum de migração, trabalho e moradia. Esses aspectos são base da construção de um *projeto político* pautado pelo trabalho, que ganharia expressão com a constituição dos sujeitos coletivos formados pelos sindicatos e movimentos sociais (FELTRAN, 2010).

A bibliografia dos estudos urbanos destaca alguns elementos fundamentais da tessitura social e das formas de vida urbana naquela época, tais como a inserção produtiva, a adaptação urbana, os laços familiares, a autoconstrução da moradia e os mutirões, a partilha de valores religiosos e culturais¹⁶³. Além da moradia e do trabalho, a família, em especial, constituía um elo singular nas formas de sociabilidade, pois, além de organizar o processo de migração e ser o principal apoio na inserção urbana, as relações familiares eram mobilizadas em momentos estratégicos e de crise.

Essa experiência familiar dos trabalhadores assume contornos próprios, fazendo contraponto “às tendências individualizadoras dominantes na vida urbana”, como “sede de uma experiência coletiva” na qual se podiam recuperar e reinterpretar normas e valores comunitários no interior das relações societárias, e um projeto coletivo de consumo e de mobilidade social (SADER, 1988, p. 121). A partir da família também se constituía a projeção de mobilidade social, que passava pelo estudo dos filhos (ensino médio ou superior) e pela construção de uma carreira profissional (trabalho não manual ou autônomo). No sonho dos pais, estudo e trabalho distanciavam os filhos de serem tratados, confundidos, ou mesmo de se tornarem “bandidos” (FELTRAN, 2010).

Economicamente organizada como uma unidade, a família tinha nas relações de gênero uma divisão clara de papéis, em que o homem se submetia a uma ética de provedor da família e a mulher, às atividades domésticas e dos cuidados, ainda que externas ao ambiente familiar. O trabalho, em especial fabril, figurava como elemento chave do *ethos* social pela importância material de seguridade e de acesso à “cidadania regulada”, pelo valor simbólico de modernidade e estabilidade, pelas relações de solidariedade possíveis no chão de fábrica, e pela construção de um discurso de dignidade em torno do papel do trabalhador da indústria (SADER, 1988).

¹⁶³ Ver: Sader (1988); Telles (1986); Kowarick (2000); Zaluar (2000); Durham (1980); Caldeira (1984); Magnani (2003)

Nesse projeto familiar, a casa própria é elemento central da segurança habitacional e da prosperidade familiar. Normalmente, o lote era comprado a prestação e a casa autoconstruída pela família e vizinhos¹⁶⁴ e, aos poucos, melhorada. Fruto “do tralho e dos esforços de todos os indivíduos, do sacrifício e da poupança de toda a família”, a casa constituía-se como “síntese da dimensão privada da vida social” e “objetivação do nível de melhoria de vida atingido.” (DURHAM, 1980, p.197). Portanto, longe de ser mera “ideologia pequeno burguesa”, a realização da casa própria estava associada a um processo social específico e a um projeto de vida que mirava um futuro seguro. Não por acaso, ainda hoje mobiliza tanto os trabalhadores urbanos, como se observa nas ocupações recentes.

Ao estabelecerem-se em determinado bairro, normalmente próximo aos familiares, os moradores criavam formas de sociabilidade e reciprocidade, que vão do mutirão da construção da casa à atuação política para a melhoria do lugar. Muitos autores retratam a constituição de um modo de vida *comunitário* nos bairros periféricos até meados dos anos 1980, em que o universo da rua e da casa eram bastante integrados (CALDEIRA, 1984). Magnani (2003, p.113-115) denomina “pedaço” a formação de “uma intrincada rede de relações formada por laços de parentesco, vizinhança e coleguismo”, constituído por “um componente de ordem espacial ao qual corresponde uma determinada rede de relações sociais”. Em termos lefebvrianos, estamos falando da produção do espaço na dimensão do vivido.

Com essas bases comuns, num contexto de autoritarismo estatal, se formaram espaços coletivos onde eram compartilhados angústias e anseios, necessidades e projetos comuns. São frequentes os relatos das mulheres dessa geração sobre a organização que faziam para cuidar das crianças cujas mães que precisavam trabalhar e não tinham creche para deixar os filhos. O apoio mútuo nas formas de organização da vida cotidiana, a assistência da igreja com os espaços e doações, a produção de “multimistura” da pastoral, foram práticas que fortaleceram laços pessoais e afetivos entre elas.

Nesse sentido, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgem como espaços de sociabilidade e partilha coletiva, fortemente atreladas ao modo de vida comunitário dos bairros. Com isso, desempenharam um papel essencial na identificação de problemas e interesses comuns e articularam o projeto familiar de mobilidade social ao coletivo, de melhoria urbana. A partir da reflexão coletiva e das leituras religiosas, os membros das CEBs faziam uma “releitura das próprias condições de vida à luz de um texto bíblico, onde viam a referência à

¹⁶⁴ São conhecidos os churrascos na laje e as feijoadas de final de semana, que simbolizavam esses atos de cooperação.

justiça e aos valores mais profundos da existência” (SADER, 1988, p.207). Um aspecto interessante da pedagogia religiosa produzida nas CEBs é que, enquanto dá um lugar para o sofrimento cotidiano da vida difícil, confortando a “alma”, ela também deu a ele um sentido prático e político, da *luta* como uma caminhada do povo por uma vida digna.

A conscientização dos problemas do bairro e da importância de lutar para conquistar melhores condições de vida produziu, nos participantes das CEBs, uma forte atitude crítica e uma disposição de reivindicar direitos. “Quem foi responsável por todas as melhorias da periferia fomos nós, a vinda da escola, do ônibus, do posto de saúde, do asfalto, da água. E tudo foi luta contínua, porque uma coisa não separava da outra”, registra Ana Maria Dias (HISTÓRIA... 2009).

A consciência de seus direitos consiste exatamente em encarar as privações da vida privada como injustiças no lugar de repetições naturais do cotidiano. E justamente a ‘revolução’ de expectativas produzida por essas mulheres esteve na busca de uma valorização da sua dignidade, não mais no estrito cumprimento de seus papéis tradicionais, mas sim na participação coletiva numa luta contra o que consideraram as injustiças de que eram vítimas. E, ao valorizarem a sua participação na luta por seus direitos, constituíram um movimento social contraposto ao clientelismo característico das relações tradicionais entre os agentes políticos e as camadas subalternas (SADER, 1988, p. 222).

Uma diferença importante entre os movimentos de bairro surgidos das Comunidades Eclesiais de Base e as antigas Sociedades Amigos de Bairro (SABs)¹⁶⁵, é a experiência coletiva daqueles vir “de dentro para fora”, partindo de práticas de solidariedade interna associadas à reflexão pedagógica para a formação de uma nova consciência, impulsionando a ação política. As reivindicações passavam a ter um caráter de exigência de direitos, e não de “dávias a serem obtidas mediante barganha com os representantes do Estado” (SINGER, 1980, p.105).

A Igreja Católica teve destaque na organização desses movimentos, pautando os valores do trabalho e da família no campo e na cidade (Pastoral da Terra, Pastoral Operária, Associações de Bairros). Nessa época, a Teologia da Libertação estava em ascensão, como resultado de redefinições internas na Igreja, que respaldavam ações de cunho político. O Concílio Vaticano II abriu maior espaço de discussão e interpretação da Bíblia e, na América Latina, o Encontro dos Bispos definiu a “opção pelos pobres”, apontando um posicionamento da Igreja frente à

¹⁶⁵ As SABs têm origem na Sociedade Amigos da Cidade (SAC), de cunho aristocrático, fundada em 1934 e liderada por profissionais liberais. Nos anos 1950, são fomentadas como estratégia de campanha do candidato a prefeito Jânio Quadros, eleito pela primeira vez em 1953. Diversos comitês eleitorais que atuaram na eleição de Jânio foram, na sequência, transformados em SABs e passaram a funcionar como elo entre a população carente de serviços públicos e o poder público, na maioria das vezes com um viés fortemente clientelista (SINGER, 1980). Com o fechamento democrático, elas se esvaziaram, passando a ter caráter meramente recreativo ou assistencial, promovendo festas, bailes e pequenos torneios esportivos.

desigualdade social. Quando D. Paulo Evaristo Arns chegou à Arquidiocese de São Paulo, em 1970, estabeleceu quatro prioridades: CEBs, Direitos Humanos, Operação Periferia, Pastoral do Trabalho.

No Jardim Ângela, Padre Jaime Crowe, 83 anos, da Paróquia Santos Mártires¹⁶⁶, é hoje um dos últimos remanescentes dessa linhagem na Igreja Católica, que passou a ser desestruturada no período militar. Ainda muito ativo na região, ele diz como compreende a teologia da libertação:

O que ficou conhecido como Teologia da Libertação, eu prefiro chamar de retorno ao Evangelho, porque não foi uma coisa nova que foi criada, era confrontar o fato da vida com a Bíblia. Ninguém dizia “aqui é Teologia da Libertação”, foi uma coisa prática, era no dia-a-dia da vida. Eu lembro de um fato concreto: D. Benedita, uma lutadora, ao dar à luz o 11º filho, morreu de parto. Fiz o velório na casa dela, um “buraco”; as crianças chorando de fome, não tinha um grão de feijão na casa. Isso foi em 1974. O marido dela trabalhava numa firma (Fibracaixa), que os donos viviam querendo me levar para um movimento chamado “Encontro de casais com Cristo”. Tudo era maravilhas lá (risos). E, nesta mesma noite do velório, o filho deles estava fazendo aniversário de 18 anos e ganhou um Mustang, que era o carro da moda na época. O marido da D. Benedita não tinha sido pago por três meses, com 10 filhos em casa... Então, um casal, que era uma boa gente... mas são dois pesos... e, queira ou não queira, tem muito isso na Igreja... Vão promover o encontro de casal com Cristo, mas que Cristo é esse? (Padre Jaime, Paróquia Santos Mártires – Entrevista para a autora em 07/04/2018)

O relato acima revela o sentido prático da teologia da libertação, que tinha forte conexão entre a vida cotidiana e a subjetivação política, inclusive no caso dos próprios membros da Igreja. Padre Jaime veio ao Brasil em 1969, numa missão irlandesa que tinha como orientação fazer frente ao “avanço do Comunismo”. “Era a visão dos anos 50 e 60, que o comunismo era o bicho papão”, ele comenta, fazendo graça. No discurso católico estava a afronta da ideia de que a religião era o ópio do povo, a condenação da violência das revoluções no Leste Europeu e a influência da propaganda anticomunista.

No Brasil, porém, ele encontrou um dos momentos mais violentos da ditadura militar e de acelerada expansão demográfica na RMSP, marcada pela desigualdade social. Então, “foi o contrário, o que os países europeus sofreram com o domínio soviético, na América Latina sofriam com o capitalismo”. Encaminhado desde o início para as regiões periféricas onde moravam os trabalhadores, ele conta que passou a atuar “articulando o povo, quem procurava moradia, ou a luta por transporte, que também era terrível na época”. Depois que abraçou a tendência política da Igreja, passou a ser vigiado constantemente e foi intimado a ir embora várias vezes. Certa vez, recebeu estudantes em sua casa, porque queria avisá-los de que uma

¹⁶⁶ O nome da Paróquia é uma homenagem aos perseguidos pela ditadura militar.

professora corria risco e precisava fugir. No dia seguinte os estudantes tinham sido presos e torturados. “Isso porque não tinha nem iluminação na rua da casa!”, conta.

Durante o regime militar, a Igreja Católica foi um importante abrigo aos coletivos populares, permitindo a gestação de forças sociais de resistência e enfrentamento ao Estado. No Jardim Ângela, essa organização foi significativa, tendo sido reconhecida recentemente pela Comissão da Verdade como centro de resistência à ditadura. Dois acontecimentos marcaram a história política local: o surgimento do Movimento Contra a Carestia e o assassinato do líder operário e morador da região, Santo Dias, pela ditadura. Esses dois acontecimentos dão conta dos vínculos entre o universo da fábrica e o do bairro, das lutas nos âmbitos da produção e da reprodução social nessa época.

Ligado à pastoral operária, Santo Dias e padre Jaime eram amigos e atuavam juntos na região do Jardim Ângela, onde sua esposa, Ana Maria Dias, era uma líder comunitária e fazia parte dos grupos de mulheres que deram origem ao Movimento Custo de Vida (MCV). A partir das práticas de solidariedade entre mulheres, intermediadas pela Igreja Católica, organizam-se coletivos de bairro articulando-se a outras formas de organização social e projetando-se na cena pública como sujeitos coletivos. O MCV se origina nos clubes de mães da Igreja Católica em meados dos anos 1970, constituindo-se em importante espaço de restituição da política e abrigo para outros movimentos, a partir do qual se organizou resistência à ditadura e fortaleceram-se lutas sociais. No Jardim Nakamura (bairro do distrito do Jardim Ângela), o MCV denunciava o arrocho salarial e as condições de miséria a que estavam submetidos os trabalhadores, vivendo nas periferias sem infraestrutura urbana e sem acesso aos serviços públicos básicos.

Em 1970, a gente começou a participar lá na Vila Remo [bairro do Jardim Ângela] junto com o Padre Luís Giuliani, a gente formou, junto com a Odete, o grupo de mães pra discutir a problemática das mulheres, a falta de liberdade, a carestia, a falta de escola, a falta de saúde. Não tinha, na verdade, não tinha asfalto, não tinha esgoto, não tinha escola, por tudo a gente tinha que lutar; então pra cada uma dessas questões, a gente fazia um movimento específico pra lutar e poder ter as coisas que a gente queria. (Maria Felipe, 66 anos, Jardim Ângela, depoimento à Comissão da Verdade M’Boi Mirim Santo Dias da Silva, 2014)

Por meio de uma pesquisa na região, elas mostravam ao governo que os salários eram insuficientes para comprar a cesta básica familiar. Escreveram uma carta ao Presidente Geisel com os dados. Ele não deu atenção, mas a carta repercutiu no Congresso e abriu caminho para uma série de contestações.

A iniciativa dessas mulheres da periferia, mobilizadas em torno da vida cotidiana, foi um momento em que a ação coletiva venceu o medo, desencadeando um ciclo virtuoso da política no Brasil. Ana Maria conta que “o grupo de mães da Vila Remo escreveu a carta morrendo de

medo das paredes, porque era uma coisa muito séria fazer uma carta daquele nível” (HISTORIA... 2009). Com a ajuda da Igreja Católica, o Clube de Mães começou a organizar assembleias e ações, produzindo reflexão sobre as contradições entre o trabalho e as condições de vida urbana. Estrategicamente, o movimento não se colocava como oposição ao regime, preferindo pautas concretas, como o congelamento de preços de gêneros de primeira necessidade, a concessão de abono aos trabalhadores e o aumento dos salários acima da elevação do custo de vida (SINGER, 1980). As ações incluíam realização de jograis, peças de teatro e abaixo-assinados conseguidos nos diversos espaços coletivos do bairro e de porta em porta. Uma das iniciativas mais relevantes foi o abaixo-assinado com 1.250.000 assinaturas direcionado ao Presidente da República¹⁶⁷, que expunha as condições em que viviam os trabalhadores, questionando a política econômica. A partir do ato de 1978 na Praça da Sé, que reuniu 20 mil pessoas e sofreu forte repressão policial, as articulações constituídas em torno do movimento se ajustaram. O movimento agregou militantes de esquerda e apoio do PC do B, o que ajudou a luta a se espalhar por outros estados, como Movimento Contra a Carestia (MCC).

Desde o começo, o conteúdo das reivindicações e o sentido do movimento foram atrelados às condições de trabalhador periférico – daí porque a relação entre movimentos de bairro e sindical tenha se estreitado. No contexto de repressão e sem representatividade dos interesses dos trabalhadores, a reconexão das esferas da produção e da reprodução social se deu desde a territorialidade, na luta política por direitos. Sem a estrutura sindical, comprometida com o regime, e frente à situação precária dos bairros onde viviam os trabalhadores, era comum nessa época lideranças operárias atuarem tanto nas fábricas, por meio das comissões operárias, quanto nos bairros, por meio de movimentos e associações. Era o caso de Santo Dias, que também atuava no MCV com Ana, sua esposa. Operário, migrante, expulso da terra onde vivia por participar de lutas camponesas, ele trabalhou em várias fábricas e tornou-se uma liderança da oposição sindical metalúrgica e um membro do Comitê Brasileiro de Anistia. No parque industrial de Santo Amaro, os movimentos de oposição sindical tinham força e organizaram mobilizações nas fábricas da região: Caterpillar, MWM, Metal Leve, Semp, Caloi, Silvânia, entre outras (SADER, 1988). Depois de 1974, os operários se reuniam na Interfábricas, grupo ligado à Oposição Metalúrgica, com apoio da Pastoral Operária da Igreja Católica.¹⁶⁸

¹⁶⁷ As reivindicações eram: o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, o aumento dos salários acima do aumento do custo de vida, e um abono salarial de emergência imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores.

¹⁶⁸ Todas as informações foram levantadas no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM/UNESP)

O assassinato de Santo Dias na porta da fábrica no início das grandes greves, em 1979, num piquete em Santo Amaro, gerou comoção nacional e mobilizou sindicatos e parlamentares pela liberação do seu corpo, cujo velório se tornou um ato político. Com isso, a unidade da greve e os protestos contra a ditadura se acentuaram. Ainda hoje, sua memória segue viva na experiência operária daquela geração, dando nome a praças, ruas e parques da cidade, e a uma ocupação do MTST.

Assim, houve, no contexto de precariedade urbana nos bairros periféricos, exploração do trabalho nas fábricas e a reabertura política, confluência de movimentos de bairro, setores da Igreja Católica, sindicalismo de base e intelectuais de esquerda, iniciando uma mobilização política central na história do país. É partir dessa base que se constituíram as forças políticas de oposição ao regime militar e um projeto político pautado pela gramática dos direitos, compondo o ciclo político de democratização a que me refiro neste trabalho.

Por intermédio do sujeito histórico migrante-trabalhador-morador do bairro e suas lutas coletivas nas fábricas e nos bairros “por uma vida melhor”, o conflito social ganhou visibilidade e, com ele, a construção de sujeitos coletivos. Entram em cena “novos personagens políticos”, na expressão de Sader (1988), que estruturam o campo de conflitos a partir de baixo nas décadas seguintes. Ao longo dos anos 1980, se articulam as principais organizações sindicais (CUT) e movimentos populares (MST, UMM), e o próprio Partido dos Trabalhadores (PT).

No horizonte político engendrado nesse ciclo de lutas estava a “utopia da sociedade salarial” (CARDOSO, 2010) e uma noção de cidadania que reivindicava participação política e universalização de direitos sociais, como já amplamente discutido pela bibliografia. Com a transição democrática e a mobilização social, a Constituição de 1988 traduziu parte dos anseios sociais em direitos instituídos e diretrizes institucionais.

As questões ligadas à moradia e à urbanização congregaram um dos campos mais mobilizados na época, pautando uma agenda política importante por meio do Movimento de Reforma Urbana, constituído em torno de uma ampla articulação social entre movimentos urbanos, técnicos e profissionais liberais ligados à temática urbana por meio de suas entidades de classe. Na política urbana, ficou estabelecido na CF/88 o princípio da função social da propriedade e o direito dos ocupantes informais, criando bases jurídicas para a implementação da agenda de reforma urbana, a qual incluía: o reconhecimento do direito dos posseiros, a luta contra a especulação imobiliária e a democratização dos processos decisórios das políticas urbanas. A habitação foi reconhecida como direito fundamental e foram definidos os marcos

para a construção de uma política habitacional orientada pelos princípios de participação e descentralização.

Entretanto, no momento seguinte, tanto a promessa da cidadania salarial quanto as definições em torno da urbanização tiveram desdobramentos paradoxais, em vista do processo de neoliberalização.

3.2.3. *Novas configurações urbanas: entre a explosão periférica e a “cidade global”*

Desde a década de 1980, o Jardim Ângela passa por uma explosão demográfica e ainda hoje cresce numa taxa de 1,6%, muito superior à média paulistana de 0,8%. Fato desconcertante é que isso tenha ocorrido a despeito da redução do crescimento vegetativo e dos fluxos migratórios, que alimentaram a expansão urbana no período anterior. Segundo o Censo de 1991, os fluxos migratórios para o estado de São Paulo caíram de 42% para 9% entre 1980 e 1990¹⁶⁹.

Tabela 3 – População recenseada do Município de São Paulo, Subprefeituras da Sé, M’Boi Mirim e Pinheiros e seus Distritos, em números absolutos

Unidades Territoriais	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
MSP	2 151 313	3 667 899	5 924 615	8 493 226	9 646 185	10 434 252	11.253.503
Sé	350 947	432 708	445 175	526 170	458 677	373 914	431.106
Bela Vista	46 340	57 364	64 704	85 416	71 825	63 190	69.460
Bom Retiro	45 880	53 893	45 662	47 588	36 136	26 598	33.892
Cambuci	35 499	39 789	39 727	44 851	37 069	28 717	36.948
Consolação	38 228	52 182	60 600	77 338	66 590	54 522	57.365
Liberdade	55 523	68 210	71 503	82 472	76 245	61 875	69.092
República	35 994	48 346	50 348	60 999	57 797	47 718	56.981
Santa Cecília	63 460	80 581	83 075	94 542	85 829	71 179	83.717
Sé	30 022	32 343	29 555	32 965	27 186	20 115	23.651
M’Boi Mirim	10 902	30 754	121 141	271 214	382 657	484 966	563.305
Jardim Ângela	4 325	12 199	48 052	107 580	178 373	245 805	295.434
Jardim São Luís	6 578	18 555	73 089	163 634	204 284	239 161	267.871
Pinheiros	169 003	247 079	297 644	378 617	339 630	272 574	289.743
Alto de Pinheiros	29 529	38 371	44 573	51 178	50 351	44 454	43.117
Itaim Bibi	31 563	61 917	84 923	114 956	107 497	81 456	92.570
Jardim Paulista	60 681	79 504	91 051	117 804	103 138	83 667	88.692
Pinheiros	47 231	67 287	77 097	94 679	78 644	62 997	65.364

Fontes:

IBGE: Censos Demográficos, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos de 1950 e 1960

SMDU/Dipro - Retroestimativas e Recomposição dos Distritos para os anos 1950, 1960, 1970 e 1980

Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano/SMDU, adaptado pela autora

O aumento da densidade demográfica nas margens da metrópole, associado ao movimento de desocupação da região central e de bairros considerados de alto padrão, como é

¹⁶⁹ De fato, a maioria dos relatos que coletei entre moradores da região e integrantes da ocupação são de migrantes que chegaram ao Jardim Ângela no momento de massificação das periferias. Porém, eles haviam migrado há mais tempo para São Paulo e só depois se mudaram para lá, o que indica que as condições de fixação urbana estavam se alterando.

o caso do distrito de Pinheiros, vizinho ao Jardim Ângela (tabela), indicam mudanças na dinâmica de produção da cidade.

Nas duas últimas décadas do século XX, vê-se a redução relativa da importância da indústria na economia do país e a constituição de novas centralidades, reestruturando São Paulo como “metrópole global”. A reconfiguração territorial impulsionada pela reestruturação produtiva e pela globalização do capital tem dois movimentos conhecidos: de um lado, a dispersão territorial da produção fabril e, de outro, a centralização decisória e do controle voltada à gestão do processo de valorização do capital, criando novos centros urbanos (LENCIONI, 1998).

Modifica-se, assim, a natureza da centralidade da metrópole, com a afirmação do polo financeiro. No caso do novo centro econômico de São Paulo, no eixo sul, a construção do Centro Empresarial de São Paulo (CENESP), ainda em 1977, no M’Boi Mirim, ilustra bem o movimento de centralização do capital e o deslocamento do centro econômico para o sul da cidade. O empreendimento de iniciativa de um conglomerado industrial estrangeiro, *Bunge y Born*, foi concebido para centralizar a gestão de suas empresas (Moinho Santista, Quimbrasil, Coral, Sanbra). Inicialmente isolado na região e sem grandes prospecções de rentabilidade, logo sua área de mais 400 mil m² passou a servir à exploração comercial do espaço¹⁷⁰. O conceito de *Intelligent Building*, escritórios inteligentes equipados com tecnologia de ponta, concentrados numa espécie de condomínio fechado para corporações, ajusta-se aos termos do espaço “autossuficiente”, que funciona como uma cidade dentro da cidade: “Local onde as pessoas trabalham e podem satisfazer suas necessidades, realizar suas vontades e promover múltiplas relações sociais, o Centro Empresarial de São Paulo funciona como uma pequena cidade”¹⁷¹. Ganha expressão o espaço concebido (abstrato) de que fala Lefebvre (2002).

A busca de mobilidade geográfica do capital faz empresas deixarem de imobilizá-lo em grandes estruturas físicas e optarem por ser inquilinas de imóveis concebidos para suas funções. Esse movimento converge com a financeirização. Assim, empreendimentos corporativos que se sucederam ao CENESP já foram sendo concebidos como estratégia de valorização do capital atrelada ao circuito financeiro, via, frequentemente, fundos de pensão. Entre 1984 e 1999, foram lançados mais de 800 mil m² de edifícios corporativos na região da Marginal Pinheiros, com participação dos fundos de pensão, como PREVI, Fundef, Sistel e outros¹⁷².

¹⁷⁰ Além das sedes administrativas do grupo proprietário do complexo, outras multinacionais locaram os espaços, como a Rhodia, que ocupou um edifício inteiro, Gessy Lever, a Mercedes-Benz e a Alcoa.

¹⁷¹ Cf. Anúncio oficial em: <http://www.centroempresarial.com.br/pt-br/o-complexo/>

¹⁷² Eduardo Alberto Cusce Nobre, *Reestruturação econômica e território*. Cf.: Fix (2015).

Assim, a indústria na Av. das Nações Unidas foi dando lugar aos megaprojetos urbanos e suas torres de escritórios, ocupadas por bancos, redes hoteleiras e empresas de tecnologia e informação. Vêm condomínios de luxo, surgem obras públicas na Marginal Pinheiros, terrenos encarecem e moradias irregulares são pressionadas a sair. Entram em cena o empreendedorismo urbano e práticas de remoção das favelas na região.

Para Rolnik (2015), esse é o ponto de encontro entre o avanço do *complexo imobiliário-financeiro* e os *territórios populares*, o qual se insere nas grandes mudanças econômicas, políticas e territoriais que ocorrem nas cidades do mundo todo, na era de hegemonia do pensamento e das práticas de gestão neoliberais. Na avaliação da autora, as práticas de despossessão e expulsão não representam apenas uma máquina de produção de proletários, mas uma espécie de efeito colateral de uma nova geografia, baseada no controle de ativos – títulos de propriedade capitalizados, baseados na expectativa de rendimento futuro ou no estado de escassez (ROLNIK, 2015). Diante disso, as terras antes ocupadas por pobres sem garantia de propriedade passam a se constituir em “reservas de ativos”, passíveis de serem efetivadas como tal.

No caso das operações urbanas envolvendo o novo centro econômico-financeiro de São Paulo, temos uma situação bastante clara dessa articulação entre o “moderníssimo” processo de acumulação por meio da circulação financeira pelo espaço construído, e a produção de uma urbanização excludente e degradante da vida. No seu trabalho sobre a operação Água Espraiada, Fix (2001) relata uma das maiores remoções já realizadas na cidade, quando cerca de 40 mil pessoas foram retiradas da região de Pinheiros para a construção de edifícios corporativos. As contrapartidas oferecidas pelo consórcio e o Estado são as de sempre: passagens para a terra natal, recursos financeiros variáveis, encaminhamento habitacional em periferias distantes. No caso, pela insuficiência das 638 moradias oferecidas e pelas incertezas sobre elas, incentivou-se a opção pelos recursos financeiros, que não podiam ser usados para comprar um imóvel na mesma área. Pela zona de influência e pelos baixos preços dos lotes, as áreas não ocupadas do Jardim Ângela foram um dos principais endereços dos removidos.

Ao estudar o deslocamento da centralidade econômico-financeira para a região do rio Pinheiros, Fix (2015) mostra como a produção do ambiente construído funciona como uma “máquina de crescimento”, cuja regra é intensificar o uso da terra, substituindo usos pouco rentáveis, como a habitação, por empreendimentos lucrativos. Para isso, os agentes econômicos influenciam o funcionamento do mercado, o valor dos imóveis, e decisões sobre investimentos

públicos e privados. Essa “frente de expansão imobiliária”, que funciona como um sistema composto por diversos agentes, definiu a face “globalizada da cidade”, segundo a autora.

Dessa forma, o espaço urbano deixa de ser só o lugar da produção e da reprodução da força de trabalho e passa, ele mesmo, a ser produzido como mercadoria, o que afeta o modo de habitar a cidade. Diferente da industrialização fordista, que esteve atrelada ao movimento de “ajuste espacial” (HARVEY, 2004) frente ao ciclo expansivo do capital em busca de novos investimentos produtivos, na atual fase de ascensão do capital rentista e de escassez de terras e recursos naturais (ROLNIK, 2015), a mercantilização e a valorização do espaço urbano pela atuação do capital imobiliário na figura das grandes corporações e incorporadoras expõe a reprodução da cidade enquanto negócio.

Nesse sentido, o modelo de expansão periférica, enquanto modo de inserção urbana dos trabalhadores durante a industrialização, perde seu sentido à medida que a reestruturação produtiva altera a configuração organizacional e afeta os níveis de emprego e a estrutura ocupacional. Movidas pelos ventos da globalização, muitas fábricas fecharam, saíram da cidade ou foram automatizadas¹⁷³. Os moradores do Jardim Ângela recordam que, na fábrica de bicicletas da Caloi, que empregavam 5 mil trabalhadores em 1979, havia apenas 250 uma década depois. Entre 1993 e 1998, o desemprego na RMSP aumentou de 14,2% para 18,3% e a participação relativa do trabalho assalariado declina de 71,6%, em 1990, para 61,6% em 1997 (DIEESE/SEADE). O recuo do assalariamento e a interrupção do ciclo de mobilidade ocupacional promovido pela industrialização fazem aumentar a desigualdade e deteriorar as condições de vida urbana¹⁷⁴.

Entre os anos 1990 a 2000, explode a favelização, o adensamento demográfico nas periferias e as “ocupações de risco”. Impulsionada pelo desemprego, pela valorização dos bairros consolidados, ou pelas remoções de áreas valorizadas, a ocupação do Jardim Ângela avançou em ritmo acelerado. Os moradores contam que era preciso vigiar os terrenos, porque “do dia para a noite” amanheciam ocupados. A ocupação desses bairros não difere muito das práticas anteriores, ditas “ocupações desordenadas”, avançando num emaranhado de situação legais e ilegais, regulares e irregulares, formais e informais. Três práticas são recorrentes nos

¹⁷³ Já no início de 1983, a indústria paulistana demitiu 47 mil trabalhadores. Os cortes em obras públicas afetaram a construção civil, a Odebrecht demitiu 4 mil funcionários e a inflação elevava o custo dos alimentos em 35%. Entre 1980 e 1985, a metrópole perdeu 144 mil postos de emprego na indústria e apenas 87,6 mil foram recriados no interior do estado de São Paulo (LENCIONE, 1998, p.199).

¹⁷⁴ Nos anos 1960, 20% dos mais pobres detinham 3,5% da renda nacional, enquanto os 10% mais ricos detinham 39,7%. Em 1990 a desigualdade aumenta, os 20% mais pobres se apropriam de 2,3%, enquanto os 10% mais ricos ficam com 49,7% (IPEA, 1993).

relatos dos moradores, com ênfases variadas no tempo: a) os loteamentos, com a aquisição de terrenos, em geral no mercado informal; b) os mutirões ou ações do governo, com a aquisição de terreno e construção do imóvel por meio de programas públicos resultantes de remoção ou de habitação; c) as “invasões espontâneas”, por iniciativa individual ou coletiva em áreas interditas. O ritmo acelerado de ocupação do solo rapidamente atingiria as bordas do município e as margens do reservatório de Guarapiranga.

Atualmente, o distrito do Jardim Ângela possui o maior número de favelas na cidade: 89, conforme a Secretaria de Habitação de São Paulo; 31,29% dos seus domicílios são precários e 21,14% não têm acesso a esgoto, conforme o Mapa da Exclusão/Inclusão Social do Município de São Paulo, publicado em 2013. Ocupa o quarto pior lugar em termos exclusão na capital (-0,92 em uma escala de -1 a 1)¹⁷⁵, e o terceiro pior IDH da cidade (0,75)¹⁷⁶. Em 2017, o Mapa da Desigualdade, feito pela Rede Nossa São Paulo, mostrou que os moradores do Jardim Ângela vivem, em média, 54 anos, 25 a menos que no bairro vizinho, Jardim Paulista, a 19 km. Antípodas de uma unidade dialética, que revela na forma urbana o *ornitorrinco* (OLIVEIRA, 2015) que insiste em se atualizar na nossa realidade presente.

A pauperização das periferias nesse período expõe a erosão das promessas de progresso social e individual associadas ao binômio trabalho-moradia, expresso no projeto da casa própria, que havia configurado a organização coletiva e a sociabilidade periférica. Diante disso, a pobreza e a urbanização se tornam focos centrais da gestão nos territórios periféricos, como apontam os estudos urbanos. Segundo Peck, Theodore e Brenner (2012), o neoliberalismo opera um modo de governo pela gestão das crises, as quais o retroalimentam.

as crises podem ser consideradas um “motor” primordial da transformação do neoliberalismo como projeto regulador, uma vez que crises específicas do bem-estar keynesiano e do desenvolvimentismo estabeleceram as condições e os campos socio-institucionais de ação para as primeiras rodadas de lutas regulatórias, durante a fase destrutiva do projeto, enquanto crises e contradições criadas pelo próprio neoliberalismo desde então formataram as rodadas cumulativas de (re)construção e reação. (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012, p. 71)

3.2.4. Da gramática dos direitos à gestão do social

Se a transição democrática havia sido marcada pela luta por ampliação dos direitos e melhoria das condições urbanas, nos anos 1990, a aposta política na nova cidadania e na construção da Constituição Cidadã acaba atropelada pela grave crise econômica e social que

¹⁷⁵ Mapa da Inclusão/Exclusão da Cidade de São Paulo III São Paulo: CEDESP/PUCSP; 2013. Coordenação: Sposati, A.

¹⁷⁶ Fonte dos dados: Infocidades. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/subprefeituras. Acesso em 26 ago de 2016.

teve lugar no país. Com a promessa da democratização e da integração pela cidadania, vinha o desalento do desemprego e da precarização do trabalho.

Nesse período, o Jardim Ângela atravessa um dos piores capítulos de sua história: a violência generalizada, que o tornou conhecido como o bairro mais violento do mundo, segundo a ONU, em 1996¹⁷⁷, com 120 mortos por 100 mil habitantes. Os moradores contam que as disputas entre facções criminosas (“highlanders”, “brancos”, “tupis”) instauraram o terror nos bairros. A violência saiu do controle da comunidade para tomar o controle de suas vidas. Ela marcou a experiência de cada morador, cujas histórias registram a banalidade dos corpos espalhados pelo bairro, o drama para manter os filhos afastados do crime e das drogas, situações de luta pela sobrevivência – histórias de uma geração inteira que viu seus conhecidos “se perderem”. Entre a população mais vulnerável ao crime estão os jovens do sexo masculino, com taxa de 332 (entre 15 a 19 anos) e 447 (entre 20 a 29 anos) mortos a cada 100 mil habitantes. Isso ocorre por ser esta uma das regiões com maior densidade juvenil, cuja vulnerabilidade dos jovens entre 15 e 19 anos chega a 76 pontos¹⁷⁸.

Num contexto em que não havia alternativas às crianças cujos pais se ausentavam o dia todo, a rua era tida como “caminho sem volta”. Assim, muitos pais a interditavam para os filhos, aprisionando-os em casa ou buscando algum trabalho para os mais velhos. São essas experiências que surgem nos relatos de moradores do Jardim Ângela, como Bruno (35 anos), um dos meus interlocutores no bairro. Ele conta que, quando criança, tinha medo de recusar “favores” solicitados pelos criminosos: “vai ali ver aquele casal, se é policial disfarçado”. Receosa das consequências desse meio para ele, a mãe, que trabalhava como doméstica e cuidava sozinha dos três filhos, tratou de tirá-los de circulação. Inicialmente, conversou com alguns padres e conseguiu internar os filhos num colégio para meninos, em Ipiranga. Depois, foram a um abrigo chamado “Casarão”, no Capão Redondo. Lá, “parecia uma prisão, era tudo fechado, não tinha nada para fazer”. Quando a ONG responsável pelo local conseguiu um patrocínio da Parmalat, os meninos foram levados a um lugar chamado “Aldeia”, em Jundiaí, onde também se recebiam moradores de rua. Alguns adolescentes eram contratados como aprendizes na fábrica da Parmalat, outros eram responsáveis pelas tarefas do abrigo, pois não

¹⁷⁷ A esse respeito ver: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/11/brasil/14.html>; <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/8/18/brasil/34.html>; <http://reporterbrasil.org.br/2006/01/das-manchetes-policiais-para-a-revolucao-social/>

¹⁷⁸ O Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), criado pela Fundação Seade, é calculado a partir da identificação dos fatores socioeconômicos e demográficos potencialmente capazes de afetar a vida dos adolescentes e jovens residentes nos distritos da capital. O IVJ varia em uma escala de 0 a 100 pontos, em que 0 representa o distrito com menor vulnerabilidade e 100 o com maior.

havia funcionários no local. Por fim, a “Aldeia” acabou denunciada por tráfico de crianças, e quem tinha família, como Bruno, voltou para casa. De volta à periferia, ele já “não sabia se virar como os colegas”, faltava-lhe o repertório da rua. Na escola, também não progredira; com 15 anos, estava cursando a 5ª série pela terceira vez. Na juventude, não via possibilidades para seu futuro: “tinha acabado o ensino médio, vivia ‘duro’, sem nada em vista...” Por diversas vezes, fora seduzido pela vida do crime.

Eu achava que a escola não dava futuro, via os caras aqui da rua que estudavam, até saíam para trabalhar, mas não conseguiam nada... e os que não estudavam conseguiam, andavam com aquelas motos e as mulheres bonitas, com a bunda empinada, quem na adolescência não quer ter isso?. Eu tinha um chinelo de uma cor, outro de outra, achava que eu podia ter o que eles tinham: amizade (que eu não sei se era verdadeira), como me vestir, mulheres... (Bruno, morador do Jardim Ângela, entrevista concedida à autora em 05/09/2017)

Enquanto saltou de um emprego precário a outro, Bruno viu colegas e conhecidos serem absorvidos pelo tráfico de drogas, após terem deslizado para pequenas práticas ilícitas: “eram todos ladrões de galinha, clonava um cartão aqui, roubava uma casa ali, vendia droga lá. Mas todos têm passagem”, conta ele. No início dos anos 2000, entretanto, o crime ganhou outra dimensão. Ele lembra que os “irmãos metralha”, uma gangue da região, apareceram em sua rua recém-saídos da cadeia e se instalaram lá.

Eram moleques que moraram ali embaixo e roubavam galinha para comer, na época que o pessoal aqui criava galinha e plantava. Eu jogava bola com eles. Aí foram para a Febem e depois para a cadeia. Quando saíram de lá, vieram com sangue nos olhos. Não sei como conseguiram tanto armamento pesado. Eles faziam roubo e ofereciam churrasco, samba, traziam coisas boas para esses moleques daqui. (Bruno, morador do Jardim Ângela, entrevista concedida à autora em 05/09/2017)

O relato reafirma o conhecido debate sobre a relação entre a política de encarceramento em massa dos anos 1990 e o surgimento do crime organizado nas cadeias, como uma nova modalidade de governo dos envolvidos nas atividades criminosas¹⁷⁹. A ascensão do “mundo do crime” deixa evidente que ele não brotava na ausência do Estado.

Histórias como a de Bruno marcaram sua geração, que nasceu na periferia e cresceu nesse contexto de violência e desemprego, seduzidos pelo consumo e pelo crime. Em conjunto, a violência e a pobreza instauram uma situação de insegurança social que reverbera nas relações sociais nos bairros periféricos e, de forma mais ampla, no esgarçamento do tecido social. Os impactos da recessão econômica e do desemprego deixavam os jovens sem alternativas.

¹⁷⁹ Sobre esse tema ver Feltran (2014)

Em meio a essa situação e ao estigma social, a população periférica buscou formas de sobrevivência social. “*Sobrevivendo no inferno*” (1997), dos Racionais MC’s, é a síntese da vida na periferia, elaborada numa expressão cultural, artística e subjetiva própria dela. Foi nesse momento, em que a luta pela sobrevivência catalisou a dinâmica social da periferia em torno de soluções práticas nesse contexto de morte, que a população do Jardim Ângela começou a se organizar para enfrentar a situação da violência que inviabilizava suas vidas. “Não aguentava mais enterrar jovens no cemitério”, conta Padre Jaime. A Paróquia Santos Mártires começou a organizar o Fórum Social em Defesa da Vida, que reunia organizações sociais, professores e pais que haviam perdido filhos para o crime, numa caminhada pela paz, que ia até o cemitério, passando pelo chamado “triângulo da morte” (Jardim Ângela, São Luiz, Capão Redondo). Segundo o Padre Jaime, a ideia era contrapor-se à solução de “construir grades mais fortes e muros mais altos”. A caminhada, que reuniu cinco mil pessoas à época, ainda é realizada todos os anos e dialoga com temas em pauta na periferia.

Quando a gente analisava o problema da violência, a primeira coisa que se identificava era a ausência do poder público na região. Era um posto de saúde que não funcionava e uma escola aqui e ali, professora que não vinha. Abandono total. A segunda, era a falta de perspectiva para os jovens. Lembro de um menino na frente do caixão do irmão dizendo: ‘não está melhor que eu? Viver para que?’. Enterrei o mesmo moleque quase um ano depois. E a terceira causa era o tráfico, briga entre quadrilhas pelo controle do tráfico. Tudo o que foi conseguido foi chorado, não foi fácil. (Padre Jaime, Paróquia Santos Mártires – Entrevista concedida à autora em 07/04/2018)

Em torno do Fórum, lideranças locais e moradores constituíram uma rede de articulação entre organizações sociais, universidades e ONGs mobilizadas politicamente. Dali passaram a reivindicar políticas de segurança, saúde, educação e assistência social, e a atuar frente à grande imprensa, buscando desconstruir o *estigma social* ao qual o Jardim Ângela tinha sido relegado. Além da intervenção do Estado, que passava pela polícia e pelas políticas sociais, outros fatores, como a organização do crime (PCC) e o crescimento das Igrejas evangélicas, influíram na relativa “pacificação social” e na reconfiguração dos territórios periféricos desde então.

Assim, associadas à presença do crime ou em nome de seu combate, outras mediações se articularam, alterando a dinâmica cotidiana das periferias e constituindo novos ordenamentos sociais inscritos no espaço periférico. Para alguns estudiosos, esses elementos definiram “regimes normativos” (FELTRAN, 2014), que explicitam as formas como as margens criam seus próprios modos de agenciamento das dores, sofrimentos e dramas dos moradores das periferias. Foge ao escopo deste trabalho aprofundar essas questões, de modo que apenas

indicarei algumas ações que apontam o deslocamento na dinâmica social, em seus modos de gestão dos conflitos e nas condições da ação coletiva.

a) A polícia pacificadora:

Inicialmente, os moradores se mobilizaram em um projeto de policiamento comunitário. “Queríamos policiais que tivessem nome”, diz Padre Jaime, em referência à falta de confiança dos moradores nos agentes do Estado. Em 1998 e 1999, foram implantadas duas bases policiais no distrito, inspiradas no modelo de política comunitária de Tóquio. Como tinha muita visibilidade, o Jardim Ângela foi uma espécie de experimento, no qual foram realizados treinamentos policiais e diversas atividades esportivas e artísticas – inclusive, uma das bases ocupou uma pequena praça central e passou a dividir o espaço com um palco de RAP.

Diferente da polícia tradicional, a comunitária “cria laços com a comunidade”, explica o tenente Novaes. Com a perspectiva comunitária, ele destaca a melhoria na infraestrutura, pois, no início da década de 1990, o distrito contava com apenas 8 viaturas e cerca de 135 policiais, para uma população de mais de 200 mil pessoas. Atualmente, são 710 agentes, 62 viaturas e mais 12 motos¹⁸⁰. Segundo o Mapa da Violência de São Paulo da Unesco, entre 1998 e 2004, o incremento das verbas destinadas à Secretaria de Estado de Segurança Pública foi de 150%.

As lideranças e moradores locais afirmam que, no início, as bases comunitárias tiveram boa atuação. Havia poucos policiais, eles eram conhecidos de todos e agiam em conjunto com outras organizações e lideranças locais. Mas as mudanças na gestão da Segurança Pública e a ampliação do efetivo, seguidas de trocas constantes dos policiais, interrompeu o diálogo com a comunidade. Padre Jaime conta que uma das unidades policiais expandiu o efetivo para 200 PMs e, em menos de seis meses, houve morte entre eles. A constante troca de capitão nas unidades da PM dificultou o diálogo e aproximação com o bairro, e os policiais mais engajados no projeto da polícia comunitária sofreram perseguição dentro da própria corporação, ou foram distribuídos a outras localidades. Os moradores também relatam situações de corrupção em vários níveis, o que torna a polícia mais desacreditada. É raro alguém mostrar confiança total nos policiais. Alguns os veem como “bandidos”, outros avaliam que há pouca “interação com a comunidade”, e há ainda os saudosistas do tempo da “rota na rua”, idealizada como não corrupta.

Em 2016, a 21ª Caminhada pela Vida e pela Paz trouxe a questão da violência policial como tema: “Periferia muda não muda nada”. Na ocasião, foi realizado um Tribunal Popular

¹⁸⁰ Cf. Repórter Brasil, 12 jan. 2016. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2006/01/das-manchetes-policiais-para-a-revolucao-social/> Acesso em 10 já. 2017.

“pelo fim dos genocídios das juventudes negra, indígena, pobre e periférica”. A intenção era “colocar o Estado no banco dos réus para julgar os crimes cometidos contra as juventudes da região”, e formalizar as reivindicações numa ação civil pública.

b) A organização do PCC

Ao mesmo tempo, é conhecido de todos os moradores que a violência insana entre as gangues do tráfico foi estancada com a organização dos traficantes pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) na área, instituindo ordem ao mundo do crime. Isso porque a experiência anterior, que havia trazido terror aos bairros, é contraproducente ao crime.

Não era como no Caiçara [bairro vizinho], que os traficantes lá eram de boa com a população, tenho amigos que moram lá e eles não faziam nada, faziam festa de natal. Aqui [Jardim Ângela] tinha toque de recolher. Teve uma vez que uma viatura passou, viu um dos “irmãos metralha”, sabia quem ele era e não fez nada, não prendeu o cara, só pediu suborno e pegou a arma. Aí ele ficou puto, subiu gritando com todo mundo, espantou todo mundo da rua. Eles eram os reis da rua. Tinha uma casa de três andares sendo construída ali na esquina que eles tomaram para eles, por causa da vista para a avenida. Esse dente que tenho quebrado, foi de uma vez que eu estava aqui conversando com alguns amigos, quando o pessoal do Caiçara apareceu. Meus amigos disseram “entra”, eu estava de costas e não entendi nada. Quando olhei, a metralhadora parecia uma vassoura de tão grande que era, só ouvi aquele barulho de automático tu-tu-tu. Eu me joguei aqui na escada e bati a boca no chão. (...) Segundo o que eu sei, o PCC juntou as duas gangues e fez julgamento, porque eles estavam perdendo dinheiro, com tanta violência. (...) Hoje não é assim, ouvi dizer que para matar alguém, o matador investiga sua vida para saber se você “merece” ser morto. (Bruno, morador do Jardim Ângela, entrevista concedida à autora em 05/09/2017)

Como Bruno, outros moradores relatam episódios de acertos de contas e os famosos “tribunais” do crime, que passaram a instituir regras e controle sobre as mortes. Entre 2000 e 2004, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes caiu mais de 45%, embora permaneça elevada, passando de 118,31 para 64,5. O controle do PCC sobre o crime organizado foi um dos fatores que contribuíram para a redução dos homicídios, mas algumas lideranças locais mostram preocupação com a crescente capilaridade do PCC no aparato estatal¹⁸¹. Além disso, a sensação de insegurança continua entre os moradores, que frequentemente relatam roubos e furtos no bairro. Em 2017, durante a pesquisa de campo, as recomendações dos moradores eram para “tomar cuidado” na avenida M’Boi Mirim, principal via de acesso à região, pois estava sendo o principal local desse tipo de ação. Conforme os dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, os roubos variaram entre 1000 e 1200 casos/100 mil habitantes entre 1999 e 2013. O pico foi em 2003, quando foram registrados 7.280 roubos na região. Em 2014, voltaram a subir, registrando cerca de 1400 casos/100 mil habitantes, patamar em que se

¹⁸¹ Recentemente, o prefeito de Embu, Ney Santos, foi condenado por isso, ocasião em que o atual Ministro do Supremo, Alexandre de Moraes, suspeito de envolvimento com o PCC, o defendeu publicamente.

mantém desde então. Já os furtos têm uma trajetória crescente no começo dos anos 2000, atingindo um pico em 2004, quando se registram mais de 4.500 casos¹⁸². A sociabilidade vicinal segue, assim, afetada pelo “clima de violência” nos bairros e pelas mudanças que os moradores passaram a adotar para se proteger. A banalização das drogas é tema recorrente entre moradores da região, ao se referirem às mudanças no bairro. As famílias com quem conversei, enquanto demonstram preocupação em manter os filhos distantes das drogas e do tráfico, tratam do tema com muita naturalidade.

c) Políticas sociais e a gestão do social

As políticas sociais voltadas às periferias da cidade começam a se expandir no final dos anos 1990, em consonância com a ampliação dos serviços públicos trazida pela CF/88. Com a Reforma do Estado dos anos 1990, ampliou-se o espaço de atuação das organizações sociais, orientando a transferência de atividades estatais pelos contratos de gestão. Em vista disso, diversas políticas foram sendo regulamentadas e implementadas em articulação com as chamadas “entidades sociais”, organizações antigas ou novas e bastante diferentes umas das outras. Assim, boa parte dos movimentos e organizações coletivas mobilizadas pela urbanização periférica e democratização política passam por um processo de institucionalização e burocratização¹⁸³. Durante os governos petistas, houve ampliação de programas e projetos sociais em convênio com essas organizações.

É o caso da Sociedade Amiga e Esportiva Copacabana (SAEC) e da Sociedade Santos Mártires, ambas criadas em 1989, no Jardim Ângela. A SAEC foi criada pelo casal Maria Felipe e Urbano, como modo de institucionalizar sua ação na implementação dos serviços públicos que haviam reivindicado durante a democratização. Da mesma forma, a Sociedade Santos Mártires, coordenada pelo Padre Jaime, institucionaliza a atuação social da Igreja Católica na prestação de serviços comunitários.

Inicialmente, eram organizadas creches comunitárias baseadas na solidariedade entre mães para cuidar dos filhos. Com o aumento desemprego na indústria, se tornou mais frequente a situação de mães que trabalhavam como diaristas. Ao longo do processo de democratização,

¹⁸² Em comparação com a cidade de São Paulo, os roubos variam quase sempre entre 1.000 e 1.200 casos/100 mil habitantes entre 1999 e 2013 e sobem em 2014 para próximos de 1.400 casos/100 mil habitantes, patamar em que se mantêm desde então. Quanto aos furtos, a década de 2000 varia em torno de 1.500 casos por 100 mil habitantes. Entre 2011 e 2013, eles voltam a subir para mais de 1700 casos, caindo nos anos seguintes, mas voltando a subir nos dois últimos anos. (Fonte: *Seade/Adesp; SSP/SP*)

¹⁸³ A “institucionalização” é o processo de transformação dos movimentos sociais em instituições, sobretudo organizações não-governamentais, o que as habilita à prestação de serviços sociais. A burocratização, por sua vez, diz respeito às atividades, que passam de um caráter mobilizador e formativo para um mais prático, de cogestão e operacionalização das políticas públicas.

essas organizações se mobilizaram por direitos sociais. A Igreja cedia espaço e conseguia doações locais. Durante o governo Erundina, foram feitos convênios com as organizações para desenvolver esse tipo de atividade. Depois, vieram programas para jovens e adolescentes, que ficaram vulneráveis ao crime e às drogas. Como observa Padre Jaime, “todo mundo pensava nas crianças, mas ninguém se preocupava com os adolescentes”.

Uma das primeiras iniciativas surgiu em 1996, por intermédio do Fórum em Defesa da Vida, organizado pela Sociedade Santos Mártires. O projeto Redescobindo o Adolescente na Comunidade (RAC), em parceria com a FEBEM (atual Fundação Casa), voltava-se para jovens em conflito com a lei. Inicialmente, ela obteve uma pequena verba junto ao Ministério Público e, depois, buscou captação junto ao Programa Comunidade Solidária, coordenado por Ruth Cardoso, no governo federal. O projeto se iniciou com oficina de DJ. O apelo do hip-hop junto aos jovens e o pioneirismo do projeto geraram repercussão, o que assegurou a continuidade de captação de recursos, inclusive da Fundação Telefônica. Ampliaram-se, com isso, as oficinas para as escolas da região e criaram-se cursos de cabelereiro, grafite e dança. Ao observar outros tipos de violência sofridos pelos adolescentes participantes do RAC, surgiu a proposta do Centro de Defesa da Criança e Adolescente (CEDECA).

Motivados pela visão de que era necessário oferecer alternativa aos jovens, mediante o aumento da criminalidade nos anos 1990, as organizações sociais passaram a promover projetos e atividades de cunho cultural, educacional e atendimento a usuários de drogas. Surgiram, por exemplo, os Centros para Crianças e Adolescentes (CCA) e os Centros para Juventude (CJ), ambos criados tanto na SAEC quanto na Santos Mártires. A SAEC foi aumentando o número de convênios com o poder público. Entre 2009 e 2014, passou de 3 para 22 convênios com a prefeitura e, atualmente, presta serviços em todas as regiões da cidade de São Paulo. Conta com 610 funcionários, em 29 projetos pela cidade, quase todos em convênio com a prefeitura (FONTES, 2018, p.197). A Sociedade Santos Mártires, por sua vez, abarca diversos setores, da educação ao meio ambiente, passando por diversos programas de assistência social. Ao todo, emprega cerca de 300 funcionários, oferece 22 serviços e realiza cerca de 6.000 atendimentos diretos e 18.000 atendimentos indiretos por mês, além de atuar junto a outras organizações¹⁸⁴. Entre os parceiros, estão Prefeitura Municipal, Fundação Getúlio Vargas, Instituto Camargo

¹⁸⁴ Dentre os serviços então: diversos CCAs e CJs, creches, projetos de alfabetização de jovens e adultos, Casa de Sofia, que lida com a violência contra a mulher, o RAC, que acompanha adolescentes em medidas socioeducativas, o SPVV (Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência), o Serviço de Acolhimento Institucional para Criança Adolescente (SAICA) e um projeto de reciclagem, o “Ângela de Cara Limpa”. Apenas este último não depende quase exclusivamente de repasses do poder público municipal por meio de convênios.

Correa, Fundação Abrinq, IOS Instituto da Oportunidade Social, SaferNet, Trivu materiais para construção, Clube do Cupom Amigo.¹⁸⁵

Esse processo pelo qual passaram movimentos e organizações sociais envolve uma mudança nos modos de mediação política, fazendo a demanda, antes expressa com organização política e mobilização social, passar a ser identificada por essas organizações e transferida para o poder público sob a forma de projetos sociais, que buscam recursos junto ao Estado. Em geral, no atendimento de determinado serviço ou demanda, são identificadas outras e, assim, vai sendo construído todo um conjunto de ações sociais por intermédio dessas organizações.

Na compreensão das lideranças e gestores desses projetos, a sequência que vai das ações comunitárias das CEBs e associações à prestação de serviços sociais por meio de convênios é um desdobramento quase natural da efetivação dos direitos conquistados e do contexto com o qual se depararam. Nesse novo quadro, as tensões se manifestam no nível da gestão, à medida que passam por uma maior burocratização.

Esses projetos funcionaram muito bem como voluntariado, mas a partir do momento que conseguiram convênio, aí são normas e leis, que pode e não pode... No governo Haddad, baixaram uma norma que, para ser atendido na casa Sofia ou CEDECA, era preciso pegar uma senha no CRAS. Acho que ninguém é mais fragilizado do que a mulher que vem denunciar violência doméstica, mas aí chega aqui e, em lugar de atender, temos de dizer para a pessoa pegar o ônibus, ir até Piraporinha, pegar outro ônibus e ir até o CRAS, pegar uma senha e voltar aqui. A mesma coisa para os adolescentes, normalmente, vítimas de abuso sexual. Tudo para nos controlar. Coitados dos funcionários, que já têm de enfrentar tantas ameaças aqui. Esse pessoal do gabinete não entende nada do que acontece aqui. (Padre Jaime, Sociedade Santos Mártires – Entrevista concedida à autora em 07/04/2018)

Conforme o social se torna objeto de intervenção, seja das organizações sociais, seja do partido (PT), o centro das ações se transfere da mobilização para a gestão, impactando também os modos de interação social nos bairros. Reflexos disso se mostram no Fórum em Defesa da Vida, cuja desmobilização é vista por alguns organizadores como decorrência dos convênios, que os aliam à gestão, comprometendo a independência das organizações. Tradicionalmente ligada ao projeto democrático-popular, a Sociedade Santos Mártires ainda é um ator social importante no Jardim Ângela; sua dinâmica de atuação e seu papel passaram, porém, por grandes mudanças desde a redemocratização. Embora lideranças como Padre Jaime tenham contornado a desmobilização da Teologia da Libertação promovida pela Igreja Católica, e ainda sejam atuantes e reconhecidas como referência local, toda a articulação se dá por instituições e espaços criados para o atendimento da população local. Ou seja, a relação é mediada pela prestação dos serviços sociais, o que muda o vínculo de relação delas com seu “público-alvo”.

¹⁸⁵ Todos os dados foram obtidos junto à Sociedade Santos Mártires, e através do seu site oficial.

Nos últimos anos, se constituíram coletivos culturais periféricos, que passaram a pautar a cidade e construir outra perspectiva sobre as periferias, a qual procura escapar da imagem estigmatizada da pobreza. Na avaliação do Padre Jaime, esses coletivos trazem contribuições para construir novas formas de aprender a agir politicamente. Ele defende a elaboração de uma “pedagogia da periferia”, com a ocupação dos espaços coletivos.

Recentemente, com o crescimento da chamada “onda conservadora”, observa-se uma tentativa de reativar a organização política nos bairros por parte das organizações ligadas à esquerda. Em 2017, quando a crise política se agravou, Lula visitou a Sociedade Santos Mártires e esteve em conversa com Padre Jaime. Na campanha para Presidente da República, em 2018, Haddad (PT) também participou de uma missa na Paróquia dos Santos Mártires, seguida de evento público no Jardim Ângela. Outras articulações vêm se construindo por meio da Frente Povo sem Medo, que reúne atores políticos locais, partidos de esquerda e movimentos sociais. Em 2017, foi promovida a plataforma Vamos, que tinha por objetivo debater e construir uma plataforma de políticas sociais a partir das camadas populares e com elas. Em 2018, foram organizados núcleos de bairros, com o fim de construir resistência à reforma trabalhista, ao contingenciamento dos gastos sociais e à criminalização dos movimentos sociais. Os encontros no Jardim Ângela ocorreram na Paróquia Santos Mártires, um dos seus núcleos mais participativos. Dos organizadores, a presença maior foi dos coletivos do PSOL e do MTST. No encontro, os grupos pontuaram os desafios, as prioridades e as iniciativas. As falas dos participantes locais, quase todos ligados à prestação de serviços sociais para o Poder Público, traziam o descaso com a Educação, com a viabilização dos convênios da Assistência Social, e a reivindicação de projetos culturais na periferia.

É nessa lógica de gestão do social pelo que Cibele Rizek denomina “constelação de programas e práticas”¹⁸⁶, que se inserem as políticas de urbanização e regulamentação que compõem o modo de gerir a crise denominado aqui como “gestão das margens”.

3.2.5. Urbanização e planejamento urbano: a gestão da crise urbana

Nos anos 2000, a explosão periférica, em grande medida advinda da precarização das condições de trabalho e dos processos de valorização imobiliária nas regiões centrais, atinge seus limites: o geográfico e o ambiental. Quando a cidade passa a ser “ameaçada” pela crise de abastecimento, a urbanização e a moradia irregular, historicamente toleradas, passam de

¹⁸⁶ A autora faz referência ao conjunto de políticas e programas que se entrelaçam nos territórios por meio de seus agentes, instituições e ‘público alvo’ definidos, as quais tiveram grande expansão durante o lulismo, e alteram de modo ambíguo e complexo os territórios de pobreza (RIZEK, 2016).

“solução” da industrialização a “problema” de governo¹⁸⁷. Entram em ação os modos de gerenciar a crise. Todo um conjunto de medidas, leis, discursos e ações são empreendidos para tratar da questão dentro da lógica do planejamento e gestão urbana.

Cabe observar que o modelo do reservatório de Guarapiranga deixou de prever a aquisição pelo poder público de toda a região produtora de água, adquirindo apenas as áreas inundáveis e deixando toda a área do entorno disponível para ocupação. Com a legislação de proteção dos mananciais criada nos anos 1970¹⁸⁸, essas áreas passaram a ser interditadas. Contudo, isso teria efeitos perversos, pois desvalorizou os terrenos particulares, fomentando o mercado imobiliário informal na conversão de terras rurais interditadas em loteamentos clandestinos mais baratos¹⁸⁹. O próprio governo comprou terrenos assim para construir conjuntos habitacionais¹⁹⁰. Na época, o descumprimento da lei convergia com a industrialização, e as infrações eram “toleradas”.

Já nos anos 1980, a urbanização precária assentada na irregularidade urbana e informalidade fundiária tornou-se objeto de discussão, frente à pressão dos movimentos de moradia, de um lado, e dos movimentos ambientalistas, de outro. Nesse debate, ganhou relevo a visão urbanística de que era preciso enfrentar a desigualdade entre a “cidade legal” e a “cidade ilegal”, promovendo a urbanização das favelas que não tinham restrições ambientais ou risco, em lugar de removê-las¹⁹¹. Isso, inclusive, reposicionou a ação dos movimentos de moradia, como indica o relato do Padre Jaime.

Até então não tínhamos uma consciência do meio ambiente, lembro que eu mesmo dizia nas reuniões: “ah! meio ambiente é coisa de burguês, o que importa é morar”. Mas, nos anos 1980, começou a criar a urgência da harmonia entre o meio ambiente e a moradia, mas nunca fomos ouvidos. No governo Erundina tentaram lotear lá no Aracati, Ipava, Horizonte Azul, mas conseguimos embargar porque era muito em cima da represa. Depois da Erundina, voltou o Maluf e foi loteado a torto e a direito.

¹⁸⁷ A RMSP coincide quase inteiramente com a Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, e é abastecida, basicamente, por três sistemas produtores: Sistema Cantareira a Norte, Sistema Guarapiranga-Billings a Sul/Sudeste e Sistema Alto Tietê a Leste. Trata-se de uma região altamente urbanizada, que abriga cerca de 18 milhões de habitantes.

¹⁸⁸ Lei Estadual nº 898 de 1975; Lei Estadual 1.172 de 1976; Decreto Estadual nº 9.714 de 1977, atrelada a um conjunto de medidas propostas pelo Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado, de 1971, que deveria redirecionar o crescimento das cidades.

¹⁸⁹ Cf.: SCHLOGL, Ana Karina Silva Bueno. A lei de proteção aos mananciais e mercados de terras: um estudo sobre loteamentos clandestinos. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

¹⁹⁰ Exemplos disso, são os conjuntos habitacionais Bororé I, II e III, envolvendo 2.642 unidades construídas pela Cohab na zona sul do município, na sub-bacia da Billings.

¹⁹¹ O debate ganha expressão internacional com os estudos de John Turner, que apontam equívocos nos pressupostos do poder público sobre a moradia para os pobres, pois, para eles, localização e segurança da posse importariam mais que conforto. Assim, o reconhecimento dos assentamentos seria mais adequado e traria a melhoria das casas pelos próprios moradores. Ver: TURNER, John. C. Habitação de baixa renda no Brasil: políticas atuais e oportunidades futuras. In: *Revista Arquitetura*, no. 68, p. 17-19, set. 1968a.

Ele dava 5 mil reais para sair da Água Espraiada nos anos 1990. (Padre Jaime – Entrevista concedida para a autora em 07/04/2018)

As bases legais para regularização urbana se deram na CF/88 ao prever o direito dos ocupantes informais e afastar a condenação formal às favelas, proibindo remoções em políticas habitacionais e definindo instrumentos de planejamento urbano. Com o Estatuto das Cidades (2001), constituiu-se um quadro de direitos aos moradores de áreas irregulares e de mecanismos de garantia da função social da propriedade e da cidade, entre eles a urbanização e a regularização fundiária. Em lugar das remoções, enfatizam-se práticas de regularização por instrumentos como a usucapião (em áreas privadas) e a concessão de uso especial para moradia (em áreas públicas)¹⁹². Zoneamento de áreas de interesse social (ZEIS), programas de urbanização e consolidação de formas específicas de ocupação, regularização de favelas, planejamento participativo, entre outras, foram amplamente defendidas pelo Movimento de Reforma Urbana desde a democratização.

Contudo, o instrumento que permitia a concessão de área pública para fins de moradia sofreria veto e passaria por negociações durante o governo FHC, que, por meio de uma Medida Provisória, restringiu seu uso ao elencar a preservação ambiental como um condicionante. No contexto da ECO-92, o debate sobre meio ambiente e urbanização pôs os “riscos ambientais” como uma questão para a gestão pública. A nova legislação ambiental de 1997 e seus desdobramentos em nível estadual¹⁹³ enfatizam a recuperação das áreas ocupadas, definindo três tipologias: a) áreas de restrição à ocupação, onde é privilegiada a proteção, preservação e conservação dos recursos naturais; b) áreas de ocupação dirigida, onde são admitidos usos urbanos, desde que garantidos requisitos estabelecidos pela lei visando à proteção dos mananciais; e c) áreas de recuperação ambiental, onde se preveem intervenções corretivas da situação estabelecida.

Essas mudanças trouxeram outra compreensão e orientação do controle territorial, que passa da mera imposição disciplinar da lei para uma gestão das irregularidades. Ao reconhecer a impossibilidade de “eliminar” o problema, como o da totalidade de moradias irregulares, a nova regulação abre caminhos para ações pontuais antes proibidas, como a realização de obras de infraestrutura urbana e a titulação de propriedade.

Ao mesmo tempo, segundo Rolnik (2015), difundiu-se certa compreensão de que os parâmetros urbanísticos de uso e controle do solo influenciavam o preço dele e dos imóveis,

¹⁹² Nos dois casos requisita-se do ocupante mais de 5 anos ininterruptos no local (a contar da data de edição da lei, 2001), sem contestação, numa área menor que 250m², e que o beneficiário não tenha outro imóvel.

¹⁹³ Decreto Estadual nº 40.225 de 1995; Lei Estadual nº 9.866/97.

impedindo o acesso dos pobres ao mercado formal da moradia. Desse modo, firmou-se uma visão de que a política progressista atuaria na restrição dessas exigências, como modo de facilitar o acesso ao mercado formal. Junto com isso, vieram pressões para a flexibilização das restrições da Lei Federal 6766/79, no que diz respeito aos critérios de loteamento, como modo de baratear os custos do loteamento formal. Entre outros, está a redefinição sobre a infraestrutura básica oferecida, excluindo pavimentação e iluminação. Atualizando a autoconstrução como solução, apostou-se que obter a propriedade incitaria o autoempreendimento dos moradores, que melhorariam a urbanização¹⁹⁴.

Note-se que tanto urbanização de áreas irregulares como flexibilização urbanística levam a formalização e regularização fundiária, confluindo na afirmação da propriedade formal. Analisando processos massivos de despossessão da terra ao redor do mundo suscitados por circuitos financeiros de mercantilização da terra e da cidade, Rolnik (2015) reconstitui as bases do que considera “colonização da terra e da moradia”, que estariam na construção da hegemonia da propriedade privada individual, do estigma territorial e das práticas de remoção. Esses processos se acentuam pelos discursos e práticas de planejamento urbano e regularização.

A flexibilização dos modos de intervenção urbana tem sido apontada como um importante ponto de confluência entre diferentes perspectivas urbanísticas (ARANTES; MARICATO; VAINER, 2000). De um lado, o Movimento de Reforma Urbana, que passa a orientar propostas de planejamento urbano pautado pela construção do espaço público “como campo de interações políticas (arena) e como expressão territorial do pacto que essas interações estabelecem” (ROLNIK, 2015, p.323); de outro lado, a plataforma neoliberal de “ajuste urbano” (ARANTES, 2004), que busca reposicionar as cidades no âmbito da competição global como instrumento de investimentos internacionais. A confluência entre as duas perspectivas decorre da conjuntura neoliberal, na qual a reestruturação produtiva e o ajuste fiscal dos anos 1990 impactaram as bases fiscal e orçamentária dos municípios quando recebiam novas atribuições advindas da ampliação dos direitos e da descentralização, pressionando-os a buscar alternativas econômicas.

Assim, os programas neoliberais de privatização e desregulação entram na agenda dos governos como opção para captar recursos, e abrem espaço ao “empreendedorismo urbano” ou “empresariamento urbano”, nos termos de Harvey (1989). As PPPs (Parcerias Público-Privadas) estão entre os meios mais comuns para isso, articulando associações contratuais entre

¹⁹⁴ Inclusive, as agências multilaterais financiadoras de projetos de habitação passam a apoiar práticas de urbanização e regularização, considerando sua viabilidade e eficiência econômica.

governos e empresas em diversos projetos, como grandes eventos, infraestrutura, promoção urbana, gestão de recursos naturais ou bens coletivos etc. Ao mesmo tempo, a falta de recursos para investimento em política habitacional fortaleceu a abordagem que prevê os processos de melhoramentos e regularização de assentamentos precários como uma solução de baixo custo para abrigar populações pobres. Mais que duas faces do mesmo processo de neoliberalização – que restringe o investimento público de um lado e, de outro, amplia o mercado como solução –, essas intervenções urbanas se retroalimentam, desencadeando a crise habitacional a ser gerida. Os relatos dos bairros do Jardim Ângela, da ocupação do MTST e o registro de diversas pesquisas mostram que os deslocamentos forçados resultantes de investimentos imobiliários em áreas valorizadas redundam em ocupações precárias nas margens da cidade.

Os trabalhadores instalados no Jardim Ângela até os anos 1990 estabeleceram-se lá, comprando ou “invadindo” a terra e construindo a “casa própria”. Aos poucos, foram melhorando fachadas, ampliando cômodos, fazendo “puxadinhos”, instalando comércio ou alugando e, assim, pelo mercado informal, muitos enfrentaram o desemprego. Quase todas as casas nas periferias são um projeto sempre inacabado, uma forma flexível e mutável, cujos “puxadinhos” possibilitam vários arranjos, de acolher a família dos filhos a construir pequenos comércios ou alugar cômodos. Além da garantir abrigo e alguma segurança diante da instabilidade da renda, a casa própria se tornou empreendimento alternativo de renda¹⁹⁵, em especial com a melhora do bairro e o encarecimento do aluguel.

Se a urbanização e consolidação dos bairros periféricos avançou, as condições de acesso à moradia pioraram, o que se reflete no aumento no número de favelas e de pessoas vivendo nelas, apesar da redução no crescimento e na densidade populacional. Conforme estudo conjunto da Prefeitura de SP e do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/USP), entre 2000 e 2010, o número de favelas na capital paulista passou de 2.018 a 2.098; o de domicílios, de 291.983 a 351.831; o de moradores em favelas, de 1.172.043 a 1.307.152. Isso enquanto a taxa média anual de crescimento populacional caiu de 1,1% para 0,8%, e a densidade populacional, de 413 habitantes por hectare para 391¹⁹⁶. Hoje, a região do Jardim Ângela está entre as de maior concentração de conglomerados subnormais.

¹⁹⁵ Essas práticas, que acabam por atualizar e redefinir a ideia do autoempreendimento com a casa, têm se tornado cada vez mais comuns nos grandes centros urbanos, não apenas entre os moradores de baixa renda. Constitui-se aí toda uma economia urbana, que escapa os circuitos formais.

¹⁹⁶ Cf. informações em **Agência Fapesp**, 26/01/2017. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/populacao-em-favelas-paulistanas-cresce-mais-do-que-no-restante-da-cidade/24676/>. Acesso em 18 de dez.2018.

*Tabela 4 – Percentual de domicílios em favelas sobre o total de domicílios do distrito de Jardim Ângela (2008-2017)**

Série Histórica de São Paulo/Jardim Ângela			
Período	Número total de domicílios	Número total de domicílios em favelas	Valor da Fórmula
2008	64.950	16.261	25,0362
2009	64.950	15.622	24,0523
2010	86.894	15.082	17,3568
2011	86.894	15.082	17,3568
2012	86.894	20.759	23,89
2013	86.894	19.417	22,3456
2014	86.894	19.465	22,4009
2015	86.894	19.455	22,3893
2016	86.894	16.883	19,4294
2017	86.894	22.447	25,8326

* Nota: Até o ano de 2009 foi considerado o total de domicílios do Censo de 2000 (IBGE), a partir de 2010 o cálculo considerou o total de domicílios do Censo de 2010 (IBGE). Fonte: Rede Nossa São Paulo (2018)¹⁹⁷

Assim, a intervenção do poder público no Jardim Ângela tem sido em duas frentes: de um lado, a urbanização de favelas sempre em ritmo menor do que seu crescimento; de outro, as remoções de áreas consideradas ambientais.

Desde que o abastecimento hídrico da cidade ficou comprometido pela poluição do esgoto doméstico, lixo e contaminação resultantes da construção sem infraestrutura, a precariedade deixou de ser tratada como problema apenas dos moradores e tornou-se uma questão para a população. A partir de então, a região recebeu várias intervenções, como o Programa de Saneamento Ambiental e Recuperação Urbana da Bacia do Guarapiranga, um arranjo institucional entre a Sabesp, o Ministério da Ação Social e a prefeitura de São Paulo, com financiamento do BIRD. O objetivo era a redução da poluição da represa, que atingia níveis críticos. O programa tinha cinco subprogramas: serviços de água e esgoto, coleta e disposição final de lixo, recuperação urbana, proteção ambiental e gestão da bacia.

Em 2005, o Programa Guarapiranga passou por uma reconfiguração, que resultaria no Programa Mananciais, hoje em sua terceira fase. Ele prevê a canalização de córregos, drenagem, implantação de rede de água e esgoto, regularização fundiária e instalação de equipamentos urbanos, como parques e praças. Já no início dos anos 2000, porém, um diagnóstico urbanístico do LabHab (2003) considerava as ações, em especial de saneamento, insuficientes diante da permanente ocupação irregular do solo. Para inibir novos assentamentos

¹⁹⁷ Cf. Rede Social de Cidades. Disponível em: <https://www.redesocialdecidades.org.br/br/SP/sao-paulo/regiao/++jardim-ngela/favelas> Acesso em 20 dez. 2018.

irregulares, a lei passou a diferenciar casos antigos e consolidados dos recentes; o desdobramento prático foram dois tipos de intervenção: regularização ou remoção (SILVA, 2011). Assim, a prática de remoções, extinta pela CF/88, retorna na gestão das contingências, deslocada às intervenções pontuais, mas no centro de situações atreladas à problemática ambiental e às operações urbanas.

Analisando essas práticas, Silva (2011) nota a complementaridade não declarada dessas ações enquanto modos de “governar o ingovernável”. A autora mostra que práticas de governo em uma determinada área, como a remoção, podem transbordar o “problema” da ocupação irregular em outra área de risco. A dinâmica dos processos repõe, assim, a demanda ou a ação do governo sobre esses territórios, de modo que os programas de urbanização/regularização/remoção foram contínuos no âmbito dos governos municipal e estadual de São Paulo, especialmente em regiões emblemáticas como o Jardim Ângela. Entre eles, destaca-se a Operação Defesa das Águas, que atua em remoções de ocupações recentes, e o Programa Mananciais, que aciona práticas de regularização e remoções com realojamento, ambos analisados por Silva (2011) na perspectiva da complementaridade não declarada entre regularização e remoção.

Com a criação do Ministério das Cidades, no primeiro governo Lula, a regularização fundiária foi estabelecida como diretriz fundamental para o ordenamento urbano, definindo a titulação de propriedade como requisito de seus programas de financiamento habitacional e programas urbanos. A lei federal 11.977/09, que criou o Programa Minha Casa Minha Vida, dispôs sobre normas nacionais para a regularização fundiária, dentre elas: a extensão da regularização para áreas ocupadas até 2007, antes delimitada até 2001 pelo Estatuto da Cidade, e a previsão da regularização em áreas de proteção permanente (APPs), o que restabeleceu um campo de polêmicas e embates opondo moradia e meio ambiente.

Pautado pela agenda do Movimento de Reforma Urbana, o Ministério das Cidades fez forte campanha pelo planejamento urbano descentralizado e participativo, que deveria incorporar instrumentos do Estado das Cidades para a regularização fundiária. Em São Paulo, sob o governo Marta Suplicy (PT, 2001-2004), o Plano Diretor teve a participação de setores organizados em torno da Reforma Urbana e avançou na regularização fundiária e nos projetos de urbanização. Um dos programas promovidos foi o Bairro Legal, com o objetivo de integrar favelas e loteamentos irregulares à cidade. Conforme o mapeamento do LabHab, a atuação no Jardim Ângela ocorreu sobre as seguintes irregularidades:

Os processos de regularização referem-se tanto à regularização técnica com a adequação aos padrões urbanísticos, quanto à jurídica, que é a regularização da propriedade fundiária. Dentre as irregularidades técnicas encontradas, são mais frequentes a não destinação de áreas públicas conforme o mínimo estipulado, a declividade de ruas superior ao limite, a falta de algumas obras de infra-estrutura etc. As irregularidades jurídicas (de propriedade), geralmente ocorrem em decorrência de problemas no título da gleba que deu origem ao loteamento, ou quando o parcelamento não condiz com o zoneamento do local. Muitas vezes, além da irregularidade do loteamento, pode haver irregularidade na ocupação do lote, como o desdobro, construção em área não edificável (beira de córrego, em terreno com declividade acima do permitido...) (LABHAB, 2003, p.63).

Em 2012, o Observatório das Remoções¹⁹⁸ mapeou 30 comunidades sob intervenção do Programa Mananciais, para projetos urbanos e urbanização de favelas no Jardim Ângela. A quase totalidade dos imóveis são de propriedade da prefeitura; 10.209 famílias estavam em conflito com o projeto; 3.606 famílias haviam sido notificadas e os contratos estavam em andamento. Foi nesse processo que Marcos e Nice tiveram suas moradias demolidas e juntaram-se à ocupação Nova Palestina. A ordem de despejo foi expedida em 2012, durante o governo Kassab (DEM), e executada em 2013, na gestão Haddad (PT). Conforme as informações oficiais, o motivo da remoção era a canalização do córrego ao lado e a construção de uma ponte, por onde passaria uma linha de ônibus. Marcos e Nice estão juntos há 5 anos e hoje moram na ocupação Nova Palestina; já a ponte ainda é um “projeto”, em cuja área resta o entulho das casas.

A história da demolição foi para construir essa ponte, mas, até agora, nada. A ideia era canalizar o córrego e fazer a ponte. Quando fui morar com o Marcos, alugamos a casa da tia dele que, também, era próxima ao córrego. Tivemos que jogar algumas coisas fora, por conta de três enchentes que aconteceram lá. No geral, as pessoas sofrem bastante com isso. As casas que ficaram, não escapam do alagamento, quando dá aquela chuva. (Nice, ocupante da Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 12/04/2018).

Conforme os relatos, o processo é controverso. A justificativa da prefeitura é a explicação genérica do programa; entretanto, ela não justifica o procedimento variado e nem realiza o propósito anunciado. A casa da irmã de Nice estava em área de risco, mas outras casas em situação similar permaneceram lá; a de Marcos não estava em área de risco, sua família morava no local há 38 anos e fazia apenas dois que tinha conseguido ampliar e melhorar a casa. Segundo ele, teve o “azar” de ter construído do lado errado da rua, onde era terreno da prefeitura. Os vizinhos do lado oposto, que estavam em terrenos particulares, não foram afetados pela ação.

¹⁹⁸ O Observatório de Remoções é um grupo de pesquisa-ação da FAU/USP e da UFABC que tem por objetivo monitorar e desenvolver ações colaborativas em territórios ameaçados de remoções que desrespeitam as condições de moradia digna nos municípios de São Paulo e do ABC.

As casas que estavam no terreno da prefeitura foram derrubadas, passou em tudo quanto era jornal. (...) Eles disseram que seria para canalização do córrego e fariam uma praça. Não fizeram, transformou-se num baita de um lixão. Muitas pessoas drogadas, usuárias, acabadas ficam lá. (...) Foi quando eu soube da ocupação e eu vim também. Eu não tinha onde morar. [pergunta - você conhecia o movimento antes?] Conhecia o Guilherme, por causa da Sociedade Amigos de Bairro. Ele apareceu lá para fazer o Periferia Ativa, muito antes de derrubarem alguma coisa. (Marcos, ocupante/coordenador da Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 07/07/2018)

Quem perdeu a casa recebeu auxílio-aluguel de R\$ 400,00 por mês, que só permite alugar casas em situação semelhante à de que foram removidos. Ou seja, continuam em situação de risco, porém, com o agravante da insegurança habitacional do aluguel, incerto insuficiente. Quando perguntei a Marcos sobre a ida para a ocupação, ele a avaliou como uma saída do que considera submissão ao governo por meio do recebimento de auxílio-aluguel, visto por ele como um favor e uma humilhação. Na sua compreensão, o direito à moradia se realiza ao obter a casa, porque haveria nisso uma autonomia na relação com o Estado, que, com o auxílio-aluguel, desmobiliza as pessoas politicamente.

Digo que foi bom [a ida para a ocupação], porque eu não estou nas garras do governo. Eu não estou nas garras desses *tiranos* que te dão um *auxílio-aluguel*, um *cala a boca*. Eu cheguei a falar isso para o Haddad, na prefeitura. Me dão quatrocentos reais todo mês, e eu vou reclamar de quê? Como eu reclamo com uma prefeita que ‘me dá’ uma *suposta moradia*, mesmo que seja por aluguel, um recurso tirado do governo? (Marcos, ocupante/coordenador da Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 07/07/2018)

Em 2017, J.B., militante do MTST, contou que diversas favelas do entorno da ocupação estavam sendo removidas pelo governo Doria (PSDB, 2016-2017), inclusive, de forma ilegal. Segundo ela, a prefeitura usava processos judiciais antigos, sentenciados para proceder com despejo, para pressionar os moradores a saírem; os fiscais da prefeitura iam às comunidades com uma máquina de assinatura digital, dizendo se tratar de um recadastramento da prefeitura e, depois de assinar, o morador recebia uma notificação de que haveria uma remoção no prazo de 30 dias.

Com isso, eles conseguem remover cerca de 40% da comunidade sem precisar de força policial, porque as pessoas têm muito medo desse enfrentamento e começam a se retirar. Também tem muito essa coisa de “ah, eu sou trabalhador honesto, não vou ficar enfrentando a polícia, eu vou sair”. E quem fica, fica morrendo de medo. É meio que uma “guerra fria” mesmo, uma coisa leviana que fazem no nível da administração. (J.B., Militante/Coordenadora da ocupação Nova Palestina)

Algumas dessas áreas estavam no caminho da expansão imobiliária que avança para o Sul da capital paulista, como nos casos da favela Pullman, próxima ao Parque Burle Marx, e da

comunidade Caloi, próxima ao prédio da antiga fábrica da empresa. Outras estavam em áreas definidas como Zonas de Proteção Ambiental pelo Plano Diretor da cidade. Durante os quatro anos de pesquisa, vi aquelas áreas de mato e córregos ao lado se preencherem e solidificarem, enquanto o MTST mantinha a ocupação provisória para “não favelizar” e lutava por regularização e habitação no local. Não raro, desistentes da ocupação do MTST iam para essas áreas, por considerar que viabilizariam a moradia mais rapidamente, ainda que a permanência lá esteja constantemente ameaçada.

Em 2019, após seis anos sem definição, a coordenadora da ocupação Nova Palestina participou de uma audiência pública sobre habitação na Câmara Municipal de São Paulo, reivindicando aquisição e infraestrutura urbana do terreno. O pedido de 30 milhões do orçamento de 2020 tinha em conta que a duplicação da M’Boi Mirim prevista para o ano seguinte passaria pela área da ocupação, bem como alegava a redução de custos com contínuas remoções na região. Em sua fala, ela ressaltou não apenas a longa trajetória de luta da ocupação, como o fato de que eles estavam “cuidando daquela área, evitando que ela fosse loteada ou vendida de forma criminosa”¹⁹⁹.

3.3. Entre o conflito e a gestão das margens: indeterminações da ação coletiva

Como foi visto, o modelo de expansão periférica baseado na ocupação irregular e na autoconstrução se esgotou enquanto modelo de inserção dos trabalhadores pobres na cidade. Em lugar da urbanização precária, a urbanização excludente avança, trazendo a insegurança habitacional, de modo que a dinâmica urbana tem sido pautada pela gestão da crise social, habitacional e ambiental. Essas condições explicam a emergência das ocupações periféricas e condicionam sua ação coletiva, como mostra a trajetória da ocupação Nova Palestina. Desde as discussões sobre a Reforma Urbana, passando pela CF/88 e a definição do Estatuto das Cidades, até a elaboração de Planos Diretores, surgiram inúmeras estratégias de intervenção urbana que, se ampliaram a infraestrutura necessária, intensificaram processos de valorização, desencadeando novos deslocamentos habitacionais e restringindo o acesso à moradia.

Ao mesmo tempo, a consolidação das periferias e os processos de valorização imobiliária e o impacto dos programas habitacionais, como o PMCMV, encareceram os imóveis e aluguéis. Entre 2008 e 2014, em São Paulo, os imóveis tiveram aumento de 216,8%, e o

¹⁹⁹ Ver discurso em: facebook do MTST: <https://www.facebook.com/mtstbrasil/videos/404728773747164/>
Acesso em 21 de novembro de 2019.

aluguel, de 109,34%, segundo o índice FIPE-ZAP; um valor muito mais alto que o da inflação acumulada no período, de 47,8%, segundo o IPCA²⁰⁰. Atualmente, o alto custo do aluguel e a coabitação familiar são os principais componentes do *déficit habitacional*²⁰¹, correspondendo, respectivamente, a 50% e 29,9% do total dele, enquanto as variáveis relativas a domicílios precários e carência de infraestrutura caíram (FJP, 2018, p.40). Essa diferença é mais expressiva nas regiões metropolitanas, onde a participação dos domicílios precários é de apenas 5,3% no total do déficit habitacional (FJP, 2018, p.49) e o percentual de domicílios com pelo menos um tipo de carência de infraestrutura é de 10,9%, contra 19,5% nas demais áreas (FJP, 2018, p.55).

Assim, embora as ocupações urbanas não sejam novidade nas periferias, sua prática recente nos remete a mudanças na produção das cidades e, por consequência, nas condições de luta por moradia. O conflito envolvendo a ocupação traz novas e velhas contradições e embates no processo de produzir a cidade. O antigo conflito fundiário adquire novos contornos, à medida que são introduzidos outros instrumentos de gestão urbana e a dinâmica imobiliária se intensifica no sentido da mercantilização da cidade. Ao mesmo tempo, as instâncias participativas e os mecanismos institucionais destinados à democratização da participação política e da cidade não têm efetivado os preceitos constitucionais pautados pelo Movimento de Reforma Urbana.

A ação coletiva por meio das ocupações organizadas revela um impasse entre o avanço da urbanização e a democratização do acesso à cidade, que se traduz no esvaziamento político da gramática dos direitos. A trajetória da Nova Palestina se desenrola em meio à explosão do conflito e certa captura de sua ação política pela gestão da crise urbana. Em certa medida, a ocupação também estava funcionando como um agente do processo de gestão do social, não só fornecendo uma “saída de emergência” àqueles que estão à deriva nas margens da sociedade, como também colaborando na manutenção do controle da urbanização.

No próximo capítulo, apresentaremos os trabalhadores urbanos que participam das ocupações do MTST na periferia, fazendo a luta pela moradia.

²⁰⁰ Dados disponíveis em: <http://fipezap.wpengine.com/> Acesso em 15 ago. 2017.

²⁰¹ Conforme definição da FJP (2015), o *déficit habitacional* é um dado composto por quatro variáveis: habitação precária, ônus excessivo do aluguel, coabitação familiar e adensamento excessivo de moradores em domicílio alugado. A *habitação precária* considera tanto os domicílios rústicos (que não são feitos de alvenaria ou madeira prensada), como os improvisados (que não foram construídos para serem habitados). Considera-se *ônus excessivo do aluguel* o empenho de mais de 30% da renda familiar em seu pagamento. A *coabitação familiar* ocorre quando mais de uma família habita, forçadamente, um mesmo imóvel. O *adensamento excessivo* se dá com mais de três pessoas por cômodo de um domicílio alugado.

Imagem 11 – Manifestantes da ocupação Nova Palestina na Estrada M'Boi Mirim, em 10/01/2014.

Fonte: Dario Oliveira - Estadão/Conteúdo (2014).

CAPÍTULO 4 – TRABALHADORES SEM TETO: TRAJETÓRIAS E CAMINHOS CRUZADOS

Somos todos Amarildo
Guerreiros do campo, do morro da favela.
Sem sorte na vida, sem dinheiro, sem trabalho, na miséria.
Vai à rua com revolta, usa ela, veste ela.
Que sua arma é sua voz. Sabe a força que tem ela?
Sua veste avermelhada pelo sangue derramado.
Tua história vem de longe, em navio negreiro transportado.
Filhos da periferia, pela pátria abandonados.
Lutando seguem a vida.
Guerreiros na linha da rua e do campo forjados.
Que em teu último suspiro, gritos de ordem sejam entoados.
Para que todos saibam que na vida, filhos da periferia não morrem sem ter lutado.
(J.B. – Revista Territórios Transversais, 2015)²⁰²

Nos capítulos anteriores, vimos que o MTST pode ser entendido como um movimento de transição entre o ciclo político de democratização e as lutas pós-junho de 2013, sendo que um dos aspectos que marca sua herança do ciclo anterior é a referência à figura do trabalhador. Dado que o movimento se define como de *trabalhadores sem teto* e apresenta, hoje, um dos maiores contingentes de trabalhadores organizados em torno da luta por moradia, esse capítulo dedica-se à compreensão daqueles que compõem sua base social. Partindo das trajetórias de vida de integrantes da ocupação Nova Palestina, no Jardim Ângela, em São Paulo, procuro identificar as condições objetivas e subjetivas que constituem o trabalhador sem-teto e os caminhos que o conduzem às ocupações urbanas. O objetivo é apontar elementos que permitam entender o conflito social que atravessa a experiência dessa parcela dos trabalhadores que se coloca em movimento nas lutas urbanas.

A hipótese é que eles experimentam uma situação de *insegurança social*, manifesta na precariedade do trabalho e da habitação, porém, em novo registro; não se trata somente de inserção em postos de trabalho desqualificados e em moradias sem infraestrutura urbana, mas de trabalho e moradia *instáveis e incertos*. A partir disso, proponho refletir sobre as condições de organização política nos marcos da sociedade neoliberal pós-fordista.

²⁰² J.B. é coordenadora da ocupação Nova Palestina. Os versos foram escritos por ocasião do desaparecimento e assassinato do pedreiro Amarildo no Rio de Janeiro, após ter sido apreendido pela polícia em sua casa, na favela da Rocinha. O caso ganhou grande repercussão em vista das mobilizações de junho de 2013, e se tornou um símbolo da luta contra a violência policial, que cotidianamente aborda os moradores periféricos. O tema é caro à J.B., mulher negra e periférica, que conhece bem a “quebrada” e a lógica de sobrevivência ali operante, e já foi presa enquanto fazia protestos no movimento.

É importante esclarecer que parto da compreensão de que a noção de classe social não se reduz à renda e à ocupação laboral, da mesma forma que não há correlação direta entre a posição no processo produtivo e o posicionamento de classe. Como posto por Marx, classe é uma totalidade relacional, que se define no conflito com as outras, de modo que “as classes revelam-se no e pelo movimento do Capital” (BENSAÏD, 1999, p.153). Ou, ainda, retomando Thompson, enquanto uma *relação histórica*, a classe se define pela luta de classes e, como ela, é dinâmica. Em seus termos:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente (THOMPSON, 1978, p.10)

Portanto, a *luta de classes* é anterior à classe enquanto categoria e acontece independentemente da consciência de classe e de sua identificação enquanto tal; daí a ideia de “luta de classes sem classe” (THOMPSON, 1984). A classe se revela nesse processo de luta e na sua experiência histórica compartilhada, já que os sujeitos agem orientados por suas experiências de vida. A *experiência*, por sua vez, diz respeito ao modo como a estrutura das relações sociais são vividas ou experimentadas pelos sujeitos²⁰³, o que tem peso substancial na luta de classes. Além disso, a experiência de um determinado sujeito ou grupo social envolve contextos sociais específicos e seus traços formativos, ou seja, a condição social, a qual não é apenas relativa à inserção no trabalho.

Ao localizar a pesquisa empírica no contexto da metrópole brasileira, a segregação urbana coloca em destaque a conformação entre classe, raça e gênero. A região do M’Boi Mirim, onde se localiza o distrito do Jardim Ângela e a ocupação Nova Palestina, tem a segunda maior concentração de negros e pardos da cidade, 56%, em claro contraste com seu vizinho, o distrito de Pinheiros, onde essa população representa 7,8% dos moradores (IBGE, 2010). Quanto maior é o percentual de negros, menor é a renda média domiciliar. Enquanto na subprefeitura de Pinheiros, onde se encontra a maior concentração de brancos da cidade, a renda média é de R\$ 17.045,25, na subprefeitura de M’Boi Mirim, a renda média é de R\$ 2.432,00. Essas disparidades se repetem em relação a gênero: domicílios chefiados por mulheres

²⁰³ A noção de *experiência*, cujo termo remete à tradição dos estudos culturais e, em especial ao trabalho de E. P. Thompson, Stuart Hall e Raymond Williams, por sua vez, baseados nas reflexões de Gramsci. Essa tradição propõe compreender a cultura como algo que se entrelaça a todas as práticas sociais. Essas práticas, por sua vez, são entendidas como uma forma comum de atividade humana, “como a atividade através da qual homens e mulheres fazem história” (HALL, 2003, p. 142).

apresentam rendimentos abaixo dos chefiados por homens, e os chefiados por mulheres negras apresentam rendimento domiciliar 2,3 vezes menor que os chefiados por mulheres brancas²⁰⁴. Portanto, a raça é uma relação social que “se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutural social marcada por conflitos antagônicos”, e o racismo é elemento estrutural na sociedade (ALMEIDA, 2018a, p.40), o qual marca significativamente a experiência de classe no Brasil.

A abordagem do mundo social toma como referencial analítico o território, pensado aqui como elemento constitutivo das situações, o qual é “feito de práticas, circuitos de deslocamentos, zonas de contiguidade e conexões com outros pontos de referência que conformam o social nas suas fronteiras e limiares, bloqueios e possibilidades” (TELLES, 2006, p.16).

4.1. Em busca de uma “saída de emergência”²⁰⁵: caminhos da ocupação

Quando iniciei o trabalho de campo na ocupação Nova Palestina, em 2016, busquei entender quem eram os ocupantes e quais os percursos habitacionais e laborais que os levaram à ocupação. Evidentemente, a atitude de ocupar é encorajada pela necessidade de moradia, é uma questão de emergência. Mas, para além disso, os percursos deles são fios condutores para compreender o emaranhado da trama urbana que compõe o tecido social. Conhecer suas vidas é uma forma de observar a cidade e o mundo social do ângulo das camadas mais pobres dos trabalhadores urbanos. Suas trajetórias indicam os modos como as relações de dominação são construídas nas situações cotidianas e as maneiras de resistir a elas ou superá-las, seja por ações individuais ou coletivas.

Assim, interessada no movimento de transição representado pela guinada neoliberal dos anos 1990 e pela conformação do mundo social nas periferias da cidade, busco descrever os impactos dessas mudanças nas trajetórias de vida dessa parcela dos trabalhadores que segue o caminho da ocupação, observando principalmente a situação de trabalho e o tipo de inserção urbana. Desse modo, são trazidos aqui elementos da experiência social das classes populares periféricas, suas estratégias de “sobrevivência” e teias de sociabilidade, as interpretações que

²⁰⁴ Cf. Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <http://www.saopaulodiverso.org.br/estatisticas/#/layout/renda> Acesso em 22 de ago. 2018.

²⁰⁵ A expressão faz referência ao título da obra organizada por Cabanes; Rizek; Telles (2001), a qual auxiliou esta pesquisa.

cada um faz de si e sobre sua posição social, no que concerne aos modos como se relacionam com a política e a cidade, tendo em vista que participam da ocupação²⁰⁶.

Dona Carmem: cuidar dos outros, cuidar de si, entre o espaço público e o privado

Dona Carmem foi sozinha para a Nova Palestina. Assim que o movimento anunciou pelo bairro que estava cadastrando quem quisesse participar da recém montada ocupação (era o ano de 2013), ela decidiu ir. Aos 58 anos, estava desempregada e sem condições de continuar pagando o aluguel de dois cômodos no Jardim Ângela. Os três filhos, já casados, “ajudam como podem”, mas ela não quer “morar de favor” na casa deles, porque sente que “pesa e atrapalha a família deles”. Só quando a nora chama, dizendo que está com saudade da comida, Dona Carmem vai até lá cozinhar, fica alguns dias e depois volta.

Muito comunicativa, ela é do tipo que se “apega fácil às pessoas”. Gosta de conversar. Seu barraco fica próximo à entrada da ocupação, então, é impossível passar por ali sem fazer uma pequena pausa. Enfeites e arrumações fazem uma modesta imitação daqueles domicílios de classe média retratados nas novelas da Globo, as quais ela assiste sempre que está em casa.

Enquanto conversamos, ela me mostra as fotos dos filhos. Numa delas, a formatura no Ensino Médio da filha mais nova, adotiva. Ela se emociona: “foi muito bonito, eu chorei tanto!”. Dona Carmem não concluiu o primário, os dois filhos mais velhos fizeram curso técnico. Ela não sabe explicar a área, mas até hoje briga com eles “para fazerem faculdade”. Para relembrar as datas dos acontecimentos de sua vida, ela toma como referência o nascimento dos filhos: “eu vivo por eles!”, exclama. Em seguida, desabafa: “todo mundo dizia: ‘você não vai conseguir, porque o seu marido não mora com você’. Eu digo: eu consigo sim, e eles têm que fazer por eles mesmos, estudar, fazer tudo. Deu certo”. Como se sabe, embora recorrente entre as famílias das classes populares, a situação das famílias monoparentais, em que a mulher exerce o papel de “chefe de família”, costuma ser perturbadora e afronta a tradicional imagem masculina do “homem provedor”.

A história conjugal é narrada em tom de ressentimento. Ela e o ex-marido chegaram em São Paulo nos anos 1980. Inicialmente, moraram no Itaim Paulista; depois, compraram um terreno no Jardim Ângela e autoconstruíram a casa. Mas um problema de saúde do marido foi o ponto de inflexão na estrutura familiar. Por insistência dele, decidiram voltar para a Bahia, já que estava afastado do trabalho e disse que se aposentaria em breve. “Eu caí na ilusão e fui

²⁰⁶ A pesquisa inclui cem famílias, às quais foram aplicados questionários socioeconômicos entre 2016-2017, e outras vinte famílias, acompanhadas ao longo de 2016-2018, com as quais fiz entrevistas em profundidade e foram extraídas as trajetórias apresentas neste capítulo.

embora. Nós vendemos a casa em 2003, por dez mil, casa de cinco cômodos. Hoje, a mulher não dá por cem mil”. Na Bahia, comprou um terreno e construiu uma casa com a ajuda do cunhado. Um ano depois, o marido foi ao encontro dela, “mas já não era o mesmo homem”. Ele não foi para ficar e, quando Carmem tentou retornar para São Paulo, ele se opôs: “fica aí, você tem casa aí, e aqui não vou pagar aluguel para você”. Deprimida com a separação e com três filhos pequenos, encontrou apoio em um antigo conhecido em São Paulo, que alugava casas e cedeu uma para ela morar em Arthur Alvim, enquanto se restabelecia.

O ex-marido foi metalúrgico na Matarazzo, “empresa riquíssima”, orgulha-se ela, muito embora já estivesse em declínio desde os anos 1970, quando passou a sofrer pressão das multinacionais. Conforme a empresa foi mudando, o marido foi sendo remanejado. Passou por Brás, Osasco, Santo Amaro, “era a mesma empresa só que foi mudando de nome”. Atualmente, está afastado há alguns anos por uma empresa chamada Renner, “mas ele ainda faz parte dessa empresa”, diz ela, com certa satisfação, ignorando que as empresas foram sendo vendidas.

Dona Carmem sempre trabalhou com atividades ligadas aos cuidados, passou por todo o universo do chamado *care*, o “cuidado com o outro”, visando ao bem-estar. De babá a cuidadora de idoso, passando pelo trabalho doméstico, foi alternando entre situações formais e informais, em ambientes corporativos ou domésticos. Sempre oscilando entre o espaço público dos marcos formais e legais e o privado do ambiente doméstico e suas interações pessoais.

A primeira vez que se mudou para São Paulo, foi contratada como auxiliar de limpeza numa madeireira no Brás e, depois, “promovida para a cozinha”, até que a empresa fechou em 1990. Com os recursos da rescisão contratual, ela e o marido compraram o terreno do Jardim Ângela. Depois disso, ela passou dois anos trabalhando como babá na casa de um casal, que acabou mudando para os EUA. Embora convidada, ela não pôde acompanhá-los “porque era casada e não podia deixar o marido”.

Foi meu primeiro emprego na Paulista e em casa de família. Foi onde eu aprendi a conversar... baiano fala muito errado, né? [Pergunta – como assim?] Português, todos eles são iguais, mas às vezes, a gente aumenta uma letra, sei lá, não entendo... Eu não acho que eu falo errado. [pergunta - ela falava alguma coisa sobre isso?] Não, ela nunca me cobrou nada disso! (...) Nós nos desencontramos, mas ela foi a única pessoa que me deu o maior apoio. Eu tenho saudade de Dona Beth, eu tinha muita vontade de ver dona Beth e o doutor Vinícius. Depois de lá, eu saí e fiquei trabalhando em casa de família, muita casa de família (Carmem, ocupante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 14/11/2017).

Ela se lembra com nostalgia da patroa que “fazia a propaganda do leite Molico, e aparecia na lata”, assim como da “importância” de trabalhar na Av. Paulista. Ao mesmo tempo, é indiferente aos incontáveis outros empregos domésticos pelos quais passou. “Muita casa de

família” resume quase toda a sua vida laboral durante os anos 1990, até o retorno para a Bahia, em 2003. Quando voltou para São Paulo, em 2005, passou a trabalhar como diarista. Trabalhava só dois dias na semana, mas calcula que sempre “teve muita sorte”; na casa em que trabalhava ganhava as coisas da geladeira no final de semana para levar para os filhos. “Não era porque a pessoa era boa, é porque antigamente tinha fartura”, comenta.

Com o início do ciclo de crescimento econômico e expansão das empresas de limpeza terceirizadas, tão logo fez cadastro num serviço de atendimento do governo, já foi contratada por uma empresa grande de limpeza no Morumbi. “Trabalhando registrada as coisas melhoram”, “aí a vida continuou”, diz ela. Pôde então alugar uma casa no Jardim Ângela. Lembra que todas as amigas do serviço a ajudaram comprando móveis usados, e conclui: “eu nunca dependi do pai dos meus filhos para nada.” É com certo orgulho que recorda os tempos em que ela e os filhos foram vivendo, mesmo sem a ajuda do pai. Passaram por dificuldades, é verdade, os filhos tiveram de trabalhar, “mas continuaram estudando”, observa.

Empregada em empresa terceirizada, passou a trabalhar nos mais diversos locais da cidade: “no estádio de futebol, centro empresarial, escritório, hospital, Santa Casa. Tudo onde colocam a gente, a gente tem que ir”. Em muitos casos, o serviço era feito apenas por uma pessoa. O último emprego foi numa pequena empresa de limpeza ali mesmo, no Jardim Ângela, que presta serviço como terceirizada. Conseguiu o trabalho por meio de um cadastro, no posto de atendimento ao trabalhador no Campo Limpo. O registro pregresso numa empresa grande do ramo, a Quality, foi o diferencial dela frente aos demais 30 candidatos que concorreram a uma vaga. Depois de quatro anos trabalhando lá, em 2016, foi demitida. Como a empresa havia perdido contratos, no contexto da crise econômica, decidiu dispensar os funcionários com mais tempo de registro, prometendo acioná-los mediante nova demanda. Até surgiu uma vaga na Zona Leste, mas Dona Carmem teria de atravessar a cidade e a empresa não pagava o transporte integral, pois a integração de ônibus e metrô/trem custa quase outra passagem. A supervisora disse para ela “rezar muito para sair um serviço na Zona Sul”; entretanto, Dona Carmem não podia esperar, precisava “correr atrás”. Ela entende a situação da empresa, não questiona as demissões e, se estivesse ao grupo remanescente, saberia como sobreviver no emprego.

Foi aquela emergência depois de janeiro, mandaram muita gente embora. A empresa não estava mais em condições de aguentar muitos funcionários e foi mandando aqueles mais velhos, aquelas pessoas que tinham dois anos, três anos. Estavam ficando só com os mais novos, como eu já tinha quatro anos... Quando a empresa está com um contrato bom, que tem um plano fechado no contrato, não é preocupação, mas, quando começou a perder os postos, não tinha como segurar, porque não tinha aonde mais encaixar os funcionários.

É difícil... *quem tiver seu empreguinho hoje, segure!* Não falte, porque está difícil. Antes, era tudo mais fácil, conseguia mais rápido. Por exemplo, eu estou aqui conversando e você e me diz: ‘você está parada? Quer trabalhar?’, quero! ‘A empresa assim está precisando, vai lá!’. Tinham aqueles postos do estado que você ia lá, fazia cadastro, às vezes, você *já saía dali com emprego fixo* para você começar a trabalhar (Carmem, ocupante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 14/11/2017).

Meses depois da entrevista, quando reencontrei Dona Carmem, ela tinha conseguido um trabalho registrado como cuidadora de “uma senhora, mãe de médico”. Essa era a primeira vez que a contratavam nessa função, embora sempre tenha cuidado dos outros e, por isso mesmo, saiba o que tem de ser feito. Ela estava contente por ter conseguido trabalho e o achou “melhor do que limpeza”. Comentou que a senhora de quem estava cuidando era “muito tranquila, simpática e não estava acamada”, ou seja, não demandava maiores esforços físicos, mas ficava muito sozinha e era preciso gerenciar seus medicamentos.

A atividade de cuidadora tem crescido muito nos últimos anos, a ponto de se constituir numa nova categoria, e tem absorvido mulheres que ocupavam a função de domésticas ou faxineiras, principalmente negras, como destacam Guimarães, Hirata e Sugita (2012). De acordo com as autoras, o traço de gênero nessa ocupação diz respeito à especificidade do trabalho, que envolve requisitos considerados “naturais” das mulheres: dimensão emocional (amor, afeto e altruísmo) e prática no âmbito doméstico. A gestão do *care* se assenta, assim, na instituição familiar, remetendo ao âmbito privado e informal. A emergência da figura da cuidadora ou cuidador é recorrente em diversos contextos sociais e decorre de inúmeras transformações, especialmente no padrão demográfico das sociedades, cuja população tem envelhecido e demandado um novo tipo de atenção²⁰⁷. Em muitos desses contextos, como no Brasil, essa mudança demográfica tem sido acompanhada pela crescente desconstrução dos sistemas de previdência social e pela mercantilização dos serviços públicos, com o avanço do neoliberalismo.

O percurso de Dona Carmem remete às mudanças no trabalho decorrentes do neoliberalismo: da explosão do setor de serviços à recente intensificação das atividades ligadas ao chamado *care*; do emprego doméstico fixo e informal à terceirização e precarização. Transitando entre o espaço público e o privado, essas relações assumem diferentes feições, que tendem a individualizar as relações de trabalho e privatizar ou “terceirizar” relações afetivas e vínculos sociais. Os seus relatos também evidenciam que houve mudanças no perfil do trabalho ligado ao *care*, nas relações de trabalho e no custo dos serviços domésticos durante o lulismo,

²⁰⁷ Enquanto função ocupacional, o *care* não se refere apenas ao cuidado dos idosos, mas ao cuidado nas quatro fases da vida (infância, adolescência, vida adulta e velhice).

em decorrência da regulamentação da atividade e do crescimento do emprego, absorvendo esses trabalhadores em outras funções e espaços. Tradicionalmente beneficiária das condições de baixo custo dos serviços domésticos, as classes médias passaram a fazer novos arranjos, inclusive nas relações de gênero, para lidar com a situação. A contratação de diarista foi uma alternativa. As diaristas recebem mais pelo dia de trabalho, porém, as condições de trabalho se tornam mais precárias e a disponibilidade de trabalho se reduz.

Os maridos, hoje, lavam, passam, antigamente não! Homem era machista ‘não vou fazer e isso mesmo!’ Para ter um conforto melhor com sua esposa e seus filhos, ele tem que compartilhar. A mulher chega cansada e vai para o fogão? Aí não! A comida de hoje é simples. Hoje, você fez um arrozinho branco, uma saladinha de alface um bifezinho acebolado na grelha... de manhã, um cafezinho, uma bolachinha, uma fruta, um mamãozinho cortado... eu adoro essas coisas, mas não na minha casa, porque, *nós que trabalhamos na casa das pessoas já sabe como é que é*. Tudo é mais simples. Só no final de semana que vão querer sair para comer fora. *Aqui, muitos estão indo para rua vender água, vender suco, vender salgadinho, porque o custo de vida não dá, não tem como!* Procura emprego e não tem. *Hoje, a maioria das mulheres estão trabalhando e os maridos estão cuidando das crianças*. Vai pagar uma pessoa para tomar conta da criança? Hoje tem a escola, então as crianças vão para a escola, ele fica em casa fazendo o básico. Em empresa mesmo, os homens ficam em casa e as mulheres vão trabalhar, porque, às vezes, não tem aquele emprego fixo e para fazer um treinamento fica mais difícil. A mulher vai ganhar dois mil reais, vamos supor... você tem condomínio para pagar, água, luz, você tem despesa de casa. *Muitos põem uma diarista para fazer o grosso* e o homem levantou, arrumou a cama, ajeitou a comida, às vezes já faz e deixa congelada, porque a maioria das pessoas já deixa tudo congelada, comida básica. Você vai pagar uma empregada doméstica, *ela não vai querer trabalhar de sete horas da manhã à sete da noite para ganhar trezentos reais*. Uma cozinheira de fogão hoje ganha dois mil e quinhentos. A diarista aqui na área eles estão pagando cento e cinquenta, mas, para a cidade, eles estão pagando duzentos. Se você pega cinco dias na semana, são mil reais por semana, por mês, você tira quatro mil livre, paga o INSS. Diarista ganha melhor do quem trabalha de salário, mas tem menos emprego, porque ninguém contrata diarista todo dia! (Carmem, ocupante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 14/11/2017)

Como observa Georges (2011), as lógicas de ação público/privada pela qual transitam as trabalhadoras domésticas perpassam relações com outras empregadas ou empregadores, seu próprio espaço privado e o tipo de configuração familiar. Essas lógicas “podem ser conflituosas, atestar a emergência de uma nova economia doméstica e moral ou uma visão particular do espaço público e da ideia de democracia no Brasil, em particular nas zonas urbanas” (p.98). Para Dona Carmem, o trabalho formal em empresa representou ganhos materiais e profissionais em algum momento. Assim, mesmo observando que a diarista ganha mais e que sua condição de terceirizada não assegure estabilidade, ela atribui maior valor ao trabalho registrado e aos benefícios, como vale transporte, vale refeição e cesta básica. Afinal, foi com o dinheiro da rescisão de contrato que construiu o barraco na ocupação e saiu do aluguel durante o desemprego. Já o trabalho em ambiente familiar aparece ora com indiferença, ora com afeto e como estratégia de aquisição de um repertório que a habilita a ler diferentes espaços sociais e

circular por eles com mais desenvoltura. Observando a economia doméstica dos diferentes segmentos sociais por onde transita, ela reconhece as mudanças dos tempos e constrói um entendimento sobre si e a sociedade pelas diferenças nos hábitos e comportamentos das classes.

No período em que esteve desempregada, considera que foi na ocupação que encontrou ajuda, mesmo sem ter coragem de pedir. Logo que cheguei ao seu barraco, ela me mostrou um pacote de macarrão já aberto: “a vizinha acabou de me deixar isso aqui, dizendo: ‘eu ganhei isso aqui e vou dividir com você’. Eu falei: mulher, não precisa não! Mas ela disse que nós temos que dividir. Ela pensa assim, outros não”. Durante a entrevista, outras duas intervenções: primeiro, uma vizinha, para utilizar a máquina de lavar roupa de Dona Carmem; depois, outra vizinha vinha falar sobre a indicação de emprego onde ela trabalhava.

Na ocupação, encontrou relações de solidariedade com outras trabalhadoras do mesmo ramo, substituindo situações de competição que identificava no mercado de trabalho. Além disso, como será abordado no próximo capítulo, na ocupação os saberes e práticas do trabalho destinado à reprodução da vida escapam à invisibilidade do meio doméstico e à instrumentalização do mercado para se tornar parte da produção do coletivo. Desse modo, as “atividades dos cuidados” exercidas por essas mulheres ganham outro significado na construção de relações afetivas e solidárias.

Vânia, Adair e Vivian: família, migração, classe e raça em tensão

A família de Adair e Vânia é mais uma das muitas que morou em Paraisópolis e hoje encontra-se na ocupação Nova Palestina. Esse percurso não é direto e tem vários acidentes, normalmente, associados à condição de trabalho e a experiências pessoais, todas marcadas por rupturas nos anos 1990. Assim como a maioria dos trabalhadores que saíram de Paraisópolis e hoje estão na ocupação, eles venderam suas casas por um valor baixo em comparação com os preços atuais daquela região. Na época, o lugar não era valorizado, estava estigmatizado pela violência e pobreza. Vânia lembra com tristeza que venderam uma casa grande por sete mil reais: “da minha casa dava para avistar o Palácio do Governo todinho, era a coisa mais linda! Eu sofri para ajudar a construir aquela casa, cheguei a ir parar no hospital uma vez de tanto carregar peso”. Adair, por sua vez, reconhece que o lugar “tinha tudo perto”, e agora que está urbanizado, não conseguem mais voltar para lá.

Vânia têm 50 anos e Adair, 56. Quando chegaram à ocupação, estavam morando numa casa alugada no Jardim Ângela, bem próxima da ocupação, e gastavam um salário mínimo no aluguel. Eles têm 3 filhos, todos casados. Ao contrário dos pais, que possuem apenas o ensino

primário incompleto, os filhos concluíram o ensino médio. A filha mais velha morou oito anos nos EUA, com um irmão de Vânia, e hoje é professora de inglês em Minas Gerais; o filho trabalha numa oficina de carro; a filha mais nova é motorista da Uber e também mora na ocupação com o marido e a filha pequena. A família sempre foi uma rede de apoio importante para eles, até que os caminhos de cada um foram se distanciando.

Logo que se casaram, no início dos anos 1980, Vânia e Adair resolveram tentar “uma vida melhor” em São Paulo. Nascida em Vitória/ES, numa família muito pobre, Vânia viveu e trabalhou na roça desde criança. Apesar do trabalho pesado, é com entusiasmo que ela relata a disposição e autonomia que tinha na realização das atividades: “sabia o que tinha de ser feito”. Quando o pai morreu, deixou a esposa e sete filhos pequenos; a mãe se juntou a outro marido, o qual, por sua vez, trouxe onze filhos seus para o sítio onde moravam, e tiveram mais três crianças. A situação se tornou tão crítica que a família precisou “dar” quatro filhos. “Não tinha jeito”, lembra Vânia. Ela pôde estudar só até a quarta série, porque as séries seguintes não eram ofertadas na região. Na escola, fazia a merenda; em casa, ajudava a cuidar dos irmãos menores. Na terra onde sua família vivia, “hoje é tudo eucalipto, não tem mais ninguém”.

A família de Adair é de Minas Gerais, mas alguns parentes seus já Vivian na capital paulista, o que viabilizou a vinda dos demais parentes. Vânia veio antes de Adair e foi recebida pela cunhada, que a “escondeu” por algum tempo na casa da patroa onde trabalhava como doméstica. Como não tinha onde ficar, passava os dias clandestinamente no condomínio, escondida nas escadas, e à noite se juntava à cunhada no quarto de empregada. Mas, quando a patroa descobriu a “gambiarra”, exigiu que Vânia fosse embora. Foi a amizade da cunhada com o porteiro do mesmo condomínio que viabilizou a permanência dela na cidade. “Ela vai ficar na minha casa em Paraisópolis. O que eu e minha esposa comer, ela come”, Vânia recorda as palavras do porteiro com gratidão. Enquanto permaneceu lá, ajudou a cuidar da criança do casal e preparava a janta. Um mês depois, chegou Adair. O porteiro usou sua rede de contatos na cidade para conseguir um trabalho para ele na rede de estacionamento MultiPark, e ela começou a trabalhar como auxiliar de cozinha num colégio no Morumbi.

Eles continuaram morando na mesma casa onde morava o porteiro, após este se mudar. Naquela época (anos 1980), a área de Paraisópolis era pouco ocupada: “tinha 23 pessoas! Hoje tem milhões”, diz Vânia. As ruas eram de terra, e, sempre que chovia, as casas eram invadidas pelas águas e sanguessugas. Meses depois chegaram três irmãos de Adair à cidade. Elas alugaram uma casa e passaram a viver juntas em Carapicuíba, mas logo uma delas se casou e a outra foi morar no estrangeiro. Vivian ficou. No hotel onde trabalhava, conheceu o homem com quem

viria a morar. Ela comprou um terreno próximo a Vânia e Adair, em Paraisópolis, e, com ajuda da família, autoconstruiu sua casa. Até o começo dos anos 1990, os terrenos lá eram baratos, vendidos no mercado informal e construídos de forma irregular. Lá “ninguém tem escritura”, diz Vivian. Ela chegou a se estabelecer no local, mas o envolvimento do companheiro com drogas desestabilizou a família. “Tínhamos amor um pelo outro, mas o poder da droga foi mais forte”, diz ela, que tolerou o vício, os roubos de suas coisas e ajudou-o quando ele foi preso, mas, depois disso, não quis mais o relacionamento: “tinha vergonha daquela situação”, pois “feria muito a imagem da família”. Depois de 20 anos em Paraisópolis, toda a família foi saindo do local, e não conseguiram mais se fixar em nenhum bairro. Suas vidas foram sendo atravessadas pelas mudanças que marcaram as periferias urbanas nos anos 1990.

Somente uma irmã de Adair conseguiu estabelecer-se na cidade e assegurar melhores condições materiais. Ela “tem uns vinte imóveis alugados”, exagera Vânia. “É a única branca da família deles, acho que é por isso que ela não se mistura. Ela teve a oportunidade de estudar para ser professora, foi a única que estudou. Ela não se mistura! é muito chata.” Vânia diferencia uma cunhada das demais pela cor da pele, mas atribui aos estudos seu sucesso em relação aos irmãos negros. O que se sabe, entretanto, é que a cunhada foi bem-sucedida no trabalho, comprou imóveis no Jardim Ângela quando os preços eram mais baixos, conseguiu financiamento no banco e foi ampliando o negócio. Hoje, vive do aluguel desses imóveis, que se tornaram mais rentáveis devido aos recentes aumentos. “Estamos todos aqui e nunca ela falou: ‘vou arrumar uma casa para vocês saírem do aluguel por um tempo’”, observa Vânia, para quem a família sempre tinha sido sinônimo de solidariedade.

É a experiência de Vivian, a cunhada negra, que ajuda a elucidar as desigualdades de acesso atravessadas pela questão racial. Depois de nove anos trabalhando como atendente e caixa no famoso hotel Maksoud Plaza, perdeu o emprego. Juntou as economias e resolveu arriscar uma viagem aos EUA, com o objetivo de arrumar um trabalho lá. Já tinha visitado o país anos antes, por intermédio de agência de intercâmbio. Após conseguir o visto para 10 anos e programar a viagem, foi impedida de embarcar no *check-in*. Vivian conta que foi à polícia, os documentos foram atestados, mas “nada foi feito”. Os motivos nunca foram esclarecidos. Ela acredita, porém, que houve discriminação racial. Na primeira vez que foi aos EUA, uma colega do trabalho já havia tentado dissuadi-la: “ela me disse isso pela minha cor: ‘não vai que você não consegue’.”

Segundo Vânia, que testemunhou a cena, a questão correu na justiça, mas “depois da primeira audiência, nunca mais chamaram. Provavelmente, não deu em nada”, diz. Para Vivian,

a polícia e a Justiça são instituições com quais não se pode contar. Por ter conseguido o visto as duas vezes, mas não ter essa garantia respeitada, Vivian chama a atenção para uma singularidade da experiência racial no Brasil: “Nos Estados Unidos tem preconceito sim, só que eu acho menos pior. Lá é aberto. O preconceito aqui é fechado. Aqui, as pessoas são preconceituosas, te humilham e nada é divulgado. As pessoas não assumem e dizem: ‘eu não sou preconceituoso’.” Com isso, ela traz à consciência, a omissão do conflito, que tanto marca nossa história política.

Toda vez que fala sobre o assunto, Vivian chora, inconformada. O episódio marcou um momento de ruptura na vida dela: “ali que eu pensei: não sei mais o que eu quero. Me desestabilizei ali”. Frustrada em seu plano, reuniu os recursos que tinha e montou uma pequena lanchonete com uma irmã e a cunhada, mas o empreendimento não deu certo e ela foi trabalhar como diarista. Em pouco tempo, com os contatos que fez nas casas e a experiência prévia em hotel, conseguiu um trabalho como atendente no hotel Crowne. Trabalhou lá por seis anos, até que o hotel fechou e o prédio foi vendido à Procuradoria Pública. Na mesma semana em que os funcionários foram demitidos, Vivian descobriu que estava grávida. Desde então, ela voltou ao trabalho de diarista. “Pensava que, quando ele crescesse, eu voltaria a trabalhar no comércio, mas estou até hoje, ele já tem nove anos”, lamenta. Ela se viu sempre responsável pelo sustento da casa e pela educação do filho. O pai do menino “sempre ajudou pouco em casa”, não se fixava nos trabalhos, envolvia-se com outras mulheres e ostentava um padrão de consumo incompatível com a renda. Quando ela o conheceu, ele era caseiro de uma das casas em que Vivian trabalhou antes do hotel. Eles foram morar juntos, mas, como “ele não queria morar na favela”, ela vendeu seu imóvel em Paraisópolis e foi morar na casa da qual ele cuidava. Depois disso, passaram ao aluguel, “cada hora num lugar”, até chegar à ocupação, quando Vivian se afastou do marido.

Quando mudaram para a ocupação, o relacionamento abusivo e a agressão física do marido desencadearam a intervenção da coordenação, já que esse comportamento contraria os princípios do movimento, que se opõe à dominação de gênero e não tolera violência contra a mulher, gerando expulsão dos agressores. O coletivo se solidariza com mulheres agredidas, assegurando, neste caso, a permanência de Vivian e do filho na ocupação, e oferecendo apoio emocional através das coordenadoras e da própria cunhada.

Vânia e Adair também venderam o imóvel em Paraisópolis no final dos anos 1990 e viram suas economias consumidas pelos anos seguintes de aluguel. Nessa época, Vânia foi demitida da fábrica onde trabalhou por nove anos como auxiliar de produção, e já não conseguia

“nada fixo”. Voltou a trabalhar em casa de família como empregada doméstica, função que exerce até hoje, mas foi somente quando se regulamentou o trabalho doméstico, em 2015, que ela obteve novo registro. Adair, por sua vez, entrou na informalidade quando iniciou o trabalho de motorista de lotação. Com a regulamentação das peruas nos anos 2000, ele passou a operar numa linha fixa e a família mudou-se para perto desse ponto, na Vila Gilda. Depois disso, o investimento inicial no veículo e na linha de lotação e as dívidas pessoais contraídas por ele em gastos excessivos desequilibraram a vida financeira do casal.

O percurso de Adair como motorista remonta a todo o histórico do transporte coletivo em São Paulo e ao processo de regularização do transporte clandestino. Durante o governo de Erundina (PT, 1989-1992) começou a formação de cooperativas, mas Adair ainda trabalhava com transporte clandestino e não tinha linha fixa. Foi no governo Marta Suplicy (PT, 2000-2004), com a generalização da regularização, que ele passou a compor a Cooperpam, cooperativa de trabalhadores do transporte público, fundada naquele momento. Hoje, a maioria das empresas de transporte que atua nas periferias descende dessas cooperativas.

Era uma época em que as periferias se adensavam e o transporte público era insuficiente nessas áreas, o que fortaleceu o negócio clandestino, que vários grupos passaram a assumir de forma irregular. As relações desses grupos com a criminalidade são variáveis, mantendo-se esse trabalho também no limiar entre formalidade e informalidade, legalidade e ilegalidade, além das fronteiras com o ilícito. O fato é que Adair não gostava de fugir da fiscalização, colocando a própria vida e a dos passageiros em risco, ainda que ganhasse mais naqueles tempos.

Não é claro como se realizavam os pagamentos da cooperativa, mas ele lembra que não recebia sempre o mesmo valor e que os problemas no veículo estavam a seu encargo. Quanto à tomada de decisões, ele diz que elas incluíam os motoristas apenas quando se tratava de eleger o presidente da cooperativa; no mais, tudo era decidido sem recorrer ao aval deles. Em 2015, a prefeitura decide que somente empresas poderiam concorrer à licitação para o transporte público, exigindo, assim, a forma-empresa como executora do serviço público. A Cooperpam é absorvida por uma empresa, e os cooperados tornam-se ou sócios, ou empregados. Adair não se recorda de ter deliberado sobre essa mudança.

O Estado procedia, assim, com uma nova regulamentação jurídica que influía sobre a organização dos trabalhadores do transporte. Adair ainda se refere à empresa como cooperativa e conta que os cooperados, que tinham vários carros, hoje “são como acionistas da empresa”. No caso dele, já havia vendido o veículo antes por razões pessoais, e passou a trabalhar como motorista contratado via CLT, função que exerce até hoje. Ele diz preferir a atual situação de

trabalho, por não precisar se preocupar com a manutenção dos veículos, nem ter que fugir da fiscalização, mas reclama do salário baixo. A empresa que absorveu a cooperativa e contratou Adair é uma empresa de transporte de passageiros por fretamento e turismo. Nessa modalidade, o piso salarial de motorista é mais baixo que o da categoria de transporte urbano, fazendo com que seu salário seja menor. Segundo Adair, essas mudanças e a nova licitação têm por objetivo equiparar os pisos salariais: “dizem que, até o final do ano, os salários vão ser todos iguais. Estamos esperando”.

[pergunta - vocês nunca pensaram em se organizar, parar ou fazer greve por isso?] Nesse caso, *tinha que ter um sindicato para organizar as coisas*. Se dizer que não estou satisfeito com a empresa e propor paralisação, *é muito fácil de identificar quem é responsável pela ação*. Isso é criar conflito dentro da empresa, por isso é importante a existência de um sindicato. Nós mesmos, não podemos fazer isso. [pergunta - vocês nunca procuraram o sindicato para discutir essas coisas?] Nós nunca corremos atrás disso, porque, *para muitos de nós, o importante é estar trabalhando*. Já passamos fazes tão pior do que essas que hoje está bom. Se for contar o tempo todo que eu trabalhei, hoje, *já era para eu estar aposentado*. Como eu trabalhei na cooperativa, perdi um tempo sem registro, sem contribuição, sem nada (Adair, integrante da ocupação Nova Palestina – Entrevista concedida à autora em 21/04/2018).

Apesar de dar valor à formalização do trabalho e aos direitos trabalhistas e identificar o papel da luta sindical nisso, Adair revela distanciamento do sindicato: “a única coisa que tenho conhecimento é que, quando saímos da empresa, é pelo sindicato”. Ele diz não saber ao certo se há um sindicato da categoria deles, mas confirma que a contribuição sindical é descontada na sua folha de pagamento. O sindicato de sua categoria é o SindMotoristas, fundado na década de 1930, para representar os trabalhadores do setor de transportes. Nos anos 2000, ele passou por um desmembramento que especificou o grupo por ele representado (apenas os motoristas e cobradores de transportes de passageiro rodoviários urbanos) e deu origem a outros sindicatos, representantes de outros profissionais dos transportes, como os motoristas de empresas de transporte rodoviário para fretamento e turismo, para transporte escolar ou para transporte de carga. A segmentação da categoria não ocorre, porém, apenas pela especificação dos sindicatos, mas também pelo seu histórico, que impacta nas suas vivências e modos de organização. Entre os motoristas de lotação, posteriormente tornados cooperados, não se constituiu o mesmo tipo de enfrentamento político que nas empresas tradicionais do ramo. Os motoristas de ônibus das grandes empresas sempre tiveram uma clara relação de patrão e empregado com os empresários, e isso propiciou a eles um tipo específico de organização. O trabalho nas lotações e, depois, nas cooperativas seguiu uma história diferente. Os ex-cooperados, apesar de hoje terem se tornado funcionários de empresas de transporte, agrupam-se em torno da experiência nas lotações clandestinas e nas cooperativas. Mantêm um grupo de Whatsapp no qual circulam informações

para apoiar o seu trabalho cotidiano, mas não interagem com o sindicato, como o “pessoal das empresas”. O grupo tem algumas restrições: só participam os motoristas ex-cooperados, e nele só pode haver conteúdos referentes ao trabalho. “É como o grupo aqui da ocupação”, diz Adair.

Mesmo o transporte sendo hoje um dos setores que mais propicia a organização coletiva e mais tem realizado paralisações, a experiência de Adair revela distanciamento em termos de mobilização política: “não sei como funciona, só sei que não paramos”. A baixa adesão dos funcionários às paralisações nessa empresa parece remeter ao histórico da cooperativa, cujas relações de trabalho tinham outra lógica e formato. Ele lembra que, nos protestos de 2013, eles ainda eram cooperados e “foi a maior polêmica, porque a gente não parava. Na cooperativa isso não acontece. Até hoje é assim. Mesmo se os ônibus param, nós não paramos. Só se der alguma coisa que manda parar”. “Os boatos são de que os mandantes são gente ligada à política, vereadores”.

[pergunta - você lembra das manifestações de junho] Sim. [pergunta - você chegou a pegar linha com a rua cheia de gente?] Sim. [pergunta - como é que foi?] *Eu fui obrigado a parar, porque não tinha como passar.* Os carros estavam todos parados. Nós saíamos da garagem, então estávamos trabalhando. Porém, não tinha como passar por causa do trânsito. *O pessoal ia andando e nós também até liberar as ruas.* [pergunta - qual é a sua opinião sobre esses protestos?] Eu achava que o pessoal estava reivindicando algo importante. Nunca fui contra. eu ficava de boa, porque *eu já fazia parte de um coletivo e sabia como era.* Já era daqui. [pergunta - as manifestações foram no mesmo ano que organizaram essa ocupação aqui, não é?] Sim. Quando eu estava aqui tinha algumas coisa... o povo até pedia para eu ajudar. O pessoal que me conhecia pedia para eu parar o trânsito. (Adair, integrante da ocupação Nova Palestina – Entrevista concedida à autora em 21/04/2018).

Se as relações de trabalho não resultaram em mobilização de classe, a organização na ocupação mobilizou pautas urbanas e produziu vínculos de solidariedade entre seus integrantes. No seu relato, Adair revela que sua visão favorável aos protestos de 2013 é influenciada pela sua participação no movimento de moradia. Assim, no dia em que os ocupantes da Nova Palestina ocuparam uma via no bairro em protesto pela duplicação da ponte do Capela para desafogar o trânsito na M’Boi Mirim, Adair, que estava trabalhando no local, usou seu veículo para ajudar o grupo no bloqueio da via.

Adair chegou a ser um dos coordenadores na ocupação Nova Palestina, durante o tempo em que esteve desempregado. Porém, acabou desistindo depois que retomou o trabalho e devido à falta de adaptação como coordenador. Segundo ele, “tinha muitas brigas”, e ele “não era muito de falar”. Na avaliação de Vânia, “aquilo enchia muito o saco, havia muito desentendimento e, para tudo, se chamava a coordenação”. Ela demonstra descontentamento com a falta de comprometimento de algumas pessoas, especialmente no momento inicial quando havia “muita gente”. Mais acostumados às relações familiares, o casal teve mais dificuldades em adaptar-se

à forma organizativa da ocupação. Porém, num momento em que os arranjos familiares são redefinidos pelas diferenças geracionais e mesmo raciais, pelas mudanças na dinâmica das migrações, da cidade e do mercado, a ocupação se torna uma alternativa àquela rede de apoio que era provida pela família em momentos de crise ou mudança.

O casal continua morando na Nova Palestina, participa de atos, mas interage menos nas atividades coletivas da ocupação. Tanto Adair quanto Vânia atribuem maior importância ao fato de que a ocupação lhes assegura alguma “tranquilidade” diante das emergências. “Só o fato de não pagar aluguel, nem água, nem luz, a gente já tinha de olhar pra cima e agradecer a deus todos os dias”, diz Vânia, que já planeja reforçar o barraco. E, se o casamento não vai bem, ou se o marido não está certo de que quer se manter na luta, Vânia não tem dúvidas: “se ele quiser sair, que vá, eu não saio daqui”.

Depois de cinco anos de luta sem definições quanto ao projeto de moradia, a espera se tornou um tempo indeterminado. Nas palavras de Adair: “tenho fé e creio que vai sair alguma coisa. Não sei quando, não sei se até lá, nós já estaremos mortos. Muitos já se foram. Muita gente aqui já morreu. Nós ficamos esperando...” A incerteza é, talvez, a maior dificuldade para a geração de Vânia e Adair, que fizeram um longo percurso em busca de uma vida melhor. E o desafio que a ocupação reintroduz em suas vidas diz respeito ao que fazer sobre o futuro. Após uma longa pausa na fala, Adair diz não saber “o que gostaria para o futuro... Voltar no tempo não tem como, se pudesse, né?...”

Cleusa e Jaílson: da migração nordestina à circulação na metrópole

Cleusa e Jaílson têm 50 anos. Quando souberam da ocupação por uma tia, estavam em uma moradia improvisada, de baixo aluguel, porém insalubre. Ademais, o filho mais velho estava se casando e também precisava de uma casa, o que poderia se resolver com a vinda de Cleusa e Jaílson para a ocupação. Nessas circunstâncias, não foi difícil tomar a decisão.

Desde que chegaram à Nova Palestina, Jaílson fora atraído pelo lago que fica na borda do terreno, mas, por orientação do movimento, o casal teve que se afastar do local e construir o barraco na área delimitada para ocupar. O que construíram, mais ao fundo da ocupação, tem a arquitetura daquelas casas de sítio: cerca de madeira, trepadeiras na entrada, horta grande ao lado e vários animais. Tudo feito de modo provisório, com resíduos de materiais coletados.

O casal tem três filhos, mas apenas a menina de 10 anos mora com eles; os mais velhos são casados. Diferente dos pais, que não completaram o Ensino Fundamental, os filhos mais velhos chegaram à graduação, mas desistiram dos cursos (educação física e veterinária). O mais

jovem dos dois já “fez de tudo um pouco”, trabalhou nos Correios, na Skin, na Uber, com carros... e estava desempregado. “Ele é da fé, da Igreja”, comenta o pai, sem se ater ao tema. O outro trabalhou no banco Santander e, atualmente, é corretor de imóveis. Os filhos apoiam a decisão dos pais de morar na ocupação, mas não participam.

Alegre e muito desenvolta, Cleusa sempre convida os visitantes da ocupação para irem ao seu barraco, e sonha com o dia em que todos vão conhecer seu apartamento. O casal é bem-humorado e cativa amizades na ocupação. Enquanto conversava comigo, Cleusa preparava um cozido de feijão e embutidos, e respondia às indagações da pequena Iasmim sobre sua festa de aniversário, que seria realizada no barracão da ocupação. É o futuro dela que motiva Cleusa a assumir a luta política.

Eu não quero morrer e deixar minha filha *sozinha*, como eu fiquei. *Tentando e tentando*. Eu quero *deixá-la estabelecida* na vida. Quero que ela fique bem, estude. Quero que muitas mães aqui pensem nisso, coloquem seus filhos para estudar. Que eles *sejam alguém na vida*. Se não tiver um rapaz ou moça que quiser, pelo menos, se criou um alguém de paz e de família. Alguém que *não se bandeou na vida*. (Cleusa, integrante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 20/05/2018)

O casal acumula um longo itinerário pela metrópole, desde que vieram de Pernambuco para São Paulo no final dos anos 1980. Saíram de uma cidade pequena e seguiram a trilha do antigo fluxo migratório, mas a história não foi como eles esperavam. Era um momento de virada da situação econômica e política do país, em que a promessa da cidadania salarial se dissipava.

Jaílson veio primeiro, com 18 anos. “Tinha um irmão aqui, diziam que era muito fácil de conseguir dinheiro”. Quando chegou, foi direto morar na obra de um prédio. Por mais de 10 anos, trabalhou na construção civil. De uma firma a outra em pouco tempo, foi “aprendendo tudo na obra”: pedreiro, elétrica, carpintaria, encanamento, pintura. Mas ele estava sempre de passagem, “construía o prédio, acabava e tchau”.

Trabalhei em muita obra: no Itaim Bibi, Paulista, Rebouças, perto do Ibirapuera, no Campo Belo, Santo Amaro, Morumbi. Tem uma música do Zé Ramalho que o nome é cidadão. Ela fala sobre uma pessoa que trabalhou na obra e não pode nem ficar olhando. Eu pensava assim. Não podia nem ficar olhando que a polícia podia me prender. (Jaílson, coordenador/integrante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida em 15/04/2018)

Cleusa veio pouco tempo depois, com o filho pequeno. Tinha ficado na casa da sogra e continuou trabalhando como “doméstica em casa de família”. Quando chegou, passou por uma verdadeira saga para encontrar o marido. Sem ter como se comunicar com ele, Cleusa não pôde encontrá-lo e ela teve que voltar para Pernambuco. O desamparo vivido quando chegou a São

Paulo é o que ganha maior relevo no seu relato, constituindo-se numa espécie de passagem que a habilitou a sobreviver na metrópole desde então.

A minha trajetória em São Paulo não foi fácil e não é até hoje. Independente disso, eu não quero ir embora, porque eu me encontrei aqui. Aprendi. Se eu estivesse no Norte, não teria me desenvolvido o tanto que me desenvolvi aqui. Depois do que aconteceu comigo na chegada, eu vou para qualquer lugar sem sofrer. Eu achava que lá era o meu canto. Era uma menina bobinha que dependia do que as pessoas falavam, era envergonhada. Depois disso, minha cabeça mudou muito, é dessa forma que se aprende. (Cleusa, integrante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 20/05/2018)

No fim, encontrou o marido em Campinas, morando “meio de favor” na casa de conhecidos numa favela recém-formada, ao lado do *shopping* que ele ajudava a construir. Daí a dificuldade de localizar seu endereço. Cleusa empregou-se como faxineira e, como “nunca gostou de morar na casa dos outros”, ela e o marido juntaram dinheiro e improvisaram uma moradia. Não ficaram muito tempo. Em busca de trabalho, logo se mudaram para Paraisópolis, perto de uma tia que arranhou para ela um trabalho de doméstica registrado. Ficou no emprego por 3 anos. Gostava de lá, porque podia levar o filho pequeno: “Quando eu chegava lá com ele, que é bem branquinho, ela o levava para o shopping, parquinho e até para passear. Ela não tinha preconceito. Chegou uma época que ela pediu ele para ela”. A fala de Cleusa a respeito do comportamento da patroa marca os dois preconceitos comuns na sua vivência: racial e de classe. Ainda que ela e o marido não sejam negros, reconhece na cor “branquinho” o passaporte junto à patroa; por outro lado, por saber do preconceito de classe, vê a atitude da patroa como não preconceituosa.

Cleusa sempre trabalhou como doméstica, desde os 12 anos de idade, mas ressalta que nunca gostou de ser diarista, “porque não tinha um fixo e nem direitos trabalhistas”. Há 4 anos ela trabalha na mesma casa; sai todos os dias às 5h30 para chegar às 7h30 no Morumbi. Sem ter frequentado a escola formal, ela tinha dificuldade em conseguir outra ocupação, ainda que soubesse ler e escrever e passasse nas provas. Só mais tarde, conseguiu fazer o Fundamental I, por meio do EJA.

Em Paraisópolis, inicialmente, tinham alugado um “barraquinho”, depois compraram um terreno ali e construíram eles mesmos a moradia. Na época, era “só mato e favela”, conta Jaílson. Conforme a região foi ficando valorizada, acentuaram-se as tensões sociais.

Só se via as madeiras e as telhas no meio. Depois de 90, começaram a construir as casas de alvenaria e todo mundo foi no embalo. Hoje, tudo é de alvenaria. Tem até mansões lá dentro de pessoas que têm mais condições. [pergunta - essas mansões são do pessoal que morava lá na mesma época que você?] Sim, do pessoal de lá. O povo que construiu a casa do jeito que quis. [pergunta - e os prédios mais caros?] Eu lembro de um prédio que foi construído perto da favela. Os proprietários não queriam, eles

tinham medo dos favelados. Só que lá, é o seguinte, noventa por cento da favela é composta por trabalhadores. Eles enxergam a favela como se todos que morassem lá fossem vagabundos, mas não são. Eu não sou vagabundo e faço parte daquele lugar. Eu vejo todo mundo saindo para trabalhar: mulher, homem, velho. (Jaílson, coordenador/integrante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida em 15/04/2018)

Chegaram a se fixar em Paraísopolis. Porém, a chegada do tráfico de drogas e a violência no local acionaram o medo de Cleusa de ver os filhos “virarem bandidos”. Como o marido não tomava providências, ela mesma tomou a iniciativa: vendeu o barraco e o informou depois de fechar negócio.

Lá, tinha muita violência. Morte, bandidagem, droga, polícia entrando e batendo nas casas. Eles pegavam as pessoas com cigarro de maconha e dali eu ficava vendo tudo. Eu nunca chorei tanto, como quando pegavam a molecada ali fumando um baseado. Eu via pelas frestas do meu barraco. Também tinha tiroteio. Eu estava lavando a louça e, de repente, vinha bala. Eu abaixava e começava a chorar. Eu tinha medo de o meu filho estar crescendo naquele mundinho e, de repente, passasse para aquele mundo da droga e do crime quando virasse rapaz. (...) Tanto é que o filho da minha vizinha, que brincava com o meu menino, é traficante de lá hoje. (Cleusa, integrante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 20/05/2018)

A casa foi vendida por “uma mixaria”, lamenta Jaílson, ao comparar com os valores de hoje. O dinheiro não dava para comprar outra, e ele investiu na linha de lotação que estava montando no Campo Limpo. Em meados dos anos 1990, a taxa de desemprego chegara a quase 20% e a construção civil estava em baixa. Então, ele aproveitou a “oportunidade de trabalhar no transporte”, atividade com a qual se identificava mais. Aquele era um momento em que o transporte clandestino estava explodindo em São Paulo. A modernização do sistema, proposta pelo governo municipal, tinha substituído a antiga CMTC pela SPTrans, e a reestruturação privatizou atividades operacionais, reduzindo o quadro de pessoal (de 27 mil para 1.200) e flexibilizando a gestão²⁰⁸. A alteração no cálculo de remuneração dos serviços (custo do quilômetro rodado por um valor limite de passageiros) levou ao declínio da oferta de ônibus na cidade e a um grande corte do quadro de funcionários. Surgiram, então, as peruas, para atender a uma demanda que, com a explosão demográfica nas periferias, era crescente. Assim, a ação estatal de modernização do serviço de mobilidade urbana atualizou o sistema informal.

Quando houve a regulamentação dos perueiros pelo governo Marta (PT) na forma de cooperativas e a substituição das peruas por vans, Jaílson não conseguiu se ajustar aos novos requisitos. Segundo ele, o plano de regularização das peruas “não deu muito certo”, porque, dos 15 mil perueiros, apenas 6 mil foram cadastrados, já que boa parte deles tinha o “nome sujo”

²⁰⁸ A prefeitura manteve apenas a gestão do serviço, mas antes disso fez a renovação da frota, o que impulsionou a publicidade da nova gestão juntamente com o aumento das tarifas e subsídios.

ou não tinha condições de investir na van. Como ficar na clandestinidade se tornara difícil devido à implementação das catracas eletrônicas e do bilhete único, ele passou a “dirigir para os outros”. No Capão Redondo, onde Jaílson trabalhava, eram 400 cooperados. Segundo ele, cada um tinha firma aberta, “como se cada carro fosse uma empresa”, pela qual os motoristas eram subcontratados informalmente. Subcontratado por um cooperado, ele permaneceu nesse trabalho por 10 anos, até que, em 2011, foi absorvido pela onda de formalização do ciclo lulista.

A reestruturação do sistema de transporte fez os motoristas ganharem menos do que quando eram autônomos e organizados em cooperativas informais. A integração do sistema fez não só as peruas perderem as vantagens competitivas em relação aos ônibus, como os motoristas perderem o controle da sua remuneração. Em 2015, a gestão Haddad (PT) determinou que as cooperativas não poderiam participar das licitações de transporte coletivo; por isso, elas ou se tornaram empresas, ou foram adquiridas por empresas do setor. Os motoristas ou tiveram seus registros transferidos para essas empresas, ou, se tinham veículo próprio, passaram a prestar serviços para as empresas – inclusive os que antes eram cooperados e, na transformação das cooperativas em empresas, viraram donos. Depois disso, Jaílson permaneceu mais dois anos na firma e saiu, “não aguentava mais”. O trabalho “era muito estressante”, ele se incomodava quando os passageiros discutiam com ele porque ele parava nos pontos quando o carro já estava lotado: “Eu era obrigado a parar. O pessoal não entende. Eles pensam assim: ‘já que eu estou aqui dentro, o carro tem que seguir’.”

Depois que mudaram para o Campo Limpo, a vida da família seguiu numa sucessão de moradias alugadas e improvisadas. Foram várias as tentativas de sair do aluguel, que sempre partiam de Cleusa. Logo que se mudaram, construíram a casa de um conhecido em troca de morar um tempo nela, sem pagar o aluguel, mas o “amigo da onça”, segundo Cleusa, “agiu de má fé” e tiveram de sair antes do combinado. Para financiar um imóvel, “sempre faltava o valor da entrada”, diz ela. Passou, então, a participar de uma associação, na qual fez a inscrição para os prédios do CDHU que estavam sendo construídos, mas desistiu quando a associação passou a aumentar as taxas e deixar de fora da lista aqueles que não contribuía. Embora ela não saiba explicar que agenciamento essa associação fazia, desconfiou de que “tinha coisa errada”. Por fim, se juntou a outra associação, numa tentativa frustrada de “invasão” de alguns prédios da CDHU, que estavam prontos há anos e não eram entregues. A ação foi abortada pela polícia.

As periferias também passavam por um processo de valorização imobiliária, o que redefinia as tradicionais condições de acesso à casa própria pelos trabalhadores de baixa renda. Jaílson percebe essas mudanças de forma contraditória, já que as identifica com o crescimento

econômico. Embora seu custo de vida tenha aumentado, havia mais emprego e facilidade em obter renda.

O Campo Limpo era só mato. Hoje, não tem mais mato, é só prédio. *Tudo mudou e cresceu muito depois que o Lula foi presidente.* No mandato dele, soltaram dinheiro para os empresários trabalharem e circularem. Foi quando *abriu obra em todos os cantos.* Se não fosse o Lula, eu acredito que o Brasil estava afundando até hoje. (Jaílson, coordenador/integrante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida em 15/04/2018)

Ele não esconde a identificação que tem com Lula e o PT, cujos governos ele e sua família avaliam bem. Considera a prisão de Lula injusta: “fizeram isso para o Lula não se candidatar de novo, porque Lula matou a fome e a sede dos brasileiros e esse pessoal não quer isso. Eles querem é matar os pobres”. Quando conversamos, no início de 2018, ele fazia campanha pela candidatura de Boulos, identificando-o como “o segundo Lula”. Na sua visão, os sem-teto deveriam fortalecer essa candidatura, mobilizando familiares e amigos em cada ocupação, e não insistir no voto no PT, independente do candidato.

[pergunta – por que você acha que Guilherme é o segundo Lula?] Pela história dele. Pelo que aprendi no movimento, pelo que nós fazemos, lutamos, e pelas brigas... Eu confio muito no Guilherme, ele nunca nos abandonou. *Ele não precisava estar aqui, ele está porque ele gosta.* Não acredito que irá contra nós depois que virar presidente. Depois de tanta negociação que ele fez, sentar na mesa de prefeito, governador, presidente, com certeza apareceu oportunidade dele ir contra nós por dinheiro. Ele nunca fez isso. Para ele se candidatar, significa que tem proposta. Deve ter sido por isso que o pessoal o convidou para ser presidente pelo PSOL. Quando houve o convite, ele não disse sim e nem não. A primeira coisa que ele fez foi vir aqui e fazer reunião com a coordenação do movimento para nós decidirmos. Ele disse: ‘Eu estou nas mãos de vocês, caso queiram, eu dou a resposta que sim e serei candidato à presidência. Se a maioria dos coordenadores falarem que não, eu não me candidato’. [pergunta - se ele se eleger, o que você espera que ele faça?] O que eu queria mesmo é que ele resolvesse aquilo que conversamos no encontro: a desigualdade. *Mudar para deixar as condições iguais.* Não que o rico tenha que estar igual aos pobres, mas *que nós tenhamos condições melhores.* Por exemplo, esses ricos que têm imóvel, têm tudo e recebem auxílio aluguel, quatro mil. Regalia de deputado. *Eu espero que acabe com o auxílio aluguel dos governantes, juízes.* Alguns juízes brasileiros têm sessenta imóveis particulares e recebem auxílio aluguel! Para que isso? (Jaílson, coordenador/integrante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida em 15/04/2018)

A trajetória de Cleusa e Jaílson acompanha a trajetória do PT e seu desdobramento no *lulismo*. Assim, sua perspectiva de contestação dos privilégios pode indicar uma tendência possível para a herança política deixada pelo lulismo. De certa forma, o MTST parece dialogar com esse perfil. Jaílson se vê representado por Boulos não por compartilhar das mesmas condições, mas por reconhecer nele alguém que “corre junto”. Há um vínculo, não de identidade, mas de confiança, conquistada na prática conjunta. Para o casal, a vivência na

ocupação representa uma experiência politizadora, posto que nunca tinham participado de nenhuma organização política.

(...) Quem tiver a *sorte e coragem* de um dia entrar no MTST, vai aprender muita coisa, porque eu *aprendi a não baixar a cabeça para ninguém*. Já não baixava antes, mas, aqui, eu aprendi muito. *Tive mais força para lutar pelos meus direitos*. (Cleusa, integrante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 20/05/2018)

O percurso de Cleusa e Jaílson traduz a experiência de quem vivenciou o momento de transição do fordismo industrial para o pós-fordismo neoliberal na metrópole. Eles migraram no momento da reestruturação produtiva e do esgotamento da expansão periférica, que alterou as condições de inserção e fixação na cidade. Curiosamente, Jaílson sempre trabalhou em atividades diretamente ligadas à produção da cidade (construção civil, transporte), sem ter constituído qualquer tipo de organização coletiva por intermédio do trabalho. Entretanto, a busca pela casa própria (sinônimo de segurança), que mobilizou o casal na luta coletiva, desencadeou um modo de engajamento político deles na ocupação, inclusive com a participação de Jaílson na coordenação, como veremos no próximo capítulo.

Claudio e família: entre o autoempreendimento e os “corres” do trabalho na rua

A ocupação não foi uma escolha de Claudio, ele “queria sair do aluguel. Oportunidade para comprar terreno, não tinha. O preço é absurdo.” Naquele momento, ele vivia com a esposa e os três filhos num imóvel dividido com quatro locatários – uma alternativa para famílias de baixa renda em tempos de inflação imobiliária e esgotamento da autoconstrução. Mesmo assim, em seis anos, seus gastos com moradia, água e luz passaram de 150 para 800 reais.

Como não tinha “esperança de conseguir comprar um terreno com dinheiro do trabalho”, juntou-se à ocupação, na expectativa de acessar o programa habitacional do governo. Ele, na verdade, “preferia financiar um imóvel, porque é certo que o pagamento termina depois de um tempo”, mas “hoje, você consegue tirar um carro da loja, desempregado e sem entrada. Se você achar um terreno no valor mínimo, o banco não financia”.

Assim como para a maioria das famílias de baixa renda, a casa própria é vista por Claudio como o mais importante bem de consumo, que oferece segurança frente à instabilidade econômica. Devido a essa insegurança, morar na ocupação foi uma saída quando a situação econômica piorou e ele tinha dívidas do veículo que havia comprado para trabalhar por conta própria. “Deus abençoou, porque, quando saiu isso aqui [ocupação] deu uma aliviada, e eu não tive mais que me preocupar com aluguel”, diz, enquanto cuida da horta ao lado do barraco.

Quando veio para São Paulo, em 2008, Claudio deixou um emprego na colheita de eucaliptos, na qual trabalhava há três anos para uma empresa de gestão florestal subcontratada da CENIBRA, a qual, por sua vez, pertence à Vale do Rio Doce. O trabalho era registrado, como salienta Claudio, porém “muito pesado, bruto para pouco ganho”. Os empregos anteriores também tinham sido no campo, trabalhando informalmente em currais para fazendeiros. Em São Paulo, não tinha parentes, apenas “dicas” de pessoas que conheciam a cidade, e que ele seguiu para se instalar e procurar trabalho.

Com apenas 14 dias na metrópole, conseguiu o primeiro trabalho, através de “uma dica” de um dos quatro locatários com quem dividia a casa. “Naquela época estava fácil”, reconhece. Novamente, foi contratado por uma empresa terceirizada, desta vez, na área de alimentação, como auxiliar de cozinha. Durante quatro anos nessa empresa, passou por diversos locais de trabalho na Zona Sul: hospitais, parques, empresas, e assumiu os cargos de recepção e técnico em nutrição, embora não tivesse formação específica para isso. Tudo sem alterar a função nem a remuneração no registro da carteira de trabalho; ele recebia apenas algum dinheiro “por fora”. Como a subcontratação dificulta a fiscalização das empresas, arranjos irregulares como esses são facilitados nesses trabalhos. Claudio não se importava com isso, estava mais preocupado em se profissionalizar no ramo de alimentação e aproveitou para fazer os cursos ofertados pela empresa e obter qualificação técnica. Ele dava pouco relevo ao sindicato; quando pergunto sobre isso, limita-se a dizer que o contratante atuava na legalidade e não lhe deu prejuízo.

Depois de quatro anos nesse emprego, as coisas mudariam. A empresa na qual ele trabalhava perderia o contrato de fornecedora do hospital onde ele trabalhava e passaria a atender a outro hospital no extremo da Zona Leste. Para Claudio, os deslocamentos para chegar ao novo trabalho seriam muito penosos, dadas as dificuldades que o fluxo da cidade comporta, em especial aos moradores da periferia. Ele queria um trabalho “na Sul”. Com o dinheiro da demissão, comprou um veículo e iniciou um “negócio próprio” de venda de churrasquinho na rua. Aproveitando a experiência como cozinheiro e o gosto por esse trabalho, seguiu a “dica” de conhecidos do ramo, que o ajudaram a se instalar em uma rua próxima ao Hospital M’Boi Mirim, no Jardim Ângela. “Na época, tinha bastante movimento”, observa; ele conseguia obter uma renda maior do que o salário que recebia. O trabalho, entretanto, é extensivo. Logo cedo, ele providencia os produtos e, junto com a esposa, prepara os espetinhos que são vendidos das onze da manhã até a meia noite, aproveitando, assim, o fluxo do terminal de ônibus e do hospital no Jardim Ângela.

Tanto a decisão de abandonar o trabalho no campo quanto a de iniciar um negócio próprio, abrindo mão do trabalho formal, estão atreladas à conjuntura econômica que, na época, assegurava condições de quase pleno emprego e alta formalização. Com isso, ele podia se “arriscar mais”, com alguma segurança de que poderia ser reabsorvido no mercado formal²⁰⁹.

Estimulado pela elevação no nível da renda e do consumo nas periferias, o negócio foi bem enquanto a economia estava aquecida, mas, desde 2016, as vendas diminuíram. Houve aumento nos custos dos espetinhos e no número de vendedores na rua, acirrando a concorrência. Como se sabe, os pontos de venda são alvo de disputa por parte dos ambulantes, especialmente com o crescimento dos mercados informais. Claudio até tentou formalizar o “negócio próprio”, abrindo uma MEI (Microempreendimento Individual), mas teve dificuldade para gerenciar os procedimentos burocráticos. Além disso, desde que mora na ocupação, o acesso limitado à internet e a falta de um endereço registrado tornaram inviáveis o cumprimento de alguns desses procedimentos. Ele avalia que acumula “uma dívida imensa na receita federal”, dos carnês que não pagou.

Longe de figurar como elemento do atraso que persiste nas relações capitalistas da semiperiferia, os trabalhadores ambulantes são reintroduzidos pela dinâmica da economia pós-fordista globalizada, impulsionando toda uma reconfiguração dos espaços urbanos locais, atravessados por agenciamentos novos e antigos, como descreve Silva (2011). Atuando nas fronteiras entre o regular e o irregular, esses trabalhadores estão sempre imbricados num jogo de tolerância e repressão do qual advêm acordos ou conflitos envolvendo ambulantes, policiais, fiscais, associações e até grupos criminosos. Claudio conta que ele e seus colegas do local são frequentemente pressionados a sair pela fiscalização da prefeitura. Essas pressões e apreensões também variam conforme as gestões de governo.

O rapa já me pegou umas cinco vezes. Foi pesado na época do Gilberto Kassab. Ele deu prejuízo para todo mundo. Na época dele, era o comboio inteiro. Até a polícia militar abordava. O comboio da prefeitura andava para baixo e para cima, o tempo todo. [pergunta - não tem como saber quando eles estão vindo?] Eu nunca gostei disso. O fiscal queria pegar dinheiro da gente para avisar o dia que ia ter comboio. Eu nunca paguei. [pergunta - como é que eles fazem?] Eles dizem: ‘se você quiser trabalhar, vai ter que me pagar toda semana o valor x’. Algumas pessoas aceitavam, eu nunca aceitei. Sempre achei muito desaforo. Preferia perder a mercadoria do que pagar para eles. [pergunta - quanto eles pedem?] Eles ficavam de olho no seu movimento, mas a média é uns cento e cinquenta, duzentos reais por semana. Eles vinham até nós fazer

²⁰⁹ Ao tratar do empreendedorismo no neoliberalismo, Dardot e Laval (2016, p.144) argumentam que ele se fundamenta em certa “praxeologia” da ação humana e num “subjetivismo” que, ao identificar como o sujeito age em situação de mercado, faz disso um processo de formação de si, em que a pretensa liberdade de ação se constitui na oportunidade de testar suas faculdades, aprender e se adaptar. Com isso, mobiliza o governo de si no processo de formação pelo mercado.

a proposta, principalmente, na gestão de Gilberto Kassab. Na gestão do Haddad, nós trabalhamos sossegados, não teve operação. [pergunta - o fiscal não ia durante a gestão do Haddad?] Não, porque o Haddad suspendeu a fiscalização das ruas. Ele tirou os guardas e boa parte do policiamento das ruas. Não corriam atrás dos trabalhadores. (Claudio, integrante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 20/04/2018)

Quanto mais a regulação do espaço urbano é posta em prática, mais ela fragiliza a situação dos trabalhadores ambulantes, posto que as ações de fiscalização, contraditoriamente, fortalecem práticas de extorsão e um “mercado de proteção” paralelo, que se constitui a partir de agentes estatais que extraem seu poder da expropriação da autoridade pública ou de agentes criminosos cujo poder deriva do controle sobre determinado território. De um modo ou de outro, o trabalho na rua está sujeito à algum tipo de espoliação, seja pela corrupção de agentes públicos ou pela extorsão de agentes criminosos.

Assim, a situação de trabalho na rua exige arranjos para que se possam obter ganhos e permanecer no local, frente à disputa pelo espaço e ao controle estatal. É preciso saber escolher os locais certos, estabelecer acordos e modos de organizar o espaço comum, “correr junto”. No caso de Claudio e dos demais trabalhadores do local, a condição de trabalho e a convivência influíram para a sua auto-organização, a fim de se protegerem dos concorrentes e das extorsões.

[pergunta - tem mais gente que vende coisas na rua onde você trabalha] Tem. [pergunta - você conhece esse pessoal?] Conheço, nós somos *amigos*. *Um corre com o outro*, somos uma *equipe*. *Todos trabalham na rua*. Se eu vendo uma mercadoria, outro não coloca a mercadoria lá perto. É sempre assim. [pergunta - vocês se ajudam em outros sentidos?] É um ajudando o outro no que precisa. Todo ano, eu viajo para ver os meus pais em Minas. Fico entre quinze e vinte dias fora e, quando eu chego, meu lugar está do mesmo jeito. Ninguém mexe, o lugar fica reservado. Quem fica por lá, olha. Mantemos a higiene do local para não dar problema, juntamos o lixo que produzimos e trazemos para casa para jogar no lugar certo. *Nossa luta é essa*. Meu nome é Claudio, meu sobrenome é trabalho! (Claudio, integrante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 20/04/2018)

O trabalho se situa numa dupla perspectiva: de um lado, atuam individualmente como empresários de si; de outro, se identificam como trabalhadores e constroem solidariedade entre eles. Trata-se de uma dinâmica contraditória: enquanto os trabalhadores são instados a competir entre si nas empresas e a empreender individualmente, formas inesperadas de solidariedade podem emergir e organizar as pessoas em espaços outros da cidade.

[pergunta - como é a experiência de trabalhar na rua, é melhor do que trabalhar numa firma?] Eu já acostumei. Dentro de firma, ninguém respeita ninguém. Eu não sou uma pessoa de lavar desaforo para casa. Dentro de empresa, os próprios colegas de trabalho não se respeitam. É um querendo ser melhor do que o outro e eu não gosto desse tipo de coisa. Depois que eu saí da empresa, não vi mais ninguém. [pergunta - você chegou a ter contato com o sindicato enquanto trabalhou em empresa?] Tinha sindicato, a empresa era legal. Tinha tudo. Não tomei nenhum prejuízo. Quando eu saí, recebi

todo os meus acertos. [pergunta - você chegou a conhecer alguém do sindicato] O sindicato nos visitavam sempre, mas eu não conhecia. Saber que se fulano era gente boa, quem comanda, etc, eu não sabia e nem tive acesso a esse tipo de conhecimento. (Claudio, integrante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 20/04/2018)

A sociabilidade construída entre Claudio e os demais trabalhadores deriva do espaço compartilhado, cuja condição de uso imposta pela regulação do espaço e pelas disputas territoriais desencadeia um tipo de solidariedade. Essa é também a situação vivida por Claudio na ocupação, onde a ação coletiva de ocupar o espaço e resistir às pressões se dá nas fronteiras da lei e da regulação urbana. Na ocupação, também é o convívio baseado no apoio mútuo que os mantém naquele espaço. Sem as mediações tradicionais de trabalho, dos sindicatos e do Estado, e sem acesso à propriedade fundiária, a única segurança que Claudio pode forjar para si e sua família advém dos arranjos coletivos informais que ele estabelece no espaço urbano onde trabalha e onde mora. Em ambos os casos, ao serem mediadas pelo *espaço vivido*, as relações sociais tensionam o caráter formativo do mercado, pautado pela concorrência.

Marcos e Nice: produzir e viver a periferia, das incertezas da vida à ocupação

“Eu acho que todos que estão aqui dentro, ou pelo menos a maioria, foi da mesma forma que eu. Quando você entra aqui, o que se imagina é: se está todo mundo no mesmo barco, vamos entrar”. É assim, encorajado pela multidão e reconhecendo-se na mesma necessidade de morar, que Marcos, 43 anos, explica seu ato de ocupar. Naquele momento, ele, que sempre morou ali perto, estava, literalmente, sem teto. Sua casa tinha sido demolida meses antes pela prefeitura, ao ser considerada irregular. O auxílio-aluguel oferecido como compensação pela remoção, R\$ 1.200,00 a cada três meses, não bastava para pagar os aluguéis cada vez mais caros na região. Ademais, o recurso ficava com sua ex-esposa e o filho, pois ele ficou desempregado e ganhava a vida de forma instável, ora na informalidade, ora “por conta própria”.

Foi na situação de remoção que Marcos e Nice, 32 anos, se conheceram. Eles acabaram se reencontrando na ocupação Nova Palestina, quando iniciaram um relacionamento. Vinda da Bahia em 2001, ela estava morando de favor com a irmã em São Paulo, quando a casa dela também foi demolida, juntamente com as habitações de mais quinze famílias na área. Na época, a possibilidade de morar na ocupação permitiu a Nice continuar destinando parte do seu salário de auxiliar de enfermagem para pagar a faculdade que vinha cursando.

Filho de mãe alagoana e pai pernambucano, Marcos nasceu e cresceu na periferia Sul de São Paulo. Inicialmente, moraram “de favor” na casa de uma tia, depois cuidando de uma chácara e, por fim, conseguiram uma concessão de terra na época do governo Montoro, no

Jardim Capela. Lá viveram num barraco de madeira até 2005, quando construíram a casa de alvenaria. Depois que se casou, Marcos investiu “todas as economias que tinha juntado e um acerto na firma” na construção de uma casa de cinco cômodos na laje. Morou apenas dois anos nela, até que a prefeitura transformou tudo “num baita de um lixão”. Depois de 38 anos morando naquele local, a família foi desalojada, e foi assim que Marcos veio para ocupação.

Ironicamente, Marcos teve participação ativa na construção do bairro, desde a sua infraestrutura até a expressão cultural do Hip Hop. Tem com o bairro uma espécie de simbiose.

Escola, hospital, vacina, infância, mãe, pai, família, amigo, lá! Eu nunca saí de lá, só agora que eu vim para cá. Não foi cortado o cordão umbilical. Acabamos nos acostumando, criando família, tendo família. Você faz uma família com os seus amigos. Se vocês andarem comigo lá, vocês vão ver que todos me conhecem e eu conheço, praticamente, todas as pessoas. 70% são as mesmas pessoas ainda. (Marcos, integrante/coordenador da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 07/07/2018)

Quanto à infraestrutura e aos serviços públicos, ele testemunha que “não tinha nada do que tem hoje, era uma distância para chegar e até lá não tinha transporte”. O bairro se consolidou aos poucos, por intermédio dos próprios moradores, que foram construindo o lugar. “Fomos nós os precursores dessa construção”, se reconhece Marcos ao falar dos mutirões e de sua atuação na associação dos moradores. “Nós chamávamos o povo, reunia todo mundo e aquilo que tinha de ser feito dentro do bairro, nós fazíamos em mutirão”. Como aponta Oliveira (2015), a urbanização durante a industrialização foi feita com baixo coeficiente de capitalização, quase exclusivamente baseada em mão-de-obra barata e trabalho não remunerado. Reconhecendo-se nesse processo, Marcos se expressa de forma ambígua em relação a isso: ora valorizando os resultados do trabalho coletivo, ora opondo-se à exploração do trabalho feita pelos governos.

Nós juntávamos todo mundo e o povo ia, muito alegre, fazer os escadões, becos que não eram cimentados. As duas creches que têm no bairro, fomos nós que fizemos, na época da Erundina. A prefeitura entrava com os funcionários deles para dar dica de como fazia e fomos aprendendo com eles e fazendo o nosso trabalho. Sem perceber que estavam usurpando da gente. Eles sabiam que aquilo era um trabalho que eles tinham que fazer, mas usavam da gente. Todo mundo era leigo e não sabia o que estava por trás nem o que o governo estava ganhando com isso. A corrupção já estava lá há muito tempo e eu não tinha esse conhecimento sobre dinheiro. Era tão alegre, tão contente você ver a sua rua de barro sendo feita por todo mundo! Isso nos transformou. (Marcos, integrante/coordenador da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 07/07/2018)

Durante diferentes gestões municipais, a Associação de Moradores, que era apartidária, funcionou como um tipo de agenciador, buscando recursos junto aos políticos e mobilizando a força de trabalho dos moradores locais para manutenção e melhoria do bairro. Marcos destaca “que a associação era muito bem falada, éramos o braço direito da prefeitura”, então, “como

líderes”, sempre conseguiam recursos junto à prefeitura ou aos gabinetes dos vereadores. “O nosso asfalto foi conseguido assim, com mutirão. A mão-de-obra era nossa. O básico do bairro funciona até hoje por causa disso”. Atualmente, a associação não está mais ativa. Marcos se desinteressou quando achou “que a coisa estava estranha”, “tinha gente mais interessada no dinheiro do que no trabalho social”. Como sempre foi “do povão”, resolveu sair: “tinha que viver minha vida”, observa.

Na juventude, Marcos também participou da produção de uma identidade cultural periférica, vivenciando a construção de uma narrativa que se traduziria numa expressão cultural do *sujeito periférico*, como sugere D’Andreia (2013)²¹⁰.

Eu gostava muito do Hip-Hop. Nós começávamos a cantar Rap nas escolas. Tinham bailes em escolas aos finais de semana: de sexta para sábado e de sábado para domingo. Nós começamos a fazer Rap, essa coisa toda. Thaíde, Racionais, Mc Naldinho, esse pessoal todo andava aqui. Racionais vem de 1989, eu conheci eles em 1992/1993. Nós cantávamos juntos, fazíamos show, íamos para as festas. Eu era mais locutor e apresentador. Nós fizemos um LP, gravamos no estúdio, mas eu nunca gostei desse lado de cantar. Eu era mais de lidar com o povo mesmo. Eu não ganhava, era para mostrar o nosso talento. Não tinha esse negócio de pagar. De 90 para 2000, os bairros foram conhecendo esse tipo de música. O Rap tomava conta. Eu convivia com os Racionais. ‘O homem na estrada’, ‘Fim de semana no parque’, eu participei em estúdio com o Brown cantando. Eu era um amigo deles. Os Racionais andava mais para cá do que para lá. Era do Capão Redondo para cá. Por isso que, na música, ele fala: da ponte para cá. Eles vinham fazer festas aqui, porque os bailes e as coisas aconteciam aqui. Entre o Campo Limpo, o lado de lá, e o Jardim Ângela. E Jardim Capela, Vera Cruz, Horizonte, esses bairros *do lado de cá*, Jardim Jacira, foi onde o Racionais cresceu. Inclusive, quando ele canta: ‘homem com, aproximadamente, vinte e cinco anos de idade é encontrado morto...’, me arrepiava. Foi na ponte do M’boi Mirim. Quando era só aquela pontezinha, nós conhecíamos o menino. Parece que teve um assalto, algo assim, mas, depois, descobriram que foi a polícia que matou ele. Teve a implantação da Rota pelo Maluf, aí fizeram isso com esse cara. (Marcos, integrante/coordenador da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 07/07/2018)

O Rap registra em suas canções o momento mais dramático da periferia Sul, em cujos bairros a violência urbana explode, em meio ao desemprego e à falta de perspectivas para a juventude da época. É para “fazer Rap” que essa juventude se encontra. A tensão constante com a polícia e com a ordem constituída, sentida como opressão e insegurança, é o solo comum em que se constroem os grupos de Rap. Por meio dele, o conjunto de precariedades que compõem o drama cotidiano da periferia é compartilhado numa só narrativa. “Até me arrepiava”, comenta Marcos, anos depois, ao relembrar a canção dos Racionais e o assassinado de um conhecido, que inspirou a letra. Ele compartilhava não só o processo de produção e a vivência com os

²¹⁰ O autor considera que haja uma nova subjetividade na periferia, centrada num orgulho dessa condição, e a ação política orientada por essa percepção constitui o *sujeito periférico*, conforme toma consciência de seu lugar periférico e tenta transformá-lo. Essa subjetividade teria no Rap dos Racionais MC’s uma narrativa legitimada.

artistas, como a experiência do jovem, negro, periférico, assassinado pela polícia. Poderia ter sido qualquer um deles.

Assim, se para o pai de Marcos “o lado de cá da ponte” é o referencial que separa a cidade de sua residência e dos demais trabalhadores de sua época; para Marcos, “o lado de cá da ponte” tem a ver com *falar* de um lugar, de *se encontrar* nesse lugar, onde a vida é incerta. Interessante notar que as periferias urbanas têm suas variações em diversas cidades do mundo, assim como o Rap é hoje um fenômeno mundial nas periferias.

Eu sou da época que Thaíde começou a lançar o Hip-Hop na São Bento. Eu era moleque, ano de 1987. Tinha uns treze, quatorze anos. Ele começou esse movimento junto com Nelson Triunfo, um dos caras que trouxe o Funk do Estados Unidos para o Brasil. Eu fui no show do James Brown, quando ele veio. Foi em 1997. Tinha o Rap Soul, o Rap Funk, a Função. Era época do Technotronic. Eu usava uma calça que era boca de sino e tinha uma pizza. Nós cortávamos o desenho de uma pizza, emendava na calça e ia embora. Só chapelão, boina do Carlos, isso é daquela época. Tínhamos estilo, mas eram gangues. [pergunta - tinha briga?] Sim, nós não nos juntávamos. O Nelson Triunfo mostrou muitas coisas para nós. Eu era mais do Rap, mas, também, tinha os clubbers, rolê de quem era mais afeminado. Eles usavam All Star, cadarção. Nós usávamos Le Cheval, essas botinhas de couro, era tênis de cano alto, só que de borracha. Os clubbers eram mais boyzinhos de dentro do bairro, filhinhos de papai que ganhavam roupinhas e tinham mesada. Na escola, nós que dávamos pancada nesse pessoal. Nós, éramos o lado mais marginal: o função. Na época, essas roupas estavam sendo lançadas. Eles iam até a escola, traziam algumas marcas, nós usávamos e fazíamos marketing para eles. Teve até uniforme da Gucci. Eles levavam para nós usarmos dentro da escola e a diretora ganhava dinheiro com isso. (Marcos, integrante/coordenador da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 07/07/2018)

Por outro lado, vale notar como o circuito do hip hop é seguido pelo mercado, que começa a penetrar nas periferias e tem na escola e na juventude uma estratégia de marketing. “Tudo era através da escola”, lembra Marcos. O mercado se apropria de criações originais e extrai valor da produção cultural e da construção de uma identidade coletiva periférica. A sociabilidade passou ser mediada pelo mercado: “meus amigos tinham e eu também queria. Não por inveja, mas sim por fazer parte de determinado grupo”.

Marcos chegou a constituir um grupo chamado Malcolm Rappers (em referência a Malcolm X), a gravar um CD e a trabalhar na produção de outros grupos, como “Conexão do Morro”, mas logo teve que desistir. “Nós cantávamos e não ganhávamos nada. Não tinha cachê e precisávamos trabalhar. Não tinha como manter a banda”, explica ele. Mesmo os bailes e festas que organizavam “era só por diversão”, “o dinheiro das entradas ficava com a escola, a diretora tinha interesse no dinheiro que entrava, eram diretores corruptos”, observa. No fim, cada um foi “seguindo sua caminhada”, no Rap “mais radical” ou “ajustado para o gospel”. Continuam amigos ainda hoje. Marcos seguiu seu percurso.

Eu não acreditei muito, achava que não ia dar nada. Era igual ocupar: todo mundo vagabundo, não tem o que fazer... discriminado. Minha mãe era muito rígida nessa questão das companhias. Para ela era tudo bandido. Eu fui saindo e acreditando que eu, também, poderia ser. Nós entendemos dessa forma: minha mãe está falando, então eu vou virar isso aí. Eu não tinha o Rap como trabalho, mais como uma diversão. Quando eu fui trabalhar, eu tinha dezoito anos. (Marcos, integrante/coordenador da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 07/07/2018)

Com receio de que o Marcos virasse bandido por influência das companhias, a mãe tratou de falar com uma conhecida e arrumar-lhe um trabalho. Ele tinha 18 anos, no início dos anos 1990; antes disso, ajudava o pai na feira, local para onde ele sempre retorna em contextos de crise. Aos poucos, o interesse pelo movimento Hip Hop foi sendo suprido pelo que sua renda podia comprar: “eu vivia de tênis, balada e roupa”. Hoje, Marcos não liga mais para marcas. Desde que se tornou pai, aos 20 anos, teve que “abandonar a questão das marcas, etiquetas para cuidar dela e dele”.

Por dois anos, trabalhou numa loja de doces, ganhando um salário mínimo. Depois, foi inspetor de alunos, pelo mesmo salário e sem registro: “Nos pagavam direitinho, mas nós não tínhamos conhecimento das leis, dos nossos direitos. O importante era ganhar o dinheiro”, diz ele. Enquanto isso, fez um curso técnico de elétrica no SENAI e passou a oferecer serviços de manutenção nas escolas, sempre na informalidade. Em seu itinerário profissional, passou por empregos em lojas (vendedor), escolas (manutenção e inspetor), supermercados (auditor), restaurantes (garçom), construção civil (ajudante), hotel (eletricista) e feira (autônomo), quase sempre na informalidade. “Cada período eu trabalhava em um lugar, mas eu nunca passei mais de três anos numa empresa”. É assim que Marcos define a sua trajetória no mundo do trabalho.

Ele trabalhava num grande supermercado quando os efeitos da reestruturação produtiva o impactaram, com as fusões e consolidação de grandes redes de supermercado. A contratação de pessoal passou a ser terceirizada, os salários reduzidos e as jornadas de trabalho modificadas para atender 24 horas.

*Entrou uma empresa, depois entrou outra, e outra e nós víamos que não era a mesma coisa. Foi onde me colocaram numa empresa na qual eu trabalhava doze por trinta e seis. Eu ia um dia e ficava o outro em casa. Eu acabei saindo. Isso é ilegal, mas continuam fazendo hoje. Minha esposa trabalha no Pão de Açúcar, ela é frente de caixa. O salário dela, que é de R\$ 1.400,00, vai diminuir para R\$ 1.100,00. Ela vai trabalhar doze por trinta e seis. [pergunta - ela vai ser mandada embora e vai ser contratada de novo?] Sim, pelo mesmo local. (...) [pergunta - quanto tempo você ficou nessa empresa?] Pouco tempo, não foi muito. Quem era mais velho era mandado embora. Eu não sei o que tinham com funcionários antigos. Mandavam embora e te contratavam com um salário menor. *Você volta ganhando menos para o mercado de trabalho.* Não consegui me firmar em uma empresa, porque não tinha oportunidade. Eles mandavam embora mesmo. Eu sou franco, *não me rendo a capricho e patrão.* Se eu vejo que não dá para mim, eu saio, porque eu sei que *sou capaz de arrumar outro, mesmo que seja por pouco tempo.* [pergunta - você circulou por vários*

trabalhos?] Depois que nasceu meu menino, eu não consegui firmar. A mãe dele não trabalhava. Ou eu pegava o que tinha ou não pegava. Eu fazia trabalhos desse jeito, porque era contrato. Chamavam a gente e assinávamos um contrato de seis meses. Depois assinava de novo outro contrato. Informal é a mesma coisa. *Íamos pulando de galho em galho.* (...) Foi uma época que se trabalhava no que tinha. Hoje está acontecendo de novo. (Marcos, ocupante/coordenador da Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 07/07/2018).

No interregno do lulismo, com o crescimento econômico e a formalização do trabalho, Marcos saiu da informalidade e exerceu ocupação na área técnica de eletricitista em uma rede mundial de hotéis (Formule 1)²¹¹. Porém, ficou só um ano e meio em cada hotel. Desde 2015, quando o desemprego e a crise se agravaram, ele voltou à feira, assim como seu pai. Situação semelhante acontece com as duas irmãs, ambas com segundo grau completo. “Minha irmã mais nova é formada em RH. Minha irmã mais velha trabalhou na empresa VR, como auxiliar de escritório. Depois ela trabalhou no posto de gasolina, minha outra irmã também.”

Ao retornar ao trabalho na feira, percebeu que as condições nesse ramo haviam piorado. Conta que, desde que os grandes supermercados chegaram aos bairros e fizeram os “sacolões” durante a semana, “as feiras quebraram”. Somado a isso, o aumento da concorrência, as disputas em torno do espaço urbano, o conjunto de regulamentação e o mercado paralelo pioraram as condições de trabalho e capturaram um valor maior do que aquele que sobra ao feirante, como mostram os cálculos de Marcos:

Pagamos um valor anual para a prefeitura e um gasto com a diária da feira para pagar água, luz, banheiro químico. O dinheiro dos fiscais é para isso. Também pago alguns caras que ficam tomando conta da feira, porque tem roubo. O que pagamos por ano é pelo uso da via e para que o lixeiro trabalhe tirando o lixo. [pergunta - você trabalha todo dia?] Quarta e domingo. Eu ia na terça, na quarta, no sábado e no domingo. Foi aumentando muito o valor. Hoje, se eu quiser trabalhar na feira, eu tenho que pagar R\$ 280,00 para cada dia. Um dia de feira eu pago isso, se for legal. Com uma barrquinha de dois a oito metros. Tem feira que é ilegal, como a de domingo. Um patrimônio nosso, tem mais de trinta anos. Quando tinha três, quatro, tínhamos que pagar alguma coisa, mas agora só tem duas. As feiras maiores são pagas, principalmente a de sábado e as noturnas. Para você ter uma ideia, hoje eu trabalhei, nós fizemos R\$ 125,00. Há três anos atrás, eu fazia R\$ 700,00, R\$ 800,00, no dia. Trabalhava das 6 da manhã, até as 14h30. Hoje, eu não faço R\$ 200,00. Tem muita barraca. (...) Por isso que as lojas brigam tanto para tirar os marreteiros da frente. Eles vendem os produtos mais barato, não pagam imposto, não pagam nada. Os lojistas pagam impostos e vendem menos, porque tem que ser mais caro. Eu sou legalizado e tenho que pagar pelo meu trabalho. Eu preciso disso, não sou registrado. Estou procurando trabalho para ver se entro em algum hotel. A feira era boa antes. (Marcos, ocupante/coordenador da Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 07/07/2018).

Na análise da experiência de Marcos e de outros membros da ocupação que trabalham por conta própria, vale destacar as formas espoliativas que recaem sobre eles, especialmente,

²¹¹ O grupo Accor é maior rede hoteleira na Europa e no Brasil.

quando o trabalho envolve o uso do espaço urbano. O aumento da regulação e controle sobre os espaços gera extração de renda dos trabalhadores, seja pelas taxas do Estado, seja pelo mercado informal de segurança exercido por agentes privados que controlam os territórios. Nessa dinâmica, práticas legais e ilegais são cambiadas, situação constante para aqueles cuja sobrevivência se dá pela “viração”. Marcos, por exemplo, não só participa da feira irregular, como paga o serviço irregular de segurança para coibir vendedores informais na feira regular, na qual também é feirante.

Em seu relato, denota frustração e sentimento de retrocesso na sua expectativa de inserção laboral, já que atribui bastante importância ao registro em carteira e às garantias atreladas a isso. Apesar da qualificação formal ser superior à de seus pais, que “mal sabem ler”, a trajetória ocupacional de Marcos é igualmente marcada pela precariedade. Embora seus pais tenham chegado a São Paulo na época da indústria e a mãe tenha trabalhado no setor, eles nunca exerceram funções fabris. A mãe sempre trabalhou com limpeza, mas “nunca trabalhou em casa de família”, diz Marcos. “Minha mãe trabalhava em empresa.” Ela começou como faxineira. “Deram uma modernizada e hoje chamam de auxiliar de limpeza”. O pai, embora tenha passado por outras ocupações (caseiro, segurança, porteiro), ficou pelo menos 37 anos trabalhando como feirante. “Em 2002, 2003, ele saiu da feira e foi trabalhar como porteiro. Era uma época que você escolhia trabalho. Agora, ele voltou para feira de novo, autônomo”, diz. Diferente, porém, dos pais, que contavam com alguma estabilidade, Marcos vive a instabilidade constante e a insegurança da informalidade. Sua experiência mostra que como o ciclo do lulismo, apesar de ter impactado os níveis de renda, a educação e a configuração espacial, não modificou a estrutura ocupacional nem sustentou a inclusão no mercado formal.

Nice, esposa de Marcos, é quem conseguiu escapar parcialmente do ciclo de flutuação no mercado de trabalho, após uma longa trajetória de trabalhos informais como doméstica, babá, jardineira e até voluntária como técnica de enfermagem após ter feito o curso técnico na Bahia. “Lá o pessoal é ruim de registrar”, diz ela, “eles não pagavam direito, davam calote...” Desde que chegou a São Paulo, em 2001, passou dois anos ajudando a irmã com faxinas e fazendo artesanato para ajudar com as despesas da casa. Sempre em busca de uma oportunidade de trabalho registrado, no recente ciclo de crescimento econômico, conseguiu um emprego como caixa de supermercado, onde ficou quase dois anos. Nesse momento, as condições de trabalho nesse setor já tinham se precarizado e sofrido perda salarial, como relatou Marcos. Quando o pai de Nice adoeceu na Bahia, ela foi ajudar a cuidar dele. Dois anos depois (2010) retornou para a casa da irmã e se empregou como caixa de supermercado da rede Carrefour.

Nesse meio tempo, ao ver “o extrato da conta”, pensou que poderia “banciar uma faculdade”. Começou o curso superior de enfermagem e conseguiu uma vaga como técnica de enfermagem num laboratório grande (Lavoisier), instalado no Shopping Interlagos. Nice espera “exercer a profissão que exige ensino superior”, almeja “trabalhar em uma empresa que dê oportunidade para o funcionário crescer dentro dela”.

Ela diz que sempre foi “apaixonada pela área da saúde”. E foi a prioridade de seguir com o curso que a fez decidir ir para a ocupação, em lugar de pagar o aluguel. O curso foi realizado numa faculdade particular em Santo Amaro, onde ela conseguiu uma “bolsa de 30%” por intermédio de uma Associação de Moradores de Rua do centro, à qual ela se filiou para isso. Não quis o FIES por receio da dívida: “o governo me dá dezoito meses para começar a pagar: como eu irei fazer se não estiver trabalhando na área? O valor é calculado em cima de alguns juros impostos sobre mim”. Quando conversamos, ela estava tentando o Prouni. Na sua opinião, o FIES “é legal, mas, para o estudante que quer melhorar o seu país e vencer, deveria ser oferecido algo melhor: um investimento mais sólido nos estudantes.” Assim, defende que haja investimentos públicos na juventude, “uma educação de base melhor, garantiria que não precisássemos desembolsar dinheiro para pagar o ensino superior”, diz.

Assim que conseguirem consolidar a moradia, ela quer formalizar o relacionamento com Marcos e ter filhos. Marcos já tem dois filhos de relacionamentos anteriores, o mais novo vive com ele. Nice diz ter uma boa relação com o menino e a mãe dele. Não foi sempre assim, mas “quando optamos pela bandeira da paz e pela quebra do impedimento, nós conseguimos”, comenta, orientada por seus preceitos evangélicos. Caçula de 12 irmãos, cujo pai tinha outra família com 10 filhos, Nice é uma das seis sobreviventes das quais a mãe cuidou sozinha, depois que o pai os deixou. Quando veio para São Paulo, aos 25 anos de idade, fugia de uma frustração amorosa e com o “sonho do casamento”, o que diz ter sido a causa da depressão que a tomou por mais de dois anos. Depois de três tentativas de suicídio e da recusa aos medicamentos por considerá-los viciantes, Nice diz ter encontrado suporte na religião e na literatura de autoajuda.

Eu saí da Bahia determinada. Antes, meu sonho, era aquela coisa pequena: casar, ter minha casa, meus filhos. Estava me planejando para isso. Fui noiva durante cinco anos e não deu certo. Passei um bom tempo sem entender, mas, hoje, eu compreendo: Deus não queria aquilo para mim. Hoje, sou mais consciente do que eu quero. Sei que preciso crescer e que preciso do melhor. Tive a oportunidade de fazer uma faculdade, conseguir um trabalho registrado. Saí da função de operadora para técnica de enfermagem. Futuramente, eu vou trabalhar em uma empresa que dê oportunidade para o funcionário crescer dentro dela. Minha visão abriu para almejar o melhor. Quando eu vim para cá, eu estava doente: o coração e a mente. Fiquei depressiva durante três anos. [pergunta - você chegou a tomar algum medicamento, fazer algum tratamento?] Eu passei por uma psicóloga e ela me indicou alguns remédios. Desde o início foi uma coisa muito forte, eu não aceitava, queria bater, matar, me matar. Para

mim, foi um livramento de Deus atrás do outro. Eu *tenho muita fé*, só que tem horas que você não raciocina, como qualquer ser humano. Como eu conhecia um pouco da área da saúde, eu sabia que aqueles remédios iriam me viciar. Não queria isso para mim, porque *Deus me fez um ser perfeito*. [pergunta - você já era religiosa nessa época?] Já, desde criança. Tem coisa na vida que Deus permite você passar para aprender a ser um ser humano melhor. Antigamente, eu julgava a depressão. Hoje, Deus coloca muitas pessoas que sofrem desse mal no meu caminho para que eu possa ajudar. Eu creio que essa *fase foi um aprendizado para ajudar alguém*. Tirar essas pessoas do buraco e até da morte. Eu tentei o suicídio três vezes. Acredito que eu superei isso através da fé. Comecei a ler os livros do Augusto Curi, estudar mais a Bíblia, orar mais e ter mais fé em Deus. Eu não queria tomar remédio, não aceitava. Meu *equilíbrio natural* não ia ser mais o mesmo, por isso *larguei o remédio e passei a usar a minha fé*. O tempo foi passando e Deus foi modificando minha vida, abrindo porta de trabalho. Eu era desacreditada, porque vim de um lugar muito sofrido. Eu não tive carteira assinada, então, pensava: como é que vou arrumar trabalho sem experiência na carteira? Quando registraram a minha carteira, eu estava depressiva, mas, esse trabalho foi me preenchendo. Eu fui sentindo a cura e graças a Deus, agora, eu estou cem por cento. (Nice, ocupante/Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 13 de abril de 2018).

O depoimento de Nice remete a uma narrativa recorrente nas periferias urbanas, na qual o empreendimento de si é aliado a uma teologia da prosperidade e ao progresso profissional no mundo empresarial²¹², e surge como meio de superar a condição social e psíquica deterioradas. Para Nice, a religião é uma explicação para o rumo de sua vida e a mediação responsável pela obtenção dos recursos para o bem-estar material, entre eles, a saúde, o emprego registrado, o curso superior, a colocação na área. Ela reconhece que o mal-estar passou quando conseguiu encaminhar a vida material com um emprego registrado, mas justifica essa conquista pela fé, assim como a ausência dessas condições necessárias ao bem-estar do presente é entendido como uma “fase de aprendizado”. Ela se define como uma pessoa determinada e aceita as dificuldades que a vida lhe impõe com a certeza de que aquilo tem um sentido para o aperfeiçoamento de si. Como analisam Almeida e Rumstain (2011, p.384), a religião, no caso a Congregação Cristã, “traz um *entendimento* ou *esclarecimento* sobre a vida, não propriamente sobre um problema existencial, mas sobre a vida prática e, sobretudo, suas dificuldades”. Esse entendimento não é voltado às questões sociais, como fora a teologia da libertação, mas a um sentido subjetivo, apreendido com o estudo da bíblia e a convivência com os “irmãos de fé”. Envolve uma lógica de autoconhecimento, daí a aproximação com os discursos de autoajuda. Para Nice, mais que a denominação, importa a experiência compartilhada: se ver entre iguais e ser reconhecida assim.

Eu congregava na Assembleia de Deus, lá no Capela. Me convidaram para conhecer a Bom Pastor. Eu achei os irmãos de lá tão amorosos e aconchegantes que eu acabei gostando e ficamos. Isso é importante, porque não adianta você frequentar um lugar onde as pessoas te olham com o nariz empinado e vivem um ‘faz de conta’: *você está*

²¹² Ao pensar o sujeito como constituído por saberes e práticas historicamente situadas, Foucault (2010) concebe que o processo de subjetivação, como práticas de constituição de si, ocorre, simultaneamente, quando o indivíduo aparece enquanto objeto do discurso ou prática, e quando ele participa da sua construção enquanto sujeito moral.

ali e não existe para elas. Lá, eu achei os irmãos mais receptivos. Existe a oportunidade de chegar, sentar e conversar com o irmão do lado e se enturmar. Na outra igreja, eu chegava, sentava e ninguém falava comigo. Eu gostava de lá, porque o pastor a mulher dele eram aconchegantes, por mais que o pessoal não fosse. Eles me cumprimentavam. Na Bom Pastor, é todo mundo, eu me senti melhor. Lá eu fiquei. (Nice, ocupante/Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 13 de abril de 2018).

Não tardou para ela envolver Marcos na sua religião. “Foi custoso. E fui para o joelho orar, porque é difícil”, pois “a pessoa frustrada tranca o coração, a frieza entra, e ela ocupa a cabeça com outras coisas”, diz ela sobre ele, certa também de que “depois que se conhece um Deus bom, se tem ciência que precisa daquilo”. A insistência de Nice com o marido se explica pela compreensão dela acerca do relacionamento conjugal, no qual ela preza por compartilhar o diálogo e uma ética: “é bom os dois falarem a mesma língua. Se isso não acontece, se torna um fardo. Agora, se a linguagem é a mesma, o relacionamento caminha”. Isso porque, como notam Almeida e Rumstain (2011, p.387), para os evangélicos, os valores e a ética religiosa associam-se mais aos vínculos sociais, especialmente entre familiares, do que à crença em si.

Como se sabe, muitas igrejas evangélicas são contrárias às ocupações urbanas, enquanto outras as veem como um espaço estratégico de evangelização, situação que presenciei enquanto fazia a pesquisa de campo. No caso de Nice, talvez em função da estratégia de progressão estar apoiada também na moradia na ocupação, o discurso religioso encontrou compatibilidade com a organização coletiva do MTST. Na sua narrativa, o aprendizado e a busca pela convivência vividos na sua religião e igreja parecem ter confluído com a experiência da ocupação.

[pergunta - você sempre concordou com a ideia de participar da ocupação?] Sempre. [pergunta - tinha participado de alguma coisa assim antes?] Não, mas eu tenho um senso de justiça e de não olhar, apenas para o meu umbigo. E na ocupação nós vemos muito isso. Inclusive, eu *aprendi muito a questionar* sobre os meus direitos, assim como, a visionar uma política diferente. *O senso de coletividade eu tinha*. Sempre quis algo melhor, desde a infância que foi muito sofrida. O lugar onde cresci é abandonado pelos políticos e só faltam oportunidades. A seca predomina, eu peguei o tempo que vivíamos de água encanada salobra, salgada. Hoje não, tem água doce. (...) *A Palestina foi uma casa e uma escola para mim*. Existem projetos sociais, para os quais os alunos vêm. Professores dão aulas aos sábados e, inclusive, tem alunos daqui que conseguiram bolsas através do Enem. A Educafro atuou aqui. Esse lugar é repleto de projetos para jovens. Aos sábados fazem rodas de cantoria e outras coisas que promovem divertimento para as pessoas que moram aqui. [pergunta - você gosta de morar aqui?] Eu gosto. Tanto pelo pessoal, como pela natureza em torno. Quando eu morava no Capela, vivia doente: rinite e sinusite atacada. A casa era úmida. Aqui, eu não sinto nada. Minha saúde melhorou bastante. (Nice, ocupante/Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 13 de abril de 2018).

Nice se refere à experiência da ocupação como “uma escola”. Seu envolvimento é menos opinativo e mais colaborativo nas tarefas cotidianas. Não mede energia para ajudar na manutenção do lugar, mesmo com todas as atividades que tem dentro e fora de casa. Ela traz

para a ocupação o mesmo “espírito” de convivência e acolhimento que experimenta na igreja, o que ajuda na construção do espaço partilhado e de vínculos de apoio mútuo.

Marcos, por sua vez, é coordenador na ocupação, tem envolvimento político de outra natureza. Sua experiência pregressa em associações e coletivos de bairro, a vivência na periferia desde criança e a influência do Rap em sua visão de mundo são aspectos que o orientam numa interpretação mais sociológica de sua vida. Na luta por moradia, ampliou sua formação política, especialmente no que se refere ao trabalho e à cidade. Quando relata suas experiências com o trabalho e com a política, apresenta sempre reflexões críticas, indicando situações de exploração e discordâncias de certas políticas e ações. Na ocupação, é um dos coordenadores mais ativos e comprometidos politicamente com o coletivo, como veremos no capítulo seguinte.

*JR: da urbanização precária à cidade global, o flâneur periférico*²¹³

JR, como é conhecido, chegou à Nova Palestina em 2013, trazido pela companheira, com quem tem um filho pequeno. Eles estavam morando na casa dos filhos dela, porém, desde que ela e JR resolveram morar juntos, precisavam arrumar outro local para ficar. Foi quando participaram da reunião do MTST, na praça local. JR já tinha ouvido falar do MTST na TV e pensou: “Poxa! Isso deve agitar de verdade, se tivesse um aqui em São Paulo ia dar uma modificada”. Desde que a ocupação Nova Palestina foi montada, ele “avistava, de longe, as lonas laranjas, amarelas e azuis, mas não passou pela cabeça que era uma ocupação de movimento”. Quando soube, foi fácil se juntar ao grupo e ir morar na ocupação desde o início. Já era acostumado a acampar e transitar pelos espaços da cidade.

Chegamos e ficamos acampados naquele pé de árvore. *Chegamos e cercamos, porque ali é uma área de trânsito.* A coordenadora chegou e chamou o pessoal para se reunir. Fizemos um barraquinho aqui do lado, tenho até uma foto. *Todo feito de bambu, bem bacana.* Só dava para usarmos bambu. O barracão onde o pessoal se reunia para tomar as decisões era aqui do lado. (JR integrante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 28/03/2018)

JR tem 48 anos, mas diz não fazer questão de saber onde está no tempo. Encontrar com ele na ocupação é sinônimo de passar horas ouvindo suas histórias, normalmente, da juventude. E, se as datas são secundárias na sua narrativa, os lugares são bem marcados. A sua trajetória

²¹³ Referência inspirada na figura descrita por Walter Benjamin em seus estudos sobre Baudelaire e a modernidade. A intenção aqui é lançar mão de um arquétipo que remete ao sujeito observador da cidade e seu cotidiano, uma postura na contramão da indiferença, e que “absorve” a cidade em lugar de ser absorvido por ela. No caso, quero destacar a relação de descoberta do mundo social que o sujeito pode fazer por sua circulação no meio urbano.

toda é um inventário de lugares por onde circulou e modos como os experimentou socialmente. Ao longo do seu percurso, vemos o movimento da cidade em mutação.

Paulistano, JR sempre viveu na periferia da Zona Sul. Os pais vieram da Paraíba e de Pernambuco. Ele era pedreiro e ela, doméstica: “fizeram isso a vida toda”. Construíram uma casa “de 10 por 24” no Jardim Herculano, “onde hoje tem o CDP e a Fatec baronesa”. Nos anos 1970, era um bairro sem infraestrutura urbana: faltava asfalto, escola, hospital, “tudo era difícil”. Foi lá que ele passou a infância e estudou num colégio improvisado num galpão. No fim do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, a mãe, preocupada com delinquências na rua e o possível envolvimento do filho com o crime, mandou-o morar com uma tia em Santo Amaro. Lá, estudaria num colégio mais equipado e, em troca da hospedagem, trabalharia no bar dela. Único homem dos seis filhos, as irmãs não tiveram a mesma oportunidade de estudo que ele.

As relações familiares eram complicadas, mas não para ele, que, à época, nem se apercebia do que ocorria na família. O pai bebia, a mãe era a única responsável pela educação dos filhos. Os costumes eram rígidos, as irmãs contestavam. A resposta era violência doméstica contra as mulheres. “Bater é errado”, diz ele, em retrospectiva e sem maiores desenvolvimentos. Quando uma das irmãs engravidou e não se casou, “foi uma bomba em casa. Nessa época, o pessoal pegava muito no pé das pessoas. Casar, fazer família, procurar uma casa, procurar uma pessoa decente”. JR nunca fez nada disso, já as irmãs foram cobradas por se envolverem com pessoas malvistas pela família.

Quando se foi para Santo Amaro, tinha saudades do bairro dos pais, onde podia brincar nas ruas de terra e até “tirar uns trocados pegando bola no campo”, mas logo conheceu “muita gente de cultura em Santo Amaro, bem diferente daqui”. Após dois anos na casa da tia, trocou a escola por um trabalho de mensageiro numa copiadora da região e voltou para a casa dos pais. Logo, veio a ânsia de conhecer o mundo, sentimento de quem se coloca frente às possibilidades que a cidade oferece.

A experiência social de JR é totalmente marcada pela dinâmica da cidade e pelo modo como ele vivenciou os espaços urbanos. “Eu passei por várias situações e conheci vários lugares”, diz. Mensageiro, *office boy*, auxiliar de escritório, serviços externos, assistência em veículos, feirante... Sempre pelas ruas, seu percurso laboral é tão móvel quanto suas andanças pela cidade. “Nunca cheguei a completar um ano em todos os lugares que fiquei”, observa. Por outro lado, valorizava trabalhar nessas atividades, porque, por meio da cidade, entrava em contato com outro mundo, que ansiava conhecer. Embora estivesse trabalhando, e não flanando simplesmente, circulava pela cidade com o espírito de um *flâneur*.

Você pega o busão aqui e sai fora do seu bairro. Aquele mundinho que tem ali é um mundo parado. Se fizéssemos uma frase: hoje vai ser só isso. Lá a frase dá continuação: hoje vamos fazer isso, isso e isso. E é infinito, porque você está lá fora. Você ouve o povão falando, você vê alguma coisa, você está envolvido no ciclo do dia-a-dia. Se o mundo está girando, você está envolvido e para mim, isso era ótimo. (JR, integrante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 28/03/2018)

Ao travar contato com regiões mais urbanizadas, JR percebe como a vida encerrada num bairro periférico o alijava de um mundo vibrante e dinâmico, de que ele desejava fazer parte. Era a “cidade global”²¹⁴ em que São Paulo se tornava no final do século XX, com suas vias movimentadas, a edificação do novo centro econômico, a multiplicação dos centros de consumo e lazer, a codificação da vida por meio das marcas de roupa, de bebida, de carros e eletrônicos. Mas entrar em contato com esse outro lado da cidade é, também, perceber o seu lugar nela.

Como eu era office boy, eu andava muito naquela área: Itaim Bibi, perto da Dacon. Quando eu passava ali em baixo e via todos aqueles carrões e ficava babando. Eu queria ter dinheiro. *Lá era uma área boa*, eu via muita gente bonita naquele lugar. Muita *gente decente*. [pergunta - vocês iam às festas?] Não, para esse lado não. Nós *não tínhamos amizades com aqueles moradores*. Eu *trabalhava ali*. Saía, pegava o busão seis e meia. Eu tinha que entrar às oito, batia cartão. Na região da Paulista, quando chega sexta-feira, já era! Até mesmo a secretária que mandava em mim, uma loira de olhos azuis que parava a estrada, ia. Eu não tinha possibilidade de chegar nem aos pés dela. *A mina era mais do que eu*. Ela tomava Engov, gostava de beber uma cerveja. Eu não ia. O bar era chique, *o dinheiro que eu ganhava não dava* para eu ficar gastando nesses bares. (JR, integrante na ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 28/03/2018)

A memória dele sobre esses trabalhos é sempre das cenas urbanas que tensionam sua experiência de classe. Aos lugares, associa valores materiais e morais marcados pela segregação social. A diferença em relação às pessoas do trabalho e demais moradores dos bairros centrais era percebida não apenas pela situação de trabalhador, como também por outros signos de distinção, como o local onde mora, a maneira de se deslocar pela cidade, o biotipo com traços europeus, os hábitos e o padrão de consumo. Seus relatos fazem ver uma lógica de circulação pelos espaços urbanos que envolve trabalho, consumo e pertencimento a uma origem social, e se traduzem num sentimento de inferioridade. Assim, apesar de reconhecer traços de segregação socioespacial, JR desejava estar do outro lado.

Mas o acesso a toda aquela riqueza e a certos espaços lhe estavam vetados, a princípio, especialmente pela renda. Isso, entretanto, não quer dizer que JR estivesse excluído do mundo

²¹⁴ Referência ao conceito introduzido por Saskia Sassen e desenvolvido por outros autores para designar territórios que tinham grande controle sobre negócios globais. Trata-se de uma releitura das grandes metrópoles após as mudanças na economia mundial, iniciadas nos anos 1970, quando elas perdem centralidade nas atividades industriais e com a intensificação dos meios de comunicação e adquirem papel estratégico no setor de serviços e finanças. Ver: Sassen (1998).

globalizado, que tem na generalização do consumo sua característica central. “Todo o dinheiro que ganhava era para gastar. Não entrava na minha cachola ajudar em casa. Nós necessitávamos, mas eu não pensava nisso”, avalia ele. Desde que começou a trabalhar, gastava tudo com “roupa e diversão”. Quando trabalhava no centro, gostava de ir à galeria 24 de Maio, “só para ver o que tinha. Eles deixavam muitas coisas expostas”. Roupas de skatista, pichador, mas ele “era simples”: um tênis, uma calça da X-Ray, Hang Loose, Free London, Nike. “Tudo eu queria usar, porque eu achava bacana. Gastava meu salário sem dó. Hoje, eu não gasto mais, tenho outra visão”.

Ainda hoje, a topografia socioespacial é um referencial para ele: “trabalhei lá, conhecia os pontos de divertimento *para um determinado tipo de pessoa*. Para nós *aqui*, só tem isso que você está vendo”. Para JR, a distinção socioespacial é marcada pelo tipo de consumo e estilo de vida: “a galera do Brooklin colava para cá nas baladas de Santo Amaro, chegava com whisky, Smirnoff, os caras eram bagaça! E nós nem tínhamos o pensamento de tomar whisky, nosso whisky era litrão, Velho Barreiro, nós éramos super fracos nessas ideias. Diferenças de bairros e costumes...”

Da adolescência e juventude na periferia, JR guarda memórias afetivas de sociabilidade. Ele narra as várias formas que as pessoas encontravam para se divertir, e o modo como isso as levava a ocupar os espaços a que tinham acesso. As “turminhas dos bairros” e as festas: “você conversava com um colega na escola e ele dizia: ‘vai lá em casa que vai ter uma festa’. Juntava aquele monte de gente e nós saíamos de um lugar para o outro.” Era uma época em que “em alguns bairros, nós tínhamos amizades e muita gente ia acampar para fora. Nós nos divertíamos, de verdade”, lembra. São muitos os relatos de idas à praia nas cidades próximas, acampamentos, visitas a “quebradas” vizinhas, luaus na Represa Guarapiranga, encontros festivos variados, drogas. Acompanhando os encontros e desafios de pichadores no Vale do Anhangabaú, experimentou também uma transgressão aos limites que a cidade impunha a pessoas como ele: “eu tinha uma gana dentro de mim, não tinha medo de nada”. Certa madrugada, na rua, uma pessoa lhe ofereceu vinte reais para ele pichar “Carlos Lamarca”. “Eu nem imaginava quem era esse cara. Subi na parede da casa de uma pessoa e pichei”. Tinha também alguns lugares que “o pessoal fechava as ruas e fazia uma bagunça com carro e moto. Era o início de tudo. Não existia pancadão, mas existiam lugares onde rolavam umas brincadeiras e os policiais não encostavam”. São nessas experiências de apropriação do espaço urbano, às vezes subversivas, às vezes desafiadoras, ou transgressoras, que buscavam encontrar formas particulares de sociabilidade e lazer.

Em todos esses relatos, chama a atenção a presença constante da polícia. A violência de Estado, principalmente contra negros, é um lugar-comum da vida na periferia, trata-se de um dos elementos que estruturam a experiência cotidiana nesses bairros: não há quem não tenha, nessas regiões, uma história sua ou de um conhecido de tensão com as “forças de segurança”. E foi um enfrentamento com um policial que mudou a vida de JR por completo: numa madrugada, em 1991, enquanto ele e outra pessoa aguardavam dois amigos na calçada para irem a uma pescaria na represa, as luzes da rua se apagaram e dois policiais militares os enquadraram. Quando o policial mandou JR colocar a mão na cabeça, ele não entendeu de imediato e demorou a responder ao comando. A reação foi um tiro que atingiu a clavícula. Resgatado por vizinhos, ele demorou a ter atendimento médico e precisou amputar o braço. Até hoje ele não entende o que houve, mas tudo indica que foram confundidos com bandidos. Ele tinha 20 anos, e a perda do braço foi motivo de grande sofrimento e revolta: “Minha vontade era pegar aquele cara e esquartejar, eu fiquei revoltado, só que eu não tinha como abrir a boca. Eu não sabia como fazer. Eu tinha um certo medo...”. Sua mãe, temerosa das consequências, pediu para que não fosse “mexer com a polícia”. Tudo o que pôde fazer foi um B.O., que nunca resultou em nada. Nem sequer conseguiu ser aposentado por invalidez, pois a perícia alegou que ele ainda podia trabalhar. Nessa época, JR trabalhava como feirante, “não estava trabalhando registrado, não tinha um *álibi*”, diz ele, misturando os termos, pois só precisa de *álibi* o acusado de um crime. Confundido com bandido e culpado até que se prove o contrário (numa inversão do princípio de *in dubio pro reo*), JR identifica no registro na carteira de trabalho sua presunção de inocência. Sem meios para provar que era trabalhador e não bandido, não tinha “legitimidade” para contestar o Estado que, por sua vez, também se desresponsabilizava de assisti-lo.

Sem um braço, o ofício na feira tornou-se difícil. Continuou como pôde. Passou um tempo parado, fez “uns trabalhos para o pessoal no porto de Santos”. Por fim, com a ajuda de um cunhado, começou a trabalhar como auxiliar de mecânico, próximo ao autódromo de Interlagos. Como já gostava de carros, foi aprendendo o ofício, o qual exerce até hoje. Depois de quase 30 anos do ocorrido, ainda se ressentido, fala do sofrimento, da juventude perdida, da dificuldade em “aprender tudo de novo”. Mas, de algum modo, seu desejo de viver e curiosidade pelo mundo sobreviveram com ele.

Essa foi a condição na qual ele veio à ocupação. As aventuras na cidade pararam, e ele, vivendo com uma companheira e com um filho para criar, vivia na “viração”. Na ocupação, encontrou alguma tranquilidade à emergência da vida, e um novo espaço de sociabilidade.

Inicialmente, foi a esposa que se envolveu nas atividades de coordenação. Ele passava quase o tempo todo na oficina de carros, “assistia tudo um pouco distante, não tinha ainda encontrado um espaço na ocupação”. “Tem gente que olha para mim e acha que eu não valho um real, as pessoas não têm respeito”. Curioso e observador, foi “começando a entender o movimento: o que é, para o que que serve...”. Certo dia, quis saber sobre as reuniões que ocorriam à noite no barracão. A esposa informou que eram para organizar “trilhas noturnas”, realizadas para fazer o reconhecimento da área e garantir a segurança da ocupação. Era uma atividade interessante, permitia a ele “circular pela ocupação à noite, conhecer o local, caminhar”. E circular pelo espaço é algo de que JR sempre gostou. Em breve se tornou responsável pelas trilhas, atividade que assume até hoje, com certo orgulho da contribuição que faz.

Aos poucos, eu fui *me adaptando aqui*. Fui vendo que *muita gente unida fica forte*. No início, o movimento falava que nós tínhamos que lutar por moradia. Eu via isso e colocava na minha cabeça que era isso mesmo. Aos poucos, eu fui me afastando da rua e ficando aqui dentro. Fui *me envolvendo com o lugar*, porque as pessoas que estavam na coordenação tinham sabedoria. O Guilherme passava tudo o que estava acontecendo, como tínhamos que fazer e o quê fazer. Aos poucos, eu *fui me entendendo desse jeito também*. Para mim, eu só tinha que *conhecer o lugar onde eu morava*. (JR, integrante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 28/03/2018)

Na ocupação, seus conhecimentos obtidos nos tempos em que fazia acampamentos e andanças pela cidade, sua capacidade de reconhecimento do território e sua extensa rede de contatos são mobilizados pelo coletivo. Ele enxerga com clareza problemas do cotidiano da ocupação, que permitem ver como ela se insere numa rede de relações preexistentes no território em que está, como veremos no próximo capítulo.

Ellen: nas fronteiras entre o lícito e o ilícito

Quando começou a participar da ocupação, em 2013, Ellen estava morando numa casa de aluguel em Parelheiros, extremo sul, depois de ter circulado muito pela cidade. Vieram ela e a irmã, e cada uma começou sua própria luta. “Me disseram que algumas pessoas tinham invadido um espaço no qual podíamos construir o barraco para vir morar. Eu vim e quando eu cheguei aqui, vi que era outra coisa. Daí, me envolvi com esse negócio. Não desisti.” Há mais de cinco anos na ocupação, a persistência dela tem dois motivos: não tinha condições de pagar o aluguel sozinha, e queria viver com os filhos e não “fazer as coisas erradas que eu fazia antigamente”.

A vida de Ellen sempre foi complicada. A relação familiar conturbada, a irmã branca e ela “preta”, a mãe doméstica e o pai “bandido”, a infância pobre na favela, o apelo do consumo

e do tráfico de drogas, os relacionamentos instáveis, a violência são marcas de sua trajetória, que se move nas fronteiras porosas entre o lícito e o ilícito.

Quando a favela Cândido, na Água Espraiada, pegou fogo, em 1993, Ellen tinha 10 anos, e sua mãe recebeu um auxílio-aluguel da prefeitura para morar em Piraporinha, bairro do Jardim São Luiz. Os pais, ambos migrantes da Bahia, eram separados. O pai passou vinte seis anos preso, e Ellen morou com a mãe até os 14 anos, quando resolveu sair de casa devido aos constantes conflitos com ela. Foi morar no Jardim Ângela. Para sobreviver, começou a panfletar no farol, mas a atividade era insuficiente para pagar as contas e logo ela começaria a prestar pequenos serviços ao tráfico de drogas: “olheiro”, “vapor”. Quando perguntei suas motivações para entrar no tráfico, a resposta é quase automática: “Dinheiro. Eu queria sair de casa, queria ser independente, comprar minhas coisas. As condições da minha mãe eram restritas. Eu já conhecia, tinha contato desde a favela. Eu pedi para trabalhar”. O tempo todo ela se refere ao tráfico como um trabalho, cuja carreira lhe rendeu promoções rápidas. Aos dezoito anos, ela já era “gerente”, “controlava praticamente tudo”. Para evoluir no cargo, “é só ser responsável. Não mexer em nada, não deixar perder nada, não deixar cair a droga quando vêm os policiais. Droga é caro. E avisar, sempre, os que estão trabalhando embaixo”, explica.

Ellen, então, retornou para a Água Espraiada, agora já mais valorizada. Na verdade, só conseguiu comprar imóvel no local porque o antigo morador tinha sido “espirrado” pelos traficantes e o preço do barraco foi rebaixado. “Não era bem uma casa, era um barraco”, explica ela. Sua permanência no local, no entanto, seria curta. Em breve, uma denúncia anônima levaria a polícia a invadir sem mandato a sua casa e levá-la presa por tráfico de drogas. Cumpriu pena por dois anos, mas “não faltou nada na cadeia”, e teve toda a assistência do PCC. Além disso, “lá não ensinam só coisa ruim”, diz. Fez vários cursos. Quando saiu do presídio, “juntou com um boyzinho” para quem vendia drogas, e foram morar juntos na casa dos pais dele, em Paraisópolis. O rapaz “era de família estável” e os pais dele ajudavam o casal a se manter. Ela saiu do tráfico, arrumou um emprego de babá e começou a cursar faculdade. Foi até o terceiro ano do curso de Pedagogia, mas a gravidez da primeira filha inviabilizou o curso. A mãe a “colocou para trabalhar como faxineira duas vezes por semana na casa onde ela trabalhava desde sempre”, observa Ellen, sem demonstrar nenhuma identificação com os afetos da mãe pela patroa. Depois, a filha da patroa acabou se casando e engravidando: “acabei eu sendo babá do filho dela”, diz, sem esconder a frustração. Ganhava menos do que no tráfico, mas “pensava na filha também”, que “tinha do bom e do melhor” ali. Ficou três anos trabalhando e morando

na casa da patroa, até que houve um assalto na casa. “Eles eram muito ricos, o cara era juiz federal”. “Não houve polícia, nem nada”, mas ela foi demitida.

Depois disso, Ellen passou a guarda da filha para os avós paternos e voltou para o tráfico. “Eu não tinha mais ninguém. Fiquei sozinha.” A partir daí, ela também se tornou usuária de drogas e acumulou mais duas prisões. Quando estava morando sozinha num cortiço, no Valo Velho, Capão Redondo, foi presa por homicídio de um policial, proprietário do imóvel que ela alugava. Passou oito meses aguardando julgamento, mesmo tendo chamado a polícia e apresentado as provas de que reagiu a uma tentativa de estupro. Distanciada do PCC, a vida na cadeia foi mais difícil dessa vez. Ela contou apenas com a ajuda da irmã, que tinha começado a trabalhar como doméstica. No tribunal, foi absolvida por legítima defesa. A terceira prisão resultou de um assalto “à mão armada” num salão de cabelereiro. A prisão ocorreu dois anos depois, por ela ter sido reconhecida pela vítima; nessa época, morava em uma casa alugada no Jardim Rosana, já tinha se afastado do mundo do crime, estava trabalhando no orfanato como auxiliar de limpeza e ajudava a filha com dinheiro. “Estava sossegada, não usava mais droga nem estava roubando. Era final de ano, eu queria comprar tênis e roupas. Passaram-se dois natais, eu já tinha gastado o dinheiro e nem sonhava mais em roubar”, diz. Na prisão, embora já tivesse “as manhas de sobreviver”, só contava com o pai e a mãe, e visitas uma vez ao mês. Depois de oito meses presa, o presídio onde estava seu prontuário pegou fogo e, segundo ela, provas e registros foram destruídos, o que resultou na sua soltura.

“Roubos e assaltos são complicados”, diz. Voltou para a tráfico de drogas. Enquanto morou no Parque Santo Antônio, bairro do Jardim São Luiz, diz ter traficado “na fachada”. Todos sabiam da responsabilidade que os “terceiros, lá de trás” tinham passado para ela. Sua fala revela os vínculos sociais constituídos na rede do tráfico, ao mencionar a assistência que recebeu quando esteve presa, as cestas básicas e ajudas de custo quando estava grávida e não podia trabalhar: “eles cuidam de mim”. Há também certa estima pelo reconhecimento dos superiores: a confiança que depositam nela por ser “responsável”, o apelido de “rainha do tráfico” que lhe deram, a posição de “gerente” que galgou. Trata-se de condições não acessadas em outros trabalhos que estiveram disponíveis para ela.

Até hoje, me consideram a rainha do tráfico, mas eu não me vejo assim, nunca. A rainha do tráfico tem dinheiro, eu sou pobre. [pergunta - tem gente rica no tráfico] Tem. São os que ficam de fora. *O bandido rico não é preso, quem roda são os empregados. Atrás dos bandidos mais ricos, existem os pobres.* O bandidão, chefão, tem uma mansão e a casa nunca cai para ele. O que chega primeiro são nos peixes pequenos. Eu me considerava uma sardinha deles. Eu nunca cheguei no ponto de ter o dinheiro que eles tinham, mas *possuía meu luxo*. Tinha dinheiro para sair no final de semana, para gastar com droga, para pagar alguém que olhasse minha filha. Quando

perguntavam de onde saía o dinheiro, eu nem lembrava. Tinha semana que eu tirava cinco, seis mil reais, só fazendo aviãozinho. (Ellen, integrante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora, em 21/03/2018)

Ellen tem consciência da estrutura de poder que perpassa o mercado de ilícitos. Além dos riscos e da incidência da lei estarem concentrados nos operadores da ponta, como bem ressalta a literatura especializada no tema, o próprio mercado de drogas é bastante dinâmico e, como relata Ellen, vem passando por uma precarização na base.

Antigamente, compravam dez gramas no dinheiro. Se você vendia mil reais, cem era seu. Principalmente, para os boys. Agora é mais bala. Cocaína, maconha já passou. *Se você vende uma pedra, consegue tirar um e cinquenta, uma cocaína, dois e cinquenta.* O lança, por exemplo, é a droga da garotada de 15, 16 anos. Descobriram isso agora. Um vidro custa cinco reais. Ecstasy é caro, inclusive, para os funcionários. *Não rende quase nada em cima.* No máximo, cinco reais. Não compensa passar a noite na balada para vender uma. E nem dá para sair com um quilo. São cinco, seis, no máximo. Quando eu ia para festas, eu levava. Pancadão, Estação da Luz, Centro, República, etc. Vendia e ganhava, porque eu já estava curtindo. Nas outras situações *é só se arriscar no ônibus e na rua para a polícia pegar.* Hoje, se eu trabalhasse, ganharia cento e oitenta reais trabalhando o dia todo. Só se vende dia cinco, dia quinze, dia vinte e dia trinta. São os dias do pagamento. Antigamente, tinha semana que eu tirava cinco, seis mil reais, só fazendo aviãozinho. Era oitocentos por dia. Eu trabalhava um dia sim e outro não. (Ellen, integrante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora, em 21/03/2018)

As drogas se generalizaram pela cidade e, conforme se tornam uma das poucas opções de trabalho para muita gente, especialmente jovens periféricos, seu acesso é mais fácil e seus operadores ganham menos. Hoje, diz ela, os ganhos com varejo da droga são baixos, e assumir os riscos nem sempre vale a pena. Por isso, só compensaria o atacado: atravessar as fronteiras e buscar drogas nos outros países para distribuí-las aos varejistas.

Como analisa Telles (2011, p.156), a expansão e a organização capilarizada do mercado de drogas figura no cenário de transformação das grandes cidades brasileiras, nos anos 1990 e 2000, em que se consolidam “como centro econômico de primeira grandeza, inteiramente conectado aos circuitos globalizados da economia”. Portanto, ressalta a autora, a expansão da economia da droga e a multiplicação de seus pontos de venda pela cidade acompanham o fluxo de circulação da riqueza num mundo urbano distante das imagens do “atraso” ou da ausência do Estado. E essa capilaridade dos pontos de venda se dá pelo agenciamento da população pobre periférica nesse negócio global, como observamos no caso de Ellen.

E se, no passado, as fronteiras entre legal e ilegal eram claras, e predominava o discurso que separa “trabalhador” e “bandido”, a situação é, hoje, diferente: não só o desmoronamento do pacto social fordista impele à redes de informalidade, como sobrepõem-se informalidades, ilegalidades e ilicitudes diversas nisso que Telles (2011, p.162) chama de “topografia urbana e social”. Ellen vive essas ambiguidades no interior da sua família e no seu percurso laboral, ora

formal, ora informal, ora lícito, ora ilícito, sem romper suas conexões com as redes do ilegal²¹⁵. Dessas conexões, sempre podem surgir trabalhos, aos quais ela recorre com maior ou menor intensidade, conforme a situação em que esteja. E como sua situação é instável, não faltam contextos nos quais serviços no tráfico sejam a melhor alternativa. Nesse contexto de “fronteiras porosas” entre informalidade, legalidade e ilicitude (TELLES e HIRATA, 2007, p. 174), a posição de Ellen foi, no passado, menos ambígua. Jovem, ela teve o que Telles e Hirata (2007, p.174) chamam de “carreira delinquente”, mas, depois de ter engravidado pela primeira vez, seu desejo era viver na legalidade. Em certos momentos, ela incorre em atitudes delituosas, cuja moralidade também é negociada.

Ela considera que sua vida desandou aos 26 anos, quando conheceu o segundo companheiro, com quem tem dois filhos. Com a ajuda dos pais de Ellen, o casal comprou um barraco no Jacira, em Itapecerica da Serra, e foi se estabelecendo. No começo, as coisas iam bem e ele era um “excelente companheiro”, mas, alguns anos depois, o vício dele nas drogas o fez começar a gastar tudo o que o casal acumulava. Um dia, Ellen saiu de casa e, quando voltou, não tinha mais nada: a moto, os pertences, até o barraco tinha sido vendido. Grávida de 5 meses e com uma criança de três anos, Ellen foi “abandonada no meio da rua, só com a roupa do corpo”. Ela procurou a mãe, com quem ficou até nascer o bebê; depois, deixou os filhos com ela e entregou-se à cocaína e à depressão. Foram idas e vindas entre clínicas de internação e quatro tentativas de suicídio.

“Cocaína... Foi uma desgraça. Eu perdi tudo. Agora eu tenho os meus filhos. Eu tenho alguém que corre comigo, que é minha mãe. Ela tinha me deixado de lado, assim como o meu pai. Essa questão de ser bandida, eu acho que vem do meu pai”. Enquanto conversamos, ela olha para o filho de cinco anos que se aproxima, e comenta: “tenho uma história muito triste dele...”. Conta que estava em crise de abstinência quando o menino teve crise de bronquite e ficou internado. Ela passou dois dias com ele, depois saiu para comprar drogas e o deixou sozinho no hospital. Quase perdeu o filho para o conselho tutelar. Depois disso, muita coisa mudou em relação às drogas: “ele é um guerreiro, minha salvação”, diz, se referindo ao filho. Foi nessa época que soube da ocupação e, três anos depois, foi morar lá. “Quando eu cheguei aqui, estava mais para morrer do que para viver. Muito para baixo”, diz.

Hoje em dia, eu *estou mais sossegada*. Dei um tempo das drogas, não roubo mais e tento fazer um bico aqui, um bico ali, honesto. Faço artesanato, quando eu tenho dinheiro, compro algumas coisas para trabalhar. Pinto umas blusas, alguns panos de prato, chinelo e vendo. Vivo assim. Porque *tento ser alguém*. Eu *quero ficar junto dos*

²¹⁵ Para um aprofundamento sobre essas figurações e suas conexões, ver os trabalhos de Feltran (2010; 2011).

meus filhos. Se eu continuo nessa, minha família os tira de mim, ou o conselho tutelar, como já tentaram. (Ellen, integrante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora, em 21/03/2018)

Aos 34 anos, Ellen está grávida do quarto filho e vive com o pai da criança, que mora na ocupação com ela. Finalmente, reuniu todos os filhos e julga que o atual companheiro tem sido um “bom pai”, “carinhoso com as crianças”. A filha mais velha tem quinze anos e, ano passado, deixou o apartamento dos avós e quis ir morar com a mãe na ocupação. Lá se integrou aos demais adolescentes e faz parte da juventude do movimento. Ellen, está empenhada em manter-se mais no controle do vício e da vida. “Penso nos meus filhos, as colegas deles perguntando: ‘o que sua mãe faz?’ e a resposta: ‘minha mãe não faz nada, ela só usa droga’. Pensei em tudo isso”, conta. Reconhece a ajuda dos pais, mas quer seguir por si mesma, “eu sei que consigo”, diz. Há três anos ela frequenta o CAPS, diz que tem ajudado bastante, em especial quando vêm à mente “aquelas lembranças do passado”.

Nós conversamos umas com as outras, começamos a chorar. Tem vezes que se entra em pânico e dá aquele desespero e não conseguem falar. Às vezes, tentamos alertá-las da importância de conversarem conosco, contarem o que aconteceu na vida delas também. Tem vezes, que eu não consigo falar, por causa do depoimento dos outros. Aquilo tudo me machuca, porque eu fiz coisas piores. Só que, sempre tem alguém que fez algo pior ainda. (Ellen, integrante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora, em 21/03/2018)

Para Ellen, morar na ocupação torna mais fácil lidar com o vício, já que o regimento do movimento proíbe uso e comércio de drogas lícitas e ilícitas no espaço interno da ocupação. Então, o uso fica restrito ao espaço externo, como bem observa ela: “a disciplina *daqui* é uma, *ali na frente* é outra; um vai passando para o outro”. É nessa relação entre os modos de sociabilidade do território da ocupação, de um lado, e do território periférico onde ela se localiza, de outro, que se pode ver como Ellen tem sua inserção urbana. Morar na ocupação foi também a sua recusa definitiva a uma nova “carreira delinquente”, por se submeter àquela normatividade que a afasta do crime.

Ela foi acolhida pelo coletivo com base no compromisso comum com aquele modo de organização da ocupação, e não com base na sua vida pregressa. A ocupação representa para ela uma situação em que pôde atar as várias pontas de sua vida, marcada pela dissolução familiar, e projetar um futuro diferente. “Eu não posso dizer que sou totalmente feliz, porque eu não consegui, ainda, tudo que quero: uma casa, boas condições de estudo para os meus filhos, trabalho registrado em carteira. [...] Sonho mesmo, é ter uma vida estável e uma casa para guardar bem os meus filhos. Queria ter algo para dizer: isso aqui é meu e é de vocês.” Sua participação na ocupação é menos motivada por politização ou engajamento que por querer

melhorar a vida. Seus desejos, no fim, não são tão diferentes do sonho daqueles típicos das classes médias. Mas quando escolhe a ocupação para buscar esse sonho, segue o caminho coletivo aberto pela política.

Carol: da “desterritorialização”²¹⁶ ao encontro com a ocupação

“Vim me esconder aqui, vim fugir da realidade. E eu conheci que eu tinha que lutar, que eu podia ser alguém, que eu não precisava ser humilhada pela minha família que me rejeitava.” Com essas palavras, Carol, 41 anos, explica como chegou à ocupação Nova Palestina, depois de uma longa trajetória desconectada de qualquer território por onde circulou.

*Aqui era muita terra, muita pobreza, não tinha água, não tinha luz. Tinha minha vó aqui, ela morreu tão solitária... Ela fazia chá pra mim. Eu me lembro da minha família, a minha essência está aqui. Meu pai sumiu quando eu tinha quatro anos de idade, foi embora. Ele me abandonou, não tenho vínculo com ele. Minha mãe é minha referência. Eu tive várias fases com ela. Eu tive três crises de *me descobrir trans* e ela não me aceitar. Acabei conhecendo os sem-teto e vim morar aqui. (Carol, integrante da ocupação da Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 23/06/2018)*

Sua narrativa entremeia descrições do bairro, memórias afetivas da infância, traumas familiares e estigmas sociais. A família de Carol sempre viveu na região do Jardim Ângela, onde ela nasceu e cresceu. Sua mãe, que sempre trabalhou como corretora de imóveis e seguros no mercado formal e informal, conseguiu se estabelecer e adquirir um imóvel na Praia Grande. Moraram lá durante a adolescência de Carol e, depois, enquanto viviam numa casa alugada no Jardim Ângela, o imóvel no litoral tornou-se fonte de renda. Carol passou um tempo com a avó e um tempo com a mãe, as quais “não têm vivência”. A avó era odiada pelas filhas e netas, porque “agia de forma muito machista”, reconhece Carol. Na leitura dela, a avó foi “vítima do machismo”, apanhou do marido e dos filhos, “não teve chance de ser mulher como as de hoje”. A mãe também sofreu violência de gênero: foi estuprada, apanhou e, depois, que se casou, foi abandonada pelo marido quando os filhos eram pequenos. Carol não quer vínculo com o pai. Já a relação com a mãe e a irmã é tensa, cheia de rupturas e ressentimentos, idas e vindas, que começaram desde que ela resolveu transicionar e assumir uma nova identidade de gênero. A mãe, evangélica, não aceita a sexualidade da filha: “é complicado por causa da religião dela, eles condenam a homossexualidade e ainda veem como homossexualismo”, explica Carol.

²¹⁶ O termo “desterritorialização” é utilizado entre aspas porque, empiricamente, não há existência sem território. Entretanto, pressupõe-se que a territorialidade se constitui nas interações e na socialização da experiência vivida. Assim, o uso do termo quer iluminar uma situação em que essa interação não se estabiliza, não constitui vínculos. A “desterritorialização” decorre de rupturas na trajetória de vida, que as deslocam de seus referenciais constituídos. No caso de Carol, sua sexualidade é o que promove essa ruptura.

A assunção da identidade de gênero, que foi ocorrendo entre os 15 e os 30 anos, tornou a convivência familiar quase impossível e impulsionou seu afastamento de todos os espaços de sociabilidade que tinha, incluindo a igreja que frequentou até os 20 anos. “Decidi viver a minha verdade”, diz. Na adolescência, Carol se considerava um menino homossexual; aos vinte, se via como transformista (“menino durante a semana, menina nos fins de semana”); aos trinta, transexual, foi quando se tornou “garota de programa”. A transexualidade, associada à classe, conformam um caminho com poucas alternativas de inserção, a não ser a prostituição.

Seu percurso laboral é marcado por essa condição e sempre “no fio da navalha”. Quando adolescente ajudava o avô em um serviço de montagem de brinquedos para uma fábrica, os quais eram “vendidos nos barzinhos dos bairros”. O trabalho era informal, feito em casa e muito mal remunerado, “ganhava pelo milheiro”; ela levava trocados do avô para comprar chocolates. Aos quinze anos, começou a fabricar e vender artesanatos (colares e pulseiras); aos vinte, fez curso de cabeleireira e acumulou os dois trabalhos. Foi quando trabalhou como “demonstradora técnica”: “você chega nas lojas de perfumaria, faz o cabelo do povo. A mulherada compra os produtos da sua marca e você faz escova, pinta o cabelo delas, faz luzes, tudo isso”. Por conta dessas atividades de vendedora, passou mais de dez anos circulando pelo interior de São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Por fim, “percebi que eu não queria trabalhar com cabelo. Eu achava que homossexual não tinha que ser só cabeleireiro. Eu fiquei revoltada, muito óbvio. Virei artesã, vivi da arte”. Tinha um sonho de ir para a Bahia, “sempre as novelas da Globo que me guiaram, tinha aquela ‘Estrela Guia’, né? [risos]”, relembra. Enquanto esteve lá, ficou “rodando”, sofreu violência e discriminação, até que “não teve escapatória”, voltou a procurar a mãe.

Perdida no mundo, não sabia quem eu era, usada e abusada. De repente, por alguns tempos, eu gostei disso, por outros, eu me senti um lixo. Até os trinta anos, eu vivia o sonho de encontrar um grande amor que não apareceu. Aos trinta anos, resolvi cair na prostituição. Eu comecei a tomar hormônio e hormônio mexe com o nosso psicológico. (Carol, integrante da ocupação da Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 23/06/2018)

Depois que voltou a São Paulo, em 2006, passou cinco anos no litoral se prostituindo e sobreviveu a duas tentativas de homicídio. A prostituição, para ela, era “uma questão química, precisava do dinheiro para me hormonizar”, explica, e esses hormônios são caros. Montou um blog que ficou “bem popular”, atendia homens e mulheres, “gente humilde”, mas “quem mais procura são os homens casados”, diz. Durante esse período, se inseriu numa territorialidade mais específica, enfrentou a concorrência das prostitutas: “cuidava de seis ruas”, e tinha “ponto fixo”; resistiu às pressões do tráfico instaurado na frente da sua casa, que, por anos, tentou

expulsá-la dali; e driblou as ameaças da polícia. Atualmente, as prostitutas rivais dominaram aquele território, e ela diz não poder mais aparecer nesses pontos, pois está “jurada de morte”.

A vida na marginalidade significa risco constante, e a dificuldade maior para ela é a transfobia. “O babado era eu sentar no barzinho, tomar uma cerveja, aí começa a confusão. O povo não aceitava, eles achavam que se você é travesti e prostituta, fica na rua, não tem que se socializar.” Por duas vezes a espancaram e, numa dessas situações, ela quase morreu. “Eles não queriam me roubar, queriam me machucar. Crime de ódio. Fiquei jogada na guia. Foram oitenta pontos na cabeça. Não fiquei cega por pouco.” Depois disso, “não deu mais para ficar lá”.

O circuito em que Carol transita e a dinâmica competitiva da prostituição – fortemente construída em torno de uma objetificação estética do corpo feminino –, a aproximaram das drogas, o que foi facilitado pelo breve envolvimento que teve com um cliente. Ela já tinha mais de 30 anos quando começou a usar cocaína. “Eu caí na decadência da rua, quando eu vi que não era a mais-mais. As novinhas começam a superar a gente [risos], aí eu caí para a droga.” O relacionamento também logo se revelou abusivo: “eu me separei dele, porque ele não queria trabalhar, queria ser bancado e não queria que eu me prostituísse. Como é que eu vou sustentar um homem sem poder trabalhar?” Foi nessa época que ela teve um AVC e quase morreu, desta vez, por negligência médica: “o doutor me olhou e disse que eu estava com pressão alta e mandou voltar para casa”. Quando pediu socorro à mãe e foi levada ao Hospital das Clínicas, “o enfermeiro olhou e disse que era AVC. Eu fiquei quarenta dias internada”. Segundo Carol, o uso de hormônios afeta o psicológico e a libido, por isso, ela os combinava com Viagra, o que teria desencadeado o AVC. Desde então, sua médica alerta que “hormônios nunca mais”, o que tem sido um impasse na vida dela.

Depois disso, ela ficou mais um ano no litoral e retornou para São Paulo, e passou alguns meses na casa da irmã, até se juntar à ocupação. Mas o convívio familiar não se tornou mais fácil: a mãe e a irmã chegaram a fazer um boletim de ocorrência contra Carol, acusando-a de obrigá-las a aceitar a sexualidade dela. O delegado aceitou a queixa. Quando a mãe, uma vez mais, a rejeitou, ela buscou sociabilidade com alguns moradores de rua, em Santo Amaro, mas evitava fazer prostituição na Zona Sul, “fazia uma coisa mais ‘no truque’. No barzinho, de boa.”

Aqui tem uma lei. Nessa avenida, M’boi Mirim, tem algumas meninas que ficam de noite ali. Eu nunca fiquei ali, eu ficava em forrozinho. Elas ficam ali, mas é muito pobre, até Santo Amaro é. Eu fiquei nove meses lá, minha mãe foi embora e eu fiquei. Não vale a pena. É vinte reais que elas estão cobrando. É o preço de Santo Amaro, mulheres, tudo é vinte reais. Já me ofereceram, não quero! Tem um barzinho lá que eu conheci uma lésbica e uma moradora de rua. Eu fiz amizade com ela e várias outras moradoras de rua. Nós *vivemos uma vida alternativa*. Ela tem quarenta anos de prostituição, ela tem muita amizade. Ela senta e o povo põe bebida para ela. Eu bebia

com ela. (Carol, integrante da ocupação da Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 23/06/2018)

Por intermédio desse circuito, Carol chegou ao projeto Transcidadania²¹⁷, ao qual ainda recorre se precisa de apoio psicológico ou material; é uma alternativa à família: “fui sozinha, fui atrás de tratamento”. Com o apoio do serviço do programa, ela passou a receber Bolsa Família recentemente, “não sabia que tinha direito”, diz. Ela conta que conheceu uma “doutora da USP” que “quer fazer um livro” sobre a história dela e de outras transexuais, e a incentivou a montar um projeto para participar do Transcidadania e levar as transexuais da periferia.

Ela disse que nossa história não pode morrer. Ela disse que está conversando comigo e com uma trans de Araraquara: ‘vou fazer um com você e vamos *montar um projeto para trazer as travestis do fundão para cidade*. Eu falei para ela que *as travestis da região são muito esquecidas*. Ela falou: ‘Carol, se você montar o projeto, eu te dou toda a assistência’. *Inclusão*. Ela quer que eu monte uma célula para levar elas para lá, porque as daqui, nem sonham que isso existe. As bichas de lá não querem, *tem muita rivalidade, disputam território*, disputam ponto. Infelizmente, no dia da visibilidade trans, eu não participei. Eu fui em duas reuniões com elas em março, no dia do sarau na Feira do Peixoto, eu não fui. Está ativo, elas estão recebendo, tem muitos grupos, inclusive, muitas propostas para fazer currículo, mas eu não tive paciência. Tenho que pagar minhas contas, tenho que pagar meu aluguel... Esse prefeito tem todos os defeitos dele, mas ele continuou com o projeto. (Carol, integrante da ocupação da Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 23/06/2018)

O agenciamento a que Carol foi cogitada elucida como os programas de inclusão operam nas margens²¹⁸. Carol vê importância no Programa, entretanto, tem outras prioridades e recusa a posição de instrutora justamente por partilhar da mesma experiência que as prostitutas: “Me convidaram, mas eu sou urbana. Já fiquei louca, bêbada junto com elas. Como é que vou dar uma lição para elas?” Para ela, esse “empreendedorismo social” exige transpor uma barreira moral que ela não atravessa. “Como que eu vou chegar para dar uma aula para elas, assim como eu vi a Samara? A Samara paga de patroa, vai lá, toda bonitona: ‘eu sou coordenadora etc.’. Eu olho para ela e digo: bicha, está tudo bem, né... Eu não teria essa coragem.”

Quando surgiu a Nova Palestina, Carol integrou-se ao coletivo e passou a morar no local imediatamente. Ela conta que, logo no início, teve um envolvimento com outro membro da

²¹⁷ O Programa Transcidadania foi criado em 2015, em substituição à “Operação trabalho LGBT”, de 2008. O programa propõe a reintegração e o resgate da cidadania para a população LGBT em situação de vulnerabilidade, e consiste na oportunidade de concluir o ensino básico, obter qualificação profissional, além do serviço de acompanhamento psicológico, jurídico e pedagógico. Atualmente, há 240 vagas. Cada participante permanece no programa por até dois anos, e recebe um salário mínimo para realizar 6h de atividades no programa.

²¹⁸ O caso remete às situações analisadas por Das e Poole (2008), em que se pode perceber como o Estado pode ser reconfigurado nas “margens” por sujeitos e populações que não são meros objetos passivos das ações de governo. Essa perspectiva etnográfica das práticas do Estado permite colocar em evidência a dinâmica criada pelas práticas estatais, os campos de força que elas acionam ou mobilizam, seus efeitos, os tensionamentos criados, as acomodações, os bloqueios, os campos de disputa.

ocupação, que a reintroduziu no mundo das drogas e da bebida. Devido à intervenção da coordenação, o rapaz foi afastado da ocupação por desrespeito ao regulamento, que proíbe comércio e uso de drogas. Carol teve que escolher: “era eu ou ele, eu ia perder minha luta”. Decidiu permanecer na ocupação. “Foi quando eu recebi ajuda da coordenação, da J.B., foi onde eu caí em mim e disse chega! Eu fiquei três anos sem beber, sem usar droga, sem nada. Parei! Eu me internei, porque eu vi que estava me prejudicando”. Até hoje frequenta o CAPS, onde buscou ajuda, e continua tomando medicamentos. Considera que o tratamento foi bom, “deu foco, sabia o que tinha de fazer e o que não tinha”. Assim, avalia que foi com o apoio obtido na ocupação e no CAPS que conseguiu realizar o curso superior. Enquanto morou na ocupação, utilizava o dinheiro do aluguel do “puxadinho” que fizera na casa da mãe na praia para pagar a faculdade. “Depois que eu entrei aqui na ocupação, eu ganhei força para estudar.”

O sonho de fazer o curso de Letras fora alimentado pelos elogios de uma professora da escola às suas redações. E, com o incentivo de “uma prima formada em história na PUC”, resolveu se matricular numa faculdade particular em Santo Amaro. Na graduação, conseguiu algumas bolsas de estágio no Programa Escola da Família, e foi se mantendo. A experiência de trabalhar com as crianças foi muito estimulante para ela: “me apaixonei pelas crianças”. Em 2017, concluiu o curso. No diploma consta Sérgio, o nome de nascimento. “Isso foi outro baque na minha vida! Eu pensei, será que o meu diploma foi jogado no lixo?” Na época em que ingressou, “não havia esse debate que está tendo agora”, a coordenadora disse que não havia legislação que os obrigasse a chamá-la pelo nome social. Agora “foi liberado a mudança, mas os cartórios ainda não sabem como fazer”.

Atualmente, Carol trabalha como camareira em um hotel, mas seu plano é sair em um ano, porque quer lecionar. “Eu vou ser uma professora bem pobre, vou querer mexer com o Rap, com o Funk. Quero falar que o Funk Malandramente mistura substantivos com outras coisas e é uma rima rica”. Numa inversão do poema de Manuel Bandeira, expressa a mudança que deseja: “eu estou farto do lirismo dos bêbados”. Em 2018, ela não conseguiu aulas na escola, “foram muitos professores e disseram que não sobrou vaga para mim”. A concorrência é grande, mas ela está determinada a conquistar um espaço. “Eu quero dar aulas, quero ter meu lugar ao sol. Esse acampamento me ensinou isso, que eu mereço e que eu preciso ter o direito.”

Carol coloca valor no estudo, porque considera essencial “ensina a pensar e a ter o dom da palavra. Eu aprendi a ser uma leitora crítica. Eu sou meio advogada do diabo, eu gosto de leituras de esquerda e de direita. Eu leio tudo!”. Lembra que a imprensa se “aproveitava da falta de instrução das pessoas para desmerecer o movimento”. Ela reconhece a ressonância desse

discurso na população local: “Eu vivi muito aqui dentro e nos arredores, então eu vi o que o povo pensava sobre esse lugar aqui. Eles chamavam de vagabundos, delinquentes, que aqui era ponto de prostituição. Eles tinham *n* fantasias sobre aqui, e desse movimento!”

A trajetória de Carol é marcada pela experiência da *desterritorialização*, que, por sua vez, está atrelada aos pontos de ruptura em sua vida, nos quais a transfobia aparece como um elemento estruturante e permeia, inclusive, as instituições sociais, empurrando-a para a marginalidade. Inicialmente, ela precisa romper com a família e a igreja, por não ter a sua sexualidade aceita. Passa, então, a viver de forma transitória nos lugares, sem constituir vínculos estáveis. Nesse percurso, está sempre vulnerável e se depara com a ausência de garantias institucionais: sofre violência urbana, tem sua dignidade desrespeitada na delegacia, no hospital, na faculdade, no mercado imobiliário, quando tenta alugar uma casa na periferia.

Para quem não tinha escolha a não ser lidar sozinha com as urgências do presente, o encontro de Carol com a ocupação significou alguma maneira de “reterritorialização” (em que pese sua trajetória rompida) e um horizonte político em que pode projetar sua vida afirmando-se e não negando-se. O pertencimento requer reconhecimento do outro, e é justamente isso o que a presença de Carol tensiona na ocupação. Não se trata apenas do espaço para morar. A ocupação representa um lugar em que, em primeiro lugar, ela sai do registro da violência: “eu estou há cinco anos nesse acampamento e nunca levei um tabefe”; em segundo, assegura-se o respeito à sua identidade e dignidade por meio de uma normatividade interna; em terceiro, onde ela tem acolhimento junto a algumas mulheres. Mesmo depois de ter deixado de morar na ocupação Nova Palestina, ela frequenta o espaço e participa da luta coletiva: “Eu não sei de nada, só sei que eu vou até o fim, querida! Não vou sair. Eu vou ficar, gostei. A luta é legítima. É lógico que é um movimento pluralista. Tem todos os tipos de pessoa, conheci muita gente”.

Quando conversamos, em 2018, ela se mostrou bem informada sobre o cenário político. Na sua opinião, era injusto o que fizeram com Dilma, por ela ser honesta, e a prisão de Lula “prejudica muito a luta”, mas não achava que fosse “possível fazer alguma coisa”. Sua aposta é na projeção eleitoral de Guilherme Boulos, que seria “a nova força”.

4.2. Trabalho e moradia nas margens da metrópole: a insegurança social como condição

Os trabalhadores sem teto são constituídos por famílias bastante heterogêneas na sua composição e arranjos inter-relacionais. Diferente do padrão tradicional, em que as famílias eram numerosas e baseadas no enlace matrimonial do casal, com claras divisões de gênero e

hierarquia interna centrada na figura paterna, o perfil encontrado nas ocupações acompanha as recentes mudanças socioculturais. São famílias menos numerosas, de em média 4 pessoas, a maioria sem vínculos matrimoniais formalizados, e com um grande percentual de divorciados ou separados, sendo frequente a presença de padrastos, madrastas, mães solteiras e famílias monoparentais. Para além desses aspectos, que se mostram relevantes na abordagem das lutas na esfera da reprodução, são as condições de trabalho e moradia que aproximam os integrantes das ocupações urbanas, na experiência comum da *insegurança social*.

Do ponto de vista do trabalho, conforme o levantamento realizado na ocupação, os sem-teto registram uma taxa de participação no mercado de trabalho (PEA) maior que a média da RMSP e, ao mesmo tempo, taxas de desemprego muito superiores. Esse contraste se repete em relação ao percentual de assalariamento e formalização das relações de trabalho, cujos valores são inferiores para os sem-teto. Por isso, é mais expressiva a quantidade de trabalhadores que sobrevive de “bicos”, trabalha “por conta própria”, ou está sem registro e, portanto, está fora da cobertura previdenciária. Ou seja, se inserem numa situação laboral mais frágil e insegura, com maior taxa de rotatividade, informalidade e desproteção social.

Tabela 5 – Situação de Trabalho dos Sem Teto em relação à RMSP

Características do mercado de trabalho	Ocupação Nova Palestina Jardim Ângela	RMSP
Taxa de participação (PEA)	68%	62,1%
Taxa de desemprego	36%	17,9%
Assalariamento	56%	68,5%
Trabalhadores formais	47%	88,2%
Cobertura previdenciária	44%	72,8%
Rendimento médio mensal dos trabalhadores formais	1 a 2 (salários mínimos)	R\$ 2.030,00
Principais setores empregadores	1º) Serviços e comércio: 68% 2º) Indústria e construção civil: 21%	1º) Serviços: 59,9% 3º) Indústria: 15,3%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados levantados em campo, dados da PED-DIEESE/Seade/MTPS para o mês de setembro de 2017 e do IBGE cidades (2017).

Acompanhando o padrão da RMSP, o principal setor empregador entre os integrantes da ocupação é o terciário. Entre as principais ocupações estão: diarista e emprego doméstico, pedreiro, trabalhador da construção civil, auxiliar de limpeza, cozinheiro, vendedor, segurança, porteiro, garçom, motorista, vendedor ambulante, operador de máquinas, auxiliar administrativo, telemarketing, agente de saúde, cuidador. Há uma presença majoritária de

funções domésticas (19%), construção civil (18%) e vendedores ambulantes²¹⁹. São ocupações cujo rendimento está entre 1 e 2 salários mínimos, e que tiveram maior expansão e formalização durante o lulismo (POCHMANN, 2012).

Ao analisar desdobramentos políticos e sociais das novas formas de inclusão produtiva surgidas nos últimos anos no capitalismo brasileiro, Braga (2012) circunscreve o *precariado* como a parcela de trabalhadores que Marx identificara como a “superpopulação relativa” (excluídos o *lumpemproletariado* e a população pauperizada). O precariado é caracterizado pelo autor como a “massa formada por trabalhadores desqualificados e semiquualificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados” (BRAGA, 2013, p.18). Essa definição estaria associada à “própria condição de existência do salariado”, em especial na periferia do capitalismo, marcada pelo “permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica” (BRAGA, 2012, p.17).

Analisando a situação dos trabalhadores sem teto, pode-se dizer que a insegurança social define sua condição de trabalhadores submetidos a baixos salários e oscilação entre emprego e desemprego, formalidade e informalidade. Essa oscilação indica que eles não estão excluídos do mercado de trabalho, mas cumprem uma função relevante para garantir menores custos salariais. Sua situação flutua conforme a conjuntura econômica, e costumam ser os primeiros afetados pela crise e o desemprego, como pude constatar em 2016, quando a crise se agravou²²⁰, fazendo com que a recorrência do desemprego aumentasse nos meus registros de campo.

No entanto, se, por um lado, eles carregam o traço histórico da precariedade no trabalho, própria aos países periféricos, por outro lado, vivenciam um modo de inserção urbana distinta daquela da industrialização. A emergência do trabalhador sem teto aponta a insegurança habitacional como ameaça à existência urbana dessa parcela de trabalhadores precarizados.

O principal motivo apontado pelos integrantes da ocupação para participarem da ação de ocupar era “sair do aluguel” (59%), seja porque o valor era muito alto, seja porque a renda era incerta. A renda familiar dos integrantes da ocupação é inferior a 3 salários mínimos, sendo que 20,4% recebe menos de um salário mínimo, e a informalidade é alta. Vale observar que nessa faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos se concentra 82,5% do déficit habitacional nacional (FJP, 2015, p.39). O aluguel é o item mais caro do custo de vida dessas famílias,

²¹⁹ Ver apêndice A.

²²⁰ Em 2016, a taxa média de desemprego saltou de 8,5 para 11,5% (8,6 milhões de desempregados), segundo dados da pesquisa Pnad contínua do IBGE (2016).

corroendo mais de 30% da renda familiar em 80% dos casos analisados. Ao comprometer tanto o orçamento familiar, ele se torna um dos grandes dramas dessas pessoas, e coloca em risco a própria manutenção delas na cidade.

*Gráfico 1 – Variação do rendimento médio real dos ocupados(as) na RMSP X Índice FipeZap de São Paulo para venda e aluguel de imóveis**

*Nota: valores deflacionados em número índice (base: média de 2008 = 100)

Fonte: DIEESE (2017), a partir de dados ICV-DIEESE, PED/Seade – DIEESE, FIPE, IPEADATA. Deflacionado pelo ICV-DIEESE, extrato geral, valores de agosto de 2017

Uma das principais mudanças observadas no percurso social dessas famílias diz respeito aos modos de habitar a cidade e suas formas de sociabilidade. Trata-se de um quadro distinto do que se teve no momento da expansão periférica, em que o trabalhador fordista, migrante, passava um tempo na rede de solidariedade familiar e logo adquiria um terreno barato, realizava autoconstrução e fixava-se no bairro periférico. Na ocupação Nova Palestina, cerca de 73% são migrantes, com forte fluxo da Bahia (44%), porém, 30% deles estão em São Paulo há mais de trinta anos e apenas 10% migrou há menos de 10 anos. Por outro lado, o percentual de migrantes ser superior ao do próprio Jardim Ângela – que corresponde a 49,7%, de acordo com de Fontes (2018) – reforça o argumento de que as mudanças no padrão de urbanização dificultaram a fixação habitacional, de modo que o migrante não tem endereço certo²²¹.

Conforme a questão habitacional se generaliza pelas principais cidades brasileiras, fica evidente sua desarticulação da questão migratória e sua relação com outros processos ligados ao modo de produzir a cidade. O caso de São Paulo mostra que, se até os anos 1980 as famílias optavam por construir a própria casa na periferia em lugar de pagar aluguel na região central

²²¹ No levantamento que fiz, 41% dos integrantes da ocupação tinham mudado de casa mais de seis vezes.

(BONDUKI, 1984), após a consolidação dos bairros e o esgotamento da expansão periférica, alugar uma casa na periferia tornou-se a única possibilidade para as famílias de baixa renda. Daí a relevância, na periferia, dos “puxadinhos” feitos pelos primeiros moradores, muitas vezes, como alternativa de renda. Entre as famílias entrevistadas na ocupação, 48% moravam em casa alugada, 35% já haviam se mudado para a ocupação, e os demais estavam em situações transitórias (áreas de risco, “invasões”, ou em situação de favor)²²².

Sendo ou não migrantes, a trajetória dos sem-teto passa por um fluxo “migratório” interno à cidade, impulsionado pelo desemprego, pelas remoções de favelas em áreas valorizadas, ou encarecimento do aluguel. Circulando pela cidade entre uma casa alugada e um lugar improvisado, os sem-teto vivem assim a *insegurança habitacional*, o que os torna mais vulneráveis à conjuntura política e econômica.

Não só a inserção laboral frágil e precária no mercado de trabalho, como também a vulnerabilidade habitacional reflete as desigualdades socioespaciais e seus traços raciais e de gênero²²³. Conforme o levantamento que realizei na ocupação Nova Palestina, cerca de 80% de seus integrantes são negros ou pardos, valor muito superior à média da cidade de São Paulo, que registra 37% dessa composição racial, segundo o IBGE²²⁴. Portanto, são trabalhadores que estão nas margens da cidade e da sociedade, os primeiros a serem afetados pelo desemprego, pelo aumento do custo de vida e pela violência; sua dignidade humana é constantemente ameaçada, e sua sobrevivência é cotidianamente negociada.

Podemos dizer, assim, que a base social do movimento é composta por famílias da classe trabalhadora, predominantemente negra, que vivem a *insegurança social* como condição. Ainda que as experiências relatadas sejam variadas, todas conduzem a uma situação semelhante, pela qual se encontram na ocupação, levados pela *instabilidade* que vivem em relação ao trabalho e às *incertezas* do habitar. É nessa condição de sem-teto e por causa dela que eles chegam às ocupações do MTST. Já as possibilidades da política são dadas por outras variáveis.

4.3. Produção e reprodução social: fronteiras entre o trabalho e a vida urbana

²²² Ver Anexo A.

²²³ 41% dos entrevistados da ocupação afirmaram já ter passado por alguma situação de preconceito ou humilhação por serem pobres, uma incidência maior que a do fator negro (20%) ou mulher (14%), mesmo sendo os ocupantes, em sua maioria, mulheres e não brancos.

²²⁴ Dados disponíveis no relatório *São Paulo Diverso* e pode ser acessado em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/igualdade_racial/arquivos/Relatorio_Final_Virtual.pdf Acesso em 20 jan. 2019.

Nos últimos 30 anos, a forma de acumulação de capital e o trabalho mudaram muito, alterando as condições de organização dos trabalhadores. Para Braga (2012), o novo estatuto do trabalho fragmentou-o e destituiu-o das formas de solidariedade fordista, o que gerou uma crise sindical que afeta a capacidade de os trabalhadores se organizarem. A organização sindical não tem respondido adequadamente à atual configuração do trabalho e, como visto entre os trabalhadores sem teto, não alcança os trabalhadores mais vulneráveis no mercado de trabalho, nem consegue transpor os limites burocráticos atrelados ao trabalho formal.

A relação capital-trabalho, típica do paradigma fordista, pautada pelo trabalho fabril, com suas mediações formalizadas e bem definidas nunca foi plena nos países da semiperiferia do capitalismo, porém, a partir da reestruturação produtiva, ela deixa de ser a referência e cede espaço à uma multiplicidade de situações, e também a uma nova subjetividade social.

O que se convencionou chamar de classe trabalhadora sempre foi um conjunto heterogêneo, mas hoje a complexidade do sistema produtivo e a multiplicidade de vínculos de trabalho aumentam sua fragmentação. Os trabalhadores estão majoritariamente alocados no setor de serviços, o qual inclui um vasto universo de atividades, desde o antigo trabalho doméstico até o trabalho digital, passando pelo crescimento do chamado *care*. Ao mesmo tempo, multiplicam-se as formas de contratação, aumenta a rotatividade e o desemprego, flexibilizam-se condições de trabalho e estimula-se a disputa entre trabalhadores. A introdução da “indústria 4.0”, que implica a substituição do trabalho vivo pelo morto, e a “uberização do trabalho”, que envolve plataformas digitais para contratação e controle da produtividade, tem ampliado o desemprego estrutural e a precarização do trabalho (ANTUNES, 2018). Muitos trabalhadores, como é o caso de grande parte dos que estão nas ocupações, passam a buscar modos de sobrevivência por meio de iniciativas individuais, microempreendimentos, produção familiar, “bicos” e até os mercados ilícitos. É o *trabalho sem forma*, como sugere Oliveira (2015), que se generaliza.

Longe de constituírem uma espécie de resquício do atraso, esses trabalhos precarizados resultam da moderna dinâmica do capital, que atualiza formas primitivas de acumulação de valor, como observa Harvey (2005). No plano analítico, a categoria informalidade, que operava na perspectiva do trabalho formal, foi sendo substituída pelo par empregabilidade/empreendedorismo no debate público e acadêmico, cuja narrativa desloca a responsabilidade de inserção econômica e inclusão no mercado de trabalho para o próprio trabalhador (MACHADO DA SILVA, 2002). O sucesso ou fracasso profissional e a prosperidade econômica passam a ser atribuídas exclusivamente à atitude individual de cada

um. Assim, qualificar-se e tornar-se empregável, bem como tornar-se um empreendedor foram se tornando imperativos da realidade dos trabalhadores das periferias urbanas. O *empreendimento de si*, enquanto formação de capital humano ou atitude profissional, foi progressivamente sendo assimilado, modificando também a autoimagem do trabalhador.

Evidentemente, o trabalho continua sendo central e estruturante na sociedade, porém, a experiência do trabalho não tem produzido condições de organização política, em parte, justamente, porque conforma uma subjetividade individualizante e competitiva. Além disso, os trabalhos hoje disponíveis para a maioria das pessoas são precários, estafantes e, muitas vezes, humilhantes, quando não ligados ao crime. Dificilmente criam identificação ou autoafirmação coletiva, especialmente, numa dinâmica social neoliberal que desafia a sobrevivência material, social e psíquica.

O que os relatos dos trabalhadores sem teto nos mostram é que a própria figura do trabalhador, na acepção clássica, está sendo interrogada enquanto elemento mobilizador dessas subjetividades na constituição de vínculos de pertencimento. Mostram ainda que a experiência do trabalho no Brasil é perpassada por machismo e racismo, como elementos *estruturantes* das relações sociais. É preciso reconhecer que a classe trabalhadora no Brasil tem traços negros e feições femininas e, portanto, deve ser entendida em termos de *co-formação*, como sugere Falquet (2008)²²⁵. A ocupação Nova Palestina é composta, majoritariamente, por mulheres negras periféricas e precarizadas, que trabalham fora cuidando dos outros e prolongam a jornada em casa cuidando da família, muitas vezes, sozinhas e sem garantia de creches para os filhos.

Enquanto as relações de trabalho são desreguladas e degradadas e a exploração se generaliza, as condições de reprodução da vida se tornam individualizadas e mercantilizadas, aumentando seu custo, especialmente nos grandes centros urbanos. Os sistemas de seguridade social, bens públicos e coletivos e o próprio espaço urbano vão sendo atravessados pelo capital, por meio da flexibilização das relações de trabalho, da privatização dos serviços públicos e da mercantilização do solo e da habitação. Essa é a situação da moradia nas grandes metrópoles, tornada um meio de exploração, bem como os espaços da cidade que, ao se valorizarem, tornando-se objeto de especulação financeira, sobrepõem o valor de troca ao seu valor de uso.

Conforme os modos de prover a vida são atravessados pela lógica do capital, aqueles que não cabem na racionalidade neoliberal são ameaçados. O crescente domínio do capital

²²⁵ Falquet (2008) opera a noção de *relações de poder* e propõe a hipótese da *co-formação* das relações sociais de sexo, raça e classe, entendendo que elas não são sobrepostas, mas resultantes da conformação entre relações de exploração assalariada e relações de apropriação (servidão, escravidão, sexagem), combinando diferentes formas de extração de trabalho.

financeiro e a perda de centralidade da produção fabril, mediante a dinamização das áreas de conhecimento e tecnologia, diversificam as formas de exploração. Como visto no capítulo 1, com a preponderância do capital financeiro, a circulação do capital adquire maior relevância nos processos de produção e extração de valor. Diante disso, diversos autores do campo marxista têm enfatizado a necessidade de desenvolver elementos não tratados por Marx ao explicar o ciclo do capital – tais como aspectos da distribuição (juros, aluguéis, impostos, salários reais e taxas de lucro) e do consumo (a vida em comum, o valor de uso), bem como a relação metabólica com a natureza.

À medida que o conjunto da vida se torna fonte de extração de valor e todos são explorados, como dizem Negri e Hardt (2005; 2009), as fronteiras entre a esfera da produção e da reprodução são borradas. Elas nunca foram dicotômicas, ambas são necessárias à sustentação do modo de exploração capitalista, entretanto, mesmo os trabalhos ditos improdutivos, que produzem apenas valor de uso passam a ser requisitados no circuito do sistema de trocas. Isso acentua as contradições entre produzir a vida material e viver. Nesse sentido, a emergência da figura do trabalhador sem teto coloca em voga não apenas a insegurança habitacional que ameaça a existência urbana de uma parcela dos trabalhadores pobres, como as contradições entre produzir e habitar a cidade. Como vimos, boa parte dos trabalhadores sem teto atuam na produção cotidiana da cidade ou extraem do espaço urbano e seus fluxos meios de sobreviver. No espaço urbano, as fronteiras entre a produção e a reprodução social se confundem na ação de produzir a cidade, a qual é, ao mesmo tempo, vital e fonte de produção e extração de valor.

Tudo isso implica uma nova espacialidade do trabalho e dos conflitos sociais. Não são mais as grandes unidades fabris, concentradas em determinados lugares que organizam a vida produtiva e os fluxos da cidade. Como observa Telles, a experiência social vai se constituindo num outro diagrama de relações e referências que redefinem fronteiras e territórios.

O desemprego intermitente e prolongado, o emprego incerto e descontínuo, esse constante entra-e-sai do mercado, tudo isso vai alterando e desestabilizando as referências que pautavam e ritmavam a vida social – os tempos do trabalho e os “tempos da vida” (individuais e familiares) perdem as sincronias que os dispositivos disciplinares do mundo fordista impunham, ao mesmo tempo em que se esfacelam as fronteiras dos espaços/tempos públicos de trabalho e os espaços/tempos privados do não-trabalho. Se é verdade que a desconexão entre trabalho e empresa já faz parte da paisagem social, se é verdade que a empresa perdeu seu poder de gravitação como locus de investimento subjetivo, isso significa que os tempos da vida e os tempos do trabalho tendem a se articular sob novas formas não mais contidas nas relações que antes articulavam centro-periferia, emprego-moradia, trabalho-família, trabalho-não-trabalho. Eram binaridades que pautavam os ritmos da vida social, tendo por referência o trabalho com suas regularidades e os disciplinamentos impostos pelas formas de emprego. Mas, então, talvez seja necessário se desvencilhar dessas binaridades, assim como a do formal-informal, para apreender a nervura própria do campo social. Talvez seja por aí que possamos decifrar o modo como as

reconfigurações do trabalho também redesenham mundos sociais e seus circuitos, os campos de práticas e relações de força que fazem a tessitura da cidade e seus espaços. (TELLES, 2006, p.96-97).

Com a “perda do consenso” em torno do assalariamento, como o amálgama entre produção e reprodução social, e a consequente perda de uma gramática política (MACHADO DA SILVA, 2002), é preciso restabelecer a unidade dos sujeitos, superando a divisão entre o trabalhador no mundo do trabalho e o indivíduo na sua vida cotidiana. Nessa perspectiva, tentei entender as novas formas de organização e possibilidades da política, focalizando as condições de vida dos trabalhadores sem teto.

No contexto em que as representações políticas não correspondem à experiência e urgência dos representados e os horizontes estão encurtados, a ocupação urbana promove o encontro possível entre sujeitos “desterritorializados”. Podemos dizer, assim, que a composição do MTST está na fronteira entre a tradicional classe salariada e sindical e outra, cuja prática de ganhar a vida não se conforma aos binarismos outrora operantes. A experiência comum na trajetória daqueles que chegam à ocupação é a insegurança social do trabalho e do habitar, decorrente das transformações no mundo do trabalho e da generalização das relações de mercado, que desestabilizam suas formas de vida. E, se a “viração” já era repertório constituído como estratégia de sobrevivência daqueles que sempre estiveram nas franjas do mercado de trabalho, a insegurança habitacional é uma condição mais recente, na qual o expediente das ocupações é atualizado.

Se, por um lado, o mundo pós fordista carrega contradições, como aquelas apontadas por Hardt e Negri (2009) em suas formulações acerca da produção do comum, por outro lado, elas ganham traços distintos em cada contexto social. Nas periferias do sistema capitalista, o comum, assim como os recursos “naturais” e a própria terra, são essenciais à sobrevivência de grande parte da população não integrada aos circuitos mais avançados da economia, o que instaura um conflito vital. Além disso, é o trabalho de reprodução social (trabalho doméstico não remunerado, atividades não monetizadas, produção de valores de uso, etc.), estruturalmente à cargo das mulheres, que tem sinalizado práticas politizadoras. Nesse sentido, alguns autores têm enfatizado que o comum desde uma perspectiva feminista, das lutas feministas e práticas femininas dos cuidados como experiências que escapam ao princípio do mercado e ao capital.

No contexto em que o neoliberalismo opera como uma racionalidade subjacente a todas as dimensões da vida (DARDOT e LAVAL, 2016), cujos efeitos são o dilaceramento dos vínculos sociais e a produção de uma subjetividade individualizante, então, os modos de resposta a essa *governamentalidade* implicam tensionar a normalização disso e produzir formas

de existência e resistência. As ocupações de sem-teto nas periferias de São Paulo se colocam nessa dimensão mais imediata e cotidiana da vida, forjando um espaço de encontro compartilhado, como resposta às urgências da vida e ao dilaceramento do tecido social pelas transformações do mundo do trabalho e da crise urbana. Reintroduzem, assim, a questão elementar de pensar modos de produzir a vida em comum. Para explorar um pouco melhor essa experiência organizativa, no próximo capítulo, abordaremos o *espaço vivido* na ocupação.

Imagens 12 e 13 – Ato contra o racismo, Jardim Ângela (20/11/2014)

Fonte:
Facebook
(Nova
Palestina)

CAPÍTULO 5 – OCUPAÇÃO VILA NOVA PALESTINA: FRONTEIRAS DA POLÍTICA

São tantas Marias,
 Maria que chora
 Maria que ri.
 Maria que cresce,
 Maria nasci.
 Maria que vence e que comemora.
 Maria da Graça, Maria Aurora.
 Maria que sofre e não desiste.
 Maria Maria,
 Maria que existe.
 Maria das Dores e da Conceição.
 Dom de ser Maria não se aprende não.
 Maria da Luz em uma senzala.
 Maria do Amparo, não me deixe agora.
 Maria do Socorro de toda a nação.
 Maria do Livramento foi quem libertou a escravidão.
 Maria dos Prazeres que segue a sentir.
 Maria é Maria sempre sem medo.
 Maria Regina rainha do gueto.
 Maria Bonita filha do sertão.
 Do ventre de Maria nascerá a revolução.
 (J.B. – Revista Territórios Transversais, 2015, p.29)

As ocupações urbanas são a expressão política mais visível dos movimentos de sem-teto e representam um elo entre o ciclo político de democratização e o pós-junho de 2013. É na reformulação desse repertório de luta que o MTST se constituiu e se consolidou, aprendendo a se mover nos territórios periféricos. No capítulo anterior, destaquei as ocupações como espaços de *encontros* de trabalhadores cujas trajetórias são atravessadas pela insegurança social. Neste capítulo, focalizo a experiência da ocupação Nova Palestina como uma prática de produção do espaço urbano exercida na *vida cotidiana* de seus integrantes, a qual pode ser observada como uma experiência de politização mediada pelo *espaço vivido*²²⁶.

Vimos como as mudanças nas relações de trabalho e nas configurações do espaço urbano influíram sobre modos de sociabilidade, desarticulando espaços de convivência e de solidariedade. Nesse sentido, a ocupação emerge como espaço de encontro possível; porém, a política ali não está definida *a priori*, ela precisa ser construída, o que é feito por meio da experimentação social motivada pela necessidade, curiosidade ou desejo. A política é feita, assim, na intersecção entre a produção da vida e a luta nas ruas. São essas experimentações que pretendo destacar nas páginas a seguir.

²²⁶ Remeto aqui aos conceitos de Henri Lefebvre apresentados no capítulo 1.

Com base no trabalho etnográfico, procuro apreender as possibilidades da *política* nesses espaços coletivos, colocando foco nas relações sociais e tensionamentos produzidos na dinâmica da vida cotidiana. Portanto, a reflexão sobre a experiência da ocupação enfatiza suas dimensões relacionais e processuais, atentando à sua materialidade e ao seu cotidiano vivido. Isso posto, procuram-se evitar os entendimentos deterministas que apontam para a desolação da miséria ou a utopia comunitária; não se trata de ler essas experiências numa chave moral, e sim de registrar modos e práticas criadoras. Em perspectiva dialética, proponho entender as ocupações como *mediações políticas*, por permitirem tensionar relações de dominação, abrindo brechas para a produção de *espaços outros* de subjetivação²²⁷ e *espaços do comum*²²⁸, contrapostos à racionalidade neoliberal e seus imperativos do mercado e da propriedade.

A relação entre espaço, subjetividade e política é presente nas formulações de Foucault (2013), que, da mesma forma que Lefebvre, considera que, no século XX, a categoria espacial deixou de ser subordinada ao tempo linear, o que implicaria considerar a justaposição dos espaços em lugar do espaço homogêneo. Assim, utilizando-se da noção de *heterotopias*, ele sugere a potencialidade política de pensar *espaços outros* enquanto multiplicidades de sentidos e de temporalidades. Seguindo essa trilha, os estudos sobre gênero têm discutido como os feminismos criam modos de existência, renovando o imaginário social sobre a cultura feminina e práticas feministas²²⁹. Em sua pesquisa sobre as quilombolas, Mariléa Almeida constrói a noção de “território dos afetos”²³⁰, para tratar de práticas de mulheres negras que, ao transmitirem saberes, fortalecem laços entre as pessoas e os territórios onde vivem. Ela observa que essas ações ampliam espaços de subjetivação pelos deslocamentos de sentimentos provocados por dispositivos racistas, sexistas e classistas que incidem em seus corpos e territórios. Almeida (2018b) propõe abordar a noção de território em sua materialidade física, simbólica e subjetiva.

Os territórios de afetos, compreendidos como criações do presente, referem-se às práticas construídas pelos deslocamentos dos sentimentos relacionados tanto à

²²⁷ Em oposição à tradição cartesiana, a partir de uma crítica à filosofia do sujeito, Foucault sustenta que o sujeito não é uma substância ou um dado, mas uma forma construída por saberes e práticas historicamente situados. Além disso, ele concebe os modos de subjetivação como práticas de constituição de si que, simultaneamente, referem-se aos modos como o indivíduo aparece como objeto dos discursos ou práticas e à subjetividade ética concernente às formas como ele participa de sua construção enquanto sujeito moral.

²²⁸ Remeto, novamente, ao capítulo 1 e à discussão sobre o comum, a partir de Dardot e Laval.

²²⁹ Refiro-me aqui, especialmente, à linha de pesquisa Gênero, Subjetividades e Cultura Material, coordenada por Margareth Rago, na Unicamp, a qual se apoia nas teorizações feministas, com enfoques em Foucault e na Filosofia da Diferença.

²³⁰ Conforme a autora, são “práticas compreendidas como um campo de ação política que se exprime pela manutenção, pela criação ou pela redefinição de espaços potencializados para aqueles que vivem nos territórios quilombolas.” (ALMEIDA, 2018b, p.32-33)

materialidade da terra - seja o medo de perdê-la, seja o cansaço da espera jurídica, seja o orgulho de preservação - quanto aos dispositivos dominantes de poder, que se baseiam nas exclusões de raça, de gênero e de classe (ALMEIDA, 2018b, p.34)

O trabalho de Almeida (2018b) nos inspira a pensar a experiência das ocupações urbanas enquanto territórios constituídos por um conjunto de práticas vividas, sobretudo pelas mulheres, e que escapam à objetificação do outro no processo de politização, permitindo assim deslocar modos de subjetivação. Trata-se de colocar em evidência a própria feitura cotidiana do coletivo, que é tecido nas fronteiras entre vida e política.

5.1. A ocupação Nova Palestina e a produção do espaço comum

O termo *ocupação* carrega uma disputa de sentido pela nomeação do ato de ocupar. Os movimentos sociais buscam diferenciá-lo de *invasão*, para afastar-se do discurso jurídico-policial que identifica esse ato como crime contra a propriedade privada. Assim, o termo traduz, desde logo, um confronto entre os direitos à propriedade e à moradia, expressando a tensão entre a lógica policial e o direito à vida. Mas ocupar é, também, produzir um *espaço comum*, ou ainda, como sugere Agier (2015), “fazer cidade”. E essa construção se faz nas fronteiras dos ordenamentos urbano e legal.

*Cena – Ocupar: ato de fazer cidade*²³¹

Na madrugada do dia 31 de novembro de 2013, no “fundão” do Jd. Ângela, quase divisa com Itapecerica da Serra, amanheceu a ocupação Vila Nova Palestina. Inicialmente, cerca de 2 mil pessoas entraram no terreno vazio e ergueram os primeiros barracos de lona preta e bambu, para reivindicar moradia. A entrada foi rápida e repentina, sem alardes, mas cheia de tensão. A polícia chega a qualquer momento, isso é certo e todos sabem. O esforço, então, é contra o tempo: erguer a ocupação e exigir o cumprimento das garantias de integridade quando ela vier. O movimento já conhece bem o procedimento para consolidar uma ocupação.

Nos dias seguintes, a movimentação é intensa e o crescimento, vertiginoso. A notícia da “invasão” corre por morros, becos e favelas dos bairros vizinhos. Para ocupar um terreno tão grande, parentes, amigos e vizinhos são chamados pelos integrantes. Os motivos para virem são óbvios e de ordem prática: “Isso aqui é para quem precisa, quem paga aluguel, quem vive de favor, e quem não tem onde morar”, enfatiza um coordenador da ocupação. E eram muitos

²³¹ Relato baseado em registros de campo e levantamento junto à imprensa e mídias em geral.

nessa situação. A fila para o cadastro se acumulava. Em poucos dias, 8 mil famílias plantavam barracos de lona nas margens da metrópole, depositando ali a esperança de dias melhores.

A imensa maioria dos que chegam à ocupação não tem nenhuma experiência política anterior, e o grupo de militantes do MTST é pequeno. É preciso constituir coletivos que se auto-organizem, deleguem tarefas, desde a organização de famílias, definição de grupos, alimentação, segurança, informações e disciplina, até as negociações com o Poder Público, a relação com a imprensa e a garantia de infraestrutura. Uma estrutura interna é organizada pelos integrantes da ocupação, que cooperam com seus conhecimentos e práticas. “Aqui é igual formiga no formigueiro, um ajudando o outro”, diz Seo Valdir, enquanto cava para fundar o barraco do vizinho que acaba de conhecer. Assim, organizam núcleos de barracos com cozinha e banheiros coletivos, alinham ruas, instalam iluminação clandestina e providenciam água para os espaços comuns. Nesse momento, não há divisão de terras e apropriação individual, a ocupação é comum a todos. O MTST adota como prática de intervenção urbana a construção de *ocupações transitórias*, o que teria por pressuposto evitar a favelização e obter moradia digna e urbanizada.

Dias depois, o imenso terreno foi sendo preenchido por lonas coloridas, formando um grande mosaico nas bordas da cidade, que se põe em movimento, diluindo fronteiras entre o rural e o urbano, o meio ambiente e os seres humanos, as divisões territoriais e administrativas, o legal e o ilegal. E os pioneiros reconhecem seu feito heroico: “quando nós começamos aqui não tinha nada, só barro e água, e para ‘puxar’ água foi uma luta”, conta Jonas, que apresenta a ocupação. “Aqui é a Paulista”, a via central, “ali a Brigadeiro”, aponta à esquerda, “lá a Faria Lima”. Ele ri e se diverte com a cidade (re)inventada. Dona Maria indica o espaço coletivo onde ocorrem as reuniões e confraternizações, “ali é o MASP”.

Diariamente, os integrantes da ocupação se reúnem em uma assembleia, na qual são repassadas orientações sobre a ocupação e informações sobre a situação da negociação das moradias. Na primeira, escolheram o nome da ocupação: “Vila Nova Palestina”. “Porque é uma área de conflito social, assim como aqui”, explica J.B., militante do MTST e coordenadora geral da ocupação.

5.1.1. Da “invasão” à ocupação: entre o individual e o coletivo

O terreno da ocupação Nova Palestina é amplo e sua ocupação se distribui em torno de três partes, conforme a adequação da morfologia do terreno. Existe apenas uma entrada, a qual dá acesso para uma travessa da Av. M’Boi Mirim. Essa rua fracionou o terreno numa parte maior, onde hoje está a ocupação, e uma menor, que chegou a ser ocupada e incluída no projeto

de moradia como espaço para a construção de creche e praça. Com o tempo, sem financiamento do poder público para o projeto e com a redução de seus integrantes, a ocupação organizada se manteve apenas na porção maior do terreno. A outra parte foi se consolidando como favela, com moradias precárias e irregulares e algumas “biroskas”. Como são vetados os comércios na ocupação, na área em frente surgiram estabelecimentos que atendem os ocupantes: padaria, bar, material de construção etc.

Apesar de ambas decorrerem de ocupação e estarem no âmbito do irregular, as áreas são claramente distintas uma da outra. Na ocupação do MTST, há moradias provisórias, barracos simbólicos sem infraestrutura e alvenaria. Regras e princípios definem a permanência ou não de seus integrantes no espaço e no coletivo. A maior concentração de barracos fica na parte da frente da ocupação; mais ao meio, fica a “praça central”, onde são realizadas as assembleias e eventos, e, em torno dela, há um palco, o barracão principal com cozinha coletiva e um conjunto de barracos. Duas trilhas principais dão acesso aos barracos ao fundo, onde alguns moradores plantam hortas ou praticam outras atividades laborais, como consertos em geral. Na entrada principal, o “setor de segurança” controla o acesso à ocupação.

A diferença entre as duas áreas não se limita à configuração do espaço, mas ao próprio significado do ato de ocupar. Sempre que se chega à ocupação, seus membros a diferenciam do outro terreno, dizendo que esta é uma “ocupação”, não uma “invasão”, ou seja, que o local não é uma favela, e que há uma organização coletiva atribuindo legitimidade à presença deles lá.

São sempre os relatos da chegada à ocupação que guardam registros mais precisos e recorrentes nas narrativas dos ocupantes sobre sua experiência no local. Eles mencionam o dia e, às vezes, até o horário em que chegaram, destacando quando descobrem que a ocupação tem alguns princípios organizativos, entre eles, o de não individualizar a posse da terra.

À primeira vista, as pessoas já entravam dessa forma, nós não sabíamos como é que era nem como funcionava: invasão, onde? quem é esse pessoal? Meu pai e alguns colegas dele passaram na frente e viram que estava aquela coisa, gente entrando, uma bagunça. Não é tão bem organizado, as pessoas descem, entram e começam a fazer aquela barulheira. Ele me ligou e disse o que estava acontecendo: ‘você vem?’. Eu disse: pai, eu não vou hoje, vou só amanhã. Isso aconteceu no dia vinte e nove e eu vim no dia trinta, cheguei no sábado. Quando você chega, você não tem essa ideia de moradia: vou lá para ocupar um pequeno espaço organizado, com princípios. Isso não existe, você quer entrar lá dentro, pegar o seu pedaço, pronto e acabou. *Se tem alguém roubando terra ou invadindo, essas pessoas somos nós, no nosso pensamento.* Eu entrei aqui, imediatamente fui no depósito, comprei uma fita zebra e já disse: vamos colocar em tudo quanto é lugar aqui. Tanto que, no final da brigada três, lá baixo no vazezinho que tem lá, *eu fechei tudo.* Meu pai, também, fechou um pedaço para ele e eu já vim com o meu filho mais velho e o coloquei aqui também. Depois, fomos vendo que não era desse jeito. Quem falou que não era dessa forma foi o Zezito, um antigo da ocupação e do movimento. Ele disse: ‘não é desse jeito que vocês vão fazer’, nós estamos ocupando lá na frente o terreno inteiro, mas não é desse jeito. Nós vamos

explicar para vocês. Na hora, eu fiquei meio arredio: isso aqui é meu e você está querendo tirar? Quem é você? Ele disse que era uns dos coordenadores do movimento. O meu pensamento, era: vamos pegar terra mesmo, é pra mim, pronto e acabou. *Existe um pré-egoísmo*, porque você quer só para você. Se entra eu, você e ele, eu vou querer o pedaço maior independente do que você pegou. Assim que você entra, você acha que vai pegar o maior e pronto. *Mesmo sem ter a condição de construir*, seu pensamento já lhe traz essa visão. *Um castelo pronto que não existe, na verdade...* Nós ficamos aqui e, por volta das onze horas, eles conversaram com a gente. Havia feito uma assembleia antes e eu não sabia, me avisaram depois. Sendo assim, eu entrei, e eles me tiraram lá de baixo. Foram muito simpáticos, souberam conversar conosco e nós entendemos. Cada movimento tem uma forma de conversar e lidar com o povo. Trouxeram aquele montão de gente para cá e fizeram uma assembleia de tardzinha, no sábado, e, depois, no domingo com muito mais gente. (Marcos, coordenador/ocupante da Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 07/07/2018)

A atitude recorrente dos que chegam pela primeira vez à ocupação é de, rapidamente, cercar um ou mais pedaços de terra e defender a posse dela, uma prática comum nas “invasões” espontâneas e, muitas vezes, movida pela lógica do “salve-se quem puder” dos contextos de sobrevivência. Como diz Marcos: no imaginário popular, “toda a terra tem dono” e lei é sinônimo de punição. Não está posta, portanto, outra possibilidade de ocupar o espaço senão por meio da apropriação privada, de modo que, num primeiro momento, Marcos se coloca como “invasor” e em disputa com os demais ocupantes pela posse individual da terra.

Mas a ocupação organizada põe em confronto a expectativa da apropriação individual e o encontro com outra possibilidade de apropriação do espaço. Nesse momento, as pessoas que chegam motivadas pelo “oportunismo da situação” acabam desistindo da ocupação. São os chamados “andorinhas”, segundo os militantes do MTST. A grande maioria, contudo, adere à proposta, e são quem a transforma em prática. Foi assim com Cleusa e Jaílson, que também não sabiam como funcionava a organização do MTST quando começaram a participar, mas, conforme foram acompanhando as reuniões e entendendo como funcionava, resolveram ficar.

[pergunta - quando você veio para cá, estranhou o esquema da ocupação?] Sim, *estranhei*. [pergunta - na hora o que achou?] Nós *temos que aprender de tudo*, enfrentar a vida do jeito que ela vai levando a gente. Por isso, eu pensei: se o nosso objetivo é, um dia, conseguir as coisas dessa forma, *vamos enfrentar. O que nós íamos perder?* Eu não estava pedindo nada para ninguém. Esse foi o meu pensamento e o dele [Jaílson]. Não estavam cobrando nada de nós (Cleusa, ocupante da Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 12/03/2018)

Na verdade, como mostra a maioria dos relatos, os ocupantes percebem um sentido prático naquela forma de ocupação organizada. Como diz Cleusa: o que tinha a perder? E, nessa condição de sem-teto, é mais racional não instituir a desigualdade entre si, como observa Jonas.

[Você já conhecia o MTST quando veio para a ocupação?] Não conhecia, mas agora que eu estou não quero mais sair não. Nunca tinha ouvido falar, tanto que eu vim e não achava que era assim, achava que era uma invasão e cada um cercava um terreno.

Aí veio o cara do movimento e explicou tudo... [O que você achou disso?] Eu entendi, acho que é melhor, porque se fosse no esquema de loteamento, vem um pega um pedaço maior que o outro, aí uns constroem casas grandes, outros ficam no barraquinho... Apartamento não é meu sonho de consumo, não gosto de condomínio, eu prefiro uma casa, mesmo que se seja mais longe, mas se essa é a solução para todos... (Jonas, 32 anos, ocupante da Nova Palestina, entrevista em 12/06/2017)

Ao se deparar com a proposta de ocupação coletiva do MTST, tanto a instituição da propriedade quanto a individualização da posse são tensionadas, o que permite desnaturalizar a ordem operante na prática dos sujeitos e experimentar outras formas de uso do espaço. Isso se expressa pela vocalização do termo “ocupação”, que substitui “invasão”, redefinindo o ato de ocupar. Se, no primeiro momento, a transgressão da ordem se deve à necessidade material e é movida pela coragem, no segundo, ela é compreendida na esfera da política.

Ao afastar a prática da ocupação da apropriação individual da terra, localizando-a como uma ação política pelo direito à moradia, o movimento busca legitimar o ato de ocupar, tensionando o ordenamento jurídico. Com isso, é a luta coletiva que ganha centralidade na ação dos integrantes da ocupação. O relato de Marcos, cinco anos depois da ocupação, revela como essa experiência modificou sua percepção, dando outro sentido à organização coletiva.

Você sabe do seu direito social, do seu direito de ir e vir, do direito de estado: os governantes têm que garantir os nossos direitos, por lei. Você é um governante, deputado estadual, vereador, parlamentar? Você [governo] faz para mim! Eu sou o seu patrão e não você o meu. Enquanto as pessoas são leigas, elas acham que eles são os donos da coisa e não é, quando você aprende que eles que tem que trabalhar para você. Por isso que eles não gostam de nós. De gente que sabe como funciona a política. (Marcos, coordenador/ocupante da Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 07/07/2018)

A luta pela moradia tem sentidos diversos entre os ocupantes. Alguns a relacionam ao direito como cidadão; outros, a um meio de acessar um bem de consumo: a casa. Quando dizem que não querem nada de graça, isso pode significar que exigem um direito como cidadãos ou que buscam um financiamento acessível, nem sempre percebido como política social.

De qualquer forma, a apropriação coletiva da propriedade está circunscrita à forma-ocupação e, assim como ela, é temporária. Uma vez que a luta coletiva se pauta pela expectativa da moradia via política habitacional, ela mantém a propriedade privada individual como norte. Tão logo se busque a regularização urbana do terreno e a política pública de construção das moradias populares, a forma hegemônica de propriedade que as acompanha é reafirmada. Ou seja, o direito à moradia se efetiva instituindo a propriedade individual²³².

²³² Cabe ressaltar que a propriedade individual da moradia difere da propriedade privada *stricto sensu*, e tampouco equivale à propriedade dos meios de produção. Portanto, não deve ser vista pelo mesmo prisma, sem considerar

Assim, a cronologia da ocupação é definida na luta pela moradia definitiva. A única certeza da forma-ocupação é que ela é temporária. Seu desfecho pode ser rápido ou demorado, total ou parcial, vitorioso ou trágico, mas é certo que finda. Nesse intervalo em que se processa a luta pela viabilização das moradias junto ao Estado, o coletivo se organiza para garantir o que é necessário e possível para a sua sobrevivência e para a permanência da ocupação. Trata-se de um momento instituinte entre os integrantes da ocupação, em que é construída uma organização interna, definida uma normatividade e tecidos vínculos de solidariedade.

Toda a infraestrutura da ocupação é construída pelos próprios ocupantes. Há sempre pedreiros, mestre de obra, eletricitas, encanadores, gente que sabe fazer e que partilha saberes e mão de obra. Por meio dessas trocas, técnicas e soluções práticas vão se propagando e se aperfeiçoando entre eles. Quando surge uma nova ocupação, integrantes de outras ajudam na montagem dos barracos, na organização dos grupos, na construção dos espaços comuns. Os serviços de água e luz são feitos clandestinamente, e a mobília é recolhida de descartes e doações. Nada é comercializado ou monetizado. A arrecadação de fundos destinados a necessidades de manutenção da ocupação é feita por meio de eventos e outras formas colaborativas. Assim, o fazer junto das instalações, do provimento dos serviços, da garantia das necessidades imediatas e do aprendizado com o outro são estimulados.

Durante a ocupação provisória, os barracos não dispõem de condições adequadas à moradia e a ocupação é pouco habitada, funcionando mais como lugar de referência ao coletivo, para encontros e organização da luta política. A configuração do espaço da ocupação prioriza os espaços coletivos e de uso comum. As cozinhas coletivas e o barracão central contam com melhor infraestrutura e são dotadas de banheiros, água encanada e luz elétrica, enquanto os barracos de lona são construídos de forma simbólica e provisória. O barracão e a praça central são destinados a reuniões, assembleias, festas e atividades diversas; é o lugar do encontro, como se fosse a centralidade da cidade. Já as cozinhas coletivas integram o dia a dia de quem habita a ocupação. Para cada agrupamento de barracos é construída uma cozinha coletiva, que serve de referência àquele grupo, sendo o coordenador desse grupo o responsável pelo funcionamento dela, com o apoio dos ocupantes.

Como visto no capítulo 2, o formato das ocupações do MTST é importante para a sua proposta de formação política, inspirada em formas de solidariedade criadas pelos trabalhadores por meio da ajuda mútua em situações de necessidades comuns. Nesse sentido, toda a orientação

determinadas condições que podem incidir sobre ela, como direito não exclusivo e absoluto, e pressupostos de uso, função social e direito à moradia.

do movimento em relação à organização da ocupação é baseada no princípio do uso comum do espaço, não apenas por meio da indivisibilidade da terra, como pela priorização dos espaços coletivos e das atividades conjuntas. Essa forma-espaço derivou de experiências anteriores; no entanto, ela deve ser entendida mais como um conjunto de princípios orientadores, já que cada ocupação é feita das experiências, subjetividades e ações daqueles que a vivenciam.

Imagem 14 – A construção coletiva da ocupação Nova Palestina

Fonte: Facebook (Nova Palestina)

5.1.2. A organização coletiva: entre formatos e práticas

Do ponto de vista de sua organização interna e processos decisórios, o MTST se baseia na constituição de três coletivos (MTST, 2015):

a) coletivos políticos: compostos pelas coordenações estaduais e a coordenação nacional, as quais são responsáveis pelas definições das linhas políticas do Movimento, bem como por avaliar condutas e membros. A coordenação nacional é indicada pelas coordenações estaduais, compostas por dois coordenadores de cada ocupação e dois coordenadores de cada setor, indicados por cada coletivo. A indicação acontece a cada seis meses e os membros podem ser reeleitos ou destituídos pelo coletivo que o indicou;

b) coletivos organizativos: são os diversos setores, cuja função é definir e executar

tarefas relativas à construção do Movimento, tais como os de formação política, negociação, organização, autodefesa, autossustentação e finanças, comunicação e simbolismo, trabalho comunitário. Pode ser integrada por coordenadores de ocupação de núcleos ou por militantes não originários das ocupações;

c) coletivos territoriais: são as coordenações de acampamento e de núcleos, responsáveis por definir a organização interna do acampamento e suas lutas, e estabelecer a relação com a base no seu espaço de atuação. Seus integrantes são escolhidos entre os membros das ocupações, por eles mesmos. Quando a ocupação sai do terreno, estes coordenadores se tornam coordenadores de núcleos nos bairros.

O povo é nosso combustível, é quem faz o Movimento ir adiante. O papel de organizar os trabalhadores que fazem parte do MTST é dos Coletivos territoriais (coordenação de grupos, núcleos e regionais). Mas, além do combustível, precisamos do motor, a engrenagem que faz a organização do Movimento avançar. Este é o papel dos Coletivos, que são os setores. Quando os setores funcionam bem, o MTST se organiza melhor. (MTST, 2015 – Cartilha de Princípios)

Cada coletivo tem autonomia. A diferença está no nível decisório que cada um tem, em vista da sua função, sendo que todas as ações se submetem à avaliação coletiva²³³. Qualquer pessoa do movimento pode compor o coletivo, desde que passe por aprovação coletiva nos espaços decisórios. Conforme os princípios e o Regimento Interno do Movimento, a atuação nas atividades e o comprometimento com o Movimento são critérios para ser indicado e esses espaços decisórios de maior peso.

Apesar do aparente dirigismo, a estrutura organizacional do MTST é híbrida e comporta maior centralismo decisório no que se refere às estratégias e rumos do movimento, enquanto preserva a autonomia das ocupações. A atuação do movimento nas ocupações incide sobre o formato e princípios gerais e, principalmente, sobre as negociações relativas à luta por moradia. Já as atividades internas e ações envolvendo o bairro são discutidas e encaminhadas em cada ocupação. Na verdade, a dinâmica política na ocupação está menos associada aos métodos e procedimentos estabelecidos *a priori* e se faz mais nas relações e experimentações vividas cotidianamente.

As “trilhas” e a segurança: normatividades, fluxos e porosidades territoriais

²³³ Nenhuma dessas funções é remunerada, com exceção de duas pessoas que prestam serviços de secretaria, no caso do MTST de São Paulo. O Movimento não dispõe de nenhuma fonte de renda fixa, seus recursos financeiros provêm de doações de apoiadores, venda de materiais (revista, boton, camisetas) e eventos internos. Ao longo da pesquisa, observei constante apoio de sindicatos e alguns partidos de esquerda.

Dadas as proporções da ocupação, foi instaurada a trilha noturna, uma excursão que percorre todo o território da ocupação a fim de garantir a segurança de seus integrantes e o controle do espaço. A trilha é organizada pelos ocupantes e realizada todos os dias por grupos de homens e mulheres, com a ajuda dos cachorros que vivem na ocupação. Eles percorrem o terreno de madrugada; normalmente, é escuro e muito frio, e há risco de encontrar algum perigo pelo caminho. Em função disso, há “lendas” e “histórias” sobre as trilhas, compartilhadas pelos grupos, que acabam reforçando o companheirismo entre eles pela afirmação da coragem. Como vimos no capítulo anterior, JR é quem coordena as trilhas da Nova Palestina.

A partir da trilha, algumas pessoas foram se juntando ao “setor de segurança” do MTST, responsável não só pela garantia da segurança do coletivo nos atos, como até pela resolução de conflitos internos. O setor de segurança surgiu devido às interações da ocupação com agentes externos e à necessidade de assegurar uma normatividade interna ao coletivo. JR conta que, logo no início, a ocupação sofreu com furtos de lona destinada aos barracos, que rapidamente se transformou num comércio informal: “roubava aqui e vendia ali fora. Lona aqui é dinheiro”. Como não se sabia se os furtos eram praticados por “gente de fora ou gente de dentro”, era preciso investigar a situação, consolidar normas de convívio e controlar o fluxo de pessoas no local, porque, como diz JR, “tinha um tráfico aí fora”. Uma ocorrência frequente nas trilhas, conta Claudio, é encontrar usuários de droga ou moradores de rua que acessam o local pelos fundos, algo que já ocorria no terreno quando estava desocupado. Quando a ocupação passa a ser habitada, precisa lidar com a capilarização do tráfico no território periférico.

Cabe ao setor de segurança controlar os fluxos na ocupação, desde o de pessoas externas até o de mercadorias lícitas ou ilícitas, cuja comercialização fere o regulamento. Esse controle, no entanto, não se faz à revelia dos agentes que controlam o território e comandam o mercado de drogas. Como indica Ellen, “cada quebrada tem uma disciplina. A disciplina de dentro da ocupação é uma, e a dali de fora é outra”. A comunicação circula com as pessoas, “um vai passando para o outro”, diz Ellen. No final, todos conhecem os repertórios de cada espaço. Assim, é preciso algum tipo de “acordo tácito” e reconhecimento mútuo entre os agentes para que normatividades distintas possam operar no território. J.B. é bastante clara a esse respeito:

Essa é uma relação que se estabelece no seguinte sentido, eles [os traficantes de drogas] também têm um regimento, eles também seguem um movimento organizado. E quando a gente tem essa conversa, ela se estabelece no seguinte sentido: não estamos explorando os trabalhadores. São todos trabalhadores e estão aqui pela luta por moradia. Então, o que a gente quer aqui é respeito ao nosso espaço (J.B., militante/coordenadora da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 08/08/2017)

Tanto o tráfico de drogas quanto a ocupação operam por uma lógica territorial e, de alguma maneira, ambos impõem ordenações ao território. A “disciplina” de “cada quebrada” e o regimento da ocupação coexistem pelo respeito mútuo à figura do trabalhador e entendimento de que não há exploração de ninguém e de que o negócio do tráfico não será prejudicado.

Na ocupação, não é permitido comércio ou monetização das relações, exceto as ações para a compra de algum equipamento necessário ao coletivo (gás, fios, lâmpadas, lonas etc.). Igualmente, não só a venda, mas o consumo de drogas lícitas ou ilícitas é vedado. Embora parte das normas do regimento seja a reafirmação das leis instituídas, é preciso notar que a ocupação se insere num território de porosidades, e ela mesma fica nas fronteiras da legalidade. Por isso, qualquer infração, como a presença de ilícito no seu território, pode mover a lei contra todo o coletivo. Nesse caso, a formalização em regimento visa preservar o coletivo de atos individuais que possam deslegitimá-lo, ou fragilizar a permanência da ocupação.

Como se sabe, as ocupações são alvo de constantes investidas policiais, em geral “extraoficiais”. A polícia tenta, com frequência, adentrar o local para fazer averiguações sem ordem judicial, ou em busca de algum suspeito que teria entrado na ocupação.

A PM, quando resolve entrar aí, rasgam os barracos para ver o que tem dentro. Agora, param de entrar, porque eles precisam pedir para ver o barraco, mas se saem entrando, tem uma comissão e já chama uma assembleia geral e o pessoal que está aqui dentro vem todo mundo e sai acompanhando eles. A desculpa é sempre que tem carga roubada aqui de móveis, de gás e eles querem ver. Só que aqui não tem nada. Já atiraram de fora da ocupação e acertaram a perna do rapaz. O policial mandou parar e ele não parou. Mas, para eles, tanto faz como tanto fez, se você está errado ou não. (Jonas, 32 anos, ocupante da Nova Palestina, entrevista em 12/06/2017)

Inicialmente, a polícia na entrada da ocupação sinalizava uma postura ambígua entre a segurança e o controle dos moradores. No momento seguinte, tentativas de “batidas” policiais e perseguição a alguns ocupantes ficaram frequentes. Essa são situações comuns no cotidiano das periferias, mas que ganham espaço de discussão e compartilhamento dentro do movimento, levando a um reposicionamento na interação com os agentes estatais, por meio de uma comissão que visa não apenas resguardar os direitos civis, como compor resistência coletiva.

Cleusa, para quem a convivência com a violência policial sempre foi perturbadora, faz uma distinção marcante entre a experiência da violência nos bairros, vivida individualmente, e a resposta coletiva a ela na ocupação. Na sua percepção, polícia não corresponde a segurança.

Fui para rua, tomei borrachada, spray de pimenta, corri da polícia. Aqui dentro, nós botamos a polícia para correr. O MTST não dá ousadia para a polícia. O movimento respeita o espaço deles, se eles respeitarem o nosso também. Quando apontam uma arma para nós, o coletivo cai em cima. No bairro, a polícia entra e já dá pontapé, como fizeram com a minha prima. Entraram na casa dela e pegaram ela de calcinha e sutiã.

Colocaram a arma nela e disseram: “veste a roupa, vagabunda”. Eu vi tudo aquilo do meu barraquinho. Não podia fazer nada, só chorar. Aqui, nós perguntamos: quem vocês estão procurando? Sempre respondem que estão atrás de bandidos. Pois eles não estão aqui. (Cleusa, ocupante da Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 12/03/2018)

Na sua fala, a violência policial se apresenta em dois momentos: durante os protestos políticos, quando há o enfrentamento como batalha pela conquista da moradia, e na pressão sobre a ocupação, em que a fronteira de seguridade resulta da organização coletiva. A relação de poder se inverte nas duas situações: na rua, eles correm da polícia; na ocupação, colocam a polícia para correr. A fala de Cleusa revela a tensão entre o movimento e a polícia, e remete à criminalização da ação coletiva baseada na confusão entre trabalhador e bandido. Daí o esforço de Cleusa em associar o movimento à figura do trabalhador, no intuito de respaldar sua moral.

A segurança na ocupação também é vista como contraponto à insegurança da rua e dos espaços externos, cujas configurações afetaram as formas de sociabilidade e de uso dos espaços comuns nas periferias desde os anos 1990, seja pela crescente violência e criminalidade, seja pela expansão dos automóveis e do mercado de modo geral.

Eu gosto muito daqui [ocupação]. Se eu não gostasse, não tinha trazido a minha família para cá. Aqui, nós temos segurança. As crianças ficam aqui brincando, porque temos mais segurança que lá fora. Na rua, as crianças abrem a porta e podem ser atropeladas, ou pode acontecer coisas piores, como vizinhos as levarem para as casas deles e estuprá-las. Acontece muito isso aí fora. Aqui não tem nada disso. [pergunta – porque vocês se conhecem?] Não, é porque quem está aqui são famílias e trabalhadores que lutam por uma vida digna. Ultimamente, eu não tenho falado nem uma moradia digna, pois trata-se de uma vida mesmo. (Cleusa, ocupante da Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 12/03/2018)

Por tudo isso, JR atribui grande importância à segurança, e entende que todos devem ter o compromisso de participar das trilhas. “Para a ocupação ficar boa, seria melhor que todo mundo participasse”, diz ele, criticando os que não contribuem. “A trilha é para oferecer segurança. Se eu estou precisando de você, tem que chegar comigo agora. Nunca dá: ‘vou trabalhar amanhã, estou cansado’”. Isso não procede, porque você não está contribuindo aqui dentro, está só fazendo volume”. Na sua concepção, a luta pela moradia implica participação e colaboração: “Muita gente precisa de moradia e não pode vir porque um camarada desse tomou a frente e não quer chegar junto. Caminhar é bom”.

Ao se inserir no território, a ocupação não está isolada dele e precisa interagir com as dinâmicas locais. Da entrada no terreno aos seus modos de organização interna e permanência, tudo precisa estar ajustado a isso. Assim, para atuar num território, é preciso um mapeamento de sua topografia social, o que o movimento precisou aprender ao longo de sua trajetória. Esse

aprendizado também é acumulado nas trocas entre os integrantes do movimento, pois, assim como na construção de barracos, instalações elétricas, encanamentos etc., os saberes sobre o território e os modos de inserção nele advêm dos próprios ocupantes e são compartilhados entre eles. Como foi visto, houve situações em que o MTST perdeu o controle sobre a ocupação para as dinâmicas do crime ou da urbanização precária após um longo período sem encaminhamento habitacional. Com isso, o movimento compreendeu que precisaria atuar conforme a lógica do território. Entretanto, isso não implica apenas a manutenção do terreno, mas, principalmente, a construção de uma organicidade social interna.

A coordenação da ocupação: entre militantes e coordenadores

Dentro da ocupação, é a coordenação que mantém a organização, conduz as atividades, e resolve conflitos internos. Quando uma ocupação se forma, um dos primeiros procedimentos é organizar as famílias em grupos (os Gs) e eleger coordenadores para eles. Normalmente, são escolhidas para a coordenação pessoas com maior disposição colaborativa ou capacidade de comunicação. Ser escolhido coordenador significa ter reconhecimento entre os pares, e por isso os coordenadores sempre salientam que foram eleitos pelos colegas, o que revela a afirmação de um valor em torno das regras democráticas.

Nem sempre as pessoas eleitas têm experiência política prévia, mas muitos acabam se engajando no movimento e esse é um dos objetivos do MTST. Esse é caso da coordenadora geral da ocupação Nova Palestina, J.B, que assumiu a militância do movimento. Vínculo direto entre a organização do MTST e a ocupação Nova Palestina, ela é hoje uma das mais importantes lideranças do movimento. Sua atuação, entretanto, é menos em espaços midiáticos e de visibilidade política e mais naqueles onde ela sempre esteve: a periferia, as ruas, as casas. Lugares onde a política é invisível. Sua trajetória de vida remete ao contexto recente de constituição de sujeitos políticos nas periferias urbana.

Com cerca de 40 anos, o encontro de J.B. com o MTST aconteceu em 2012, por meio de um núcleo de bairro que tinha se formado após a ocupação ter saído do terreno na rua onde ela morava com a mãe. Foi então convidada a entrar para a luta por moradia numa cidade vizinha, Embu das Artes, onde foi feita a ocupação Novo Pinheiro, nome dado em alusão ao episódio de reintegração de posse ocorrido em Pinheirinho, na cidade de São José dos Campos, naquele ano. Ela foi “com um pé atrás por causa da visão midiática mesmo do movimento, tinha uma ideia de exploração e massa de manobra”. Como integrante da ocupação, foi eleita para coordenação de grupo, mas não quis, esperou para conhecer melhor o Movimento. Na segunda

rodada, levantou a mão e foi “fazer parte dos coletivos do movimento”. Passou por todos e quis, então, “conhecer mais a parte organizativa”. No final, “foi ao encontro da minha expectativa política: o empoderamento das pessoas, a formação em massa, né?... A ideia de que as pessoas saibam quais são seus direitos, que elas lutem por eles”. A partir daí, entrou na militância do movimento. Quando a ocupação de que participava conquistou o terreno, foi a Paraisópolis para construir a ocupação Faixa de Gaza. De lá, seguiu para a Nova Palestina, onde continua sendo a referência do movimento. Nessa lógica itinerante da militância, circulou por outros estados, apoiando novas ocupações que foram surgindo num momento de expansão do MTST.

Ativa e determinada, ela assume a postura de “mulher guerreira”, expressão que utiliza para se referir às mulheres que admira por sua luta de vida, como sua mãe, que “criou cinco filhos sozinha, trabalhando como diarista”. Não fala sobre pai. J.B. tinha dois anos quando ele abandonou a família. O casal se conheceu em São Paulo, nos anos 1960. O pai veio de Alagoas, era pedreiro, e a mãe do interior de São Paulo, “foi primeiro ‘do lar’, depois, faxineira”. A vida da família monoparental foi difícil e cheia de privações, mas a mãe estabeleceu moradia e criou os filhos. É num “puxadinho” da casa dela que J.B. mora com a filha adolescente até hoje, enquanto espera a construção do apartamento que conquistou na ocupação do MTST.

J.B. conta que sempre se interessou por discussões políticas, estudou até o segundo grau e já na escola participou do grêmio estudantil, “mas era uma coisa mais individual”. Foi no MTST que descobriu a “militância orgânica”, nas suas palavras. Ela avalia que a militância resultou de seu interesse em “saber mais sobre as coisas, em buscar outras fontes fora da escola”, a qual ela considerava “doutrinadora”. Enquanto falava sobre isso, quase subitamente ela desabafa que era a vida que a interpelava a lutar.

Eu acho que é a questão mesmo da vida como um todo, da família, de onde fui morar... eu venho de uma família que minha mãe saía às cinco da manhã e chegava meia noite em casa, para trazer para casa o mínimo, né... para a sobrevivência. Muitas vezes, era o resto da casa da patroa que sustentava os filhos. Era falta de tudo, de roupa, de sapato, de... A minha casa foi ter televisão quando eu tinha onze anos de idade! E, assim, tudo foi muito difícil, e perceber aquilo ali, em algum momento, eu comecei a questionar: por que que a minha vida é assim? E por que outras pessoas têm tanto e eu tenho tão pouco? Eu acho que... os preconceitos que seguiam. Antes era muito mais escancarado, escandaloso. Hoje é mais velado. O preconceito racial, a ideia de você buscar emprego e você ter capacidade de desenvolver uma determinada função e não ser aceito pela cor da sua pele, que eu passei inúmeras vezes por isso, né?... A condição de trabalho precária e, enfim, eu acho que é isso que me fez me engajar mesmo na militância, estar aqui. Só a luta vai mudar tudo isso, né? A violência, a forma opressora da PM na periferia, a forma que o meu irmão foi tratado como bandido, tendo sido assassinado e, tudo isso, me fez mudar... não sei... *mudar não, eu acho que ser eu mesma, não deixar que me mudassem.* (J.B., militante/coordenadora da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 08/08/2017)

Pobreza, machismo, preconceito racial, violência estatal, questões que ganham lugar no Rap que ela canta e nas poesias que escreve. As questões sociais que definem a experiência pessoal de J.B. não se encerram com a militância, ao contrário, é na ação política que elas são tensionadas, porque deixam de ser vividas de forma passiva e passam a ser confrontadas.

Foi na liderança da ocupação que se defrontou com o lugar da voz feminina na política. Observa que, às vezes, suas falas, opiniões e definições não gozam da mesma credibilidade e prestígio que as de um homem do movimento: “quando o Guilherme fala a mesma coisa que foi dita por mim inúmeras vezes, surte um efeito muito maior de entendimento e de aceitação”. A “periferia é extremamente machista”, pontua, afirmando que os homens são acostumados com a luta das mulheres pela sobrevivência da família, mas não com seu protagonismo político. E essas relações são tensionadas na dinâmica política da ocupação.

Foi durante um ato do movimento, quando foi presa, que J.B. se viu mais violentada: “submetida a todo tipo de humilhação pelos policiais, revistas vexatórias e tratamento indigno na delegacia e no fórum”. Ali sentiu no corpo as marcas de ser mulher, negra e periférica e se viu despida de sua dignidade: “lutar por direitos e ao mesmo tempo ser tratada como criminosa e chamada de vagabunda...”. A prisão é, segundo ela, o “episódio mais tenebroso” de sua experiência política e o que mais a revoltou.

às vezes, eu estava assistindo televisão, por exemplo, eu via que um policial militar tinha sido morto na periferia, eu ficava pensando mais na questão humana. Pô, coitado, o cara era pai e tals, mas quando você se vê dentro de uma viatura de polícia, da Polícia Militar, sendo tratada como vagabunda, como preta safada, com todos aqueles palavrões e, eu acredito que a revolta que eu passei dentro daquela delegacia, em um dia dentro daquela cela, e depois no fórum, e a revista vexatória, o fato de você ficar nua, sabe, eu falo que se eu encontrasse aquele policial na minha frente, eu não saberia qual seria minha atitude, né? [...] Então você consegue... começa a perceber que a violência que gerou aquela violência é que não é mostrada. Foi um menino preto da favela que tirou a vida de um policial, mas o que aquele policial fez contra ele? Contra outros vários, né? (J.B., militante/coordenadora da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 08/08/2017)

O outro desse “embrutecimento” – como ela denomina sua reação à violência – é a empatia decorrente do ato de vigília realizado pelas mulheres da ocupação enquanto ela esteve presa. “Tinha umas trinta senhoras, além dos companheiros da coordenação. As mais velhas e mais solidárias tinham saído de casa às 6h da manhã e estavam no outro extremo da cidade, aguardando a gente sair”, lembra com afeto. Quando contestada, porém, se considerou abandonar a militância depois disso, a resposta é taxativa: “Sem a menor hipocrisia, não! No mínimo, no mínimo, eu tenho que dedicar a minha militância a essas pessoas”. Mais do que reafirmação da militância, esse foi um momento de transformação política para ela: Eu não

consigo mais olhar para mim individual. O eu individual, talvez falasse um pouco: ‘não, vai cuidar da tua vida, vai fazer outras coisas’, mas é tanta gente... As dores dos outros te atingem mais, muito mais, você deixa de ser uma pessoa individual e se torna uma pessoa coletiva.”

Como diz Safatle (2015) em sua teorização sobre o *circuito dos afetos*, a vivência do *desamparo* pode ter consequências políticas libertadoras²³⁴. Desde Hobbes é comum considerar-se o medo como a paixão política que inspira o respeito às leis e produz a coesão social, o que, no entendimento de Safatle (2015, p.17-19), pode descrever bem “o modelo hegemônico de circuito de afetos próprio a nossas sociedades de democracia liberal”, uma vez que, nelas, prepondera “a figura do indivíduo defensor de sua privacidade e integridade como horizonte, ao mesmo tempo último e fundador, dos vínculos sociais”. O medo da morte, de perder os bens, a privacidade, em última análise, “do desrespeito à integridade de meus predicados” estrutura os vínculos sociais, quando, numa sociedade, elege-se como sujeito o indivíduo, que é o proprietário de todos esses predicados. Nesse sentido, poderia ser um ganho, porém, tomar não o medo – indissociável do individualismo neoliberal de que falam Dardot e Laval (2016) –, mas o desamparo como a principal paixão política. A sugestão é de Freud, para quem podemos tentar negar nosso desamparo, e fazer dele o medo, ou podemos afirmá-lo e, com isso, buscar a transformação que ele propicia, ao “deixar-se abrir a um afeto que me desposui dos predicados que me identificam” e, assim, “me confronta com uma impotência que é, na verdade, forma de expressão do desabamento de potências que produzem sempre os mesmos atos, sempre os mesmos agentes” (SAFATLE, 2015, p.21). A exemplo do que se vê em J.B., a experiência do desamparo pode mesmo encaminhar as pessoas na contramão do individualismo neoliberal e produzir subjetividades vinculadas ao coletivo.

Resistir *transformando-se* e multiplicando-se em coletivo foi a resposta de J.B. Sua identificação com a figura do “lutador” ou “guerreiro”, tão recorrente entre os sem-teto, remete a uma experiência comum nos territórios periféricos sobre a luta permanente pela sobrevivência social. J.B. busca escapar das “determinações” da pobreza e da violência, lutando para transpor as dificuldades de acesso à moradia, o desemprego e as desigualdades raciais e de gênero. O que se destaca na sua figura de “guerreira” é o impulso de vida, que a mantém ativa e atenta na luta permanente pela superação as adversidades e incertezas. Suas atitudes são sempre

²³⁴ Para Freud, estar desamparado é “estar sem ajuda”, sem recursos diante de um acontecimento que faz ver a impotência, tanto do sujeito em sua agência quanto da ordem simbólica que o suporta, em sua capacidade de determinação. É uma “dor que não cessa”. Justamente essa desproporção é que caracteriza o desamparo. Safatle (2015) enfatiza que, ao reconhecer a ambivalência desse afeto, Freud possibilita libertá-lo das narrativas de reparações e impotência em que ele se enreda.

afirmativas e claras, sem medos e sem recuos. Em lugar de conformismo ou resignação, é a afirmação de força e segurança que procura transmitir.

Pela mesma lógica territorial que trouxe J.B. para o movimento, outros caminhos levam ao encontro da política. Jair e Marcos, por exemplo, já tinham algum tipo de ativismo local e entraram em contato com o MTST devido às intersecções que o movimento buscava construir com os territórios periféricos por intermédio do coletivo Periferia Ativa. Esse “trabalho de base” realizado pelo MTST consistia na aproximação com organizações e lideranças locais e na promoção de ações políticas e culturais nas periferias, o que potencializou a ação daqueles que já tinham algum ativismo local, levando para a organização da ocupação saberes, redes sociais e recursos trazidos por esses ativistas, o que constitui um modo singular como a política é feita nas ocupações.

Jair, 50 anos, tinha afinidade com a política institucional praticada nos bairros populares, quando passou a participar da ocupação Nova Palestina, mas, segundo ele, não tinha a intenção de se tornar coordenador, não fosse o incentivo recebido pelos militantes do MTST na época, ao notarem sua habilidade em falar com o povo.

No começo, eu não queria ser coordenador. Eu ajudava uma moça em que eu tinha votado para coordenação, a Juliana. Pegava a presença, fazia as coisas que eram encargos da coordenação. O Jota, disse para mim na época: ou vira coordenador, ou você não faz mais nada. Eu fazia tudo. Pegava presença, ajudava eles, só que eu não queria ser coordenador. Eu não queria, mas, quando anoiteceu, veio todo mundo do barracão: Dona Helena, Maria, Jota e mais uns cinco. Eles chamaram o grupo e perguntaram: “quem aceita ser coordenador?”. A Dona Helena e o Jota levantaram a minha mão [risos]. Votaram em mim e eu estou desde então. Eu cuidei sozinho de oitocentos e noventa pessoas durante dois anos. Era o único coordenador do G8, o maior grupo da ocupação. (Jair, coordenador na ocupação Nova Palestina. Entrevista concedida à autora em 12/05/2018)

Além da atividade na coordenação, Jair exerce ativismo na área da saúde. O percurso pelo movimento de saúde e os vários mandatos de conselheiro de saúde em diversas instâncias asseguraram um conhecimento tecno-burocrático sobre o assunto, que ele mobiliza para ajudar as pessoas da região que dependem do atendimento na rede pública. Portador de um reumatismo raro, conhece bem os meandros do sistema para efetivar os direitos no SUS. Aproveitando os trânsitos facilitados pela posição de conselheiro eleito, ele atua “nas brechas burocráticas” de um sistema de saúde precarizado e insuficiente. Jair ocupa seus dias com idas e vindas pelas redes de atendimento público, participando de audiências, reuniões e assistência a usuários do SUS. O trabalho é voluntário, mas lhe rende grande prestígio junto à população da região, onde se tornou uma espécie de referência, e mobiliza uma rede imensa de contatos por meio do

Whatsapp. “Meu telefone não para”, diz, apontando para a tela do celular repleto de mensagens: “todo dia, logo cedo, o Whatsapp já está lotado, parece um jardim”.

Esse capital político é do interesse de políticos, movimentos e demais agenciadores que queiram dialogar com a população local ou almejem ganhos políticos, e foi relevante para a ocupação. “Onde eu vou, eu faço coletividade”, diz ele, que é constantemente acionado pelos companheiros para obterem informações, resolver alguma situação interna ou esclarecer um assunto na burocracia das instituições.

O povo me vê como uma referência. (...) Tem muita responsabilidade nas minhas costas. Toda hora é gente passando aqui, chamando. Tem oito meses que eu não consigo dormir direito por causa disso. (...) Sempre fiquei praticamente vinte e quatro horas aqui dentro. Aluguei um cantinho no Ângela. Não vou lá, porque eu gosto mesmo é de ficar aqui. (Jair, coordenador na ocupação Nova Palestina. Entrevista concedida à autora em 12/05/2018)

Vivendo sozinho, embora reclame do cansaço e da falta de tranquilidade, Jair manifesta satisfação em estar na convivência dos companheiros da ocupação e descobriu na *escuta* um modo de reforçar as relações de sociabilidade no coletivo.

Eu sou tipo um padre. Vocês não têm ideia do que é gente que me procura para confessar coisas que fez e compartilhar problemas. Eu fico quase doido. Tenho mais coletividade com os acampados, porque eu escuto. Os outros não, viram as costas. Pode ser o cara mais nervoso: eu escuto. Tem gente que fala: ‘você é muito besta, dá muita atenção para esse povo’. Eu gosto de ouvir o ser humano. Se eu falar algo para você e não quiser me ouvir, eu vou ficar chateado. Todo santo dia, é meu WhatsApp lotado, gente desabafando. Fora as pessoas que vem aqui na porta. Eu gosto de ser voluntário. Sempre me senti bem, e não pelo agradecimento das pessoas, eu me sinto bem mesmo quando sai aquilo que o povo estava precisando. Isso me dá força. (Jair, coordenador na ocupação Nova Palestina. Entrevista concedida à autora em 12/05/2018)

Marcos, por sua vez, assume uma postura mais reativa às instituições políticas, o que inclui uma atuação política mais autônoma dentro do próprio movimento. Como descrevemos no capítulo anterior, ele sempre foi envolvido com movimentos culturais e comunitários na periferia, e foi através da associação de bairro da qual era parte que entrou em contato com o MTST, em 2010. Três anos depois, em decorrência da demolição de sua casa pela prefeitura, ele foi para a ocupação Nova Palestina e logo se tornou coordenador.

Eu vim a ser coordenador em fevereiro de 2014. Nos três meses anteriores, eu só ajudava o Santos, que é o coordenador mais antigo. Eu perguntei se ele queria uma ajuda, porque eu sou muito prestativo. Ele aceitou e eu fiquei ajudando. Já tinha o apoio, que são as pessoas que ajudam o coordenador. A Dona Helena era quem administrava a Palestina antes da J.B. Ela me perguntou se eu não queria entrar na coordenação e no primeiro momento, eu deixei quieto. Fizemos uma votação e foi unânime, aceitaram na hora. Eu acabei ficando e estou até hoje. (...). [pergunta - o que mudou para você depois que passou a participar do movimento?] *Eu não me vejo*

como militante, eu me vejo como um ajudador do movimento. [pergunta - você se vê mais como coordenador?] Sim, porque eu *estou dentro da ocupação*. Eu participo de todas as coisas que um militante participa, mas eu não me aceito com tal. *Eu me sinto preso*. Se eu disser que sou um militante, eu estou preso àquilo e eu sou livre. Tem pessoas que militam e acham que tem que fazer só pelo movimento e eu não sou isso. Eu faço meus trabalhos lá no bairro, eu faço os meus trabalhos aqui, eu faço as minhas coisas e *tenho a minha vida*. Tem gente que se fecha. Quando você diz ‘eu sou militante’, o MTST não tem culpa disso. Você larga trabalho, larga sua vida e vai viver o movimento. Na hora que você precisa, o movimento não tem condições de te ajudar, porque foi você que escolheu esse caminho, não foi forçado a fazer nada. (Marcos, coordenador/ocupante da Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 07/07/2018)

Sua “recusa” à militância remete ao modo como ele lida com o agenciamento político, rejeitando um modo de ação que assume “rótulos” e resguardando sua individualidade e subjetividade na luta política. Embora tenha uma relação orgânica com o movimento, defenda a luta pela moradia e seja um dos coordenadores mais ativos politicamente, ele preserva certa autonomia em relação à estrutura organizativa, e não abre mão de seu ativismo independente. À essa postura, se soma a condição material, que torna incompatível para ele a combinação entre a ação política e a provisão da vida pelo trabalho.

[pergunta - você ajuda em outras ocupações, como é o trabalho de coordenação?] Hoje, eu sou coordenador da Palestina e coordenador estadual. Logo que eu entrei, fui coordenador estadual, fiquei por dois anos, depois, tive que sair. Entrou o Cláudio que ficou por três meses, depois, eu entrei de novo por votação. Eu faço parte do coletivo do estado de São Paulo. Nós organizamos coisas como a organização e pintura dos barracos, por exemplo. Discutimos em âmbito nacional, o operativo. Do operativo vai para o estadual, onde vemos se é boa a ideia ou não. Daí, definimos e colocamos em prática. [pergunta - vocês participam de discussões com a CDHU com o governo?] Eu fazia parte da organização e do setor de negociação. Negocieei muitas coisas, tanto que, algumas partes do que foi ganho aqui, eu acompanhei participando das reuniões. Eu saí, porque tinha reunião quase todo dia. Se não é todo dia, é terça a sexta. São horários alternados, às vezes de manhã, às vezes de tarde. Tem vezes que no mesmo dia é uma de manhã e uma durante a tarde. Teve dia que eu fiquei na sala de reunião no fim de alguns encontros e não podia vir embora, porque perderia outra reunião no período da tarde. Não adiantava eu sair do centro da cidade, Largo do Paissandu, principalmente, vir para casa e ter que voltar lá de novo. Tinha reunião que começava às oito da manhã e acabava sete, oito horas da noite. *Eu não conseguia participar de tudo, porque tenho o que fazer. Aí que está a questão do militante. É a pessoa que entra para o movimento para fazer só pelo movimento.* [pergunta - não tem nenhuma remuneração?] Não, porque você luta para ajudar o povo e o movimento. Você se engaja com esse tipo de coisa. (Marcos, coordenador/ocupante da Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 07/07/2018)

De modo geral, a diferença entre coordenador e militante não é apenas terminológica, se relaciona à dinâmica interna do movimento e ao modo como a política é percebida pelos participantes da ocupação. Ainda que a atividade de coordenação seja um modo de engajamento político, em geral, os coordenadores não percebem nela a carga política associada à militância.

Seus relatos indicam desconfiança em relação ao jogo político e descrédito em relação às instituições representativas, de modo que não querem estar associados a essa política.

[pergunta – depois que começou a participar da ocupação, mudou alguma coisa para você em termos de visão de mundo?] Totalmente! você consegue enxergar a política suja e a limpa, que não existe. É possível discernir uma da outra: quem são as pessoas boas e quem você acha que são as pessoas boas. Você sabe do seu direito social, do seu direito de ir e vir, do direito de estado: os governantes têm que garantir os nossos direitos, por lei. Você é um governante, deputado estadual, vereador, parlamentar? Você faz para mim! Eu sou o seu patrão e não você o meu. Enquanto as pessoas são leigas, elas acham que eles são os donos da coisa e não é, quando você aprende que eles que tem que trabalhar para você. Por isso que eles não gostam de nós. De gente que sabe como funciona a política. Nós, abrimos o olho de outras pessoas: Eles vão te dar a casa quando bem quiserem, estão te ‘pagando’! Eles não se veem na obrigação de nada, e os déficits crescendo. Igual o Guilherme sempre diz: são seis milhões de pessoas sem moradia e existem sete milhões de casas sem ninguém morando. Isso é injusto! Um governo, uma prefeitura promete vinte e cinco mil casa e faz seiscentas. Tem coisa errada e quando aprendemos, sabemos para onde estamos indo. Abre a mente, o leque de informações que você tem. Daí que conseguimos passar para os outros as informações de como funciona o movimento, para que serve, como ele age, se recebe dinheiro ou não. (Marcos, coordenador/ocupante da Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 07/07/2018)

O ativismo de Marcos se distancia dos termos institucionais e normativos da política, e assume um sentido mais comunitário, na prática cotidiana da vida coletiva na ocupação ou no bairro. Discreto e muito atencioso, é um dos coordenadores mais politizados e colaborativos na ocupação. Inúmeras vezes o encontrei organizando e melhorando os espaços da ocupação, herança de sua atividade laboral de manutenção de escolas e de seu envolvimento nos mutirões do bairro onde vive. Buscando reatar esses vínculos locais, em 2017, o coletivo Periferia Ativa se fundiu na Frente Povo sem Medo nos bairros. “Estamos fazendo esse negócio decolar”, diz Marcos, que é um dos organizadores no núcleo do Jardim Ângela. A dificuldade, porém, é atar fios de um tecido social fragmentado.

Mas se, para Marcos, a militância o priva de sua vida e aspirações pessoais, para Cleiton, ao contrário, o envolvimento militante resulta de certo desapego com que vive sua vida, e “fazer a luta para o MTST” é uma forma de “ficar tranquilo”. Com 35 anos, Cleiton não tem filhos e vive com Josy, cabeleireira de 51 anos que ele conheceu na ocupação. Ele é um dos coordenadores mais engajados nas ações do MTST, está sempre ajudando a organizar os atos e é designado para missões arriscadas, como a ocupação do suposto triplex do Lula no Guarujá²³⁵. Quando perguntei sobre esse ocorrido e como tinham conseguido entrar naquele prédio, respondeu-me irreverente: “nóis entra onde nós quer”.

²³⁵ Ver: MTST ocupa triplex no Guarujá: “Se é do Lula, o povo pode ficar”. *El País*, 16/04/2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/16/politica/1523883729_575620.html

Quando soube da ocupação Nova Palestina, “já tinha a visão” e logo percebeu que era diferente das “invasões”. Já na adolescência ele havia se juntado à um movimento de luta pela terra (Movimento Terra Trabalho e Liberdade), na Bahia, por intermédio de um militante do movimento, que fazia trabalhado de base nas comunidades (favelas) chamando para a luta por reforma agrária. Naquela época, Cleiton vivia sozinho com o pai em Ilheus e sofria com maus tratos em casa. A mãe já havia abandonado o marido e ido para São Paulo e, tempos depois, os dois irmãos mais velhos também foram. Para fugir da violência do pai, Cleiton passou um tempo na rua e outro com a avó, na cidade vizinha. A avó era da Umbanda, e ao contrário do pai, sempre o tratou bem. “Lá tinha toda liberdade, era outro diálogo”, compara.

O convívio com o movimento de sem terra substituiu a família de Cleiton e a ausência de vínculos afetivos. Permaneceu com o coletivo dos 14 aos 21 anos, nesse período, voltou a estudar e aprendeu o cultivo da terra e técnicas de jardinagem. O movimento tinha sido assentado após três anos acampados na beira de estrada em condições precárias, vetando a venda individual da terra. Mas, em 2004, Cleiton desistiu de sua participação e rumou para São Paulo em busca da mãe. Além das dificuldades com o trabalho pesado do campo e escassez de recursos, a violência dos pistoleiros foi o principal fatores que o desestimularam de permanecer no assentamento. Nesse período que ele esteve no movimento de terra, o irmão mais velho, que trabalhava numa linha de lotação, foi assassinado pelo polícia, em São Paulo, ao ser reconhecido por roubo. A mãe entrou em depressão e Cleiton foi morar com ela numa casa alugada no Jabaquara.

Com um bilhete falso de transporte, ele circulou pela metrópole “para ver se encontrava alguma coisa, alguma invasão, ocupação, emprego”. Entre um “bico” e outro, conseguiu um trabalho como “controlador de acesso” num condomínio, por meio de uma empresa terceirizada, a qual entrou em falência dois anos depois e nunca acertou a dívida com os funcionários. Cleiton não gostava desse trabalho e passou a viver de trabalhos esporádicos para sobreviver. Nesse tempo, procurou a Casa Redandá, um conhecido templo de terreiro Candomblé que atua na difusão da cultura afro-brasileira. Nos quatro anos que esteve no local, exercitou a prática de capoeira e aprendeu a reconectar-se com suas raízes africanas.

Quando foi para a ocupação Nova Palestina, Cleiton buscava um lugar para a mãe morar, já que ela estava há meses com o aluguel atrasado. Sendo assim, passaram a habitar a ocupação desde o início e ajudavam a tomar conta do local quando ainda não havia nada no terreno. A mãe era responsável por uma das cozinhas coletivas e Cleiton conta que ia buscar água da

nascente no meio da mata para abastecer as necessidades. Foi a discordância em relação ao convívio e postura de alguns coordenadores novos que o levaram à se tornar coordenador.

Em relação a coordenação, eu entrei na coordenação por conta de uns companheiros que hoje nem aqui estão mais. Num belo dia, uma companheira chegou (isso eu não esqueço nunca) e trouxe um quilo de sal para a cozinha coletiva, e a coordenação, que hoje nem aqui está mais, chegou e falou: ‘o que é isso aí? É o seguinte, a gente aqui não come sal não, a gente aqui não é cavalo, não é boi para comer sal não. Pega o seu sal e se pica daqui, a gente come é filé mignon’. Ave, isso me subiu assim e me deu aquele ódio, aquela ira, aquela revolta! E a companheira desceu chorando e não voltou mais, tadinha... Aquilo me deu uma revolta que eu entrei dentro da cozinha, eu pulei na cozinha assim ‘vlup’, aí falei uma rajada para ele e tal. Fui pra cima dele [coordenador]: ‘você está louco!’. Um tipo de situação dessa, a companheira chegando na maior humildade e trazendo um quilo de sal. Lá na cozinha eu pegava é cabeça de alho, uma cebolinha, e agradecia: ‘companheira graças a Deus, já vai ajudar no tempero aqui. Já estava faltando a cebolinha’. Você entendeu? E os caras fizeram isso?! Não! esse daí já ‘passei o facão’ nele, sem dó e sem massagem. Na época tinha outra organização aqui, cheguei para a coordenação do MTST e troquei ideia. Daí o pessoal falou: ‘negão, é o seguinte, você vai entrar para a coordenação’. Eu não queria não, mas eu entrei porque eu vi aquele tipo de opressão e o movimento não é esse. Eu vi aquela opressão. (Cleiton, coordenador/militante do MTST. Entrevista concedida à autora em 26/03/2018).

Como coordenador, Cleiton reúne tanto a perspectiva do acampado fragilizado, que se junta ao coletivo como modo de se fortalecer, quanto a do militante convicto, cujas posições e opositores estão estruturadas na organização da qual participa. Sua atitude afirmativa e insubmissa e a visão afinada com os princípios e formato do movimento orienta sua postura como coordenador, agindo como um “garantidor da moral” e da “conduta” nas relações de autoridade na ocupação.

Aí entrei [na coordenação] e fui pra cima dos caras e consegui afastar cinco de vez. Mas em cima das linhas e princípios do movimento. Não foi eu que cheguei lá não. Peguei tudo, juntei um pacote de opressão, de roubo, de propina e de tudo. Juntei tudo fiz um pacote e fiz um fecho, cheguei na reunião e ‘bum’: aqui ó você, você, você e você lalalala. [pergunta - essas pessoas eram do movimento ou foram eleitas aqui?] Não, aqui. Novatos que entraram e foram. Às vezes, acho que até entendiam um pouco que era errado, mas queriam fazer do jeito que eles queriam. Aí foi indo e eles começaram a fazer os ‘esqueminhas’ aí. Foi indo e viu que não achou brecha, abandonaram e foram embora. Graças a Deus, vai tarde. Não estão mais na luta não. (Cleiton, coordenador/militante do MTST. Entrevista concedida à autora em 26/03/2018).

A experiência pregressa de Cleiton contribuiu para a organização interna da ocupação e para o autocontrole do movimento na constituição de novos coordenadores. Se, para alguns, a coordenação é uma expansão da prática política já acumulada, para outros, ela significa iniciação e aprendizado, como é o caso de Jaílson, que nunca havia participado de uma organização política. Quando ele e a esposa, Cleusa, chegaram à ocupação, passaram a participar de atividades de organização, principalmente depois de Jaílson ter perdido o emprego

e ficado com mais tempo para isso. Quando foi indicado pelo coletivo para ser coordenador, no começo, “não queria, mas o pessoal insistiu” e ele acabou aceitando. No seu relato a experiência coletiva aparece como aprendizado, ele manifesta reconhecimento da coordenadora J.B., o que representa uma inflexão na percepção sobre lideranças femininas dentro das organizações políticas.

Aqui, sempre estamos aprendendo mais e mais com outras pessoas. Se esclarece muita coisa. Você pensa que as coisas são assim e não. Sempre chega alguém e diz que pode ser de outro jeito. As pessoas explicam e ensinam. Aqui, eu estou aprendendo as coisas. A coordenadora é uma professora. Eu agradeço muito o que ela ensinou para nós aqui. Tudo que ela compartilha é muito gratificante. Devo muito à J.B. Eu tenho até inveja dela. Aquela mulher é inteligente. Você pergunta e ela te responde na mesma hora. (Jaílson, coordenador/integrante da ocupação Nova Palestina, entrevista concedida em 15/04/2018)

O papel do coordenador de ocupação é ajudar a manter o coletivo organizado, tornando-se referência do movimento dentro da ocupação. Ele é responsável por intermediar informações gerais, pela organização da cozinha de seu grupo, das reuniões, dos atos, pelas ocorrências e eventuais conflitos internos. Ao coordenador cabe acompanhar ainda a participação dos integrantes do seu grupo nas manifestações de rua. Essas relações, no entanto, não são sem tensões, especialmente porque o coordenador exerce uma atividade de mediação política.

Cena - O “B.O. dos coordenadores”: entre o privado e o público

De início, a ocupação Nova Palestina tinha 116 grupos, com igual número de coordenadores. A magnitude dela, ao mesmo tempo que revelava um grande potencial de luta, também implicava desafios à organização, devido ao contingente de pessoas desconhecidas, cuja subjetividade é conformada por experiências sociais individualizantes. Assim, o clima inicial de uma ocupação é sempre de tensão e ambiguidade, não apenas pela ameaça constante de despejo, pelos abusos da polícia ou pelas incertezas da luta, mas pela desconfiança do outro. “Aqui tem gente de todo o tipo”, costumam dizer alguns ocupantes, ao se manterem reservados em seus espaços privados.

Como visto no relato de Cleiton, as relações de autoridade são um dos principais focos de conflito interno, já que se dá num coletivo pouco politizado e tende a reproduzir relações de dominação e exploração entre os próprios integrantes da ocupação. Um episódio que marcou a experiência da Nova Palestina ficou registrada na memória dos integrantes como o “B.O dos coordenadores”: a descoberta de uma prática de corrupção nas listas de participação. Conforme relatos dos integrantes da ocupação, alguns coordenadores antigos passaram a negociar o

registro da participação dos integrantes, trocando-o por dinheiro, favores ou “presentes”. Jozy, 53 anos, relata sua experiência logo no início da ocupação.

Um dos dias que eu cheguei, tinha um coordenador. Eu cheguei para dar minha presença e o coordenador estava lá embaixo, no barzinho bebendo, e falou para eu dar número do meu barraco, porque ele ia anotar na sola do pé. Ele sentado com o pé cruzado tirou o sapato e falou: “dá aí que eu anoto aqui, já já eu subo”. Eu olhei, ele com a cerveja em cima da mesa junto com outro amigo, os copos no balcão, e disse: “olha, não me leve a mal não, mas eu não vou dar o número do meu barraco para o senhor colocar na sola do pé, isso não é ético”. Ele começou a questionar comigo e nisso veio outro coordenador e disse para mim: “eu coloco sua presença, vou lá com você, se me pagar vinte reais”. Acontece que aqui dentro não existe isso, ninguém paga nada. Até as ajudas para fazer os barracos. Então, disse para ele: “eu tenho que te pagar vinte reais? Então sobe comigo ali na militância que eu vou te pagar vinte reais lá, mas eu vou pagar na presença da Dona Helena”. Ele disse: “não, você não vai fazer isso!”. Eu falei para ele: “olha aqui, moço! Eu fiz até a oitava série, eu estou há uma semana nessa ocupação e sei de normas, regras e coisas que devem ser cumpridas pelas cartilhas aqui dentro, tá?” E subi! Procurei a Dona Helena. Esse dia eu fiquei toda enrolada, cheguei no serviço e quase fui mandada embora. O coordenador ficou de marcação comigo, nós tivemos um debate muito feio. Discutimos, porque ele começou a ficar me rotulando, me pirraçando. Chegou o dia que eu fiquei nervosa com ele e quase o arranquei de cima do balcão, no chão, no tapa. Eu trouxe a denúncia para cima. Eu e o meu marido, Cleiton, na época nem sonhávamos em nos envolver. Ele era acampado normal e presenciou tudo aquilo, passou para o pessoal da coordenação, para o Jota, que estava aqui, e subiu todo mundo. Chamarem a atenção dele, afastaram os dois e entrou outro coordenador, aí que a corrupção começou. Na época, o meu marido foi levantando tudo e descobriu as falcaturas de todo mundo. Era bebedeira, várias coisas. Acampados que traziam um saco de arroz em troca da presença e o coordenador pegava, litro de vinho, era uma coisa muito bagunçada. A coordenação foi toda retirada, entraram com uma providência. A coordenadora [J.B.] sempre fala em assembleia e orienta que dentro das ocupações todo o serviço prestado é voluntário, que um ajuda o outro, que ninguém tem que cobrar nada de ninguém. (Jozy, ocupante na Nova Palestina, entrevista concedida à autora, 06/05/2018)

O caso foi objeto de debate na ocupação, porque aquelas práticas eram incompatíveis com a sua proposta e interditas pelo movimento. O coletivo decidiu pelo afastamento dos coordenadores envolvidos e “perda da luta” para aqueles que os corromperam, por terem buscado uma solução individualista dentro do coletivo. Ao falar sobre a coordenação, Marcos se refere a esse acontecimento e elucida algumas questões que atravessam a vivência coletiva da ocupação, onde a política é feita nas mediações das relações pessoais.

As pessoas entendiam algumas coisas de forma errada. Tem gente que *achava que os coordenadores eram donos do espaço* e queriam ganhar dinheiro. Tinha coordenador que fazia o trabalho errado. *Ser coordenador é quase um espelho do acampado*. Não é o Guilherme, não é a J.B. [militantes]. Somos nós, coordenadores que *estamos no dia a dia*. Tem gente que chega com um problema: ‘Você pode me ajudar? Eu te dou trinta reais!’. O certo é falar não. Eu, Claudio, e os outros coordenadores que estão até hoje, são taxados como os chatos, os rígidos por causa disso. *Não aceitamos suborno*. [pergunta - isso parte das próprias pessoas?] Sim, não é o coordenador que faz o convite. É você que faz a partir da dificuldade que tem. Tem gente que fala: “Eu não posso ir hoje, não posso ir amanhã [participação], como eu posso te ajudar?”. Nessa, traz perfume, sapato, camiseta, caixa de bombom. [pergunta - você recusa?] Eu prefiro que as coordenadoras e coordenadores do mesmo grupo que eu vejam que estão me

dando e não estão me comprando. Acontece muito: “Marcos, tem essa bermuda aqui”. *Eu não quero ganhar na minha porta, não quero que me chame na salinha da coordenação para que eu traga escondido. Eu quero que todos vejam o que está acontecendo*, porque vocês são pessoas que marcam a presença sempre. Então, estão me dando, porque gostam de mim. Está vendo o meu trabalho e achou por bem me dar. *O problema é a intenção e o que enxerga quem recebe*. Eu sou bem explícito, um livro aberto. Se eu estou ganhando algo, falo: ela me deu isso aqui e não é dinheiro que eu estou pegando. Tem pessoas que te chamam no cantinho para isso e essas eu mando conversar com a J.B. Um dia, minha esposa estava lavando a roupa dela e chegou uma moça dizendo: “Você precisa me ajudar! Eu estou mal na lista, já vi que perdi a luta e não posso vir mais. Você pode me ajudar? Eu te dou R\$ 200,00 hoje e, daqui a duas semanas, eu deposito mais R\$ 400,00”. Falou abertamente! Eu rejeitei e não foi porque minha mulher estava ali. Podem fazer a capivara, puxar o que for: não vão achar nada contra mim. Não concordo com isso. Eu estou desde o início [na coordenação] por causa disso, *outros companheiros não aguentaram a tentação*. Eu Disse para ela: “Sim, claro! Tem como você vir amanhã na reunião de coordenação? Vão estar eu, a J.B., todo mundo, aí você pode fazer essa proposta”. Ela disse: “Não, é uma coisa nossa, entre eu e você. É só para eu não perder minha luta”. Eu respondi: “*você ganha a sua e eu perco a minha*”. [pergunta - vocês tiveram um momento de pensar uma política para essas pessoas?] Toda segunda chance que foi dada não foi respeitada. Uma pessoa se queixa de algo, levamos para a reunião. Explicamos a decisão e que as regras são as mesmas. Com um mês, começa a faltar, não vem mais, pede desculpa e diz que não deu para ir. Não tem como te ajudar, se você não se ajudar. *A luta é coletiva, porque vão todos para a rua. Cada um vai para rua pelo seu objetivo, que é o mesmo, mas é um sonho individual*. Tem gente que vai para a luta aos empurrões, porque não aguenta mais. Às vezes, não é porque a pessoa não quer lutar, é porque ela está se comprometendo com uma coisa que ela não consegue arcar. Se comprometer com o coletivo ou com ela mesma. Veja bem, se ela está no mesmo trabalho, no mesmo emprego, se tem a mesma vida, e família e diz: “me dá mais uma chance que eu vou conseguir”, e não consegue, quer dizer que isso acontece por causa dessa família, por causa desse emprego, por causa desses afazeres. Então, na segunda vez, ela vai fazer errado de novo. Toda a segunda chance que nós damos, é sempre burros n’água. Depois da segunda, acabou e tchau. Não tem muito o que falar, a pessoa já sabe como funciona. Não é uma ou duas vezes, é um ano tentando ajudar. A pessoa vem uma vez, duas. Garante a luta dela com ou uma ou duas presenças. Isso já te dá o direito de ter a moradia, você não será excluído, mas vai demorar mais que os outros. É por demanda e participação. (Marcos, coordenador/ocupante da Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 07/07/2018)

A ocorrência de abuso de poder, corrupção ou clientelismo em uma ocupação não é para surpreender, pois, na experiência social dos brasileiros, são relações correntes, que conformam comportamentos sociais e tendem a se reproduzir nos diversos espaços. Quando os direitos não são a gramática predominante nas relações entre os sujeitos e a esfera pública, são as práticas a que estão submetidos que tendem a constituir seu repertório de interação. Se o acesso à justiça e aos direitos não estão dados àquela parcela da sociedade e a ação coletiva não é percebida como alternativa, saídas individualistas, como o “jeitinho” e a corrupção, se apresentam.

Não é a inexistência desses casos que constitui a experiência política da ocupação, e sim o tratamento dado a eles que permite produzir outro tipo de relação social, nas quais a solução individual não atente contra o coletivo. Viver junto envolve pactuar uma organização mínima e enfrentar conflitos que atravessam a experiência vivida. Nisso consiste o processo de politização forjado pela ocupação. Ao discutir o acontecido e buscar uma solução conjunta, o

coletivo colocou em perspectiva as práticas de corrupção, cuja sobrevivência se dá pela invisibilidade social. Construir uma esfera pública e pactuar valores éticos que protejam o coletivo implica modificar entendimentos e comportamentos. Para Marcos, está claro que a luta coletiva é o parâmetro de suas atividades como coordenador, assim como, do ponto de vista individual, calcula que não compensa arriscar a sua luta por pequenos ganhos imediatos. Para Jozy, a experiência trouxe mudanças em sua atitude e participação na ocupação.

No começo eu ficava tentando entender, guardava aquelas palavras que eu ouvia e tentava entender qual seria o resultado daquilo tudo. Eu comecei a me aprofundar mais e acompanhar, mas nunca me envolvi. Estava sempre ali, no meu cantinho, mas em volta de tudo e todo mundo. Desde esse dia [conflito com o coordenador], isso fez eu abrir a minha mente, entender e saber que eu tenho esse direito. Ver uma coisa errada ou sentir que alguém quer fazer algo comigo, me oprimir, coisas que eu sei que não estão certas, eu posso contestar, trazer no lugar certo e conversar. Muita gente toma isso como uma fofoca, mas eu não acredito que seja uma fofoca. Quando uma pessoa furta sua casa, você dá queixa do roubo na delegacia, não é isso? Em todas as situações, nós temos os nossos direitos. Para a coisa não bagunçar, não desandar demais eu levei o caso para a coordenação, levei adiante. Trocaram a coordenação, entraram outros coordenadores, a mãe do meu marido ficou responsável pela cozinha, durante muito tempo. Ela que organizava, fazia os almoços. Houve uma mudança que foi como pegar uma vassoura e varrer a sujeira, foi muito bom. Até hoje, ele está na coordenação [marido], vai fazer cinco anos. Eu fui vendo essas coisas e botando na minha cabeça. Tem coisas que eu tenho que vigiar, pois, se alguém propor para mim e eu fazer, está errado. Isso abriu muito a minha mente, em relação a algumas coisas, até de ver alguém fazendo algo errado e chegar na pessoa e dizer que isso não está certo. (Jozy, ocupante na Nova Palestina, entrevista concedida à autora, 06/05/2018)

Com sua atitude, em ter maior envolvimento com o coletivo e buscar coerência entre a proposta da ocupação e a prática, Jozy participa da construção de outra prática e outras relações dentro do coletivo.

5.1.3 O coletivo: entre a ocupação e a luta pela moradia

A primeira vez que estive na ocupação Nova Palestina foi em outubro de 2015, com uma turma de estudantes que foi conhecer o local e, possivelmente, apoiar atividades junto ao movimento. Naquele dia, outro grupo de estudantes e intelectuais estrangeiros circulava por lá, algo bastante frequente, especialmente no início da ocupação.

O que havia marcado a narrativa da Nova Palestina era o ineditismo do seu tamanho. Esse impacto da multidão dava visibilidade ao movimento e gerava curiosidade pelo lugar. Essa repercussão orgulhava os ocupantes, que se viam protagonistas de uma cena pública relevante.

O Guilherme falou que a ocupação que ele preza mais é a Palestina. Ela que fez o MTST ficar conhecido mundialmente. O movimento não tinha a visibilidade que a Palestina tem. Não existiu uma ocupação do MTST que recebeu tanta gente de diferentes partes do mundo, a não ser a Palestina. Ontem mesmo tinha gente de fora

aqui. Isso é toda semana: estrangeiro, estudante. (Jair, coordenador/Nova Palestina, entrevista concedida para a autora em 27/05/2018)

Tratava-se de um novo momento para o MTST, que teve sua capacidade organizativa desafiada. Em vista disso, o pequeno núcleo de militantes buscava ampliar seu número trazendo novos colaboradores. O convite para conhecer a ocupação tinha sido feito pelos coordenadores após uma palestra de Guilherme Boulos na FFLCH sobre cidade e segregação social.

Na ocasião, fomos acompanhados por A.P., militante do movimento. Bastante jovem e comunicativa, ela havia se formado recentemente em Ciências Sociais e começado a participar do movimento ainda na graduação. Ela atua com formação política dentro do movimento, por meio de conversas sobre o contexto político, abordagem de temas sociais específicos, atividades pedagógicas e outras. O diálogo com ela foi bastante aberto, inclusive, no sentido de debater aqueles pontos da crítica acadêmica.

Durante a visita à ocupação, ela falou do MTST, seu histórico e modo de atuação, e expôs conflitos e dificuldades internas e externas. Aspecto marcante, e que perpassou a trajetória do MTST, são as “acomodações” territoriais em vista dos demais agentes locais, especialmente as igrejas evangélicas, o tráfico, coletivos culturais e lideranças locais. A interação com esses agentes é carregada de ambiguidades: disputa e respeito. Na fala de A.P., é recorrente algo como: “nós temos muito a aprender com eles”, referindo-se à capacidade de organização e diálogo com os moradores.

O barracão central onde nos reunimos é destinado a atividades formativas, recreativas e encontros em geral. Composto por alguns móveis reaproveitados ou improvisados, o espaço se divide em uma cozinha, dois banheiros, um lado com mesa e diversas cadeiras, e o outro com uma biblioteca, sofás e alguns cartazes e materiais usados em manifestações. Nas paredes, recomendações sobre o uso coletivo do espaço e sua manutenção e pôsteres de lideranças políticas de esquerda, as mesmas que dão nome às ocupações. Esse é o local mais movimentado da ocupação, o espaço de encontro.

Naquele dia, os coordenadores prepararam uma recepção aos visitantes. O café e o lanche foram feitos de modo colaborativo pelos ocupantes: cada um leva alguma coisa, ou participa da “vaquinha”. Assim funciona a economia da ocupação. Na recepção, Carol, uma das ocupantes, preparou chá e bolo. Ao se apresentar, falou de sua condição transgênero e de como a ocupação foi uma alternativa à rua. Ali, havia encontrado um grupo de amigos que considera “uma família”. Graças a suas habilidades culinárias, havia cativado as crianças da ocupação, sempre reunidas em torno da cozinha coletiva. Ela não era a única transgênero nas ocupações

do MTST, e sua presença certamente colocava tensões entre os ocupantes, já que muitas famílias têm preconceito com os LGBTs ou são contrárias a eles. Por outro lado, essa tensão abre espaço para diálogos sobre o assunto, o que é promovido pelo Movimento nas ocupações, especialmente quando coordenadas por mulheres.

Na roda de conversa, os coordenadores contaram histórias suas, envolvendo situações cômicas, feitos inéditos ou ações de companheirismo decorrentes da experiência conjunta na ocupação. São narrativas já conhecidas deles e que, a cada apresentação, são reinterpretadas. O clima era de empolgação e intensidade política. É Sil, 45 anos, quem mais contagia com sua fala vibrante e atitude afirmativa. Em tom descontraído, contou que veio à ocupação por conta da mãe, que, aos 70 anos, insistiu em lutar por moradia. Receosa, Sil buscou saber mais sobre o movimento. Foi ficando, observando e, quando se deu conta, havia se mudado para lá também.

Eu aprendi muito e estou aprendendo cada dia mais com o MTST. Eu não falava assim não, viu gente! Falava bem arrastadinho o meu mineirinho mesmo, tinha vergonha dos outros. Hoje em dia, eu não tenho mais vergonha de falar, falo para 20 pessoas ou 20 mil, não tenho medo de lutar pelos meus direitos... de mulher! Se vocês forem nas nossas ocupações, vocês vão ver que tem mais mulheres que homens, olha a força das mulheres! (...) Independente da gente ser homem, mulher, gay, a gente não pode se calar de jeito nenhum, e agora que eu sei que eu posso, eu vou muito longe! (Sil, coordenadora na ocupação Nova Palestina, apresentação registrada pela autora em 17/10/2015)

O diferencial desse encontro estava na proximidade social e de repertório entre os representantes do MTST e estudantes em visita. Diferente do trânsito entre “classes” encontrado entre universidades e movimentos de moradia ou sindicatos nos anos 1980, muitos dos estudantes ali presentes são moradores de bairros periféricos. Da mesma forma, embora muitos militantes do MTST tenham trajetória acadêmica e uma origem social diversa dos sem-teto, eles também não correspondem ao mesmo perfil social presente nas antigas assessorias técnicas. A atuação dos atuais militantes também não se relaciona ao conhecimento técnico a serviço da ação pública, mas aparece na forma de mediação da ação política na articulação de saberes e práticas de solidariedade próprias dos trabalhadores pobres à uma estratégia política de construção da classe, por meio da ocupação.

Certamente, a expressão mais proeminente disso é a figura de Guilherme Boulos, principal liderança do MTST, que, além da projeção política nacional, possui repertório e trânsito no meio intelectual. Originário das classes médias, com formação acadêmica na área de filosofia e em psicanálise, Boulos combina militância política e intervenção pública nos debates intelectuais. Admirado e prestigiado entre os integrantes das ocupações, odiado e perseguido por opositores, ele é hoje uma das principais vozes da esquerda organizada. Seu

perfil de liderança envolve uma combinação bastante singular entre caminhar com a multidão dirigindo-se individualmente às pessoas e assumir voz de comando nas situações de negociação.

Desse modo, pode-se dizer que a ocupação resulta do encontro entre militantes do MTST e trabalhadores periféricos em busca de uma solução habitacional, sendo marcante a diferenciação entre os dois grupos. De um lado, um quadro de militantes com formação política e atuação nos níveis de organização e decisão do movimento; e, de outro, os chamados “trabalhadores sem teto”, pessoas que se juntam à luta pela moradia organizada pelo MTST. Esses dois grupos refletem diferenças de origem social e de condição na luta em questão. Nem sempre os militantes pleiteiam uma moradia, mas lutam pela causa; alguns são originários das classes médias e possuem Ensino Superior. Já a chamada “base social” está no movimento por causa da moradia. São famílias de trabalhadores urbanos muito pobres, a maior parte deles tem baixa escolaridade e nenhuma experiência de organização política.

Cena – A assembleia: o cansaço da multidão

Terça-feira, fevereiro de 2016, dia de assembleia na Nova Palestina. Após quase três anos de ocupação, esses encontros ocorriam uma vez por semana; depois, se tornariam mais esporádicos. Aos poucos, os trabalhadores vão chegando à ocupação, se aproximam do palco e aguardam o início. Alguns procuram a coordenação e informam que não poderão acompanhar a reunião; quase sempre, são pessoas que trabalham à noite. A presença nesses encontros é parte do método organizativo do movimento e conta como participação no cadastro das moradias. Os coordenadores coletam a presença sempre no final da assembleia, momento que gera algum tumulto. Enquanto não começa, na caixa de som, o Rap e o sertanejo se revezam. Nesse meio tempo, percorro o espaço, converso com alguns acampados, reencontro outros, dou andamento ao questionário que vinha fazendo. Às vezes, sou confundida com “o pessoal do MTST”. A noite é fria e o vento é intenso nessa época do ano. A multidão vai preenchendo o espaço em frente ao palco, famílias, crianças, pessoas sozinhas vão se reunindo. Há impaciência, rostos cansados, pessoas falam do deslocamento até em casa, da jornada de trabalho. J.B. é sensível a isso tudo. Não retarda a fala, sobe no palco, pega o microfone, calibra a voz feminina: “Boa noite, Palestina!”, o eco não ressoa na mesma intensidade. Ela segue, sem vacilos ou delongas. Há informes sobre o andamento dos processos da ocupação. O projeto das moradias está pronto, há uma apresentação dos engenheiros na semana seguinte, todos poderão ver e fazer perguntas. Mas o recurso financeiro ainda não está garantido. O governo Dilma (PT) tardava em lançar a terceira fase do PMCMV, a promessa da campanha, em 2014, era entregar três milhões de novas

moradias. Seria preciso ir à luta, pressionar o governo. O movimento já tinha definido um novo ato e todos iriam às ruas.

Assembleias e manifestações de rua estão entre as atividades permanentes que visam manter a ocupação ativa; elas tendem, porém, a se desgastar durante o processo político. A frequência das assembleias foi se reduzindo ao longo do tempo e, hoje, elas são quinzenais. Na prática, é um procedimento diferente do formato tradicional das assembleias, mais informativo que deliberativo, com caráter de reunião. Seu objetivo é manter os membros da ocupação comprometidos com o coletivo, compartilhando informações, atualizando a situação da ocupação e, às vezes, deliberando sobre alguma questão específica da ocupação ou dos representantes. A participação nessas atividades de mobilização é uma decisão individual, embora todos saibam que esse é um requisito para atingir os objetivos da luta, o que é reforçado o tempo todo pela coordenação.

A luta pela moradia e a estrutura de negociação com a qual o movimento interage estão submetidas ao *modus operandi* da política institucional, recolocando, assim, os dilemas da participação política para os integrantes da ocupação, que precisam participar de mobilizações e negociações, o que, em geral, é incompatível com a dinâmica de suas vidas. Ao mesmo tempo que a ocupação é um modo de ação direta, sua dinâmica e configuração são afetadas pela relação com a política institucional e o Estado, em vista da luta pelo acesso à política habitacional.

Cena - A mudança: entre o projeto habitacional e a gestão das urgências

Janeiro de 2017, sábado de manhã. A ocupação está em atividade, muitas pessoas trabalhavam no local, escavando buracos, aplainando espaços, alinhando paredes, puxando instalações elétricas, carregando móveis. Boa parte dos antigos barracos simbólicos de lona estavam sendo substituídos por outros mais reforçados, com pisos de alvenaria, paredes de madeirite e restos de outros materiais, telhados de Eternit. Não era apenas mais um dos mutirões realizados pelos ocupantes para “manter a ocupação viva”. Era uma mudança no sentido e organização da ocupação.

Eu sabia que a nova conjuntura política – pós-golpe de 2016, com a suspensão do PMCMV-E e a eleição do governo Dória na cidade de São Paulo – era desfavorável ao MTST e colocava a ocupação em risco de desocupação ou, no mínimo, incerteza sobre o futuro próximo, mas ainda não sabia sobre as redefinições do movimento. Pergunto aos acampados o que está ocorrendo; sou informada de que, na reunião com a coordenação geral do movimento,

Guilherme Boulos falou que quem estivesse com dificuldades financeiras e que quisesse morar na ocupação poderia construir um barraco mais adequado para isso.

A decisão modificava o formato de ocupação concebido pelo próprio movimento, que era de não transformar a ocupação em habitação, devido às condições precárias e ao risco de favelização. Isso afetava também a lógica de centrar a organização local nos espaços coletivos. Por outro lado, habitar a ocupação dificultava a sua remoção e facilitava a sua mobilização. Mas o que surpreendia mais não era a postura do MTST, e sim a quantidade de pessoas que se transferiu à ocupação. Logo no começo, meu levantamento indicou que 35% deles moravam na ocupação; conforme a situação da crise se agravou, esse número cresceu. Conversando com os acampados, enquanto levantam suas moradias, me dou conta da familiaridade com que vão levando adiante a empreitada do barraco e os imprevistos da vida.

Aproximo-me de dois acampados envolvidos na reelaboração do barraco quase desfeito pela ação do tempo. João e Ademar são, ambos, pedreiros. João brinca com as exigências da esposa para a nova moradia: queria divisórias internas e dois quartos. O espaço é pequeno, quase todos os barracos têm o mesmo tamanho, mas a forma e a organização interna varia conforme os materiais disponíveis, necessidades e gosto de cada morador. Converso com eles sobre o motivo de mudarem para a ocupação. João fala sobre a situação familiar: a construção civil estava em baixa, “não está fácil conseguir serviço, como antes”; a esposa, que trabalhava na área de limpeza, ficara desempregada naquela semana: ela e outros dez funcionários foram demitidos da empresa terceirizada, porém, o processo de demissão foi encaminhado como um “acordo”, em que os funcionários deveriam devolver os 40% da multa rescisória. Na hora de sacar o FGTS, o segurança da firma acompanhou os funcionários até o banco para arrecadar a parcela. Sem entender muito bem como funcionam os direitos, o marido estava desconfiado da situação, reclamou do sindicato, que “não olha essas coisas”. Nesse momento, Ademar observou que as firmas estão fazendo contratos só de três meses, “depois dispensam”.

Na rua da frente, Vanessa visitava os pais, ambos na faixa dos 50 anos. O barraco já estava construído, os irmãos da igreja ajudaram. Tudo foi feito com material novo, adquirido na loja com o dinheiro do acordo que a mãe fez com a patroa, “uma pessoa muito boa”, segundo Vanessa. A mãe trabalha como doméstica, mas vinha sofrendo com sérios problemas de saúde na coluna. O pai trabalha com pintura e gesso, porém, de forma irregular e intermitente.

Até que hoje meu pai está trabalhando, mas as vezes tem, as vezes não tem. Sempre pagando aluguel, mas as vezes não tem. Outro dia mesmo, ficou três meses parado. Estava trabalhando com um amigo, mas o cara não pagou, porque a conta era junto. A arquiteta depositou, e ele disse para o meu pai que não tinha recebido. Meu pai se afastou dele, não quer mais amizade. É da igreja também, então, é feio, né. Mas meu

pai não quis ir no pastor, porque o pastor faz pagar. (Vanessa, ocupante/Nova Palestina, relato coletado pela autora em 14 de janeiro de 2017)

Vanessa tem 24 anos, é casada e participa da ocupação, mas, como tem filho pequeno e o marido tem trabalho, resolveram continuar no aluguel até que o apartamento saísse em definitivo. Sem depositar grandes expectativas na ocupação, porém orientada por planejamento financeiro, ela avalia a vinda dos pais de forma pragmática.

Eu tenho muito medo, porque é aberto assim. A gente nunca sabe, às vezes, a polícia invade, porque eles cumprem mandato, daí sair assim de uma hora para outra com as crianças é difícil. Mas meus pais, acharam melhor vir, assim, pelo menos consegue guardar um pouco de dinheiro. A gente não sabe se vai sair alguma coisa aqui, mas se não der, ao menos tem uma poupancinha, arruma outro lugar, compra um terreninho e constrói. A gente pensa mais nisso mesmo. Cresce um pouco. (Vanessa, ocupante/Nova Palestina, relato coletado pela autora em 14 de janeiro de 2017)

No quarteirão ao lado, a família de Neusa, 40 anos, forma uma vizinhança. Vindos do sítio, no interior de MG, no início dos anos 1980, a família sempre se manteve próxima, nos vários lugares onde morou. Origem e destino semelhante, Neusa e seu filho, o irmão (50 anos) e a cunhada (48 anos), bem como a filha do casal e seu esposo, mudaram para ocupação assim como mudaram para tantos outros locais. A diferença, diz Nena (a cunhada), é que “aqui a gente não paga aluguel”. Para o casal, que mudou de Paraisópolis para o Jd. Ângela em busca de aluguéis mais baratos, ir para a ocupação era uma forma de “economizar dinheiro para o caso das vacas magras”. A dificuldade maior dela foi o deslocamento para o trabalho, pois, “apesar de ser perto, não tem linha direta entre o Jd. Ângela e o Morumbi”, onde ela trabalha. Todos os dias, Nena sai de casa às 5h30 da manhã para trabalhar como doméstica numa casa de família e só volta às 20h. O marido é motorista de ônibus e trabalha no período noturno, no “corujão”, de modo que o casal quase não se encontra. As mulheres da família se organizam para cuidar das duas crianças, já que Neusa trabalha como diarista e a sobrinha como motorista da Uber.

Cleusa e Jaílson construíram sua moradia mais ao fundo da ocupação, onde moram com a filha de oito anos. Jaílson aproveitou o amplo espaço de terra da ocupação para cultivar hortaliças, construiu uma horta grande no fundo da casa. “Eu gosto muito de plantar”, diz ele, para quem o espaço da ocupação é percebido como zona fronteira entre o rural e o urbano, onde se pode produzir: “eu gosto daqui, na cidade não tem como fazer nada”. Morando na ocupação não ficam pressionados pelo aluguel. Vivem com o salário de Cleusa, e Jaílson cuida dos afazeres domésticos, da filha, das plantações e participa da coordenação. O casal assumiu um modo de vida menos submetido ao consumo material e à instrumentalização do trabalho, valorizando o bem viver e as relações coletivas.

A mudança ocorrida na ocupação tinha sido impulsionada pelo contexto político, que retirava do horizonte a perspectiva daquelas famílias de se estabelecerem na cidade. Essa mudança, entretanto, afetara tanto o método de organização da ocupação do MTST quanto os modos como o espaço era vivido pelos ocupantes. Quando a possibilidade de realização habitacional fora posta em suspenso no emaranhado estatal (político e burocrático), o sentido da luta tende a se perder na imediatez da sobrevivência diária. Essa condição à qual são devolvidos, após anos de luta, reitera o presente imediato, esvaziando de sentido a ação política.

Nesse contexto, a ocupação ganha um caráter de pura resistência, na qual manter o coletivo e garantir as condições de existência dos seus integrantes é a finalidade. Enquanto a solução habitacional fica suspensa no tempo da política institucional e da burocracia, a luta pela sobrevivência é travada na vida cotidiana da ocupação.

5.1.4 Espaços coletivos e lugares de encontro: práticas femininas dos cuidados

Meses depois da reconfiguração da ocupação ocorrida no início de 2017, quando grande parte dos ocupantes passaram a morar no local, a dinâmica do espaço havia se alterado. Quem fosse à ocupação tinha a impressão de que ela estava menos habitada do que quando as famílias não moravam no local. Se antes a centralidade das ações estava nos espaços compartilhados e no encontro neles, após a mudança, a centralidade passou a ser as moradias individuais e a vida privada. As cozinhas coletivas foram reduzidas a três espaços, cada vez menos ativos; os barracos assumiam feições de casas, com divisões internas, cozinhas e banheiros individuais. Portas e pessoas ficaram mais fechadas, a receptividade era menor. As atividades conjuntas eram menos frequentes e menos participativas.

A mudança era sentida pela coordenação. J.B. sempre destacava o papel da TV e da grande imprensa nos hábitos das famílias e na posição política que assumiam; com frequência, apontava a disputa de narrativa com a grande mídia como a batalha mais difícil. Entretanto, tempos depois, enquanto conversávamos sobre o assunto, percebo que ela havia reelaborado sua compreensão.

É muito da necessidade mesmo... O mundo, a vida é tão conturbada que o momento que você tem para descansar a cabeça, você não quer saber que o governo está tirando os seus direitos, você não quer ouvir falar de política. Porque você está sentindo tudo isso na pele, então você quer descanso, ligar na rede Globo e assistir à novela, sabe... ter seus filhos lá com a barriguinha cheia por um dia. Viver um dia de cada vez e pronto, já está bom. Deixar os problemas para amanhã... É meio complicado essa coisa de trazer as pessoas para a luz da consciência, porque a consciência é dura, dolorida, traz depressão. Muitas vezes eu acordo de manhã, ligo a TV e desligo a TV, abro e Facebook e fecho o Facebook, e abro e fecho o zap. Eu penso: gente eu vou parar! Você consegue um avanço de um passo e retrocede quinze! Então, o que é melhor?

Viver na cegueira ou ver? Às vezes, a gente se questiona, será que é pior para mim, é pior para você ou é pior para o outro ali? A gente se revolta muito, a gente se indigna mais, se indigna com você, com o outro. Às vezes, eu desejo uma vida comum, casa, trabalho. (...) É o conforto de um dia. Final de semana rolou de fazer um churrasquinho e convidar as amigas, deixar a dívida que amanhã eu pago, e assim vai indo, sabe... Dá para ver que as pessoas tentam ser felizes dessa forma, porque ficar encarando a realidade todo dia não dá. *O imediato é mais fácil*. Por isso, às vezes, é muito mais fácil para as pessoas investir 50 reais por mês na carteirinha de uma associação e morar 6 meses dentro de uma ocupação e depois ir para outra e outra, e outra, do que elas investirem numa luta diária igual a nossa para ter algo definido lá no futuro, porque *o futuro é muito incerto*. O imediato traz um conforto que eu não tenho. (J.B., militante do MTST/coordenadora da ocupação Nova Palestina, conversa registrada pela autora em 13 de abril de 2018).

A fala de J.B., pronunciada quase num desabafo, traz à cena o sujeito comprimido pela urgência da vida imediata, cuja sobrevivência requer também compreender. Ao tratar do desamparo, Safatle (2015) chama a atenção para o fato de que a ação política, nessas condições, pode demandar outro tipo de autoridade, distinta daquela baseada na força soberana ou em crenças providenciais. O desamparo, diz o autor, ao contrário do medo ou da esperança, é desprovido de expectativas, opera em outra temporalidade, expressa na indeterminação provocada pela avaliação da inadequação entre a força que se tem e a situação enfrentada (p.52).

A reflexão de J.B. era um exercício de alteridade que a deslocava da figura construída de mulher negra militante tentando afirmar sua força política frente a um grupo acostumado a reconhecer isso na figura branca masculina. Sua fala revela o momento em que sua própria experiência de vida, em tudo semelhante à de seus companheiros, se traduziu numa leitura política capaz de reposicionar sua atitude. Era claro para ela que a luta se fazia no dia a dia e a cada dia e, num mundo cheio de sofrimento e incertezas, o conforto imediato move as pessoas. Esse aprendizado foi a chave para um conjunto de iniciativas que ela mobilizou, apostando no *encontro* com o *outro* como modo de enfrentar a desesperança e a subjetivação neoliberal.

Ao comentar sobre as mudanças ocorridas na ocupação, Jozy ressalta que a qualidade da convivência havia se alterado. Os laços de confiança se tornaram mais relevantes para os integrantes da ocupação, aproximando-os mais em torno do compromisso com o coletivo.

Eu acho que em muitos casos melhorou. [pergunta - o convívio não era maior antes?] Sim, mas o convívio era aquele da pessoa chegar, dar sua presença e ir embora. Praticamente, as pessoas não se conheciam. Hoje, com as cozinhas unificadas, se você faz um almoço, um evento comunitário ou qualquer outra coisa nas cozinhas, todo mundo se agrupa e você vê quem é quem. Eu acho que ficou melhor, nesse sentido. No dia a dia, o evento é uma peça fundamental. Na presença, e no entra e sai, nós conhecemos algumas pessoas, principalmente, as pessoas de luta e frequentes. Sempre perguntam alguma coisa, se nós estamos sabendo de algum informe, o horário que vai acontecer algum encontro, o que vai fazendo criar aquele elo. (Jozy, ocupante na Nova Palestina, entrevista concedida à autora, 06/05/2018)

A fala de Jozy remete a duas dimensões relevantes para a experiência na ocupação: o *dia a dia* e o *evento*. São dois momentos distintos em que as relações são construídas. No dia a dia, estabelecem-se vínculos de confiança e solidariedade; no evento, compartilham-se alegrias, afinidades, amizades. O cotidiano e o acontecimento são duas temporalidades complementares no espaço da ocupação: se o cotidiano é a centro da vida, onde a reprodução dos modos de dominação pode ser confrontada, o acontecimento é uma intervenção na rotina, o que permite desnaturalizar práticas e comportamentos instituídos pela ordem dominante. O próprio ato de ocupar é uma intervenção no ordenamento urbano que instaura uma situação extraordinária. Significar politicamente essa situação é a possibilidade dada na construção desse espaço vivido. Nas palavras de Jozy: “Quando vamos para um outro lugar, tudo é novo para a gente; quando você sai de um lugar para outro que você não conhece ninguém, tem que construir as amizades, os conhecimentos com as pessoas e viver o seu dia a dia.”

As cozinhas e o dia a dia da vida em comum

Nas cozinhas coletivas, tudo é feito de modo colaborativo e exige o esforço diário de encontrar equilíbrio entre necessidades e possibilidades de cada um. O cardápio e os acessórios da cozinha dependem da contribuição, mas nunca falta nada e há sempre modo de substituir ingredientes, improvisar um equipamento ou arranjar uma “vaquinha” e, assim, há sempre um prato completo: feijão, arroz, um legume e uma “mistura”. Finda a refeição, é compromisso de todos manter a louça e a cozinha limpas. Sem isso, a refeição dos seguintes fica impossibilitada pela escassez de pratos e talheres. Durante toda a tarde, a cozinha é frequentada pelos ocupantes que estão chegando ou saindo para trabalhar, ou apenas de passagem. Ao todo, circulam por ali umas 60 pessoas. Alguns ficam mais tempo, ajudam nas tarefas, outros ficam apenas o tempo de almoçar, mas ninguém fica indiferente ao ambiente e às conversas.

Em uma conversa com Dona Carmem, integrante da ocupação, ela chamava a atenção para o fato de que “muitas pessoas na ocupação passavam necessidade, mas, às vezes, têm vergonha de falar”. Ela que já tinha trabalhado em ONG, com cesta básica, disse que tinha vontade de montar uma ONG para arrecadar doações, porque “se uns têm, outros não têm”. Com base nessas práticas e na iniciativa das hortas e cozinhas comunitárias, o MTST lançou recentemente uma campanha nacional de arrecadação de alimentos, “Periferia Sem Fome”, buscando sensibilizar a opinião pública para a insegurança alimentar e questionando medidas econômicas do governo Bolsonaro.

Nas grandes cidades esse cenário é ainda mais dramático. Com dificuldades de optar pela produção de alimentos e com o esgarçamento das relações de solidariedade nas comunidades, fruto do individualismo crescente em nossa sociedade, certamente inúmeras famílias já têm passado parte do mês com acesso escasso aos alimentos. Entre os participantes do MTST esse se tornou um debate cada vez mais relevante (MTST, página oficial, 12/04/2019)²³⁶

Frente a um mundo que entrega desemprego, precarização da vida urbana e sofrimento individualizado, é a produção e manutenção da vida coletiva que move o trabalho e sua organização nas ocupações. Ali, é o pensamento prático e experimental que predomina. Nas refeições compartilhadas, nas pausas para o café, na limpeza do espaço, vão se alinhando ideias sobre o que tem de ser feito e os novos modos de organizar os espaços e lidar com os problemas.

Imagem 15 – Manutenção cotidiana da ocupação Nova Palestina

Fonte: Facebook (Nova Palestina)

A dinâmica do trabalho é pautada por responsabilidades, interdependências e reconhecimento de saberes. No espaço improvisado da ocupação, não importam muito os marcadores de gênero e raça, quando todos estão mobilizados pela mesma finalidade fazer a vida funcionar. “Eu faço muita coisa que, às vezes, tem homem que não faz”, diz Josy, ao se

²³⁶ Ver site oficial do MTST: <https://mtst.org/mtst/periferia-sem-fome-campanha-nacional-de-arrecadacao-de-alimentos/> Acesso em: 10 julho de 2019.

apresentar. “Eu sempre fui aquela pessoa espontânea que tem vontade de aprender tudo, fazer as coisas”, afirma ela, que é uma das ocupantes mais ativas nas tarefas coletivas da ocupação. “Cearense e nordestina”, Josy é uma mulher disposta e contestadora. Como vimos, logo que chegou à ocupação, precisou enfrentar um dos antigos coordenadores, que tentou “se impor” sobre ela. Mãe de três filhos adultos, teve que lutar contra os valores morais da família para se separar do primeiro marido e, depois, cuidar da filha sozinha. O segundo casamento foi interrompido pelo assassinato do marido num assalto à mão armada, deixando-a com três filhos pequenos. Com 53 anos de idade, chegou sozinha à ocupação. Ao longo de sua trajetória, aprendeu a “se virar”. Trabalhou a vida toda, desde pequena acompanhava o pai na construção civil, depois foi empregada doméstica e, por fim, manicure, o que lhe possibilitou empreender o próprio negócio por um tempo. Atualmente, trabalha como cuidadora da sogra de um “conhecido empresário brasileiro”.

Como visto no capítulo anterior, a maioria das integrantes da ocupação exercem atividades fora de casa, em geral, na casa de outros. São faxineiras, domésticas, cuidadoras, babás, manicures, cabelereiras, auxiliares de enfermagem, cozinheiras. Muitas estendem a jornada de trabalho para cuidar da própria casa e, como nem sempre contam com o serviço público de creche ou com a ajuda do marido, deixam seus filhos desassistidos. Quase todas negras e pardas, mães e avós, migrantes do norte ou filhas deles. Periféricas. Trazem consigo a experiência da classe trabalhadora que vende sua força de trabalho no “mercado dos cuidados”.

São essas mulheres que tornam possível a existência na e da ocupação, deslocando o trabalho da reprodução da vida, dito feminino, da invisibilidade da vida doméstica ou da precariedade do mercado de trabalho, para o centro da vida coletiva. Na ocupação, a experiência prática dos cuidados trazida por essas mulheres ganha outro significado, à medida que representa a reapropriação das práticas de reprodução para dar vida ao coletivo. Vida que se alimenta não apenas das necessidades materiais, mas também de reconhecimento e vínculos de pertencimento, que se traduzem num outro modo de produção política: a dos afetos.

Além de assegurar a alimentação para todos os presentes, as cozinhas se constituem no principal núcleo de interação cotidiana entre os ocupantes, como espaços de troca de saberes e produção de relações afetivas. São as “tias” (uma invenção parental dentro do movimento), que ensinam a tecer a vida comum e cuidar das relações. Tia Cida é uma dessas personagens que foi dando seguimento à prática de acolhimento e partilha por meio das cozinhas. Nascida em São Paulo, filha de nordestinos, ela chegou às ocupações do MTST pelo marido, com quem é casada há mais de 30 anos e tem quatro filhos. Ele e um dos filhos participavam da ocupação

João Cândido, mas ela tinha receio de se envolver, embora sempre se sentisse emocionada ao ver o povo na rua. Certo dia, resolveu acompanhar o filho num ato e conta que ficou comovida quando viu “todo aquele povo junto”. Na época, trabalhava num restaurante da Vila Olímpia há muitos anos. Saía às 4h da manhã, e voltava para casa quase às 23h. Sempre dedicada a servir no trabalho e em casa, quase não falava. Conta que, quando chegou à ocupação sentiu-se acolhida pelas mulheres de lá e foi encorajada por Boulos a falar em público. No dia a dia da ocupação, encantou-se com a prática de compartilhamento que há nas cozinhas das ocupações.

É difícil entender o que vou falar: no meu trabalho, na minha casa, eu não sabia o que era coletividade, o que era aceitar todo mundo junto, o que era dividir. Quando estamos trabalhando fora, no meu caso, em um restaurante, jamais um companheiro de trabalho ia beber a minha água. Lá [no MTST] não havia essa preocupação, esse medo de tomar a mesma água, o mesmo café que eu tomava. Foi na ocupação que enxerguei o mundo diferente. Onde eu tinha visto isso antes? Essa preocupação de dividir o que é seu comigo? Na minha casa, no meu bairro, eu nunca tinha visto. Então foi lá dentro que aprendi que poderia falar, e eu era ouvida. Na ocupação, aprendi que quando eu era maltratada em postos de saúde, hospitais...aprendi a falar, a me defender. Aprendi a não ser submissa, a não ter medo de falar. (Tia Cida, depoimento ao MTST em 07/02/2019)

Quando a conheci, em 2016, tia Cida estava oferecendo suporte a uma ocupação nova. Enquanto conversava comigo, coordenava as ações de instalação da ocupação e permanecia ativa no smartphone, organizando o ato do dia seguinte contra o ajuste fiscal e pela liberalização da fase 3 do PMCMV. Postura determinada e imperativa, tia Cida é respeitada pelos mais jovens, que acatam suas orientações e se relacionam com ela como uma espécie de “mãe”. Da sua convivência nas cozinhas do MTST, guarda uma porção de histórias vividas, pequenos gestos de companheirismo ou solidariedade com quem passa por dificuldade ou sofrimento. “Eu sempre chegava mais tarde na ocupação, porque estava fazendo faculdade. Chegava na ocupação meia-noite e a cozinha já estava fechada, mas a tia Cida deixava uma marmitinha pra mim e eu ficava muito emocionada com isso. Nunca vou esquecer. É um amor que eu nunca vi”, conta uma das integrantes da ocupação.

Na ocupação Nova Palestina, a cozinha da tia Neusa é a preferida. Aos 63 anos de idade, a ocupação era a primeira ação coletiva da qual ela participara. Ela chegou ali em busca de conseguir uma casa para o neto de 15 anos, por quem ela é responsável. Em verdade, seria uma moradia para ambos, já que ela paga aluguel e a renda da aposentadoria fica encurtada frente aos crescentes gastos com o neto. Merendeira aposentada, na ocupação ela assumiu um compromisso com o almoço às terças e quintas, quando caminha do bairro vizinho até a Nova Palestina. Enquanto compartilha parte do seu tempo e conhecimento prático, participa da vida coletiva da ocupação, conversa sobre acontecimentos políticos, os atos que serão encaminhados

na assembleia e sobre a vida pessoal. “Se não fosse ela, eu ficaria sem comer, porque não teria coragem de chegar em casa e ainda fazer comida”, diz Julia, que havia passado o dia todo trabalhando numa faxina.

Assim também é com Vivian. Sozinha e sem ajuda financeira do ex-marido, ela conta com a colaboração de outras mulheres da ocupação para cuidar do filho de sete anos, enquanto ele não está na escola e ela está trabalhando como diarista. Depois que mudou para a ocupação, a violência doméstica sofrida ganhou visibilidade e ela saiu de um relacionamento de abusivo de 10 anos. A ocupação possibilitou a ela o suporte material da moradia e o apoio emocional das colegas e da coordenadora. Além disso, as rodas de conversa com ativistas feministas e entre as mulheres da ocupação, que compartilham experiências de violência ou tratam da desigualdade de gênero, possibilitam repensar comportamentos e as relações de gênero.

“Aqui a gente é uma família”, diz Carol, alegremente, enquanto ajuda nos preparativos da festa junina do dia seguinte. Mas a conotação afetiva que faz da associação entre família e o coletivo não abstrai as contradições que essa unidade comporta. Rompida com sua família de origem por sua condição de mulher transexual, seus relatos sobre a vivência na ocupação são, concomitantemente, de solidariedade e conflito. “Eu enfrentei muita barra aqui, a J.B. foi uma das mulheres que me abraçou, ela e mais três pessoas aqui dentro me trataram com muito carinho. Eu enfrentei muita resistência aqui e até hoje eu enfrento”.

Aprenderam a conviver comigo, eu conquistei muita gente. Quando eu morei aqui na época do acampamento, no começo. Não tinha água, não tinha luz, eu tomava banho na bica. Ia tomar banho gelado lá. Aqui, tinha alguns cupinzeiros que faziam fogueira, aí nós fazíamos comida e tomávamos banho. Eu vivi um ano e meio aqui, nessa época. Eu fazia amizade com o povo, cozinhava, cuidava de criança, um ajudava o outro... Aqui você vê muitos conselhos. (Carol, integrante da ocupação da Nova Palestina, entrevista concedida à autora em 23/06/2018)

Se por um lado, a ocupação estabelece uma normatividade que assegura respeito à diversidade sexual e à dignidade da pessoa, por outro, é na convivência cotidiana que se institui o tensionamento das relações e novos entendimentos. A presença de Carol na ocupação implica falar, pensar e repensar sobre transgênero, sexualidade e preconceito. Não tem escapatória. Ocupar o espaço significa construí-lo socialmente, como nos lembra Lefebvre. Essa construção se faz na experiência compartilhada do espaço vivido, no confronto com o *outro*, mediado pelo reconhecimento e respeito à dignidade humana. Mais recentemente, Carol tem ajudado a construir o grupo LGBT Sem Medo, organizando atividades na ocupação, como rodadas de discussão sobre a reforma da previdência do ponto de vista LGBT.

Desse modo, a ocupação pode se constituir num espaço de aprendizado mútuo, em que a melhor alternativa é a saída coletiva e democrática, entretanto, uma democracia que não se confunde com métodos e procedimentos institucionais, mas se define pela democratização das relações. Aprendizado é uma palavra recorrente entre os ocupantes para definir sua experiência naquele espaço. Para Josy, os conflitos e problemas enfrentados, bem como os encontros e o convívio, são tomados como lição.

Observando muitas coisas que eu vivi aqui, elas me serviram como aulas. As pessoas que eu estava próxima, mesmo sem ter amizade, só de conhecer de vista, serviram de lição para mim vendo e convivendo com algumas coisas. Por isso, eu tiro como uma aprendizagem, qualquer coisa, tudo o que eu vivi aqui. Isso fez com que a minha mente amadurecesse mais, analisasse esses momentos que eu vivi e as coisas que eu passei por elas. (...) Eu acho muito legal, as pessoas aqui dentro, o coletivo se doa para as pessoas que moram aqui: busca ajuda, orienta, estão sempre falando. Muita gente leva isso como uma cobrança. Eu não vejo como uma cobrança, eu vejo como um meio de proteção, cuidado e companheirismo (Jozy, ocupante na Nova Palestina, entrevista concedida à autora, 06/05/2018).

Imagem 16 – Atividades promovidas pelo coletivo na ocupação Nova Palestina

Fonte: Facebook (Nova Palestina)

O convívio construído por intermédio da ocupação permite a construção de vínculos de sociabilidade potentes. Importar-se com o outro, cuidar das relações, e envolver-se em obrigações cotidianas do viver junto correspondem a uma dimensão da política que passa pelos afetos, e as “tias” são as lideranças constituídas nesse elo entre a vida cotidiana e a política. Ao

reposicionar o trabalho dedicado à reprodução da vida, o espaço da ocupação traz consigo tudo aquilo que fica isolado na vida privada ou doméstica: violência sexista, problemas com o álcool e drogas, sofrimento, desemprego. Percebidas de modo vinculado, as relações sociais são postas no terreno da política. Assim, em meio a conflitos, acertos e recomeços, as relações vão se constituindo. Lidar com esses problemas pela via do acolhimento em lugar da exclusão, buscar juntos as soluções e construir pactos de confiança são apostas em outro modo de conviver.

As festas e os encontros

Se as cozinhas são espaços do comum no dia a dia da ocupação, as festas e as atividades recreativas são acontecimentos que introduzem inflexões na rotina e enriquecem a construção coletiva por meio do aprendizado que aproxima arte, política, ativismo e festa. Como observa Jozy, “no dia a dia, o evento é uma peça fundamental”.

As festas têm um significado especial, não apenas porque representam um momento de alegria e confraternização, em contraponto ao sofrimento e às dificuldades do dia a dia, mas porque são feitas de outro modo. Seus preparativos, as motivações, arranjos e componentes são momentos integrados à vida da ocupação, que mobilizam a produção de um espaço de encontro vivido pelos participantes. Ela escapa aos espaços especializados de entretenimento, próprios da fragmentação do espaço, em que o tempo de lazer é capturado pela lógica consumista.

Nas festas da ocupação, o Rap é frequente, sejam pelos álbuns de grupos consagrados, como Racionais MCs, seja pela presença de grupos locais, muitos deles parceiros do movimento, ou rappers integrantes das ocupações, como é o caso da coordenadora da ocupação, J.B., que participa da cena do Rap e promove esses eventos lá. O Rap tem um sentido especial por ser uma narrativa conectada à territorialidade periférica e à questão racial, que atravessa nossa experiência social e tensiona as relações no interior do coletivo.

Imagem 17 – Eventos e dias festivos na ocupação Nova Palestina

Fonte:

Facebook (Nova Palestina)

Redes de apoio e ativismos

É parte dos esforços do movimento buscar contatos que extravasem o círculo primeiro de relações dos integrantes da ocupação. Para isso é conferida especial importância às atividades com os “apoios”, ou seja, pessoas ou ativistas sem vínculos com o movimento ou a ocupação, mas que lá desenvolvem atividades de suporte e solidariedade. Assim, é mobilizada uma rede de interação entre a ocupação e públicos externos para a realização de atividades diversas, como eventos e encontros com outros coletivos (LGBT, religiosos, feminista, torcida Gaviões da Fiel), o cursinho UNEafro, as apresentações de Rap, rodas de conversa com as brigadas nas áreas jurídicas, médicas, e da psicologia, e os mutirões nas praças com associações locais.

Essa rede de apoio é muito relevante porque sinaliza reconhecimento social da luta e de seus participantes. Além disso, contribui para o enriquecimento da experiência social dos ocupantes e da prática da ocupação. A realização de atividades diversas proporciona vitalidade para a ocupação, especialmente, nesses casos em que ela tem longa duração e enfrenta contexto desfavorável ao desfecho da luta e descrença na política.

Imagem 18 – Ocupação Nova Palestina com atividades promovidas por coletivos de apoio

Fonte: Facebook (Ocupação Nova Palestina)

Entre essas atividades promovidas na ocupação, as rodas de conversa com psicólogos me chamaram a atenção, porque são recentes no campo da ação coletiva organizada e lidam com uma questão ainda pouco visibilizada: o sofrimento. É frequente, entre os integrantes da ocupação, relatos sobre algum tipo de sintoma depressivo. Logo no início da minha pesquisa de campo, em 2016, enquanto aplicava um questionário socioeconômico, surgiam relatos que remetiam ao sentimento de impotência, tristeza, solidão e até atentados contra a própria vida. Então, passei a perguntar no questionário se o respondente já tinha tido depressão ou ansiedade. Entre os 100 entrevistados, 34 disseram que sim, 21 haviam procurado ajuda profissional e 7 chegaram a tomar medicamento. Dos que não indicaram quadro depressivo, 22 alegaram algum tipo de angústia ou tristeza constante.

Não por acaso, Guilherme Boulos dedicou um mestrado ao tema. Em seu trabalho, Boulos (2016) defende que o envolvimento nas ações coletivas da ocupação tinha relevância na redução de sintomas relativos à depressão, argumentando acerca da relação entre depressão e isolamento social. Em diversas declarações, ele relata que o interesse pela área surgiu durante a atividade militante, quando presenciou atividades de grupos de reflexão realizadas por ativistas da psicologia junto aos movimentos sociais, com pessoas que tinham passado por

situação traumática de repressão política²³⁷. Ele conta que, ao perceber a potência política dos aspectos subjetivos tratados na elaboração do sofrimento, se “converteu” para a psicanálise. Em entrevista à *Agência Pública*, Boulos afirma que o conhecimento em psicanálise enriqueceu sua militância, mostrando outro modo de pensar o movimento social, a partir dos vínculos afetivos entre as pessoas²³⁸.

Essa preocupação com a subjetividade e o interesse pela psicanálise caracterizam um elemento emergente no campo do ativismo político, e que tem sido introduzido pelo MTST nas ocupações, por meio de uma perspectiva de acolhimento e atividades com profissionais da área. No meu trabalho, não investiguei essa dimensão psicológica, entretanto, é perceptível que o sofrimento trazido por grande parte das pessoas vindas à ocupação é um elemento importante a ser problematizado, inclusive, do ponto de vista da política. As observações de campo na ocupação Nova Palestina mostram que a construção de vínculos sociais, o compartilhamento de experiências, e as responsabilidades coletivas modificam atitudes e comportamentos.

Em uma das rodas de conversa organizadas por psicólogos que atuam na ocupação, Dona Carmem expôs uma questão que levou o grupo a refletir sobre o significado da *ajuda mútua*. Em uma de nossas conversas, ela comentou sobre essa situação. Conta que se sentia muito bem em ajudar os outros, inclusive, que já atuou como voluntária numa ONG que prestava assistência às pessoas. Mas ela mesma tinha receio de *pedir ajuda*, mesmo quando passou fome. Quando estava desempregada e as cozinhas coletivas não estavam funcionando, ficou dois meses se alimentando mal porque não tinha dinheiro para comprar o gás. Uma vizinha da ocupação percebeu e emprestou dinheiro para ajudá-la. Dona Carmem comprou o gás, mas se sentia constrangida por não poder pagar a dívida com a vizinha e, então, resolveu falar disso na reunião de grupo em que a vizinha estava presente, sem mencionar o nome dela. No final, a vizinha, que estava no grupo, foi conversar com Dona Carmem e disse: “você não precisa me pagar!”.

Quando a história foi contada no grupo, muitos ali se reconheceram no sentimento de que era humilhante se mostrar necessitado, e o grupo passou a discutir as razões da vergonha em demonstrar necessidade material. A vergonha de ser pobre é o modo como a classe trabalhadora percebe a desigualdade social sob influência da ideologia meritocrática, que individualiza a responsabilidade pela prosperidade material. Na pesquisa que realizei com os

²³⁷ Boulos refere-se à sua passagem pelo movimento argentino Piqueteros e ao massacre da Avellaneda, que deixou 33 feridos e 2 mortos.

²³⁸ Ver: *Agência Pública*, 24/02/2017, disponível em: <https://apublica.org/2017/02/o-psicanalista-das-massas/>

ocupantes, a desigualdade de classe (identificado pela desigualdade econômica) é o principal marcador social de preconceito identificado por eles nas situações de discriminação sofridas²³⁹.

Tabela 6 – Tipos de discriminação indicados pelos integrantes da ocupação Nova Palestina

			Motivo pelo qual sofreu discriminação											
			Raça		Gênero		Classe		Origem		Outros		Não sofreu	
			Qtde	Σ	%	Σ	%	Σ	%	Σ	%	Σ	%	Σ
Feminino	Branca	14	0	0,0	3	21,4	0	0,0	0	0,0	1	7,1	10	71,4
	Negra	20	10	50,0	3	15,0	8	40,0	1	5,0	1	5,0	7	35,0
	Parda	18	2	11,1	4	22,2	7	38,9	1	5,6	2	11,1	6	33,3
	Total	52	12	23,1	10	19,2	15	28,8	2	3,8	4	7,7	23	44,2
Masculino	Branco	6	0	0,0	0	0,0	3	50,0	0	0,0	1	16,7	3	50,0
	Negro	18	6	33,3	0	0,0	6	33,3	0	0,0	1	5,6	9	50,0
	Pardo	24	5	20,8	0	0,0	10	41,7	2	8,3	3	12,5	10	41,7
	Total	48	11	22,9	0	0,0	19	39,6	2	4,2	5	10,4	22	45,8
Total		100	23	23.0	10	10.0	34	34.0	4	4.0	9	9.0	45	45.0

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados levantados com questionário fechado

O sentimento de vergonha em relação à pobreza inibe a compreensão social da desigualdade e qualquer atitude contestadora, ao contrário, o comportamento tende a ser de ocultar a própria condição. Daí o sentimento de humilhação em receber ajuda. Falar sobre o assunto possibilitou aos sem-teto compartilhar e refletir sobre sua condição de classe, desbloqueando comportamentos mais colaborativos entre os ocupantes, à medida que a própria visão sobre a pobreza passou a ser reposicionada pelo coletivo.

5.2. A ocupação como “desvio”: mediação política na produção do comum

Cinco anos depois da constituição da ocupação Nova Palestina, cerca de três mil famílias resistem às intempéries da dinâmica governamental, que prorroga indefinidamente uma solução habitacional. Os barracos que permanecem na ocupação são a insistência da vida frente às intempéries do mundo social que, reiteradamente, os desaloja das possibilidades de continuar vivendo na cidade. Feitos por suas mãos e sua luta cotidiana por justiça social, eles abrigam a esperança de famílias que resistem no *ato de imaginar* um futuro melhor, quando já está claro

²³⁹ Como define Almeida (2018a), o preconceito é entendido com a construção e definição de conceito sobre determinada pessoa ou grupo, estabelecido por fatores históricos e sociais; e a discriminação é o tratamento diferenciado decorrente desse preconceito.

para eles que a luta por sobrevivência adquire novos sentidos na era *neoliberal*. “Eles querem é matar os pobres!”, diz Jailson, ao se referir aos impasses sobre o futuro de suas vidas.

A luta da ocupação tem revelado que o conflito pela moradia está além do estrito acesso à casa, e envolve a própria *existência urbana*, seja enquanto modo de apropriação do espaço urbano com outras formas de vida, seja enquanto habitantes da cidade e sujeitos políticos. Como diz Cleusa, ocupante da Nova Palestina, “ultimamente, eu não tenho falado nem em moradia digna, pois trata-se de uma vida mesmo”. Nesse sentido, o conflito na produção da cidade se dá nas fronteiras entre a vida que resiste e o esvaziamento político dessas formas de resistência.

Ao mesmo tempo que a ocupação edifica um coletivo potente e afirma seu protagonismo político, revela indivíduos estraçalhados por um modo de vida que os consome. Sobreviventes numa metrópole cada vez mais excludente, os sem teto estão familiarizados com a insegurança social e a luta diária pela manutenção da existência. A resiliência com que enfrentam a situação, a capacidade de criar improvisos e as formas colaborativas produzidas revelam um território comum, em que compartilhar resistência é quase natural. A outra face dessa capacidade de cooperação e força coletiva se mostra na expressão melancólica no rosto cansado de uma vida de humilhações, marcada pela impotência diante dos processos sociais e políticos que se impõem a suas trajetórias.

Ocupar talvez seja o ato mais desnudo da ação política. É feito de desamparo e coragem. Uma ocupação começa sempre com um espaço vazio, inicialmente, ocupado pelos corpos vivos que o preenchem, formando um corpo coletivo. Os habitantes das ocupações urbanas são os sem-teto, denominação que carrega na definição a despossessão como condição comum. Não há nada para juntar a não ser a si mesmos, como força numérica, como sabedoria de sobrevivência, como capacidade de inventar outra forma de viver e conviver.

A ação de ocupar é motivada por uma necessidade vital: morar, já que não há vida humana sem que ela ocorra no espaço. Mas enquanto seres humanos constituídos em sociedade, as relações sociais se espacializam, de modo a produzir socialmente o espaço. Numa sociedade em que essa produção é marcadamente hierárquica e desigual, ocupar é um ato subversivo, pois desafia a ordem instituída, incluído a mais protegida de todas: a propriedade privada. Quando essa ação se define numa resistência coletiva aos processos de exclusão do urbano, constitui-se num ato político. E, se o coletivo busca resgatar a vida cotidiana da dominação do espaço abstrato e mercantilizado, está em curso uma “consciência do urbano”, que, deliberadamente, se coloca em ação no processo conflituoso de produção do espaço urbano. Na perspectiva de Agier (2015), é nesses espaços que vemos a dimensão viva da produção da cidade, onde ela

ainda não é trabalho morto. A fronteira é o lugar do sujeito, político ou urbano, pois “ele ‘subjética’ uma discordância em relação à partilha do lugar estabelecido, e mais particularmente da cidade” (AGIER, 2017, p.422).

A situação extraordinária instituída pelo ato de ocupar cria um outro espaço-tempo, que rompe com a ordem territorial estabelecida, abrindo um momento instituinte que produz, ainda que de forma provisória, *espaços outros*. Entendidas assim, as ocupações têm sua dimensão política – no sentido de Rancière (2005) –, dada por se constituírem como presença sensível no mundo, deslocando definições e reconfigurando o instituído. Nesses espaços fronteiriços, a política não está definida *a priori*, mas precisa ser experimentada e construída.

Como um elemento imprevisto no ordenamento urbano, a ocupação coloca-se nas fronteiras da cidade e da normatização. Ela se insere dentro e fora do perímetro urbanístico, corresponde ao fazer cidade em ato. Ocupar, portanto, reside nas intermediações do legal e do ilegal, posto que, apesar de a Constituição reservar a todos o direito à moradia e estabelecer a função social da propriedade, ocupar um terreno privado continua sendo uma ação interdita pelo direito à propriedade e costuma redundar em reintegração de posse executada pelo Estado.

No entanto, tal como se configuram hoje, em seu caráter transitório e efêmero, podemos dizer que as ocupações figuram como *heterotopias*, definidas por Lefebvre (2002) como práticas urbanas em estado de tensão com a *isotopia* espacial, a qual é racionalizada de acordo com a ordem capitalista e o Estado²⁴⁰. Diferente da *apropriação*, que consegue se inscrever no espaço, o *desvio* teria um impacto restrito no processo de produção do espaço urbano.

No modo como se constitui hoje, podemos dizer que as ocupações representam uma *experiência desviante* do espaço abstrato e do valor de troca, sem transpô-lo em definitivo, à medida que a luta é centrada no reconhecimento urbanístico e no acesso à política habitacional. Tanto a definição da ZEIS quanto o PMCMV representam a inserção da forma-ocupação na ordem formal-legal da propriedade e no ordenamento urbano instituídos. Porém, na realidade prática da ocupação Nova Palestina, essa normatização a enredou nas teias das instâncias estatais e normativas, mantendo-a em suspenso quanto ao desfecho habitacional. Aqui a *gestão das margens* parece operar pelo autocontrole das populações dentro das fronteiras do legal,

²⁴⁰ Lefebvre destaca que os espaços heterotópicos de diferença são práticas que irrompem o espaço abstrato da metrópole, expondo seus limites, ao mesmo tempo que carregam em si as contradições do mundo em que se inserem. Assim, só podem ser entendidos na dinâmica do conflito inerente à produção do espaço urbano, e tendem a ser retomados pela práxis dominante. Na obra, *La production de l'espace*, publicada em 1974, ele retoma esse fenômeno, apresentando-o como *desvio* (*détour*), a “ser estudado como prática intermediária entre a dominação e a apropriação, entre a troca e o uso. Opô-lo à produção ou dissociar dela é desconhecer seu sentido” (LEFEBVRE, 2000, p. 425, tradução da autora)

ainda que numa *situação extraordinária*, posto que a forma ocupação urbana continua a ser um espaço não reconhecido no planejamento urbano e sua permanência depende de julgamento judicial em relação ao uso do espaço.

De todo o modo, o desvio pode estimular diferentes modos de produzir o urbano, por meio de experiências e práticas orientadas pelo valor de uso do espaço, as quais explicitam tensões contidas nas concepções espaciais dominantes voltadas à mercantilização de todas as formas de vida. Podemos dizer que a experiência das ocupações se diferencia de outras formas de luta por ser, ao mesmo tempo, a luta pelo direito à moradia e sua prática social e a luta pelo direito à cidade e a produção do espaço em ato. Como visto, na experiência da ocupação Nova Palestina, a luta por moradia se estende à luta pelo direito à cidade, o que inclui alargar a política à medida que ficam evidentes os limites estreitos da participação institucional, das formas de representação e dos instrumentos urbanísticos à disposição dos governos. Nesse sentido, evidenciam que o *direito à cidade* não se encerra na participação e inclusão territorial no planejamento urbano, mas envolve ainda a necessidade de reconhecimento do outro na esfera pública como sujeito legítimo, bem como a construção de um *comum*, posto desde logo pela *apropriação* coletiva da cidade, de seus espaços, recursos e valores.

Ao falar de *construção* do comum, enfatizo o que a experiência social da ocupação Nova Palestina nos revela sobre isso: o comum não é um objeto ou recurso em si, seja porque não é um pressuposto natural, seja porque não se pode ignorar o processo histórico em que se inserem tais experiências. Como observam Dardot e Laval (2015), nada é comum por natureza: um recurso é tornado comum por uma prática coletiva de governo e cultivo. No nosso presente, o comum remete à construção de formas democráticas de produzir e “gerir” bens, recursos e espaços compartilhados, a qual não passa pela mediação da propriedade privada ou estatal. Por isso, envolve a definição de pactos, normas e valores, sobre os quais se assenta a experiência concreta, com seus recursos disponíveis e trajetórias de vida ali reunidas. Produzir o *princípio político* do comum, ao mesmo tempo que se situa no campo das experimentações sociais, não se faz sem a interferência da ordem dada, tanto do ponto de vista das relações sociais objetivas (propriedade, cidade, Estado), como das subjetividades constituídas sob a lógica neoliberal. Este último, aliás, um fator que se mostra particularmente relevante na experiência da ocupação e suas possibilidades de mediação política.

Contra a gestão das margens que se impõe sobre as populações pobres periféricas, a ocupação é um espaço criado pelo coletivo, que produz relações sociais outras, constituindo-se num modo de mediação política onde tem lugar as práticas de cuidado e pertencimento. Não é

um espaço utópico ou isolado do conjunto das relações sociais estabelecidas, mas um espaço onde as tensões e conflitos são espacializados e mediados. Mas é justamente nesses tensionamentos das relações estruturantes que se abre o espaço para a política em seu sentido virtuoso: a produção de novas relações. Como observam Dardot e Laval (2015), ao contrário da “gestão”, o “governo” cuida dos conflitos e tenta superá-los por meio de uma decisão relativa às regras. Portanto, a práxis instituinte é uma prática de governo dos comuns pelos coletivos que lhes dão vida.

Imagem 19 – Intervenções urbanas do coletivo Nova Palestina no Jardim Ângela

Fonte: Facebook (Nova Palestina)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, discutimos o lugar da cidade nos conflitos recentes por meio da ação coletiva. Nesse sentido, localizamos o MTST como um movimento intermediário entre o ciclo de lutas engendrado durante a democratização e o novo ciclo que se abre com os protestos de junho de 2013, entendendo-o como um movimento de redefinição no campo político organizado. Dentro disso, procurei mostrar que a trajetória do MTST marca um movimento de espacialização do conflito social, para o qual os modos de organização e repertórios de ação ainda não estão constituídos no campo político dos movimentos.

O MTST pode ser lido como um movimento de transição no contexto sociopolítico que se desdobra do processo de democratização ao de neoliberalização. Herdeiro do dito campo democrático-popular, sua trajetória é construída sob predomínio do neoliberalismo no Brasil e marcada pela hegemonia e crise do lulismo. Sua definição em torno da figura do trabalhador sem teto e da luta pela moradia marcam deslocamentos importantes da era pós-fordista no mundo do trabalho e no processo de produção da cidade. Deslocando-se pelo horizonte político encurtado do neoliberalismo, o MTST atua de forma pragmática, oscilando entre, de um lado, a negociação institucional visando à política habitacional e, de outro, o confronto travado na dinâmica da produção das cidades, por meio das ocupações urbanas nos territórios periféricos. Com as mudanças sociais no mundo do trabalho, o MTST identifica nos territórios urbanos possibilidades de construção política, porém, remetendo-as à experiência coletiva dos movimentos urbanos do ciclo de democratização.

Contudo, ao longo do processo de neoliberalização, a dinâmica da produção desses territórios urbanos mudou e o horizonte político dos direitos foi se esvanecendo. Ao analisar os processos de produção periférica e a urbanização recente, tentei destacar que o esgotamento do paradigma de expansão periférica, predominante na industrialização fordista, deu lugar à gestão do social e da crise urbana. Observando a região do Jardim Ângela, vimos que a emergência de ocupações urbanas denuncia a tensão social contida nos modos de produzir e habitar a cidade, frente ao esgotamento da capacidade de extensão das bordas dela, aos processos de regularização urbana e ambiental, e à crescente mercantilização da cidade e encarecimento dos aluguéis. Nesse sentido, é a insegurança habitacional que ganha relevância em lugar da antiga urbanização precária, o que modifica também as condições de luta social. Assim, se na era da

industrialização fordista os trabalhadores pobres se organizavam em movimentos e associações de bairros na luta por urbanização e acesso à infraestrutura e serviços, hoje, as ocupações periféricas organizadas se constituem em modos de resistência a um processo de urbanização excludente, que ameaça aprofundar a insegurança social dos trabalhadores mais pobres.

Porém, além de anúncio da problemática urbana acumulada em torno da habitação, as ocupações urbanas têm sido também estratégias de ação coletiva na luta por moradia e podem ser experiências relevantes para a construção de outras formas de organização política. Colocando-se na dimensão prática da vida cotidiana em que opera a governamentalidade neoliberal, elas podem se constituir em contraespaços em relação à dilaceração do tecido social e às formas de dominação que conformam a subjetividade neoliberal, à medida que produzem espaços comuns e vínculos de pertencimento.

Na concepção do MTST, a consciência política brota da intensidade dessas relações solidificadas por meio da ocupação, permitindo assim “criar poder popular” e deixar “saldos futuros” nos bairros. A aposta política é baseada no processo de aprendizado político constituído na luta coletiva, ainda que partindo de uma motivação individual, a casa própria. Nessa perspectiva, a ocupação existe como espaço coletivo no tempo intermediário entre o ato de ocupar e o “desfecho” da luta por moradia. Portanto, é uma experiência circunscrita, posto que a ocupação é provisória e funciona como estratégia política de obtenção da morada. Assim, se a vida cotidiana da ocupação é mediada pela forma-espço ocupação, sua dinâmica temporal conforma a ação política do movimento no sentido de buscar a inserção urbana para os trabalhadores sem teto.

Com seis anos de existência, a ocupação Nova Palestina é a experiência do MTST há mais tempo instalada no local ocupado, figurando como zona de indeterminação em termos de inserção urbana, visto que não se encaminhou como projeto habitacional, nem se consolidou como moradia irregular (favela). Enquanto acontece a luta política pela viabilização da “moradia digna”, também se desenrola a experiência de construção de um comum, que escapa à estrutura do movimento social e é singular a cada ocupação. A descrição do campo, pautada por etnografia e entrevistas, procurou apreender essas duas dinâmicas da ocupação, que se desenvolvem de modo concomitante e inter-relacionado.

Do ponto de vista da luta por moradia, a experiência da ocupação repercute as mudanças na conjuntura política recente que conduziram ao bloqueio dos investimentos públicos destinados à habitação e afetaram a atuação do MTST, que orienta sua ação pela disputa dos fundos públicos via programas habitacionais. A luta da ocupação Nova

Palestina também revela que o conflito fundiário se processa, cada vez mais, nas teias do aparato jurídico-institucional do Estado, o que parece estar em consonância com as novas configurações urbanas. Do ponto de vista do espaço produzido (vivido), a ocupação se coloca nas fronteiras dos ordenamentos urbano e jurídico, das lógicas econômicas e sociais, constituindo outras formas de habitar a cidade e de significar o espaço. Ao irromper na cidade, realiza o imprevisto abrindo caminho para outros modos de produzir o espaço urbano, que contrariam a tendência de reduzi-lo a um meio de extração de renda ou à conformação ao mercado. Contudo, estão no campo das microexperimentações políticas e são atravessadas pelas relações sociais hegemônicas.

O que pudemos observar na pesquisa empírica é que a ocupação se constitui num lugar de *encontro*, onde trajetórias igualmente marcadas pela precariedade e *insegurança social* se cruzam numa experiência compartilhada da condição de classe, e mobilizam modos coletivos de enfrentar as urgências da vida e apostar num futuro melhor. Enquanto experiência política, notamos que os participantes são levados à ocupação por uma demanda individual e tendem a perceber o coletivo como meio de satisfazê-la. Ainda que a luta seja travada no coletivo e dele dependa, a participação nela é movida por um critério de concorrência, instituída pelo cadastro de moradia sempre maior que as possibilidades de atendimento. Por outro lado, essa situação institui outro espaço-tempo, o da ocupação, que funciona como mediação política, à medida que se configura na construção de espaços compartilhados, no apoio mútuo para a manutenção do espaço comum e nas mobilizações do coletivo. São experiências extraídas da precariedade da vida e carregadas de tensões – entre o individual e o coletivo, o privado e o comum, o legal e o ilegal – e é nesses tensionamentos das relações, quando formas de dominação e subjetivação são postas em debate, que se acionam processos de politização, posto que demandam um esforço conjunto de mediar conflitos, estabelecer consensos, pactuar um comum. Nesse sentido, o *comum* aparece como princípio político entre trabalhadores urbanos pobres, derivado do entrelaçamento de estratégias de sobrevivência, informalidade, organização coletiva e reprodução social.

Acompanhando a trajetória da ocupação, percebemos que a experiência vivida ali é alimentada pela expectativa da moradia definitiva, ao mesmo tempo que a alimenta. A organização interna da ocupação influi na capacidade de resistência e luta coletiva, e é influenciada pela dinâmica do conflito que se processa na interface com a política institucional e os agentes externos em atuação na produção do espaço urbano. Assim, quando a política econômica neoliberal se radicalizou, anulando a perspectiva de moradia

dos ocupantes e deixando a ocupação no “limbo”, o conflito passou a se dar entre a potência de vida capaz de resistir na luta por uma existência digna e a capacidade de esvaziamento político decorrente do próprio *modus operandi* do Estado e demais forças sociais. Como visto, a situação de indefinição em que se encontra a ocupação expõe uma dimensão subjacente do conflito nas margens da metrópole, em que as formas de organização coletiva atuam no limiar entre a resistência política e a gestão da crise urbana.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p.325-357, mar. 2014.
- AGAMBEM, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, v. 21, n. 3, p.483-498, dez. 2015.
- AGIER, Michel. Onde se inventa a cidade do amanhã?: deslocamentos, margens e dinâmicas das fronteiras urbanas. In: GLEDHILL, John; HITA, Maria Gabriela; PERELMAN, Mariano (Org.). **Disputas em torno do espaço urbano**: processos de (re)produção/construção e apropriação da cidade. Salvador: Edufba, 2017. p. 411-425.
- ALMEIDA, Ronaldo de; RUMSTAIN, Ariana. Evangélicos no trânsito religioso. CABANES, Robert et al (Org.). **Saídas de emergência**: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011. p.377-393.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018a.
- ALMEIDA, Mariléa de. **Território dos afetos**: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro. 302 f. Tese (Doutorado), IFCH, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, SP, 2018b.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova** [online], n.76, pp. 49-86, 2009.
- ARANTES, Otília B. F.. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbana. In: ARANTES, Otília B. F. et al. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11-74.
- ARANTES, Pedro Fiori. **O Ajuste Urbano**: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas. 2004. 100 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- BAIERLE, Sergio. **Um novo princípio ético-político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), UNICAMP, 1992.
- BANCO MUNDIAL (Org.). **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2009**: A geografia econômica em transformação. Washington, Dc: Office Of The Publisher, 2009. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/5991/WDR%202009%20-%20Portuguese.pdf?sequ>. Acesso em: 22 ago. 2017.

BENSAÏD, Daniel. As classes ou o sujeito perdido. In: BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 141-147.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade/fapesp, 1998.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?: uma introdução à luta dos sem-tetos**. 4. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

BOULOS, Guilherme. **Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – curso de ciências (psiquiatria), Faculdade de Medicina, USP, 2016 .

BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado. Do Populismo à Hegemonia Lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: Trabalho e neoliberalismo no sul global**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

BRAGA, Ruy. Terra em Transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, Andre; LOUREIRO, Isabel (Org.). **As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?**. São Paulo: Boitempo, 2016. Cap. 2. p. 55-92.

BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. (2012). Após a neoliberalização? **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 14, n. 27, pp. 15-39, jan/jun 2012.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013? dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nueva Sociedad**, v. 259, p. 4-17, 2015

BRITO, Juliana Gomes Machado. **Copa pra quem?: Estado de exceção e resistências em torno da copa do mundo fifa 2014**. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia Ciências Humanas e Letras, Universidade de São Paulo (usp), São Paulo, 2015.

BURAWOY, Michael. **Marxismo Sociológico: Quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica**. São Paulo: Alameda, 2014.

CABANES, Robert et al (Org.). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CABANES, Robert. Quelle approche biographique? **Révue Internationale de Psychologie**, Paris, France, v. 6, n. 14, p.1-7, 2000.

CALDEIRA, Teresa. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos..** São Paulo: Brasiliense, 1984.

CALDEIRA, T.P.R. **Cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp/Editora 34, 2000.

CAMARGO, Camila Moreno de. **Minha Casa Minha Vida Entidades:** entre os direitos, as urgências e os negócios. 2016. 293 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Iau/São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

CAMARGO, Cândido Procópio et al. **São Paulo 1975:** Crescimento e Pobreza. São Paulo: Loyola, 1982.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil:** uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Fgv, 2010.

CARDOSO, Ruth. A Trajetória dos Movimentos Sociais. In: Dagnino, Evelina (org.). **Os Anos 90:** Política e Sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense, pp. 81-90, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2015.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (orgs). **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou.** São Paulo: AnnaBlume, 2014.

COELHO, Maria Nelma Gomes. **O movimento sindical metalúrgico na Zona Sul de São Paulo:** 1974 a 2000. 2007. 241 f. Tese (Doutorado em História), FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COELHO, Rafael. **Produção do espaço urbano e resistências: A ocupação Vila Nova Palestina.** TCC (Graduação em Geografia), FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

COSTA, Andre Dal'Bó. **Luta social e a produção da cidade.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: do que estamos falando?** São Paulo: Brasiliense, 2004.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos:** cultura e política na periferia de São Paulo. 2013. Tese (Doutorado), Curso de Sociologia, FFLCH, Universidade de São Paulo, 2013.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. (eds.). **Anthropology in the margins of the state.** 2a. reimpressão. Santa Fé, New Mexico: School of American Research Press. 2008.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo:** Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. Anatomía del nuevo neoliberalismo. **Viento Sur**, v.27, n.164, p. 05-16, jun. 2019.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle. In: DELEUZE, Gilles. **Conversações.** São Paulo: editora 34, 1992.

DELLA PORTA, Donatella. **Social movements in times of austerity: bringing the capitalism back into protest analysis**. Cambridge: Polity Press, 2015.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1995

DURHAM, Eunice. A família operária: consciência e ideologia. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p.201-213, 1980.

DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica: teoria e prática**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Cap. 1, p. 17-34.

FALCHETTI, Cristhiane. **Novos arranjos e velhos dilemas na democratização das políticas sociais**. São Paulo: ed. Unesp/Cultura Acadêmica, 2011.

FALCHETTI, Cristhiane. “Inclusão Social e Expansão do Mercado Imobiliário na Produção do Urbano: dilemas e contradições do Programa ‘Minha Casa, Minha Vida’”. In: COCKBURN, J.C.; ANTIÁ, S.A. **Segregación socio-espacial em las ciudades latinoamericanas**. (organização da ALAS/CLACSO). Buenos Aires: editorial Teseo, 2019.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações**. v. 13, n.1-2, jan/jun e jul/dez. 2008.

FELTRAN, Gabriel. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**, v.53, n.2, 2010.

FELTRAN, Gabriel. “Trabalhadores” e “bandidos” na mesma família. CABANES, Robert et al (Org.). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011. p.397-416.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A história do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2000.

FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. 588 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 2011.

FIX, Mariana. **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo, 2015. (edição revisada).

FONTES, Leonardo de Oliveira. **O direito à periferia: experiências de mobilidade social e luta por cidadania entre trabalhadores periféricos de São Paulo**. 2018. 334 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FORTUNATO, Elizabeth. **A fala e a Casa:** Os sem-terra da Leste II na luta pela moradia. 1995. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade de São Paulo (usp), São Paulo, 1995.

FOUCAULT, Michael. **Segurança, Território, População:** Curso dado ao Collège de France(1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica:** curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b. 474 p.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. (p. 277-293)

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico:** as heterotopias. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FRUGOLI, H.J. **Centralidade em São Paulo:** trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez Edusp, 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2011-2012:** resultados preliminares. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informação, 2014. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/559-deficit-habitacional-2011-2012/file> Acesso em 26 jul. 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2015.** Belo Horizonte: Centro de Estatísticas e Informações, 2018. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/871-6-serie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015291118/file> Acesso em 13 mai. 2019.

GALVÃO, Andreia. Marxismo e Movimentos Sociais. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 32, p.107-126, mar. 2011. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo235artigo5.pdf. Acesso em: 04 abr. 2014.

GALVÃO, Andréia. Os movimentos sociais da América Latina em questão. **Debates**, Porto Alegre, v. 2, n. 8, p.8-24, jun. 2008.

GALVAO, Andreia. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, n.32, p.107-126, 2011.

GEORGES, Isabel. Entre discriminação e reconhecimento: as trabalhadoras domésticas de São Paulo. In: CABANES, Robert et al (Org.). **Saídas de emergência:** ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011. p.95-114

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia.** São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.

GOULART, Debora Cristina. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores sem teto - MTST**. 2011. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho do care no Brasil, França e Japão. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo. (Orgs) **cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do *care*. São Paulo: atlas, 2012.

HALL, Stuart. Estudos Culturais: Dois paradigmas. In: HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 131-158.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Multidão**: Guerra e democracia na era do Império: Guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós moderna**. 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito a cidade à revolução urbana. São Paulo: Marins Fontes, 2014.

HISTÓRIA do Bairro M'Boi Mirim SP São Paulo. Direção de Miriam Chnaiderman. Produção de Reinaldo Pinheiro. Realização de Sequencia 1/prefeitura de São Paulo. Coordenação de Eliana Costa. Roteiro: Miriam Chnaiderman. São Paulo: Sequencia 1: Cinema e Vídeo, 2009. (26 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EKDsKRLzCnY>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HORNHARDT, Amanda Carolini Menconi. **Dilemas entre tradição e pragmatismo nas tramas da luta por moradia**: o caso do Movimento de Moradia da Leste II (1984-2014). 2015. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, Sp, 2015.

IBGE, **Censo** demográfico de 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br> Acesso em 24 ago. 2017.

IBGE, **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama> Acesso em 28 jul. 2018.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. Cap. 4. p. 90-113.

JUDENSNAIDER, Elena et al. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

KOWARIC, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu et la question néolibérale**. Paris: La Découvert, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ufmg, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Atica, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política: el derecho a la ciudad II**. Barcelona: Península, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEFEBVRE, Henri. A Re-produção das relações de produção. In: LEFEBVRE, Henri. **La survie du capitalisme**. Porto: Edições Escorpião, 1973. p. 5-114. (Tradução da 1 parte da obra).

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: A região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adelia A de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território, globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec/anpur, 1998. p. 198-210.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a Dominação no Mundo do Trabalho. **Cadernos do CRH**, v.37, n.37, pp. 81-109, 2002.

MAGNANI, Jose Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. Paraná: Unesp, 2003.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos. e MARICATO, Ermínia (orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.121-192.

MARTINS, Jose de Souza. A dialética do método regressivo-progressivo em dois temas brasileiros: cidade e campo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambu - Mg. **Anais...**. Caxambu: Anpocs, 2011. p. 1 - 7. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/35-encontro-anual-da-anpocs/mr->

5/mr17/1279-a-dialetica-do-metodo-regressivo-progressivo-em-dois-temas-brasileiros-cidade-e-campo/file>. Acesso em: 28 fev. 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2018.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles (Ed.). **Dynamics of Contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche**. 2008. 241 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MORAES, Alana. et. al. **Junho: potência das ruas e das redes**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

MORAES, Alana; TIBLE, Jean (orgs). Quando novos personagens entram em cena? In: MORAES, Alana; TARIN, Bruno; TIBLE, Jean (orgs). **Cartografias da Emergência: novas lutas no Brasil**

MOURIAUX, René. Reanimação das lutas sociais e a esquerda na Europa hoje. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 14, p.150-170, 2002.

MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. **Cartilha de princípios**, 2015.

NEGRI, Antonio. **O poder constituinte**: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

NEGRI, Antonio. Dispositivo metrópole. A multidão e a metrópole. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, v. 25-26, p.201-208, 2008.

NEGRI, Antonio. **A metrópole está para a fábrica como a multidão está para a classe operária**: Entrevista para Federico Tomasello, 2014. Euronomade - Trad. Bruno Cava. Disponível em: <<http://www.euronomade.info/?p=2439>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

NEGRI, Antonio. O comum como modo de produção. In: SNATIAGO, Homero; TIBLE, Jean;

TELLES, Vera (Org.). **Negri no Trópico 23°26'14"**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017. p. 225-237.

NOBRE, Marcus. **Choque de Democracia**: razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Natalia Cristina. **Os movimentos de Sem-teto no Brasil e na França**. 2016. 236 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2016.

PAOLI, Maria Celia. Movimentos Sociais, Cidadania e Espaço Público: perspectivas brasileiras para os anos 1990. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 33, p.115-133, nov. 1991.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, Olivia de Campos Maia. **Lutas urbanas por moradia. O centro de São Paulo**. 2012. 122 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012.

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média?** São Paulo: Boitempo, 2012

PONCIANO, Levino. **Bairros paulistanos de A a Z: pequeno dicionário histórico e amoroso**. 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: Política e estética**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **La haine de la démocratie**. Paris: La Fabrique Éditions, 2005.

RIZEK, Cibele. Trabalho, moradia e cidade – zonas de indiferenciação? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n.78, fev. 2012

RIZEK, Cibele. Faces do Lulismo: políticas de cultura e cotidiano na periferia de São Paulo. In: SINGER, Andre; LOUREIRO, Isabel (Org.). **As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?**. São Paulo: Boitempo, 2016. Cap. 2. p. 185-218

RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta/FAPESP, 1997.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

ROLNIK, Raquel. **A guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTO E JESUS, METALÚRGICOS (1984). Direção de Cláudio Kahns e Antônio Paulo Ferraz. Produção de Cláudio Kahns e Suzana Villas Boas. Realização de

Metalurgicos. São Paulo: Cláudio Kahns, 1984. (52 min.), VHS, son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZUMtXPt6Z-0>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. **Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros, valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo**. 1987. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia Ciências Humanas e Letras, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1987.

SHIMBO, Lucia Zanin. **Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), FESC, Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, SP, 2010.

SILVA, Eliane Alves da. **Governar o ingovernável: gestão da irregularidade urbana em áreas de mananciais em São Paulo**. 2011. 130 f. Tese (Doutorado em Sociologia), FFLCH, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2011.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Org.). **As contradições do lulismo: A que ponto chegamos?**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, Paul. Movimentos de bairro. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira. **São Paulo: O povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 83-107.

TAVOLARI, Bianca. DIREITO À CIDADE: uma trajetória conceitual. **Novo Estudos**, São Paulo, n. 104, p.93-109, mar. 2006.

TEIXEIRA, Ana Claudia; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais: o desafio da participação. **Instituto Polis**, São Paulo, v. 25, p.25-38, set. 2005.

TELLES, V.; HIRATA, D. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 21, nº 61, 2007, p. 173-91.

TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiência e práticas cotidianas. In: KRISCHKE; MAINWARING. **A Igreja nas bases em tempo da transição (1974-1985)**. Porto Alegre: L&pm-cedec, 1986. p. 22-45.

TELLES, Vera da Silva. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: CABANES, Vera da Silva Telles e Robert. **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. p. 69-116.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismo populares e relações de poder nas tramas da cidade. In: CABANES, Robert et al (Org.). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

TELLES, Vera da Silva. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. **Contemporânea**, v.2, n.2, jul./dez. 2013.

TELLES, Vera da Silva. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 46, n. 1, p.15-41, jan. 2015. Semestral. Disponível em: <http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v46n1/rcs_v46n1a1.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária**. São Paulo: Paz e Terra, 1978. 3 v.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, revuelta y consciencia de clase: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. 2. ed. Barcelona: Grijalbo, 1984.

THOMPSON, Paul. Des récits de vie a l'analyse du changement social. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, France, v. 69, p.249-268, 1980. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40689914>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

VAINER, Carlos B.. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otília et al (Org.). **A cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Cap. 2. p. 75-103.

VAINER, Carlos. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: ENANPUR, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...**. Rio de Janeiro: Anpur, 2011. p. 1 - 15. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/?page_id=1360>. Acesso em: 06 set. 2018.

VAKALOULIS, Michel. Problemas de la acción colectiva hoy. In: ANDREANI, Tony; VAKALOULIS, Michel. **Refaire la politique**. Paris: Editions Syllepse, 2002. p. 119-127.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Cortiços em São Paulo: velhas e novas formas de pobreza urbana e da segregação social. In: BÓGUS, L.M.M. e WANDERLEY, L.E.W. (orgs.). **A luta pela cidade de São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1992. p.81-126.

VILLAÇA, Flavio. **O que todo Cidadão precisa saber sobre Habitação**. São Paulo: Global, 1986.

VILLAÇA, Flavio. Elites, desigualdade e poder municipal. In: CAMPOS, Candido; GAMA, Lucia; SACCHETTA, Vladimir. **São Paulo Metrópole em trânsito**. São Paulo: Senac, 2004. p. 250-269.

VOGEL, Lise. **Marxism and the oppression of women**. Chicago: Haymarket, [1985], reedição, 2013.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

APÊNDICE A – Perfil dos Trabalhadores sem teto da Ocupação Nova Palestina

(Dados levantados pela autora por meio de 100 questionários semiestruturados, aplicados entre 2016-2017 na ocupação Nova Palestina/MTST)

Relação entre cor e migração %

	Migrantes	Não migrantes	Total
Branços	13	7	20
Negros	28	10	38
Pardos	32	10	42
Total	73	27	100

Relação situação de trabalho e cor %

	Branços	Negros	Pardos	Total
Aposentado	5	5	5	15
Autônomo	0	7	3	10
Desempregado	3	7	8	18
CLT	4	8	18	30
Contrato	0	1	0	1
Informal	1	4	3	8
"Bico"	7	6	5	18
Total	20	38	42	100

Relação entre ocupação e vínculo de trabalho sobre o total de empregados

	CLT	Informal	Esporádico	Contrato temporário	Autônomo	Total
Ocupação	%	%	%	%	%	%
Assessor parlamentar	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	1,5
Assistente de loja	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5
Auxiliar de cozinha	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0
Auxiliar de limpeza	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0
Babá	0,0	1,5	1,5	0,0	0,0	3,0
Cabeleireiro	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	1,5
Camareira	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5
Churrasqueiro	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	1,5
Construção civil	1,5	4,5	7,5	0,0	4,5	17,9
Serviços domésticos	7,5	4,5	7,5	0,0	0,0	19,4
Eletricista	1,5	0,0	0,0	0,0	1,5	3,0
Encanador	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5
Estoquista	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5
Frentista	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5
Instrutor esportivo	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	1,5
Manicure	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5
Mecânico	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	1,5
Motorista	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0
Operador de guincho	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5
Operadora de caixa	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0
Panfletagem	1,5	1,5	0,0	0,0	0,0	3,0
Peixeiro	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5
Pintor	0,0	0,0	0,0	1,5	1,5	3,0
Promotor de eventos	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5
Segurança	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5
Serviços gerais	3,0	0,0	1,5	0,0	1,5	6,0
Vendedor	3,0	0,0	4,5	0,0	3,0	10,4
Total	44,8	11,9	23,9	3,0	16,4	100,0

<https://bit.ly/2y87eMX>

APÊNDICE B – Ocupações realizadas pelo MTST (1997-2018)

(Dados colhidos por meio da imprensa e site oficial do MTST)

Ano	Ocupação	Propriedade	Cidade	Distrito/Bairro
1997	Oziel Santos	Privado	Campinas	Parque Oziel
2001	Anita Garibaldi	Privado	Guarulhos	Ponte Alta
2002	Carlos Lamarca	Ind. Matarazzo	Osasco	Jardim Umuarama
2003	Santo Dias	Volkswagen	São Bernardo do Campo	Ferrazópolis
2004	Rosa Luxemburgo	Hicks Muse	Osasco	Jardim Tereza
2005	Chico Mendes	Privado	Taboão da Serra	Jardim Helena
2007	João Cândido	Frigorífico Eder	Itapeverica da Serra	Valo Velho
2008	Frei Tito	Privado	Campinas	Jardim Maria Rosa
2008	Silvério de Jesus	Privado	Embu das Artes	Jardim Nossa Senhora de Fátima
2008	Terra e Liberdade	Privado/Petrobrás	Nova Mauá	Jardim Olinda
2008	Zumbi dos Palmares	Privado	Sumaré	Jardim Danadai
2010	Che Guevara	Privado	Taboão da Serra	Jardim Helena
2010	Nova Palestina	Privado	Santo André	Jardim São Jorge
2010	Santa Cristina	Privado	Santo André	Jardim Santa Cristina
2011	Dandara	Privado	Hortolândia	Jardim Minda
2012	Novo Pinheirinho	Privado	Santo André	Jardim do Estádio
2012	Novo Pinheirinho	Estado	Embu das Artes	Parque Pirajussara
2012	Vila Soma	Privado	Sumaré	Vila Soma
2013	Faixa de Gaza	União	São Paulo	Paraisópolis
2013	Dona Deda	Município	São Paulo	Campo Limpo
2013	Capadócia	Município	São Paulo	Campo Limpo
2013	Estaiadinha	Município	São Paulo	Bom Retiro
2013	Nova Palestina	Privado	São Paulo	Jardim Ângela
2014	Copa do Povo	Privado	São Paulo	Itaquera
2014	Portal do Povo	Privado	São Paulo	Morumbi
2014	Carlos Marighella	Privado	Carapicuíba	Vila Dirce
2015	Oziel Alves	Privado	Mauá	Jardim Oratório
2015	Paulo Freire	Privado	Embu das Artes	Jardim Batista
2015	Maria Bonita	Privado	Itapeverica da Serra	Jardim dos Reis
2016	Povo sem Medo	Privado	São Paulo	Capão Redondo
2016	Anastácia	Privado	São Paulo	São Mateus
2016	Povo sem Medo	Privado	Embu das Artes	Jardim Fabiana
2016	João Goulart	Privado	Itapeverica da Serra	Itapeverica da Serra
2017	Povo sem Medo	Privado	Guarulhos	Pimentas
2017	Hugo Chávez	Município	Guarulhos	Bonsucesso
2017	Povo sem Medo	Privado	São Bernardo do Campo	Assunção
2018	Marielle Vive	Privada	São Paulo	Pirituba
2018	Marielle Franco	Privado	São Paulo	Grajaú

ANEXO A – Perfil dos trabalhadores sem teto da ocupação SBC/MTST

(dados levantados junto ao DIEESE, 2017)

• **METODOLOGIA**

- Questionário com 53 perguntas:
 - Perfil demográfico e socioeconômico: características como gênero, cor/raça, idade, local de nascimento, escolaridade, etc.
 - Situação de ocupação: situação de ocupação atual (trabalho com carteira/sem carteira, desemprego, remuneração, benefícios, etc.);
 - Condições de moradia: as características da moradia anterior;
- Questionário aplicado considerando a barraca/unidade familiar que reivindica uma moradia;
- Aplicação do questionário nos dias 30/set; 01/out; 08/out;
- Amostra: 575 entrevistados > Margem de erro: 4%; Coeficiente de segurança: 95% (no mínimo)

Grupo	Número de famílias	Grupo	Número de famílias	Grupo	Número de famílias
G1	550	G8	501	G14	313
G2	440	G9	728	G15	682
G3	455	G10	657	G16	649
G4	489	G11	754	G17	636
G5	550	G12	690	G18	495
G6	483	G13	1.000	G19	1.390
G7	661				
Total famílias cadastro			12.123		

• **ATRIBUTOS PESSOAIS: ESCOLARIDADE**

Escolaridade	Até 25		26 ou mais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nunca frequentou escola	1.674	10,3	655	3,7	2.329	6,9
Educação infantil	2.550	15,6	*	*	2.550	7,5
Fundamental I Incompleto	2.497	15,3	2.327	13,2	4.824	14,2
Fundamental I Completo	1.038	6,4	2.670	15,2	3.708	10,9
Fundamental II Incompleto	2.857	17,5	2.591	14,7	5.448	16,1
Fundamental II Completo	581	3,6	2.062	11,7	2.643	7,8
Ensino médio incompleto	2.301	14,1	1.241	7,1	3.542	10,5
Ensino médio completo	2.236	13,7	5.179	29,5	7.415	21,9
Superior incompleto	*	*	*	*	501	1,5
Superior completo	*	*	*	*	409	1,2
Total	16.067	98,5	17.302	98,4	33.369	98,5

*a amostra não permite desagregação

NUNCA FREQUENTOU A ESCOLA

- +4 anos: 1.608 (4,7%)
- +15 anos: 698 (2,1%)

ESTÁ FREQUENTANDO A ESCOLA

12.027 PESSOA (35,5%)

TAXA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR

- 4 e 5 anos de idade: 93,6% (Brasil: 84,3%)
- 6 a 14 anos de idade: 97,9% (Brasil: 98,6%)
- 15 a 17 anos de idade: 83,0% (Brasil: 85,0%)
- 18 a 24 anos de idade: 24,6% (Brasil: 30,7%)

Fonte: dados da Pesquisa

• **ATRIBUTOS PESSOAIS: MIGRAÇÃO**

Região do Brasil	%
Sudeste	63,0
SP	58,9
Nordeste	34,7
Demais regiões	2,3
Total	100,0

• **Naturais do estado de SP:** 19.471 (58,9%);

• **Não naturais do estado de SP:** 13.613 (41,1%)

• **Tempo médio de residência no estado de SP:** 25 anos

• **Residência no estado de SP há 10 anos:** 29,4%

Fonte: dados da Pesquisa

• **CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS**

ACESSO DAS FAMÍLIAS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

SUS: 11.146

FAMÍLIAS COM PESSOA COM DEFICIÊNCIA

13,4%

Deficiências mais frequentes:

- Física (5,9%)
- Intelectual (4,1%)

FAMÍLIAS COM PESSOAS QUE NECESSITAM DE CUIDADOS CONSTANTES

3%

Principais problemas de saúde:

câncer, deficiências congênitas ou adquiridas, transtornos ou doenças mentais, doenças metabólicas e autoimunes, epilepsia e problemas cardíacos

Fonte: dados da Pesquisa

• CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS

Fonte: dados da Pesquisa

• CARACTERÍSTICAS DOS DOMÍCIlios ANTERIORES À OCUPAÇÃO

Fonte: dados da Pesquisa

• CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS

Fonte: dados da Pesquisa

• CARACTERÍSTICAS DOS DOMÍCIlios ANTERIORES À OCUPAÇÃO

ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS

Tipo de serviço urbano	Rede regulariza	Outras formas	Não possuía
Rede elétrica	11.174 (92,2%)	680 (5,6%)	*
Abastecimento de água	11.429 (94,3%)	422 (3,5%)	-
Rede de esgoto	11.041 (91,1%)	424 (3,6)	275 (2,3%)
Lixo residencial	11.128 (91,8%) coletado pelo serviço de limpeza público em sua própria residência; 709 (5,8%) coletado em caçamba.	*	-

Quanto ao número de cômodos a maior frequência era de domicílios com duas unidades (35,2%) e com três unidades (29,1%)

Fonte: dados da Pesquisa *a amostra não permite desagregação

• CARACTERÍSTICAS DOS DOMÍCIlios ANTERIORES À OCUPAÇÃO

DISTRIBUIÇÃO DOS DOMÍCIlios QUE PAGAM ALUGUEL POR FAIXA DE VALOR

Faixa de aluguel	Número de domicílios
Até R\$ 250,00	2,2%
De R\$ 251,00 a R\$ 500,00	49,2%
De R\$ 501,00 a R\$ 750,00	37,9%
De R\$ 751,00 a R\$ 1.000,00	8,8%
Acima de R\$ 1001,00	1,9%
Total	100,0%

Valor médio do aluguel R\$ 556,97

Fonte: dados da Pesquisa

• CARACTERÍSTICAS DA PEA

Grau de escolaridade entre os ocupados com 14 anos ou mais, RMSP e ocupação "Povo sem medo" de São Bernardo, setembro de 2017

Escolaridade dos trabalhadores	Ocupação PSM/SBC	RMSP
Ensino fundamental completo	20,6%	13,4%
Ensino médio completo	39,1%	42,3%
Ensino superior completo	2,4%	29,0%

Fonte: dados da pesquisa e PED-DIEESE/Seade/MTPS.

• CARACTERÍSTICAS DA PEA

- População em Idade Ativa (PIA), com 10 anos ou mais: 27.578 pessoas
- População Economicamente Ativa (PEA): 19.373 pessoas

Características do mercado de trabalho	Ocupação PSM/SBC	RMSP
Taxa de participação	73,1%	62,1%
Taxa de desemprego	41,8%	17,9%
Assalariamento	60,4%	68,5%
Trabalhadores formais	61,5%	88,2%
Cobertura previdenciária	65,1%	72,8%*
Rendimento médio do trabalho	R\$ 1.137,80	R\$ 2.030,00
Principais setores empregadores	1º) Serviços: 50,1% 2º) Indústria: 23,8%	1º) Serviços: 59,9% 3º) Indústria: 15,3%

Fonte: dados da pesquisa PED-DIEESE/Seade/MTPS e PNAD Continua/IBGE - RMSP - 3º trimestre de 2017

• CARACTERÍSTICAS DA PEA

PRINCIPAIS OCUPAÇÕES/FUNÇÕES DOS EMPREGADOS

Diarista/Emprego Doméstico, Ajudante Geral, Auxiliar de Limpeza, Garçom, Motorista, Auxiliar Administrativo, Operador de Máquinas, Telemarketing, Pedreiro, Porteiro, Vendedor ambulante, Cozinheiros(a) e Vigilantes

Características dos desempregados

Tempo de procura por um novo emprego	<ul style="list-style-type: none"> Tempo médio de procura de emprego do total de desempregados é de 20 meses A maior frequência é de desempregados há 1 anos
Mulheres	52,9% dos desempregados
Negros	64,0% dos desempregados

Fonte: dados da Pesquisa

• RENDIMENTO DO TRABALHO

Fonte: dados da pesquisa e Microdados PNAD – Continua – 3º trimestre.

• TRABALHO PRECÁRIO E HABITAÇÃO

Variação do rendimento médio real dos ocupados(as) na RMSP, Índice Fipezap de São Paulo para venda e aluguel de imóveis (deflacionados) em número índice (base: média de 2008=100).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados ICV-DIEESE, FED/Seade/MTPS – DIEESE, FIPE, IPEADATA. Deflacionado pelo ICV-DIEESE, entrada para, valores de agosto de 2017.

• POR QUE PARTICIPAR DA OCUPAÇÃO?

Acesso a programas habitacionais:

- 67,9% das famílias nunca acessaram programas habitacionais;
- 13% das famílias, apesar de conseguir realizar o cadastro, nunca foram chamadas;
- 5% das famílias, tentaram, mas não conseguiram sequer realizar o cadastro;
- 5,8% declararam que linhas de financiamento não eram compatíveis com sua renda e 6,2% relataram outros motivos (irregularidade financeira junto ao sistema bancário ou aos cartórios de protesto).

Porque vieram para ocupação?

- 59,4% das famílias vieram para a ocupação por causa do aluguel;
- 22% porque "moravam de favor";
- 271 famílias foram despejadas por falta de pagamento do aluguel ou temem que ocorra um despejo em breve;
- 1.085 famílias declararam que estão na ocupação porque acreditam na luta por moradia

O que espera da ocupação?

- O desejo das famílias que compõem a Ocupação é de ser realocada para uma moradia digna (52,3%) ou ainda construir moradias no terreno ocupado (33,5%).

• TRABALHO PRECÁRIO E HABITAÇÃO

Percentual de comprometimento da renda das famílias (em que pelo menos uma pessoa aufera rendimentos) com pagamento de aluguel/despesas com moradia.

Fonte: dados da pesquisa

• APONTAMENTOS FINAIS

- A pesquisa retrata as fortes desigualdades que ainda existem no país e que em um momento de crise são reforçadas.
- O perfil das pessoas e famílias da Ocupação PSM/SBC é semelhante ao perfil de boa parte da população brasileira = não é restrito as 12.123 famílias investigadas. É um problema generalizado, o que torna ainda mais relevante e significativa a atuação dos movimentos sociais e sindicais.
- O desemprego é mais que o dobro entre as pessoas da ocupação. No entanto....
- ... a atividade remunerada, mesmo quando formal, não é condição suficiente para evitar problemas relacionados à moradia.
- É importante a retomada do crescimento MAS É FUNDAMENTAL investimentos em políticas públicas de renda, escolaridade, infraestrutura urbana e habitação popular.

ANEXO B – Urbanização da Cidade de São Paulo entre 1963 e 1974 (COELHO, 2007)

(Mapa retirado da tese de doutorado, ver: Coelho (2007, anexos))